

**Os 15 de Montpellier: Medicina, política e relações de poder nas Luzes
entre Montpellier, Coimbra e o Brasil (ca. 1770 — ca. 1820)**

Rafael Dias da Silva Campos

Tese de Doutoramento em História

Dezembro, 2018

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,


Rafael Dias da Silva Campos

Lisboa, 30 de Março de 2018

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,



Pedro Cardim

Lisboa, 2 de Abril de 2018

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,


Ângela Domingues

Lisboa, 03 de Abril de 2018

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História (Especialidade em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa) realizada sob a orientação científica de Pedro Cardim e Ângela Domingues

Apoio financeiro da CAPES, Ministério da Educação – Brasil, no âmbito do programa Doutorado Pleno no Exterior (processo 0956/12-0).

Às Marias,
Marias de Milton,
Marias de minha vida,
Maria todas elas.

Agradecimentos

Seria incapaz de indicar todas as pessoas que me ajudaram a construir esta tese e foram muitas, verdade seja dita. Todavia, este texto não teria sido possível sem o inestimável e decisivo apoio dos meus orientadores. Desde o primeiro momento, Ângela Domingues e Pedro Cardim auxiliaram-me a refletir as mais diversas questões, inclusivamente aquelas que num primeiro momento pareciam pacíficas. Eles deram-me o suporte para ultrapassar os limites pessoais e as inseguranças de um jovem investigador. Ao longo destes anos de convivência e aprendizado intenso, pude sempre contar com professores que, não por acaso, tornaram-se efetivos mestres nas artes da narrativa histórica e dos tortuosos meandros da orientação académica. A ambos, o meu muitíssimo obrigado pela amizade, confiança, paciência, perseverança e pelo empenho em contribuir para aprimorar as minhas capacidades de realizar um trabalho que pudesse ter condições minimamente dignas de responder as questões que se propôs a fazer.

Sou particularmente grato também aos membros do júri, Ângela Domingues, João Paulo de Oliveira e Costa, José Luís Cardoso, Laurinda Abreu, Lorelai Kury, Miguel Alexandre Dantas da Cruz e Roberta Stumpf, pelas sugestões e críticas proveitosas não apenas para aprimorar o presente trabalho, mas a minha perceção do fazer histórico e de abordagens historiográficas exequíveis. As suas intervenções evidenciaram, ao mesmo tempo, limitações e abordagens proveitosas que hei de levar para os trabalhos do porvir.

O meu especial obrigado às pessoas, muito estimadas, que passaram pela FCSH e pelos mais diferentes eventos, centros e arquivos ao longo destes anos e que me deram forças e motivação para continuar, nomeadamente as queridas Cristina Brito e Margarita Eva Rodríguez na aspiração conjunta de uma construção histórica que desse sentido às articulações entre História e Ciência; Júnia Ferreira Furtado, por acompanhar, mesmo que à distância, o desenvolvimento deste trabalho e especialmente pelas suas sugestões e críticas sempre muito bem dispostas e profícuas, já desde os tempos de Mestrado; Adelino Cardoso e a sua incessante e inspiradora labuta na História e Filosofia da Ciência e da Medicina; Carlos Versiani, Fernanda Cordeiro de Almeida Faust, Guilherme de Paula Costa Santos, Maria Leônia

Chaves de Resende, Nauk Maria de Jesus e Sílvia Marcus Correa pelas conversas despreziosas que me auxiliaram a perceber com maior clareza a inserção deste trabalho em diferentes aspetos do grande século XVIII; João Carlos Brigola, Jorge Pedreira e aos docentes do Curso de Doutoramento da FCSH pelas indicações de leitura e pelo interesse no desenvolvimento da tese. Aos fellows da John Carter Brown Library com quem tive a oportunidade de conviver e que me abriram para perspetivas então pouco exploradas com sugestões e discussões vivas, muito especialmente à Cândida Barros, Diogo Ramada Curto e Íris Kantor por essas e por ajudarem a fazer da minha estadia em Providence uma experiência inesquecível.

Obrigado à família e aos amigos por torceram pelo sucesso deste trabalho, apesar de estarem a um Atlântico de distância. A minha sincera gratidão pelas mensagens de apoio nos momentos de saudade, em especial à Lalainha e à minha lutadora maior, pelo amor incondicional que me deixa sem palavras para agradecer. À querida Janaína, pelas discussões médico-sanitárias que me ajudaram a perceber com maior clareza que as contradições de métodos de cura controvertidos, do antigo mercúrio ao moderno cobalto, ainda estão aí, apesar de toda a abissal diferença nos cuidados.

Sou muito grato às instituições que estiveram presentes no meu quotidiano e os frequentes utilizadores e colaboradores destes espaços, nos mais diferentes períodos, com as descontrações necessárias, as ajudas e as sugestões mais que valiosas. O meu muito obrigado a estes trabalhadores que tornam possível o fazer do investigador, especialmente os bem-dispostos funcionários da BNP, as senhoras da sala de leitura da ANTT que sempre me auxiliaram a navegar aquele mar de informações, as atenciosas equipas da Fundação Biblioteca Nacional e da Academia das Ciências de Lisboa, as exemplares Dora Mendes do Museu do Hospital e das Caldas, Pascaline Todeschini do Arquivo da Faculdade de Medicina da Universidade de Montpellier e Aurélie Delamarre da Bibliothèque Universitaire des Sciences du Vivant et de la Santé (BUSVS) e, na John Carter Brown Library, particulares agradecimentos a Neil Safier, pelo interesse, suporte e pelas diferentes sugestões, e à equipa da JCB, nomeadamente as pessoas com quem lidei quase diariamente Meghan Sullivan-Silva, Kimberly Nusco, Scott B. Ellwood, Tara Kingsley e Valerie

Andrews. Na FCSH, as pessoas que tornaram o peso das burocracias mais suportáveis, nomeadamente a Dona Lurdes Morgado do DH e o Sr. Frederico Figueiredo do Núcleo de Doutoramentos. Na Capes, os diferentes técnicos que receberam meus pedidos e tornaram possível a presente pesquisa.

Por fim, e seguramente não menos importante, obrigado também às pessoas que me tornaram a vida mais leve ao longo destes anos na Residência do Lumiar, em especial os amigos d'aquém e d'além-fronteiras Aleksandra, André, Angelika, Ariana, Cleverson e Fernanda, Dannylo, David, Érika, Guilherme, Jana, Jeff, Joana, Leonardo, Luan, Mário, Maurício, Nágila, Niklas, Nuno, Pierluigi, Selman, Tiziano, Tom, os Srs. Carlos e José Fernandes e as queridas Maria Sardinha e Dona Gina, pessoas especiais que vou guardar sempre comigo.

Bem hajam pelos auxílios que deram, pois este texto contou com o suporte destas e de diversas outras pessoas ao longo do caminho. Os eventuais enganos, no entanto, hão de ser meus e oxalá um dia possam ser rectificadoss.

*Robespieristas, anti-robspieristas,
nós vos imploramos:
por piedade, dizei-nos simplesmente
quem foi Robespierre.*
Marc Bloch

Resumo

Esta tese analisa as trajetórias pessoais e profissionais de quinze luso-brasileiros que se inscreveram na Faculdade de Medicina da Universidade de Montpellier no final do século XVIII. Estes quinze portugueses nascidos na América não foram analisados de forma conjunta, apenas elementos específicos estiveram sob escrutínio. Para suprir tal lacuna, consideramos tanto os aspetos médicos, quanto os políticos e sociais, por meio de investigação prosopográfica e da pesquisa acerca de seus possíveis envolvimento em movimentos sediciosos, bem como através da análise de suas teses médicas e de publicações posteriores. Examinamos a crescente tendência por uma formação em ciências, ao mesmo tempo em que discutimos os porquês da decisão de cursar Medicina na Universidade de Montpellier. Analisamos os contextos médico e político luso-brasileiro em que estes estudantes estavam inseridos e discutimos comparativamente as faculdades de Medicina de Coimbra e de Montpellier, numa abordagem que as relaciona com o contexto imperial de fins de setecentos. Por fim, foi proposta uma revisão da historiografia acerca da participação destes estudantes no planeamento e atuação em movimentos civis de separação e independência em finais do século XVIII, nomeadamente quanto à Inconfidência Mineira e aos processos revolucionários pernambucanos nos primórdios do século XIX. O objetivo central desta tese, portanto, é justamente perceber as interconexões entre a formação médica no estrangeiro, tomando estes quinze luso-brasileiros como foco de análise, e as diversas consequências no conjunto das relações coloniais em fins do século XVIII e princípios do XIX.

Palavras-chave: sedição, ascensão social, história da medicina, relações de poder, formação universitária

Abstract

This thesis analyzes the personal and professional trajectories of fifteen Luso-Brazilians who enrolled in the Faculty of Medicine of the University of Montpellier in the late eighteenth century. These fifteen Portuguese born in America are not usually analyzed together, only specific elements were under scrutiny. To fill this gap, we consider both medical, and sociopolitical aspects through prosopographic investigation and research into their possible involvement in seditious movements, as well as through the analysis of their medical thesis and subsequent publications. We have examined the growing eighteenth-century trend towards science education, along with the reasons for the decision to study medicine at the University of Montpellier. We analyzed the Portuguese-Brazilian medical and political contexts these students belonged and we have discussed comparatively the medical faculties of Coimbra and Montpellier, in an approach that relates them to the imperial context of the late eighteenth century. Finally, it was proposed a revision of the historiography about the participation of these students in planning and acting in civil movements of separation and independence in the late eighteenth century, namely regarding the Inconfidência Mineira and the revolutionary processes of Pernambuco in the early nineteenth century. The central objective of this thesis, therefore, is precisely to understand the interconnections between medical training abroad, taking these fifteen Luso-Brazilians as the focus of analysis, and the various consequences in the set of colonial relations in the late eighteenth and early nineteenth centuries.

Keywords: sedition, social ascension, history of medicine, power relations, university training

Sumário

Normas de Tradução, transcrição e abreviatura	i
Lista de Abreviaturas	i
Lista de Imagens, gráficos, tabelas e quadros	ii
Introdução.....	1
IMPÉRIO E ILUMINISMO	2
ILUMINISMO VS. ILUMINISMOS, VISÕES NACIONAIS DE UM TEMA CONTINENTAL	3
PARADIGMAS DO ATRASO: CENTROS, PERIFERIAS E MODELOS EXPLICATIVOS DO ILUMINISMO	7
O PAPEL DOS ESTRANGEIRADOS NA DIFUSÃO DO ILUMINISMO PORTUGUÊS.....	14
Iluminismo, Medicina e Política na segunda metade do século XVIII	21
INTRODUÇÃO	21
UM IMPÉRIO PORTUGUÊS DE MOLÉSTIAS: DOENÇAS CONHECIDAS E DESPREZADAS NO CONTEXTO MÉDICO DE SETECENTOS	22
<i>As anomalias têm história, o caso esquecido do lábio leporino</i>	<i>24</i>
<i>De insignificante à endémica, a erisipela e o Rio de Janeiro no século XVIII</i>	<i>31</i>
DOENÇAS E SOCIEDADE, RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS NO SÉCULO XVIII	48
UMA MEDICINA ILUMINISTA, MÉDICOS E BARBEIROS NA CONFLUÊNCIA DO CURAR	65
<i>Ideias de uma medicina ilustrada</i>	<i>69</i>
<i>Práticas de uma medicina iluminista</i>	<i>81</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
Entre Coimbra e Montpellier: o estudo da Medicina em finais de setecentos.....	97
INTRODUÇÃO	97
FACULDADES DE MEDICINA EM CONTEXTOS IMPERIAIS.....	101
REFORMAS NO ENSINO UNIVERSITÁRIO E AS SUAS RELAÇÕES COM AS FACULDADES DE MEDICINA.....	124
<i>A Faculdade de Medicina de Coimbra no contexto da reforma</i>	<i>124</i>
<i>O caso concreto da reforma na Universidade de Coimbra e suas consequências diretas</i>	<i>129</i>
<i>A reforma pedagógica e científica na Faculdade de Medicina de Coimbra</i>	<i>140</i>
<i>A Medicina e as reformas universitárias na Europa</i>	<i>143</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
A Medicina dos <i>montpellerinos</i>	164
INTRODUÇÃO	164
A ERISPELA E A ENDEMIAS DE DOENÇAS NEGLIGENCIADAS NA AMÉRICA COLONIAL	174
O BOM, O MAU E O FEIO: DEBATES SOBRE A VACINAÇÃO E A INOCULAÇÃO DA VARÍOLA NA VIRADA DO SÉCULO XVIII	184
“ <i>A ÚLTIMA MORTE DOS MALES</i> ”: O ESCORBUTO E SEU IMPACTO NA ECONOMIA MARÍTIMA IMPERIAL... ..	193
O MERCÚRIO E A PREFERÊNCIA PELAS PLANTAS NA CURA DAS DOENÇAS VENÉREAS.....	208
OS MECÂNICOS GANHAM AS LUZES: SOUSA RIBEIRO E A MEDICINA LIVREIRA DE FINS DE SÉCULO	222
EXCLUSÃO SOCIAL E ECONOMIA COLONIAL, A LEPROSA E A SAÚDE DOS POVOS	228
UM IMENSO HORIZONTE DE CURAS, O TORMENTO E O TRATAMENTO DA TUBERCULOSE	238
O HOMEM E SUA COR, IMPLICAÇÕES FILOSÓFICO-NATURAIS DA QUÍMICA.....	247
“ <i>À NAÇÃO, À LEI E AO REI</i> ”: A DEFINIÇÃO DE UMA ETIOLOGIA TROPICAL E A SAÚDE DOS POVOS.....	255
CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
De regresso ao Império: trajetórias político-sociais dos quinze de Montpellier	267
INTRODUÇÃO	267
AS RELAÇÕES DE PODER NA ESCOLHA DE MONTPELLIER.....	273
SEDIÇÃO OU NÃO SEDIÇÃO, EIS A QUESTÃO	290

<i>Sediciosos</i>	291
<i>Joaquim José da Maia Barbalho, o Vendek</i>	291
<i>Domingos Vidal Barbosa Lage</i>	295
<i>Francisco Arruda da Câmara</i>	296
<i>Sem sedição</i>	302
<i>Os Arruda da Câmara e a sedição que não foi</i>	302
<i>Manoel Arruda da Câmara</i>	310
<i>Eleutério José Delfim</i>	314
<i>José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão</i>	318
<i>Vicente Gomes da Silva & Jacinto José da Silva Quintão</i>	321
<i>José Joaquim de Carvalho</i>	332
<i>José Joaquim Vidigal de Medeiros</i>	335
<i>Joaquim Inácio de Seixas Brandão</i>	336
<i>Inácio Ferreira Câmara</i>	339
<i>Faustino José de Azevedo</i>	341
<i>Manoel Joaquim de Souza Ferraz</i>	343
IMPRECISO.....	344
<i>Joaquim José de Souza Ribeiro</i>	344
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	345
Conclusão.....	348
Bibliografia.....	352

Normas de Tradução, transcrição e abreviatura

Este trabalho segue a grafia do Novo Acordo Ortográfico. Todas as traduções são nossas, salvo as obras editadas em português e as teses em latim, traduzidas por Adriano Aprigliano. As transcrições tiveram sua grafia atualizada e as abreviaturas desdobradas. A pontuação foi alterada para facilitar a leitura, desde que não compromettesse o sentido do texto original.

Lista de Abreviaturas

ACL	Academia das Ciências de Lisboa
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BPMP	Biblioteca Pública Municipal do Porto
FA/BUM	Fonds Ancien, Bibliothèque Universitaire de Médecine, Université de Montpellier
JCB	John Carter Brown Library
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
HM	Hunterian Museum
MHC	Museu do Hospital e das Caldas
WL	Wellcome Library

Lista de Imagens, gráficos, tabelas e quadros

Imagem 1 – Uma cirurgia de lábio leporino	29
Imagem 2 – Representação de uma cirurgia “bem-sucedida” de lábio leporino.....	30
Imagem 3 – A uroscopia como parte da semiologia médica.....	72
Imagem 4 – Caixa de instrumentos cirúrgicos de William Beatty (c. 1783-1819).....	76
Imagem 5 – Escrava retirando bixo-de-pé.....	84
Imagem 6 – Exemplar de uma Carta de cirurgião	89
Imagem 7 – A Boutique de barbeiros representada por Debret.....	89
Imagem 8 – Médico sendo rejeitado por paciente em detrimento de cirurgião	93
Tabela 1 – Alunos de Medicina em Coimbra, discriminados por região/país	114
Tabela 2 – Os Montpellerinos e o período de permanência em Coimbra	131
Gráfico 1 – Inscritos em Medicina em Coimbra, divididos por década	134
Quadro 1 – O período médio em Medicina e na Universidade de Coimbra	138
Imagem 9 – Sátira da vida nobre e das doenças venéreas.....	214
Quadro 2 – Quadro sintético do pensamento médico de Sousa Ribeiro	225
Imagem 10 – Detalhe do frontispício de 'De lepra commentationes', de Schilling ..	234
Quadro 3 – Relação dos estudantes luso-brasileiros por capitania de origem.....	269
Quadro 4 – Relação das atividades desempenhadas pelos <i>montpellerinos</i>	270
Tabela 3 – A prática médica dos <i>montpellerinos</i>	272
Quadro 5 – Os <i>montpellerinos</i> em Academias e Sociedades	288

Introdução

A análise de um grupo específico de académicos nascidos na América portuguesa setecentista é o tema central desta tese e terem frequentado uma faculdade de medicina na Europa, fora da própria metrópole portuguesa confere a estes indivíduos um carácter de grupo. A França foi o destino escolhido para realizarem seus estudos e vivenciaram ali o clima de tensão e crítica à sociedade de então. Por este motivo, buscaremos discutir o ambiente envolto a estes homens e nos dedicaremos à pesquisa específica de suas actividades e concepções. Analisaremos tanto a universidade quanto outros espaços de sociabilidade, do mesmo modo que discutiremos elementos que permitam contextualizar suas concepções médicas. Ao fim, tentaremos perceber se o que os motivou escolher Montpellier e não outra faculdade de medicina devia-se exclusivamente à própria faculdade ou quais elementos também foram levados em consideração. Para tanto, serão igualmente considerados os destinos destes médicos após a defesa de suas teses.

Quando regressaram de seus estudos, alguns destes académicos envolveram-se em movimentos que tinham o Iluminismo como base, o que nos leva a discutir o conceito com atenção específica à nossa investigação. Não iremos, todavia, apresentar uma visão geral do Iluminismo nesta introdução. Discutiremos, sim, conceitos empregados em análises do Iluminismo português que nomeadamente abordam sujeitos e discussões que serão analisados ao longo deste trabalho. Mas para fazer tal investigação, sendo o Iluminismo alvo de concepções e usos os mais diversos, é preciso definirmos previamente como este se aplica ao universo do Império português e quais elementos analíticos deixaremos de utilizar, posto que considerados por nós como limitadores da investigação deste contexto. Tal discussão historiográfica será o foco desta introdução.

Império e Iluminismo

Uma pesquisa simples em bases de bibliotecas – e, hoje, nas bases digitais de artigos e livros, permite perceber que o termo Iluminismo é verdadeiramente polissémico, por vezes contraditório. Definir este termo não se resume a uma síntese numa frase ou parágrafo a explicar características gerais, mas dispor elementos suficientes para permitir a percepção de suas nuances e vicissitudes, de modo a sugerir uma ideia geral do que teria sido para o caso português¹.

O primeiro ponto de percepção do Iluminismo, com fins directos ao presente estudo, centra-se em sua relação com os impérios europeus do século XVIII. Cabe lembrar que as ideias não são deslocadas geograficamente, muito menos politicamente e a presença de ideais iluministas no conjunto dos impérios coloniais não pode ser desconsiderada. Neste sentido, há que se reconhecer que a produção do conhecimento iluminista foi igualmente uma produção imperialista, na medida em que, por um lado, foi elaborada no seio de sociedades imperiais e, por outro lado, porque muito desta produção possuiu franco interesse de domínio e controlo; o que não implica em rotular como imperialistas aqueles que integravam estas sociedades².

Cabe ressaltar ainda que este processo de administração dos saberes e produções dos povos sob controle, para além destes povos em si, não se deu por mera relação de domínio, ainda que também o tenha sido. A produção iluminista, interessada em conhecer o outro – os povos e suas produções, a natureza que os cercava e as relações humanas engendradas em outros contextos – ainda que sob um olhar com pouquíssima alteridade, estava atrelada a acções administrativas geridas pelos estados imperiais (e em diversos casos directamente financiadas por

¹ Para uma ideia geral do Iluminismo, pode ser interessante cf. a seleção, feita por James Schmidt, de documentos de época que se propunham a responder tal questão: James Schmidt, *What is Enlightenment?: Eighteenth-Century Answers and Twentieth-Century Questions*, Berkeley, University of California Press, 1996, (Philosophical traditions, 7). Cf. também Pagden, Anthony, *The Enlightenment, and why it still matters*, New York, Random House, 2013; Graeme Garrard, “The Enlightenment and its enemies”, *American Behavioral Scientist*, vol. 49, n. 5, 2006.

² Para discussões sobre a relação Imperialismo-Iluminismo, dentre outros autores, cf. Sankar Muthu, *Enlightenment against Empire*, Princeton, Princeton University Press, 2003; Daniel Carey and Lynn Festa, “Introduction: some answers to the question: ‘What is Postcolonial Enlightenment?’”, in Daniel Carey and Lynn Festa (eds.), *The Postcolonial Enlightenment: Eighteenth-Century Colonialisms and Postcolonial Theory*, Oxford, Oxford University Press, 2009, p. 8.

estes) que, em última instância, procuravam governar diversas partes do mundo. Como exemplo mais claro podemos citar o Museu Britânico e sua sumptuosa secção sobre o *Enlightenment*, com recolhas de produções naturais e culturais de diversos pontos do globo³.

O Império britânico colectou uma infinidade de objectos e artefactos referentes à cultura material de povos que teve contacto ou de civilizações antigas, consideradas exemplares. Mas não foi o único Império a fazê-lo, as colectas enviadas ao longo do século por viajantes e naturalistas a serviço da Coroa lusa podem igualmente ser vistas em diversos museus portugueses. As viagens filosóficas apoiadas pela Coroa ao longo do século XVIII percorreram praticamente todas as regiões da América portuguesa e alguns núcleos museológicos portugueses, como o Museu da Ciência (Universidade de Coimbra), o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (Universidade de Lisboa) ou o acervo museal da Academia das Ciências de Lisboa, para ficarmos em poucos exemplos, permitem perceber com clareza recolhas as mais diversas de partes do globo em que o Império português governou. Perceber esta nuance da Ilustração é uma necessidade premente, em ordem de não valorizarmos apaixonada e ingenuamente os “progressos” trazidos pelos homens de letras e, ao mesmo tempo, não desconsiderar diversos dos elementos que motivaram ações estatais: as ciências setecentistas e suas investigações médico-naturais tinham uma base social, económica e política totalmente atreladas a este contexto imperial.

Iluminismo vs. Iluminismos, visões nacionais de um tema continental

Mas além do aspecto imperial, perceber a produção historiográfica acerca do Iluminismo também demanda avaliar as concepções geográficas das regiões onde este teria se difundido. Não numa procura para se definir virtudes e limites, mas antes uma tentativa de se perceber as ideias ilustradas no conjunto de diversas sociedades da Europa, devemos reconhecer que a abordagem nacional deixa de

³ Além do Museu em si, cf. obra editada pelo museu que permite perceber tais apropriações: Kim Sloan and Andrew Burnett (eds.), *Enlightenment: discovering the world in the eighteenth century*, London, British Museum Press, 2003.

observar singularidades existentes num mesmo território; sem contar o facto de que muitas fronteiras actuais simplesmente não existiam naquela altura e que o termo nação possuía um sentido mais próprio à região de origem do que o sinónimo “nacional” empregado actualmente⁴. Na América portuguesa, por exemplo, o jornal *O Patriota*, apesar do nome, não apresentava relação com a actual ideia de nação, de pátria, ou com defesas de ideias liberalistas, como se poderia pressupor: pátria era sinónimo do local ou região de origem⁵.

Neste conjunto, há que discutir dois pontos essenciais: o primeiro, requer observar as implicações da utilização de conceitos baseados numa esfera nacional e o segundo, relaciona-se com a adopção de modelos explicativos para analisar o Iluminismo. Ambas questões imbricam-se na medida em que, primeiramente, a defesa de um caso específico de Iluminismo como algo paradigmático solicita uma abordagem nacional para ser construída, mas também porque alguns conceitos (centro/periferia, estrangeirado e despotismo esclarecido, ainda que não empregados sempre com o intuito de produzir uma visão arquetípica) partem muito fortemente desta relação entre a percepção do Iluminismo sob o prisma da nação e a ideia de que algumas “nações” setecentistas poderiam compor um dado modelo paradigmático.

A abordagem do Iluminismo como fenómeno nacional foi alavancada entre as décadas de 1970 e 1980 com os trabalhos de Franco Venturi e de Roy Porter e Mikuláš Teich e representou uma significativa transformação para as discussões de contextos até então praticamente desconsiderados pelos estudiosos do tema. Venturi dedicou-se à análise do desenvolvimento do Iluminismo na “Itália”⁶, enquanto que a colectânea de Porter e Teich procurou observar expressões do Iluminismo em diferentes contextos nacionais, como o caso do Império russo ou das

⁴ Júnia Ferreira Furtado, “Enlightenment Science and Iconoclasm: The Brazilian Naturalist José Vieira Couto”, *Osiris*, vol. 25, n. 1, January 2010, p. 189. Cf. também, análise de Jean-René Suratteau sobre o termo, especialmente na *Encyclopédie* e discussão entre Voltaire e Rousseau: “Cosmopolitisme et patriotisme au Siècle des Lumières”, *Annales Historiques de la Révolution Française*, vol. 55e Année, n. 253, September 1983, p. 365; 370-371.

⁵ Marco Morel, “Pátrias polissêmicas: República das Letras e imprensa na crise do Império português na América”, in Lorelai Brilhante Kury (ed.), *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007.

⁶ Franco Venturi, *Italy and the Enlightenment: Studies in a Cosmopolitan Century*, London, Longman, 1972.

regiões germânicas, ainda que o mundo ibérico tenha permanecido apagado desta revisão⁷. Anos depois, Porter e Teich tentaram reavaliar e aprofundar a discussão, desta vez com o intento de analisar a revolução científica em diferentes contextos nacionais, mas agora a comentar também o mundo ibérico⁸.

A respeito destas obras, a investigação de Charles Withers pode ser salutar, uma vez que o autor aponta as duas principais correntes historiográficas de análise do Iluminismo sob perspectiva nacional e apresenta as subtis diferenças de ambas. A primeira corrente analisa o Iluminismo como um fenómeno único, com características específicas em cada “país”, esta abordagem vê “o Iluminismo em Portugal”, “o Iluminismo em França”. A segunda corrente analisa o tema sob o prisma de diferentes Iluminismos nacionais e aborda o tema como “a França Iluminista”, “o Portugal Iluminista”.

Na primeira perspectiva, o Iluminismo apresentaria uma expressão nacional variante, ou seja, a “viajar” de um lugar a outro e a apresentar pequenas variações entre as localidades. Esta perspectiva, como apontou Withers, possui uma concepção de centro de onde o Iluminismo seria gerado e, além disso, carrega consigo um aspecto essencialista. A segunda perspectiva, por preferir analisar o Iluminismo restrito em casos nacionais, elimina as diferenças regionais na medida em que atesta a existência de uma expressão única do Iluminismo naquela “nação” ao mesmo tempo que acaba por diminuir as relações encetadas acima do elemento nacional, como se o Iluminismo francês, por exemplo, não tivesse conexões com elementos além-fronteiras⁹.

Mas em Bordeaux, por exemplo, o Iluminismo possuía uma relação muito mais intrincada com as discussões económicas e com a escravidão e as liberdades humanas do que em Montpellier. Embora ambas cidades estivessem ligadas ao comércio transatlântico, este fenómeno explica-se devido ao envolvimento que

⁷ Roy Porter and Mikuláš Teich (eds.), *Enlightenment in the National Context*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

⁸ David Goodman, “The Scientific Revolution in Spain and Portugal”, in Roy Porter and Mikuláš Teich (eds.), *The Scientific Revolution in National Context*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

⁹ Charles W. J. Withers, “The Enlightenment in National Context”, in *Placing the Enlightenment: Thinking Geographically about the Age of Reason*, Chicago, University of Chicago Press, 2008, pp. 26–27.

Bordeaux tinha no tráfico de escravos com as Antilhas¹⁰. Diferenças claramente visíveis pelas ideias no conjunto das ideias de seus autores, mas explicada por fatores outros que não a Ilustração. Os dois tipos principais de abordagem do Iluminismo sob o prisma nacional podem ser observados nos diversos capítulos da obra de Porter e Teich¹¹, mas em seu conjunto o volume apresenta uma noção de Iluminismos nacionais restringidos por fronteiras, não somente geográficas, que praticamente não debatem entre si. Por sua vez, Venturi discute um Iluminismo com expressões nacionais¹², de modo que o autor analisou o movimento ilustrado a partir da óptica “italiana”.

As propostas de Venturi e de Porter e Teich conferiram uma maior consciência da questão nacional às abordagens posteriores e acabaram permitindo o repensar da concepção de um Iluminismo além-fronteiras. No entanto, a configuração social das elites letradas da Europa, ao mesmo tempo que integrava valores e concepções regionais, coadjuvava indagações e ideias bastante similares ao redor do continente, conforme havia apontado Norbert Elias¹³. Neste sentido, embora a abordagem nacional tenha contribuído para a conscientização da importância de elementos locais/regionais para o estudo do Iluminismo, é

¹⁰ Para tal afirmação, baseio-me nas obras à venda no Musée d'Aquitaine, que apresentam e discutem, sob diferentes perspectivas, o papel daquela região no século XVIII, François Hubert et al., *Bordeaux au XVIIIe siècle: le commerce atlantique et l'esclavage [Bordeaux in the 18th century: trans-Atlantic trading and slavery]*, Bordeaux, Le Festin, 2010; Hélène Lafont-Couturier et al. (eds.), *Regards sur les Antilles: collection Marcel Chatillon*, Bordeaux, Musée d'Aquitaine, 1999.

¹¹ Dos diferentes ensaios da coletânea, a análise de Roy Porter exemplifica a primeira perspectiva “The Enlightenment in England”, pp. 1-18 e a análise de Nicholas Phillipson a segunda “The Scottish Enlightenment”, pp. 19-40. In Roy Porter and Mikuláš Teich (eds.), *Enlightenment in the National Context*.

¹² Anos depois do lançamento de *Italy and the Enlightenment*, Venturi publicou artigo em que defende os “anos 60” do século XVIII – entre 1758 e 1774, como a primavera do iluminismo italiano, uma vez que neste período apareceram marcos fundamentais da ilustração italiana, como Cesare Beccaria e António Genovesi. Franco Venturi, “Church and Reform in Enlightenment Italy: The Sixties of the Eighteenth Century”, *The Journal of Modern History*, vol. 48, n. 2, 1 June 1976. Outro exemplo desta ordem de pensamento “nacional” para o Iluminismo, a obra magna de Venturi, *Settecento riformatore*, discutiu em 5 volumes, alguns com mais de um tomo: os princípios do pensamento iluminista “italiano” até a referida primavera iluminista; as lutas entre os Estados Italianos contra a Igreja Católica; o Iluminismo de outras regiões, visto a partir de “Itália”. Para uma revisão específica, cf. Derek Beales, “Review of *Settecento riformatore*. Vol V: *L'Italia dei lumi, 1764-1790*, Tome 1, by Franco Venturi”, *The English Historical Review*, vol. 104, n. 413, 1 October 1989. John Robertson, além de fazer resenha da obra, analisou o autor e seu contexto histórico em “Franco Venturi's Enlightenment”, *Past & Present*, n. 137, November 1992.

¹³ Norbert Elias, *O Processo Civilizador*, vol. 2, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993, pp. 17–18.

necessário considerar a complexidade do tema e observar as relações além-fronteiras de homens de ciência, membros de corpos diplomáticos ou filósofos, por exemplo, estabelecidas numa conformação de ideias mais ou menos próxima, ainda que não necessariamente concordantes. Não por acaso, esta investigação procurará adaptar-se conscientemente a ambas abordagens, aplicando-as à depender do elemento de análise.

Paradigmas do atraso: centros, periferias e modelos explicativos do Iluminismo

De outra parte, a problematização do Iluminismo sob aspecto nacional, encaminhou-se para uma visão que não apenas aborda o tema sob este ângulo, mas que produz uma supervalorização de contextos específicos, uma vez que se baseia na construção paradigmática de modelos explicativos.

O caso francês enquadra-se nesta problemática, pois é abordado como modelo de análise do Iluminismo, constando em alguns casos como elemento de análise único¹⁴. Nossa dificuldade em concordar com tal metodologia decorre do facto de que a mesma condiciona previamente uma percepção positiva do elemento modelo. Tal abordagem permite que as análises partam do suposto que os acontecimentos ocorridos no (ou produzidos pelo) elemento modelo são seguidos pelos demais, o que gera uma concepção estruturalizante de que os demais elementos estão sempre à procura de igualarem-se a este modelo¹⁵.

Tal género de investigação estruturalizante da França como modelo de análise pode ser percebida na citada obra de James Melton, onde o autor procura clarificar o conceito de esfera pública de Jünger Habermas e discutir diferentes processos que conduziram a uma maior relevância do “público” no século XVIII¹⁶.

¹⁴ James Van Horn Melton, *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

¹⁵ Norman Hampson, “The Enlightenment in France”, in Roy Porter and Mikuláš Teich (eds.), *Enlightenment in the National Context*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

¹⁶ Para uma discussão do conceito de esfera pública especificamente aos estudos iluministas, cf. Thomas Broman, “The Habermasian public sphere and “science in the Enlightenment””, *History of Science*, vol. 36, n. 112, June 1998; Deborah Madden, “Introduction: Primitive Physic Explain’d in an Easy and Natural Method”, in *Cheap, Safe and Natural Medicine: Religion, Medicine and Culture in John Wesley’s Primitive Physic*, Amsterdam, Rodopi, 2007, (Clio Medica/The Wellcome Series in the

Todavia, sua análise do aumento do público na Europa Iluminista é essencialmente um estudo dos casos francês e inglês enquanto centros iniciais e, portanto, irradiadores de uma transformação em que o restante da Europa apenas coadjuvou, muito embora o autor tenha procurado reconhecer o limite geográfico da obra¹⁷.

Em outra linha interpretativa e preocupado com as recentes produções historiográficas que apontam a presença do Iluminismo em diversos pontos da sociedade setecentista, como por exemplo num “Iluminismo radical”, “Iluminismo josefiano”, “Iluminismo judeu”, ou mesmo “Iluminismo brasileiro”, o pesquisador Robert Darnton criticou a supervalorização acadêmica à “indústria dos estudos iluministas”. Em crítica a esta “indústria”, ainda que não seja o único investigador inquietado com a questão¹⁸, Darnton determinou o modelo francês como paradigma¹⁹.

Se partirmos da proposta de Darnton e passarmos a observar a França como centro irradiador das ideias ilustradas, acabaremos por perceber que, em primeiro lugar, ainda que adoptadas, estas ideias sofreram adaptações em muitos contextos “nacionais” e regionais; e, em segundo lugar, que o Iluminismo francês também importou propostas e as adaptou à sua realidade²⁰. Como observou Thomas L. Hankins em trabalho fundamental sobre Jean d’Alembert e a filosofia iluminista, é

History of Medicine, 83), p. 29, nota 29; Dorinda Outram, “The Enlightenment our contemporary”, in William Clark et al. (eds.), *The Sciences in Enlightened Europe*, University of Chicago Press, 1999.

¹⁷ James Van Horn Melton, *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*.

¹⁸ Em discussão distinta, Thomas Osborne chamou de “mentalidade iluminista” (*enlightenmentality*) a aspiração de estarmos a viver numa era Iluminista, apesar de desprovidos de alteridade. Thomas Osborne, “Introduction: of *enlightenmentality*”, in *Aspects of Enlightenment: Social Theory and the Ethics of Truth*, Rowman & Littlefield, 1998. Para uma leitura crítica e muito perspicaz das aspirações modernas frente o Iluminismo, cf. Marshall Sahlins, “What is Anthropological Enlightenment? Some Lessons of the Twentieth Century”, *Annual Review of Anthropology*, vol. 28, January 1999.

¹⁹ Robert Darnton, *Os dentes falsos de George Washington*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005, pp. 17–18. Cf. igualmente crítica de Júnia Ferreira Furtado em *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptista Bourguignon d’Anville na construção da cartografia do Brasil*, Belo Horizonte, EdUFMG, 2012, p. 73.

²⁰ Investigadores do Iluminismo escocês têm procurado nos últimos anos ressaltar aspectos da recepção francesa deste movimento. Cf. obra editada por Deidre Dawson e Pierre Morère que procurou traçar aspectos de singularidade e contacto entre ambos, *Scotland and France in the Enlightenment*, Lewisburg, Bucknell University Press, 2004. Maria Beatriz Nizza da Silva citou a rapidez com que os livros ingleses eram traduzidos em França. Sua pesquisa estava dedicada a discutir livros e biblioteca profissional na Corte do Rio de Janeiro, mas sua constatação permite-nos notar a difusão e recepção do iluminismo inglês em França, Maria Beatriz Nizza da Silva, “Livros e formação profissional na Corte do Rio de Janeiro”, *Anais de História de Além-Mar*, n. XII, 2011, pp. 328–329.

preciso antes de tudo colocar os ilustrados nas suas comunidades científica, social e filosófica²¹. Assim, a proposta “deflacionária” de Robert Darnton pode não ser a mais adequada para se pensar o Iluminismo, na medida em que restringe as possibilidades de análise e interpretação do mesmo a um único contexto setecentista.

Todavia, se as investigações de Melton e Darnton podem ser questionadas por adotarem o universo francês como modelo único de análise explicativa do Iluminismo, outras pesquisas não apenas partem de um ideal de Iluminismo, mas classificam como atrasados os contextos que não correspondem ao modelo francês. Estas investigações não formam uma corrente historiográfica específica, mas apresentam em comum o argumento de que pequenas diferenças regionais podem permitir que se classifique uma região como atrasada ou avançada, à depender do objecto de análise²².

Para além de algumas leituras materialistas sobremaneira baseadas em aspectos económicos e afeitas ao estabelecimento de elementos singulares como meio de traçar aspectos comparativos que determinariam o grau de avanço ou atraso de uma dada sociedade²³, a ideia de uma divisão entre centro e periferia, engendrada nas discussões de história económica, fundamenta-se na formação de um elemento modelo (o centro) que retrata o Iluminismo de forma unidireccional onde o centro produz a Ilustração e a conduz para o mundo periférico. Esta concepção de centro/periferia está imbricada com o princípio de modelos explicativos e foi base da percepção de que o Iluminismo na dita periferia seria expresso em um “despotismo esclarecido”²⁴.

²¹ Thomas L. Hankins, *Jean d’Alembert: science and the Enlightenment*, Oxford, Clarendon Press, 1970, p. vii.

²² Para um judicioso retrospecto ao longo dos séculos dos empregos da ideia de atraso à Europa do Leste, cf. Larry Wolff, *Inventing Eastern Europe: the map of civilization on the mind of the Enlightenment*, Stanford, Stanford University Press, 1994.

²³ Cf. especialmente a primeira parte da obra Eric Hobsbawm, *The age of revolution, 1789-1848*, New York, Vintage Books, 1996; Eric Hobsbawm, “The Making of a “Bourgeois Revolution””, *Social Research*, vol. 56, n. 1, April 1989.

²⁴ Há que se reconhecer que diversos trabalhos foram realizados utilizando-se estes princípios analíticos, todavia sem intenção de simplesmente classificar tais regiões como atrasadas. De todo modo, é importante tomarmos consciência de que a aplicação destes termos para o estudo de objectos ligados ao Iluminismo, por sua particularidade, pode criar imprecisão uma vez que estes carregam em si ideias estruturais de avanço e desenvolvimento que não consideram as

Alguns investigadores sustentam vantagens na utilização do conceito, especialmente para a análise comparada²⁵, todavia o consenso de que o Iluminismo tenha se difundido do “centro” para a “periferia”, como notou Gabriel Paquette, é uma posição em muitos aspectos anómala²⁶. Igualmente críticos do conceito, os investigadores David Chambers e Richard Gillespie pontuaram as subjectividades do termo, mas contribuíram sobremaneira em observar que mesmo sendo a obra de Geogre Basalla, um dos “criadores” do termo, a mais citada e criticada (especialmente pelo eurocentrismo flagrante), seu modelo não deixou de ser utilizado²⁷. Tomemos de exemplo a análise de Immanuel Wallerstein do impacto da Revolução Francesa em Santo Domingo: o autor salientou que ingleses, Napoleão e diferentes colonos tentaram destruir ou conter a primeira revolução negra do sistema mundial. Tal condição – que coloca Santo Domingo na ordem do dia, na centralidade das ideias e acções levadas a cabo por governos ao redor do mundo setecentista – não alterou, todavia, a concepção do autor de que esta fosse uma região periférica²⁸.

particularidades e contextos regionais. Emprego do termo sem estes pesos pode ser visto em A. J. R. Russell-Wood, “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”, *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 36, 1998; Ivo Cerman, “Introduction: The Enlightenment in Bohemia”, in Ivo Cerman et al. (eds.), *The Enlightenment in Bohemia: Religion, Morality and Multiculturalism*, Oxford, Voltaire Foundation, 2011, (Studies on Voltaire & the Eighteenth Century, 7), p. 1; Kostas Gavroglu et al., “Science and technology in the European periphery: Some historiographical reflections”, *History of Science*, vol. 46, n. 2, 2008. Nesta mesma linha, Teodora Brnardić utilizou a ideia de centro-periferia para defender interconexões entre centro e periferia e entre as próprias “periferias”, como argumento contra a ideia monolítica de um Iluminismo da Europa do Leste, cf. Teodora Shek Brnardić, “Exchange and commerce: intercultural communication in the age of Enlightenment”, *European Review of History: Revue européenne d’histoire*, vol. 16, n. 1, February 2009. Não obstante, Ângela Domingues ressaltou a centralidade das colónias e principalmente da América portuguesa, regiões tidas por periféricas, enquanto pólos estruturadores do pensamento político, estratégico, socioeconómico e científico europeu, Ângela Domingues, “Um Governador ilustrado: Francisco de Sousa Coutinho, Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão”, in *Monarcas, ministros e cientistas: mecanismos de poder, governação e informação no Brasil colonial*, Lisboa, CHAM, 2012, p. 79.

²⁵ Jürgen Kocka, “Core, Periphery, and Civil Society”, in Peter Hanns Reill and Balázs A. Szelényi (eds.), *Cores, Peripheries, and Globalization: Essays in Honor of Ivan T. Berend*, Budapest, Central European University Press, 2011, p. 97.

²⁶ Gabriel B. Paquette, “Introduction”, in Gabriel B. Paquette (ed.), *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2009, p. 3.

²⁷ David Wade Chambers and Richard Gillespie, “Locality in the History of Science: Colonial Science, Technoscience, and Indigenous Knowledge”, *Osiris*, vol. 15, 2000, pp. 223–224.

²⁸ Immanuel Wallerstein, “The French Revolution as a World-Historical Event”, *Social Research*, vol. 56, n. 1, April 1989, p. 42. Para outras discussões a respeito da obra de Wallerstein, cf. Daniel Chirot, “Review of *The Modern World-System II. Mercantilism and the Consolidation of the European World-*

Outros contextos, no entanto, foram igualmente classificados como periféricos, atrasados: podem ser observadas investigações com conclusões semelhantes para os casos espanhol²⁹, polaco³⁰ e Habsburgo³¹. Em nosso caso, a ideia de que o Império português seria uma expressão periférica, da matriz francesa, pode ser percebida em análises clássicas da historiografia luso-brasileira³², mas investigadores actuais como José Augusto Pádua também defenderam comparações que creditam o incumprimento perfeito de medidas advindas do “centro” como sinal de atraso da sociedade analisada³³. Além destes, pesquisadores estrangeiros também defendem concepções controversas, baseadas na ideia de centro/periferia: J. H. Galloway afirmou taxativamente que o Iluminismo “brasileiro” foi apenas um modesto reflexo do Iluminismo da Europa do Norte³⁴ e Richard Graham sustentou

Economy, 1600-1750 by Immanuel Wallerstein”, *Journal of Social History*, vol. 15, n. 3, April 1982; Teodora Shek Brnardic, “The Enlightenment in Eastern Europe: Between regional typology and particular micro-history”, *European Review of History: Revue Européenne d’Histoire*, vol. 13, n. 3, September 2006, p. 414.

²⁹ Regina Grafe, *Distant tyranny markets, power, and backwardness in Spain, 1650-1800*, Princeton, Princeton University Press, 2012. Michael Shaw faz um estudo da visão sobre a Espanha setecentista como atrasada em “European travellers and the enlightenment consensus on Spain in eighteenth-century Europe”, *Dieciocho: Hispanic Enlightenment*, vol. 31, n. 1, 2008.

³⁰ O caso da Comunidade das Duas Nações, totalmente extinta devido às partilhas da “Polónia”, foi estudado por Richard Butterwick. O autor afirma que a Comunidade não somente era classificada como uma periferia atrasada, como também se via deste modo, Richard Butterwick, “Introduction”, in *Poland’s Last King and English Culture: Stanislaw August Poniatowski, 1732-1798*, Oxford, Oxford University Press, 1998, pp. 2–3.

³¹ Para uma colectânea de fontes setecentistas e análises específicas, cf. Balázs Trencsényi and Michal Kopeček (eds.), *Discourses of collective identity in Central and Southeast Europe (1770-1945): texts and commentaries*, Budapest; New York, Central European University Press, 2006. Heather Morrison analisou o caso específico de Viena e defende que o Iluminismo ali seria produto e resposta das reformas de José II de Habsburgo. A análise de Morrison é interessante pois posiciona Viena como centro das cortes do Sacro Império Romano-Germânico e da monarquia dos Habsburgo e analisa o Iluminismo na região, para além da ideia de que esta fosse uma região periférica. Heather Morrison, *Pursuing Enlightenment in Vienna, 1781-1790*, Tese de Doutoramento, Louisiana State University, 2005.

³² Antonio Candido, *Iniciación a la literatura brasileña*, Ciudad de Mexico, Editora da Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 2005, p. 26. Cf. igualmente análise de Nuno Gonçalo Monteiro, “Maxwell, Kenneth. *Pombal, Paradox of the Enlightenment*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995”, *e-Journal of Portuguese History*, vol. 11, n. 1, 2013.

³³ José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1768-1888)*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002, p. 40. Cf. também Carlos Filgueiras, “Havia alguma ciência no Brasil setecentista”, *Química nova*, vol. 21, n. 3, 1998, p. 351.

³⁴ J. H. Galloway, “Agricultural Reform and the Enlightenment in Late Colonial Brazil”, *Agricultural History*, vol. 53, n. 4, October 1979, p. 779.

que a ausência de universidades ou editoras na América portuguesa setecentista era apenas uma das evidências do atraso da sociedade brasileira³⁵.

Por outro lado, a ideia de um mundo bipolarizado entre centro e periferia concedeu as bases para a formulação do conceito de “despotismo esclarecido”³⁶, que em grande medida vê a Ilustração produzida na “periferia” como um evento contraditório ao carácter absolutista dos regimes políticos destas regiões. Em tese, qualquer monarca influenciado pelas ideias reformistas do Iluminismo poderia ser classificado como um déspota esclarecido, no entanto sentidos muito diversos do conceito foram empregados na tentativa de compreender o Iluminismo nestas regiões ditas periféricas, mas não nos supostos centros do Iluminismo³⁷.

Criado por historiadores oitocentistas que viam com desfavor os impérios ibéricos³⁸, o termo passou, no século XX, a caracterizar uma era de ouro do Iluminismo (entre 1740 e 1789), em que nem mesmo as monarquias mais

³⁵ Richard Graham, “Introduction: Contrasting societies: Britain and Brazil”, in *Britain and the Onset of Modernization in Brazil 1850-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1972, (Cambridge Latin American Studies), p. 10. Para uma crítica desta visão, cf. Maria Liga Coelho Prado, “Universidades e Sociedades na América Latina Colonial”, in Philomena Gebran and Maria Tereza Torbio (eds.), *América Latina: Cultura, Estado e Sociedade*, vol. 1, Rio de Janeiro, Anphlac, 1994.

³⁶ Franz A. J. Szabo, *Kaunitz and Enlightened Absolutism 1753-1780*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, pp. 1–5. Excepção à regra, Eberhard Weis tentou defender uma visão mais generalista do conceito, ao invés da habitual aplicação exclusivamente dedicada a (supostos) representantes significativos do iluminismo, como Pombal para o caso português, Eberhard Weis, “Enlightenment and Absolutism in the Holy Roman Empire: Thoughts on Enlightened Absolutism in Germany”, *The Journal of Modern History*, vol. 58, n. Supplement: Politics and Society in the Holy Roman Empire, 1500-1806, December 1986, p. S182.

³⁷ De acordo com Jochen Schoblach, o termo recente poderia ser aplicado de forma geral para Prússia, Áustria (Maria Teresa e Josefismo), Suécia (Gustavo III), Dinamarca (Christian VII), Rússia (Catarina II), Polónia (Stanislaw II), Estados italianos, Espanha (Carlos III) e Portugal (Marques de Pombal), no entanto França e Inglaterra deveriam ser excluídos de tal categorização, Jochen Schoblach, “Monarch”, in Michel Delon (ed.), *Encyclopedia of the Enlightenment*, New York, Routledge, 2013, p. 847.

³⁸ Seguindo a pista deixada por John G. Gagliardo em *Enlightened Despotism*, encontramos de facto uma infinidade de autores a utilizar o termo, mas em especial uma interessante referência a Sebastião de Carvalho e Melo como “o sanguinário Pombal”. A explicação de William Samuel Lilly, também para Portugal, mas tendo Espanha como exemplo, retrata as dificuldades históricas em se observar Iluminismo num reino devoto à religião católica, onde as liberdades estariam sob um longo eclipse, William Samuel Lilly, *Chapter in European history: with an introductory dialogue on the philosophy of history*, vol. 2, London, Chapman & Hall, 1886, p. 115. Para uma discussão do termo em francês, cf. discussão ainda interessante de G. Lefebvre, “Le despotisme éclairé”, *Annales historiques de la Révolution française*, vol. 21, n. 114, April 1949. Em inglês, o termo passou por algumas transformações, “despotismo esclarecido” para “absolutismo iluminado/ilustrado”, Peter Wilson, “Enlightened Absolutism”, in *Absolutism in Central Europe*, Routledge, 2002, p. 108.

intolerantes poderiam furtar-se³⁹. Victor de Sá defendeu que o despotismo esclarecido foi uma primeira geração da filosofia das Luzes, onde a reforma ainda era pensada a partir de cima⁴⁰. Hoje, o despotismo esclarecido perdeu força entre as análises historiográficas, mas o conceito ainda representa a base de boa parte das discussões acerca do Iluminismo português, apesar de já não ser mais consenso⁴¹.

A utilização do conceito de “despotismo esclarecido” implicou na ideia de que as Luzes somente chegaram devido à intervenção directa e não subtil do monarca. Tal tipo de compreensão elimina a presença de qualquer grupo social, uma vez que a ação ilustrada seria dada apenas pelo monarca: as bibliotecas e suas leituras colectivas, os diplomatas e suas memórias dedicadas à transformação do Império, e todo um grupo de filósofos e pares de uma elite letrada, nobre ou financeira, ficariam assim relegados a coadjuvantes de um Iluminismo marcado pela figura do monarca; além da participação popular, com sua literatura difamatória e novas formas de sociabilidade⁴², igualmente negligenciada por esta perspectiva vista de cima⁴³. Portanto, mesmo quando não aplicado no sentido explícito de separar um mundo iluminista de outro absolutista, o conceito de despotismo esclarecido elimina a participação do público, da esfera pública na Ilustração – fonte argumentativa de

³⁹ Jochen Schoblach, “Monarch”, p. 847. John G. Gagliardo discorda desta periodização em “Enlightened Despotism as an epoch of European History”, in *Enlightened Despotism*, Arlington Heights, Harlan Davidson, 1986, p. 86.

⁴⁰ Victor de Sá, “Apresentação”, in Victor de Sá (ed.), *Ribeiro Sanches: “Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se” e outros textos*, 2a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980, p. 32. Para uma interpretação global do conceito, cf. também Jean Meyer, *Le despotisme éclairé*, Paris, PUF, 1991.

⁴¹ Cf. discussão em Júnia Ferreira Furtado, *Oráculos da geografia iluminista*, pp. 72–77. Eberhard Weis apresentou um interesse retrospecto do conceito, mas com uma aplicação diferente da usualmente empregada para o caso português: Eberhard Weis, “Enlightenment and Absolutism in the Holy Roman Empire”. Embora não concordemos propriamente com as considerações de Charles Ingrao, o seu artigo sobre o “problema do despotismo esclarecido” é uma das discussões mais instigantes acerca deste conceito, Charles Ingrao, “The Problem of “Enlightened Absolutism” and the German States”, *The Journal of Modern History*, vol. 58, n. Supplement: Politics and Society in the Holy Roman Empire, 1500-1806, December 1986.

⁴² Maria Alexandre Lousada, “Sociabilidades mundanas em Lisboa: Partidas e Assembleias, c. 1760-1834”, *Penélope: revista de história e ciências sociais*, n. 19–20, 1998.

⁴³ Eduardo Teixeira de Carvalho Júnior, “Verney e a questão do iluminismo em Portugal”, in Andréa Doré and Antonio Cesar de Almeida Santos (eds.), *Temas setecentistas: governos e populações no Império português*, Curitiba, UFPR-SCHLA, 2009, p. 301.

diversos investigadores no que toca a definição da presença de uma Ilustração forte⁴⁴.

Para exemplificar esta relação, basta observarmos as leituras que descrevem que Portugal apenas viu alguma esperança de abraçar o século das Luzes por inteiro por meio das mãos libertadoras, ainda que contraditórias, de Sebastião José de Carvalho e Melo⁴⁵. Referência flagrante desta perspectiva, Natália Bebiano sustenta um reino da escuridão para Portugal, em que se viveria numa atmosfera de profunda ignorância rompida apenas pelo Marquês de Pombal, onde a matemática não teria tido espaço para se desenvolver⁴⁶.

O papel dos estrangeirados na difusão do Iluminismo português

Até aqui, relembramos que Iluminismo e Imperialismo não são tão distantes quanto se podia imaginar, discutimos a abordagem nacional e a adopção de paradigmas explicativos do Iluminismo, bem como analisamos os conceitos de centro/periferia e despotismo esclarecido. Cabe enfim examinarmos o conceito de *estrangeirado*, definindo-o historicamente e discutindo suas implicações na análise do Iluminismo português tendo em consideração que este conceito está directamente relacionado à nossa investigação.

⁴⁴ Eduardo Teixeira de Carvalho Júnior, por exemplo, diferencia Luís Antono Verney e outros ilustrados da existência de uma “esfera pública”, ou seja, sua análise questiona a capacidade de Portugal “promover um ambiente de debates próprios do Iluminismo”, Eduardo Teixeira de Carvalho Júnior, *Verney e a questão do iluminismo em Portugal*, Dissertação de Mestrado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2005, p. 68.

⁴⁵ Carlos Filgueiras, “Havia alguma ciência no Brasil setecentista”, p. 351. José Carvalho, Lúcia Lima e Russell Craig defenderam que apesar das reformas levadas a cabo por D. João V “o conservadorismo, atraso cultural e intolerância religiosa” teriam fornecido uma “base fraca para a adopção das ideias iluministas”, José Matos Carvalho et al., “Early cost accounting practices and private ownership: The Silk Factory Company of Portugal, 1745-1747”, *Accounting Historians Journal*, vol. 34, n. 1, June 2007, p. 65. Em discussão distinta, mas importante para compreensão do conceito, Nuno Gonçalo Monteiro criticou a afirmação de que Pombal fosse um déspota esclarecido, uma vez que o modelo analítico ‘despotismo esclarecido’ era aplicado aos reis, Nuno Gonçalo Monteiro, “Pombal’s Government: Between Seventh-Century Valido and Enlightened Models”, in Gabriel Paquette (ed.), *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2009.

⁴⁶ Natália Bebiano, “Mathematical Horizons: Light and Darkness in Portugal in the 18th Century”, *Historia Mathematica*, vol. 23, n. 3, August 1996. Para uma leitura aprimorada das visões sociais que se tinha da matemática no século XVIII e dos conceitos matemáticos predominantes, cf. Thomas L. Hankins, *Jean d’Alembert*.

Se as discussões anteriormente abordadas nesta introdução são importantes para percebermos o Iluminismo, ou mais propriamente como este têm sido estudado e de que maneira pretendemos analisá-lo, o conceito de *estrangeirado* toca directamente nossa pesquisa uma vez que o grupo de luso-brasileiros foi educado fora do Império português.

Se estes homens poderiam ser classificados como *estrangeirados* quais, afinal, são os elementos que credenciam a classificação de um indivíduo ou grupo como tal? O primeiro, e axiomático ponto, é o facto de terem vivenciado alguma experiência fora do Império português. Além deste, a percepção comparativa entre a realidade lusa e o mundo estrangeiro, impulsionada pelas ideias iluministas e, por fim, a sugestão de mudanças com o objectivo de melhorar o Império complementam esta espécie de lista. Todavia, esta definição apresenta apenas uma ideia superficial do conceito, pois o mesmo foi utilizado em distintos contextos no Portugal contemporâneo com sentidos totalmente diversos e, talvez por este motivo é um dos conceitos mais delicados ao estudo do iluminismo em terras lusas.

António Sérgio propôs um conceito pouco definido, empregado como meio de analisar a ilustração em Portugal. Sua ideia de *estrangeirado* possuía uma acepção positiva, cosmopolita; era a concepção de que o Iluminismo foi um movimento cultural europeu e, neste sentido, *estrangeirado* seria aquele homem ligado ao processo de transformação sociopolítico vivenciado no século XVIII: um homem comprometido com o progresso do Império português, ainda que dele afastado, e igualmente empenhado no desenvolvimento humano (humanismo)⁴⁷.

Partindo da proposição de Sérgio, diferentes historiadores procuraram definir o conceito à própria visão. Flávio Rey de Carvalho notou o contexto político que envolveu Sérgio e sua análise do debate entre republicanos nacionalistas e opositores⁴⁸ auxilia-nos a perceber em que medida o conceito de António Sérgio foi redefinido por Jorge Borges de Macedo, passando a caracterizar-se negativamente por um maniqueísmo entre o nacional e o estrangeiro, elemento que acabou por ser

⁴⁷ António Sérgio, "O reino cadaveroso ou problema da cultura em Portugal", in *Ensaios*, vol. II, 2nd ed., Lisboa, Sá da Costa, 1976.

⁴⁸ Flávio Rey de Carvalho, *Um iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra de 1772*, Dissertação de Mestrado, Brasília, Universidade de Brasília, 2007, p. 12.

visto como desvirtuador do carácter nacional⁴⁹. A discussão do conceito conduzida por Tiago dos Reis Miranda também assinala as repercussões políticas no processo de formação do conceito e analisa a inserção de um sentido crítico dado por Jaime Cortesão, posto ter apontado limitações destes *estrangeirados* em perceberem a realidade nacional⁵⁰.

Breno Ferreira indicou que o fim do salazarismo abriu espaço para outras leituras e que o resultado destas novas linhas analíticas permitiu a contestação das concepções que desuniam os ibéricos do restante da Europa e permitia rever a noção de *estrangeirado*⁵¹.

Ana Simões, Maria Paula Diogo e Ana Carneiro realizaram uma biografia científica do Abade Correia da Serra e observaram-no numa rede de academias ilustradas⁵². Cientes das problemáticas de sua utilização, as autoras tentaram adaptar o conceito de *estrangeirado*: elementos importantes na introdução, disseminação e propagação das ideias ilustradas em Portugal, estes seriam intelectuais “europeizados”⁵³. Integrando-o ao conceito de redes, as autoras defenderam o uso do conceito no sentido por elas sugerido, uma vez que a participação de Correia da Serra na internacionalização da cultura científica estaria comprometida caso o mesmo estivesse permanecido em Portugal⁵⁴. A caminhar neste sentido, Cristiana Bastos analisou igualmente o Abade Correia da Serra, sob o prisma da construção de uma rede científica⁵⁵.

⁴⁹ Jorge Borges de Macedo, *Estrangeirados: um conceito a rever*, Lisboa, Edições do Templo, 1979.

⁵⁰ Tiago C. P. dos Reis Miranda, ““Estrangeirados”: A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII”, *Revista de História*, n. 123-124, 1990/1991. Cf. este texto para uma discussão sobre o conceito e seus empregos em outras correntes da historiografia portuguesa.

⁵¹ Breno Ferraz Leal Ferreira, *Contra todos os inimigos. Luís Antonio Verney: historiografia e método crítico (1736-1750)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2009, p. 56.

⁵² Ana Simões et al., *Cidadão do mundo: uma biografia científica do Abade Correia da Serra*, Porto, Porto Editora, 2006.

⁵³ Maria Paula Diogo et al., “The Portuguese naturalist Correia da Serra (1751–1823) and his impact on early nineteenth-century botany”, *Journal of the History of Biology*, vol. 34, n. 2, 1 June 2001, p. 354. Pode-se conferir ainda um retrospecto historiográfico dos sentidos empregados pelos historiadores portugueses ao termo no artigo Ana Carneiro and Ana Simões, “Enlightenment Science in Portugal: The *Estrangeirados* and their Communication Networks”, *Social Studies of Science*, vol. 30, n. 4, 8 January 2000, pp. 592–594.

⁵⁴ Ana Simões et al., *Cidadão do mundo*, p. 9, nota 32.

⁵⁵ Cristiana Bastos, “Of objects, networks, politics and poetics: the Royal Academy of Sciences of Lisbon in the context of the Enlightenment”, in Ana Delicado (ed.), *Associations and other groups in Science: an historical and contemporary perspective*, Newcastle, Cambridge Scholars Publishing, 2013.

Victor de Sá também se vale do conceito de *estrangeirado* e assim classifica António Nunes Ribeiro Sanches⁵⁶. Este autor vê o Iluminismo apenas como uma preparação ideológica da Revolução Francesa⁵⁷ e pelo facto de os estadistas terem adoptado as ideias ilustradas, classifica-o como um dos representantes portugueses mais categorizados do Iluminismo⁵⁸. Também afeito à ideia de que aos *estrangeirados* se deve a inserção do Iluminismo em Portugal, Demerval Saviani analisou as reformas educacionais pombalinas a partir de um ambiente controverso entre religião e razão, entre fé e ciência⁵⁹.

No entanto, a historiografia actual procurou, de outra parte, analisar o Iluminismo português para além de propor revisões e contributos deste conceito. Júnia Ferreira Furtado analisou o perfil de José Vieira Couto enquanto um membro da elite intelectual luso-brasileira inserido na Ilustração⁶⁰. Além de Vieira Couto, a autora discutiu o papel de D. Luís da Cunha, bem como a formação de academias e sociedades na primeira metade do setecentos português. Devido à multiplicidade de sentidos que este conceito traz, Júnia Furtado propôs o conceito alternativo de *emboabas ilustrados*⁶¹, bem como criticou o uso do termo “eclectico”, uma vez que este torna o caso português atípico frente aos demais movimentos ilustrados europeus. A autora advogou ainda a ocorrência das luzes no Portugal joanino, argumentando a existência de um grupo de intelectuais em torno do rei, referenciou a formação da biblioteca real e, em outras palavras, tentou apresentar os elementos que lhe permitem defender a existência de uma opinião pública, ainda que embrionária, para além de um grupo de *estrangeirados*⁶².

⁵⁶ Victor de Sá, “Apresentação”.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 32.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 33.

⁵⁹ Dermeval Saviani, “As ideias pedagógicas do despotismo esclarecido (1759-1827)”, in *História das ideias pedagógicas no Brasil*, 2nd ed., Campinas, Autores Associados, 2008.

⁶⁰ Júnia Ferreira Furtado, “Enlightenment Science and Iconoclasm”.

⁶¹ Segundo a autora, o conceito busca reflectir a relação entre as atenções nacionais (daí *emboabas*), do desenvolvimento de Portugal, com as internacionais, típica dessa elite letrada. A autora justificou a utilização do termo *emboabas* devido à centralidade das Minas Gerais e suas riquezas para os administradores e intelectuais portugueses, enquanto uma expressão deste iluminismo, ao mesmo tempo universalista e atento às demandas do Império português, Júnia Ferreira Furtado, *Oráculos da geografia iluminista*, pp. 115–122.

⁶² *Ibid.*, pp. 115–119.

Gabriel Paquette também criticou a ideia de *estrangeirado* e, por tal elemento, é uma das reduzidas análises em inglês que problematizaram aspectos da historiografia portuguesa. Segundo o autor, a parte foi confundida pelo todo, posto que o inegável papel do universo estrangeiro no Iluminismo português foi largamente considerado como o fenômeno em si⁶³.

Alguns investigadores seguem, todavia, uma linha interpretativa distante do conceito de *estrangeirados* e não o empregaram para analisar o Império português e suas análises têm em comum a percepção de que o Iluminismo português não pode ser analiticamente restringido a um grupo específico de ilustrados. Destacável discussão neste sentido, a abordagem sob o prisma conceitual das redes de informação de Lorelai Kury analisou as leituras e referências nacionais e estrangeiras feitas por ilustrados como Alexandre Rodrigues Ferreira e Manuel Arruda Câmara. Para ela, a relação desses ilustrados com o Iluminismo internacional não foi passiva, terminando por defender que “a internacionalização do debate científico em Portugal e no Brasil foi acompanhada por uma crescente tentativa de valorização da situação tropical e americana”⁶⁴.

Acerca especificamente da América portuguesa, Francisco Falcon procurou notar as consequências da adoção das ideias ilustradas⁶⁵, Rafael Campos preocupou-se em analisar a inserção portuguesa nas Luzes por meio da presença de uma produção científica na América, para além dos *estrangeirados*⁶⁶ e Jean Luiz Neves de Abreu defendeu uma simetria qualitativa entre a Ilustração portuguesa e o

⁶³ Gabriel Paquette, “Political economy, local knowledge and the reform of the Portuguese empire in the Enlightenment”, in Jesús Astigarraga and Javier Usoz (eds.), *L'économie politique et la sphère publique dans le débat des Lumières*, Madrid, Casa de Velázquez, 2013, p. 249. Em outra ocasião, Rafael Campos criticou também o conceito justamente por colocar a ilustração portuguesa à depender de uns poucos, Rafael Dias da Silva Campos, “O internacionalismo da medicina portuguesa: teses de luso-brasileiros em Montpellier”, in Maria de Fátima Nunes et al. (eds.), *Internacionalização da Ciência: Internacionalismo Científico*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2014.

⁶⁴ Lorelai Brilhante Kury, “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 11, n. suplemento 1, 2004.

⁶⁵ Francisco José Calazans Falcon, “Ilustração e Revolução em Portugal e na América Portuguesa”, in Francisco Ribeiro da Silva (ed.), *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

⁶⁶ Rafael Dias da Silva Campos, “Que de autor basta eu...”: *O Mundo Natural nos Diálogos Geográficos de José Barbosa de Sá*, Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2012, pp. 29–32.

Iluminismo no restante Europa⁶⁷. Em *Nos domínios do corpo*, o autor problematizou a ideia de atraso e defendeu uma visão contextualizada não esquivando-se de deixar marcadas a herança da religião, da astrologia e da magia⁶⁸.

E dos investigadores que defendem ter havido Ilustração portuguesa sem necessariamente requerer explicações a respeito dos *estrangeirados*, diversos outros nomes podem ser observados. Destes, Ângela Domingues analisou a actuação de Francisco de Sousa Coutinho, Governador do Grão-Pará e Maranhão e irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A investigadora procurou analisar a actuação daquele homem inserido num contexto específico onde a recolha de informação pode ser tomada como elemento caracterizador do Iluminismo⁶⁹. Mas além deste, Domingues percebeu também toda uma rede ilustrada portuguesa actuante na Royal Society: “diplomatas, políticos ilustres e homens de ciência notáveis ligados à Medicina, Literatura, Matemática, Filosofia Natural, Mecânica”⁷⁰, sendo que na segunda metade do século XVIII esta rede, justamente afeita aos valores iluministas, estava a serviço do Estado português⁷¹. Por fim, cabe observar desta autora ainda a importante percepção, ainda por se discutir, de que muito do saber produzido foi mantido em sigilo pelo Estado português⁷².

Portanto, se o conceito empregado por António Sérgio teve muito que ver com a situação política portuguesa da altura e se por disputas políticas sua concepção foi transformada: se quando empregado pela historiografia recente sua

⁶⁷ Jean Luiz Neves Abreu, “A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das “luzes” e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 14, n. 3, 2007, p. 770; Rafael de Lima Fonseca and Jean Luiz Neves Abreu, “O Iluminismo híbrido de Antônio Ribeiro Sanches”, in *Anais do XVIII Encontro Regional Anpuh-MG*, Mariana, EdUFOP, 2012.

⁶⁸ Jean Luiz Neves Abreu, *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*, Edição em Epub., Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2011, p. 15, 174 (edição em “epub”).

⁶⁹ Ângela Domingues, “Um Governador ilustrado”.

⁷⁰ Ângela Domingues, “Notícias do Brasil colonial: a imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra)”, *Varia História*, vol. 22, n. 35, 2006, p. 157.

⁷¹ Ângela Domingues, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 8, n. Suplemento, 2001; Ângela Domingues, “Na confluência da política, da diplomacia e da ciência: a fronteira na Amazônia colonial”, in *Seminário Permanente de História do Brasil*, Lisboa, 2013.

⁷² Ângela Domingues, “For the relief of Man’s state or the advancement of national interests? A percepção da natureza brasileira ao serviço das nações e da humanidade nos escritos dos viajantes do século XVIII”, *Diálogos*, vol. 14, n. 2, 2010, pp. 253–254.

explicação demanda restringir o sentido do conceito ao ponto de se pensar numa nova formulação do mesmo e, por fim, se seu uso pode ser relacionado com outros conceitos – despotismo esclarecido e centro/periferia, por exemplo – que em conjunto acabam percebendo uma realidade portuguesa de todo distante ao movimento da ilustração, por quê necessariamente o mesmo ainda poderia ser elemento de explicação do Iluminismo português? Respeitando-se as análises específicas de investigadores que percebem um Portugal alheio ou atrasado em relação à ilustração, propomo-nos que – diferentemente dos demais conceitos debatidos aqui – este conceito não seja utilizado por aqueles que procuram analisar o Iluminismo em terras lusas. Uma vez que seu emprego possui implicações nem sempre perceptíveis e por este motivo exige explicações altercáveis, esbarra-se num processo de construção histórico nacionalista/ufanista que deve ser evitado, além de não ser utilizado por outras historiografias para explicar o Iluminismo no restante da Europa, por que não desvincular-se do mesmo e cogitar perceber a ilustração portuguesa complexamente entrelaçada entre o “nacional” e o “estrangeiro”?!

A finalizar, salientamos nossa percepção de que o Iluminismo não pode ser dissociado do Imperialismo; que o referencial nação/nacional pode ser adoptado, com restrições, mas que a ideia de centro/periferia não parece ser tão útil para os estudos iluministas; ou que conceitos como despotismo esclarecido foram importantes para perceber o Iluminismo onde antes se negava sua presença, mas que actualmente carece de revisão de sentido àqueles que o desejem utilizar e, enfim, que a preconcepção de um Império português estrangeirado deve ser revista, analisada, e só então definida.

Iluminismo, Medicina e Política na segunda metade do século XVIII

Introdução

Tendo discutido na Introdução questões teórico-metodológicas essenciais para a percepção do papel desempenhado pelos médicos luso-brasileiros em Montpellier, especialmente no que toca à presença e caracterização do Iluminismo em terras lusas, este capítulo intentará analisar o caso específico da medicina iluminista no século XVIII.

Por um lado, a comparação da medicina iluminista em contexto europeu com a sua situação no Império português (ressalte-se a América) faz-se, em nosso entender, necessária não somente porque a nossa proposta de análise está centrada no grupo de médicos luso-brasileiros formados na Universidade de Montpellier, mas igualmente porque embora o Iluminismo seja um tema estudado, sua vertente médica acaba por receber menor atenção. Para além disso, a percepção do contexto médico colonial português e da inserção dos luso-brasileiros na medicina da época somente pode ser efetivada se analisarmos o contexto em que estavam inseridos, não somente quanto às ideias do seu período, mas também em relação às doenças que mais fortemente afligiam a população e às concepções médicas acerca destas doenças.

A constituição deste cenário propiciador de uma investigação específica do iluminismo médico e da inserção dos médicos luso-brasileiros nele, dar-se-á por meio da análise de diferentes elementos que compõem o contexto médico setecentista: social (os agentes de cura e os elementos advindos destas relações, os aspetos sociais da doença e suas implicações numa sociedade segmentária e escravocrata), saúde (as doenças em si), político (o papel desempenhado pelos estados na condução de políticas massivas de saúde pública e na institucionalização e laicização do cuidar) e ideias (impacto das ideias iluministas na medicina e as persistências na adoção de novas ideias e métodos na concepção da doença e da cura,

nos procedimentos terapêuticos em si, nas investigações filosóficas e acadêmicas ou, em outras palavras, na transformação do fazer médico).

Como se poderá perceber a seguir, todos estes elementos estava interligados: um determinado Estado podia, por exemplo, adotar uma política pública que privilegiasse teorias médicas de autores influenciados pelo Iluminismo, que acreditavam que a limpeza dos ambientes públicos e dos ares seria a solução para o fim de uma epidemia específica, desde que os doentes fossem levados para instituições com fins de tratamento e não apenas para casas assistenciais destinadas a confortar espiritualmente os acometidos por uma moléstia. Mas estes autores viam com grande distância as contribuições dos agentes de cura não pertencentes à suas corporações. Neste sentido, para percebermos os processos de mudanças na ordem do pensar e fazer médico que ocorreram ao longo do século XVIII por influência do Iluminismo, é preciso conhecermos minimamente o conjunto de doenças que mais afligiam a população, uma vez que era a elas que diversos segmentos sociais envolvidos na cura estavam atrelados.

Um Império português de moléstias: doenças conhecidas e desprezadas no contexto médico de setecentos

A investigação acerca de uma doença enquanto passível de historicidade segue em grande medida a proporção de sua mortalidade⁷³. Assim, quanto maior é o impacto humano, ou seja, quanto mais letal for a doença, mais estudada e conhecida

⁷³ No que toca à historicidade das doenças, convém observar que a proposta de Bruno Latour contribui particularmente para a percepção dos limites das análises que avaliam avanços científicos dados *per se*, como que à espera de serem descobertos. Estas análises acabam por ser heroicizantes da ciência e dos cientistas que teriam conduzidos sozinhos a estes grandes avanços e deixam de observar os elementos integradores que permitiram a aceitação destas conclusões. Esta crítica é salutar quando observamos, por exemplo, o valor exclusivamente dado à Edward Jenner na descoberta da vacina antivariólica. Todavia, a proposta do autor configura-se problemática quando adentrarmos ao campo prático: valendo-se de seu modelo, poderíamos afirmar que a erisipela não existia tal como a conhecemos, posto que não se tinha conhecimento das bactérias no século XVIII. Mas não é porque a erisipela tal como a conhecemos não “existia” que o agente etiológico em si não existisse. O argumento de Latour pode muito bem ser utilizado de modo a frearmos a sede heroicizante que usualmente depositamos nos grandes nomes da ciência, mas não contribui para o facto de que, mesmo hoje, o desconhecimento humano sobre certas patologias não impede em nada a existência das mesmas. Bruno Latour, *A esperança de pandora: Ensaio sobre a relidade dos estudos científicos*, Bauru, Edusc, 2001.

se torna. Mas para o nosso objetivo é preciso observar de modo mais amplo o conjunto de doenças do período em consideração, caso contrário corremos o risco de avaliar erroneamente as preocupações e valores que motivam os agentes de cura e a população, supervalorizando determinadas doenças e desvalorizando outras.

Doenças mortais e de forte impacto sociocultural como a tuberculose, a sífilis ou a peste podem ser facilmente encontradas em diversas fontes e manuais de história médica. Mas é preciso lembrarmos que as doenças têm história, suas existências passam por uma inter-relação entre as predisposições sócioambientais quanto à propagação/contágio e os conhecimentos humanos de profilaxia e terapia. Doenças que existiram no século XVIII e que já não existem como o maculo, por exemplo, ou que não mais ocorrem na América, como a Dracunculose (também conhecida por Doença do Verme da Guiné), ou que já não matam como outrora, como as verminoses em geral, foram qualificadas como de importância pública em tratados médicos de então⁷⁴. Contudo, é estranho observar a pequena quantidade de registos em documentos de época e a carência de discussões historiográficas sobre estas doenças menos conhecidas. Ocorre que diversas destas enfermidades exerceram também um significativo impacto na qualidade de vida e nos índices de mortalidade durante o século XVIII, apesar de serem menos referenciadas historiograficamente⁷⁵.

Tomaremos como exemplo dois casos, sendo que um deles está diretamente relacionado com o conjunto de doenças discutidas pelos luso-brasileiros de Montpellier. O primeiro é uma das anomalias congénitas mais comuns na espécie

⁷⁴ Um destes exemplos é Luiz António de Oliveira Mendes, “Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d’África e o Brasil”, in *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. 4, Lisboa, Na Officina da Academia Real das Sciencias, 1812. Esta memória, apesar de conhecida por este nome, foi publicada como *Discurso académico ao programma: Determinar com todos os seus symptomas as doenças agudas, e chronicas, que mais frequentemente accommettem os Pretos recém-tirados da Africa: examinando as causas da sua mortandade depois da sua chegada ao Brasil: se talvez a mudança do clima, se a vida mais laboriosa, ou se alguns outros motivos concorrem para tanto estrago: e finalmente indicar os methodos mais apropriados para evitalo, prevenindo-o, e curando-o. Tudo isto deduzido da experiência mais sizuda, e fiel.*

⁷⁵ Olivier Zeller, *La Ville Moderne: XVIe-XVIIIe siècle*, Paris, Éd. du Seuil, 2012, pp. 218–219.

humana⁷⁶. O segundo refere-se a uma doença de pele, erisipela, que teve impacto significativo em regiões da América portuguesa.

As anomalias têm história, o caso esquecido do lábio leporino

Conhecida popularmente por lábio leporino, esta anomalia pode ser dividida em dois segmentos: a fissura labial e a fenda palatina (também chamada de fenda palatal), que podem ocorrer de forma conjunta ou separadamente. Devido à dificuldade na sucção, o recém-nascido tem problemas na alimentação (deficit nutricional) e sofre alterações na dentição, mas também pode ter distúrbios na fala e infecções de ouvido, que inclusivamente podem levar à perda da audição. A estes fatores, ao menos hodiernamente, podemos somar dificuldades de sociabilização e preconceito social⁷⁷.

Seu nome foi atribuído devido ao aspeto de lábio de lebre que teria uma pessoa com lábio leporino⁷⁸. Keith Thomas apontou uma crença dos bretões antigos que perdurou até a Idade Moderna de que se uma grávida comesse carne de lebre poderia dar à luz uma criança com lábio leporino⁷⁹. Os relatos são relativamente escassos, sendo encontrados quase exclusivamente em manuais de cirurgia⁸⁰.

⁷⁶ Lauren Medeiros Paniagua et al., “Estudo comparativo de três técnicas de palatoplastia em pacientes com fissura labiopalatina por meio das avaliações perceptivo-auditiva e instrumental”, *International Archives of Otorhinolaryngology*, vol. 14, n. 1, 2010.

⁷⁷ Para uma discussão sobre preconceito e lábio leporino, cf. Cintia Magali da Silva et al., “A escola na promoção da saúde de crianças com fissura labiopalatal”, *Texto & Contexto Enfermagem*, vol. 22, n. 4, 2013; Diana da Silva Martins et al., “Health education: the role of the nurse in improving quality of life the of carriers of cleft lip and palate”, *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online*, vol. 4, n. 1, 2012; João Luiz Gurgel Calvet Silveira and Carla Mayara Weise, “Social Perceptions of Mothers of Children with Cleft Lip/Palate Breast-Feeding”, *Brazilian Research in Pediatric Dentistry and Integrated Clinic*, vol. 8, n. 2, 2008.

⁷⁸ Francisco Villaverde, “Del labio leporino, ó pico de liebre”, in *Operaciones de cirugía: según la más selecta doctrina de antiguos, y modernos, dispuestas para uso de los Reales Colegios*, vol. 2, Madrid, por la viuda de Ibarra, hijos y compañía, 1788, p. 87.

⁷⁹ Keith Thomas, *Man and the Natural World: Changing Attitudes in England 1500-1800*, London, Penguin, 1991, p. 74.

⁸⁰ A presença desta anomalia nos manuais de cirurgia pode, mais das vezes, ser explicada não apenas pelos desafios de se realizar um tal procedimento, mas, e principalmente, pelo sucesso e vantagens que auferiam aqueles que apresentavam um procedimento cirúrgico bem sucedido. Em 1776, por exemplo, um oculista conhecido por Dr. Uytrecht fazia propaganda no condado inglês de Herefordshire por, dentre outras coisas, ter curado um lábio leporino em cinco dias. Jane M. Adams,

No repositório europeu de bibliotecas (The European Library e Europeana), que abrange as bibliotecas nacionais de 48 países, além das principais bibliotecas de centros de investigação do continente, só pudemos identificar um total de 8 teses e memórias exclusivamente dedicados ao lábio leporino. Sabemos que diversos autores, especialmente cirurgiões, mas também médicos, discutiram acerca da anomalia, a começar por Boerhaave nos *Aphorismos de Cirurgia*⁸¹ e a passar por Manoel José Leitão no seu *Tratado completo de anatomia, e cirurgia*⁸², mas se compararmos estes dados com o número de obras sobre varíola, poderemos observar que esta anomalia foi praticamente negligenciada, também pelos agentes de cura. Como consequência, ela afigura-se como tendo uma importância insignificante nos manuais de história médica, acabando por não ser discutida nestes manuais⁸³, muito embora fosse considerada uma monstruosidade juntamente com outras malformações⁸⁴, e por muitos vista como uma marca do Demónio⁸⁵.

Esta constatação suscita um questionamento: porquê tão poucos relatos sobre fissuras labiopalatais, porquê tão insignificante atenção à mesma? Sabemos da carência de manuais sobre este assunto e certamente devem ser levados em consideração que o conhecimento técnico-científico de então representava um entrave no que respeita a execução de procedimentos cirúrgicos e sua consequente

The mixed economy for medical services in Herefordshire c. 1770 - c. 1850, Tese de Doutoramento, Coventry, University of Warwick, 2003, pp. 55–56.

⁸¹ Hermann Boerhaave, *Aphorismos de cirurgia*, vol. 1, Madrid, En la Imprenta de Pedro Marin, 1774.

⁸² Manoel José Leitão, *Tratado completo de anatomia, e cirurgia con hum rezumo da historia de anatomia, e cirurgia, seus progressos, e estado della em Portugal*, vol. IV, Lisboa, na Offic. da Academia Real das Scienc., 1788.

⁸³ Reconhecemos a anterioridade dos manuais de história geral da medicina, que não discutem lábio leporino e outras anomalias, mas salientamos suas contribuições para uma melhor compreensão do fazer médico em Portugal e da história de várias instituições e médicos portugueses. Todavia, convém observar a ausência aos referidos temas em Armando Tavares de Sousa, *Curso de História da Medicina: das origens aos fins do século XVI*, 2nd ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996; Maximiano de Lemos, *História da medicina em Portugal: doutrinas e instituições*, 2nd ed., Lisboa, Dom Quixote; Ordem dos Médicos, 1991, (Biblioteca da Ordem dos Médicos).

⁸⁴ Sobre monstros, cf. Palmira Fontes da Costa, *O corpo insólito: dissertações sobre monstros no Portugal do século XVIII*, Porto, Porto Editora, 2005, (Ciência e Iluminismo); Luís Ceriaco, “Sobre um “Monstro bicorpóreo Eborense do século XVIII””, *Midas*, n. 2, 2013; Luís Ceriaco et al., “Os monstros ainda “existem”? Os monstros de Vandelli e o percurso das colecções de história natural do século XVIII”, in *Actas do Congresso Luso-brasileiro de História das Ciências*, Coimbra, 2011, at <http://www.uc.pt/ruas/links/ceriaco>.

⁸⁵ Philip L. Safford and Elizabeth J. Safford, *A History of Childhood and Disability*, New York, Teachers College Press [Columbia University], 1996.

divulgação em textos, mas algumas evidências apontam mais fortemente para outras razões, que não negam a carência de saberes sobre o tema, sendo mais marcante o de que os recém-nascidos identificados com lábio leporino eram “conduzidos a óbito”. Esta afirmação é corroborada pelos seguintes argumentos: (1) o baixo índice de obras que relatam algum tipo de contacto com pacientes com lábio leporino, (2) a ausência de soluções para aspetos significativos quanto sua correção; (3) e o preconceito social e cultural que leva a uma forte negação, por parte dos pais, em ter uma criança com lábio leporino⁸⁶.

Já apontámos a baixa quantidade de obras dedicadas a este tema. Mas se ao longo do século XVIII apenas 8 documentos (do universo documental da European Library e Europeana) tratam especificamente desta questão, pode ser interessante ressaltar que são obras de concepções médicas as mais diversas e que em seu conjunto percebem o lábio leporino como uma monstruosidade, apontam para as dificuldades (quase impossibilidade) de intervenção cirúrgica, exceção apenas às teses, que pelo conteúdo técnico não realizam comentários alheios às características da anomalia e do corpo.

Quanto ao segundo ponto, devemos observar que se o conjunto de textos setecentistas sobre lábio leporino é reduzido, ainda menor é a quantidade daqueles que propuseram soluções para o problema da fenda palatina. Os manuais de cirurgia apontaram para procedimentos cirúrgicos dedicados à correção do lábio (Figuras 1-2)⁸⁷, mas somente há indicação de cirurgia para a correção da fenda do palato em 3 das obras do período sobre o tema⁸⁸.

⁸⁶ Podemos lembrar a famosa consternação de Jane Addams e seus comentários acerca de uma criança deixada pela mãe, devido a anomalia. Jane Addams, *Twenty years at Hull-house, with autobiographical notes*, New York, The Macmillan company, 1911, p. 110. Em Inglaterra, país com produção de dados acerca de procedimentos de aborto, podemos notar que em Julho de 2013 uma comissão do Parlamento inglês concluiu que o direito ao aborto poderia estar a constituir uma discriminação, uma vez que em casos extremos eram realizados procedimentos de aborto unicamente devido à deteção de lábio leporino, John Bingham, “MPs: Abortions being carried out for cleft palates”, *The Telegraph*, 17 July 2013, London.

⁸⁷ Paolo Santoni-Rugiu, “Cleft Lip and Palate”, in *A History of Plastic Surgery*, Berlin, Springer, 2007.

⁸⁸ Os primeiros procedimentos cirúrgicos documentados de sutura do palato são datados do século XIX, Ira M. Rutkow, *The History of Surgery in the United States, 1775-1900*, vol. 2, San Francisco, Norman Publishing, 1992, pp. 291–293.

Em seu *best-seller* editado em 1796⁸⁹, Benjamin Bell afirmava que, a depender do grau de deformação, o lábio leporino *impedia* [sic.] uma criança de sugar⁹⁰. Ainda que reconheçamos as dificuldades de se alimentar um recém-nascido com fenda palatal, o impedimento notado por Bell deixa questões significativas sem resposta: o que era feito destas crianças que “não podiam sugar”? Para os casos em que era possível alimentar o recém-nascido, o autor defendeu a aplicação de uma fina placa de ouro ou prata, juntamente com uma “esponja” de modo a fechar a fenda palatal. Segundo ele, se bem colocada e firme, esta ajudaria na deglutição e na fala. No entanto, Bell afirma que nos casos mais acentuados, a fenda palatal impedia que esta placa fosse eficaz no fechamento da fissura⁹¹.

Mas se Bell afirma que nem todos os casos seriam irremediáveis, esta perspectiva não ocorre noutros tratados de cirurgia do período. Na reduzida quantidade de escritos sobre o tema, foram, portanto, raros os que indicaram intervenções na fenda palatina. Sem qualquer indicação de cura, podemos nomear o tratado de cirurgia de William Northcote, especialmente o capítulo “Of the operation for the hare-lip”⁹², o livro *Elementos de Cirurgia* de John Syng Dorsey⁹³, ou o *Dicionário de Saúde* de Pierre Sue – também conhecido por “Sue, o moço” – onde este afirma que um “tipo” de lábio leporino por ele chamado de *composto* (a fenda palatal) seria incurável⁹⁴.

⁸⁹ I.M.C. Macintyre, “Scientific surgeon of the Enlightenment or ‘plagiarist in everything’: a reappraisal of Benjamin Bell (1749–1806)”, *The Journal of the Royal College of Physicians of Edinburgh*, vol. 41, n. 2, 2011.

⁹⁰ Benjamin Bell, “Of the Hare-Lip”, in *A system of surgery*, vol. 4, 6th ed., Edinburgh, Printed for Bell & Bradfute, 1796, p. 455.

⁹¹ *Ibid.*, pp. 480–481. Actualmente, há procedimentos cirúrgicos que aplicam *grosso modo* esta técnica, onde uma pequena fenda palatina pode ser fechada sem a necessidade de cirurgia reparadora, sendo que em alguns casos utiliza-se uma solução alternativa de tratamento, a saber, a prótese de palato. No entanto, a palatoplastia continua a ser o procedimento mais utilizado para corrigir a fenda palatal.

⁹² William Northcote, *The Marine Practice of Physic and Surgery: Including that in the Hot Countries, Particularly Useful to All who Visit the East and West Indies, Or the Coast of Africa, to which is Added Pharmacopoeia Marina*, vol. 1, London, W. and J. Richardson, 1770.

⁹³ John Syng Dorsey, “Of the Mal-formations: Of hare-lip”, in *Elements of surgery: for the use of students*, vol. 2, 2nd ed., Philadelphia, Published by Edward & Richard Parker and Benjamin Warner, 1818.

⁹⁴ Pierre Sue [le Jeune], *Dictionnaire Portatif Chirurgie, ou Tome III du Dictionnaire de Santé*, vol. 3, 3rd ed., Rouen, Chez la veuve de Pierre du Mesnil, 1788, p. 168.

Pelos relatos, podemos presumir que estes recém-nascidos eram levados para casas de recolhimento ou mortos assim que a fissura era detetada. No que toca a este aspeto cultural, cabe frisar que não intentamos estabelecer relações diretas entre as motivações culturais atuais e as setecentistas, uma vez que são totalmente diferentes, pois o lábio leporino, tal como os gémeos siameses, era concebido no século XVIII como uma monstruosidade. Todavia, se atualmente tantos são os casos relatados de aborto⁹⁵, quando há um processo de correção da fissura labial e da fenda palatina afixado por cirurgias, o que se pode esperar quando esta era vista como uma monstruosidade? Em outras palavras, a anomalia existia e não é porque foi relativamente pouco documentada ou porque a discussão historiográfica é, ao que nos parece, insuficiente, que as consequências de sua ocorrência são insignificantes.

Concluindo, consideramos que esta discussão sobre o lábio leporino e a fenda palatal permite olhar, de modo mais complexo, para a visão de saúde-doença no século XVIII, onde não apenas as doenças, como a varíola, poderiam ser mortais, mas onde as perceções culturais de saúde-doença influenciavam igualmente as condições de sobrevivência de determinados grupos, como por exemplo as dos portadores de anomalias.

⁹⁵ Um conjunto de pesquisadores europeus dedicado à anomalias congénitas, o Eurocat, detectou que 157 procedimentos abortivos foram conduzidos na Inglaterra e País de Gales entre 2006 e 2010, o que corresponde a dez vezes mais abortos devido à lábio leporino que o reportado pelo Departamento de Estatísticas da Saúde da Inglaterra Stephen Adams, “Cleft lip abortions “10 times as common as reported””, *The Telegraph*, 3 February 2013, London.

PLATE LVII.

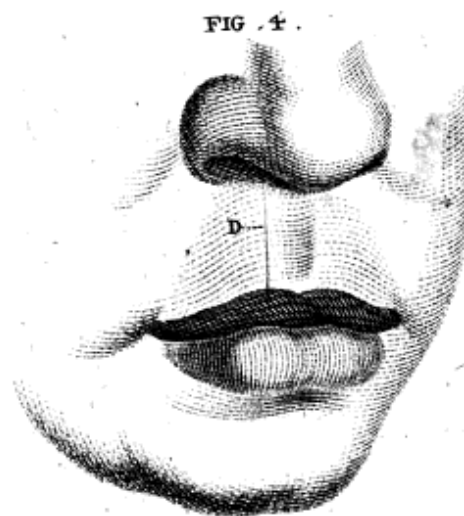
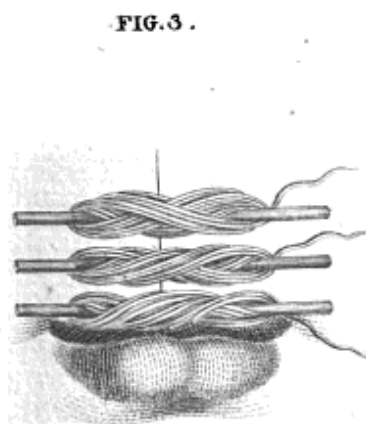
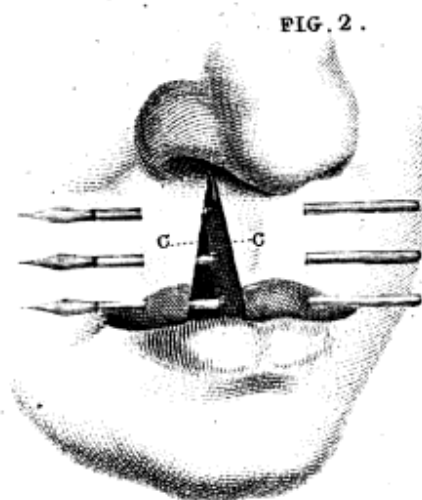
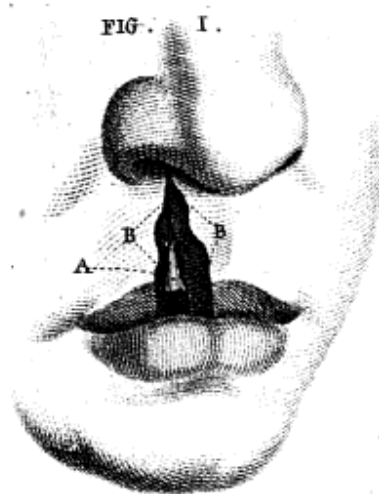


Imagem 1: Benjamin Bell descreve o processo e apresenta representação visual de como deveria ser realizada uma sutura com pinos/agulhas⁹⁶. Detalhe deste modelo de sutura com agulhas também pode ser encontrada em *Elements of surgery*⁹⁷. Esta técnica está documentada desde o século XVI⁹⁸.

⁹⁶ Benjamin Bell, *A System of Surgery*, vol. 4, Edinburgh, Printed for Charles Elliot, 1786 Plate LVII.

⁹⁷ John Syng Dorsey, *Elements of surgery: for the use of students*, vol. 1, 2nd ed., Philadelphia, Published by Edward & Richard Parker and Benjamin Warner, 1818 Plate I.

⁹⁸ Jacques Guillemeau, *Operations on the cheek and for harelip, and instruments*, Dordrecht, I. Canin, 1597.

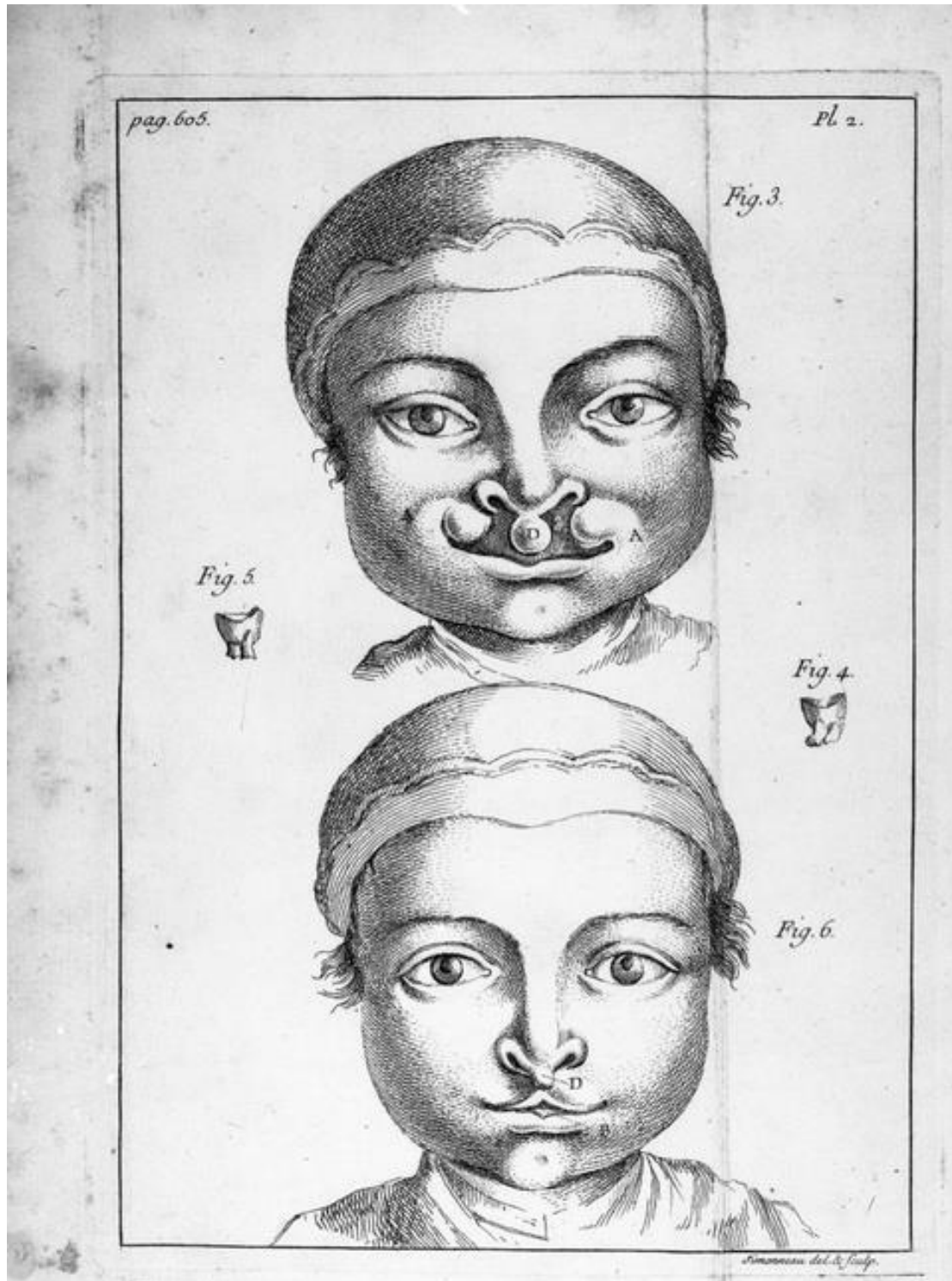


Imagem 2: Imagem referente ao artigo “Observations sur les becs de lièvre venus de naissance”⁹⁹. É interessante observar a preocupação dada à condição do lábio pré e pós-operatório, bem como a presença de informação/representação sobre consequências no nariz (“caído”), o que torna este texto único, pois os demais não fazem referência a consequências no nariz.

⁹⁹ De la Faye, “Observations sur les becs de lièvre venus de naissance, Où l’on expose les moyens de corriger cette espèce de difformité”, in *Mémoires de l’Académie royale de chirurgie*, vol. 1, Paris, Chez Charles Osmont, 1743.

De insignificante à endêmica, a erisipela e o Rio de Janeiro no século XVIII

Um outro caso pouco debatido pela historiografia é o segundo exemplo que nos propusemos analisar: a erisipela. Trata-se de uma doença pouco conhecida, uma infecção bacteriana usualmente causada por *Streptococcus* β -hemolítico do grupo A, que invade o corpo por meio de pequenas entradas, como arranhões, picadas de insetos, úlceras e pequenas infecções¹⁰⁰. Com baixo grau de letalidade, exceto em casos de imunodepressão e insuficiências específicas¹⁰¹, apresenta-se muitas vezes associada à febre puerperal, sendo tratada com penicilina ou por uma associação de antibióticos¹⁰². Porém, pode ser fatal se não for tratada com tais medicamentos¹⁰³, pois pode provocar trombose vascular, liberação de toxinas no organismo e bacteremia¹⁰⁴, ou seja, a presença de bactérias no sangue (o que, apesar de raro, pode levar à sepse ou choque séptico).

Mas se devido aos remédios esta é hoje uma doença branda, a realidade setecentista era assaz diferente. Em princípios do século XIX, o francês Léopold Joseph Renaudin dedicou toda uma obra a discutir a doença, suas características, causas e terapias. Ele divide-a em seis tipos diferentes e receita a quina como tratamento principal¹⁰⁵. Mas não foi o único, ela era endêmica em muitas regiões, como a cidade do Rio de Janeiro¹⁰⁶, onde o cirurgião Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto elaborou sua própria classificação no opúsculo *Prolegômenos*,

¹⁰⁰ E. Doberentz et al., “Unbehandeltes Erysipel”, *Rechtsmedizin*, vol. 21, n. 4, 2011, p. 311.

¹⁰¹ Mónica Caetano and Isabel Amorim, “Erisipela”, *Acta Medica Portuguesa*, n. 18, 2005.

¹⁰² Christine Hallett, “The Attempt to Understand Puerperal Fever in the Eighteenth and Early Nineteenth Centuries: The Influence of Inflammation Theory”, *Medical History*, vol. 49, n. 01, January 2005, p. 16; Mónica Caetano and Isabel Amorim, “Erisipela”, p. 391.

¹⁰³ Um recente caso não tratado foi reportado, onde uma senhora de 46 anos morreu após recusar-se a ir ao médico e realizar o tratamento com antibióticos. É um exemplo recente, mas que auxilia a percepção dos graves efeitos que uma erisipela não remediada pode gerar. E. Doberentz et al., “Unbehandeltes Erysipel”.

¹⁰⁴ James E. Fitzpatrick, “Bacterial infections”, in James E. Fitzpatrick and Joseph G. Morelli (eds.), *Dermatology Secrets Plus*, 4th ed., Philadelphia, Elsevier, 2011, pp. 190–192; Daniel Levy, “Erysipelas”, in David Zieve et al. (eds.), *MedlinePlus Medical Encyclopedia*, Bethesda, U.S. Department of Health and Human Services; National Institutes of Health, accessed 16 December 2014, at <http://www.nlm.nih.gov/medlineplus/ency/article/000618.htm>.

¹⁰⁵ Léopold Joseph Renaudin, *Dissertation sur l'Erysipèle*, Paris, Chez Gabon, 1802, p. 70.

¹⁰⁶ Nireu Oliveira Cavalcanti, *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004, pp. 192–195.

*Ditados pela Obediência, que Servirão às Observações, que for dando das moléstias do país, em cada trimestre*¹⁰⁷.

De modo semelhante a Peixoto, o médico António Joaquim de Medeiros, formado pela Universidade de Coimbra, redigiu uma memória dedicada à Academia das Ciências de Lisboa, com o intento de analisar porque era tão frequente entre os habitantes do Rio de Janeiro uma doença que inchava as pernas (Anexo 3). Medeiros salientou que os escravos e outras pessoas que executavam atividades manuais viviam isentas do mal, mas, ao mesmo tempo, negou que entre as causas estivessem as águas da cidade, ou que fosse devido a patologias¹⁰⁸. Para ele, as principais explicações eram o acúmulo da bile, a ingestão incorreta de comida, a pouca atividade física e os maus ares da cidade, somadas à produção de exalações pútridas devido à prática de deitar lixo na proximidade de regiões aquíferas. A memória de Medeiros aponta para a situação endémica da erisipela no Rio de Janeiro, pois em diferentes momentos o autor ressaltou uma grave recorrência da mesma na região: quando afirmou que os enfermos voltavam sempre a apresentar erupções cutâneas, ou a defender que nos “paizes quentes como é o Rio de Janeiro” ela fazia estragos tão grandes que vitimava famílias inteiras¹⁰⁹.

Mas se esta sua memória terminou por ser pouco conhecida por não ter sido publicada pela Academia das Ciências de Lisboa, o mesmo não pode ser dito sobre sua resposta ao inquérito proposto em 1798 pela câmara do Rio de Janeiro sobre as enfermidades endémicas e epidémicas da cidade¹¹⁰. Sua explicação, bem como a de

¹⁰⁷ Manoel Vieira da Silva, *A saúde pública no Rio de Dom João*, Rio de Janeiro, Senac, 2008.

¹⁰⁸ Medeiros não especifica quais seriam estas patologias, apenas afirma que “Os Pathologicos o querem definir por certos Caracteres internos; eu não estou por esta opniaõ [...]” In: António Joaquim de Medeiros, “Memoria sobre a cauza das frequentes enchaçoens das pernas entre os habitantes do Rio de Janeiro, onde se apontão ao mesmo tempo os meios de as prevenir, e curar”, in *Memorias de Fizica offerecidas à Academia R[eal] das Sciencias que não forão julgadas poder entrar nas suas colleçoens*, vol. 5, [S.l.], [S.d.], (Academia das Sciencias de Lisboa, Lisboa, Manuscritos Série Azul, código 377, Memória 23).

¹⁰⁹ *Ibid.*

¹¹⁰ Camara da Cidade do Rio de Janeiro, “No anno de 1789 se propoz por Acordo da Camara desta Cidade a vários Medicos, hum Programma que tinha por objecto os quesitos seguintes”, *O Patriota*, n. 1, January 1813.

outros dois médicos a este inquérito, foram publicadas no jornal *O Patriota*¹¹¹. O texto de Joaquim de Medeiros segue *grosso modo* o enviado à Academia, embora com algumas particularidades. No texto apresentado à câmara, o autor questiona se as águas da cidade eram a causa de seus males; salienta a importância da geografia na qualidade de vida urbana, afirmando que a população de São Paulo, Mariana e Vila Rica era mais idosa e possuía uma maior expectativa de vida que a do Rio de Janeiro; indica a erisipela como recorrente (e afirma que outras doenças, como a tuberculose, também o eram) e alega que as inchações das pernas decorriam da falta de métodos curativos, uma vez que os habitantes tratar-se-iam apenas com remédios caseiros¹¹².

Segundo Joaquim de Medeiros, este mal era tão comum entre os habitantes da cidade que estes já não o reputavam como enfermidade e, ao retomar argumentos apontados no manuscrito da Academia das Ciências, defende com maior intensidade sua conjuntura devastadora no Rio de Janeiro:

Ve-se logo que a Erisipela no Paiz he por todos os títulos temivel, tanto porque frequentes vezes termina pela gangrena e morte, como eu muitas vezes rapidamente tenho observado, como porque, quasi sempre deixa deformidades nas partes affectadas¹¹³.

A memória de Joaquim de Medeiros publicada em *O Patriota* aponta ainda para a alta mortalidade da tuberculose e a recorrência, no Outono, de febres biliosas, disenterias e bexigas (varíola), mas também de defluxões, febres catarrais, hemoptises, reumatismos e estupores no Inverno e na Primavera, bem como o facto de que a coqueluche ainda era desconhecida na América portuguesa até a altura. Mas cabe ressaltar que na raiz de seu pensamento médico estava o clima, produtor dos maus ares, como a origem maior das doenças na cidade.

Ela foi declarada endêmica também nos outros dois textos dirigidos à câmara da cidade do Rio de Janeiro. Os argumentos de Manoel Joaquim Marreiros e de

¹¹¹ Lorelai Brilhante Kury (ed.), *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007.

¹¹² António Joaquim de Medeiros, “Resposta, que ao Programma da Camara anunciado no N.º 1.º pag. 58., deu o Doutor Antonio Joaquim de Medeiros”, *O Patriota*, n. 3, March 1813.

¹¹³ *Ibid.*, p. 5.

Bernardino António Gomes eram semelhantes aos de Joaquim de Medeiros. Todos imputaram aos maus ares (ao clima quente e húmido) a causa das mazelas na cidade. Gomes diferiu em pontos específicos quando salientou uma epidemia de “bexigas podres”, fatal a muitas crianças, e principalmente quando afirmou que os escravos estavam sempre doentes de moléstias cutâneas¹¹⁴. Marreiros apresentou a habitual visão que responsabilizava os maus ares pelos problemas da cidade, mas acrescentou ao tópico as exalações dos mortos nas igrejas¹¹⁵; uma discussão que somente encerrar-se-ia nos anos 1850 com a proibição de enterramentos dentro das igrejas em diferentes localidades do Brasil¹¹⁶. Em período semelhante, cabe notar também a referência feita por Jean Baptiste Debret sobre os problemas com a grande quantidade de insetos e acerca da humidade da cidade, sendo, para ele, as febres erisipelatosas um de seus efeitos¹¹⁷.

Anos após sua resposta à câmara do Rio de Janeiro, numa continuação de seu trabalho médico, Bernardino António Gomes publicou uma obra exclusivamente dedicada às doenças de pele. Segundo o autor, não havia enfermidade com maior desconhecimento que as doenças cutâneas, tendo apontado a multiplicidade de sintomas e semelhanças entre elas como a causa explicativa desta ignorância. Gomes pretendia que sua obra fosse uma nosologia¹¹⁸ dermatológica em português.

¹¹⁴ Bernardino António Gomes, “Resposta que deu o Doutor Bernardino Antonio Gomes ao Programma da Camara desta Cidade, que vem no N^o 1^o pag. 58”, *O Patriota*, n. 2, February 1813. É de Gomes a ideia de que não somente as condições de habitação, mas que também os escravos em si eram imundos: “às vezes em huma bem pequena casa, onde mal cabe a familia do Senhor; ha muitas familias de escravos, que portanto vivem amontoados n’um pequeno quarto ou loja: qual será o ar destes pequenos aposentos respirados por muitas pessoas por natureza, e condição immundas?” *Ibid.*, p. 60.

¹¹⁵ Manuel Joaquim de Marreiros, “Resposta que deu o Doutor Manuel Joaquim de Marreiros, aos quesitos precedentes”, *O Patriota*, n. 1, January 1813.

¹¹⁶ De modo geral, a efetiva proibição de inumações nas igrejas brasileiras ocorreu na década de 1850, embora tenha havido discussão legislativa nos anos precedentes na Corte Imperial. Para uma discussão específica sobre o tema no século XIX sobre o Rio de Janeiro, cf. Claudia Rodrigues, *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1997; sobre Mariana, Maria Soares Ferreira afirma que essa proibição deu-se no fim do século XIX: *Arquiconfraria do cordão de São Francisco em Mariana: trajetória, devoção e arte (c. 1760-1840)*, Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2013.

¹¹⁷ Jean Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, vol. 2, Paris, Firmin Didot Frères, 1835, p. 53, Planche 12 Bis, “Vannerie”.

¹¹⁸ Nosologia é o ramo da medicina que classifica as doenças. Hoje, a World Health Organization (WHO) definiu o “CID-10” como padrão de classificação das doenças, mas também existem outros “CIDs”.

Sendo assim, o autor baseou-se fortemente no sistema lineano, classificando as doenças num sistema artificial onde o elemento aglutinador seria “o aspecto morboso da pelle”, ou seja, as características físicas que a doença apresentava na pele: bolhas, inchaços, coloração diferenciada, necrose, pústulas, etc. Ao final do volume, duas gravuras foram apresentadas, sendo uma delas um quadro das oito “Ordens” descritas por ele. Portanto, qualquer tipo de doença que afetasse a pele deveria encontrar-se ali representada, como era o caso da varíola¹¹⁹. A outra imagem era composta por um negro com pústulas na face e tronco (Anexo 4).

Conceções médicas à parte, interessa-nos observar que a erisipela figura em todas estas memórias como endémica na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, convém ainda atentar para o estudo de Luís Carlos Soares, pois este autor recolheu as doenças que acometiam os escravos na primeira metade do século XIX. Apesar da análise ser sobre o Rio de Janeiro num período posterior, sua investigação permite notar que os problemas de pele ainda constavam como grandes moléstias, depois de fraturas e questões relacionados às atividades braçais dos escravos, hérnias, cegueira e problemas de visão¹²⁰.

Mas não era só na América portuguesa que esta doença bacteriana era grave. Na Inglaterra moderna analisada por Mary Dobson, ela chegou a ser classificada como de alta mortalidade para o ano de 1729¹²¹. O cirurgião de Edimburgo James Latta afirmou que ela foi epidémica na região¹²². Também em Paris, se acompanharmos os dados lançados no *Journal de Médecine, Chirurgie, Pharmacie*,

¹¹⁹ Bernardino António Gomes, *Ensaio dermosographico ou Succinta e systematica descripção das doenças cutaneas, conforme os principios e observações dos doutores Willan, e Bateman, com indicação dos respectivos remedios aconselhados por estes celebres authores, e alguns outros*, Lisboa, Na typografia da mesma Academia, 1820.

¹²⁰ Luís Carlos Soares, *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2007, p. 100.

¹²¹ Mary J. Dobson, *Contours of Death and Disease in Early Modern England*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, p. 429.

¹²² James Latta, “Of erysipelas”, in *A Practical System of Surgery*, vol. 1, Edinburgh, G. Mudie, J. Elder, A. Guthrie, and J. & J. Fairbairn, J. Murray, and Ogilvie & Spiere, London, 1793, p. 136.

podemos confirmar que ela foi arrolada entre os principais males em 1764 (tão comum quanto um resfriado)¹²³ e que foi definida como uma epidemia em 1786¹²⁴.

Autor de uma das primeiras teses em França sobre medicina chinesa¹²⁵, Ami-Félix Bridault salientou, de modo semelhante, sua importância entre as mazelas da altura. Segundo o seu *Précis de la constitutions médicale observée à La Rochelle*, ela estava dentre as principais doenças do Verão, juntamente com as moléstias biliosas e pútridas¹²⁶. E no mesmo volume dos Anais da Sociedade Médico-Prática de Montpellier, o caso de uma senhora com a enfermidade é relatado como exemplo das “doenças populares” examinadas na comuna de Bourg-lès-Valence (Rhône-Alpes), sendo, todavia, necessário apontar que, neste caso específico, o autor L. A. L. Dupré afirmava ter a mesma durado pouco tempo devido à aplicação do método “antiflogístico [remédio contra inflamações] e evacuante”. A enferma, apesar de ter dores crônicas, teria restabelecido uma saúde sólida desde então¹²⁷. Este relato permite-nos perceber que a erisipela era vista como menos mortal do que potencialmente foi na altura. Seria escusado afirmar que o tratamento de Dupré não eliminou a bactéria. Muito embora, o relato do cirurgião André Dussaussoy permite-nos notar que havia um conhecimento mais apurado desta, pois segundo ele as observações realizadas nos hospitais mostravam que os antigos enfermos voltavam a sofrer da mesma doença¹²⁸.

¹²³ Anónimo, “Maladies qui ont régné à Paris pendant le mois de Janvier 1764”, *Journal de Médecine, Chirurgie, Pharmacie*, vol. 20, January 1764, p. 278.

¹²⁴ Anónimo, “Maladies qui ont régné à Paris pendant le mois de Juin 1786”, *Journal de Médecine, Chirurgie, Pharmacie*, vol. 68, July 1786, pp. 314–315.

¹²⁵ Jean Bossy, “A propos de la these de Bridault”, *Meridiens*, n. 45–46, 1979.

¹²⁶ Ami-Félix Bridault, “Précis de la constitutions médicale observée à la Rochelle, sous-préfecture du Departement de la Charente inférieure, pendant le cours de l’an XIII-1805”, *Annales de la Société de médecine-pratique de Montpellier*, vol. 9, 1807, pp. 27–28.

¹²⁷ L. A. L. Dupré, “Maladies populaires observées dans la Commune du Bourg-lès-Valence, pendant les mois de Fructidor et Vendémiaire Ans XIII et XIV (Septembre et Octobre 1805)”, *Annales de la Société de médecine-pratique de Montpellier*, vol. 9, 1807, pp. 99–102.

¹²⁸ André Dussaussoy, “Suites des Observations médico-chirurgicales de M. Dussaussoy, chirurgien en chef de l’Hôtel-Dieu de Lyon”, *Journal de médecine, de chirurgie et de pharmacie*, vol. 69, October 1786, p. 41.

Casos mortais de erisipela estão documentados em arquivos de museus especializados, como o Hunterian Museum¹²⁹. Mas ainda que busquemos apontar para a necessidade de se analisar e considerar os impactos destas enfermidades menos conhecidas, reconhecemos o maior grau de letalidade de doenças como a varíola, sífilis e tuberculose. No caso da cidade do Rio de Janeiro, os relatos sobre os seus maus ares foram mais constantes que as dissertações sobre as doenças mortais que assolavam a cidade, justamente porque os autores da época viam nas condições insalubres da cidade a origem dos seus males¹³⁰. Ali, ainda que endêmica, a erisipela não atingia os índices de mortalidade da varíola, mas sua presença constante no quotidiano dos cariocas de pernas inchadas contribuiu fortemente para reafirmar uma visão de que a cidade estava mal localizada e era pestilencial.

Com estes exemplos não queremos apresentar a erisipela como uma doença mais mortal do que efetivamente foi. O nosso objetivo central consiste em, como aliás já mencionámos, apontar para a necessidade de se fazer uma história da medicina que vá além da história das grandes doenças. Quando analisamos os diferentes elementos da relação homem-saúde-ambiente, não queremos apenas discutir as condições de sobrevivência, mas também a qualidade de vida e as diferentes conjunturas que afetam esta relação. Por este motivo, quando descrevemos a condição endêmica da erisipela em regiões como o Rio de Janeiro, buscamos salientar que as doenças podem ser percebidas e analisadas por seus aspetos regionais, uma vez que, mesmo nos casos de pandemia, existem valores regionais a serem considerados.

¹²⁹ O registo de um senhor idoso com recorrente cancro na zona mandibular e bucal — que mesmo obrigado a remover partes do lábio, terminou por morrer quinze dias depois desta cirurgia devido ao desenvolvimento de erisipela na face e no pescoço — apresenta-se enquanto um elemento documental importante para lembrarmos que as doenças podem ser mortais a depender do histórico médico em que estão inseridas. Neste caso em específico, ainda que considerada por muitos como pouco letal, a condição debilitada do paciente devido ao cancro, permitiu o desenvolvimento mortal da erisipela. Robert Liston, “Lower lip and mandible showing a carcinoma”, 1842, Hunterian Museum, RCSPC/HA 8.1.

¹³⁰ Os médicos foram os que mais escreveram sobre a condição de salubridade da cidade em fins do século XVIII e princípios do XIX, mas relatos também foram produzidos por cirurgiões, bacharéis e administradores públicos, bem como engenheiros e viajantes.

De todo modo, alguns elementos auxiliam a explicar as dificuldades em se analisar esta doença e percebê-la no contexto médico-sanitário de setecentos. Entre estes, é preciso primeiro observar que o carácter menos mortífero da doença levou a uma menor atenção tanto por parte dos agentes de cura da altura, quanto dos historiadores da medicina. Em segundo lugar, o facto de a erisipela apresentar sintomas menos específicos que as já citadas varíola ou tuberculose também deve ser considerado neste conjunto de elementos. Fora as inchações, erupções na pele e vermelhidões ou necroses, a erisipela não apresenta sintomas patentes, o que representou uma dificuldade para a identificação da doença numa altura em que a erisipela foi confundida com a elefantíase e até chamada de fogo de Santo António¹³¹. Como exemplo contrário, doenças como a sífilis podem causar desde pequenas lesões nas primeiras fases até grandes ferimentos, cegueira e mesmo demência na atualmente chamada “sífilis terciária”. Além disso, esta moléstia deixa marcas evidentes nos ossos de pessoas infetadas, permitindo uma identificação posterior¹³² (Anexo 5).

Um terceiro elemento que permitiu esta menor documentação da erisipela deve-se à sua história, marcada pela confusão dos termos empregados para determinar o que a caracterizava. Os usos inglês (*erysipelas*) e francês (*érysipèles*) do termo indicam essa questão. Em ambos os casos, a erisipela era propriamente entendida como “erisipelas”, devido às numerosas erupções cutâneas provocadas pela enfermidade, portanto seu nome estava mais relacionado às inflamações cutâneas e febres do que à doença em si. Ao longo dos anos, o termo foi empregado para descrever tipos diferentes de erupções cutâneas¹³³: as marcas provocadas pela

¹³¹ James Bureau, *An essay on the erysipelas, or that disorder commonly called St. Anthony's fire*, London, Printed for J. Johnson, No 72, St. Paul's Church Yard, 1777; Kenneth F. Kiple, “The History of Disease”, in Roy Porter (ed.), *The Cambridge Illustrated History of Medicine*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001, p. 47.

¹³² Uma observação pormenorizada da coleção do Hunterian Museum de crânios de vítimas acometidas pela sífilis permite perceber tanto o interesse extremo pela sífilis na altura (uma vez que os irmãos John e William Hunter foram figuras marcantes do pensamento médico na Grã-Bretanha), quanto a quantidade de óbitos devido a doença. O catálogo online deste museu pode ser pesquisado pelo sistema SurgiCat do Royal College of Surgeons of England, In: <http://surgicat.rcseng.ac.uk/>.

¹³³ Anónimo, “Constitution de l'année 1780, observée à Paris à l'hospice S. Sulpice [Mémoire lu à la séance publique de la Faculté de médecine, tenue dans les écoles extérieures de Sorbonne, le 28 décembre 1780]”, *Journal de médecine, de chirurgie et de pharmacie*, vol. 66, January 1786, p. 41.

variola, foram por vezes chamadas de erisipelas¹³⁴, atestando uma utilização terminológica genérica e uma desconsideração da especificidade da doença¹³⁵. Edward Jenner, por exemplo, em sua famosa obra sobre a inoculação da variola, *An inquiry into the causes and effects of the variolae vaccinae, or cow-pox*, afirmou no relato de caso XXI que uma inflamação erisipelatosa surgira num braço que havia sido inoculado¹³⁶.

Das memórias publicadas pela Société Royale de Médecine de Paris, é possível encontrar com facilidade nas listas de doenças para o ano de 1786 relatos de variola (*petites-véroles*), mas poucos são os relatos nominais de erisipela. Todavia, podemos encontrar diversos casos relatados como “erupções cutâneas”; fato que não nos autoriza a definir a doença ou a sua causa, mas que nos permite observar que eventualmente a erisipela fosse mais marcante do que nominalmente relatada.

Neste sentido, a análise da produção do conhecimento no século XVIII é elemento fundamental para percebermos que muitas das descrições daquela altura apontavam as doenças por seus sintomas¹³⁷. Assim, uma “febre pútrida”, ao invés de descrita como tal, poderia ser relatada como “febres pútridas verminosas” ou “febres pútridas malignas”. Ou ainda uma pneumonia, então descrita em francês como “Fluxions de poitrine”, poderia ser chamada simplesmente de “Fluxions de

¹³⁴ Em ordem de perceber este uso indiscriminado do termo erisipela, cf. o trabalho de Alfred Velpeau, “Note sur l’emploi des caustiques, comme moyen d’arrêter l’éruption varioleuse”, *Archives générales de médecine: journal complémentaire des sciences médicales*, vol. 8, n. 3, May 1825.

¹³⁵ Saliente-se que empregamos o termo “desconsideração” e não “desconhecimento”, pois este assumiria a ideia de que num dado futuro necessariamente ter-se-ia de conhecer/descobrir a doença e suas causas. Baseamo-nos aqui na crítica de Bruno Latour às concepções que terminam por heroicizar descobertas e invenções na ciência. Bruno Latour, *A esperança de pandora*.

¹³⁶ Edward Jenner, *An inquiry into the causes and effects of the variolæ vaccinæ, a disease discovered in some of the western counties of England, particularly Gloucestershire, and known by the name of the Cow Pox*, London, Printed for the author, 1798.

¹³⁷ Observação neste sentido foi anteriormente realizada por Lycurgo dos Santos Filho ao defender que os homens do período exageraram nos diagnósticos relativos à sífilis: “Houve, entretanto, excessivo exagero no diagnosticar-se o «mal gálico». Toda a ulceração era encarada pelos antigos como «ferida gálica» e como tal medicada. [...] Quase tudo era «mal gálico». Falava-se em «gota gálica», «sarnas gálicas», «feridas gálicas», «humor gálico» [...]”. Lycurgo de Castro Santos Filho, “A medicina da época”, *Separata da Imprensa Médica*, 21 April 1957, p. 3.

poitrine”, mas também de “Fluxions de poitrine catarrhales”¹³⁸. No *Tableau des Maladies vues à Aix*, por exemplo, nenhum caso de varíola foi relatado, mas o autor apontou quinze casos de doenças epidérmicas descritas como “erupções cutâneas”, embora sem especificar o tipo¹³⁹ (Anexo 6). Na Europa, as afeções pulmonares eram confundidas com a tísica ou tuberculose¹⁴⁰ e os terapeutas não sabiam diferir ao certo a varíola da varicela (conhecida no Brasil por *catapora*, termo de etimologia indígena)¹⁴¹. Na América portuguesa, epidemias de sarampo foram confundidas com varíola¹⁴² e a gonorreia era atribuída a qualquer tipo de processo inflamatório dos órgãos genitais¹⁴³.

Tal confusão terminativa foi, portanto, um elemento que contribuiu com mais forte razão para que diversos casos de doenças menos conhecidas (como a erisipela, mas não só) deixassem de ser relatados/conhecidos, o que contribui para acirrar a ignorância sobre a história destas doenças.

Ainda que haja uma discussão historiográfica consolidada quanto a varíola¹⁴⁴, tuberculose¹⁴⁵, ou sífilis¹⁴⁶, são poucas as informações sobre a erisipela. No contexto

¹³⁸ R. P. Cotte, “Observations météorologiques: rédigées par le R. P. Cotte, Associé régnicole, Anné 1786”, in *Histoire de la Société Royale de Médecine, Anné 1786: avec les Mémoires de médecine et de physique médicale, tirés des registres de cette société*, Paris, Chez Théophile Barrois le jeune, 1790.

¹³⁹ Lépine, “Tableau des Maladies vues à Aix par le docteur Lépine, en 1787”, in *Recueil des actes de la société de santé de Lyon: depuis l’an premier jusqu’à l’an neuf de la République, ou mémoires et observations sur divers objets de chirurgie, de médecine et d’histoire naturelle*, vol. 2, Lyon, Chez Reyman et Cie, 1801, pp. 246–247.

¹⁴⁰ Benoît Garnot, *Les Villes en France aux XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles*, Paris, Ophrys, 1989, p. 59.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 62.

¹⁴² Lcyurgo de Castro Santos Filho, *Pequena História da Medicina Brasileira*, São Paulo, DESA; EdUSP, 1966, (Buriti, 19), p. 46.

¹⁴³ Lcyurgo de Castro Santos Filho, “A medicina da época”, p. 2.

¹⁴⁴ Dauril Alden and Joseph C. Miller, “Out of Africa: The Slave Trade and the Transmission of Smallpox to Brazil, 1560-1831”, *The Journal of Interdisciplinary History*, vol. 18, n. 2, 1 October 1987; J. A. Dudgeon, “Development of Smallpox Vaccine in England in the Eighteenth and Nineteenth Centuries”, *The British Medical Journal*, vol. 1, n. 5342, 25 May 1963; Tania Fernandes, “Vacina antivariólica: seu primeiro século no Brasil (da vacina jenneriana à animal)”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 6, n. 1, 1999; Magali Romero Sá, “A “peste branca” nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização”, *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. 11, n. 4, 2008.

¹⁴⁵ Mary Lindemann, *Medicine and Society in Early Modern Europe*, 2nd ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2010, p. 80; Roy Porter (ed.), *The Cambridge Illustrated History of Medicine*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001, p. 6; Joseph P. Byrne (ed.), *Encyclopedia of pestilence, pandemics, and plagues*, vol. 1 (A-M), Westport, CT, Greenwood Press, 2008, p. 703.

¹⁴⁶ Gilberto Freyre, *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, Lisboa, Livros do Brasil, 1983; Stefan Cunha Ujvari, *A história e suas epidemias: a*

imperial português, o conhecimento desta doença tem sido citado fundamentalmente por meio das já mencionadas respostas dadas pelos três médicos, publicadas pelo jornal *O Patriota*¹⁴⁷. Podemos ainda examinar livros, teses e documentos que, pelo menos, mencionam a doença e assim analisar elementos específicos que permitam historicizar a erisipela e seu impacto.

Para o contexto da América portuguesa, tomemos como ponto inicial a análise de Gilberto Freyre. Ao comentar sobre quão devastadora foi a sífilis na região, Freyre cita o primeiro trabalho médico impresso na colônia americana — a obra de Manoel Vieira da Silva, *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro* (1808) — de modo a ressaltar que a sífilis fosse considerada normal¹⁴⁸. O trecho original é o que segue:

Esta providencia [criar um departamento dedicado a doenças cutâneas num Lazareto¹⁴⁹ a ser construído próximo ao cais do Rio de Janeiro] não entra no numero das entidades multiplicadas sem necessidade; não só em razão de se evitarem as epidemias, mas até pelo motivo das molestias cutaneas, reputadas de muito pouco momento [monta, valor] nesta Cidade; chegando o prejuizo publico a affirmar, que ellas não devem curar-se, quando talvez que a disposição morbosa, em que apparecem os naturaes desta Cidade desde a sua infancia, seja devida a semelhante desprezo¹⁵⁰.

Há que ressaltar que, de modo diferente do que indicou Gilberto Freyre, Vieira da Silva fez uma comparação com o morbo, mas não comenta sobre este. O autor afirmou que as moléstias cutâneas eram vistas como pouco importantes e que justamente por este motivo não eram tratadas, sendo possivelmente também esta a

convivência do homem com os microorganismos, 2nd ed., Rio de Janeiro, Senac, 2003; Ludwik Fleck, *La Génesis y el desarrollo de un hecho científico: introducción a la teoría del estilo de pensamiento y del colectivo de pensamiento*, Madrid, Alianza Editorial, 1986, chaps. 1–2.

¹⁴⁷ Exemplos de referências neste sentido podem ser encontradas em César Agenor Fernandes da Silva, *O Correio Braziliense e seu projeto de civilização (1808-1822)*, Dissertação de Mestrado, Franca, Unesp, 2006, chap. 1.

¹⁴⁸ Gilberto Freyre, *Casa grande & senzala*, pp. 308–309.

¹⁴⁹ Os Lazarettos também eram conhecidos por Gafarias, In: José Joaquim Soares de Barros, “Memória sobre os hospitais do Reino”, in *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. 4, Lisboa, Na Officina da Academia Real das Sciencias, 1812, p. 129.

¹⁵⁰ Manoel Vieira da Silva [1º Barão de Alvaíazere], *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Regia, 1808, pp. 18–19.

razão da “disposição morbosa” de seus habitantes. Termo proveniente da expressão *morbo gálico*, que designava sífilis, “morbosa” foi usado por Vieira da Silva no início de sua memória, ao defender que os maus ares eram prejudiciais, mas não a causa principal dos problemas da cidade. Ele afirmou que este estado era devido, entre outras coisas, à já prejudicada condição dos naturais da cidade, que possuíam uma “fisionomia morbosa”¹⁵¹, adoentada.

Gilberto Freyre foi um dos primeiros estudiosos brasileiros a olhar atentamente para as questões de saúde e seus impactos na vida colonial, conseguindo relacionar tais elementos com a sociedade estudada. O autor procurou ter médicos a seu lado quando da elaboração de sua *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*¹⁵², mas além de dedicar atenção especial aos problemas de saúde dos escravos nesta e noutras obras, Freyre procurou salientar (numa altura em que o eugenismo contribuía para apontar a suposta inferioridade negra) que as grandes causas de seus males eram “nitidamente sociais e brasileiras”, procurando opor-se a uma ideia então corrente de que o negro era “socialmente patológico”, ou seja, raiz essencial de patologias. Ainda assim, cabe observar as dificuldades de se analisar doenças menos conhecidas, onde a generalidade dum vocábulo como “moléstias cutâneas” gerou confusão devido à imprecisão dos termos médicos então utilizados.

Nesta obra, Freyre salienta as condições de saúde degradantes dos escravos, convindo observar as moléstias destes e notar entre elas a erisipela¹⁵³. Mas independentemente das polémicas levantadas pelo autor e das suas ideias heterodoxas, a obra de Freyre contribuiu grandemente para a noção das influências

¹⁵¹ Citação original: “[...] Parece não ser esta a causa principal da malignidade d'hum Paiz, que faz aparecer os seus habitantes desde as primeiras idades, dotados de huma *fisionomia morbosa*, e o solido disposto de hum modo tal, que a acção da mais pequena cauza produz os maiores desarranjos do principio vital” (grifos nossos), *Ibid.*, p. 6.

¹⁵² Gilberto Freyre, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, 1ª Edição Digital [Epub]., São Paulo, Global, 2012, pp. 291–292.

¹⁵³ Citação original: “Os anúncios de venda de escravos quase sempre gritam: ‘Vende-se o escravo tal, bonita figura, sem vício ou achaque algum’. Mas pelos anúncios de escravos fugidos ficamos sabendo que eles não eram assim tão sãos, embora fossem, talvez, a parte mais sadia da população brasileira. Já vimos algumas doenças indicadas ou sugeridas pelos anúncios: efeitos de raquitismo, erisipela, escorbuto, bexiga, as boubas, que às vezes eram a sífilis, oftalmia. Numerosos são também os negros ‘rendidos’, ‘quebrados’ e os cheios de bicho-de-pé”. *Ibid.*, p. 162.

da saúde na qualidade de vida da população brasileira. Fora o trabalho de Freyre, análises historiográficas de inícios do século XX sobre o tema detiveram-se mais fortemente a observar as doenças em si, numa menor relação com a sociedade em que estavam inseridas. Foram obras menos complexas, se observarmos tal sorte de relações, mas que também contribuíram, uma vez que atentaram fortemente para a relação saúde-doença na América lusa¹⁵⁴.

Embora para um período posterior ao nosso foco de interesse, convém tomar nota que a erisipela está presente em fontes, tais como os relatos de viajantes do século XIX e, por este motivo, tal documentação pode ser de grande valor para os que estudam doenças menos conhecidas: o viajante inglês Robert Walsh, em sua passagem pelo Rio de Janeiro, salientou que não seria exagerado afirmar que um décimo da população da cidade era afetada pela erisipela, e que as escadas dos conventos e igrejas estavam cheias de escravos que não conseguiam mais trabalhar devido a esta moléstia. Walsh relata com detalhe factos inusitados de que habitantes da cidade se apresentaram a ele na esperança de aplicações de símplices que pudessem curá-los da erisipela, e defende ainda que a doença não era assim tão comum no interior¹⁵⁵. O relato de Walsh é também uma contribuição importante para notarmos que os problemas com a erisipela não acabaram simplesmente com o virar do século e embora não faça parte do período cronológico abrangido pela nossa análise, convém ressaltar essa continuidade¹⁵⁶.

Três dos médicos luso-brasileiros formados em Montpellier defenderam teses em que a erisipela era o foco de análise. Se, num primeiro momento, nos questionássemos sobre a razão de escolha de um tal tópico, na conjuntura aqui exposta podemos defender agora, com mais forte razão, as motivações que levaram estes homens a discutir uma doença que teve significativa importância no conjunto

¹⁵⁴ Lycurgo de Castro Santos Filho, *História geral da medicina brasileira*, São Paulo, Hucitec, 1977, (Estudos brasileiros, 24); Lycurgo de Castro Santos Filho, *Pequena História da Medicina Brasileira*; Pedro Nava, *Capítulos da história da medicina no Brasil*, Cotia, SP/Londrina, Ateliê Editorial/Eduel, 2004.

¹⁵⁵ Robert Walsh, *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, vol. 1, London, Frederick Westley and A. H. Davis, 1830, pp. 408–413.

¹⁵⁶ Cf., por exemplo, Márcio de Sousa Soares, “Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 8, n. 2, 2001.

médico-sanitário da América portuguesa setecentista. Estes três médicos eram naturais da cidade do Rio de Janeiro: José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão defendeu a tese *Propositiones non-nullæ circa erysipelas endemicæ apud brasilienses regnans* (1790) [*Algumas proposições acerca da erisipela, que reina endêmica entre os brasileiros*] (Anexo 1), José Joaquim da Maia Barbalho discutiu a erisipela na tese *Thesis Medico-Chirurgica de febre erysipelatosa* (1786) (Anexo 1) e José Joaquim Vidigal de Medeiros advogou a tese *Tentamen medicum de faciei erysipelate* (1793), já durante a Revolução Francesa¹⁵⁷.

Rangel de Gusmão afirmou que a erisipela estava espalhada de uma tal forma em toda a América portuguesa que esta se mantinha ativa entre a população da colônia. Para ele, os luso-brasileiros simplesmente não tratavam a doença:

No mais das vezes não tratam os brasileiros essa doença, razão pela qual ela lhes surrupia a vida mais adiante [...]. Os brasileiros combatem a erisipela com nenhum outro remédio senão frutas ácidas. Eis aí o único tratamento por eles conhecido, que empregam apenas quando a erisipela ataca sem intensidade e perigo de vida¹⁵⁸.

Seu comentário de que a erisipela “lhes surrupia a vida mais adiante” reflete a característica de uma mortalidade lenta, como já foi apontado no caso da senhora que passou parte da vida com a doença sem tratá-la, terminando por falecer da referida enfermidade¹⁵⁹.

¹⁵⁷ Não foi possível encontrar a tese de Medeiros no *Archives Anciens* da *Bibliothèque Universitaire de Médecine* (Faculdade de Medicina de Montpellier). Esta tese também não foi arrolada por Hélène Berlain, autora que produziu tese específica sobre a Faculdade de Medicina da Universidade de Montpellier durante o século XVIII. Berlain identificou e catalogou todas as fichas ainda existentes de estudantes que passaram por aquela faculdade no setecentos, fato que nos permite supor ter esta tese desaparecido; isso porque a referida tese foi arrolada em períodos anteriores por Manuel Pedrosa e por Louis Dulieu. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, “Estudantes brasileiros na Faculdade de Medicina de Montpellier no fim do século XVIII”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 243, 1959; Louis Dulieu, “Aperçu sur les relations entre l’Amérique et l’Ecole de Médecine de Montpellier: les thèses médicales montpelliéraines imprimées aux XVIIe, XVIIIe et XIXe siècles”, *Revue d’histoire des sciences*, vol. 29, n. 3, 1976.

¹⁵⁸ José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, *Propositiones non-nullae circa erysipelas endemicæ apud brasiliensis regnans*, Monspeli [Montpellier], Ex typis Josephi-Francisci Tournel, 1790. Tradução de Adriano Aprigliano.

¹⁵⁹ Cf. nota 29.

No que toca especificamente ao tratamento, este era usualmente empregado na Europa por meio da realização de sangria e purgação e da aplicação de solventes e emolientes¹⁶⁰, enquanto que na América portuguesa os remédios utilizados eram os símplices e os produtos naturais aplicados diretamente (como as citadas frutas ácidas), para além, é claro, de amuletos e benzeduras invocadas para afastar quaisquer moléstias de origem oculta¹⁶¹.

Ocorre que a erisipela foi alvo não apenas de médicos formados nos reconhecidos centros da Europa. Em seu tratado de vulgarização, o cirurgião José António Mendes dedicou o segundo capítulo à doença¹⁶². Segundo ele, e tal como acontecia no caso do Rio de Janeiro, os habitantes das Minas Gerais, por acostumados que estavam com a erisipela, não a tratavam. Sua recomendação para curar a moléstia era a sangria e, depois de passados três dias, a aplicação de panos quentes e húmidos nas partes afetadas com erisipela. O conteúdo destes panos deveria ser uma água formada por 1 libra de “aguardente boa”, 1/8 de alcanfor (cânfora) e 2/8 de triaga magna¹⁶³. Para além deste remédio, o autor indicou outras duas receitas contra a erisipela¹⁶⁴. Ele afirmou que a segunda receita já teria sido experimentada em mais de vinte pessoas, portanto seria de qualidade testada e

¹⁶⁰ Albert J. Chalmers and R. G. Archibald, “Two early Eighteenth Century treatises on tropical medicine”, *Proceedings of the Royal Society of Medicine*, vol. 7, section of the history of medicine, 1914, p. 105; William Bromfeild, “Chirurgical observations and cases”, in Society of Physicians in Edinburgh (ed.), *Medical and Philosophical Commentaries by a Society of Physicians in Edinburgh*, vol. 1, parte 1, 2nd ed., London, Murray, 1774, p. 350.

¹⁶¹ Rodrigo Rocha da Cunha, *Entre moléstias e feitiços: o cotidiano e a repressão religiosa contra os curandeiros na Capitania do Grão Pará (1750 – 1800)*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2013; André Luís Lima Nogueira, “Doenças de feitiço: as Minas setecentistas e o imaginário das doenças”, *Varia História*, vol. 28, n. 47, June 2012; Jean Luiz Neves Abreu, *Nos domínios do corpo*, cf. secção “A medicina e a percepção mágica do corpo.”

¹⁶² Sobre o autor, cf. Márcia Moisés Ribeiro, “Nem nobre, nem mecânico: A trajetória social de um cirurgião na América portuguesa do século XVIII”, *Almanack braziliense*, n. 2, 2005.

¹⁶³ José António Mendes, *Governo de Mineiros mui necessario para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez, e mais legoas, padecendo por esta cauza os seus domesticos e escravos queixas, que pela dilaçam dos remedios se fazem incuraveis, e as mais das vezes mortaes: oferecido ao Senhor Coronel Antonio Soares Brandaõ, cirurgiam da Camera de sua magestade*, Lisboa, Offic. de António Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Meza Censoria, 1770, pp. 9–10.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 106.

garantida. Todavia, como notou Júnia Furtado, o procedimento de receitar medicamentos era reservado aos médicos, fato que não o impediu de fazê-lo¹⁶⁵.

Seguindo a mesma receita e um semelhante destemor aos limites das atribuições reservadas aos médicos, o cirurgião Luís Gomes Ferreira questionou no prólogo de sua obra aqueles que desacreditavam receitas tais como a descrita acima por António Mendes:

[...] A quantas pessoas parecerá engano o dizer-se que os membros abrasados com o incêndio de uma erisipela se curam aplicando-lhe panos molhados em aguardente ou em espírito de vinho [álcool]?!¹⁶⁶.

O próprio Ferreira afirma ter adquirido a doença e salienta que esta teria ocorrido devido a uma atadura com remédio “quente” que este havia administrado em si mesmo em decorrência da inchação e dermatose que haviam “subido” desde os tornozelos até as pernas. Segundo o autor do *Erário Mineral*, sua erisipela teria ocorrido, portanto devido ao facto de que o remédio teria ficado muito forte e também ao excesso de calor colocado nas ataduras. Ele afirma ter sofrido incontroláveis dores, tendo a região afetada inchado e quase evoluído para uma gangrena (necrose) e que as feridas deitavam um “humor colérico tão delgado e mordaz” (provavelmente fluído seroso, por muitos confundido com pus). Além disso, declara como que de cinco anos este processo de inchaços nas pernas¹⁶⁷.

Mas, para além de seu relato particular, o cirurgião comentou ainda sobre a erisipela dada especialmente na face, que, para ele, deveria ser tratada com “aguardente alcanforada [com cânfora]” e “água de flor de sabugo”. De modo semelhante ao já descrito acima por José António Mendes, Ferreira defende que deveriam ser aplicados panos húmidos sob as “erisipelas” e somente depois de três dias; adverte contra o uso de remédios frios, afirmando que a parte poderia

¹⁶⁵ Júnia Ferreira Furtado, “Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 2005, p. 92.

¹⁶⁶ Luís Gomes Ferreira, “Erário Mineral”, in Júnia Ferreira Furtado (ed.), Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2002, p. 226.

¹⁶⁷ *Ibid.*, pp. 230–232.

apodrecer (necrosar) e defende mais uma vez o uso de aguardente com cânfora e água de flor de sabugo¹⁶⁸.

Portanto, podemos notar que, mesmo apresentando algumas receitas medicinais diferentes (por exemplo, a ideia de que mercúrio aplicado ao pescoço “livra para sempre das erisipelas”¹⁶⁹), tanto Ferreira quanto José António Mendes ensinavam práticas semelhantes na cura da erisipela. E não apenas estes dois cirurgiões, mas também os médicos receitavam alguns destes símplices. A obra de Renauldin dedicada a erisipela receitava a quina e no contexto imperial português já analisámos a nosologia dermatológica proposta por Bernardino António Lopes¹⁷⁰.

No que toca a erisipela, sua classificação previa quatro tipos diferentes da doença: fleimonosa, edematosa, gangrenosa e errante, sendo que para cada tipo os medicamentos deveriam ser genericamente empregados de modo diferente. Mas diversos tratamentos receitados por este médico foram igualmente prescritos pelos cirurgiões acima citados: para o primeiro tipo, entre outros remédios estão as flores de sabugueiro. O segundo receberia tratamento diferenciado, pois nos primeiros dias a sangria poderia ser empregada e depois deveria ser aplicada a quina ou o ópio e quando houvesse “escoriações com indícios de gangrena” também a mirra e a cânfora. A quina deveria ser utilizada quando a erisipela fosse do tipo gangrenoso, bem como o ópio, a cânfora, o vinho e ácidos minerais. E a do género errante deveria receber o mesmo tratamento que a edematosa¹⁷¹.

Passados anos da publicação das obras de Gomes Ferreira e de António Mendes, a erisipela continuava pouco conhecida no conjunto dos saberes médicos, tal como as demais doenças cutâneas. O opúsculo de Bernardino António Gomes era

¹⁶⁸ *Ibid.*, pp. 412–413.

¹⁶⁹ Na ausência de soluções absolutas, poderíamos notar receitas como a que recomendava leite materno (“leite da mulher parida”) como forma de tratamento contra a erisipela. In: Mary Del Priore, “Mulheres de açúcar: vida cotidiana de senhoras de engenho e trabalhadoras da cana no Rio de Janeiro, entre a Colônia e o Império”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 169, n. 438, March 2008, p. 75.

¹⁷⁰ Gomes definiu a erisipela como sendo uma doença com: “Bolhas de diversa grandesa e figura, elevadas sobre previa e extensa inflamação erythemática, precedidas e acompanhadas de febre aguda, grande calor, inchação mole, sem dôr aguda ou notavel prurido. Terminação por crostas tenues, amareladas, ou denegridas, ou por ulcera. Duração aguda”. Bernardino António Gomes, *Ensaio dermosographico*, p. 63.

¹⁷¹ *Ibid.*, pp. 63–64.

dedicado a definir estas enfermidades de modo a auxiliar na identificação pelos pares, pois para ele esta sorte de moléstia era pouco considerada tanto pela população quanto pelos próprios agentes de cura, justamente por ser menos mortal:

[Mesmo os] mais attentos forçosamente hão de ser menos expertos nesta sorte de enfermidades. Por quanto, sendo muitas crónicas, pouco incomodas, e só triviaes em gente pobre, a qual, attenta a grangear o sustento diario, despreza os males suportaveis com que se tem familiarizado, he forçoso que taes enfermidades tarde, e menos vezes do que convinha, se apresentem á observação dos Praticos. Além disso como estas, e muitas agudas, não são acompanhadas de perigo immediato, os Praticos mesmos, por menos receosos das consequencias, naturalmente as olhão com menos attenção¹⁷².

Sabemos que as doenças possuem suas sinuosidades e podem representar perigos reais, mesmo em contextos onde os elementos são aparentemente simples — um mero carrapato pode, por exemplo, levar à febre maculosa, uma doença de difícil diagnóstico, que certamente passou despercebida ao longo de todo o século XVIII¹⁷³. Mas a observação de António Gomes permite notar o facto de que os males da pele continuavam a ser menos reconhecidos justamente por seu carácter menos letal. Neste sentido, reiteramos a necessidade de atentarmos para outras doenças ou anomalias, que não apenas as mortais tuberculose, sífilis ou varíola, pois a menor letalidade destas moléstias e malformações não pode ser elemento para anularmos seus impactos na vida colonial.

Doenças e sociedade, relações assimétricas no século XVIII

Quando Wendy Churchill procurou verificar no âmbito da prática médica se a validade do modelo analítico que argumenta que a visão do corpo feminino no século XVII e princípios do XVIII seria uma versão menos perfeita do congénere masculino, havia uma concordância na historiografia da medicina de que os princípios teóricos deste modelo respeitavam os elementos documentais da

¹⁷² *Ibid.*, p. VIII.

¹⁷³ Marlon M. Fiori et al., “Doenças e parasitos tropicais na expansão interior do Império colonial português na América: o caso das monções”, *Revista Territórios & Fronteiras*, vol. 7, n. 1, 2014.

época¹⁷⁴. Mas Churchill notou que, ao menos para o universo inglês, quando era o caso de doenças venéreas, varíola ou malária, o tratamento tinha em conta as diferenças fisiológicas entre os corpos, o que tornava imprecisa a percepção absoluta do corpo masculino adulto como elemento normativo (superior) da visão médica em princípios do século XVIII¹⁷⁵. A análise de Churchill permite-nos perceber que, quando se tratava de curar alguém, conseguia-se minimamente observar as diferenças corpóreas entre os sexos. Todavia, essa capacidade não modificou a visão sobre as mulheres, negros e indígenas, que continuava a dar-se com desfavor¹⁷⁶.

É dizer em outras palavras que as doenças não atingem igualmente os diferentes segmentos sociais. Por isso, seria interessante observarmos em que medida a desigualdade pode conferir maior suscetibilidade a determinadas doenças, especialmente num contexto imperial onde a disparidade entre os diferentes níveis sociais estava estabelecida e grande parte de sua economia era baseada na mão de obra escrava.

Em situação semelhante estavam também os pobres, que nas cidades coloniais cada vez maiores do século XVIII, conheceram quão mortal era a desnutrição associada à doença¹⁷⁷. Concomitantemente com este segmento de vulnerabilidade sanitária e social, se observarmos a extenuante condição de trabalho forçado por longas horas, a parca alimentação, a insalubridade das habitações e condições de higiene, podemos dizer que os escravos foram vítimas privilegiadas, pois para além de melhor nutridas e alojadas, as elites podiam sair das regiões urbanas em tempos de crises epidémicas e viajar para as casas de campo¹⁷⁸.

¹⁷⁴ Referimo-nos ao modelo, amplamente aceite, de Thomas Laqueur conhecido por “one-sex / two-sex theory”. Para mais, cf. o artigo de Wendy Churchill onde é feita uma referência de autores que endossam o modelo.

¹⁷⁵ Wendy D. Churchill, “The medical practice of the sexed body: Women, men, and disease in Britain, circa 1600–1740”, *Social History of Medicine*, vol. 18, n. 1, April 2005.

¹⁷⁶ Londa Schiebinger, *Nature’s Body: Gender in the Making of Modern Science*, 2nd ed., New Brunswick, Rutgers University Press, 2004.

¹⁷⁷ Maria Antónia Lopes, *Protecção social em Portugal na Idade Moderna: guia de estudo e investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 173; Benoît Garnot, *Les Villes en France aux XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles*, p. 58.

¹⁷⁸ Olivier Zeller, *La Ville Moderne*, p. 341.

As doenças acometeram mais os social e economicamente menos favorecidos, assim como a mortalidade foi maior na cidade que no campo¹⁷⁹. Nos impérios em que a escravidão era base da economia produtiva, como foi o caso de Portugal, da França e de suas colónias na América, diversas foram as tentativas de eliminar ou diminuir a mortalidade dos negros. Durante o século XVIII, a França foi a principal fornecedora de mercadorias coloniais para a Europa e, neste contexto, Bordeaux afirmou-se como seu principal porto, tendo sido responsável por dois quintos do comércio colonial francês em fins de século¹⁸⁰.

A preocupação económica refletida pela morte dos escravos foi elemento essencial para o lançamento de um concurso em 1778 pela *Académie des Sciences, Belles-Lettres et Arts de Bordeaux*, intitulado *Quels sont les meilleurs moyens de préserver les nègres qu'on transporte de l'Afrique dans les Colonies, des maladies fréquentes et si souvent funestes qu'ils éprouvent dans ce trajet?* [Quais são os melhores meios de preservar os negros que transportamos da África[,] nas Colónias, das doenças frequentes e tantas vezes fatais que eles experimentam nesta viagem?]¹⁸¹.

No entanto, nenhuma memória apresentada a este concurso saiu vitoriosa¹⁸². Sobre a mesma prova, Christine Damis ressaltou a posição colonialista onde os africanos eram considerados mercadorias¹⁸³; uma relação já evidenciada anteriormente, quando enfatizámos a necessidade de se perceber os elementos imperiais nos diferentes contextos do século XVIII (ver Introdução). Segundo esta autora, outra obra dedicada ao universo médico, especificamente dos negros, mas que também tem a economia enquanto objetivo primeiro, foi a conhecida *Observations sur les maladies des negres: leurs causes, leurs traitemens et les*

¹⁷⁹ Benoît Garnot, *Les Villes en France aux XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles*, p. 58.

¹⁸⁰ Hélène Lafont-Couturier et al. (eds.), *Regards sur les Antilles*, pp. 85–86.

¹⁸¹ Albert Rèche, *Mille ans de médecine et de pharmacie à Bordeaux*, Bordeaux, Mollat, 2012, p. 55.

¹⁸² Jeremy L. Caradonna, "Appendix F: Prize Contests Offered by Academies, Scholarly Societies, and Agricultural Societies in Continental France from 1670 to 1794", in *The Enlightenment in Practice: Academic Prize Contests and Intellectual Culture in France, 1670–1794*, Ithaca, NY, Cornell University Press, 2012, p. 377.

¹⁸³ Christine Damis, "Le philosophe connu pour sa peau noire: Anton Wilhelm Amo", *Rue Descartes*, n. 36, 2002.

moyens de les prevenir (1776)¹⁸⁴. Traduzida por Antônio José Vieira de Carvalho, cirurgião-mor do regimento da cavalaria regular na Capitania de Minas Gerais, foi publicada em Portugal por meio da Calcografia do Arco do Cego¹⁸⁵, que na apresentação defendeu princípios semelhantes:

[...] fazendo-lhes a vida pezada, e adiantando-lhes a morte, levaõ à sepultura o melhor dos cabedaes daquela, e das outras Colonias da America Portugueza; enterrando com elles o mesmo ouro, que os seus braços haviaõ desenterrado; e seccando assim na sua origem hum dos primeiros mananciaes das riquezas da Coroa, e do Estado¹⁸⁶.

Podemos observar que sendo “vítimas preferenciais”, os negros fizeram parte da literatura médica essencialmente na medida em que sua sobrevivência significava a redução de gastos e consequente maior lucratividade¹⁸⁷. A obra de Dazille foi alvo da análise de André Nogueira, que para além de ter notado toda uma rede não exclusiva do Império português a promover a circulação de informações, discutiu contextualmente as enfermidades concebidas por Dazille e as relações estabelecidas pelo autor no que diz respeito às suas concepções e a condição dos escravos. Neste sentido, é de maior interesse para a presente investigação a distinção de Dazille

¹⁸⁴ Jean Barthélemy Dazille, *Observations sur les maladies des negres: leurs causes, leurs traitemens et les moyens de les prevenir*, Paris, Didot le jeune, 1776.

¹⁸⁵ Cf. sobre, Diogo Ramada Curto (ed.), *A Casa Literária do Arco do Cego: bicentenário, (1799-1801): “sem livros não há instrução,”* Lisboa, Biblioteca Nacional, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1999; Felipe Matos, “A circulação dos livros da Tipografia do Arco do Cego em Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis, século XVIII)”, in Andréa Doré and Antonio Cesar de Almeida Santos (eds.), *Temas setecentistas: governos e populações no Império português*, Curitiba, UFPR, 2009; Christian Fausto Moraes dos Santos et al., “Da calcografia do Arco do Cego: divulgação e uso das ciências no século XVIII”, in Christian Fausto Moraes dos Santos (ed.), *História das ideias: viajantes, naturalistas e ciências na modernidade*, Maringá, Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2010.

¹⁸⁶ Jean Barthélemy Dazille, *Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir*, Lisboa, Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

¹⁸⁷ Alisson Eugênio analisou o aumento de obras dedicadas a saúde dos negros, tendo notado uma maior atenção quanto à prevenção de enfermidades e a maior problematização da alta mortalidade dos negros. O autor listou como fatores impulsionadores desta maior atenção à saúde negra “o aumento da demanda por escravos, o encarecimento dos seus preços na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), a formação do movimento antiescravista na Inglaterra e o amadurecimento da concepção pragmática sobre a função social da ciência promovido durante a Ilustração”. Alisson Eugênio, “Ilustração, escravidão e as condições de saúde dos escravos no Novo Mundo”, *Varia História*, vol. 25, n. 41, 2009, p. 229.

entre as doenças que seriam comuns a todos os colonos e aquelas específicas dos pretos¹⁸⁸.

Convém observar que embora estivesse embasado num pensamento racista¹⁸⁹, que procurava observar os negros enquanto alvo potencial de moléstias específicas e, como já foi dito, essencialmente na medida em que suas condições de saúde representavam maior lucratividade, não percebemos na discussão deste cirurgião traços a definir a cor de pele como algo negativo por si. Embora ligada a este contexto, a produção de Dazille não os pontuou como essencialmente inferiores ou portadores de moléstias pelo facto de não serem brancos.

Relativamente distante desta onda mercantil e pragmática, houve pesquisas que intentaram perceber, por exemplo, porquê os pretos tinham tal cor, ou em outros termos, quais as causas físicas da pele negra. O autor supostamente anónimo do opúsculo *Dissertation sur la cause physique de la couleur des nègres* era o médico Pierre Barrère, membro da Société Royale des Sciences de Montpellier e correspondente da Académie des Sciences de Paris. Ele afirmou ter realizado diversos experimentos com pretos a fim de determinar de onde viria a cor de pele destes. Sua ideia para atestar se a cor deles ficava restrita à epiderme lembra-nos ensaios ocultos e certamente hoje proibidos pelos conselhos de ética.

Como já procurámos discutir em outras situações, há uma certa imprecisão historiográfica quanto à visão inferiorizante sobre o negro durante o século XVIII, sendo que advogamos que estes eram tidos como subespécies, homínidos, mas não *Homo sapiens*¹⁹⁰. Se assim for, seria compreensível que o naturalista Pierre Barrère não visse como problemáticos os experimentos em que a epiderme era

¹⁸⁸ André Nogueira, “Universos coloniais e “enfermidades dos negros” pelos cirurgiões régios Dazille e Vieira de Carvalho”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 19, n. Suplemento 1, 2012.

¹⁸⁹ Uma vez que não há “racismo” no século XVIII, preferimos a utilização deste termo a fim de apresentar anterioridade às correntes racistas e racistas científicas que existiram ao longo do século XIX, posto que há diferenças profundas no pensamento acerca da “raça” nos séculos XVIII e subsequente. Convém observar que a concepção geral oitocentista do negro enquanto um ser de raça inferior pontuava este como um ser humano menos perfeito, enquanto que muitas das concepções de raça no século XVIII pensavam o negro como que numa espécie inferior, um ser distante, ainda que em certa medida próximo ao homem. Para mais, cf. artigo na nota seguinte.

¹⁹⁰ Christian Fausto Moraes dos Santos and Rafael Dias da Silva Campos, “Apontamentos acerca da Cadeia do Ser e o lugar dos negros na filosofia natural na Europa setecentista”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 21, n. 4, 2014.

raspada e macerada longamente em água para se saber qual a cor sob sua pele¹⁹¹. Se nossa visão estiver mais próxima daquilo que foi a compreensão geral dos filósofos naturais de setecentos, experimentos como o acima citado estariam conectados com uma ideia de superioridade branca onde massacrar a pele de um negro não seria o mesmo que mutilar um ser humano.

De facto, o próprio Barrère discutiu o problema no final de seu breve exame. Ele contraria a opinião geral de que o *mulato* era o híbrido entre o preto e o branco (e, por isso, não geraria descendentes férteis) ao analisar a ideia, corrente na altura, que associava os miscigenados às mulas¹⁹². Esta obra permite uma análise mais pormenorizada de sua conceção de geração (reprodução, nos termos atuais) e história natural. É estranho que sua análise possa em diversos momentos apresentar-se como uma exceção que não via os negros com desfavor: para ele a cor preta não seria provocada internamente, mas apenas apareceria no tecido externo. Seria, portanto, o tipo de humor que provocava a pigmentação da pele. Isto porque a bile se separaria do fígado e também dos vasos quase impercetíveis da epiderme e as partes mais grosseiras dessa bile, por sua permanência no tecido, dariam uma cor enegrecida, enquanto que as partes mais finas seriam exaladas pelos poros da pele (razão do mau cheiro, diz ele). Seu entendimento parte de uma visão onde “as partes pré-existentes se desenvolveriam, ampliariam e floresceriam” (nasceriam). Assim, a dar preponderância à teoria da geração, o autor afirmou que as diferentes degenerações ocorreriam devido à desarmonia do fluído seminal com o germe (óvulo), e que os “monstros” seriam uma prova destas desarmonias¹⁹³.

De modo semelhante, outros tratados desenvolveram análises “médicas” acerca da tonalidade da pele preta. No verbete *Peau*, há explicações acerca das doenças de pele ou aquelas que acabaram por afetar a sua aparência corrente, mas um subitem denominado *Peau des negres* chama à vista. De acordo a *Encyclopédie*,

¹⁹¹ Pierre Barrère, *Dissertation sur la cause physique de la couleur des nègres, de la qualité de leurs cheveux, et de la dégénération de l'un et de l'autre*, Paris, chez Pierre-Guillaume Simon, 1741, p. 4.

¹⁹² *Ibid.*, p. 11.

¹⁹³ Sobre as teorias da geração, cf. Clara Pinto Correia, *O ovário de Eva: ovo e esperma e preformação*, Lisboa, Relógio d'Água, 1998.

os anatomistas teriam procurado a causa da pele “negra dos negros”¹⁹⁴. Com divergências sobre o tema, alguns defendiam uma relação direta entre o sangue, supostamente mais escuro que o dos brancos, e a cor da epiderme. Outros ainda desenvolveram explicações em que a bile era o agente causador da coloração da pele, tal como foi o caso do já citado Pierre Barrère. E para além das reflexões relacionadas com a área médica, o referido subitem citou contribuições de filósofos, mais precisamente de Buffon. O pensamento deste a respeito da inferioridade/degenerescência dos negros é bastante conhecido, sendo para ele o calor e o clima os principais agentes dessa coloração¹⁹⁵. O texto de Buffon, que inclusivamente serviu de “inspiração” ao artigo da *Encyclopédie*, critica as concepções de Barrère, uma vez que para o filósofo natural francês se a causa da pigmentação estivesse na bile ou no sangue, dever-se-ia questionar porquê a bile ou o sangue dos negros eram daquela cor, observando então que ambas explicações apenas afastavam a questão, ao invés de respondê-la¹⁹⁶.

No entanto, se a escrita de Barrère no que diz respeito à degeneração (aqui entendida como o que deixa de ser puro) podia ser encarada, à primeira vista, como desprovida de conotações racialistas, porque é que a sua pesquisa se dedicava a perceber a causa física da cor dos pretos e não a “dos homens”? Em outras palavras, não é porque Barrère não defendeu abertamente a inferioridade negra (como fez Buffon) que a sua concepção pode ser automaticamente identificada como uma face da visão igualitária entre os homens. Parece-nos que tal conceito *lato sensus* de humanidade chegou a ser percebido por uns poucos homens oriundos de camadas abastadas, que não partilhavam dos estereótipos de perfeição preconizados pelo saber ilustrado setecentista (europeu, masculino e branco).

¹⁹⁴ Fortuné Barthélemy de Félice and Denis Diderot, *Encyclopedie ou dictionnaire universel raisonne des connoissances humaines mis en ordre par M. De Felice*, vol. 32, 1774, p. 574.

¹⁹⁵ Georges Louis Leclerc Buffon Conde de, “Sur la couleur des Nègres”, in *Histoire naturelle générale et particulière : avec la description du Cabinet du Roy*, vol. Suplemento, Tomo 4, Paris, De l’Imprimerie Royale, 1777.

¹⁹⁶ Georges Louis Leclerc Buffon Conde de, “Variétés dans l’espèce humaine”, in *Histoire naturelle générale et particulière : avec la description du Cabinet du Roy*, vol. 3, Paris, De l’Imprimerie Royale, 1749, pp. 522–525.

O mais conhecido dos estudantes luso-brasileiros da Faculdade de Medicina de Montpellier, Manoel Arruda da Câmara, foi autor de uma tese que, acima de tudo, procurou discutir as relações entre a Química e a Medicina modernas. Mas ao argumentar sobre a causa da coloração da pele, não diferenciou negros, *mulatos*, brancos, ou quaisquer outros. Seu trabalho indagou questões sobre o processo de manutenção do calor corpóreo e as causas dos diferentes tipos de cores de pele nos homens e não apenas nos negros¹⁹⁷. Portanto, a análise de Arruda da Câmara difere daquela proposta por Barrère, posto que este havia investigado a pele negra, numa concepção que a via apenas com estranheza, enquanto que o luso-brasileiro apontou suas investigações para o geral da humanidade.

É fácil entender que a cor natural do homem não seja a branca, como afirmam alguns autores europeus, *conduzidos pelo amor a sua pátria*, entre os quais enumeram-se Buffon & Bomar; desde que a pátria natural dos homens está entre os trópicos, como comprovou excelentemente Lineu (*Amenitates Academicae*, t.6), na dissertação sobre frutos comestíveis, conclui-se que deve existir uma cor natural entre os trópicos, que não é a branca¹⁹⁸.

Arruda da Câmara discordava da opinião de autores que eram referência na altura, como Buffon, e terminou sua tese a afirmar, de forma veemente, que a cor natural dos homens não era a branca: “sequitur quod color naturalis existere debet intrà tropicos, ubi naturalis non est color albus” [segue-se que a cor natural da existência deve ser mantida dentro dos trópicos, onde não há cor branca natural]. Para este natural da América portuguesa, os europeus deixavam-se levar pelo “amor a sua pátria” e este sentimento era responsável por compreensões errôneas, como a que a Europa possuía melhores condições ambientais ou que era a região originária do homem (e de sua cor)¹⁹⁹.

¹⁹⁷ Manuel Arruda da Câmara, *Disquisitiones quædam physiologico-chemicæ de influentia oxygenii in œconomia animali, principue in calore et colore hominum*, Monspelii [Montpellier], Apud Joannem Martel, 1791.

¹⁹⁸ *Ibid.*, Apud Argus Vasconcelos de Almeida and Francisco de Oliveira Magalhães, “As “Disquisitiones” do naturalista Arruda da Câmara (1752-1811) e as relações entre a Química e a Fisiologia no final do Século das Luzes”, *Química Nova*, vol. 20, n. 4, 1997. Griffos nossos.

¹⁹⁹ Maria Rachel Fróes da Fonseca observa outro elemento desta perspectiva de Arruda Camara, quando salientou que o naturalista questionava a ideia de superioridade do Velho Continente. “Las

Assim, se tomarmos discussões encetadas ao longo do *Século das Luzes*, tais como a da coloração da pele negra (sendo Arruda da Câmara uma exceção), podemos perceber que ainda mais árdua foi a disparidade entre as condições de escravos e não escravos. A perspectiva de que os negros seriam “naturalmente” inferiores (fosse no sentido de que eram espécies menos perfeitas ou de que eram humanos degenerados devido às exposições adversas ao clima ²⁰⁰) foi complementada pela condição dos negros enquanto socialmente inferiores, fatores que conferiram a estes um pior acesso à saúde; numa assimetria que apenas foi amainada devido os interesses mercantis em garantir a sobrevivência da mão de obra escrava.

Além de escravos, mulheres e pobres, as sociedades afastadas dos centros urbanos também experimentaram um menor acesso aos serviços de saúde oficiais. O alto índice de mortalidade infantil era vivenciado nas vilas e povoados do interior de modo ainda mais intenso que nas regiões mais povoadas. Sebastião Leite de Faria e Souza referiu-se apenas ao contexto do Reino, mas esta realidade também se verificava no interior da América portuguesa, onde as populações que habitavam regiões distantes tinham pouco acesso não só a boticários, como também a cirurgiões e médicos²⁰¹.

Esta carência não redundou apenas numa alta mortalidade, como também reforçou a ideia generalizada que as populações rurais seriam mais afeitas às

noticias más útiles y la medicina en México y Brazil coloniales: José Ignacio Bartolache y Manuel Arruda da Câmara”, *Montalbán*, vol. 36, 2003, p. 40. Para uma discussão acerca das diversas leituras luso-brasileiras que contestaram as ideias buffonianas de inferioridade da América, cf. Maria Margaret Lopes, “‘Raras petrificações’: registros e considerações sobre os fósseis na América Portuguesa”, in *Actas do Congresso Internacional Atlântico do Antigo Regime: poderes e sociedade*, Lisboa, 2005.

²⁰⁰ Sobre este tema e a ideia de uma humanidade originalmente branca, cf. Paola Martínez Pestana, “«Des hommes noirs et non pas des nègres»: Piel y raza en el siglo XVIII”, *Asclepio*, vol. 63, n. 1, June 2011.

²⁰¹ Obras como a citada *Governo de Mineiros mui necessario para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez, e mais legoas, padecendo por esta cauza os seus domesticos e escravos queixas, que pela dilaçam dos remedios se fazem incuraveis, e as mais das vezes mortaes* exemplificam bem a carência de agentes de cura no interior. Em pesquisa recente sobre o universo médico em Mariana, Minas Gerais, Ricardo Coelho encontrou grande soma de cirurgiões a curar na região; fato que reforça essa diferença entre a assistência de saúde no campo e na cidade. Ricardo Ribeiro Coelho, *O universo social das artes de curar: um estudo sobre as medicinas e a saúde na cidade de Mariana (século XVIII)*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2012, pp. 45–50.

concepções de cura baseadas em credices, nos saberes tradicionais e no sobrenatural. Ocorre que, na ausência de boticas e de terapêuticas, a população do campo ou de vilas menos povoadas era obrigada a valer-se dos produtos disponíveis nas imediações. Assim, não negando ligações a universos místicos, podemos notar que muitas destas terapêuticas, tidas hoje por esdrúxulas, eram adaptadas às possibilidades locais e eram uma realidade. Sebastião Leite de Faria e Souza, o autor da pequena obra *Luz de comadres ou parteyras*, afirmou, por exemplo, que indicaria remédios adicionais “[...] com que se possaõ valer, tanto os que estão em Cidades, ou Villas, aonde ha boticas, como os pobres dos campos, ou montes”²⁰².

A distância dos centros urbanos limitava o acesso aos terapeutas institucionalizados. Assim, com maiores limitações financeiras e geográficas para recorrer a estes agentes, esta população valia-se grandemente de seus próprios saberes. Conhecimentos estes que eram muito renegados pelos profissionais formados. Segundo o já citado Faria e Souza, os erros cometidos pelas parteiras eram devidos à ignorância delas e estes seriam muitos, sendo então sua obra a referida *luz* a que o título alude:

[...] e por ter notícia das muitas desgraças, que todos os dias sucedem por erros, e ignorância das Comadres, e por ver que todas as mulheres de parto se valem delas, e só delas se fiam em caso de tanto perigo, e aperto [...]. Não traduzi para os médicos doutos, que estes os não chamam para semelhantes casos, e se os chamam, é já tarde, e a tempo que estão expirando as mulheres de parto [...]”²⁰³.

Por este trecho podemos perceber a importância das parteiras no nascimento das crianças, numa conjuntura em que mesmo os médicos eram relegados. Em diversas realidades locais, a população tinha apenas nas parteiras um alento de saber e conhecimento (prático, popular) ao por vezes problemático procedimento que era o parto. Além disso, é preciso considerarmos que,

²⁰² Sebastião Leite de Faria e Sousa, *Luz de comadres ou parteyras: breve tratado de como se deve acodir aos partos perigozos, e o que devem fazer as mulheres pejudadas para terem bons partos, e o que devem fazer as mulheres pejudadas para terem bons partos, e como se haõ de tratar, e pensar as crianças. E como haõ de curar a madre quando sahe fóra, ou aboca*, Lisboa, na officina de Pedro Ferreyra, 1725, p. 18.

²⁰³ *Ibid.*, chap. Prologo, [p. II].

independente das críticas, a abordagem das parteiras era abrangente, oferecendo cuidados durante o período pré-natal e apoio físico e emocional às mães²⁰⁴.

Sebastião Souza afirmava, de forma ostensiva, as luzes de sua obra²⁰⁵, mas convém observarmos que sua justificativa para a publicação da suposta tradução de um texto francês não identificado enquadra-se na problemática das discrepâncias do acesso à saúde entre sectores diversos da sociedade lusa no Império. Sua *Luz* contrapunha o poder médico ao das parteiras, que no contexto setecentista estava cada vez mais a ser combatido pelos terapeutas institucionalizados — que, em diversos momentos, rejeitavam os tratamentos e procedimentos populares²⁰⁶. Esse embate se deu em solos de domínio português, mas foi igualmente corrente em outros contextos imperiais. As parteiras de França — chamadas “sages-femmes” ou “matrones” que, eventualmente, recebiam algum tipo de treinamento — também se viram às voltas com diversas publicações que procuravam instruir estas matronas da arte de fazer nascer. Mas tais obras carregavam a ideia de que a medicina popular levada a cabo pelas parteiras era inadequada e necessitava de ser reformada à luz dos novos saberes, ou seja, do saber médico da Ilustração.

Esta inter-relação carregada de embates e dilemas entre os novos ideais e as práticas tradicionais era parte de um universo maior em que a introdução da medicina portuguesa no Iluminismo implicou na crítica vigorosa não apenas da sociedade vigente, mas também de elementos menos visíveis, como as práticas de cura, os estabelecimentos médicos e as próprias concepções medico-sanitárias de períodos precedentes. Os autores destas obras de instrução popular afirmavam, por exemplo, que as parteiras eram “assassinas” devido à ignorância de suas práticas²⁰⁷.

²⁰⁴ Anne-Emanuelle Birn, “Public Health and Medicine in Latin America”, in Mark Jackson (ed.), *The Oxford handbook of the history of medicine*, Oxford, Oxford University Press, 2011, p. 247.

²⁰⁵ Em análise do universo do “partejar”, Marinha Carneiro salientou recorrências desta obra à *Polianteia Medicinal* de João Curvo Semmedo, In: *Ajudar a nascer: parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (séculos XV – XX)*, Tese de Doutoramento, Porto, Universidade do Porto, 2003, p. 123.

²⁰⁶ Uma esclarecedora e muito interessante leitura sobre o parto no século XVIII e as relações sociais a ele relacionadas foi dada por Jacques Gélis, In: “L’accouchement au XVIIIe siècle: Pratiques traditionnelles et contrôle médical”, *Ethnologie française*, vol. 6, n. 3/4, January 1976, (nouvelle serie).

²⁰⁷ Nathalie Sage-Pranchère analisou duas destas obras, que estavam inseridas num contexto francês específico onde uma enquete formada pelo controlador geral das finanças tentava identificar os

Uma parcela significativa dos médicos formados concebiam as curas sobrenaturais como vãs²⁰⁸, fortalecendo em diversos segmentos da sociedade lusa, nas colónias ou no reino, as conceções reformadas pelos ideais propostos pela medicina iluminista²⁰⁹.

Como apontou Maria Benedita de Araújo em tese inaugural sobre o tema, algumas das pressões contra os diversos “terapeutas populares”²¹⁰ em geral, e contra as parteiras em particular, deviam-se à noção de que muitos faziam acordos com o Diabo para se tornarem grandes curadores²¹¹. Segundo a autora, a feitiçaria era um alento para as angústias da morte, uma esperança que desafiava a resignação recomendada pelo catolicismo, mas que, ao mesmo tempo, propunha ser uma resposta física e espiritual para estas angústias²¹². Maria Benedita de Araújo citou o, à época pouco conhecido, processo inquisitorial de Joana Baptista, onde esta teria feito pacto com o Demónio para obter sucesso nos tratamentos que conduzia. Os processos de curandeiros também são arrolados nesta obra e, ao menos para a comarca de Évora na primeira metade do século, 186 casos (41% do total) de pactos teriam sido realizados com o específico objetivo de obter “bom sucesso nas curas”²¹³.

Os processos inquisitoriais e as da arte de curar, combatidas pelos médicos de profissão institucionalizados, remetem-nos para dois elementos não dissociados. Por um lado, Maria Benedita de Araújo percebeu *grosso modo* estas práticas como

terapeutas em França. Nathalie Sage-Pranchère, “Étude comparée de deux projets de cours d'accouchement à la fin du XVIII e siècle”, *Histoire, Économie et Société*, vol. 28, n. 2, June 2009.

²⁰⁸ Convém observar, todavia, que diversos físicos e, principalmente, curandeiros não abandonaram as conceções baseadas no sobrenatural. Kelly Cristina Benjamim Viana, *Mágicos doutores: a arte médica entre a magia e a ciência na Minas Gerais setecentistas (1735-1770)*, Dissertação de Mestrado, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2008; Márcia Moisés Ribeiro, *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*, São Paulo, Hucitec, 1997.

²⁰⁹ Timothy Walker, “The role and practices of the *curandeiro* and *saludador* in early modern Portuguese society”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 11, n. suppl. 1, 2004.

²¹⁰ Este termo foi empregado por Tânia Pimenta como tentativa de envolver as diferentes práticas realizadas pelos curandeiros não institucionalizados. Para mais, cf. Tânia Salgado Pimenta, “Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX”, *Caderno Cedes*, vol. 23, n. 59, April 2003.

²¹¹ Maria Benedita de Araújo, *A medicina popular e a magia no Sul de Portugal: contribuição para o estudo das correntes mentais e espirituais (fins do séc. XVII a meados do séc. XVIII)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1988.

²¹² *Ibid.*, p. 231 (vol. 1).

²¹³ *Ibid.*, p. 232–233; 239–240 (vol. 1).

uma resposta às angustias espirituais, mas podemos percebê-las adicionalmente como respostas às aflições terrenas mal resolvidas, ou seja, às doenças e aos problemas de saúde não solucionados; pois mesmo que o alto nível de mortalidade não tenha o poder de alterar *per si* as crenças populares, a presença constante da morte pode fornecer elementos suficientes para, pelo menos, instigar tais convicções. Por outro lado, os embates entre os procedimentos conduzidos pelos saberes populares e aqueles advindos de médicos formados em universidades e instituições médicas leva-nos a uma discussão acerca da circularidade cultural, debatida por Carlo Ginzburg e, num contexto diverso, por Mikhail Bakhtin²¹⁴. Isso porque, embora grande parte dos curadores institucionalizados concebesses elementos sobrenaturais como contrários à “boa medicina”, outros tantos utilizaram-se de práticas terapêuticas com base em elementos tradicionais (e não apenas as ervas em si, mas também as técnicas destes terapeutas populares, especialmente na produção farmacológica).

Dessa discussão interessa-nos observar que embora estes setores estivessem relativamente em confronto, a ideia de saúde não era estanque e hermética. Assim, não é porque muitos doutores compusessem parte de uma elite letrada, científica e financeira (o que é válido particularmente no caso dos luso-brasileiros que para realizarem estudos superiores viajaram e viveram na Europa) que suas mentalidades fossem totalmente opostas à daqueles que combatiam. Nobre, o famoso Charles Louis de Secondat foi tratado em Bordeaux pelo “oculista” Louis Béranger²¹⁵ e em sua correspondência podemos notar que o Barão de La Brède defendeu o uso de uma “água” feita à base de símplice que o teria impedido de ficar cego, tendo passado trinta anos tratando-se com esta substância. Todavia, não seria exagero dizer que Montesquieu morreu mesmo cego devido a uma catarata somada à forte

²¹⁴ Mikhail Mikhailovich Bakhtin, “Introdução: Apresentação do problema”, in *A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, São Paulo, Hucitec, 1987; Carlo Ginzburg, “Prefácio à edição italiana”, in *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, Edição de Bolso, São Paulo, Companhia das Letras, 2006; Carlo Ginzburg, “O inquisidor como antropólogo”, *Revista Brasileira de História*, vol. 1, n. 21, Setembro 1990/Febrero 1991.

²¹⁵ Albert Rèche, *Mille ans de médecine et de pharmacie à Bordeaux*, p. 53.

miopia²¹⁶. Em outras palavras, Montesquieu possuía instrução e recursos suficientes para procurar tratar-se com um físico, mas preferiu não fazê-lo, ademais confiou, adotou e divulgou as vantagens duma substância não analisada (e portanto não comprovada à luz dos novos saberes químico-farmacêuticos): sua morte, sem a resolução dos problemas visuais são exemplo característico de que não raras foram as interconexões de práticas e saberes médicos entre a elite e o popular, o que levamos a uma percepção de que, apesar dos conflitos, houve inter-relação entre ambos.

Neste sentido, tal processo de constituição de uma ideia geral de que as curas movidas por magia não eram verdadeiras, tanto pela pressão de sectores da elite (médica ou religiosa) quanto pela difusão deste pensamento nas camadas mais populares, foi parte de uma profunda alteração na sociedade portuguesa, que nos interessa sobremaneira: a difusão cada vez maior do racionalismo em solo luso. José Pedro Paiva notou o processo de difusão do racionalismo atentando para um ponto diverso: os processos inquisitoriais de crimes de bruxaria e magia. Conforme foi observado por ele, as histórias de bruxas deixaram de ser combatidas pelos perigos que causariam e passaram a ser genericamente identificadas como atrasadas ou de gente ignorante na segunda metade do século XVIII e essa nova visão passou a ser amplamente difundida a partir dos anos 1770²¹⁷.

Do outro lado da Península Ibérica, ilustrados reconhecidos como o padre Benito Jerónimo Feijoo, realçam a análise de José Pedro Paiva. Discutida por María Tausiet, a conceção de Feijoo acerca das crenças da população era a de que as pessoas menos “esclarecidas” ainda acreditavam nas falsas possessões (muito embora, o próprio padre beneditino afirmasse que algumas pudessem ser reais)²¹⁸.

²¹⁶ Em uma carta enviada para Maupertuis (de 25 de Novembro de 1746), Montesquieu diz: “Il faut que je vous parle de mes yeux. Il s'est trouvé que j'en ai un sur lequel il y a une cataracte et c'est que précisément celui dont je pouvais lire, car l'autre, je n'ai jamais vu que les gros objects”. Jacques Battin, “Montesquieu malvoyant, puis aveugle”, in *Médecins et malades célèbres*, 2nd ed., Paris, Éd. Glyphe, 2012, p. 332.

²¹⁷ José Pedro Paiva, *Bruxaria e superstição: num país sem «caça às bruxas», 1600-1774*, 2nd ed., Lisboa, Notícias Editorial, 2002.

²¹⁸ María Tausiet, “From illusion to disenchantment: Feijoo versus the “falsely possessed” in eighteenth-century Spain”, in Owen Davies and William de Blécourt (eds.), *Beyond the Witch Trials: Witchcraft and Magic in Enlightenment Europe*, Manchester, Manchester University Press, 2004.

A análise de Peter Maxwell-Stuart acerca da Escócia setecentista considera o facto de que uma menor criminalização das crenças em magia não implicou a redução dessas próprias crenças e suas práticas²¹⁹. Também houve ali um processo de pressão exercido por sectores da elite pelo fim das concepções sobrenaturais. Este universo teoricamente contraditório permite-nos notar que a formação de um reconhecido Iluminismo escocês não implicou no fim das crenças (sobrenaturais) dos habitantes das terras altas escocesas, os *Highlanders*, que eram frequentemente vistos pelos ilustrados como atrasados, primitivos e incultos, e portanto incluídos num contexto de prática de bruxaria²²⁰.

Segundo o autor, ocorreu na verdade um distanciamento entre ambos universos popular e dos letrados, pois embora os agentes da lei tenham passado a dar pouca atenção a crimes de bruxaria ou de magia ao longo do século, estas concepções (apesar de estarem a passar por mudanças) ainda constituiriam o cenário da Escócia setecentista. Em outras palavras, interessa-nos aqui observar que este processo semelhante ocorreu tanto em solo português, como espanhol e escocês. O ideal da Ilustração foi concomitante a estes processos e culminou na redução da ideia de que as moléstias poderiam ser provocadas por magias ou pactuadas com o Demónio. Como ficou percebido na investigação de Maxwell-Stuart, o abandono destas crenças não foi absoluto entre os escoceses, como também não o foi em Portugal ou em Espanha, mas o impacto provocado pela Ilustração no seio destas sociedades implicou num aumento gradual da percepção de que era essencialmente pelo universo médico que se poderia curar ou ficar doente.

De outra parte, situações semelhantes em conjunturas diversas, como a “Itália”, permitiram que outros investigadores realizassem estudos sobre o tema: as críticas de David Gentilcore à análise do historiador inglês Roy Porter para o contexto da Península Itálica — de que as práticas médicas durante o Iluminismo não tornaram simplesmente obsoleto o universo dos tratamentos mágicos, devido à

²¹⁹ Peter Maxwell-Stuart, “Witchcraft and magic in eighteenth-century Scotland”, in Owen Davies and William de Blécourt (eds.), *Beyond the Witch Trials: Witchcraft and Magic in Enlightenment Europe*, Manchester, Manchester University Press, 2004.

²²⁰ *Ibid.*, p. 91.

presença constante de práticos (como boticários e droguistas) e suas lojas como uma suposta “normalidade e racionalidade médica” que teria marginalizado o universo mágico²²¹ — realçam a percepção de que embora a Ilustração tenha tido um importante impacto no processo de racionalização das concepções médicas, não podemos tomar os agentes de cura como “soldados do racionalismo”, que afastariam traços de atraso e visões “pouco modernas” por onde passassem.

Assim, se para o contexto inglês a análise de Porter talvez tenha fundamento, para o caso luso-brasileiro esta realidade certamente não se enquadra. Isso porque na América portuguesa existem contactos multiculturais decorrentes da escravidão e das tentativas de “civilizar” os índios. E no que diz respeito a esta questão, é de aclarar que tanto índios como africanos transformaram na colônia as concepções terapêuticas europeias e a ideia de magia, num processo que também fluiu de modo inverso. Além disso, há que se registrar que a análise de Porter toma a Inglaterra por padrão e parte desta ilha para produzir sua análise, fato que torna problemática a utilização de seu modelo, pois se atentarmos para o Império português — que continuava a compor-se por uma sociedade marcadamente rural, com poucos médicos formados a exercer a clínica no interior da América (os chamados sertões), com partos realizados maioritariamente por parteiras sem qualquer formação e procedimentos simples realizados por práticos igualmente não educados na área — é perceptível a dificuldade de se assegurar que o avanço da medicina teria representado por si um igual desenvolvimento do racionalismo e conseqüente queda das terapêuticas mágicas ou divinatórias. Em outras palavras, estes pressupostos transformadores levantados por Porter não são válidos para o Império português. E por isso mesmo salientamos que “talvez” o modelo valha para o caso inglês, pois em fins do século XVIII a Inglaterra, com poucas exceções, continuava também a ser rural, ainda que em fase de industrialização e urbanização.

Parece-nos que estas diminuições do universo mágico no pensamento médico estão mais relacionadas com a ascensão de uma concepção iluminista que

²²¹ David Gentilcore, “Was There a “Popular Medicine” in Early Modern Europe?”, *Folklore*, vol. 115, n. 2, August 2004.

vivenciou conflitos (numa sociedade rural e maioritariamente analfabeta, a debater-se com uma elite letrada que procurava “retirar Portugal do atraso”), do que com a presença avassaladora de médicos a expandir o racionalismo e a Ilustração de modo unidirecional e sem resistência daquelas populações pouco ou nada letradas que viviam no interior do Reino ou na América portuguesa. Além de que, estas resistências às novas curas podem ter vindo não apenas de gente inculta e do campo, mas também de notáveis iluministas, como referido acima acerca de Montesquieu.

Em outras palavras, a ascensão de uma ideia iluminista em solo luso repercutiu na conceção médica, uma vez que a presença de práticos tornou-se menos tolerada pelos médicos e os muitos tratamentos propagandeados por eles começaram a ser pensados como charlatanismo²²². Esta conflitualidade quanto às atribuições de um carácter sobrenatural ou físico presente nas conceções terapêuticas coloca-se de modo ainda mais marcante quando, com o avançar dos anos, a Inquisição passou a perseguir menos bruxas e mais “pedreiros-livres”²²³. As pressões exercidas por diversos inquisidores, que não tinham relações com os interesses de médicos e de outros agentes de cura, influíram decisivamente na redução geral destas visões mágicas sobre a saúde/doença.

É nesta conjuntura de segunda metade de setecentos que os médicos luso-brasileiros vão cursar medicina em Montpellier. Um contexto em que os médicos formados na Universidade reformada, já não mais aceitavam ideias baseadas no sobrenatural. Onde parte significativa da população acreditava em tratamentos que hoje temos por escatológicos e que continuava a pensar que a origem de muitas doenças tinha razões não explicadas pela filosofia da natureza, mas que tinha suas conceções desviantes (a saber, as mágicas e demonológicas) “uniformizadas” /combatidas pelos centros de poder médico: Coimbra e sua faculdade, a Junta do Protomedicato e os médicos membros de academias e sociedades de letras e ciências. Com o Iluminismo difundiu-se uma ideia, impulsionada pelas pressões

²²² José Pedro Paiva, *Bruxaria e superstição*, pp. 81–93.

²²³ Bella Herson, *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira, 1500-1850*, São Paulo, Edusp, 1996, chap. 9.

desta elite (mas indiretamente auxiliada pelos combates promovidos anteriormente pela Inquisição), que apenas os médicos, cirurgiões e barbeiros podiam curar, cada um em sua “especialidade” e apenas aqueles que possuíam autorização para tal.

Uma medicina iluminista, médicos e barbeiros na confluência do curar

Ao discutir diferentes aspetos do Iluminismo luso na Introdução, procurámos evidenciar que a historiografia luso-brasileira se tem dedicado a analisar fenómenos específicos através dos quais se estuda a presença das Luzes em Portugal, tais como os estrangeirados ou o despotismo esclarecido ou, então, em torno de personagens específicos, como José Francisco Correia da Serra, António Nunes Ribeiro Sanches, Luís António Verney, mas não do Iluminismo enquanto facto social. Embora este elemento já tenha sido discutido previamente, queremos enfatizar a sua importância para a compreensão da nossa análise, uma vez que ele está relacionado com a cura ilustrada. Também nos domínios da saúde está presente a ideia de que as Luzes não chegaram ao Império português e que apenas alguns homens “levaram um pouco de claridade para o obscurantismo reinante”²²⁴.

Previamente foi ainda analisado o emprego do conceito de esfera pública para a nossa interpretação da ilustração, e no campo da história da medicina, quando o tema é posto em discussão, o conceito de esfera pública de Jürgen Habermas continua a influenciar diversas concepções²²⁵. Segundo Madden, de acordo com esta ideia, a medicina e a ciência também foram alvo das novas normas sociais: “medicina e ciência têm vindo a ser consideradas como parte da ‘esfera pública’, caracterizada por normas ‘educadas’ e mercantilização de uma robusta cultura impressa”²²⁶. Mas a apropriação do conceito de Habermas feita por Robert Darnton e Roy Porter, lembra a autora, pode ser problemática, uma vez que o filósofo da Escola de Frankfurt não atribuiu à ciência um lugar específico na sua noção de

²²⁴ *Ibid.*, p. 199.

²²⁵ Thomas Broman, “The Habermasian public sphere and “science in the Enlightenment””, *History of Science*, vol. 36, n. 112, 1998.

²²⁶ Deborah Madden, “Introduction: Primitive Physic Explain’d in an Easy and Natural Method”, p. 19. Tradução livre.

“esfera pública”²²⁷. Assim, os investigadores que aplicam este conceito para discutir a ciência iluminista e, em nosso caso, a medicina ilustrada, podem não encontrar meios de explicar como se atribui à ciência uma tal centralidade: “Nas mãos dos incautos, pode fornecer uma licença para ver o Iluminismo como uma criação inocente, o produto da leitura, escrita e conversação, da ciência amadora e divertimentos gentis (refinados)”²²⁸. Em outras palavras, vazia de sentido social, económico, político e científico-institucional.

Assim, à semelhança da análise das Luzes, também o conceito de esfera pública em história da medicina não satisfaz propriamente contextos como o do Império português, com possessões em diversas regiões do globo, em que um conjunto considerável da informação produzida não era destinada ao desfrute da população, mas a ser utilizada enquanto instrumento de controlo e domínio. Para Deborah Madden, a virtude da historiografia (anglófona) recente teria sido a de perceber as limitações de se observar o “projeto iluminista” como algo predominantemente racionalista e, por isto, secular. A advertência de Madden é estimulante porque auxilia a distanciarmo-nos de uma visão maniqueísta de que a redução da influência da religião na vida quotidiana tenha sido um findar gradual do sagrado e a concomitante ascensão da Razão. Como ela notou, a relação entre religiosidade e piedade no exercício da medicina continuou presente em tempos de ilustração²²⁹.

Neste sentido, convém lembrar que procurámos apontar anteriormente a necessidade de observar as inter-relações entre Iluminismo e Império, pois investigaremos nesta secção estas políticas como parte dum processo de centralização do Estado, levado a cabo nas “Monarquias Absolutistas”. Muito se disse sobre a reforma da Universidade de Coimbra, mas são menos conhecidas as transformações ocorridas especificamente na Faculdade de Medicina e as ações públicas no que toca à saúde. Dentre outras, podemos notar políticas públicas com

²²⁷ *Ibid.*, p. 29, nota 29; Dorinda Outram, “The Enlightenment our contemporary”.

²²⁸ Dorinda Outram, “The Enlightenment our contemporary”, p. 39. Tradução livre.

²²⁹ Deborah Madden, “Introduction: Primitive Physic Explain’d in an Easy and Natural Method”, p. 18.

vistas a unificar a regulamentação dos curadores (especialmente por meio da Junta do Protomedicato), a promoção de ações sanitárias e de controle epidémico.

Nas palavras de Benoît Garnot, o Estado Moderno desempenhou uma função primordial para atenuar as grandes crises demográficas anteriores à Revolução Francesa, nomeadamente por meio de medidas preventivas, como o controlo dos viajantes e quarentenas, ou a interdição de circulação em regiões atingidas por calamidades públicas²³⁰. Para Olivier Zeller, as reformas hospitalares, dadas pela unificação e centralização da assistência, foram políticas de Estado realizadas por reformadores iluministas (para ele, *déspotas esclarecidos*)²³¹. De outra parte, a secularização teve repercussão também nos hospitais, então coordenados por organismos religiosos e mais direcionados à assistência (a espera da morte, ou *mouroir*, “morredouro”) do que à terapêutica. Assim, o caso francês seria emblemático para a compreensão desta “sede centralizadora” no universo da saúde, pois a maioria dos hospitais passou para a tutela real ao longo do Antigo Regime²³², mas não foi o único.

A saúde no Império português vivenciou igualmente tal processo. Em Portugal, a centralização das políticas de saúde são uma evidência perceptível quanto às medidas de higiene: os chafarizes implementados em Lisboa, com a separação de “pisos” para animais e pessoas, ou o Aqueduto das Águas Livres, por exemplo, dão a perceber a importância que o Estado conferia à saúde e ao saneamento enquanto responsabilidade pública. As preocupações com a qualidade da água distribuída na capital, a perspectiva de acesso unânime à água ou a proposta pombalina de construção duma rede de saneamento público reforçam igualmente a atenção da Coroa²³³. Em Coimbra, a reforma da Universidade em 1772 atingiu o Hospital Real da

²³⁰ Benoît Garnot, *Les Villes en France aux XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles*, p. 63.

²³¹ Olivier Zeller, *La Ville Moderne*, pp. 354–355.

²³² Marie-Claude Dinot-Lecomte, “Des Bénédictines à l’hôpital de Fécamp au XVIIIe siècle: une desserte atypique?”, in Yannick Marec (ed.), *Accueillir ou soigner?: l’hôpital et ses alternatives du Moyen Âge à nos jours*, Mont-Saint-Aignan, Publications des Universités de Rouen et du Havre, 2007, pp. 142–147.

²³³ Sobre a condição sanitária da cidade e de suas águas, cf. José Luís Cardoso, “Água, iluminação e esgotos em Lisboa nos finais do século XVIII”, *Análise Social*, vol. 35, n. 156, 2000; António Fernando Bento Pacheco, *De Todos-os-Santos a São José: textos e contextos do espital grande de Lisboa*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008, pp. 20–21.

cidade, que então passou das mãos de uma ordem religiosa (Congregação dos Lóios) para o domínio da Universidade.

Portanto, não foi por acaso que, como notou Jean Luiz Neves Abreu, “a saúde em Portugal transformava-se em caso de polícia”: o Intendente Geral da Polícia de D. Maria I, Diogo Inácio de Pina Manique:

mobilizou recursos aplicados na limpeza das ruas, hospitais e prisões e na criação de cemitérios públicos, em combate aos sepultamentos no interior das igrejas. Desencadeou também uma ofensiva aos charlatães e mezinheiros, que praticavam atividades de cura sem autoridade, e aos boticários, que abriam lojas e vendiam drogas sem exame, trazendo danos irreparáveis à ‘saúde dos povos’²³⁴.

Como analisado para o caso francês, podemos perceber que todo um movimento de unificação da assistência pública foi também tentado no Império português. De difícil execução, principalmente pelo poder das Misericórdias e pelo caos que se seguiria em caso de um brusco rompimento das ações destas casas assistenciais, especialmente no interior e nas colónias, são emblemáticas as medidas dúbias da coroa, com vistas a unificar a assistência, mas com receios de romper de todo com os cuidados oferecidos por estas instituições religiosas; daí, como pode-se perceber pela documentação anexa disponível na obra *Portugaliae monumenta misericordiarum*, as diversas isenções conferidas a elas²³⁵. Importa observar que as tentativas de centralização e unificação promovidas pelo Estado desde meados do século XVIII culminaram na efetivação do processo de unificação por meio de dois Alvarás, um em 15 de Março de 1800 e outro em 18 de Outubro de 1806, que visam concretizar a intervenção e unificação do Estado na assistência pública²³⁶.

²³⁴ Jean Luiz Neves Abreu, *O corpo, a doença e a saúde: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*, Tese de Doutoramento, Belo Horizonte, UFMG, 2006, p. 189.

²³⁵ Maria Antónia Lopes, *Protecção social em Portugal na Idade Moderna*, p. 130.

²³⁶ Nas palavras de Maria Antónia Lopes e José Pedro Paiva, “O alvará de 18 de Outubro de 1806 constitui um marco na história da intervenção do poder central nas misericórdias”. In: “Introdução”, in *Portugaliae monumenta misericordiarum: Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834*, vol. 7, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2008, p. 12. E como notou noutra ocasião Antónia Lopes, esta é uma situação anterior: Maria Antónia Lopes, “Intervenção directa da Coroa nas instituições de protecção social”, in *Protecção social em Portugal na idade moderna: guia de estudo e investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

Um outro exemplo deste centralizador “cuidado público” com a saúde promovido pelo Estado, aos moldes de Antigo Regime, foram as requisições da Real Mesa Censória²³⁷, que não apenas cuidou de evitar a entrada de ideias republicanas pelos livros “corruptores da religião e da moral, destrutivos dos Direitos, e regalias da minha Coroa e opostos à Conservação e sossego público da Monarquia”²³⁸, mas que por meio do controlo dos livros em circulação solicitou os catálogos das bibliotecas particulares, sendo a Medicina uma das sete categorias discriminadas.

Desta feita, caberia perguntar o que é uma “medicina iluminista”, ou seja, quais são as características que nos permitem descrever um tipo específico de prática e teoria médica como das Luzes? No caso específico do Império português, estas experiências e doutrinas sofreram considerável influência devido o catolicismo, ou as expressões da ilustração deram-se de modo semelhante nos reinos protestantes? Quais suas peculiaridades? A resposta mais direta — de que as transformações de ideias ocorridas durante o século XVIII levaram a reformas no campo médico que, por sua vez, serviram de base a alterações não somente nas concepções (ideias de contágio, de terapia, de saúde pública e etc.), mas igualmente nos espaços de convivência médica (nos hospitais e lazaretos, nas práticas domiciliares, na definição dos primeiros como os espaços por excelência da cura e do parto, com a rua e a casa a ser cada vez menos o palco destas ações) — não é suficiente: faz-se necessário discutir quais foram as remodelações empreendidas no campo médico. Deste modo, iremos aqui analisar a medicina iluminista nos aspetos de suas diferentes formulações teóricas, conjuntamente com as realidades práticas que foram implementadas e modificadas na América portuguesa.

Ideias de uma medicina ilustrada

De modo a compreender esta questão, não podemos negar as contribuições feitas no século XVII, que cultivou um ceticismo crescente e uma crença cada vez

²³⁷ José Pedro de Sousa Dias, *Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1991, pp. 141–152.

²³⁸ “Edital de 10 de Julho de 1769”, 1769, ANTT, Real Mesa Censória, Cx. 1.

menor no maravilhoso²³⁹, ou inovou em matérias médicas, como o descobrimento de circulação sanguínea por William Harvey. Em geral, foram as tentativas de aproximação à mecânica newtoniana, então vista como capaz de perceber a realidade “moderna”, que permitiram a difusão de elementos que não eram harmônicos, mas significativos do modelo de filosofia da natureza defendido pelos ilustrados, ou seja, o racionalismo, a experimentação e a medição:

Visite um médico hoje e as chances são de que ele ou ela irá medir sua pressão arterial, sua temperatura, seu tamanho e peso, seus níveis de colesterol e muitas outras coisas. [...] Até o início da Idade Moderna, as pessoas geralmente pensaram que os números eram úteis para construir máquinas e prédios, mas não sentiam que eles poderiam responder questões sobre os “como?” e “porquê?” dos processos naturais²⁴⁰.

Estes elementos quantitativos são representativos de como as noções newtonianas adentraram e transformaram a saúde, mas a introdução de ideias não é uma discussão simples. Muito citado enquanto avanço da ciência contra a religião, o racionalismo de setecentos nem sempre produziu concepções integradoras, como inclusive advertiu Madden. A ideia de raça, por exemplo, era racionalista e muitos autores buscaram analisá-la à luz de princípios quantificáveis²⁴¹. Como notou Norris Saakwa-Mante em instigante investigação sobre a teoria poligenista, ela floresceu na Europa entre as segundas metades dos séculos XVII e XVIII. Esta concepção passou a ser essencialmente não-teológica e não é surpresa que várias destas visões se baseavam em argumentos eurocêntricos²⁴².

²³⁹ Flavio Coelho Edler, *Boticas & farmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2006, p. 40; Liam Chambers, “Medicine and Miracles in the Late Seventeenth Century: Bernard Connor’s *Evangelium Medici* (1697)”, in James Kelly and Fiona Clark (eds.), *Ireland and Medicine in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2010, (History of Medicine in Context).

²⁴⁰ Science Museum, “Measurement”, in *Brought to Life: Exploring the History of Medicine*, London. Tradução livre.

²⁴¹ Para uma discussão das limitações do pensamento racionalista ilustrado, observando a ideia de raça e a fisiologia setecentista, comumente lembrada por seus aspectos positivos, cf. Christian Fausto Moraes dos Santos and Rafael Dias da Silva Campos, “Apontamentos acerca da Cadeia do Ser e o lugar dos negros na filosofia natural na Europa setecentista”.

²⁴² Norris Saakwa-Mante, “Western medicine and racial constitutions: surgeon John Atkins’ theory of polygenism and sleepy distemper in the 1730s”, in Bernard Harris and Waltraud Ernst (eds.), *Race, Science and Medicine, 1700-1960*, London, Routledge, 1999, p. 29.

Mas se necessitamos de ser críticos ante as inovações conceituais dos iluministas pela conotação etnocêntrica, leia-se superioridade europeia, que as acompanhou, devemos igualmente ser capazes de perceber este universo de ideias e teorias. A integração da filosofia newtoniana na medicina devia-se, em parte, à recusa de princípios então considerados alquímicos²⁴³. No mundo luso, estas rejeições podem ser identificadas nas obras de reconhecidos autores, como Luís António Verney, António Nunes Ribeiro Sanches e Jacob de Castro Sarmiento²⁴⁴. Conforme mostrou José Pedro Sousa Dias, a progressiva adoção da terapêutica química, deu-se primeiramente em conjunto com sua similar galénica (especialmente em Curso Semedo). Uma mudança gradual que permitiu, e culminou, com a rejeição do galenismo na medicina portuguesa setecentista²⁴⁵.

Notamos, portanto, que algumas das transformações que permitiram uma maior inserção da perspectiva newtoniana na medicina das Luzes foram anteriores ao século XVIII. O declínio no século XVII da uroscopia, uma prática médica que examinava visualmente a urina de um paciente de modo a identificar discrasia ou outros sinais de desequilíbrio, ainda que não tenha deixado de existir no século XVIII, tornou-se parte de um processo que contribuiu para o aflorar das novas concepções (Imagem 3). Num tempo em que “as doenças eram explicadas pela noção de humores corruptos ou desequilibrados, o exame da urina, como um reflexo imediato do estado dos humores do corpo, parecia servir como um meio privilegiado de diagnóstico”²⁴⁶. Neste sentido, o enfraquecimento da uroscopia e desta perspectiva de diagnóstico pode ser visto como o declínio próprio da hegemonia hipocrática na medicina. Embora continuasse a ter significativa importância nas concepções médicas

²⁴³ Stanley Finger, “Benjamin Franklin’s enlightened medicine”, in *Doctor Franklin’s medicine*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2006, p. 8.

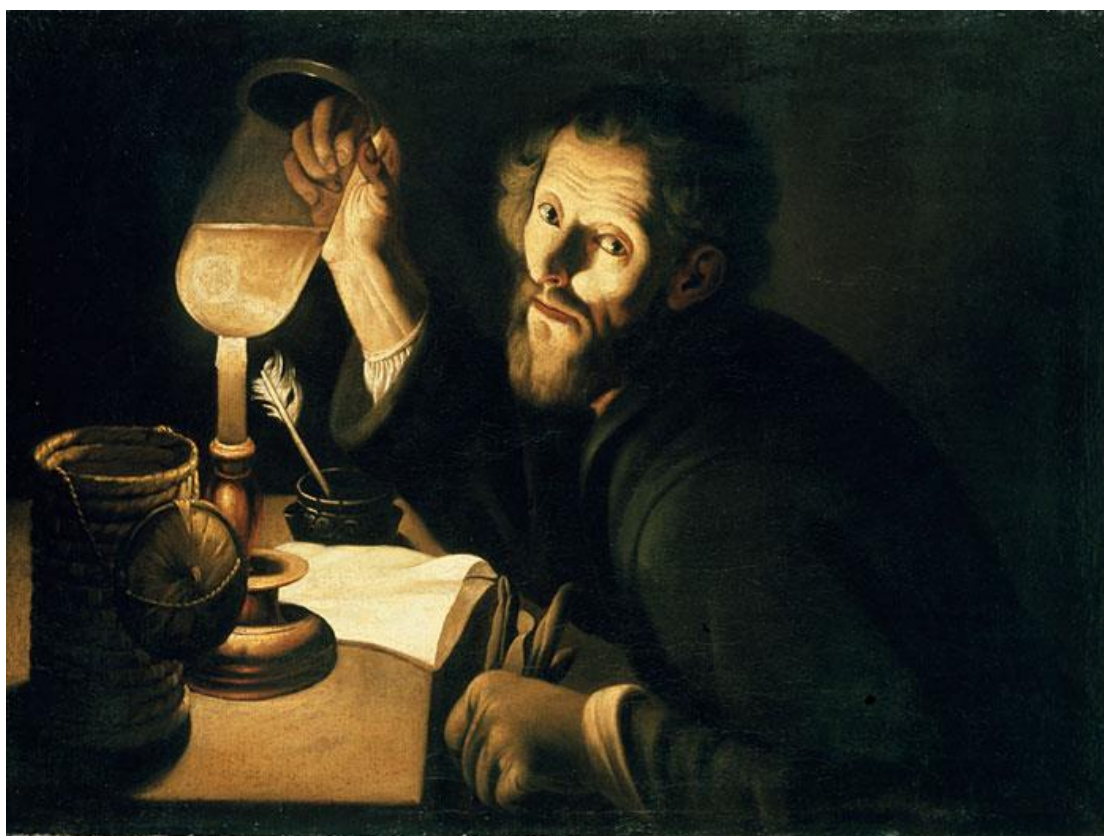
²⁴⁴ Jean Luiz Neves Abreu, *O corpo, a doença e a saúde*, p. 155–165, passim; Jean Luiz Neves Abreu, “Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII”, *Topoi*, vol. 8, n. 15, 2007.

²⁴⁵ José Pedro Sousa Dias, “Até que as Luzes os separem: Hipócrates e Galeno na literatura médico-farmacêutica portuguesa dos séculos XVII e XVIII”, in Inês de Ornellas Castro and Vanda Anastácio (eds.), *Revisitar os Saberes. Referências Clássicas na Cultura Portuguesa do Renascimento à Época Moderna*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos — FLUL; Instituto de Estudos de Literatura Tradicional — FCSH, 2010.

²⁴⁶ Michael Stolberg, “The Decline of Uroscopy in Early Modern Learned Medicine (1500-1650)”, *Early Science & Medicine*, vol. 12, n. 3, August 2007.

de setecentos e principalmente com nova elevação no século seguinte, a ascensão do vitalismo e da iatromecânica representaram novas formulações teóricas para uma medicina anteriormente muito mais próxima do hipocratismo.

Naquela altura a medicina era baseada na leitura de textos e suas argumentações e contra-argumentações — o que William Bynum nomeou de medicina livreira (“library medicine”)²⁴⁷. E por esta razão é tida por muitos investigadores como manualesca. Assim, com a nova perspectiva, a medicina teria se tornado cada vez mais prática e experimental, ao invés de essencialmente textual. Como se poderá perceber, esta argumentação traz consigo uma noção teleológica de progresso constante da medicina e não é absoluta, uma vez que alguns autores de referência na altura, como era o caso de Hermann Boerhaave, poderiam ser enquadrados na doutrina manualesca.



²⁴⁷ William F. Bynum, *History of medicine: A very short introduction*, Oxford, Oxford University Press, 2008, p. 26. Observe que embora distante, essa argumentação possui relações com as já discutidas diferenças entre filósofo natural de gabinete e de campo, ou uma medicina livreira (de gabinete) e uma outra de ordem prática (de campo).

Imagem 3: Candlelight Master era seguidor de Caravaggio e representa neste trabalho um médico a analisar a urina de um paciente. WA1942.18, Candlelight Master, 'A Physician with a Urine Sample' © Ashmolean Museum, University of Oxford²⁴⁸.

William Bynum discutiu o papel desempenhado por Boerhaave, classificando-o como integrado nesta corrente “livreira”. Bynum menciona também Lineu, aluno de Boerhaave, não apenas pela fama, mas igualmente por sua influência na construção de um princípio lógico classificatório em que a medicina foi integrada (vide o citado *Ensaio dermosographico* de Bernardino António Gomes, por exemplo). Influência esta presente na obra de François Boissier de Sauvages de Lacroix, de Montpellier, e autor de uma das mais referenciadas nosologias de sua altura²⁴⁹. Assim, Bynum defende que o mapeamento das doenças foi um aspeto proeminente da medicina iluminista: “Todas essas nosologias eram assuntos elaborados e baseados principalmente no que poderíamos chamar de sintomas, em vez de sinais ou causas [...]”²⁵⁰.

Mas a nosologia setecentista, assim como outros elementos médicos das Luzes, não eram simplesmente voltados para as novas conceções médicas. Ao mesmo tempo que acreditavam num futuro maravilhoso em que a experimentação e classificação fariam jus à ideia de que se praticava uma nova arte da cura, “físicos²⁵¹ e cirurgiões ainda olhavam para Hipócrates e Sydenham, não simplesmente como inspiração, mas como informação e exemplo”²⁵².

Noutras palavras, reiteramos que concomitantemente às novas práticas e ideias, a tradição hipocrática resistiu, apesar das teorias vitalistas e iatromecânicas ascendentes. Mas convém observar duas questões, a primeira acerca do cuidado que devemos ter em evitar uma visão teleológica, de que a medicina hipocrática “ainda” persistia no século XVIII. Ou seja, de que esta conspeção, tida por atrasada,

²⁴⁸ Candlelight Master, “A Physician with a Urine Sample”, ca. 1620–1640, Ashmolean Museum, University of Oxford.

²⁴⁹ A obra de Sauvages foi primeiramente publicada em Amsterdã, no ano de 1763, sob o título de *Nosologia methodica sistens morborum classes, genera et species, juxta Sydenhami mentem et Botanicorum ordinem*.

²⁵⁰ William F. Bynum, *History of Medicine*, p. 40. Tradução livre.

²⁵¹ Médico. Termo ainda hoje utilizado na variante inglês como sinónimo para médico: physician.

²⁵² William F. Bynum, *History of Medicine*, p. 42. *Ibid.*, p. 42. Tradução livre.

estava com “seus dias contados”, posto que a medicina iluminista, moderna, estaria a introduzir inovações e transformações de modo a aperfeiçoar os “erróneos” conceitos antigos. Segundo, deveríamos apreender a ressalva de Flávio Edler no que diz respeito às confusões que muitos cometem ao atribuir hipocratismo onde não havia²⁵³. Neste sentido, a lembrança de Iain Lonie de que muitos textos das mais diversas concepções foram atribuídos a Hipócrates, deve igualmente servir como um alerta para não atribuímos automaticamente como “hipocráticos”, elementos que por ventura possam estar atrelados a outros contextos²⁵⁴.

Podemos ainda discutir a obra de Stanley Finger, que analisou as concepções médicas de Benjamin Franklin de forma inovadora. Embora não seja possível concordar com este autor quanto sua hipótese teleológica de que a medicina iluminista teria evoluído para um empreendimento democrático²⁵⁵. Só se pode pensar assim se esquecermos os conjuntos sociais que formavam aquela sociedade (e que foram analisados na secção anterior). Embora houvesse um ideal liberal-democrático e, por isso mesmo igualitarista, não podemos esquecer que aquela sociedade não ofereceu condições iguais às mulheres, aos negros, aos índios, aos pobres e a tantos outros grupos que não se enquadravam no ideal europeu de sociedade desenvolvida. Em outras palavras, o Iluminismo foi problemático, posto que seus defensores se queriam modernos e igualitários, mas não abriam mão da posição privilegiada que ocupavam. E estes aspetos não mudam quando tratamos de medicina.

A análise de Finger salienta, todavia, o maior impacto do empirismo frente o racionalismo no que toca a cura ilustrada. O autor sustenta que Franklin era, antes de tudo, um empirista e que o racionalismo era importante, mas que a experimentação cuidadosamente observada, com resultados quantificados, seria de

²⁵³ Flávio Coelho Edler, “A saúde no Rio de Janeiro de Dom João”, *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 26, n. 7, July 2010. Convém observar que enganos neste sentido também ocorreram no período: a descoberta do austríaco Leopold Auenbrugger foi (mal) interpretada como a antiga prática hipocrática da sucussão. John C. O’Neal, “Auenbrugger, Corvisart, and the Perception of Disease”, *Eighteenth-Century Studies*, vol. 31, n. 4, 1998.

²⁵⁴ Iain M. Lonie, “Hippocrates the iatromechanist”, *Medical History*, vol. 25, n. 02, April 1981, p. 121.

²⁵⁵ Stanley Finger, “Benjamin Franklin’s enlightened medicine”, p. 12.

facto o *metiér* do fazer ilustrado para a medicina²⁵⁶. A crença no progresso e no desenvolvimento da sociedade (incluída aqui a esfera médica) permitiu-lhe defender o argumento de que a medicina do futuro poderia fazer mais quanto à prevenção e terapia “dos povos” que a do passado²⁵⁷. Em França, Lépine apontou um quadro bastante otimista de suas curas e “doenças aliviadas” (Anexo 6). Mas é ainda mais característico o facto de que, para alguns, o futuro era já vivido na era das *Luzes*, pois como defendia Pierre Dionis, não somente a medicina, mas também a cirurgia as havia adquirido:

[...] mas agora que a cirurgia adquiriu [...] mais luzes e polidez do que ela jamais teve, foi separado o que ela tinha de rude e bárbaro, subtraímos os ferros violentos e estes instrumentos horríveis que nem pacientes, nem mesmo os próprios assistentes podiam ver sem tremer. E por um método mais suave e mais humano, curamos ainda mais seguramente os doentes que antes[,] com [aqueles] grandes preparativos capazes de assustar os mais corajosos²⁵⁸.

Olhar os instrumentos cirúrgicos utilizados naquela altura (ainda que os atuais não sejam propriamente agradáveis) e lembrar esta afirmação de Dionis certamente irá criar-nos um sentimento de absurdo e contradição (Imagem 4). Mas a arte da cura ilustrada era parte de um conjunto social que se via não somente racional, mas nova, moderna, experimentalista; sendo esta visão um dos pontos mais significativos daquilo a que chamamos “medicina iluminista”.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 11.

²⁵⁷ William F. Bynum, *History of Medicine*, p. 42. Consideração semelhante pode ser encontrada em: “Ele [Franklin] estava otimista de que filosofia natural experimental levaria a uma melhor prevenção de doenças e cuidados médicos”. Tradução livre. Stanley Finger, “Benjamin Franklin’s enlightened medicine”, p. 12.

²⁵⁸ Pierre Dionis, *Cours d’operations de chirurgie, démontrées au Jardin royal*, 5th ed., Paris, De l’Imprimerie de La Veuve de Charles-Maurice d’Houry, 1757, p. 9. Tradução livre. Nosso contacto com esta fonte, deve-se à E. C. Spary, “The performance of surgery in Enlightenment France”, *Endeavour*, vol. 23, n. 4, December 1999.



Imagem 4: Neste conjunto podemos ver um torniquete em parafuso, faca de amputação removível, fórceps, duas trefinas (para trepanação), um osteótomo e também pinça, gancho, faca e serra²⁵⁹; instrumentos que contradizem ao menos em parte a defesa de Dionis de que a cirurgia setecentista era *mais suave e humana*.

Além da compreensão e atividade experimental-racionalista dedicada à investigação da saúde, outra componente pode ser observada no fundamento de que — de modo semelhante à filosofia natural, encarregada de perceber as razões que moviam a natureza — a medicina devia servir diretamente aos interesses públicos. Integrado neste processo, o médico ilustrado via-se por princípio inserido nesta necessidade de servir. Sob esta perspetiva podemos recuperar, por exemplo, Franklin que “esperava que sua medicina contribuísse para o auxílio dos homens de Estado” na boa governação dos povos²⁶⁰.

Em Portugal, o regimento da Real Academia Medico-Portopolitana exprime com clareza esta relação entre o serviço público e as concepções racionalistas, nomeadamente por meio da filosofia newtoniana. O paragrafo VI dos Estatutos manifesta que:

²⁵⁹ “William Beatty’s Surgical Kit”, c. 1805, Royal College of Physicians and Surgeons of Glasgow.

²⁶⁰ Stanley Finger, “Benjamin Franklin’s enlightened medicine”, p. 13. Tradução livre.

Não se dará lugar algum das quatro classes, senão a sogeitos, que sejaõ eruditíssimos, zelosos, e prontos no cumprimento da sua obrigação; e se entre estes ouver alguns in[s]troidos no systema Newtoniano com a intelligencia da Geometria, Arismetica, Algebra, Trigonometria, &c. que lhe precede, sejaõ preferidos aos mais em toda a ocaziaõ²⁶¹.

O conjunto destes Estatutos deixa perceber que o cuidado com o sistema de Newton não se dispunha à vã filosofia, antes procurava “por via da experiencia, e observaçaõ²⁶²” promover uma obra “util ao bem commum, e de grande credito ao Reyno²⁶³”. Podemos notar, portanto, que as quantificações e experimentações racionalistas, então em voga, não buscavam uma aplicação “apolítica” das ideias newtonianas, mas eram práticas que visavam o interesse público e a resolução de problemas que afligiam os nobres, mas também a população em geral²⁶⁴ — doenças e condições sanitárias problemáticas, que todavia implicaram em diversos casos nas propostas de eliminação de maus ares²⁶⁵.

A culminância deste conhecimento útil pode analogamente ser visto na publicação de obras científicas em línguas vernáculas e já não em latim, como é o caso das editadas pela Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego; um projeto diretamente fomentado pela Coroa. Neste contexto, casas editoriais como o Arco do Cego, tiveram um papel pedagógico junto da população, editando regularmente livros, prospectos, opúsculos e folhetos que ensinavam o público a fazer mais e melhor. Especificamente para o âmbito médico, estas edições eram voltadas para o tratamento das doenças e tinham a intenção de formar “boas práticas” sanitárias.

²⁶¹ *Estatutos da Real Academia Medico-Portopolitana*, Porto, 1749, p. 19.

²⁶² *Ibid.*, p. 31.

²⁶³ *Ibid.*, p. 3 (Anteloquio).

²⁶⁴ Lembramos aqui a produção de obras médicas voltadas para a solução de doenças que acometiam os escravos, embora já tenhamos discutido os motivos que levaram à produção das mesmas. Cf. Alisson Eugênio, “Ilustração, escravidão e as condições de saúde dos escravos no Novo Mundo”; Jean Luiz Neves Abreu, “A Colônia enferma e a saúde dos povos”; Rafael de Bivar Marquese, “A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 16, n. 4, December 2009.

²⁶⁵ Olivier Zeller, *La Ville Moderne*, p. 339.

Neste sentido, podemos observar casos concretos no Império luso onde é possível encontrar uma série de opúsculos dedicados a auxiliar a população. Uma pesquisa na Biblioteca Nacional de Portugal denota a extensão que este género de literatura dos avisos médicos “ao público” ou “ao povo” tomou. Em 1757, António Nunes Ribeiro Sanches, pode-se dizer, inaugurou este género ao apresentar sua visão de como deveriam ser pensados os cuidados públicos para se preservar a saúde. Seu *Tratado da conservação da saúde dos povos* defendeu uma “medicina política”, onde os novos conhecimentos, apoiados na “boa física”, deveriam valer para a melhoria da terapia e dos saberes médicos com o claro objetivo de benefício geral:

Poderão também ser úteis aos Prelados dos Conventos, Abbadessas, e aos Inspectores dos Hospitales, e a cada Paydefamilias. Estes motivos me obrigarão a compor este Tratado em estylo taõ claro, que todos o pudessem entender, para satisfazer o intento, que me propûs de ser útil a quem o quizesse ler; e se não adquirir por esse trabalho os applauzos de erudito, bem premiado ficarei, se aquelles para quem escrevo, tirarem toda a utilidade, que delle concebi²⁶⁶.

Seu público, embora tenha falado dos pais de família, era mais restrito do que o das obras que a seguiram, pois Sanches dedicou-se de modo geral a apresentar os cuidados necessários que os agentes públicos deveriam ter (daí o termo medicina política) para com as cidades, os hospitais e a vida nestes ambientes e mesmo os soldados e as doenças e problemas que afetavam este grupo, que possuía especial atenção pública pelas funções “nacionais” que exercitavam. Para termos uma ideia mais específica destas propostas, convém observar ao menos uma delas: a redução de tamanho dos hospitais. Para Sanches, um grande hospital criava todas as condições para um ambiente pestilencial (insalubre). Ao propor a diminuição de tamanho, ele sugeriu certa especialização hospitalar, ao indicar a criação de um segundo hospital em cada vila ou cidade, que deveria atender casos

²⁶⁶ António Nunes Ribeiro Sanches, *Tratado da conservação da saúde dos povos: obra util, e igualmente necessaria aos magistrados, capitaens generaes, capitaens de mar, e guerra, prelados, abbadessas, medicos, e paysdefamilias...*, Lisboa, Na officina de Joseph Philippe, 1757, chap. Prologo.

crônicos, sendo que o primeiro hospital faria a triagem das doenças e responsabilizar-se-ia dos cuidados mais graves, agudos²⁶⁷.

Em 1761, o famoso físico Samuel Auguste André David Tissot publicou *Avis au peuple sur sa santé*²⁶⁸. Referência no tema, a obra foi analisada por Daniel Teyssere sendo que para este, o *Aviso* de Tissot é emblemático enquanto início da medicina social e das políticas de saúde pública²⁶⁹. No entanto, observa que embora estas obras fossem consagradas à saúde dos povos, elas defendiam uma hierarquia de poder em que a autoridade era conferida aos médicos e as práticas de cura populares eram condenadas²⁷⁰. Em outras palavras, este conjunto de “Avisos” permite notar quão populares se tornaram as obras dedicadas a esclarecer a população, num sentido em que as “Luzes” médicas seriam levadas à população sem a decisão desta nas novas terapias.

Exemplo característico deste género, a tradução da obra de Tissot para o português, feita em 1786 por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, intentou ampliar a esfera de doenças discutidas pelo francês. O último dos três volumes, publicado em 1787 pela Oficina Morazziana, era um acréscimo à obra de Tissot com vista a atender melhor as necessidades de Portugal²⁷¹.

O luso-brasileiro formado em medicina pela Universidade de Montpellier, José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, também publicou em 1833 um *Aviso ao publico*. Seu senso de serviço coletivo fica patente logo nas primeiras linhas do opúsculo, quando defende ser seu dever honrar o público com a apresentação de

²⁶⁷ *Ibid.*, pp. 136–141.

²⁶⁸ Samuel Auguste André David Tissot, *Avis au peuple sur sa santé*, Lausanne, De l’Imprimerie de J. Zimmerli aux dépens de François Grasset, 1761.

²⁶⁹ Importa perceber o processo como um todo, como viemos procurando realizar, mas não podemos deixar de pontuar que, para nós, este início foi desencadeado por Sanches e não Tissot.

²⁷⁰ Daniel Teyssere, “Aux origines de la médecine sociale et de la politique de la santé publique: l’*Avis au peuple sur sa santé* de Tissot”, *Mots*, vol. 26, n. 1, 1991.

²⁷¹ Samuel Auguste André David Tissot, *Aviso ao povo ácerca da sua saúde [...] acrescentado com notas, ilustrações, e hum tratado das enfermidades mais frequentes, tanto internas, como externas, de que não tratou Mr. Tissot na referida obra por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, medico*, vol. 1, Lisboa, na Offic. de Filippe da Silva e Azevedo, 1786; Samuel Auguste André David Tissot, *Aviso ao povo ácerca da sua saude ou Tratado das enfermidades mais frequentes, tanto internas, como externas, de que não tratou Monsieur Tissot no seu Aviso ao Povo*, vol. 3, Lisboa, Officina Morazziana, 1787.

“verdades colhidas na observação do país”: “Estes são os meios, que o Dr. Leal de Gusmão julga proveitosos, e do seu dever comunicar ao Povo em linguagem singela, para ser de todos entendida, e [...] para chegar a todos”²⁷².

Na tentativa de combater as crenças populares de que a inoculação da varíola seria ruim²⁷³, diversos avisos também foram publicados em França, tendo alguns sido exclusivamente dedicados às senhoras e aos pais²⁷⁴. Além das concepções médicas experimentais e das ideias de auxílio público visualizadas neste característico género de literatura médica, devemos observar também as obras que se dedicavam à automedicação. A “medicina doméstica” ocupou lugar de destaque no segmento de obras que difundiram os ideais iluministas de utilidade pública junto de grupos sociais menos favorecidos. Era um pensamento que se coadunava com a realidade médica da altura (onde grande parte dos cuidados de saúde eram realizados em casa), mas que passou também pelos interesses de autopromoção dos médicos e boticários que escreviam tais impressos²⁷⁵.

A preocupação central deste segmento era ensinar meios de cura que não requeriam físicos ou outros curadores. Segundo Brian Dolan, esta era uma literatura pedagógica de ordem popular, semelhante à dedicada à educação para as senhoras²⁷⁶. E convém lembrar que este segmento da literatura médica setecentista foi importante pelas motivações de ordem teórica, como notou Bruno Barreiros, pois era a “possibilidade de autodeterminação do sujeito em relação a seu próprio corpo”²⁷⁷. Na América portuguesa, enquadrou-se neste segmento a obra *Governo de*

²⁷² José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, *Aviso ao publico ou resumo das verdades mais interessantes que elle deve conhecer ácerca da epidemia que actualmente grassa em Portugal*, Lisboa, Impressão Régia, 1833, p. 3; 9.

²⁷³ Havia uma crença geral de que a inoculação da varíola causaria efeitos inesperados naqueles que aceitassem o tratamento.

²⁷⁴ Dupont, *Avis au public sur la vaccine*, Bordeaux, Imp. Lawalle jeune, 1815; F. E. L’Haridon, *Avis aux dames françaises sur l’inoculation de leurs enfants*, Paris, Gabon, 1801; Société de Médecine de Bordeaux, *Avis de la Société de Médecine de Bordeaux sur la vaccine*, Bordeaux, Lawalle jeune, 1807.

²⁷⁵ Charles E. Rosenberg, “The book in the sickroom: A tradition of print and practice”, in Charles E. Rosenberg and William H. Helfand (eds.), *“Every Man His Own Doctor”: Popular Medicine in Early America*, Philadelphia, Library Company of Philadelphia, 1998.

²⁷⁶ Brian Dolan, “The enlightenment”, in Peter N. Stearns (ed.), *Encyclopedia of European social history*, vol. 1, Detroit, Charles Scribner’s Sons, 2001, pp. 186–187.

²⁷⁷ Bruno Barreiros, “Regime, higiene e saúde pública em Portugal no século XVIII”, in Adelino Cardoso (ed.), *Medicina, Cultura e Sociedade*, Lisboa, Edições Húmus, 2011, (Cadernos de Cultura, 3), p. 33.

Mineiros de José António Mendes²⁷⁸, que oferecia saberes úteis àqueles que não tinham acesso aos praticantes das artes de cura.

Acerca destas obras e seus autores, devemos notar que em sua grande maioria eram escritas por médicos treinados e não por leigos e por isso redigidas de forma a captar a atenção popular. No entanto, estes tratados passaram a conviver com obras de cirurgiões ou práticos em vernáculo. É neste sentido que discutir uma “medicina iluminista” não implica a defesa de que todos os envolvidos nos diferentes processos terapêuticos partilhassem os mesmos ideais e a mesma formação. A maior consequência desta divisão, baseada nas diferenças socioeconómicas e técnico-científicas, bem como na presença de concepções distintas, em alguns casos contrárias, acabou sendo o facto de que os ilustrados foram compelidos a conviver com uma realidade divergente, onde suas ideias eram apenas em parte aceites e seus propósitos de atrair a atenção popular obrigados a rivalizar com obras consideradas por eles como menores. Isto porque, o cotidiano da prática médica estava muito distante daquele idealizado nos livros, sendo que estas obras acabaram por auxiliar a minimizar a carência de médicos no interior.

Práticas de uma medicina iluminista

Mesmo observando as tentativas reais de aumentar o efetivo médico em seus impérios (um outro elemento da discutida centralização do cuidar promovida pelos Estados absolutistas), devemos primeiramente recordar que apenas a Universidade de Coimbra formava médicos²⁷⁹. Esta característica resultou numa baixa quantidade de físicos disponíveis para servir o Império português e terminou

²⁷⁸ José António Mendes, *Governo de Mineiros*.

²⁷⁹ Discussão específica sobre as universidades e faculdades de medicina será realizada no próximo capítulo, mas cabe aqui observar que com a reforma da Universidade de Coimbra, o curso médico passou a ter duração de 8 anos ou mais, à depender do grau de formação anterior do candidato. O curso médico em si deveria durar 5 anos, mas para sua admissão eram necessários conhecimentos de grego e latim, além de 3 anos de estudos em “Física” e “Matemática”. Além disso, em alguns casos o candidato deveria frequentar também um ano de “Filosofia Racional” e “Moral”, embora quem possuísse conhecimentos poderia apenas apresentar certidão e realizar exame para furtar-se de cursar novamente tais cadeiras. Não foi portanto por mero acaso que muitos médicos formaram-se antes em Filosofia Natural. Para mais, cf. Junta de Providência Literária, *Estatutos da Universidade de Coimbra*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1772.

por implicar numa das mais fortes características do exercício da saúde no interior do reino e na América, o facto de que cirurgiões, boticários, babeiros e curadores tradicionais executavam funções que eram atribuídas apenas aos médicos.

Claro que esta realidade não foi apenas portuguesa. Este processo não ocorreu apenas na América portuguesa e nem só no Império português: a carência de médicos foi também verificada em outros contextos. O Império francês possuía oficialmente 19 Faculdades de Medicina no continente²⁸⁰. Destas, apenas Montpellier e Paris possuíam um corpo docente composto por mais de 3 membros, fato que levava a um baixo índice de alunos formados anualmente²⁸¹.

Na Grã-Bretanha, as três principais faculdades de medicina (Oxford, Cambridge e Edimburgo) ministravam cursos que podiam ter a duração de 7 anos ou mais e também formavam poucos médicos anualmente²⁸². Estas condicionantes praticamente impossibilitavam o acesso corrente da população aos médicos. Os profissionais que saíam destas instituições eram em número insuficiente para assistir à população britânica. Podemos referir ainda o caso das colónias inglesas na América. A Faculdade de Medicina da Universidade da Pensilvânia foi a primeira e única das Treze Colónias a possuir um curso médico, criado em 1765²⁸³. Em outras palavras, se a formação médica melhorou com o surgimento desta faculdade, a significativa carência de profissionais naquela região não deixou de ser um problema para a Philadelphia e demais regiões da América inglesa.

²⁸⁰ As referidas faculdades eram: Montpellier, Paris, Toulouse, Aix, Angers, Avignon, Besançon, Bordeaux, Bourges, Caen, Cahors (que em 1751 foi integrada à Toulouse), Douai, Nancy (que até 1768 ficava em Pont-à-Mousson), Nantes, Orange, Perpignan, Reims, Strasbourg e Valence (próxima a Grenoble). Cf. Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle: Recrutement et devenir professionnel des étudiants montpelliérains (1707-1789)*, Montpellier, Presses Universitaires de la Méditerranée, 2013, p. 234; Laurence Brockliss, “Le contenu de l’enseignement et la diffusion des idées nouvelles”, in Jacques Verger (ed.), *Histoire des universités en France*, Toulouse, Editions Privat, 1986, p. 239.

²⁸¹ Com o Édito de 1707 foram instituídas provas de ingresso para os professores. As faculdades de medicina de Paris e Montpellier possuíam 7 professores e a de Bordeaux possuía 2. Albert Rèche, *Mille ans de médecine et de pharmacie à Bordeaux*, p. 25. Estas faculdades gozaram igualmente de maior prestígio e, por possuírem Teatro Anatómico, laboratórios e jardins de plantas, acabaram por fornecer uma formação de melhor qualidade.

²⁸² Stephen Lock et al. (eds.), “Education – History”, in *The Oxford Illustrated Companion to Medicine*, Oxford, Oxford University Press, 2001.

²⁸³ O referido curso durou até o fim do período colonial inglês, tendo a Faculdade continuado a existir após a Declaração da Independência dos Estados Unidos (4 de julho de 1776).

Stanley Finger possui uma interpretação semelhante acerca do universo inglês quanto à escassez de físicos formados durante o período colonial da América inglesa. Ele salientou elementos aqui pontuados, como a ausência de faculdades de medicina até o ano de 1765, para além de que nas três principais escolas médicas da Grã-Bretanha apenas algumas dezenas de pessoas se formavam. Mas o autor aponta ainda que os físicos que ali atuavam teriam tão pouca renda que ocasionalmente realizavam cirurgias e adquiriam recursos adicionais com a venda de produtos farmacêuticos como se fossem boticários, pois apenas alguns poderiam pagar o alto custo cobrado pelos físicos²⁸⁴.

Ainda segundo ele, não havia na América inglesa uma regulação real para cirurgiões e físicos até a década de 1760²⁸⁵. Mas além de permitir perceber realidades semelhantes à América portuguesa, o estudo de Finger evidencia a composição do *corpus* médico das colônias inglesas como indo para além de físicos, cirurgiões e boticários. O autor lembra que muitos prelados realizaram tratamentos, sem contar as parteiras e os cirurgiões-barbeiros. Até mesmo os astrólogos, ainda que não realizassem atividades dedicadas à medicina, ofereciam suas cosmogonias sobre os motivos e as razões das moléstias. E mesmo além destes, as pessoas comuns podem ser arroladas no conjunto de atores destas artes, pois muitas executavam sangrias e outros procedimentos em seus familiares, conhecidos e escravos (e vice-versa), como foi o caso de George Washington, ou a cena retratada por Augustus Earle na América portuguesa em que uma escrava retira bichos de pé (*Tunga penetrans*) de seu senhor (Imagem 5).

²⁸⁴ Stanley Finger, "Benjamin Franklin's enlightened medicine", p. 4.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 5.



Imagem 5: Cena do interior do Brasil. Escrava a retirar bicho-de-pé. Augustus Earle, “Extracting a jigger, scene in the Brazils”, [ca. 1822]. Bib ID 2320540, National Library of Australia.

Em outras palavras, a formação universitária foi insuficiente, seja na Universidade de Coimbra para todo o Império português, ou nas citadas universidades francesas, bretãs e da Pensilvânia. O preenchimento desta carência, portanto, deu-se por duas vias: por um lado, também insuficiente, o físico-mor ou a Junta do Protomedicato podiam licenciar um físico aprovado em seus exames e processos de treinamento. Por outro lado, essa carência de físicos acabou por representar uma maior presença de outros agentes de cura e pessoas sem qualquer formação que realizavam tais práticas.

Segundo Anne-Emanuelle Birn, os baixos salários e os perigos da vida na colônia levaram para estas zonas não apenas curadores populares mas também

charlatões²⁸⁶. Nauk de Jesus ressaltou, com acerto, a necessidade de darmos atenção à questão da carência de esculápios na América portuguesa²⁸⁷. Ela notou, por exemplo, que contrariamente ao que Alexandre Rodrigues Ferreira defendeu, a capitania de Mato Grosso possuía o dobro de agentes a curar na altura em que este por ali passou²⁸⁸.

Mas pensamos de modo um tanto diverso quanto à ideia de que os cirurgiões assumiram o papel dos físicos devido apenas à escassez destes profissionais. Embora reconheçamos a falta de profissionais como um aspeto fundamental, pode ser interessante observarmos também o maior prestígio social que adquiririam se curassem utilizando procedimentos exclusivamente permitidos aos físicos. Neste sentido, a jactância de Luís Gomes Ferreira sobre suas curas e a realização de procedimentos que sabidamente não poderia executar é exemplar quanto a essa procura por maior prestígio²⁸⁹. Além dele, todo um conjunto de cirurgiões entrou com pedidos (diante do Cirurgião-Mór ou da Junta do Protomedicato, nas fases em que esta existiu) seguindo um procedimento semelhante: primeiramente obtinham a Carta de cirurgia, posto que esta era de certa maneira mais fácil de conseguir, uma vez que os anos de prática ao lado de um mestre e a aprovação no exame davam as condições para a obtenção do diploma, e posteriormente requisitavam licença para exercer as atribuições dos médicos (“curar de medicina”, diziam), justificando para tanto a carência destes nas regiões em que viviam e atuavam²⁹⁰.

É interessante percebermos tal nuance, para melhor compreendermos as concepções e as posições políticas e sociais nesta luta; que analisaremos logo a seguir. Se o impacto causado pela carência de médicos foi um elemento justificável para a presença constante de outros agentes e curadores tradicionais, devemos observar também que houve interessados a aproveitarem-se desta insuficiente formação médica, nomeadamente os cirurgiões e boticários. Eles procuraram elevar-se

²⁸⁶ Anne-Emanuelle Birn, “Public Health and Medicine in Latin America”, p. 246.

²⁸⁷ Nauk Maria de Jesus, *Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727 – 1808)*, Dissertação de Mestrado, Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, 2001, p. 75.

²⁸⁸ *Ibid.*, p. 98.

²⁸⁹ Luís Gomes Ferreira, “Erário Mineral”.

²⁹⁰ Para esta informação baseamo-nos na leitura da documentação depositada na ANTT, Ministério do Reino, Saúde, Mç. 469. Conferir especialmente, 2ª caixa, nº 46.

socialmente e, portanto, não pensamos que foi apenas a carência de médicos no interior (em função dos poucos alunos formados anualmente) que criou o fenómeno da prática médica por diversos agentes de cura (Anexo 7).

Roger Emerson analisou a presença e o impacto social do Iluminismo na Escócia e seu texto é mais que uma simples investigação específica sobre este tema, pois suscita questões fundamentais para a história da medicina durante o período. Ele aponta a importância que as guerras europeias representaram para a saúde, na medida em que os cirurgiões treinados passaram a ser requeridos para cuidar dos doentes e o *status* social destes acabou por ser valorizado, não sendo mais relacionados aos barbeiros²⁹¹.

Podemos igualmente observar que a necessidade de se incluírem atributos exclusivos dos cirurgiões nos cursos médicos, como aconteceu em Portugal com a Reforma da Universidade de Coimbra, contribuiu para elevar o *status* dos cirurgiões. Este processo pode ser examinado não apenas em Portugal e França, mas também em outras regiões, a saber: na Escócia do século XVIII, que em 1777 anexou na Universidade de Edimburgo a cadeira de Cirurgia na já existente cadeira de Anatomia²⁹²; ou na Irlanda, com a criação, em 1784, da Royal Academy of Surgeons, uma academia especializada que conferia grau com prestígio semelhante à Royal Academy of Physicians of Ireland²⁹³.

Não é novidade a informação de que ao longo do século XVIII, medicina e cirurgia foram áreas separadas, ou que organizavam-se em segmentos dedicados à medicina, cirurgia e boticária (farmácia)²⁹⁴. O exercício dessas artes seguia formas de

²⁹¹ Roger L. Emerson, *Essays on David Hume Medical Men and the Scottish Enlightenment: Industry Knowledge and Humanity*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2009.

²⁹² Roger L. Emerson, "Surgical and Medical Chairs", in *Academic Patronage in the Scottish Enlightenment: Glasgow, Edinburgh and St Andrews Universities*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2008, p. 286.

²⁹³ James Kelly, "'Bleeding, vomiting and purging': The Medical Response to Ill-health in Eighteenth-century Ireland", in Catherine Cox and Maria Luddy (eds.), *Cultures of care in Irish medical history, 1750-1970*, Basingstoke, Hampshire, Palgrave Macmillan, 2010, pp. 18–20.

²⁹⁴ João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*, Coimbra, Minerva, 1996; William F. Bynum, *History of Medicine*, pp. 26–27; Laurence Brockliss, "Medicine, religion and social mobility in Eighteenth- and Early Nineteenth-Century Ireland", in James Kelly and Fiona Clark (eds.), *Ireland and medicine in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2010, (History of Medicine in Context), pp. 73–74.

organização consagradas no Antigo Regime, as corporações. Em muitos casos, estas corporações exigiam, mesmo daqueles que haviam se formado no estrangeiro, que fossem reavaliados pelas suas Juntas (ou seja, órgãos apoiados pelos Estados para regularem o exercício do “sector”) ou, no caso português, que pagassem pelo direito de desempenhar suas funções junto da população, em hospitais (médicos e cirurgiões), na produção e comercialização de fármacos (boticários)²⁹⁵.

Mas no final do século esta separação deixou oficialmente de existir. No Império português, as reformas pombalinas dos estudos superiores terminaram com esta divisão quando permitiram aos alunos do curso médico *renovado* o exercício tanto da medicina, quanto da cirurgia²⁹⁶. Em teoria, cada grupo possuía direitos específicos no seu segmento de atuação, mas há que se observar que persistiram (des)valorizações sociais em relação a execução de determinadas funções ou grupos. Portanto, se os cirurgiões conseguiram atingir uma melhor colocação social junto a seus pares e ao público, não implica que estivessem em iguais condições aos médicos. Estes, estavam no topo da hierarquia destas funções e abaixo deles ficavam os cirurgiões, seguidos pelos boticários²⁹⁷.

A diferença essencial continuava a ser o facto de exercerem uma função manual. Os físicos defendiam que a medicina fosse separada da cirurgia, pois o cirurgião possuía contacto direto com seu paciente. O físico seria um profissional diferente, pois não realizaria intervenções que necessitassem de cortes e perfurações no paciente. Já o cirurgião exerceria uma atividade manual, mas não possuía habilitação suficiente para diagnosticar um doente ou indicar procedimentos

²⁹⁵ Por diversas vezes, estes curadores recebiam graça real para não terem de apresentar-se a outro exame ou por uma regularidade menor; para terem o direito de, sem serem formados, exercer a medicina em zonas carentes de médicos; ou licença para fabricarem e comercializarem determinados medicamentos (Anexos 7.1, 7.2, 7.3), o que gerava preocupação, especialmente financeira, entre os membros da Junta do Protomedicato (Anexo 7.4). Para o caso específico do Império francês, cf. Albert Rèche, *Mille ans de médecine et de pharmacie à Bordeaux*, pp. 49–50.

²⁹⁶ Junta de Providência Literária, *Estatutos da Universidade de Coimbra*, p. 16.

²⁹⁷ Convém observar que a medicina tradicional era socialmente recusada pelos demais, não importante o facto de que anteriormente os jesuítas tenham utilizado-se de seus conhecimentos, ou que seus curadores conhecessem mais dos produtos da terra que quaisquer outros. Por este motivo, e por não serem profissionais de nenhuma sorte, não se pode incluí-los nesta hierarquização.

de cura, ambos de poder exclusivo do físico²⁹⁸. Por seu turno, os cirurgiões-barbeiros (práticos) realizavam ações tais como aplicar sanguessugas nos pacientes ou a sangria, mas suas atribuições não lhes autorizavam a produzir medicamentos (do foro dos boticários), a receitá-los (da responsabilidade dos físicos) ou a realizar cirurgias (da especialidade de cirurgiões).

Tomemos o exemplo da varíola: quem seria o responsável por tratar alguém acometido por esta doença? Em fins do século, nos casos de “variolação”, indicava-se a inserção da própria varíola em sua forma benigna no paciente²⁹⁹, um procedimento que apenas o cirurgião podia realizar, mas era o físico que indicava qual moléstia tinha acometido o paciente. Quanto aos boticários, estes produziam e comercializavam medicações, embora tenham em muitas ocasiões também avançado sob estas limitações. Assim como os boticários, os cirurgiões-barbeiros (muitos, escravos) deveriam possuir uma licença (Carta, que incluía registo de sua existência na Chancelaria Régia), atribuída por meio de exame realizado por um conjunto de examinadores liderados pelo Cirurgião-Mor ou na Junta do Protomedicato (quando esta existiu), mas não era necessário terem frequentado uma universidade ou colégio, como era o caso dos colégios de cirurgia ou os cursos universitários de medicina (Imagem 6)³⁰⁰.

²⁹⁸ Christian Fausto Moraes dos Santos et al., “O cirurgião, o físico e as quebras: tratamento e cura de fraturas ósseas em dois manuais de medicina do século XVIII”, *Antíteses*, vol. 6, n. 12, 2013.

²⁹⁹ Sobre diferenças entre a variolação e a vacina desenvolvida por Edward Jenner, cf. Tania Fernandes, “Vacina antivariólica”.

³⁰⁰ Nos primeiros anos de formação da Junta do Proto-Medicato, entre sua criação em 1782 e o ano de 1778, os ofícios de Físico-mor e Cirurgião-mor foram extintos, tendo sido reintegrados na Junta logo em seguida à reforma da mesma em 1799. Mas esta não durou muitos anos e foi extinta em 1809. José Pedro de Sousa Dias, *A água de Inglaterra: paludismo e terapêutica em Portugal no século XVIII*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2012, pp. 73–74.



Imagem 6: Carta de cirurgião de Luís Rosado³⁰¹.

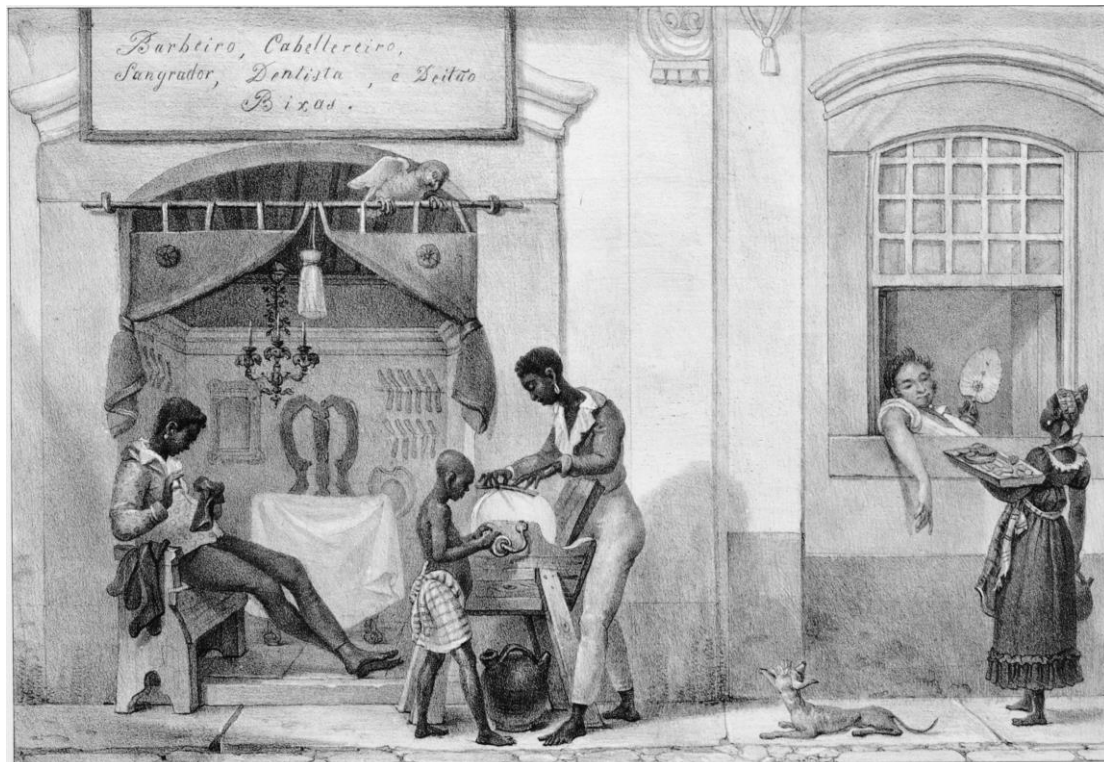


Imagem 7: Na fachada da loja lê-se “Barbeiro, cabeleireiro, sangrador, dentista e deitão bixas”³⁰².

³⁰¹ “Carta de cirurgião de Luís Rosado, natural de Pavia”, 1779, ANTT, Cartas de sangrador, n.º 3 (CRS - Cartas de Sangrador 1777/1780).

Para o caso da América portuguesa lembramos a existência de iconografia elucidativa, como a das cenas pintadas por Debret, em que “bixas” (sanguessugas) são deitadas por escravos na rua (a famosa *O cirurgião negro*), ou a loja de barbeiros (Imagem 7). Em alguns casos, estes escravos tinham licença adquirida na Junta ou pelo Cirurgião-Mór, devido à experiência adquirida ao longo do tempo junto dum mestre cirurgião. Contudo muitos não tinha qualquer formação.

Já no Império francês, médicos e cirurgiões passaram teoricamente a deter a mesma posição com a Revolução Francesa (fase do Diretório). A Revolução acabou por impor a formação conjunta de ambas áreas, uma vez que em 1792 foram fechadas as universidades e direções de saúde e logo depois, em 1794, algumas destas universidades foram reabertas. Primeiro como *Écoles de Santé*, depois como faculdades de medicina, com Montpellier, juntamente com Paris e Estrasburgo, a formarem as três únicas escolas recriadas após o dismantelamento da estrutura universitária anterior à Revolução³⁰³. Por volta de 1808, todavia, outras *Écoles* foram reabertas. Sob direção de Antoine Fourcroy, as novas classes deveriam ministrar formação tanto em medicina quanto em cirurgia, o que representou o fim da separação entre ambos domínios no contexto do Império francês³⁰⁴. Não mais aquela estrutura em que alguns poucos podiam tornar-se físicos, mas uma nova sociedade, idealizada, em que todos seriam iguais, também nas artes de curar.

No caso português, como já dissemos, esta transformação deu-se com a reforma pombalina. Com a transformação ocorrida na Universidade de Coimbra, teoricamente o *status* do cirurgião e do médico deveria ser o mesmo, já que ensinar-se-ia cirurgia na faculdade de medicina. Quanto a esta transformação cabe observar a análise de Emma Chartreuse Spary, pois segundo a autora não houve uma mera equiparação “socioprofissional” entre médicos e cirurgiões. Para ela, o que ocorreu

³⁰² Jean Baptiste Debret, “Boutique de barbiers”, in *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, vol. 2, Paris, Firmin Didot Frères, 1835.

³⁰³ Antoine Fourcroy, “Décret portant qu’il sera établi à Paris, à Montpellier et à Strasbourg, des écoles destinées à former des officiers de santé”, in Jean Baptiste Duvergier (ed.), *Collection complète des lois, décrets, ordonnances, réglemens, avis du conseil d’État*, vol. 7, Paris, Chez A. Guyot et Scribe, 1834, pp. 340–341; Thomas Neville Bonner, *Becoming a Physician: Medical Education in Britain, France, Germany, and the United States, 1750-1945*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2000, p. 95.

³⁰⁴ William F. Bynum, *History of Medicine*, p. 44.

foi uma ascensão social dos cirurgiões frente os físicos, num conjunto de iniciativas como a criação da parisiense Académie Royale de Chirurgie em 1731³⁰⁵. A sua análise permite notar os conflitos sociais entre ambos grupos, observando por exemplo que os cirurgiões franceses defendiam que suas atividades não eram meramente manuais e sim baseadas, de modo semelhante aos médicos, em conhecimentos teóricos³⁰⁶.

Esta é a razão de elencarmos a Revolução Francesa como um elemento mais significativo desta mudança, posto que mais radical³⁰⁷, embora bem posterior à transformação em Portugal. Ainda assim, na prática, o *status* social dos médicos permaneceu mais elevado e a possuir maior poder e influência³⁰⁸. A análise de E. C. Spary acerca da construção da “linguagem cirúrgica” como um fator que conferia autoridade contribui para este entendimento³⁰⁹.

A hierarquia do cuidar estava estabelecida numa ordem em que os físicos cuidavam das elites urbanas e dos hospitais católicos — alguns porém, devemos salientar, eram fechados ao público, como, por exemplo, o hospital franciscano no Rio de Janeiro³¹⁰ —, prestavam assistência, caridade e misericórdia, embora os

³⁰⁵ E. C. Spary, “The performance of surgery in Enlightenment France”.

³⁰⁶ Rieder e Louis-Courvoisier também notaram que “O status do conhecimento médico tradicional como era ensinado nas universidades conservadoras estava a declinar enquanto que práticos empíricos estavam muito mais na moda”, Philip Rieder and Micheline Louis-Courvoisier, “Enlightened physicians: setting out on an elite academic career in the second half of the Eighteenth Century”, *Bulletin of the History of Medicine*, vol. 84, n. 4, 2010, p. 579. Tradução livre.

³⁰⁷ Fator que não pode ser confundido com precedência, como por vezes se percebe na historiografia francófona.

³⁰⁸ Maria Araújo notou que muitos médicos arrolados nos autos inquisitoriais eram abastados, distoando do restante da sociedade. Possuíam casas, tapadas, olivais ou outras propriedades. Maria Benedita de Araújo, *A medicina popular e a magia no Sul de Portugal*, p. 358. No contexto irlandês esta distância também esteve presente. Analisada por James Kelly, as diferenças entre médicos e os demais agentes regulamentados podem ser vistas no valor de cada “consulta”, onde um médico poderia receber 100 libras esterlinas, enquanto que um cirurgião receberia por volta de 11 libras e um boticário por vezes recebia em torno de apenas uma libra. Aqui, a diferença de contexto, mais do que salientar as distâncias socioeconômicas entre Portugal e Irlanda, aponta para as repartições entre os estes diferentes sectores. Para mais sobre o caso da Irlanda, cf. James Kelly, ““Bleeding, vomiting and purging””, p. 21.

³⁰⁹ E. C. Spary, “The performance of surgery in Enlightenment France”, p. 181.

³¹⁰ Antonio Joaquim de Medeiros, em resposta à pergunta sobre as moléstias da cidade do Rio de Janeiro, queixava-se “que a vaidade dos Irmãos Confrades de S. Antonio fez levantar [um hospital] para estar vazio e sem doentes”. António Joaquim de Medeiros, “Resposta, que ao Programma da Camara anunciado no N^o 1^o pag. 58., deu o Doutor Antonio Joaquim de Medeiros”, p. 13.

práticos e os cuidadores populares continuassem a atender a maioria da população³¹¹.

A diferença essencial consistia no facto de que os médicos detivessem na sociedade colonial uma presença social, económica, profissional e cultural destacada³¹², embora essa sociedade continuasse a ser definida pela carência deles. As disputas entre os diferentes agentes de cura institucionalizados no Império português podem ser vistas nas vilas com algum poder económico e nas cidades, sendo mais difícil encontrar esta mesma relação nas aldeias e sertões. Mas convém notar que mesmo as pessoas oriundas das camadas sociais mais abastadas por vezes relegavam os saberes especializados dos físicos em detrimento de seus colegas cirurgiões e boticários, pelas mais variadas razões. Por exemplo, recusavam a adoção da terapêutica recomendada ou tinham maior confiança em métodos tradicionais, por vezes menos invasivos ou mais baratos (Imagem 8); ou porque estes métodos não eram condizentes com as crenças do paciente.

³¹¹ Anne-Emanuelle Birn, “Public Health and Medicine in Latin America”, p. 246.

³¹² Nauk Maria de Jesus, *Saúde e doença*.



Imagem 8: Podemos ver neste quadro o médico Oliver Goldsmith, à esquerda com capa vermelha e bengala (em sinais de *status* e poder), a ser rejeitado por sua paciente, recosta à direita, em favor de um boticário e suas poções, uma à mão, outra ao bolso direito do casaco e duas sobre a mesa de cabeceira. O ocorrido teria se dado pela quantidade ou qualidade dos remédios solicitados pelo médico, que acabou sendo preterido, terminando enfim por deixar a casa indignado³¹³.

Considerações finais

Distantes dos olhares normatizadores dos médicos, que não estavam interessados em morar nas regiões afastadas dos maiores centros populacionais, os cirurgiões, práticos e curadores tradicionais exerciam funções que teoricamente eram apenas apanágio dos médicos. Para além da distância geográfica e das vontades individuais, há ainda que contar com os preços praticados pelos médicos, que inviabilizavam o acesso de boa parte da população a seus cuidados, mesmo nos momentos mais difíceis.

³¹³ Thomas P. Hall, "Oliver Goldsmith's medical advice rejected by his patient in favour of the advice of the apothecary", 1856, Wellcome Collection, Wellcome Library no. 45655i.

A realidade comparada a outros contextos imperiais permite ressaltar que foi geral a carência de médicos ao longo do século XVIII. Ausências motivadas pela baixa formação anual, pelos altos preços cobrados e pelo pouco interesse de clinicar nos sertões. As consequências desta carência, todavia, podem (e foram) ser vastas, uma vez que as práticas desenvolvidas na ausência dos médicos fundiram os saberes terapêuticos de diferentes vertentes na sincrética sociedade colonial portuguesa.

A prática médica na América portuguesa deu-se de maneira hierarquizada, tendo os médicos uma preferência nos centros urbanos e pessoas com maior poder aquisitivo. Todavia, os habitantes de regiões distantes e os pobres até poderiam requisitar seus conhecimentos e *status*, mas com maior frequência preferiram os cirurgiões para tratar seus escravos (posto que mais baratos e hábeis para lesões e fraturas, por exemplo) e a si, e também recorreram mais ao saber tradicional e suas ervas, na ausência de boticas (e boticários) no interior ou pelos altos preços dos medicamentos³¹⁴.

O facto é que mesmo defendendo uma medicina para o bem público, os físicos iluministas não abriram mão de suas vantagens sociais. Negavam-se a atuar em funções consideradas menores, ou seja, nas quais o contacto com o paciente era necessário. No entanto, a defesa de uma atividade idealmente voltada para o interesse público acabou, juntamente com outras críticas ao *status quo* setecentista, corroendo as noções hierarquizadas dos médicos. Num contexto em que o exercício da medicina continuou a conferir uma condição social superior aos demais agentes de cura, as críticas a esse *modus operandi* vinham principalmente de corporações de cirurgiões e boticários.

Quanto a nós, historiadores, é preciso lembrar que a limitação documental, devido às dificuldades arquivísticas de esquivar-se das análises institucionais e dos médicos de renome, aliada a visões heroificantes das transformações médicas

³¹⁴ Uma garrafa grande da famosa Água de Inglaterra, por exemplo, mesmo que extremamente requisitada e popular no Império, era vendida por 1.600 réis, a garrafa pequena saía a 900 réis. Mas os revendedores por vezes vendiam a garrafa por 4.000 réis ou mais. Preços que muitos simplesmente não podiam pagar. Os referidos preços estão em José Joaquim de Castro, *Aviso ao público [acerca do fabrico da Agua de Inglaterra]*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, [18--].

(frequentemente vistas como revoluções³¹⁵) têm contribuído para o avultar de uma historiografia da medicina, e igualmente da História da Ciência, que se dedicou sobremaneira às instituições e aos grandes nomes. Neste sentido, podemos mesmo salientar uma ironia: as desigualdades sociais verificadas na relação saúde-doença ao longo do século XVIII ecoaram na historiografia que a analisa: os pobres, os escravos e as mulheres só há pouco passaram, num movimento ainda tímido, a fazer parte da história mesma da medicina moderna. Perceber tais limitações historiográficas não implica, todavia, em descrevê-las negativamente, pois boas investigações podem (e foram) ser realizadas tendo apenas estes objetos de pesquisa³¹⁶, mas permite a procura de soluções para tais limitações.

Assim defendemos a necessidade de se perceber a medicina na América portuguesa setecentista enquanto socialmente conectada e não uma entidade autónoma, ordenada e desinteressada: determinadas pessoas, sectores e grupos colocaram-se a favor de novas ideias médicas, enquanto que outros rejeitaram-nas; mas todos possuíam seus interesses e lugares na hierarquizada, ainda que variada e em transformação, sociedade setecentista portuguesa.

O experimentalismo newtoniano, o princípio classificatório (nosologia) e a ideia de serviço público salientam essa que foi a “medicina Iluminista”. Conceções médicas que acabaram limitadas pelas dificuldades inerentes de uma sociedade escravagista, mas ampliada pelo poder dos médicos, que não abandonaram seu *status* em nome da saúde moderna que queriam construir.

Em seus caminhos pela resolução das doenças que afetavam o Império e a saúde dos povos, os agentes de cura (fosse médico, cirurgião, prático ou curador tradicional) tiveram de se adaptar à realidade social diversa, com desigualdades abissais entre os grupos e entre os habitantes das vilas e cidades e aqueles que viviam nos sertões. Os planeamentos dos médicos iluministas pouco se coadunaram

³¹⁵ Em leituras advindas da área médica, mas não só, pode-se perceber uma construção teleológica de que o progresso da medicina actual seria fruto de revoluções após revoluções. Cf. especialmente os conceitos “revolução científica” e “revolução médica”.

³¹⁶ James Kelly and Fiona Clark (eds.), “Introduction”, in *Ireland and Medicine in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2010, (History of Medicine in Context), pp. 1–2.

com suas práticas, mas diversas transformações na organização da saúde (principalmente a que posteriormente ficou conhecida como “pública”) ocorreram por meio de suas propostas e ações. E essa realidade é importante para percebermos que apesar do que discutiremos a seguir a respeito das faculdades de medicina e as propostas de cura ali encetadas e, principalmente, aquelas dos médicos luso-brasileiros formados em Montpellier, a vida quotidiana no Império, seja nas colónias ou no Reino, representava um verdadeiro “filtro” para as ideias propostas como de interesse da saúde geral.

Entre Coimbra e Montpellier: o estudo da Medicina em finais de setecentos

Introdução

A análise realizada no capítulo anterior acerca do contexto médico ilustrado ao redor do império luso procurou enfatizar comparações com outras conjunturas imperiais, consideradas como modelo do Iluminismo. Mas ainda que tenhamos reconhecido limitações nestes contextos, notamos também que, ao fim, estas nações não eram tão diferentes do universo luso como usualmente se tem assinalado.

Neste capítulo seguiremos esta abordagem comparativa, voltando-nos para as universidades setecentistas, embora não deixando de observar outros centros de sociabilidade que, com o tempo ganharam importância no século XVIII, as academias e sociedades. Essa caracterização se faz necessária especialmente porque foi por meio das universidades que os médicos de Montpellier procuraram aferir vantagens sociais, do mesmo modo que foi nestes centros que se deu grande parte da formação dos *15 de Montpellier*.

Assim, importa salientar que a análise dos estudos universitários no século XVIII passa necessariamente pela percepção das mudanças engendradas pelas reformas universitárias e, nomeadamente para nossa discussão, do ensino médico. As transformações nas ideias médicas, muito em decorrência da Ilustração, refletiram-se nas diferentes propostas de alteração e melhoria da universidade como um todo e, de modo especial, na implementação de um ensino médico mais prático e menos teórico, inclusivamente com a inserção de novas disciplinas, como as cadeiras clínicas de Prática, a serem realizadas num Hospital. Não será de estranhar, portanto, que iremos discutir aqui mudanças tributárias aos ideais ilustrados, especialmente aqueles diretamente aplicados no ensino médico que

influenciaram o pensamento dos *15 de Montpellier*, tanto no campo específico da Medicina, quanto no amplo universo político-social luso d’Aquém e d’Além-Mar.

Como este trabalho objetiva primordialmente investigar as trajetórias dos *15 de Montpellier*, é relevante identificar o porquê da escolha desta universidade em detrimento das de Coimbra, Salamanca, Leiden, ou Edimburgo, para ficarmos em alguns exemplos. Com este objectivo, interrogaremos comparativamente o que a instituição portuguesa poderia oferecer, qual o quadro académico em Medicina quando os quinze de Montpellier frequentaram os bancos escolares. Ou seja, saber quais eram as condições então ofertadas e requeridas e perceber quais as vantagens de se estudar nesta universidade do sul de França, distante dos compatriotas portugueses, ao invés de realizarem os estudos académicos em Coimbra.

Para tanto, esse capítulo irá discutir comparativamente ambas universidades, num contexto mais amplo do ensino médico universitário europeu de fins do século XVIII. Não intentamos, porém, realizar uma abordagem formal do centro coimbrão, a enumerar, por exemplo, as mudanças legais efetivadas pela reforma de 1772. Embora não se possa dizer que tenham sido exauridas, estas discussões foram recentemente muito bem tratadas por João Rui Pita e Fernando Taveira da Fonseca³¹⁷.

Para nosso estudo, importa mais perceber que Coimbra seria a opção mais óbvia: a mesma língua, a mais barata e mais direta, ou seja, a única universidade no espaço imperial português. Primeiro, porque apesar de todas dificuldades para se chegar a Coimbra³¹⁸, os filhos mais abastados da elite luso-brasileira conseguiam efetuar acordos com comerciantes para sobreviverem às margens do Mondego³¹⁹,

³¹⁷ Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra (1700-1771) (Estudo Social e Económico)*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1995; João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*.

³¹⁸ Ana Lúcia Rocha Barbalho Cruz and Magnus Roberto de Mello Pereira, “Ciência, identidade e cotidiano: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 9, 2009, p. 211.

³¹⁹ Alguns comerciantes transatlânticos conseguiram facilitar os meios de facilitar os custos para manter seus filhos em Coimbra realizando acordos com comerciantes estabelecidos em Portugal. Ao invés de enviar recursos aos filhos ou de lhes garantir o sustento logo a partida, estes homens “abatiam” os custos gerados por seus filhos nos produtos que vendiam para os comerciantes com

de modo que se chegou ao fim do século com um total de 130 alunos de Medicina oriundos da América. Sabemos que as famílias precisavam ter posses para mandar seus filhos a Coimbra, mas o custo desta manutenção em Montpellier seria certamente mais elevado. Segundo, porque os alunos formados por Coimbra, especialmente aqueles bem avaliados por seus professores, gozavam de preferência no momento da nomeação para o exercício do real serviço, além do facto de que os alunos formados no estrangeiro teriam de obter uma autorização, obtida por meio de um exame, para praticar no império luso. Ainda assim, Coimbra acabou não sendo a escolha destes *15 de Montpellier*.

Esta comparação, que pretendemos fazer em relação ao panorama académico franco-português, antecede as análises das teses dos *montpellerinos* e de seus envolvimentos políticos e inserções socioeconómicas (capítulos 3 e 4). Esta análise faz-se necessária porque, se num primeiro momento (capítulo 1), procuramos notar o contexto médico, sociopolítico e intelectual em que estavam inseridos, é preciso perceber também seus ambientes de formação. Locais por excelência dos primeiros contactos profissionais e de ligações pessoais e afectivas (que não excluem os interesses políticos), as universidades – e as cidades onde elas estavam implantadas – eram mais que um meros locais de saber.

Perceber estes espaços de sociabilidade e o seu impacto na formação e no percurso destes *luso-brasileiros* demanda reconhecer, todavia, a condição de seus membros enquanto parte da hierárquica sociedade de cortes de fins de século; uma comunidade em transformação, mas que ainda defendia ferreamente seus privilégios. Portanto, discutiremos aqui os elementos essenciais para perceber as trajetórias dos estudantes *luso-brasileiros* que rumaram para Montpellier, ao invés de optarem por outros centros de formação. Apoiados no contexto médico de fins de setecentos, discutido no capítulo anterior, analisaremos os elementos

quem fizeram acordos. Exemplo destes acordos pode ser visto em *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 2, 2nd ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1978, p. 95; *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 1, 2nd ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1976, p. 213.

especificamente relacionados ao mundo acadêmico que influenciaram as escolhas destes alunos pela Universidade de Montpellier.

As universidades não viviam, neste período, sob relações propriamente harmônicas: com imensas disputas entre os seus membros, entre si e com outras instituições de formação/cultura (como as academias, sociedades científicas e os colégios reais), e mesmo com órgãos de fiscalização e controle (Fiscatura-mor³²⁰), os embates se alastraram de tal modo entre estes órgãos que as várias faculdades acabaram por entrar em contendas entre si³²¹.

Paris e Montpellier eram seguramente as mais influentes faculdades médicas do império francês, gozando de um inquestionável prestígio. Não faltaram autores da época a assentar diferentes juízos sobre ambas. Em Portugal, Coimbra era a única universidade a conceder graus médicos, mas não a instituição exclusiva, já que o físico-mor poderia, devido a ausência de curadores na localidade, conceder licenças àqueles que não cursavam na universidade³²².

Neste sentido, esta abordagem comparativa procurará se distanciar de avaliações sobre qual faculdade seria melhor neste ou naquele campo, ou qual seria a mais avançada ou atrasada nesta ou naquela disciplina. Para nós, importa sobretudo perceber se os interesses médico-sanitários eram próximos entre si ou, por exemplo, se existiam razões especiais para algum distanciamento teórico-metodológico, ao invés de procurar definir uma faculdade como modelo de análise para a partir de então examinar as demais.

³²⁰ Sobre este tema, será importante cf. Laurinda Abreu, “Tensions between the *Físico-Mor* and the University of Coimbra: The Accreditation of Medical Practitioners in Ancien-Regime Portugal”, *Social History of Medicine*, 2017.

³²¹ Patrick Ferté, “L’université d’Avignon, à la fois française et étrangère, et ses rivales (Aix-en-Provence, Besançon, Orange, Valence)”, *Annales du Midi: revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale*, vol. 121, n. 268, 2009.

³²² Fernando Taveira da Fonseca, “A dimensão pedagógica da Reforma de 1772: alguns aspectos”, in Ana Cristina Araújo (ed.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000, p. 44.

Faculdades de Medicina em contextos imperiais

Para além das várias opções teóricas, os cuidados médicos no século XVIII eram, em muito, devedores das circunstâncias locais e/ou imperiais em que estavam inseridos, razão pela qual importa observar que os saberes médicos não estavam e não podem ser analisados de modo descontextualizado do ambiente em que foram produzidos. Por exemplos, as cidades portuárias e as com maior concentração populacional apresentavam cuidados clínicos e epidémicos mais acurados que as demais³²³; os impérios em frequente estado de guerra dedicaram uma atenção considerável a teorias e práticas cirúrgicas³²⁴; as zonas com economias essencialmente escravistas desenvolveram teorias e terapêuticas dedicadas à saúde explicitamente voltada para a manutenção desta mão-de-obra³²⁵. De modo semelhante, as universidades não estavam deslocadas de seus contextos sócio-político-culturais e geográficos. Esta interconexão se refletia nas preocupações dos membros das diferentes faculdades e na formação que passavam para seus alunos.

³²³ Importa notar a atenção de José Pinto de Azeredo para com as zonas portuárias em *Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola [1799]*, Lisboa, Colibri, 2013. Para uma análise sobre a febre amarela, inclusivamente com as suas implicações sociopolíticas e económicas em zonas portuárias, cf. Thomas Apel, *Feverish bodies, enlightened minds: science and the yellow fever controversy in the Early American Republic*, Tese de Doutoramento, Washington DC, Georgetown University, 2012; Katerina Konstantinidou et al., “Venetian Rule and Control of Plague Epidemics on the Ionian Islands during 17th and 18th Centuries”, *Emerging Infectious Diseases*, vol. 15, n. 1, 2009.

³²⁴ David Boyd Haycock and Sally Archer (eds.), *Health and Medicine at Sea, 1700-1900*, Woodbridge, Boydell Press, 2009, chaps. 1–3; Laurence Brockliss et al., “The naval surgeon during the French Wars”, in *Nelson’s surgeon: William Beatty, naval medicine, and the battle of Trafalgar*, Oxford, Oxford University Press, 2005; Antonio Álvarez de Morales, *La ilustración y la reforma de la Universidad en la España del siglo XVIII*, 3rd ed., Madrid, Ediciones Pegaso, 1985, pp. 224–225.

³²⁵ Dr. Collins, *Practical rules for the management and medical treatment of negro slaves, in the sugar colonies*, London, Printed by J. Barfield, Wardour Street, printer to His Royal Highness the Prince of Wales, for Vernor and Hood, in the Poultry, 1803; R. Shannon, *Practical observations on the operation and effects of certain medicines, in the prevention and cure of diseases to which Europeans are subject in hot climates, and in these kingdoms; particularly those of the liver, flux, and yellow fever: applicable also to the prevention and cure of the scurvy. Written in a familiar style. Recommended to the perusal of every person going to sea, and residing abroad. To which are added, plain directions for private use in the absence of a Physician; and Observations on the diseases and diet of Negroes*, London, printed for the author; and sold by Vernor and Hood, Birchin Lane, Cornhill, 1794; Jean Barthélemy Dazille, *Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir*; Richard B. Sheridan, *Doctors and slaves: a medical and demographic history of slavery in the British West Indies, 1680-1834*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985; Alisson Eugênio, “Ilustração, escravidão e as condições de saúde dos escravos no Novo Mundo”; André Nogueira, “Universos coloniais e “enfermidades dos negros” pelos cirurgiões régios Dazille e Vieira de Carvalho”; Peter McCandless, *Slavery, Disease, and Suffering in the Southern Lowcountry*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011.

Montpellier possuía um dos portos transoceânicos mais importantes para o império francês, garantindo-lhe uma economia pujante e permitindo assim a formação de uma elite significativamente enriquecida, bem como a ascensão social destes grandes locais. Em 1706 foi fundada uma sociedade de ciências em Montpellier, a *Société Royale des Sciences*, que consagrava os valores de uma elite local virada ao comércio transoceânico que valorizava o colecionismo e a ostentação, e que passava a abrir mão das coleções antiquárias e seus símbolos humanistas. Com a mudança de orientação, foram privilegiados os valores associados a uma ciência útil e classificatória, apresentados para a França e para a Europa como representativos de sua nascente cultura científica e artística³²⁶, transformando, pois, os antigos gabinetes de curiosidade em organizados salões de Filosofia Natural³²⁷.

Ambas compartilhavam a condição de serem, desde há muito, cidades universitárias. No entanto, a universidade lusa era o único centro de formação de seu tipo em Portugal. Este fator condicionou a composição de seus professores e as exigências e expectativas de seus alunos, como se verá, não apenas por restringir as possibilidades de “contratação”, praticamente limitando o ingresso de professores na Universidade aos próprios *alumni*, mas também por não permitir aos estudantes outra possibilidade de escolha dentro do império, chegando inclusive a interferir mais vigorosamente na formulação dos currículos acadêmicos, o que lhe deu contornos diferentes das universidades em outros impérios, nomeadamente na existência duma menor dificuldade para se implementarem reformas, se se comparar com o caso francês, espanhol, ou inglês.

³²⁶ Flore César, “Territoire et pratique de collections: Montpellier au XVIIIe siècle”, *Liame*, n. 26, 2016.

³²⁷ Importa perceber este espírito colecionista e de curiosidade ganhou uma orientação nova e bastante abrangente. A História e a Filosofia Natural, embora fossem complementares não eram sinónimas. A primeira detinha-se na observação, classificação e descrição do mundo natural e seus seres, ou seja, dos reinos mineral, vegetal e animal. Já com a Filosofia Natural, procurava-se analisar as relações causais entre os seres, investigar funções do corpo, desenvolver leis matemáticas, debater a origem da vida ou perceber possíveis usos comerciais dos seres naturais, como por exemplo o desenvolvimento de estudos de viabilidade económica, especialmente relacionados com a mineralogia e a agricultura. Para mais, cf. Martin J. S. Rudwick, *Bursting the Limits of Time: The Reconstruction of Geohistory in the Age of Revolution*, Chicago, University of Chicago Press, 2005, pp. 48–55.

A universidade era então essencial para a representação do poder régio, enquanto protetor do saber ali produzido e do bem público, mas também era fundamental para a concretização de políticas a longo prazo. O monarca jurava proteger a instituição, garantindo os recursos para a sua sobrevivência, mas em contrapartida detinha prerrogativas importantes, tais como o poder de tomar decisões finais relacionadas com a gestão universitária, o que é essencial para entender as diversas transformações pelas quais a universidade passou³²⁸.

Como consequência desta relação direta com o monarca, Coimbra foi responsável por uma uniformização ideológica-científica-pedagógica nos espaços imperiais (tanto entre as diferentes regiões de Portugal, quanto as dos territórios d'além-mar); identidades que se aproximaram especialmente devido a formação conjunta dos súditos, mas também pelo convívio continuado e pelos interesses corporativos e individuais em se alcançar postos no serviço régio. Não por acaso, Fernando Taveira da Fonseca assinalou as possibilidades de se perceber a universidade lusa simultaneamente como um pólo atrativo e disseminador de pessoas e ideias, mas também enquanto um instrumento de poder político e eclesiástico, manifesto na formação e no enraizamento, "conformação" segundo o autor, das elites governantes e culturais³²⁹.

Cientes desta fonte de poderes, diferentes monarcas procuraram ao longo dos anos dominar as instâncias de poder da instituição³³⁰, colocando-a efetivamente sob a batuta régia. Este processo, perceber-se, por exemplo, na escolha dos reitores e também dos professores. Seguindo mais uma vez a análise de Fonseca, nesta história institucional de longa duração, podemos notar que, se num primeiro momento, o reitor era investido no cargo antes da confirmação régia, com o passar dos anos (do século XVI para o XVIII), a universidade foi vendo esta autonomia

³²⁸ Fernando Taveira da Fonseca, "The social and cultural roles of the University of Coimbra (1537-1820). Some considerations", *e-Journal of Portuguese History*, vol. 5, n. 1, 2007, p. 14.

³²⁹ *Ibid.*, p. 4.

³³⁰ Uma interessante introdução à análise das universidades enquanto instrumento de ação do poder régio, para o caso das universidades espanholas, cf. Manuel Martínez Neira and Enrique Villalba Pérez, "Control regio y visitas universitarias: la reforma de la Universidad de Alcalá", in *Doctores y escolares: II Congreso internacional de historia de las Universidades Hispánicas*, vol. 2, Valencia, Universitat de València, 1998.

dissipada, sendo então obrigada a encaminhar listas ao rei para que a partir delas fosse escolhido a quem seria dada a graça real. Já no século XVIII, a instituição deixou de sugerir esta lista e vários reitores foram nomeados diretamente pelo rei Dom João V³³¹, de forma totalmente autónoma à universidade³³². Também no que toca à eleição dos professores catedráticos e dos lentes, o processo não foi muito diferente, tendo igualmente havido uma marcha centralizadora: da designação pelos próprios alunos passou-se para a seleção por um corpo administrativo com decisão final da Mesa de Consciência e Ordens³³³.

Este processo centralizador, todavia, não ocorreu apenas em Portugal, sendo igualmente percebido em Espanha, França, Inglaterra e diversos outros contextos³³⁴. Uma relação mutuamente benéfica para as universidades e para o Estado, com aquelas a formar indivíduos aptos a integrar o corpo político-administrativo atuante nos espaços imperiais; e a receber benefícios e proteções para executar sua função científico-pedagógica³³⁵; e com a clara diminuição do poder religioso nos bancos académicos e, principalmente, uma intervenção cada vez maior do Estado.

As universidades francesas sofreram interferências similares. Também ali houve um processo de controlo por parte dos monarcas. Em Paris³³⁶, mas não só³³⁷, a universidade deixou de ser uma instituição corporativa e autónoma, para passar a ser um estabelecimento controlado pelo Estado. É claro que para analisar estas mudanças, também devemos levar em consideração o processo de formação territorial de alguns destes impérios, pois foi geral e marcante a percepção de que

³³¹ Fernando Taveira da Fonseca, "The social and cultural roles of the University of Coimbra", pp. 15–16.

³³² J. J. Carvalhão Santos, "Rotina e renovação na Faculdade de Medicina: as oposições de 1739", in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade,"* vol. 1, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, p. 135.

³³³ Fernando Taveira da Fonseca, "The social and cultural roles of the University of Coimbra", p. 16.

³³⁴ José Luis Peset, "Enlightenment and Renovation in the Spanish University", in Mordechai Feingold (ed.), *Universities and science in the early modern period*, Dordrecht, Springer, 2006, (Archimedes. New Studies in the History and Philosophy of Science and Technology); Laurence Brockliss, "Corporatisme, Église et État: l'Université de Paris, c. 1200-1968", *Histoire de l'éducation*, vol. 77, n. 1, 1998; Vivian Green, "The University and the Nation", in John Prest (ed.), *The Illustrated History of Oxford University*, Oxford, Oxford University Press, 1993.

³³⁵ Vivian Green, "The University and the Nation", pp. 40–41.

³³⁶ Laurence Brockliss, "Corporatisme, Église et État", pp. 41–43.

³³⁷ Emmanuelle Picard, "Recovering the History of the French University", *Studium: Revue d'Histoire des Sciences et des Universités*, vol. 5, n. 3, 2012.

seria necessário centralizar o poder justamente nas províncias recém-conquistadas³³⁸.

Em Inglaterra, a Universidade de Oxford viu no princípio da era moderna que o poder de ação da Coroa e do Parlamento não só aumentara como de facto começou a ser utilizado, passando a haver uma interferência constante do Estado nas eleições e nos assuntos académicos. De modo geral, o que se viu foi uma estratégia de controle do poder muito semelhante ao que ocorreu em Portugal, com a redução da capacidade de decisão na esfera de deliberação universitária³³⁹. Pode-se perceber que o poder do Estado ficou ainda maior com a Reforma Anglicana e foi a partir de então que a intervenção régia e parlamentar efetivamente se fez sentir nas instituições universitárias³⁴⁰.

Outro elemento que corrobora nesta direcção são os diferentes estatutos que a Universidade de Coimbra produziu ao longo dos séculos. Da leitura dos Regimento de 1653 depreende-se uma singular autoridade da Igreja e uma menor capacidade de intervenção do Estado na instituição. Não queremos dizer que esta fosse inexistente, mas é notório que a reforma de 1772 procurou fazer valer a assunção do poder régio sobre o religioso. Em fins do século XVIII, a religião continuava a ser um dos pilares sociais, mas já não era um corpo quase autónomo no seio da universidade.

A reforma pombalina procurou efetivamente colocar a Universidade a serviço do Estado³⁴¹. A observar comparativamente ambos estatutos, se os de 1653 lembram o regimento de uma instituição religiosa no que toca a definir o culto

³³⁸ Sobre este processo de centralização universitária na região citada, cf. Bernard Lavillat, "L'Université de Besançon au XVIIIe Siècle (1691-1793)", in Maurice Gresset and François Lassus (eds.), *Institutions et vie universitaires dans l'Europe d'hier et d'aujourd'hui (Actes du colloque de l'Association interuniversitaire de l'Est – Besançon, 27-28 septembre 1991)*, Besançon, Université de Besançon, 1992, p. 61.

³³⁹ John Roach, "The Cambridge Colleges, Seven Hundred Years of Growth", *Paedagogica Europaea*, vol. 3, 1967, p. 241.

³⁴⁰ Vivian Green, "The University and the Nation", pp. 44–45.

³⁴¹ Flávio Rey de Carvalho, *Um iluminismo português?*, p. 53.

divino, com visitasões, enterramentos e procissões³⁴², pode-se notar que o de 1772 apresenta uma maior definição dos *curricula* disciplinares, das disciplinas a serem ministradas e do ano letivo em que seriam dadas as aulas, das bibliografias e autores a serem lidos ou utilizados nos compêndios, uma melhor categorização dos atos e atividades escolares, como graduação e licença por exemplo, e a reorientação da natureza das cadeiras, como é o caso mais conhecido da Filosofia Natural.

A própria organização do curso teológico mudou³⁴³. Reflexo dos novos tempos, a quantidade de alunos inscritos na faculdade teológica, na esperança de alcançar algum tipo de graça sacerdotal, reduziu-se³⁴⁴. E mesmo o curso jurídico, essencial para os postos mais cobiçados no exercício da função pública, viu sua “supremacia” abalada pelo conjunto dos cursos das ciências naturais³⁴⁵.

Esse processo de secularização ocorrido em Coimbra não se deu de forma isolada, sendo possível perceber-se em outros locais e contextos uma significativa diminuição da autoridade religiosa na administração e controle das universidades. Em Espanha, a proposta de Pablo de Olavide para uma nova Universidade de Sevilha advogava uma secularização radical: a expulsão dos regulares dos estabelecimentos de ensino nacionais³⁴⁶. Em França, pode-se igualmente notar a interferência do Estado, particularmente com o Édito de 1707, que sabidamente reduzia a capacidade de ação do Clero³⁴⁷. Para o caso das universidades inglesas, este processo de secularização aconteceu de modo um tanto diverso, pois a função do rei

³⁴² *Estatutos da Universidade de Coimbra: confirmados por el Rey nosso Snor Dom loao o 4º em o anno de 1653*, Coimbra, na officina de Thome Carvalho, 1654; Junta de Providência Literária, *Estatutos da Universidade de Coimbra*.

³⁴³ Para uma discussão específica dos debates entorno de uma reforma em teologia, cf. Ana Cristina Araújo, “Ilustración y reforma de la teología en Portugal en el siglo XVIII”, *Cuadernos Dieciochistas*, vol. 2, 2001.

³⁴⁴ Fernando Taveira da Fonseca, “The social and cultural roles of the University of Coimbra”, p. 9.

³⁴⁵ *Ibid.*, p. 10.

³⁴⁶ Fernando Liendo Tagle, *Pablo de Olavide y la nueva planta de los estudios*, Madrid, Universidad Carlos III de Madrid, 2016, (Historia de las Universidades, 38), p. 72; Juan Luis Castellano, “Las nuevas ideas pedagógicas y la reforma de Olavide”, *Chronica Nova*, vol. 12, 1981; Francisco Aguilar Piñal, “La reforma universitaria de Olavide”, *Cuadernos Dieciochistas*, n. 4, 2003.

³⁴⁷ Louis XIV (1638 – 1715), *Edit du Roy, portant Reglement pour l'étude & l'exercice de la Medecine: Donné à Marly, au mois de Mars 1707. Registré en Parlement le 18 Mars 1707*, Paris, chez la veuve François Muguet, et Hubert Muguet, 1707.

enquanto chefe da Igreja Anglicana lhe facilitou a interferência nas universidades³⁴⁸. No decurso de uma ampla e turbulenta disputa político-religiosa (que chegou inclusivamente a ter alunos e professores pouco dispostos a acatar as novas regras estabelecidas, ou seja, recusando-se a realizar o controverso juramento de lealdade à coroa e à Igreja Anglicana³⁴⁹), a referida secularização se consolidou em meio à agitada ascensão de William III e Mary II, juntamente com a Declaração de Direitos de 1689, pois embora essa norma limitasse politicamente a coroa, o facto é que ela restringia ainda mais a capacidade de interferência do poder religioso³⁵⁰.

Portanto, não seria errado apontar que a principal diferença entre a Universidade de Coimbra e suas congéneres europeias acabou por ser a sua condição de único centro de formação em todo o império³⁵¹. O que permitiu que ela formasse e uniformizasse mais eficazmente suas elites dominantes, que ocupavam os mais diversos postos no aparelho político e institucional do Estado, desde embaixadores e administradores coloniais, passando por viajantes, professores régios e diretores de hospitais e de jardins botânicos. Uma exclusividade demasiado atrativa para passar despercebida aos centros decisórios do Estado. Assim, o facto de Coimbra ser a única universidade do império condicionou sua relação com o poder régio e terminou por eliminar diversos filtros que se fizeram presentes em outros locais, elevando a importância e o impacto desta universidade para o próprio mundo português.

Não é por acaso que noutros contextos europeus, se registam maiores dificuldades para implementar mudanças. Para o caso inglês, não houve uma disposição assertiva para a realização de mudanças na estrutura das universidades, de modo que podemos perceber que o interesse era reduzido, ao menos para uma parcela da elite aristocrática. Com efeito, foram justamente a indisposição por

³⁴⁸ C. John Sommerville, *The Secularization of Early Modern England: From Religious Culture to Religious Faith*, Oxford, Oxford University Press, 1992, pp. 158–159.

³⁴⁹ John Gascoigne, *Cambridge in the age of the Enlightenment: science, religion, and politics from the restoration to the French Revolution*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p. 73.

³⁵⁰ C. John Sommerville, *The Secularization of Early Modern England*, p. 15.

³⁵¹ Morales notou a singularidade lusa, quando analisou comparativamente Coimbra e os centros espanhóis. Para mais, cf. A. Alvarez de Morales, “La reforma de la enseñanza en España y Portugal en la Ilustración: semejanzas y diferencias”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 1, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991.

mudanças e a tentativa de manutenção dum controle senhorial privativo que levaram as universidades inglesas a receberem censuras severas. Foi o caso de Adam Smith em relação a Oxford³⁵², quando propôs a execução de um ensino que efetivamente utilizasse o mérito como critério, em contraposição às práticas aristocráticas até então seguidas, que revelavam as dificuldades que a instituição tinha para se adequar institucionalmente às mudanças ocorridas na transição de setecentos para oitocentos. Assim, a Universidade de Oxford adentra o século XIX sem reformas efetivas, permanecendo genericamente uma instituição protestante e conservadora, regulada por estatutos do século XVII³⁵³.

Mas estes entraves à implementação de mudanças no complexo sistema educacional inglês, importa não omitir, também ocorreram porque qualquer alteração em Oxford e nos seus *Colleges* implicaria na necessidade de renovação em Cambridge e nos seus respetivos órgãos constituintes (e vice-versa). Sendo que, também neste aspecto, a unicidade da formação em Portugal facilitou as possibilidades de interferência do Estado e a aplicação de reformas na universidade, especialmente se compararmos Coimbra com as universidades de França, Espanha e Inglaterra.

Adicionalmente às questões académicas, importa perceber que diversas faculdades europeias ofereciam um acesso facilitado aos títulos necessários para a obtenção dos graus académicos. Em especial, os preços eram significativamente mais acessíveis que as demais, razão pela qual elas acabavam por serem preferidas às demais: em Espanha, o argumento de que a jesuítica Universidade de Gandía ofuscou sua congénere valenciana oferece baixa margem para erro. Isso explica-se porque diversos alunos da Universidade de Valência optavam por doutorarem-se no exíguo centro gandense devido ao baixo custo e a facilidade para a obtenção do

³⁵² Adam Smith, *An inquiry into the nature and causes of the Wealth of Nations*, vol. 3, Edinburgh, Stirling and Slade, 1819, pp. 168–170. Por óbvio, as admoestações Smithianas foram muito seguidas posteriormente. Para mais, cf. Vivian Green, “The University and the Nation”, pp. 55–60.

³⁵³ Adam Smith, *Wealth of Nations*, vol. 3, p. 62.

grau acadêmico³⁵⁴. Uma situação tão patente que as missivas entre Juan Bautista Ferrer e Gregorio Mayáns y Siscar chegam a colocar a questão de modo estranhamente franco, como se pode perceber pelo que segue: “[...] a primeira [carta de Campos] me dizia que por causa de muitos contratempos em sua casa, estava forçado a não retornar este ano a Valência e [obrigado] graduar-se este mês em Gandía”³⁵⁵. Esta realidade é ainda mais clara em solo francês, onde, apesar do regulamento régio exigir uma formação de pelo menos três anos para a graduação (*Baccalauréat*)³⁵⁶, os alunos de medicina da Universidade de Besançon, por exemplo, conseguiam se formar em média com apenas 23 meses de curso³⁵⁷.

Gandía e Besançon não estavam sós nesta “indústria lucrativa” (nas palavras de Bernard Lavillat). Também as faculdades médicas de Reims, Valence e Orange³⁵⁸ se especializaram em facilitar a obtenção de títulos acadêmicos³⁵⁹. Uma realidade que pode ser percebida por meio da estimativa de Laurence Brockliss, que embora identificasse que 60% dos médicos franceses estudaram nas Universidades de Paris ou de Montpellier, apenas 35-40% teriam efetivamente obtido o grau nestas duas instituições. Segundo a autora, os alunos de Paris acabavam por obter os graus em universidades mais baratas, como as de Reims, Nancy ou até mesmo Caen³⁶⁰. Conforme apontaram Dominique Julia e Jacques Revel, mais de três quartos dos candidatos ao doutoramento em Reims, na verdade, estudaram em Paris³⁶¹.

Alguns elementos foram primordiais para este fluxo interuniversitário, sendo a questão financeira talvez uma das principais razões, logo seguida pela dificuldade

³⁵⁴ Pilar García Trobat, “La universidad de Gandía: ¿Fuga académica?”, in *Doctores y escolares: II Congreso internacional de historia de las Universidades Hispánicas*, vol. 1, Valencia, Universitat de València, 1998.

³⁵⁵ Apud *Ibid.*, p. 192.

³⁵⁶ Louis XIV (1638 – 1715), *Edit du Roy, portant Reglement pour l'étude & l'exercice de la Medecine*.

³⁵⁷ Bernard Lavillat, “L'Université de Besançon au XVIIIe siècle”, p. 70.

³⁵⁸ Embora o autor não mencione, Caen e Nancy também podem ser arroladas neste conjunto.

³⁵⁹ Bernard Lavillat, “L'Université de Besançon au XVIIIe siècle”, p. 71.

³⁶⁰ Laurence Brockliss, “Before the clinic: French medical teaching in the eighteenth century”, in Caroline Hannaway and Ann La Berge (eds.), *Constructing Paris Medicine*, Amsterdam, Rodopi, 1998, (Clio Medica, 50), p. 88.

³⁶¹ Dominique Julia and Jacques Revel, “Les étudiants et leurs études dans la France moderne”, in Dominique Julia and Jacques Revel (eds.), *Les universités européennes du XVIe au XVIIIe siècle: histoire sociale des populations étudiantes*, vol. 2, France, Paris, Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1989, p. 69.

das provas. As propinas para a obtenção do grau em Paris chegaram a se multiplicar por dez vezes o valor exigido em Montpellier e alcançaram vinte vezes o de Avignon³⁶². É claro que este alto preço não era em vão: a obtenção do grau em Paris permitia a prática da medicina na capital francesa, de modo que dificultar a graduação ali era visto como essencial pelos médicos que praticavam as artes de cura na rica cidade. Pela conjuntura apresentada, acabou sendo uma prática relativamente comum os alunos estudarem em Paris durante sua formação, mas acabarem por se formar em centros menos exigentes e/ou mais baratos, como foi o caso do importante Julien Offray de La Mettrie (1709–1751)³⁶³, que passou todos seus anos de estudante na capital, mas que terminou por se formar em Reims³⁶⁴. Como observamos, este satírico médico não estava só, uma vez que outros alunos seguiram o mesmo destino³⁶⁵. Este foi o caso de como Antoine-Laurent de Jussieu (1748–1836)³⁶⁶ e Pierre-Jean Georges Cabanis (1757-1808)³⁶⁷, que deixaram Paris para se graduarem em Reims.

Esta situação pode ser reconhecida nas “transferências/mobilidade” entre os alunos das faculdades de Medicina de Montpellier e d’Orange. Contudo, Hélène Berlan ressaltou que Montpellier-Orange era um caso diferente de Paris-Reims, pois se na primeira metade do século XVII, os alunos que frequentavam Orange eram originários de outros centros, na sua maioria de Montpellier, no século XVIII os

³⁶² Laurence Brockliss, “Le contenu de l’enseignement et la diffusion des idées nouvelles”, pp. 190–191.

³⁶³ La Mettrie foi um dos publicistas mais importantes de sua época. Sua defesa materialista da condição humana confrontava as explicações religiosas acerca da alma. Foi aluno e tradutor de Boerhaave. Seus estudos médicos procuraram aprofundar a semiologia e sintomatologia médicas, atrelando-as ainda mais com explicações físicas e corpóreas e criticando as aplicações irrefletidas e genéricas de saberes nosológicos em casos concretos. Kathleen Anne Wellman, *La Mettrie: medicine, philosophy, and enlightenment*, Durham, Duke University Press, 1992, pp. 200–204; Marisa Carneiro de Oliveira Franco Donatelli, “Filosofia e medicina em La Mettrie”, *Scientiae Studia*, vol. 11, n. 4, 2013.

³⁶⁴ Laurence Brockliss, “Medical Education and Centres of Excellence in Eighteenth-Century Europe: Towards an Identification”, in Ole Peter Grell et al. (eds.), *Centres of Medical Excellence? Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2010, p. 34.

³⁶⁵ Georges Clause, “L’Université de Reims et la Révolution”, in Maurice Gresset and François Lassus (eds.), *Institutions et vie universitaires dans l’Europe d’hier et d’aujourd’hui (Actes du colloque de l’Association interuniversitaire de l’Est – Besançon, 27-28 septembre 1991)*, Besançon; Paris, Université de Besançon, 1992, p. 92.

³⁶⁶ Laurence Brockliss, “Before the clinic: French medical teaching in the eighteenth century”, p. 88.

³⁶⁷ Martin S. Staum, *Cabanis: Enlightenment and Medical Philosophy in the French Revolution*, Princeton, Princeton University Press, 1980, p. 98.

alunos efetivamente iniciavam o curso em Orange para terminá-lo em Montpellier³⁶⁸. Obviamente estas diferenças não anulam o facto de que Orange possuía, como assinalou esta autora, uma “existência entre parênteses”³⁶⁹.

E mesmo no caso britânico a situação não foi muito diferente (embora ali os números não sejam os mais precisos³⁷⁰). Os alunos saíram, em sua grande maioria, da Inglaterra para estudarem na Escócia, numa dinâmica similar de migração para centros em que se conseguia uma formação mais rápida e mais barata, quando não menos exigente. De uma contagem que estabeleceu 465 graduados em medicina para o ano de 1780, Oxford e Cambridge tiveram apenas 60 alunos cada, enquanto que as universidades escocesas apareceram com 259³⁷¹. As razões para tal diferença estavam essencialmente nas facilidades na aprovação dos exames e nos custos mais acessíveis para a obtenção do grau acadêmico³⁷².

Não se pode deixar de salientar, portanto, que o trânsito entre alunos de um centro de formação para outro (usualmente referido como peregrinatio academica) foi marcante não apenas entre as universidades setecentistas ao redor da Europa, mas igualmente nos contextos regionais dos próprios impérios que possuíam várias faculdades de medicina. Este não foi, contudo, o caso português.

Embora muitos alunos tenham de facto procurado prestigiados e competentes centros de formação, é imperativo referir que estas viagens (inclusive a dos estudantes de Medicina, i.e., *peregrinatio medica*) foram levadas a cabo em busca de locais mais baratos, ao mesmo tempo em que eram escolhidas também pelo menor tempo de formação e maior facilidade na obtenção dos graus académicos, ou seja, por centros menos exigentes.

É importante salientar que este aspecto da mobilidade estudantil por motivos considerados como menos nobres (facilidade na obtenção dos graus e baixo preço)

³⁶⁸ Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle*, p. 238.

³⁶⁹ *Ibid.*, p. 240.

³⁷⁰ Encontramos informações dissonantes, mas com resultados similares em Peter Searby, “Medicine”, in *A History of the University of Cambridge*, vol. 3 (1750–1870), Cambridge, Cambridge University Press, 1997, p. 194; Thomas Neville Bonner, *Becoming a Physician*, pp. 39–40.

³⁷¹ Peter Searby, “Medicine”, vol. 3 (1750–1870), p. 194.

³⁷² Peter Searby, “The universities of the British Isles”, in *A History of the University of Cambridge*, vol. 3 (1750–1870), Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 423–425.

tem sido posto de lado, especialmente nas análises institucionais, que de facto privilegiam o “enobrecimento” das antigas/tradicionais universidades europeias, mas que fragiliza em muito as discussões sobre o tema³⁷³.

Quanto ao caso português é claro que também houve desvios. Eles manifestam-se, por exemplo, nas *Actas das Congregações* onde se sumariam as reuniões das faculdades. Nas *Actas* não faltaram pedidos dos alunos para serem dispensados de cumprir determinadas obrigações (como atos magnos³⁷⁴, ou a concessão de graças régias para pular etapas da formação³⁷⁵). Mas, ao se comparar Portugal com estes outros impérios, percebe-se que havia uma possibilidade consideravelmente menor de os estudantes escaparem às normas públicas: ou se adequavam aos requisitos necessários para a formação, ou iam para o estrangeiro a fim de evadirem-se de tais regras³⁷⁶.

Não temos conhecimento de situações como as ocorridas em França, onde as pressões dos alunos foram tão variadas e vigorosas que se avizinharam de intimidações de saída em massa de uma universidade para outra, caso a faculdade não cumprisse com as solicitações estudantis. Reclamando dos abusos financeiros de Montpellier, que multiplicava as taxas de inscrição e direitos, os estudantes ameaçaram em 1772 a realização de inscrições massivas na Universidade de Avignon³⁷⁷. Esta situação era impensável para a conjuntura portuguesa, ainda que os lentes anteriores à reforma coimbrã também estivessem dependentes dos

³⁷³ Exemplar neste sentido, a análise de Fernández-Guerrero et al. percebe o trânsito dos estudantes entre diferentes universidades apenas enquanto uma procura por uma melhor formação, Inés María Fernández-Guerrero et al., “A pioneering on medical education: The seminal text of J.P. Frank’s *De medicis peregrinationibus – Medical travels (1792)*”, *Educación Médica*, vol. 17, n. 1, 2016, p. 30. Sobre as fragilidades de diversas perspectivas institucionais em França, cf. Emmanuelle Picard, “Recovering the History of the French University”.

³⁷⁴ Cerimónia pública de avaliação de conhecimento dos alunos, usualmente iniciada pela defesa de uma dissertação. Junta de Providência Literária, *Estatutos da Universidade de Coimbra*, pp. 161–165; João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*, pp. 81–83.

³⁷⁵ Arquivo da Universidade de Coimbra, *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina*, 1786, Vol. 1, AUC- IV- 1ºD- 3- 1-82, p. 24r; 32r-32v; 97r; 125r-126r.

³⁷⁶ Embora tenha relacionado o estatuto de limpeza de sangue ao surgimento dos famosos estrangeirados, Farelo mostra justamente a ida de portugueses para centros onde o tempo para obtenção de graus foi imcomparavelmente menor. Mário Sérgio Farelo, “On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment”, in Ole Peter Grell et al. (eds.), *Centres of Medical Excellence? Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2010.

³⁷⁷ Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle*, p. 242.

pagamentos feitos por seus discípulos quando da realização dos exames³⁷⁸. Esta mobilidade refletia uma diferença de qualidade entre instituições de ensino superior: umas com padrões de exigência mais baixos qualidade e outras com competência superior, que conferiam uma melhor preparação aos seus alunos e com corpo docente de qualidade mais elevada, melhor remunerado, mais especializado e maior.

Para o mundo luso, todavia, não houve nenhuma dessas possibilidades. Qualquer tentativa de mudança significava a alteração do sistema de ensino. Em Coimbra, por sua condição única, as alterações de vencimento ou de cargos poderiam significar a quebra de expectativa que muitos professores tinham em receber dignidades e mercês, o que poderia ter consequências para o universo acadêmico, mas também para toda a estrutura hierárquica de então.

Levando em conta esta complexa dinâmica institucional, política, socioeconômica, bem como científica, cultural e pedagógica importa não deixar de perceber que os *15 de Montpellier* optaram por um centro universitário de qualidade reconhecida, e não escolheram uma universidade que executava papéis meramente facilitadores, como as de Orange, Aix, Reims, Gandía. É preciso reconhecer também que Montpellier foi um centro de excelência na formação médica³⁷⁹, figurando como o mais importante de todo o império francês quando a questão era a obtenção de graus³⁸⁰, já que, pela lógica das peregrinações acima assinaladas, Paris pouco formou seus próprios alunos.

De igual modo, não é que tenha havido um maior esmero de Portugal em controlar o saber, pois França, Espanha e Inglaterra também tiveram interesse em utilizar o conhecimento gerado na academia e os poderes a ele relacionados. Mas a ausência de outras universidades em território nacional fez com que Coimbra

³⁷⁸ Fernando Taveira da Fonseca, “A dimensão pedagógica da Reforma de 1772”, pp. 65–67.

³⁷⁹ Elizabeth A. Williams, “Medical education in eighteenth-century Montpellier”, in Ole Peter Grell et al. (eds.), *Centres of Medical Excellence? Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2010.

³⁸⁰ Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle*, p. 254.

sentisse mais vivamente as ingerências do poder régio, com suas nomeações, mudanças estruturais e interferências político-religiosas.

Quando analisamos quantitativamente os estudantes estrangeiros matriculados não passa despercebido o facto de que Montpellier teve alunos de Portugal, Reino Unido, Espanha, Flandres, Império Otomano, Cantões Suíços e até mesmo da Rússia³⁸¹. Coimbra, por sua vez, recebeu alunos estrangeiros em menor número e com menor diversidade. A faculdade de Medicina recebeu apenas vinte e três estrangeiros ao longo de todo o século XVIII, vindos de Espanha, Irlanda, França, Inglaterra, Itália e Suécia³⁸².

Região	Qtd. de alunos
Portugal	2516
América portuguesa	131
[Indeterminado/Não Identificado]	24
Espanha	14
Irlanda	5
Angola	1
Cabo Verde	1
França	1
Inglaterra	1
Itália	1
Moçambique	1
Suécia	1
Total	2697

Tabela 1: Alunos de Medicina em Coimbra, discriminados por região/país.

O facto de Montpellier ter recebido inúmeros alunos estrangeiros confirmou esta universidade como um dos centros de maior atração para a formação médica de toda a Europa, mas também das então colónias ultramarinas na América, como

³⁸¹ Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle*; Patrick Ferté, in *Base de données sur les étudiants étrangers en France à l'époque moderne*, Toulouse, Université de Toulouse - CUFR Champollion, 2013.

³⁸² Os dados são provenientes do Arquivo da Universidade. Para uma visão completa do conjunto de inscritos na Faculdade de Medicina coimbrã, cf. Rafael Dias Campos, “[Database] Medical students at the University of Coimbra (18th century)”, *Mendeley Data*, 2017.

Santo-Domingo. Embora, ainda que não seja novidade, não encontramos nenhum aluno oriundo de África³⁸³.

Em outras faculdades de Medicina da Europa, a quantidade de alunos estrangeiros também foi mais significativa que em Coimbra, ainda que menor que em Montpellier. Em Espanha, mais de trezentos portugueses estiveram inscritos nas diferentes faculdades da Universidade de Salamanca³⁸⁴. Um número considerável, embora seja preciso notar a importância da proximidade geográfica ao analisarmos o trânsito entre a Universidade de Salamanca e Portugal, uma vez que quase 70% dos portugueses assinalados a frequentar este instituto eram naturais da região norte de Portugal³⁸⁵. A língua também foi fator decisório, mas, segundo Ángel Marcos de Dios, a maior razão teria sido justamente uma das questões mais controversas (e para nós superestimadas) em relação a este tema: “a possibilidade de [os cristãos-novos] fugirem e deixarem de serem perseguidos pela Inquisição portuguesa”. Uma explicação baseada essencialmente na percepção de que Salamanca não exigia “muita coisa no momento de apresentarem provas de *genre*”³⁸⁶.

Apesar de nossa postura cautelosa sobre o tema, diferentes trabalhos já demonstraram (para períodos anteriores) as perseguições aos médicos cristãos-novos e suas principais consequências, como a fuga de estudantes para o estrangeiro³⁸⁷. Mas para a segunda metade do século XVIII, importa não deixar de

³⁸³ No curso médico da Universidade de Coimbra, porém, ainda que com numeração reduzida, não se pode deixar de referir as presenças de Jacinto da Costa Pinheiro, natural de Angola; Francisco de Sequeira, de Nossa Senhora da Lapa, Cabo Verde; e Manuel Ramoneda, de Farraça, Moçambique, *Ibid.*

³⁸⁴ Importa ressaltar que este número é ilustrativo, pois se refere à Universidade e não pode ser usado para efeito de comparação, por não ser exclusivo da Faculdade de Medicina. Ángel Marcos de Dios, “A transferência de escolares entre Salamanca e Coimbra”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 3, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, p. 159.

³⁸⁵ *Ibid.*, p. 160.

³⁸⁶ *Ibid.*

³⁸⁷ São essenciais neste sentido os trabalhos de Maria Benedita de Araújo, especialmente a relação de médicos cristãos-novos indiciados pela Inquisição e sua descoberta de que muitos eram bastante abastados e, à luz das discussões mais recentes, os de Timothy Walker. Maria Benedita de Araújo, *A medicina popular e a magia no Sul de Portugal*, pp. 329–366; Maria Benedita de Araújo, “Os médicos portugueses e a Inquisição de Évora”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 4, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, p. 271, *passim*; Timothy Walker, “The Role of Licensed Physicians and Surgeons in the Inquisition and at Court During The Reign of João V”, *Mediterranean Studies*, vol. 9, 2000, p. 156, *passim*; Timothy

perceber que a preocupação repressiva deixa de estar focada em judeus conversos e bruxas, passando vocacionar-se para denúncias contra os “pedreiros-livres”³⁸⁸. Além disso, a relação entre a Inquisição e a saída de portugueses, de diferentes partes do império, para estudar noutros centros ainda não foi estudada para o período, de modo que não pode ser supervalorizada sem análises específicas que dêem conta de todo esse trânsito académico, nomeadamente os que se relacionam com a verificação das trajetórias destes alunos.

Ou seja, importa analisar se regressaram para o império português após a obtenção dos títulos, que posições profissionais e socioeconómicas ocuparam, ou até mesmo se voltaram a fim de finalizar a formação em Coimbra. Pois, mesmo com a carência de estudos sobre o tema, há casos de indivíduos que tendo ido estudar para o estrangeiro, acabaram por regressar a Coimbra, independentemente dos processos da Inquisição. Neste sentido, a situação de José Lourenço Pinto é um exemplo de que nem todos os estudantes portugueses em Salamanca ou noutros centros europeus saíram do país devido à perseguição da instituição: Cirurgião-mor dum regimento régio, ele havia frequentado o curso de Medicina na Universidade de Salamanca, tornando-se bacharel. Depois, regressou a Portugal e obteve graça da rainha para ser dispensado “de qualquer embaraço”, para que de facto pudesse frequentar lições de Prática na Universidade de Coimbra³⁸⁹.

Além destes casos, outra circunstância precisa ser igualmente lembrada, a daqueles que foram processados pela Inquisição após regressarem ao império luso.

Walker, *Doctors, Folk Medicine and the Inquisition: The Repression of Magical Healing in Portugal During the Enlightenment*, Brill, 2005. Tomamos conhecimento da investigação doutoral de Noemí Cubas Martín, por meio do trabalho de Laurinda Abreu, em que a autora justamente discute o papel desempenhado pela Inquisição, pelo que convém referir ainda que seja para um período anterior ao estudado aqui. Para mais, cf. Laurinda Abreu, “Tensions between the *Físico-Mor* and the University of Coimbra”, p. 16.

³⁸⁸ Os casos de José Liberato Freire de Carvalho e de Hipólito José da Costa são marcantes desta transição. Eles não foram presos por terem praticado atos heréticos, mas acabaram acusados justamente por “ser pedreiro-livre”. Para mais, cf. Alexandre Mansur Barata, *Maçonaria, sociabilidade ilustrada & independência do Brasil, 1790-1822*, São Paulo, Annablume, 2006, p. 89–96, passim; Virginia Maria Trindade Valadares, “A Maçonaria moderna nas malhas do Santo Ofício no império português no setecentos”, *Revista de História Regional*, vol. 19, n. 2, 2014; Bella Herson, *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira*, chap. 9. Essa questão pode ser claramente percebida no próprio processo inquisitorial do autor, em ANTT, *Processo de Hipólito José da Costa*, 29 January 1803, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 17981.

³⁸⁹ *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina*, p. 24r.

Dentre estes, o caso do *montpellerino* José Joaquim de Carvalho talvez seja o mais paradigmático para nosso estudo. Sua saída do império português nada teve que ver com perseguição inquisitorial: ele concluiu sua formação na universidade francesa, retornou ao domínios coloniais lusos e só então foi processado³⁹⁰. Desta feita, como sugerimos a realização de estudos que consigam perceber melhor a relação entre a saída de estudantes para outras universidades e a sobredita perseguição inquisitorial, importa salientar que embora produtiva, qualquer análise serial demandará a utilização de uma metodologia que limite qualitativamente a temporalidade entre a saída para realizar estudos no estrangeiro e do procedimento legal-religioso do Santo Ofício, pois a ausência de tais cuidados poderia apontar uma correlação, inexistente, entre a “fuga” do império e a Inquisição.

Assim, importa retomar aqui as ressalvas feitas anteriormente quando discutimos as vicissitudes da *peregrinatio medica* e recapitular que esta internacionalização também se deu em decorrência da maior facilidade de formação em universidades específicas, seja por razões financeiras, académicas ou políticas; uma percepção que pode ajudar a evitar sobrevalorizações anacrónicas da internacionalização universitária. Dito de outra forma e para um caso diferente, não foi exclusivamente pelo prestígio ou pela qualidade, embora isso obviamente fosse de extrema importância, que a Escócia se tornou um pólo de atração médica no último quartel do século XVIII: se observarmos que as únicas universidades que atribuíam graus em Inglaterra (Oxford e Cambridge) eram demoradas e caras, legando um total de apenas 246 graduados em Medicina ao longo dos anos 1751-1800³⁹¹, não é difícil perceber porque tantos ingleses se formaram na Escócia ou mesmo em impérios como o francês, apesar de todas as restrições legais e culturais, como a necessidade de “revalidar” os diplomas e a língua.

Portanto, o que se defende aqui é alguma cautela para evitar a sobrevalorização de um factor em detrimento de outros, pois esse afluxo de pessoas não pode ser explicado exclusivamente pela “razão política”, negando o impacto que

³⁹⁰ ANTT, *Processo de José Joaquim de Carvalho*, 23 September 1794, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 5863.

³⁹¹ Thomas Neville Bonner, *Becoming a Physician*, pp. 39–40.

os altos preços e a dificuldade para a obtenção do grau acadêmico exerceram nas escolhas destes estudantes; nem puramente pela “razão religiosa”, atribuindo a saída dos estudantes à Inquisição, sem a devida investigação sobre as trajetórias destes alunos³⁹²: no caso dos *montpellerinos*, por exemplo, seis passaram previamente por Coimbra para só depois ingressarem na universidade francesa.

Além disso, conjuntamente com a internacionalização do corpo docente e a interferência direta do Estado no ensino, a carência de pessoal docente foi essencial na configuração do que eram as universidades setecentistas. Este, por consequência, foi mais um elemento decisivo no rol de escolhas dos alunos. Poucas foram efetivamente as faculdades de Medicina que possuíam mais do que três professores no corpo permanente. Apenas para exemplificar um caso fora da Europa, convém notar que nas Faculdades de Medicina da América anglo-saxónica formadas antes de 1800, chegou-se ao caso extremo do *Dartmouth College*, em que havia virtualmente apenas um professor até ao ano de 1808³⁹³. É verdade que o *College of Philadelphia* (Universidade da Pensilvânia) e o *King’s College* (Universidade de Columbia), chegaram a possuir mais de cinco cadeiras, mas juntamente com Dartmouth, o curso médico do *Harvard College* (Universidade de Harvard) também teve poucos docentes, chegando a haver apenas três professores³⁹⁴.

Em Espanha, como salientou Álvarez de Morales, a média era de quatro ou cinco cátedras nas faculdades de Medicina, mas havia aquelas com apenas uma

³⁹² Avanço recente neste debate foi realizado Laurinda Abreu, quando a autora relativizou a questão, notando interesses por poder e por empregos, deixando portanto de analisar a questão exclusivamente sob a ótica das disputas entre Cristãos-Novos e Velhos. Laurinda Abreu, “Tensions between the *Físico-Mor* and the University of Coimbra”, p. 17.

³⁹³ Luis H. Toledo-Pereyra, “America’s First English-Speaking Medical Schools”, *Journal of Investigative Surgery*, vol. 17, n. 1, 2004.

³⁹⁴ “[Philadelphia]”, *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 2, n. 22, 20 June 1768; “[College of Philadelphia, October 10, 1768]”, *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 2, n. 38, 10 December 1768; “[Courses of lectures in all the different branches of Medicine]”, *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 2, n. 27, 8 January 1768; “[College of Philadelphia, Aug. 14, 1769]”, *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 3, n. 30, 14 August 1769; “University of Pennsylvania”, *The Philadelphia Medical and Physical Journal*, vol. 2, Part 2, 3 February 1806; Luis H. Toledo-Pereyra, “America’s First English-Speaking Medical Schools”. Sobre estas universidades em formação, cf. David Churchill Humphrey, *From King’s College to Columbia, 1746-1800*, New York, Columbia University Press, 1976, pp. 231–263; *A History of Columbia University, 1754-1904*, New York, The Columbia University Press, 1904, pp. 205–210; Baxter Perry Smith, *The History of Dartmouth College*, Boston; Cambridge, Houghton, Osgood and Company; The University Press, 1878, p. 348; 339-342.

cadeira e chegou-se a ter tanta carência para o provimento das disciplinas que alguns planos de reforma universitária eliminaram cadeiras por saber difícil a materialização de uma faculdade com tantas disciplinas e, por consequência, tão cara³⁹⁵. Com essa escassa quantidade de professores, os cursos universitários de então não tinham sequer a possibilidade de apresentar uma formação ampla e dinâmica, o que reforçou os aspetos discutidos no capítulo anterior de uma educação livresca e pouco prática.

A realidade espanhola não era diferente da de França. Deste modo, apenas Montpellier e Paris possuíam um corpo docente permanente composto por mais de três membros, capaz de ofertar disciplinas essenciais para a formação em Medicina. Montpellier gozava de um corpo docente robusto e era exceção à regra, do mesmo modo que a Universidade de Coimbra, que também possuía um corpo docente maior, com mais de três membros: em 1786, por exemplo, só entre os catedráticos podia-se contabilizar nove professores a oferecer cursos em Matéria Médica, Anatomia, Cirurgia, Nosologia, Semiologia, dentre outras disciplinas³⁹⁶. Ainda assim, essa situação não era absoluta, pois se tomarmos as reuniões dos docentes em fins do século (a de 12 de Outubro de 1786 é exemplar neste sentido), podemos notar discussões recorrentes sobre os professores substitutos, o que indica a insuficiência de professores para cumprir o programa proposto pela faculdade. Ausências que não eram sentidas apenas pela inexistência de um catedrático, mas também por seu absenteísmo, sendo que em congregação (reunião) de 8 de Maio de 1787 os professores definiam que “os atos de anatomia, *na ausência do lente*, seriam conduzidos pelo lente de cirurgia terapêutica”, uma tentativa de minimizar as dificuldades geradas pela relativa ausência de docentes dedicados aos estudos anatómicos³⁹⁷.

As faculdades de Medicina eram os centros de formação por excelência de um corpo profissional capaz de lidar com as demandas médicas de então. Mas a

³⁹⁵ Antonio Álvarez de Morales, *La ilustración y la reforma de la Universidad en la España del siglo XVIII*, p. 138.

³⁹⁶ *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina*.

³⁹⁷ *Ibid.* Grifos nossos.

realidade é que elas, em particular, e as universidades, em geral, estiveram demasiadamente preocupadas com a condição social de seus membros. Por muito tempo, procurou-se manter inalterada esta estrutura social, nomeadamente as condições de ingresso e de avaliação discente, ou de ascensão docente. Com as novas perspectivas ilustradas, não faltaram críticas a esta realidade universitária, seja por meio de opúsculos e manuscritos, ou mesmo pela construção de alternativas viáveis como a criação de academias e sociedades letradas.

Em Portugal, é exemplar neste sentido o poema *Reino da Estupidez*³⁹⁸, que por diversas vezes foi citado para afirmar a condição de atraso da Universidade de Coimbra e até mesmo como uma metonímia do estado em que Portugal se encontraria³⁹⁹. Apesar de, na verdade, ser um texto que se inseria no contexto das poesias encomiásticas⁴⁰⁰, a ressaltar intensamente o papel desempenhado por Pombal no propagandeado reerguimento daquela instituição, não se pode deixar de observar as duras críticas endereçadas à entidade, aos seus docentes e a todo o conjunto da formação coimbrã, que incluía a população da cidade:

A terra é pobre, é falta de comércio,
O povo habitador é gente infame,
Avarenta, sem fé, sem probidade,
Inimiga cruel dos estudantes,
Mas amiga das suas pobres bolsas⁴⁰¹.

³⁹⁸ Francisco de Mello Franco, *Reino da estupidez: poema*, Paris, Na officina de A. Bobée, 1818.

³⁹⁹ Sobre este texto, ainda é essencial a análise de Ofélia P. Monteiro, “Sobre uma versão desconhecida de *O Reino da Estupidez*”, *Revista de História das Ideias*, vol. 4, n. II, 1982. Sobre a leitura nacionalista desta obra, pode ser relevante a análise de Magnus Roberto de Mello Pereira and Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz, “Ciência e Memória: aspectos da reforma da Universidade de Coimbra de 1772”, *Revista de História Regional*, vol. 14, n. 1, 2009, p. 45.

⁴⁰⁰ Embora mais conhecida pela vertente diretamente relacionada ao mecenas do poeta, ou seja, uma forma de auferir vantagens, é importante notar os aspetos reflexivos deste género, em outras palavras, o facto de que o poeta reconhecia sua condição subalterna e que isso, apesar de tudo, não o impedia de lançar considerações e concelhos a seus protetores. Para mais, cf. Lúcia Helena Costigan, “Domingos Caldas Barbosa (1740-1800): A precursor of Afro-Brazilian literature”, *Research in African Literatures*, vol. 38, n. 1, 2007. Para uma leitura crítica deste e outros poemas, bem como o contexto em que se inseriam, cf. Ivan Teixeira, *Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*, São Paulo, EdUSP, 1999. Sobre o contexto em que a obra foi escrita e suas implicações, cf. Luiz Carlos Villalta, *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: Usos do livro na América portuguesa*, Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999, chap. 3.

⁴⁰¹ Este trecho está localizado no canto terceiro, logo antes de o autor criticar as formalidades universitárias. Francisco de Mello Franco, *Reino da estupidez*, p. 31.

E em especial para nossa discussão, estão as críticas irônicas às diferentes referências acerca das exumações anatómicas: “[...] Há coisa mais cruel, mais desumana, mais contrária à razão, que ver os médicos um cadáver humano espatifado, um corpo, que habitou o Espírito Santo?”⁴⁰².

Mas este choque entre a defesa de um mundo novo e as velhas tradições aristocráticas e religiosas não se sucedeu apenas em Portugal, pois as ideias ilustradas em ciências e em economia política fizeram frente à realidade vivenciada em diferentes universidades ao redor da Europa. Já citamos a crítica de Adam Smith à Universidade de Oxford, lembrando especialmente que Smith condenou sobremaneira o modelo de progressão profissional e de vencimento ali vigente⁴⁰³.

Mas existem descrições ainda mais cáusticas do que esta, como o do médico Julien Offray de La Mettrie. Naquele momento La Mettrie já era um médico relativamente bem estabelecido, mas nem assim se esquivou de escrever diferentes obras satíricas dedicadas a ridicularizar o universo médico francês⁴⁰⁴. La Mettrie conhecia diferentes centros e países e, portanto, estava mais do que familiarizado com o ambiente que condenava. Por isso mesmo é que as disputas entre as faculdades de Paris e de Montpellier ou a facilidade na obtenção dos graus acadêmicos não passaram incólumes à sua tinta. Na comédia *La faculté vengée* (1750), redigida como que a passar-se em Paris, o autor criou personagens icônicos (embora um tanto bufões), de modo a salientar figuras conhecidas e malvistas dos bancos acadêmicos, como por exemplo: o sabichão, o sonâmbulo e o almofadinha, ou betinho⁴⁰⁵. Mas a acidez do filósofo não parou aí. No contexto de um debate acerca dos abusos dos cirurgiões, que curavam sem autorização e sem conhecimentos formais, ele não se eximiu de referenciar Montpellier e outros

⁴⁰² *Ibid.*, p. 35.

⁴⁰³ Adam Smith, *Wealth of Nations*, vol. 3, pp. 168–170.

⁴⁰⁴ Já discutimos aqui a ida deste autor de Paris para Reims a fim de se formar, mas importa ressaltar neste momento que juntamente com este processo de formação, La Mettrie passou dois anos em Leiden (1733-1734) com o renomado Herman Boerhaave e traduziu diversas obras suas para o francês. Adicionalmente, para esta discussão, importa mesmo não esquecer que ele já foi considerado o filósofo mais extremo do Iluminismo radical. Jonathan I. Israel, *Radical Enlightenment: Philosophy and the Making of Modernity 1650-1750*, Oxford, Oxford University Press, 2001, p. 704; 707-708.

⁴⁰⁵ La Mettrie inclusivamente informou no final do livro quem seriam estas personagens.

centros universitários, especialmente para criticar enormemente o ensino médico das faculdades francesas:

Deixe os cirurgiões fazerem sua operação sem nós [os médicos]; não sabemos nada disso, e o mais sábio de nós, que pode praticar a cirurgia, por falta de hábito, não pode exercê-la, e por falta de experiência nos vivos, não pode julgar a manobra cirúrgica [...].

Pelo menos [...] todos os médicos do Reino não podem praticar Medicina sem serem iniciados em Anatomia [...] mas o essencial seria que existam apenas uma ou duas faculdades; a de Paris e a de Montpellier, e que todas essas pequenas faculdades cegas sejam abolidas, onde o chapéu de Médico⁴⁰⁶ é vendido como um lençol⁴⁰⁷.

As duas faculdades, ainda que melhor consideradas, não estavam a salvo do olhar condenatório do autor. Em outro texto, *Ouvrage de Pénélope ou Machiavel en Médecine* (1748-1750), além das críticas apontadas anteriormente, o filósofo afirma que os alunos não estudavam como suposto e que o ensino era regido por valores menos nobres: “[...] Em Paris, como em Montpellier [...] o dinheiro, ou a proteção decidem tudo”⁴⁰⁸.

Outro exemplo assinala igualmente o quão generalizados eram os descontentamentos com o modelo de ensino então vigente, embora sem estar

⁴⁰⁶ Havia uma solene cerimônia para outorgar publicamente o título, simbolicamente realizada pela entrega do *Bonnet de Docteur*. Para mais, cf. Boucher d’Argis et al., “Docteur”, in Diderot and d’Alembert (eds.), *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*, vol. 5, Paris, Chez Briasson; David; Le Breton; Durand, 1755.

⁴⁰⁷ Julien O. de La Mettrie, *La faculté vengée, comédie en 3 actes*, Paris, Quillau, 1747, pp. 120–121.

⁴⁰⁸ As passagens que melhor assinalam esta posição são: “Em Montpellier, aqueles que estão destinados à Medicina, são para a maioria dos jovens atordoados, entregues à dispersão e ao prazer durante os dois primeiros anos. É no terceiro ano que eles começam a estudar, para responder perguntas frívolas, tais como: *Ouid est vita?* [O que é a vida ?] Alguns deles, é verdade, vêm a Paris sob o pretexto de se aperfeiçoarem; mas, como eles pensam que sabem de tudo, desprezam tudo e não frequentam mais os estudiosos do que as escolas [i.e., vão à Universidade, mas não estudam]. Tal é o efeito infeliz da presunção de que os alunos desta universidade sugam, por assim dizer, com o seu primeiro leite. / Mas são os nossos, os de Paris, mais seriamente aplicados? Não, ao entrar em Filosofia, eles estão inscritos nos Registros da Faculdade, para que eles estudem ao mesmo tempo a Filosofia e a Medicina, mas eles não se aplicam a nenhuma delas, pela impossibilidade de abraçar tudo. Instigados pelo prazer, eles são vistos em caminhadas, em espetáculos, e nossos Leigos são seus mestres da escola. / [...] Em Paris, como em Montpellier, todo o mundo é recebido; o dinheiro, ou a proteção decidem tudo. / Mas o roubo mais marcado é cometido nas outras faculdades subordinadas. Que abuso mais chocante e perigoso do que ver um ignorante entre os Médicos por dois Louis! [...]”. Julien O. de La Mettrie, *Ouvrage de Pénélope, ou Machiavel en Médecine*, vol. 2, Genève, Chez les hér. de Cramer & P. Philibert, 1748, pp. 257–259.

relacionado às concepções radicais da Ilustração. Semelhante a La Mettrie no tom crítico, mas devoto a trocar do meio médico-acadêmico britânico, o estudante português Francisco Solano Constâncio⁴⁰⁹ era um bolsheiro financiado pela coroa lusa, que esteve a estudar em Londres e Edimburgo, terminando por se formar na Universidade de St. Andrews, na Escócia⁴¹⁰.

A sua ida para a Escócia se deu após lhe ter sido negado o título de doutor em Medicina na Universidade de Edimburgo, razão pela qual ele publicou um opúsculo em 1797 condenando a educação neste instituto⁴¹¹. Nesta pequena obra, Constâncio critica a cultura de reverência e cortejo aos professores e é especialmente enfático em reprovar a perseguição que, segundo ele, era direcionada àqueles que ousavam pensar autonomamente. O texto estava coberto de críticas ao responsável direto por sua recusa, Alexander Monro (1733–1817), mas ele não poupou alunos e demais professores, sendo que o alvo preferencial de sua censura foi o pobre latim dos docentes e discentes. Suas críticas mordazes podem ser percebidas numa das passagens mais enfáticas em que Constâncio noticia a incapacidade de alguns professores, afirmando: “É custoso não apenas sermos obrigados a pagar os professores, a cortejá-los e aos seus filhos, mas também a ouvi-los!”⁴¹².

Os comentários do jovem Constâncio, todavia, não foram apenas consequência da sua não aprovação em Edimburgo. Este filho de um reconhecido cirurgião português esteve anteriormente envolvido com o projeto editorial do *The Ghost*, um jornal satírico e extremamente crítico⁴¹³. Nele, Constâncio chegou a escrever um ano antes uma das críticas mais contundentes que os professores de

⁴⁰⁹ Nosso primeiro contato com esta obra adveio da leitura de Thomas Neville Bonner, *Becoming a Physician*, pp. 33–34.

⁴¹⁰ Maria Leonor Machado de Sousa, *“The Ghost” e Francisco Solano Constâncio*, 1st ed., Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978, p. 23; 299–300.

⁴¹¹ Francisco Solano Constâncio, *An appeal to the gentlemen studying medicine at the University of Edinburgh*, 2nd ed., London, Printed for Mudie and Murray ... and J. Callow, 1797.

⁴¹² *Ibid.*, p. 6.

⁴¹³ Sobre esta e também outras obras do autor, cf. Maria Leonor Machado de Sousa, *“The Ghost” e Francisco Solano Constâncio*; Hélio Osvaldo Alves, “Wondering about Wonders: Paine, Constâncio and The Age of Reason, 1794–97”, in Michael T. Davis (ed.), *Radicalism and revolution in Britain, 1775–1848: essays in honour of Malcolm I. Thomis*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2000.

Edimburgo talvez alguma vez viram: ao reprovar as imperfeições no latim de seus colegas (“os candidatos falam apenas um jargão e apenas poucos letrados são mestres desta língua”), e em tom mais que corrosivo, o sátiro sugere por meio de uma personagem de sua história (Cham-pi-pi) que o *Senatus Academicus* “ao invés de um dialeto pouco utilizado em qualquer lugar”, adotasse “a sublime língua da China”, completando de modo ainda mais jocoso, como que a justificar sua alegação anterior: “uma vez que as línguas europeias podem não ser suficientemente dignificantes”⁴¹⁴.

Este era o contexto acadêmico em que os *15 de Montpellier* estavam inseridos. Portanto, não admira que em diversos impérios europeus tenham surgido discussões acerca da necessidade de se reformar o ensino. Estas propostas estavam embasadas em princípios ilustrados, que especialmente criticavam a universidade e sua secular cumplicidade com a Igreja e o Estado. Procurou-se, em muitos casos, implementar uma educação que atendesse, ao mesmo tempo, às novas ideias e aos interesses de Estado, numa perspectiva que defendia uma agenda educacional mais relacionada com as ideias Iluministas não radicais. Assim foi que em contextos como o português, com apenas uma universidade, vimos de forma mais clara a implementação de mudanças, mas a presença de críticas e ranhuras no sistema de ensino era geral⁴¹⁵.

Reformas no ensino universitário e as suas relações com as Faculdades de Medicina

A Faculdade de Medicina de Coimbra no contexto da reforma

Já salientamos que Coimbra, enquanto centro formador por excelência de todo o império português, possuía uma condição muito diferente de Montpellier e de outras faculdades de Medicina em França, Espanha e Reino Unido, pois estas não tinham a atenção, a responsabilidade ou mesmo os privilégios da exclusividade

⁴¹⁴ Estas passagens estão transcritas no próprio opúsculo de Constâncio, In: Francisco Solano Constâncio, *An appeal to the gentlemen studying medicine at the University of Edinburgh*, p. 20.

⁴¹⁵ Thomas Neville Bonner, *Becoming a Physician*, pp. 33–34.

educacional. Também sugerimos que este processo de reestruturação das universidades europeias só foi possível devido à influência das Luzes, pois com a inserção cada vez maior das ideias iluministas nas respectivas sociedades imperiais, as universidades foram defrontadas com uma realidade que contradizia as expectativas dos grupos que então propalavam a defesa de uma racionalidade Ilustrada. É verdade que estes confrontos ainda são por vezes analisados sob uma ótica dicotômica de trevas contra luzes, de fé contra razão. Mas, como bem ponderou Francisco Falcon na ocasião do *Congresso História da Universidade*⁴¹⁶, importa analisar a retórica dos autores de então, não considerando-as como verdade absoluta, bem como observando as vicissitudes destas mudanças, especialmente quanto ao tempo, posto que tais reformas e transformações não ocorreram à velocidade descrita por eles.

Assim, a retomar a discussão, parece estar claro não ter sido ao acaso que o elemento conservador das universidades e de seus membros passou a ser efetivamente contestado, como acabamos de discutir. Mas, se é possível assinalar que esta era uma postura influenciada pelas Luzes, importa destacar que ela não se prendeu apenas ao mundo acadêmico, pois foi parte de um amplo processo de reorganização político-administrativa, que inclusivamente contou com o desenvolvimento de diferentes estratégias, como o reconhecimento dos territórios ultramarinos por meio das viagens filosóficas ou a implementação de museus ou as academias e sociedades científicas.

No entanto, se faz necessário enfatizar que este movimento de reorganização não objetivava a remodelação do Estado, mas sim de aspetos da administração pública. Foi por essa razão que muitas críticas propunham reformas no ensino, mas de modo algum relacionavam estas transformações educacionais com elementos mais diretos das discussões políticas. Dito de outra forma, o conjunto de ideias Ilustradas influenciou profundamente na história das universidades europeias, nomeadamente na definição de decisões a serem tomadas nas faculdades e em

⁴¹⁶ Francisco José Calazans Falcon, “Luzes e revolução na colónia: a importância da Universidade da pós-reforma pombalina”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 5, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, p. 113.

relação à introdução de novas teorias e concepções nos cursos acadêmicos e foi, especialmente na segunda metade do século XVIII, o propulsor para a defesa de ideias reformistas no universo acadêmico, apesar de não ter se relacionado, em Portugal, com as vertentes mais radicais da Ilustração (como a mudança de sistema político, por exemplo)⁴¹⁷.

Assim, estas reformas evidenciam a existência de uma “margem” de transformação que o Estado português e suas grandes casas senhoriais, entre elas, se permitiam apoiar. Eram mudanças que, de modo algum, sugeriam a transformação do sistema político, mas apenas o que entendiam como aperfeiçoamento do Estado. Elementos suficientes para nos permitir perceber que o discurso dos mais variados ilustrados acerca das condições de atraso do Estado português era parte de uma crítica frontal às compreensões de grupos estabelecidos, mas não implicava a reconstrução das estruturas político-sociais.

As reformas estavam, e não apenas para o caso português, enquadradas neste conjunto renovador do próprio aparato estatal e tinham como premissa inquebrantável a manutenção da ordem reinol e colonial. Nos impérios ultramarinos foi possível perceber a existência de tentativas de aperfeiçoamento das próprias relações coloniais. Em sentido genérico, nota-se tais mudanças no caso espanhol, por exemplo, por meio das Reformas Borbónicas e a sua (relativa) descentralização do Estado imperial, sendo possível perceber, para citarmos um dos elementos específicos, a ocorrência de tentativas de aprimoramento nas universidades que efetivamente receberam alunos destas regiões ou que se encontravam nestes domínios, nomeadamente através de propostas de reforma do ensino em universidades da América, mas também pela formação de “centros intelectuais” coloniais, as sociedades económicas e patrióticas formadas na América⁴¹⁸.

⁴¹⁷ Luiz Carlos Villalta, *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura*, pp. 76, 115.

⁴¹⁸ Mauricio Nieto Olarte, *Remedios para el imperio: historia natural y la apropiación del Nuevo Mundo*, 2nd ed., Bogotá, Ediciones Uniandes, 2006, pp. 31–32, 219–227; Regina Grafe and Alejandra Irigoin, “A stakeholder empire: the political economy of Spanish imperial rule in America”, *The Economic History Review*, vol. 65, n. 2, 2012; Matthew James Crawford, *Empire’s experts: the politics of knowledge in Spain’s royal monopoly of quina (1751-1808)*, Tese de Doutorado, San Diego, University of California, 2009, p. 42. Embora seja um tanto tardia para nossa discussão, a obra que

Portanto, quando se fala em reforma da universidade necessariamente se está a discutir a reestruturação própria do Estado imperial e da composição do seu aparelho institucional e administrativo, e até mesmo do lugar social que determinados súbditos passariam a ocupar nessas estruturas, mas de modo algum se enquadrava enquanto possível a mudança da estrutura reinol e colonial. Procuramos enfatizar esta relação, especialmente porque a participação cada vez maior de portugueses oriundos da América neste processo de reorganização do Estado pode, quando observado isoladamente, dar a perceber a construção de relações que, na verdade, não estavam pensadas e que efetivamente não se colocaram no momento⁴¹⁹. Dito em outras palavras, a possibilidade de ascensão social de alguns não afetou a organização do sistema colonial, posto que as reformas em Portugal, apesar de terem por concepção basilar a ideia de modernizar o império, não se dispunham a alterar o *status quo* da monarquia pluricontinental lusa.

Para além destes aspetos intelectual e sociopolítico que motivaram as reformas político-institucionais, com seus reflexos no mundo académico, não podemos deixar de enfatizar que a relativa decadência das mesmas também foi uma das razões que motivaram as reformas, embora tenha havido alguma ênfase adicional para o caso português, como bem salientou Taveira da Fonseca⁴²⁰, especialmente porque a percepção da fraca qualidade do ensino universitário era generalizada.

De qualquer modo, este declínio se mensura mais pela proliferação das academias do que pelo decréscimo das matrículas efetuadas ao longo dos anos, como propôs Flávio Rey de Carvalho⁴²¹. Isso porque, apesar de ver seu poder cada vez mais enfraquecido, as universidades nunca chegaram a efetivamente perder a

segue é exemplar deste movimento de reforma que não pretendia alterar as relações sociopolíticas estabelecidas: Victoriano de Villava, *Apuntes para un reforma de España, sin trastorno del gobierno monarquico, ni la religion*, Buenos Aires, Imprenta de Alvarez, 1822. Para uma breve introdução sobre a academia cubana, cf. Diana Iznaga and Yolanda Vidal, “Apuntes para la historia de la Sociedad Económica de Amigos del País de La Habana durante la época colonial”, *Revista de la Biblioteca Nacional José Martí [Cuba]*, n. 1, 1981.

⁴¹⁹ Luiz Carlos Villalta, *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura*, pp. 141–142.

⁴²⁰ Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra (1700-1771) (Estudo Social e Económico)*, pp. 101–102.

⁴²¹ Flávio Rey de Carvalho, *Um iluminismo português?*, p. 33.

sua condição privilegiada — especialmente na conferência dos graus acadêmicos necessários para o exercício regular em altos postos públicos em diferentes áreas e, portanto, indispensáveis para diversos setores desta sociedade imperial. Esta é a razão pela qual sempre houve, apesar das variações, um afluxo de matrículas considerável (como se perceberá mais detalhadamente a seguir).

As reformas universitárias se deram em meio a um contexto conflituoso entre diferentes instituições, num processo de readequação que pode ser percebido como uma “resposta” das universidades à ascensão das academias e colégios profissionais, como as escolas de cirurgia, por exemplo. Um dos factores a levar em consideração nesta análise do processo de decadência da universidade entre a opinião pública portuguesa é que diversos alunos, apesar de formados em universidades célebres, passaram a enfatizar nos frontispícios de seus livros e até mesmo em suas teses acadêmicas a sua pertença a academias e sociedades de letras e ciências.

Foram reformas significativas pensadas em todo o continente e estavam a ser levadas a cabo especialmente através do aparecimento e consolidação de estabelecimentos científicos concorrentes às universidades. Mas também em relação à cada vez menor autonomia universitária face à ingerência do poder régio⁴²².

Não espanta, portanto, que o “outono das universidades” tenha sido utilizado pelos próprios atores de então enquanto um elemento de justificação perante os monarcas para forçar a realização de mudanças na estrutura destas instituições. Processo esse que, como temos salientado, não ocorreu apenas em Portugal: tais reformas foram pensadas em âmbito institucional, como parte da referida readequação dos modernos estados imperiais. Assim, concordamos com a análise de Flávio Rey de Carvalho, baseado em Fernando Taveira da Fonseca, quando este procurou criticar análises que estabeleceram relações diretas entre uma decadência universitária (absoluta) e o muitas vezes referido atraso português⁴²³. O

⁴²² Laurence Brockliss, “Le contenu de l’enseignement et la diffusion des idées nouvelles”.

⁴²³ Flávio Rey de Carvalho, *Um iluminismo português?*, p. 33.

processo de reformas foi amplo e não esteve circunscrito apenas às regiões usualmente classificadas como periféricas.

O caso concreto da reforma na Universidade de Coimbra e suas consequências diretas

Em Portugal, a reforma da universidade gerou resultados diversos, mas antes importa ressaltar a necessidade de se contextualizar este conjunto de ideias, fruto duma época concreta, que colocava as ciências do império luso de rastos, completamente atrasadas e sedentas por desenvolvimento. É imperativo perceber esta documentação não como uma fiel informação de seu tempo, como queriam seus “ilustrados” autores, mas examinar seus argumentos enquanto parte do conjunto de interesses que foram especialmente adotados por estes homens no confronto pelo controle do poder educacional. Com a reforma, um conjunto de ideias e valores médicos e educacionais associados aos privilégios e hierarquias de Antigo Regime foi posto em causa em prol de concepções iluministas de educação médica; antigos professores foram desligados da universidade⁴²⁴; e temas anteriormente caros à formação coimbrã, tais como as interpretações teóricas de Avicena e da “escola árabe”, abriram espaço para visões de saúde que, apesar de díspares, tinham em comum uma representação de racionalidade, modernidade e pragmatismo.

Neste sentido, não podemos deixar de notar que os defensores da reforma institucional na universidade coimbrã, especialmente aqueles inseridos nos círculos letrados que de alguma maneira eram apoiados pelo marquês de Pombal, tingiram a negro o estado em que anteriormente se encontrava o ensino. Assim foi que os poetas encomiásticos publicaram diversos versos a ressaltar os feitos da reforma, sempre, é claro, enfatizando o papel desempenhado pelo poderoso secretário de Estado ao longo do processo. No conjunto destas produções literárias, Manoel Inácio da Silva Alvarenga indicou Sebastião José de Carvalho e Melo como uma espécie de

⁴²⁴ Joaquim Ferreira Gomes, *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*, Coimbra, Almedina, 1982, p. 82; Fernando Taveira da Fonseca, “A dimensão pedagógica da Reforma de 1772”, p. 62.

salvador, um restituidor da glória e das Luzes até então perdidas na histórica universidade lusa. Em seu *O desertor*, o autor comemora com euforia as reformas implementadas em Coimbra, inclusivamente comparando as mudanças executadas “por” Pombal enquanto restauradoras do poder imperial perdido: “Restaurador do seu império antigo”⁴²⁵.

Filinto Elísio, por sua vez, deixava bem clara suas críticas ao universo educacional vivenciado até então. Na ode *No tempo da reforma da Universidade de Coimbra*, o poeta defendia que era a ação reformadora de Pombal que estava a transformá-lo:

[...] Sem fasto ia a rançosa Teologia/ A pé, com a toga suja, mal traçada;/
Carregada de tomos grandes grossos, / Que mais não serão lidos. [...] Que
tropol de Tomistas e Escotistas/ Arrepelam as barbas e os cabelos;/
Porque estes Estatutos os privaram/ De gritar sobre nada⁴²⁶.

O texto elogiava as mudanças curriculares, ao mesmo tempo que condenava as disciplinas e os manuais seguidos até então como rançosas ou antiquadas, apresentando a ideia de que a reforma pombalina era mais do que necessária. Seria a efetivação das Luzes na universidade, numa perspetiva que também pode ser encontrada no controverso *Reino da Estupidez*, obra que teria se inspirado, segundo Teófilo Braga, nos aspetos pitorescos desta ode de Filinto Elísio⁴²⁷.

De outra parte, já num período posterior, do reitor Dom Francisco de Castro (1786-1799), a preocupação de autores como António Ribeiro dos Santos, crítico de Pombal⁴²⁸, passava a ser a efetivação das mudanças projetadas na reforma de 1772.

⁴²⁵ Manuel Inácio da Silva Alvarenga, *O desertor: Poema heroi-comico*, Coimbra, Na Real Officina de Universidade, 1774, p. 9; Afonso Carlos Marques dos Santos, “Da Universidade reformada ao Brasil colonial: duas trajetórias iluministas”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 5, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, p. 122.

⁴²⁶ Teófilo Braga, *Filinto Elysis e os dissidentes da Arcadia*, Porto, Chardron; Lello & Irmão, 1901, p. 220. Note-se que em edição anterior, publicada em Paris em 1806, o poema é apresentado com grafismos diferentes, a saber, não há itálicos e o trecho citado termina com um ponto de interrogação: “[...] De gritar sobre nada?”, In: “Versos de Filinto Elysis”, Paris, [s.n.], 1806, pp. 77-80.

⁴²⁷ *Ibid.*

⁴²⁸ José Esteves Pereira, “António Ribeiro dos Santos e a reforma pombalina da Universidade”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 1, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 219–220.

Confiante do trabalho do reitor, Ribeiro dos Santos dedicou-lhe uma poesia bem aos moldes daquelas até então endereçadas a Pombal⁴²⁹.

Com todas estas intercalações, é preciso lembrar que os alunos que foram para Montpellier estavam inseridos neste amplo contexto de reformas. Destes quinze alunos luso-brasileiros que foram para o sul de França, seis frequentaram anteriormente a Universidade de Coimbra, e destes apenas um era anterior a este processo reformista: Joaquim Inácio de Seixas Brandão, ao contrário dos outros *montpellerinos*, não frequentou Matemática, Filosofia ou outros cursos, por ter tido uma rápida passagem pela cidade lusa antes da reforma, matriculando-se apenas em Instituta.

Dentre os outros, quatro (Joaquim José de Souza Ribeiro, Faustino José de Azevedo, Manuel Arruda da Câmara e Manuel Joaquim de Souza Ferraz) estudaram concomitantemente em 1786 e 1787, frequentando os cursos de Matemática, Filosofia e Direito, sendo que dois deles (Faustino de Azevedo e Souza Ribeiro) estiveram juntos na instituição por quatro anos consecutivos. Além disso, Manuel A. Câmara juntou-se a estes dois um ano depois, frequentando a universidade lusa conjuntamente por três anos, como se pode perceber pela tabela que segue:

	1763	1764-1782	1783	1784	1785	1786	1787	1788	1789	1790
Brandão										
Barbalho										
Souza Ribeiro										
Faustino Azevedo										
Manuel A. Câmara										
Souza Ferraz										

Tabela 2: Os *Montpellerinos* e o período de permanência em Coimbra⁴³⁰.

⁴²⁹ *Ibid.*, p. 222, nota 17.

⁴³⁰ Esta tabela apresenta alguns dados diferentes daqueles que podem ser encontrados no sistema de pesquisas online do Arquivo da Universidade de Coimbra: Faustino José de Azevedo obteve uma Carta de Curso em 1790, apesar de não ter sido entregue Certidão de Idade; Joaquim José de Sousa Ribeiro formou-se em Cânones em 25/06/1788; e, apesar de algumas informações bibliográficas em contrário que afirmam que José Joaquim da Maia Barbalho teria estudado em Coimbra até 1785, quando então foi para a França, não encontramos informações no Arquivo que corroborem estas informações. Para mais, cf. as seguintes séries documentais do referido Arquivo: Livro de Matrículas, Certidões de Idade, Livros de Exames, e Processos de Carta de Curso.

Como bem notaram Ana Lúcia Cruz e Magnus Pereira, não se pode descartar que eles tenham ido para Coimbra, porque a formação académica poderia “propiciar-lhes alternativas de profissionalização”, bem como “promover o estreitamento de laços com a metrópole, visando a obtenção de benesses ulteriores”⁴³¹. Ressalte-se que para além de interesses pessoais e familiares, estes cinco *montpellerinos* foram coimbrões num período em que se começava a colher os frutos das primeiras mudanças estruturais no sistema universitário português. Eles passaram pela formação em Filosofia e Matemática na universidade já reformada. Importa sublinhar que os demais estudantes que foram para a França também não podem ser descartados deste processo, pois embora tenham decidido não ir para o centro português, também tinham a Coimbra das reformas como destino possível. Além do facto de que a França do período em que eles lá estiveram viveu discussões semelhantes a Portugal, como se verá.

A reforma redirecionou a instituição para que esta se tornasse um instrumento das novas políticas do Estado, seja fornecendo um corpo técnico-profissional capaz de recolher, anotar e informar corretamente os “produtos naturais” com potencialidades económicas e os limites geográficos coloniais, provendo-os de meios capazes de receber e investigar as informações colhidas sob a ótica ilustrada⁴³². Em outras palavras, a universidade tornou-se um meio essencial para a realização de tarefas que interessavam o império pluricontinental português, seja pela formação de agentes para o estabelecimento de limites e para executar as *viagens filosóficas* pela América, Angola, Cabo Verde, e Moçambique, seja para a criação e readequação de infraestruturas que amparassem as novas investigações imperiais, tais como jardins botânicos, bibliotecas⁴³³, e demais equipamentos de ciências, como laboratórios, gabinetes e hospitais que pudessem testar as drogas

⁴³¹ Esta questão será desenvolvida no capítulo quarto. Ana Lúcia Rocha Barbalho Cruz and Magnus Roberto de Mello Pereira, “Ciência, identidade e quotidiano”, p. 206; 209.

⁴³² Ângela Domingues, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais”.

⁴³³ Luis Carlos Martins de Almeida Mota, “A *Minuta para o Regimento da livraria da Universidade de Coimbra* de António Ribeiro dos Santos: algumas notas para o seu enquadramento histórico-cultural”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 2, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 198–202.

descobertas⁴³⁴, as “águas medicinais” (hidroterapia), como se pode deduzir das instruções dada por Domingos Vandelli acerca das viagens filosóficas⁴³⁵.

Não foi por acaso, portanto, que académicos formados em outras áreas terminaram executando investigações naturalísticas ao serviço régio, como foi o caso do médico *montpellerino* Manuel Arruda da Câmara⁴³⁶, ou das investigações botânicas de Joaquim Inácio de Seixas Brandão quando este era Primeiro Médico do Hospital Real de Caldas da Rainha⁴³⁷. É claro que a formação naquela conjuntura propiciava estas inversões, já que o estudante podia cursar disciplinas específicas de outras faculdades⁴³⁸. Em Medicina também se aprendia a identificar os seres dos três reinos naturais, fosse pela instrução em Matéria Médica, fosse pela formação prévia em estudos matemáticos e filosóficos, obrigatória em Coimbra⁴³⁹, o que reforçava ainda mais essa componente preparatória para as viagens e investigações filosófico-naturais (e um não afunilamento ou especialização, tal como nós hoje concebemos em ciência). É possível perceber, pois, que essa abertura e interconexão curricular era típica da altura, como se pode notar exemplarmente na classe ofertada por Benjamin Burton, no então recente curso médico da Universidade da Pensilvânia⁴⁴⁰.

Neste sentido, como salientamos acima, não seria estranho notar que não obstante as críticas à universidade e à sua relativa decadência, ela continuou a ser o centro de formação mais importante de todo o império luso. Tanto foi assim que, se

⁴³⁴ Ângela Domingues, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais”.

⁴³⁵ Domingos Vandelli, “Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, e depois nos seus domínios [1796]”, in José Vicente Serrão (ed.), *Aritmética política, economia e finanças, 1770-1804*, Lisboa, Banco de Portugal, 1994, (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 8), p. 22.

⁴³⁶ Lorelai Brilhante Kury, “Manuel Arruda da Câmara: a república das letras nos sertões”, in *Sertões adentro: Viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*, Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Estúdio, 2012; José António Gonsalves de Mello (ed.), *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas, c.1752-1811*, Recife, Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

⁴³⁷ Joaquim Inácio de Seixas Brandão, “Catalogo das plantas, que nesta primavera de 1780 observámos no sitio dos banhos das Caldas da Rainha, e sua immediação”, in *Memorias dos annos de 1775, a 1780 para servirem de historia á analysi, e virtudes das agoas thermaes da villa das Caldas da Rainha*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1781.

⁴³⁸ Ana Lúcia Rocha Barbalho Cruz and Magnus Roberto de Mello Pereira, “Ciência, identidade e quotidiano”, pp. 225–228.

⁴³⁹ Junta de Providência Literária, *Estatutos da Universidade de Coimbra*, p. 14.

⁴⁴⁰ “University of Pennsylvania”.

observarmos apenas o período anterior à reforma da universidade, houve um crescimento acumulado de 127% no total de alunos que se inscreveram no curso médico (Tabela 2)⁴⁴¹.

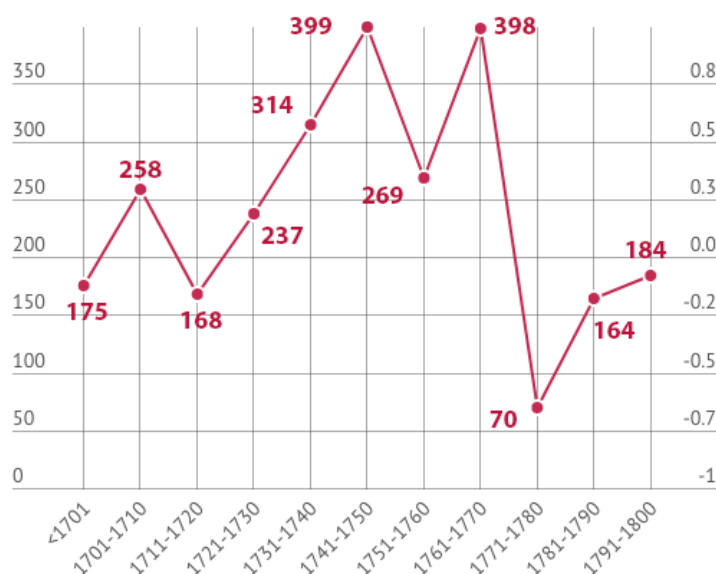


Gráfico 1: Os inscritos na Faculdade de Medicina coimbrã, divididos por década.

Essa expansão, que tenderia a ser ainda maior se não fossem os impactos gerados pela reforma, caiu vertiginosamente após as intervenções reformistas no centro coimbrão. Desta feita, podemos reiterar o facto de que apesar da forte ideia acerca da necessidade de mudanças na universidade e do surgimento de um conjunto de críticas e alternativas, a hegemonia dessa secular instituição se abalou, mas não soçobrou. Como as propostas reformistas procuravam implementar uma reestruturação da universidade e do seu sentido público, alterou-se profundamente seu funcionamento, influenciando-se assim na quantidade de matrículas efetivadas e até mesmo na escolha dos cursos a serem feitos.

Um dos efeitos imediatos de maior dimensão para a Faculdade de Medicina foi a quantidade de inscrições realizadas. Pela Tabela 2 pode-se perceber uma clara

⁴⁴¹ Obtivemos este resultado analisando o crescimento acumulado no período, segundo a função “(A-B)/B”, onde “A” representa o número de inscrições referente à data mais recente e “B” a da mais antiga, ou seja, “(398-175)/175”. Os dados da Tabela 2 estão disponíveis em Rafael Dias Campos, “[Database] Medical students at the University of Coimbra (18th century)”.

tendência de crescimento a partir dos anos vinte, como acabamos de salientar acima. Mas essa propensão foi totalmente alterada com a reforma da universidade, quando deixou de ter 398 alunos inscritos na década, para uns meros 70. Com o passar dos anos, esse pendor expansionista foi retomado, mas sem o vigor dos anos anteriores à reforma: entre os anos 1724 e 1771 inscreveram-se 132.869 alunos, enquanto que entre 1772 e 1820 apenas 21.675 se registaram⁴⁴². Assim, ao findar do século, a faculdade médica viu aquele crescimento acumulado de 127% (anterior à reforma) reduzido para irrisórios 5% (todo o século), deixando-a com uma margem histórica de inscrições semelhante àquela de fins do século anterior e princípios do XVIII.

Para além da queda drástica no número de inscritos, a implementação de um processo regular de avaliações, juntamente com a maior tenacidade na punição das faltas injustificadas dos alunos⁴⁴³, tornaram o ensino mais rigoroso, de modo que a reforma acabou por também alterar o período médio em que os alunos frequentaram a universidade⁴⁴⁴. Os idealizadores da “refundação” da universidade viam o aumento da exigência e da dificuldade nos cursos como uma solução para diversos obstáculos: como, nos casos em que se aplicava, garantir a qualidade dos funcionários formados na universidade que entrariam para o serviço régio, bem como elevar o nível de formação dos alunos de uma forma geral.

Ocorre, porém, que a democratização do ensino não era sequer cogitada, de modo que foi igualmente procurada uma forma manter o acesso à universidade restrito para estas elites letradas. Os reformadores tinham nestes critérios de exigência mais apertados um meio especial para garantir qualidade e seletividade na

⁴⁴² Manuel Alberto Prata, “A Universidade e a sociedade portuguesa na 2ª metade do século XVIII”, in Ana Cristina Araújo (ed.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 2nd ed., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 329–330.

⁴⁴³ *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina*, p. 26v–27r.

⁴⁴⁴ Para calculá-lo, foi novamente utilizada a base de dados criada por nós, segundo informações do Arquivo da Universidade. Para alcançar os resultados, utilizou-se uma função aritmética simples, em que o resultado final é a soma total dividida pela quantidade: “ $A+B+C/3$ ”, ou “ $A+B+C+D/4$ ”, onde “A”, “B”, “C” são, em nosso caso, a multiplicação da quantidade de alunos inscritos pelo período respetivo em que estudaram. Por fim, dividiu-se a soma destas multiplicações pela quantidade total de alunos, separando-se os períodos anterior e posterior à reforma. Portanto, a equação foi feita conforme o modelo que segue: se, por exemplo, 3 alunos ficaram 1 ano, 5 alunos estudaram 2 anos, e 13 alunos frequentaram por 3 anos, representar-se-á matematicamente como “ $3*1+5*2+13*3/21=2,47$ ”.

formação dos estudantes, ao mesmo tempo em que criavam condições privilegiadas para os filhos do centro coimbrão, uma “reserva de mercado” segundo os termos atuais. Por isso, quando Dom Francisco de Lemos defendeu que apenas os profissionais formados nas faculdades da Universidade de Coimbra atingissem as condições de exigência para determinados empregos, há que se perceber uma dualidade nada conflitante para aqueles homens: a procura por uma melhor qualidade profissional, somada à garantia de proteção para os ex-alunos de Coimbra⁴⁴⁵.

Foi com vistas a essa excelência que Domingos Vandelli salientava, por exemplo, que embora tivesse ensinado diversos alunos talentosos, poucos de facto continuaram os estudos em História Natural por gosto, pelo que ele complementou questionando: “Como se pode em uma nação conservar, e aumentar a sua riqueza sem pessoas que conheçam e descubram as suas produções naturais [...]?”⁴⁴⁶. A argumentação do autor ia no sentido de propor que os melhores alunos fossem efetivamente “premiados”, conferindo-se lhes empregos públicos para que o Estado pudesse usufruir de seus serviços e conhecimentos⁴⁴⁷. O texto discutia a proposta de um sistema de valorização do aprendizado e de premiações acerca de temas caros ao Estado, como a mineralogia, de modo que Vandelli sugere que alguns formados ou doutores fossem enviados a países vizinhos para aprenderem técnicas e saberes estranhos à universidade lusa, chegando a sugerir que Alexandre Rodrigues Ferreira assumisse uma cadeira de História Natural na Ajuda⁴⁴⁸.

⁴⁴⁵ Dom Francisco de Lemos argumentou que a função em empregos relacionados a saberes especificamente ofertados nas faculdades apenas fossem disponibilizados para os antigos estudantes delas, inclusivamente quanto à incorporação de doutores. Mas Lemos defendeu também que a pobreza dos estudantes de Medicina não poderia servir de desculpa para concluir o curso em menor tempo. Dom Francisco de Lemos, *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra desde o principio da nova reforma até o mez de Setembro de 1777*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894, pp. 42, 59–60, 82.

⁴⁴⁶ Domingos Vandelli, “Memória sobre a Faculdade Filosófica da Universidade de Coimbra [1791?]”, in José Vicente Serrão (ed.), *Aritmética política, economia e finanças, 1770-1804*, Lisboa, Banco de Portugal, 1994, (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 8), p. 102.

⁴⁴⁷ *Ibid.*, p. 103.

⁴⁴⁸ Note-se que o texto de Vandelli é possivelmente posterior ao do frei Guadalupe, mas o utilizamos de qualquer forma porque ele subsume a ideia aqui discutida. *Ibid.*, p. 106.

No entanto, essa visão não foi uníssona. A formação mais árdua acabou sendo interpretada por outros autores como um problema desnecessário, como se pode notar pelas críticas endereçadas em 1787 pelo frei Joaquim de Guadalupe a Manuel do Cenáculo:

[...] rigores demasiados que *se usassem com eles [próprios,] não sei se todos chegariam a juízes*. Ou seja política, por ser excessivo o número dos estudantes e necessitar a república de gente para outros empregos, ou o sistema de professores conimbrences que nesta capital das letras ambiciona a monarquia universal das faculdades, *o certo é que fervem reprovações e os novatos são as vítimas ou da paixão ou da razão destes senhores*⁴⁴⁹.

Mas ainda que seja notório que a reorganização da universidade tenha procurado intensificar a exigência dos estudos⁴⁵⁰, acabando por se elevar a duração média para os alunos finalizarem seus estudos, não nos parece que estivesse absolutamente claro, até o presente momento, que esse tempo médio de permanência em Coimbra tenha aumentado de forma tão considerável após a reforma. Assim, embora praticamente não tenha havido alteração no tempo médio que os estudantes demoraram para concluir o curso de Medicina⁴⁵¹, os novos estatutos de 1772 exigiam a realização de estudos preparatórios antes de se iniciar a formação médica, ou seja, um requisito para a matrícula em Medicina⁴⁵². Foi essa obrigatoriedade de formação prévia em Filosofia e Matemática que acabou elevando

⁴⁴⁹ Apud Isabel Maria Ribeiro Mendes, “Notícias da Universidade de Coimbra no epistolário de frei Joaquim de Guadalupe dirigido a frei Manuel do Cenáculo”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 3, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, p. 135. Grifos nossos.

⁴⁵⁰ Fernando Taveira da Fonseca, “A dimensão pedagógica da Reforma de 1772”, pp. 55–57.

⁴⁵¹ Para efeitos de cálculo, consideramos como tempo em Medicina como o intervalo entre a primeira e última inscrições realizadas no curso propriamente dito e para o período na Universidade como um todo, calculou-se o interregno entre o primeiro e último atos, independentemente de cursos, exames, ou outras atividades e frequências. Rafael Dias Campos, “[Database] Medical students at the University of Coimbra (18th century)”.

⁴⁵² Junta de Providência Literária, *Estatutos da Universidade de Coimbra*; Fernando Taveira da Fonseca, “*Scientiae thesaurus mirabilis*: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850)”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 33, n. 2, 2009; Fernando Taveira da Fonseca, “The social and cultural roles of the University of Coimbra”; Fernando Taveira da Fonseca, “A dimensão pedagógica da Reforma de 1772”; João Rui Pita, “Medicina, cirurgia e arte farmacêutica na reforma pombalina da Universidade de Coimbra”, in Ana Cristina Araújo (ed.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 2nd ed., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014; João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*.

significativamente o tempo médio que os estudantes de Medicina permaneceram em Coimbra, desde a primeira inscrição até o último ato académico. Legalmente, os Estatutos diminuíram o tempo para a conclusão dos estudos, mas a necessidade de estudar cadeiras antes mesmo de começar o curso (em Matemática, deveria ser feito na universidade, não sendo sequer aceites exames ou atestados para pular esta etapa) acabou aumentando, em muito, o período total em que eles ficaram na universidade, como se pode perceber pelos dados estatísticos apresentados na tabela a seguir.

Medicina	
Antes da Reforma	4,19 Anos
Depois da Reforma	4,27 Anos
Período em Coimbra	
Antes da Reforma	5,28 Anos
Depois da Reforma	8,30 Anos

Quadro 1: O período médio em que os alunos cursaram Medicina e que ficaram em Coimbra.

Essa informação reveste-se de uma importância ainda maior para nosso estudo, justamente por dar a perceber que a ampliação do tempo para a conclusão dos estudos criou novas dificuldades para os estudantes do curso médico coimbrão, o que nos autoriza a conjecturar que tais entraves também possam ter sido uma das razões pela ida dos *montpellerinos* para a universidade francesa.

Cientes das limitações financeiras que um médico formado poderia encontrar ao longo de sua carreira, especialmente no interior (vide capítulo 1), não deixa de ser importante observar as alterações dos interesses destes aspirantes a médicos⁴⁵³. Durante todo o período anterior à reforma, apenas três alunos se inscreveram conjuntamente em Medicina e Filosofia, mas após esse período o número foi alçado para imponentes 343 estudantes (de um total de 485 estudantes), enquanto que de três inscritos em Medicina e Matemática (anteriores a reforma) elevaram-se as matrículas para apenas 57 após as referidas alterações⁴⁵⁴. A preferência geral pela

⁴⁵³ Estes dados, todavia, não podem ser utilizados para comparar o interesse global pelos cursos, pois foram levados em consideração apenas os alunos alguma vez inscritos em Medicina, ao invés de todos os alunos de Coimbra.

⁴⁵⁴ Rafael Dias Campos, “[Database] Medical students at the University of Coimbra (18th century)”.

formação filosófica estava relacionada, como apontamos acima, com a obrigatoriedade de se realizar uma formação prévia menos rígida nesta disciplina, pois o curso matemático deveria ser realizado necessariamente na Universidade ao longo de três anos (não sendo aceites quaisquer certidões para se avançar esta etapa nos Estudos Matemáticos); diferente do que poderia ocorrer nos Estudos Filosóficos⁴⁵⁵.

Esta mudança era parte de um processo mais amplo, de queda do interesse na formação em Cânones e de ampliação das inscrições nos cursos de ciências. Tanto que 206 alunos de Medicina também se inscreveram em Cânones antes da reforma, mas após 1772 esse número caiu para apenas 25⁴⁵⁶. Mas, ao mesmo tempo, não se pode desconsiderar o papel desempenhado pelos interesses na angariação, de modo mais fácil e direto, de serviços públicos ofertados pelo Estado. A promoção pública da Filosofia Natural por meio da concessão de partidos ao longo da formação coimbrã⁴⁵⁷, do financiamento de viagens filosóficas pelo interior do reino e dos domínios ultramarinos (e de formação, pelos impérios europeus vizinhos) e a demanda cada vez maior de homens com conhecimentos médicos, botânicos, sanitários, mineralógicos e económico-filosóficos, dentre outros, condicionou os interesses destes estudantes, passando eles a focar na formação médico-filosófica, ao invés de médico-jurídica ou médico-matemática.

Foram decisões movidas por ganhos individuais e corporativos, mas igualmente decorrentes da ação estatal em favorecer a área filosófica. Eram pessoais, na medida em que procuravam ser bem sucedidos na escolha de uma profissão que lhes desse prestígio, reconhecimento social e dinheiro, mas ao abarcarem as políticas públicas em favor de uma formação em ciências, suas escolhas deixavam de ser o mero resultado das decisões pessoais destes alunos; tal como continuavam a ser preferidas as escolhas pelas formações jurídicas e religiosas

⁴⁵⁵ Junta de Providência Literária, *Estatutos da Universidade de Coimbra*, pp. 12–15.

⁴⁵⁶ Rafael Dias Campos, “[Database] Medical students at the University of Coimbra (18th century)”.

⁴⁵⁷ Receberam partidos ao longo da formação em medicina, por exemplo, António Joaquim de Medeiros e Vicente Coelho da Silva Seabra e Telles, Bernardino António Gomes. O benefício era concedido anualmente no valor cinquenta mil réis. Embora não fosse garantido aos mesmos alunos, vê-se que diversos estudantes receberam por todo o período de formação. *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina*.

(embora passassem agora a ser significativamente menos desejadas) devido ao melhor suporte financeiro e à maior deferência social. Assim, embora os Estudos Matemáticos fossem desejados, o facto é que a formação prévia em História Natural, Física Experimental e Química foi considerada mais útil que as cadeiras de Geometria, Cálculo e Foronomia.

A reforma conseguiu, de facto, reduzir o número de desistências durante o curso médico⁴⁵⁸. Embora fosse à primeira vista uma mudança tímida, na realidade, ela permitiu uma alteração significativa num contexto “deflacionário”, como apresentamos acima. Cerca de 33% dos alunos que se inscreveram ao longo do período anterior a 1772 deixaram o curso médico, fosse para se formarem em outras áreas ou porque abandonaram a universidade completamente. Após a reforma, o número proporcional dos alunos que concluíram o curso subiu para 80%, reduzindo o nível de abandono escolar de 33% para 20%. Assim, embora Dom Francisco de Lemos gozasse de razão quando reclamava da carência de alunos⁴⁵⁹, parece que nenhum administrador logrou verdadeiramente notar mudanças específicas como esta no seio da universidade renovada.

A reforma pedagógica e científica na Faculdade de Medicina de Coimbra

A Faculdade de Medicina coimbrã já não era reconhecidamente aquela descrita por Luís António Verney⁴⁶⁰. A reforma trouxe novos ares para a educação médica, como uma predileção pela formação prática e a preferência pela instrução científica⁴⁶¹, seja com a criação do Teatro Anatómico, do Hospital Escolar e do

⁴⁵⁸ Reitera-se que essa informação pode ser encontrada na base de dados criada por nós. Rafael Dias Campos, “[Database] Medical students at the University of Coimbra (18th century)”.

⁴⁵⁹ Apud Manuel Alberto Prata, “A Universidade e a sociedade portuguesa na 2ª metade do século XVIII”, p. 334.

⁴⁶⁰ Num dos ataques mais diretos à Universidade de Coimbra, Verney disse: “[...] digo da Medicina o que já disse da Física, que neste reino não se sabe de que cor é, e que nesta Universidade sabe-se ainda menos”. Luís António Verney, *Verdadeiro método de estudar: para ser útil à Republica, e à Igreja proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*, vol. 2, Valença [Nápoles], Na oficina de Antonio Balle [Genaro e Vincenzo Muzio], 1746, p. 88.

⁴⁶¹ João Rui Pita, “Medicina, cirurgia e arte farmacêutica na reforma pombalina”; Ana Lúcia Rocha Barbalho Cruz and Magnus Roberto de Mello Pereira, “Ciência, identidade e quotidiano”, pp. 207, 224.

Dispensatório Farmacêutico, ou pela reformulação do currículo, que reforçou a frequência em hospital como requisito para a formação e conferiu a direção do Hospital aos professores de Medicina Prática. Essa predileção por um ensino prático na Faculdade de Medicina fica ainda mais patente com a adoção teórica da escola Boerhaaviana e de suas lições de praxe prática⁴⁶².

No entanto, como procuramos salientar no início desta capítulo, nem as transformações ocorreram a passos largos, nem trouxeram apenas melhorias. Prova destes obstáculos é o atraso na redação dos manuais, o que levou a rainha Dona Maria I a exigir providências, então formalizadas em Congregação da Faculdade de Medicina a 2 de Dezembro de 1786:

[...] Sua majestade tendo visto com desprazer que as repetidas ordens que tem manifestado à universidade qual é a eficácia com que a mandou que se compusessem nela os compêndios para as lições próprias de cada uma das faculdades, não tem produzido [...] efeito que era d’esperar que produzissem; tendo visto que no espaço de catorze anos com admiração das universidades estrangeiras não tem a de Coimbra produzido à Luz escrito algum, que faça usos próprios dela; [...] manda resolutive e definitivamente que vossa excelência declare às Congregações das Faculdades Académicas, que em cada uma destas se trate sem perda de tempo da composição do seu compêndio próprio para servir ao uso do ensino público das suas Aulas [...]⁴⁶³.

⁴⁶² Ana Lucia Rocha Barbalho da Cruz, *Verdades por mim vistas e observadas Oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*, Tese de Doutorado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2004, p. 112; João Rui Pita, “Medicina, cirurgia e arte farmacêutica na reforma pombalina”; Zília Osório de Castro, “A reforma de D. Francisco de Bragança”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 1, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, p. 117; António Nunes Ribeiro Sanches, *Método para aprender a estudar Medicina, ilustrado com os apontamentos para estabelecerse huma universidade real naqual deviam aprender-se as sciencias humanas de que necessita o estado civil e politico [1763]*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2003; Junta de Providência Literária, *Estatutos da Universidade de Coimbra*, pp. 91–108. Apesar de cientes do argumento de Rina Knoeff, que defende que Boerhaave não era tão afeito à prática quanto se costuma referir, importa notar que, de qualquer modo, seus ensinamentos foram substanciais para o aumento desta abordagem na escola médica portuguesa. Para mais, cf. Rina Knoeff, “Herman Boerhaave at Leiden: *Communis Europae praeceptor*”, in Ole Peter Grell et al. (eds.), *Centres of Medical Excellence? Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2010.

⁴⁶³ *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina*, p. 8v.

Eram demandas régias que supostamente já deveriam ter sido cumpridas há algum tempo. A verdade é que não faltaram desculpas para a não observância dos *Estatutos* e das reais ordens. José Pinto da Silva, por exemplo, quando indicado para escrever o texto de Fisiologia, chegou a apresentar um plano, mas justificou a não conclusão do trabalho devido a escassez de tempo. Suas escusas chegam ao ponto de afirmar taxativamente que “não podia trabalhar compêndio” enquanto tivesse outras obrigações, como a acumulação da cadeira de Medicina Prática e a direção do Hospital Escolar⁴⁶⁴.

No entanto, Pinto da Silva não foi o único: segundo investigação de João Rui Pita, apenas Francisco Tavares e Caetano José Pinto de Almeida efetivamente cumpriram com as obrigações no que respeita aos famosos compêndios⁴⁶⁵. No curso médico, havia ficado definido previamente que apenas os professores catedráticos redigiriam os textos⁴⁶⁶. Mas, como se pode ver, os atrasos não permitiam sequer o cumprimento das reais ordens.

Quase quatro anos depois da referida requisição régia, em 8 de Março de 1790, os manuais académicos ainda eram um problema a se resolver, de sorte que outro dispositivo legal foi redigido, desta vez liberando os professores da escrita de determinados temas, de modo que pudessem efetivamente finalizá-los: “[...] e deixou-se ao arbítrio dos lentes a omissão de algumas doutrinas de menos importância, para que se acabassem os compêndios todos os anos”⁴⁶⁷.

Sintetizando, importa ressaltar que discutimos aqui o contexto e os efeitos diretamente vivenciados pelos alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, dando especial atenção ao facto de que foi esta a instituição que mais

⁴⁶⁴ *Ibid.*, p. 9v–10r; 15r–15v; 16r; 22r; 29r; 34v–35r; 37v–39v; 40r–40v; 42r–43v; 55v–56v; 61r–62r, 68v–69v; 105r–106r.

⁴⁶⁵ João Rui Pita, “Medicina, cirurgia e arte farmacêutica na reforma pombalina”, p. 170.

⁴⁶⁶ Na Congregação de 2 de Dezembro de 1786 ficaram então responsáveis: Dr. Francisco Tavares, Matéria Médica; Dr. José Correia Picanço, Anatomia e Arte Obstetrícia; Dr. Caetano José Pinto de Almeida, Cirurgia e Operações; Dr. Manuel António Sobral, Aforismas de Hipócrates; Dr. José Francisco de Aguiar, Nosologia; Dr. Joaquim d’Azevedo, Patologia, Semiótica, Etiologia e Terapêutica; Dr. José Pinto da Silva, Fisiologia; Dr. António José Francisco de Aguiar, Terapêutica Médica pelo Método Nosológico; Dr. António Sobral, Aforismos. *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina*, p. 9v–10r.

⁴⁶⁷ *Ibid.*, p. 67r–68v.

acolheu portugueses oriundos da América e que por tais razões seria também o centro de acolhimento mais óbvio para os *montpellerinos*, caso eles não tivessem escolhido seguir para a França.

As insatisfações com a educação então vigente e o aumento gradual da interferência do Estado na universidade, somados ao seu conservadorismo em admitir mudanças e à ascensão das academias e sociedades de ciências e letras, impeliram Coimbra a reformas que visavam readequá-la a um modelo Iluminista de sociedade. Mas essa necessidade premente de reestruturação das instituições não foi exclusiva do mundo português.

A Universidade de Coimbra possível dos *montpellerinos*, com todos seus dilemas, era uma instituição em transformação que acolheu temporariamente alguns destes futuros médicos. Ainda assim, apesar de o processo da reforma e seus fracassos posteriores serem periodicamente utilizados como elementos de análise do chamado “atraso português”, queremos sublinhar que relativamente poucas investigações debruçaram-se sobre as reorganizações académicas em Portugal numa perspetiva comparada com outros impérios europeus. É isso que pretendemos discutir a seguir, de modo a completar o universo académico possível dos *montpellerinos*.

A Medicina e as reformas universitárias na Europa

Antes de ingressarmos numa análise comparada das reformas levadas a cabo noutros impérios, importa perceber que, quando enfatizamos as opiniões expressas por determinados autores setecentistas interessados em descrever o império português como atrasado ou quando ressaltamos a carência de investigações comparativas entre as reformas universitárias em Portugal frente outros impérios, não queremos negar de forma irrefletida estes discursos setecentistas. Relativizamos a sua importância, é verdade, mas a fim de apresentar uma perspetiva crítica na sua análise e de ressaltar as interconexões temporais de setecentos e as contradições de

uma época, inclusivamente não pondo de parte o papel que teriam como “propaganda” pró ou anti Pombal.

Em termos gerais, esta é uma discussão já conhecida. Mas ainda é possível notar resistências em reconhecer os interesses políticos de diversos defensores das reformas. A fim de melhor compreender o contexto e dirimir tais entraves, a *Société d’Histoire Moderne et Contemporaine* debateu em 2009 as “reformas” como instrumentos políticos de determinados grupos, procurando perceber nomeadamente em que momentos e em que condições este autores procuraram se legitimar por meio de uma retórica dicotómica entre imobilismo e movimento⁴⁶⁸. Portanto, não nos parece de todo desnecessário ressaltar questões com implicações semelhantes, especialmente neste campo pouco explorado que é o das análises comparativas. Por isso, parece-nos importante perceber criticamente os diferentes conflitos ocorridos durante este período noutros impérios, bem como trazer à luz aspectos pouco explorados deste mesmo dilema, como, por exemplo, a recorrência de figuras de retórica, tais como os “abusos que a educação sofria”.

O “atraso” foi um destes elementos de discurso utilizado em diferentes locais e por vários grupos. O plano elaborado em 1765, dedicado a reestruturar o curso médico lusitano, por exemplo, era claro quanto ao retrocesso da formação médica de então, muito embora seu autor anónimo, seguindo à risca a posição majoritária da época, fosse da opinião que as dissecações anatómicas não deveriam fazer parte do universo dos alunos de Medicina⁴⁶⁹.

Anos antes, em 1753, ninguém menos que o influente Antonio Genovesi, argumentando o estado precário da Universidade de Nápoles, questionava: “Será que sempre seremos o último da Europa?”⁴⁷⁰.

Não distante deste discurso, os patronos duma universidade na América inglesa conclamaram o apoio das elites locais invocando o atraso da educação na

⁴⁶⁸ Philippe Minard, “La « réforme » en France et en Angleterre au XVIIIe siècle: sens et fortunes d’un mot d’ordre”, *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, vol. 56, n. 4 bis, 1 January 2009.

⁴⁶⁹ Márcia Moisés Ribeiro, *A ciência dos trópicos*, p. 120.

⁴⁷⁰ Apud Andrés Galera, “Los borbones y el proyecto ilustrado de la Universidad de Nápoles”, in *Doctores y escolares: II Congreso internacional de historia de las Universidades Hispánicas*, vol. 1, Valencia, Universitat de València, 1998, p. 162.

região de Nova Iorque: “Vamos então meus compatriotas, acorde de sua letargia! Saia, ó saia de seu transe!”⁴⁷¹. E ao defenderem o estabelecimento de escolas preparatórias de grego e latim como um meio de admissão académica, reclamaram, de modo ainda mais enfático, do descaso que a educação sofria naquele antigo domínio inglês:

O conhecimento entre um povo os liberta [...]. Mas [apesar de] tão necessária e vantajosa como a educação da juventude é para um país, se tem por vezes observado que, de todas as Províncias do Continente, nenhum deles foi tão culposamente desatento desse importante artigo como o nosso⁴⁷².

Eram, como já destacamos acima, conflitos entre ideais e práticas, entre a defesa de saberes ilustrados e as atitudes em contradição a estas ideias, seja no império luso ou em outras regiões. Deste modo, se considerarmos apenas o que disseram os ilustrados defensores de uma reforma na Universidade de Coimbra, não haveria dúvidas acerca da precária condição do saber em Portugal, nem mesmo das medidas a serem tomadas para resolver o problema, da mesma forma que teríamos uma ideia bastante negativa da realidade em França, América inglesa e outros contextos e do modo de os solucionar, caso tomemos os discursos ilustrados como absolutos; o que, claro, não é o caso.

De qualquer maneira, a existência de projetos de atualização no seio da Faculdade de Medicina antes da reforma pombalina, em 1737, permite notar que a ênfase dada por estes autores quanto à necessidade de reformas acabou por eliminar retóricas dissonantes. Tais esquecimentos chegaram ao ponto de ser quase uma novidade o facto de que algumas alterações tenham sido pensadas antes da “refundação” da universidade: formas de enviar alunos para o estrangeiro ou premiá-los, especialmente numa época qualificada por estes ilustrados autores

⁴⁷¹ “An address to the inhabitants of this province”, *The Independent Reflector*, n. 22, 26 April 1753, p. 90.

⁴⁷² “The advantages of education, with the necessity of instituting grammar schools for the instruction of youth, preparatory to their admission into our intended College”, *The Independent Reflector*, n. 50, 8 November 1753, p. 200.

enquanto absolutamente estagnada⁴⁷³. O discurso ilustrado precisa pois ser analisado tendo em consideração situações como esta, em que o discurso ilustrado anulou tentativas anteriores de melhoria do ensino, pouco importando neste caso se foi por desconhecimento ou por interesses diversos.

Por isso acreditamos que o “atraso” não é elemento explicativo para as reformas, uma vez que impérios considerados como não periféricos também implementaram mudanças em seus centros de ensino, ou ao menos planejaram executá-las. Tal como em Portugal, a irrupção de novas concepções e relações políticas em França levaram à idealização de propostas para se reestruturar o ensino como um todo, inclusivamente o universitário. Mas, juntamente com o debatido processo de secularização do ensino e sua conseqüente tomada de controlo institucional por parte do Estado e de seus administradores diretos, as novas ideias acabaram por propagar tensões sociais que até então eram restritas ao litígio entre Igreja e Estado⁴⁷⁴.

Até princípios da segunda metade do século XVIII, esses projetos eram maioritariamente esboços gerais sobre o ensino ou códigos de conduta dedicados a educar jovens nobres. Em português, são incontornáveis obras como *Verdadeiro Método de Estudar*⁴⁷⁵, *Cartas sobre a Educação da Mocidade*⁴⁷⁶, e *Apontamentos para a educação de um menino nobre*⁴⁷⁷. Em França, essa situação não foi nada diferente, igualmente havendo todo um conjunto de textos a expor propostas e críticas à educação em geral. Todavia, apesar de algumas obras serem mais e outras menos moderadas, importa perceber que as críticas mais contundentes, como assinalou René Grevet, terminaram ignoradas pela historiografia da educação

⁴⁷³ J. J. Carvalhão Santos, “Rotina e renovação na Faculdade de Medicina”, vol. 1, pp. 136–142.

⁴⁷⁴ Para o caso francês, cf. René Grevet, “Réforme éducative et politique parlementaire en France (1753–1783)”, *Parliaments, Estates and Representation*, vol. 25, n. 1, 2005, p. 75; passim.

⁴⁷⁵ Luís António Verney, *Verdadeiro método de estudar*, vol. 2.

⁴⁷⁶ António Nunes Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a educação da mocidade [1760]*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, (Biblioteca do século XVIII, 2).

⁴⁷⁷ Martinho de Mendonça de Pina e Proença, *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

francesa⁴⁷⁸, o que acabou por criar uma ideia sobrevalorizada da educação naquele império.

Não que essas condenações estivessem alheias à sua própria conjuntura, pois tal como em Portugal, boa parte dessas críticas, especialmente as mais destemidas, eram parte direta de disputas por poder nas esferas política e religiosa⁴⁷⁹. Nesta avaliação do processo, é preciso relembrar o controlo cada vez maior da educação pelo Estado. Assim, para colocar estes debates no seu contexto, reproduzimos a seguir parte de um dos trechos trazidos por Grevet como forma de reforçar seu argumento pela necessidade de atentarmos para as vigorosas críticas que, em decorrência das referidas disputas políticas, a educação francesa setecentista também sofria: “[...] Todo o sistema de nossos estudos públicos é, em primeiro lugar, falso, em segundo lugar, muito imperfeito e muito limitado e, em terceiro lugar, não razoável em sua execução [...]”⁴⁸⁰.

Parece-nos haver claras semelhanças entre Portugal e França, seja nas disputas político-religiosas ou nas críticas ao ensino e às condições do império, feitas sobretudo por autores ligados à Ilustração⁴⁸¹. De qualquer forma, se esses debates gerais sobre a necessidade de mudanças no ensino eram proeminentes na primeira metade do século e que não tenham deixado de existir com o simples passar do tempo⁴⁸², o facto é que o aprofundar das discussões demandou a convivência com

⁴⁷⁸ René Grevet, “La réforme des études en France au siècle des Lumières”, *Revue Historique*, vol. 297, n. 1, 1997, p. 91.

⁴⁷⁹ René Grevet, “Réforme éducative et politique parlementaire en France (1753–1783)”, pp. 68–69.

⁴⁸⁰ Apud René Grevet, “La réforme des études en France au siècle des Lumières”, p. 91.

⁴⁸¹ Grevet não distinguiu estes críticos, chamando-os todos por apenas Jansenistas, em contraposição a seus opositores, os Constitucionalistas. Embora sua análise seja rica e esta divisão dicotômica seja efetiva para sua análise, parece-nos que a mesma acaba por limitar excessivamente estes grupos a grandes facções, permitindo-se assim à eliminação das singularidades e concepções pessoais de seus membros. René Grevet, “Réforme éducative et politique parlementaire en France (1753–1783)”, p. 70.

⁴⁸² Mesmo na segunda metade do século é possível ver influentes planos, embora genéricos, a discutir sobre a necessidade da instrução pública, mas com pouco espaço para temas como a educação médica. Para exemplos neste sentido, cf. Charles-Marie de La Condamine, *Lettre critique sur l'éducation*, Paris, Prault père, 1751; *Lettres sur l'éducation*, Paris, J.-B. Bauche, 1762; Jean-Baptiste-Louis Crevier, *De l'éducation publique*, Amsterdam, 1762; Louis-René de Caradeuc de La Chalotais, *Essai d'éducation nationale ou Plan d'études pour la jeunesse*, Genève, Chez Cl. & Ant. Philibert, 1763; Louis-Bernard Guyton de Morveau, *Mémoire sur l'éducation publique: avec le prospectus d'un collège*, 1764; Pierre-Paul Lemercier de La Rivière, *De l'instruction publique; ou Considérations morales et politiques sur la nécessité, la nature et la source de cette instruction. Ouvrage demandé pour le Roi de*

obras que, especialmente a partir dos anos 1760, passaram a tratar de temas mais específicos para nosso estudo, como são os planos de reforma universitária e a formação acadêmica em Medicina.

Assim, de propostas e críticas sobretudo acerca de uma educação nobre e geral⁴⁸³, passou-se a sugerir efetivas mudanças no ensino acadêmico. Destes primeiros projetos franceses com aportes mais específicos, mas ainda com resquícios dos planos mais genéricos, talvez o mais relevante tenha sido sugerido em 1775 por Denis Diderot à czarina Catarina II; um projeto de reforma pensado para ter aplicabilidade universal e não apenas ao império russo, muito embora esta suposta universalidade tivesse, na verdade, motivações e propósitos diretos na reorganização das universidades francesas⁴⁸⁴.

Consideramos a importância deste documento, pois apesar de ter permanecido inédito até o século XIX⁴⁸⁵, ele é parte de um crescente movimento por reformas educacionais, fortalecido nomeadamente pela expulsão dos Jesuítas, mas também devido à publicação da obra de Jean-Jacques Rousseau *Emílio, ou da educação* (1762)⁴⁸⁶. Diderot recomendou à czarina um modelo de universidade nova, dedicada a “tornar os homens virtuosos e esclarecidos”⁴⁸⁷ e reduzindo o uso das línguas clássicas no currículo e aumentando a aplicação da língua vernácula⁴⁸⁸.

Suède, Stockholm, Didot l’Ainé [Paris], 1775; Carpentier, *Nouveau plan d’éducation pour former des hommes instruits et des citoyens utiles*, Paris, Chez l’auteur, 1775; Jean Baptiste d’Agneaux Devienne, *Plan d’éducation, et les moyens de l’exécuter*, 2nd ed., Londres, 1775; Mathias, *De l’enseignement public*, Paris, Couturier, 1776.

⁴⁸³ Importa observar que diferentes proposições foram formuladas no mundo francês pré-revolucionário especialmente por pessoas e grupos ligados às administrações locais. Sobre este tema, cf. análise introdutória que segue: Dominique Julia, “Une réforme impossible: Le changement de cursus dans la France du 18ème siècle”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 47, n. 1, 1983.

⁴⁸⁴ Kathryn Aschheim, “Belles-Lettres and the University: Diderot’s *Plan d’une université ou d’une éducation publique dans toutes les sciences*”, *Yale French Studies*, n. 77, 1990, p. 63.

⁴⁸⁵ Robert Niklaus, “Le *Plan d’une université* de Diderot et le plan d’instruction publique de Condorcet mis en regard”, *Diderot Studies*, vol. 24, 1991, p. 107.

⁴⁸⁶ Kathryn Aschheim, “Belles-Lettres and the University: Diderot’s *Plan d’une université ou d’une éducation publique dans toutes les sciences*”, p. 61.

⁴⁸⁷ Denis Diderot, “Plan d’une Université pour le gouvernement de Russie: ou d’une éducation publique dans toutes les sciences”, in Jules Assézat and Maurice Tourneux (eds.), *Oeuvres complètes de Diderot: revues sur les éditions originales*, vol. 3, Paris, Garnier frères, 1875, p. 439.

⁴⁸⁸ É importante perceber aqui a temporalidade do pensamento do autor, uma vez que anos antes Diderot compreendia as línguas clássicas como algo perfeito, mas é patente em seu Plano a mudança de ideia, passando a preferir uma língua direta e útil. Para mais, cf. Kathryn Aschheim, “Belles-Lettres

Na visão do autor do *Plan d'une Université pour le Gouvernement de Russie*, eram mudanças necessárias para, em termos adaptados, “tirar as universidades francesas do atraso em que se encontravam”, ou conforme argumentou o próprio:

Carlos Magno, nascido num tempo em onde ler, escrever e balbuciar o mau latim não era um mérito comum, fundou nossa pobre universidade; ele a fundou gótica, ela continua sendo gótica como ele a fundou [...], pois] apesar de seus vícios monstruosos [...], devemos-lhe o nascimento de tudo o que se fez de bom desde a sua origem até agora⁴⁸⁹.

Assim, o princípio de utilidade pública ganhava espaço no pensamento educacional do autor, sobrepondo-se à antiga ideia erudita de perfeição do saber clássico⁴⁹⁰. Era uma concepção estatizante, como diversas outras daquela era, que defendia uma veemente participação do Estado no financiamento, estruturação e principalmente nas benesses dali auferidas, mas esta noção era, ao mesmo tempo, baseada numa preocupação com um ensino que efetivamente atingisse as elites, portanto universalizante (ainda que não igualitária⁴⁹¹). Daí sua rejeição a uma posição tão premente das línguas mortas, pois elas seriam “úteis apenas a um pequeno grupo de cidadãos”⁴⁹². Diderot formulou mudanças em todo o sistema universitário e embora tivesse afirmado que a Faculdade de Medicina praticamente não precisasse de emendas, pois era a melhor estruturada dentre as quatro (as demais eram Artes, Jurisprudência/Direito e Teologia), o facto é que ele propôs toda uma remodelação do curso⁴⁹³.

A começar pelo sentido geral de seu plano, onde a Faculdade de Artes (com proeminência para Geometria, Aritmética, Mecânica, Química e História Natural⁴⁹⁴)

and the University: Diderot's *Plan d'une université ou d'une éducation publique dans toutes les sciences*”, p. 67.

⁴⁸⁹ Denis Diderot, “Plan d'une Université pour le gouvernement de Russie”, vol. 3, pp. 434–435.

⁴⁹⁰ Robert Niklaus, “Le *Plan d'une université* de Diderot et le plan d'instruction publique de Condorcet mis en regard”, p. 112.

⁴⁹¹ Ainda que reduzidos, projetos igualitários, todavia, existiram. Cf. Nicolas Marie de Fleury, *Projet d'une école gratuite de sciences pour toutes les provinces du royaume où tous les citoyens, de quelque ordre qu'ils soient, trouveroient les secours de l'éducation*, 1761.

⁴⁹² Apud Andrée Bruel, “Quelques Idées de Diderot sur L'éducation: le Plan d'une Université pour le Gouvernement de Russie”, *The French Review*, vol. 5, n. 6, 1932, p. 486.

⁴⁹³ Denis Diderot, “Plan d'une Université pour le gouvernement de Russie”, vol. 3, p. 438.

⁴⁹⁴ René Grevet, “La réforme des études en France au siècle des Lumières”, p. 118.

seria a primeira e mais importante de seu utilitário e estatista sistema universitário, logo seguida pela de Medicina. Mas também porque o autor procurou definir o tempo de formação (7 anos) e a estrutura curricular dos cursos, chegando inclusive a recomendar uma maior liberdade para que os professores pudessem escolher os manuais a serem utilizados. Sua preocupação com a saúde dos povos, para além do já mencionado crescente interesse setecentista pela aplicação da prática no ensino acadêmico, o direcionou para um plano médico fortemente voltado para o corpo, da Anatomia à Cirurgia, passando essencialmente pela Clínica⁴⁹⁵; um cuidado tão veemente com o saber prático que ele chegou a sugerir, na contramão dos principais autores da época, que os charlatães talvez não fossem tão perniciosos quanto era suposto, já que a prática era a mãe da Medicina⁴⁹⁶.

Mas, ainda que significativo, o projeto de Diderot transitou entre enunciações genéricas e sugestões concretas de mudança no ensino acadêmico. Com o acirrar dos conflitos na França pré-revolucionária, estes planos se avolumaram ainda mais⁴⁹⁷, sendo que a quantidade de propostas não foi a única transformação, pois indicações de um conteúdo mais específico também foram acompanhadas de ideias cada vez mais diretas em defesa de uma sociedade sem privilégios, avolumando-se cada vez mais a defesa de uma educação efetivamente igualitária. Propostas como as de Diderot, Guyton de Morveau ou de Rolland d'Erceville, embora defendessem uma educação nacional, não viam com bons olhos a instituição de um ensino popular (obrigatório e gratuito)⁴⁹⁸, mas no curso dos debates revolucionários, o estabelecimento de um ensino primário gratuito, por

⁴⁹⁵ Denis Diderot, "Plan d'une Université pour le gouvernement de Russie", vol. 3, pp. 451–452, 499–505.

⁴⁹⁶ *Ibid.*, p. 499.

⁴⁹⁷ Na contabilização, já não tão recente, de Chevallier, Groperrin e Bernard, seriam pelo menos vinte e cinco propostas. Pierre Chevallier et al., "Les grands projets relatifs à l'Instruction publique", in *L'Enseignement français de la Révolution à nos jours*, Paris, Mouton, 1968, p. 23.

⁴⁹⁸ René Grevet, "Réforme éducative et politique parlementaire en France (1753–1783)", pp. 76–77; Félix Ponteil, "L'éducation nationale à la veille de 1789", in *Histoire de l'enseignement en France: les grandes étapes, 1789-1964*, Paris, Sirey, 1966.

exemplo, foi sugerido por Talleyrand (Charles Maurice de Talleyrand-Périgord) e, posteriormente, por Louis-Michel Lepeletier, ainda que com algumas restrições⁴⁹⁹.

Um dos exemplos mais significativos deste conjunto de propostas de remodelação, Félix Vicq-d'Azyr, então secretário da Société Royale de Médecine, apresentou em 1790 um plano médico à Assembleia Nacional nomeadamente defendendo a reestruturação do sistema médico-académico francês, propondo a concessão de maior autonomia aos professores, a união entre Medicina e Cirurgia, delimitando melhor o conhecimento considerado como indispensável para cada disciplina, elevando o nível de dificuldade dos exames e até mesmo sugerindo a formação de “oficiais de saúde”, ou seja, redistribuindo os médicos e cirurgiões pelo interior de modo a mitigar a carência dos agentes de cura⁵⁰⁰.

Vicq-d'Azyr, apesar de apresentar um plano com especial atenção para a população pobre, ainda acreditava nas vantagens das academias e sociedades como instituições melhor qualificadas para fazer progredir a Medicina e avançar a sociedade, até mesmo devido à sua posição na Société Royale de Médecine⁵⁰¹. Mas esta visão estava com os dias contados, pois em pouco tempo estas sociedades passaram a serem relacionadas com o mundo aristocrático e seus privilégios⁵⁰², portanto, com o antirrepublicanismo.

Esta nova sorte de planos ganhou força no contexto revolucionário francês ao ponto de se idealizar e aplicar o fim daquele sistema educacional, nomeadamente das instituições consideradas favorecidas⁵⁰³. Críticos como Antoine-François de

⁴⁹⁹ Félix Ponteil, “Projets révolutionnaires et premières réalisations, 1789-1800”, in *Histoire de l'enseignement en France: les grandes étapes, 1789-1964*, Paris, Sirey, 1966; Pierre Chevallier et al., “Les grands projets relatifs à l'Instruction publique”.

⁵⁰⁰ Félix Vicq-d'Azyr, *Nouveau plan de constitution pour la médecine en France*, Paris, 1790, p. 68–72; et seq.

⁵⁰¹ *Ibid.*, pp. 142–156.

⁵⁰² David M. Vess, “The collapse and revival of medical education in France: a consequence of revolution and war, 1789-1795”, *History of Education Quarterly*, vol. 7, n. 1, 1967.

⁵⁰³ Importa notar que também houve na península italiana um debate reformista, inclusivamente com propostas pelo fim das universidades. No entanto, Pruneri e Bianchi ressaltaram que os conflitos militares e a precária e breve vida das “repúblicas napoleónicas” não permitiram que estas discussões avançassem, de modo que as universidades não chegaram a ser encerradas. Para mais, cf. Fabio Pruneri and Angelo Bianchi, “School reforms and university transformations and their function in Italy from the eighteenth to the nineteenth centuries”, *History of Education*, vol. 39, n. 1, 2010, pp. 132–134.

Fourcroy, que temiam o restabelecimento de distinções para corporações de sábios e artistas, advogaram que os objetivos da República deveriam ser diferentes daqueles da Monarquia: “[...] evite a formação de corporações, a criação de privilégios, [...] o surgimento de um novo sacerdócio mais temível do que o antigo”⁵⁰⁴.

Como sublinhado anteriormente, as universidades não gozavam de prestígio unânime e foram verdadeiramente criticadas. Assim foi que Fourcroy repetiu a desaprovação de Diderot e igualmente rotulou estas instituições como “góticas”, acrescentando ademais o caráter elitista das academias e sociedades (mas não seu valor científico, ressalte-se)⁵⁰⁵, para então sublinhar um temor de se reestabelecerem privilégios então combatidos. A Nação, dizia ele, precisava, entre outros, de engenheiros para a construção de pontes e canais, de historiadores para celebrar as glórias e virtudes, de botânicos, mineralogistas e químicos que conhecessem as produções naturais do reino e das colônias para fazer melhor uso delas, da mesma forma que demandava médicos e cirurgiões para mitigar os males da guerra e as epidemias. Mas nada disso autorizava a formação de instituições privilegiadas⁵⁰⁶.

No entanto, pouco tempo depois, a necessidade forçou uma mudança nas propostas acima referidas. Apesar das críticas severas ao sistema educacional francês, as dificuldades trazidas pela guerra clamaram a urgência de se reabrir instituições de formação médica. Pois, como investigou David Vess, a carência de pessoal levada a cabo pelo colapso da educação sanitária após o fechamento das universidades, forçou antigos críticos a considerarem a reconstrução do sistema acadêmico francês⁵⁰⁷.

Neste contexto de revisão das propostas anteriores, Fourcroy ressaltou à Convenção Nacional que embora a destruição das escolas fosse vantajosa, pois iria

⁵⁰⁴ Antoine-François de Fourcroy, *Rapport et projet de décret sur l'enseignement libre des sciences & des arts*, Paris, De l'Imprimerie nationale, 1793, pp. 6–7.

⁵⁰⁵ *Ibid.*, p. 2.

⁵⁰⁶ *Ibid.*, p. 7–8; 10.

⁵⁰⁷ David M. Vess, “The collapse and revival of medical education in France”.

“exigir a sua reforma e melhoria”, o facto é que ela estava sendo “capaz de prejudicar a felicidade pública”⁵⁰⁸. Segundo ele, mais de seiscentos “oficiais de saúde” haviam perecido em dezoito meses⁵⁰⁹, daí a necessidade premente de reorganizar o ensino, e não simplesmente reabrir os antigos centros (universidades e colégios), pois conquanto o império francês tivesse anteriormente ao menos trinta instituições dedicadas à educação em saúde, nenhuma, segundo ele, efetivamente instruíra os princípios corretos das artes de cura⁵¹⁰. Não foi portanto em vão que este autor indicou temas essenciais a serem implementados nas *Écoles* centrais e professou o mote da nova educação médica francesa: “Pouco ler, muito ver e muito fazer”⁵¹¹; da mesmo forma que idealizou a conjugação da Cirurgia com Medicina, por serem ramos da mesma ciência⁵¹².

No contexto destas propostas de reforma, a participação ativa de Fourcroy no movimento ilustrado, conferiu-lhe alguma vantagem para que suas ideias fossem ao menos consideradas⁵¹³. Mas importa salientar que seu projeto esteve direcionado apenas para a capital francesa, tendo sido só depois que Montpellier, pela tradição e reputação, e Estrasburgo, pelo preparo em saúde militar e por estratégica geopolítica, foram incluídas enquanto outros centros a serem reabertos como *Écoles de Santé*⁵¹⁴.

Assim, apesar da profusão de planos de reforma, a França somente começou a implementar partes destes projetos devido à conjugação de uma série de fatores, a

⁵⁰⁸ Antoine-François de Fourcroy, *Rapport et projet de décret sur l'établissement d'une école centrale de Santé à Paris, fait à la Convention Nationale, au nom des Comités de Salut Public et d'Instruction Publique*, Paris, L'Imprimerie nationale, 1794, p. 3.

⁵⁰⁹ *Ibid.*, p. 2.

⁵¹⁰ *Ibid.*, p. 4.

⁵¹¹ *Ibid.*, pp. 8–9.

⁵¹² Segundo ele, estudar Medicina e Cirurgia “[...] separadamente é abandonar a teoria ao delírio da imaginação, e a prática à rotina ainda cega”. *Ibid.*, pp. 11–12.

⁵¹³ Johannes Büttner, “The programme devised in 1791 by Fourcroy for the establishment of clinical laboratories”, *Tractrix: Yearbook for the History of Science, Medicine, Technology and Mathematics*, n. 4, 1992.

⁵¹⁴ David M. Vess, “The collapse and revival of medical education in France”, p. 81. Em 1791, Guillotin propôs reabrir escolas centrais de medicina em Montpellier e Estrasburgo, bem como em Bordeaux. Seu plano, influenciado pelos ideais liberais, sugeria que os alunos formados poderiam praticar em qualquer local do império, diferente do que acontecia anteriormente. Para mais, cf. Joseph Ignace Guillotin, *Projet de décret sur l'enseignement et l'exercice de l'art de guérir: présenté au nom du Comité de salubrité*, Paris, De l'Imprimerie nationale, 1791.

saber, os próprios planos que costumavam circular (conferindo as bases teóricas para a mudança), a Revolução Francesa (a funcionar como um catalisador para as mudanças na educação médica) e a extrema carência de profissionais de cura justamente num contexto em que eram ainda mais precisos, já que o império estava em conflito, forçando ainda mais a demanda por mudanças. Uma manifesta diferença em relação a Portugal, pois ainda que fosse geral o descontentamento com o ensino em ambos impérios, o mundo francês provou-se mais problemático em implementar as reformas universitárias. Diferenças à parte, com a Revolução Francesa e o colapso do fechamento dos cursos académicos, este império viu-se obrigado a reformar o seu ensino médico, reabrindo instituições planeadas segundo as novas ideias republicanas. E, com todo o processo político-militar e de propaganda liberal que se seguiu, não foram poucos os países que implementaram o modelo francês de escolas centrais nos anos que se seguiram.

Contrariamente ao modelo francês, a Espanha viu-se a discutir projetos de reforma académica desde a década de 1760, sendo ainda durante este decénio (1769) que ocorre a aprovação do plano de estudos para a Universidade de Sevilha. Pouco tempo depois, em princípios da década de 1770, portanto, no mesmo período da reforma pombalina, seguiu-se a aprovação dos planos para as Universidades de Alcalá e Salamanca⁵¹⁵, sendo que ambos institutos acabariam por se tornarem modelares para as diversas instituições universitárias do império espanhol⁵¹⁶. Na América, importa ao menos referir, este processo foi múltiplo. Houve a repercussão nos espaços coloniais justamente entre os setores que defendiam as reformas universitárias discutidas nas universidades da metrópole, fossem estes membros de uma elite *Criolla* ilustrada ou parte de grupos de intelectuais europeus “esclarecidos”, sendo um exemplo neste sentido o plano (não aprovado) elaborado pelo Bispo de Quito José Pérez Calama⁵¹⁷. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer a

⁵¹⁵ Diana Soto Arango, *La reforma del plan de estudios del fiscal Moreno y Escandón 1774-1779*, Bogotá, Universidad del Rosario, 2004, p. 1.

⁵¹⁶ Antonio Álvarez de Morales, *La ilustración y la reforma de la Universidad en la España del siglo XVIII*, pp. 64–68.

⁵¹⁷ O autor procurou manter certas noções escolásticas “racionalizando-as”, especialmente quanto a necessidade de tornar o ensino académico em algo útil aos povos e aos governos, como se pode perceber na dedicatória à Dom Luis Muños de Guzman: “Nosso verdadeiro consolo [...] consiste na

componente autónoma de diversos projetos levados a cabo no continente; de produção e exportação de ideias, ao invés de sua mera importação ou readaptação. Este segundo segmento é especialmente perceptível pela participação de naturais da América em projetos de reforma para as universidades metropolitanas, nomeadamente aquele de Pablo de Olavide, mas igualmente por meio de diferentes tentativas de por em prática planos desenvolvidos por homens como Francisco Moreno y Escandón, Manuel Moreno ou Francisco José de Caldas⁵¹⁸.

As razões que levaram diferentes sectores da sociedade imperial hispânica a defenderem a implementação de reformas universitárias, caminham na mesma direção que Portugal e França. Semelhante ao que já discutimos anteriormente, também em Espanha os cursos eram caros⁵¹⁹, as universidades eram espaços privilegiados onde qualquer mudança era vista como uma significativa ameaça ao perfil social de seus membros⁵²⁰, que fazia com que de acordo com uma lógica de Antigo Regime, os professores permanentes recebessem substancialmente mais que os temporários⁵²¹. Não era de espantar, portanto, que as críticas a essa combinação

muito ilustrada educação política e literária, que Vossa Senhoria nos franqueia e proporciona com o enunciado Plano de Estudos”. José Perez Calama, *Plan de estudios de la Real Universidad de Santo Tomas de Quito*, Quito, [En la Imprenta de Raymundo de Salazar], 1791; José Perez Calama, *Bosquejo del modo facil; sólido, util, y agradable con que conviene establecer las sabatinas, o conclusiones en la Real Universidad; y en los Colegios de San Luis y San Fernando...*, Quito, En la Imprenta de Raymundo de Salazar, 1791. Sua ideia utilitária fica patente quando ele diz: “[...] a Filosofia, que não serve para dirigir o homem em si mesmo, e para o Governo dos outros, é inútil”. José Perez Calama, *Apendice al Plan de estudios para la Real Universidad de Quito... Parte Segunda*, Quito, En la Imprenta de Raymundo de Salazar, 1791, pp. 32–34; José Perez Calama, *Tercera parte del plan de estudios de la R[ea]l Universidad de Quito*, Quito, En la Imprenta de Raymundo de Salazar, 1792; Manuel Lucena Salmoral, “Una universidad mayor que nunca tuvo estatutos: Santo Tomás de Quito. Funcionó con unas constituciones provisionales sin aprobación real y afrontó tres reformas estatutarias que jamás entraron en vigor”, *Actas de las IV y V Jornadas sobre la presencia universitaria española en América (1990-1991)*, 1998, Alcalá, pp. 103–105.

⁵¹⁸ Para uma leitura introdutória, cf. Celina A. Lértora Mendoza, “Un Testimonio del Pensamiento Político Ilustrado Criollo: Manuel Moreno”, *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, vol. 16, n. 23, 2014; Bárbara Yadira García Sánchez, “La Educación Colonial en la Nueva Granada: entre lo doméstico y lo público”, *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, vol. 7, 2005; Diana Soto Arango, *La reforma del plan de estudios del fiscal Moreno y Escandón*.

⁵¹⁹ Antonio Álvarez de Morales, *La ilustración y la reforma de la Universidad en la España del siglo XVIII*, pp. 1–8.

⁵²⁰ *Ibid.*, pp. 27–28.

⁵²¹ George M. Addy, “The Reforms of 1771: First Steps in the Salamancan Enlightenment”, *The Hispanic American Historical Review*, vol. 41, n. 3, 1961, pp. 344–345.

de factores se avolumassem ao ponto de as ideias ilustradas ganharem espaço nos próprios informes oficiais que estas instituições encaminharam ao Estado⁵²².

É claro que além destes elementos, há que se observar também os interesses de grupos e pessoas, já que estes ilustrados autores, embora muito discordassem sobre como reformar o ensino académico espanhol⁵²³, coincidiam (tal como em Portugal e em França) em reclamar do péssimo estado em que se encontrava a educação do país⁵²⁴. E, principalmente, importa notar o empenho do próprio Estado em assumir o controle destas instituições, nomeadamente por meio da centralização e uniformização do ensino⁵²⁵.

À dianteira deste conjunto de críticas que inclusivamente chegaram a figurar nas notificações oficiais, o plano que o ilustrado Pablo de Olavide (1725-1803), um americano de origem, importa lembrá-lo, ajudou a elaborar, esteve entre os primeiros dentre estes projetos de reforma universitária, que se tornaria num dos mais influentes em Espanha⁵²⁶, apenas comparado ao de Gregório Mayáns y Sicar (1699-1781). As ideias de Olavide foram recebidas com interesse em Madrid, que as aprovou em 1769⁵²⁷. Em seu informe e plano de reforma⁵²⁸, endereçado em 1768 ao

⁵²² Antonio Álvarez de Morales, *La ilustración y la reforma de la Universidad en la España del siglo XVIII*, p. 63 et seq.

⁵²³ Morales notou a presença de forças dissonantes no seio das universidades espanholas e procurando responder aos debates acerca da decadência das universidades de então, o autor enfatizou a existência de diferentes planos e o facto de que as faculdades apresentaram divergentes projetos de reforma. Para mais, cf. *Ibid.*, pp. 102–103.

⁵²⁴ Antes de defenderem mudanças específicas, os planos de estudo apresentaram as suas justificações para a necessidade de reformas, sendo o mau estado do ensino académico a sua razão fundamental. Destes planos, destaque-se neste sentido os das Universidades de Sevilha, Salamanca e Granada. Fernando Liendo Tagle, *Pablo de Olavide y la nueva planta de los estudios*, p. 64 et seq.; *Plan de estudios de la Universidad de Salamanca, aprobado por el Consejo*, Madrid, En la Imprenta de Don Antonio de Sancha, 1772; *Real provision de su Magestad, y senores del Consejo por la que se establece el numero de catedras, y el metodo de ensenanzas y estudios que ha de haver desde su publicacion en la Real Universidad de Granada*, Madrid, En la imprenta de Blas Roman, 1776.

⁵²⁵ Antonio Álvarez de Morales, *La ilustración y la reforma de la Universidad en la España del siglo XVIII*, p. 29–32; 37; 47–50; 69–100; 105; 152.

⁵²⁶ *Ibid.*, p. 46.

⁵²⁷ Francisco Aguilar Piñal, “The project of Olavide”, in *History of the University of Seville*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1992.

⁵²⁸ Recentemente, este documento foi transcrito por Liendo Tagle, que editou-o juntamente com outros papéis centrais para se perceber a contribuição dos ilustrados na reformulação académica em Espanha. Fernando Liendo Tagle, *Pablo de Olavide y la nueva planta de los estudios*.

*Consejo de Castilla*⁵²⁹, Olavide criticou a divisão da Faculdade de Medicina em seitas, o que muito dificultaria o aprendizado porque não se seguiria os princípios da natureza, mas apenas a lógica interna destas concepções médicas⁵³⁰, condenando também os métodos anteriormente empregados⁵³¹. Ele não poupou esforços em criticar a universidade espanhola de então, e apresentou-a de modo tão negativo que não seria estranho relembrar as críticas analisadas acima. Ao argumentar que o escolasticismo não sairia facilmente destes centros, defendeu os benefícios que Espanha granjearia com a reforma:

Esta revolução escolar despertará nossos patriotas da profunda letargia em que jaz sepultada a vivacidade do engenho espanhol e, agitada inteiramente pelas preocupações da nossa antiga educação, se irá colocando a Nação com um rápido progresso em disposição para desempenhar um papel mais digno do que hoje representa no teatro literário da Europa⁵³².

Mas, para além da problemática situação das universidades e da efusiva crítica de seus detratores, o facto é que as fraudes atingiram uma posição incontornável. Assim, na conjuntura destas reformas, o Conselho interveio em 1770 alterando o sistema de ingresso e concessão de graus académicos. Criou-se uma regra para todas as universidades, acreditando-se que a uniformidade permitiria reduzir o acima discutido mercado de cursos (vide o exemplo de Gandía) e as suas

⁵²⁹ O facto de o plano ter sido encaminhado ao Conselho, chegou até a gerar alguma confusão, como notou Morales. Antonio Álvarez de Morales, *La ilustración y la reforma de la Universidad en la España del siglo XVIII*, p. 45; Pablo de Olavide, “Su progreso en el reinado de Carlos III: Real cédula de erección de la Universidad de Sevilla, siendo asistente Olavide”, in Pedro de Urquinaona (ed.), *La España bajo el poder arbitrario de la Congregación Apostólica*, 2nd ed., Paris, Librería Europea de Baudry, 1833.

⁵³⁰ Esta não era uma ideia nova. Anos antes, Mayáns y Siscar já havia publicado uma obra criticando os problemas do sectarismo na área: “[...] se tivessem que contrabalançar todas as razões de cada seita, não saberiam qual apoiar, porque cada uma parece, de acordo com seu sistema, seguir a verdade [...] com tantas glosas e comentários, as contradições e as vaidades aumentam muito mais; com as quais os intérpretes multiplicam as controvérsias e tornam a Medicina mais difícil”. O autor dividiu estas seitas criticando sobremaneira o uso irrestrito de autores como Galeno, afirmando: “Não há dúvida de que se os Galénicos soubessem o que acham que sabiam, eles seriam excelentes em sua Arte”. Gregorio Mayáns y Siscar, *El mundo engañado de los falsos medicos*, Valencia, Con licencia, em Val. por Ant[onio] Bordazar, 1729.

⁵³¹ Fernando Liendo Tagle, *Pablo de Olavide y la nueva planta de los estudios*, pp. 64–112.

⁵³² In *Ibid.*, p. 109.

fraudes, melhorando então a qualidade do ensino académico espanhol⁵³³. E mesmo antes de o Conselho propor tal mudança, Mayáns y Siscar já havia sugerido normas reguladoras para se evitarem fraudes. Em seu plano *Idea del nuevo método que se puede practicar en la enseñanza de las universidades de España*: “os livros de matrícula devem ter um certo número de linhas, listadas com chumbo, para que não possam ser adicionadas [novas inscrições] às últimas páginas”⁵³⁴.

Ao analisar comparativamente alguns planos espanhóis, Diana Soto Arango ressalta, todavia, que embora o plano de Olavide tivesse mantido os nomes das cátedras, acabou reorientando os conteúdos programáticos para saberes úteis, ao passo que os projetos reformistas de Alcalá e Salamanca continuaram a permitir o ensino da filosofia por ordens religiosas; portanto, um ensino escolástico. Além disso, ela ressalta que foram aprovadas três cátedras em Alcalá, sendo uma delas um curso completo de escolástica⁵³⁵.

No entanto, importa não deixar de perceber as contradições e conflitos destes documentos. O próprio projeto de Olavide apresentou uma proposta extremamente conflituante para a época, de uma universidade totalmente secularizada, o que atraiu a atenção e as críticas de diversos sectores académicos e religiosos, ao ponto de, ainda em 1784, o plano para a Universidade de Sevilha não ter sido efetivamente adoptado⁵³⁶.

Mais que isso, no plano de Valladolid, por exemplo, indicou-se a cadeira de Prima “de Avicena” para logo a seguir ser proposta a supressão deste autor naquela instituição⁵³⁷. O plano de Oviedo (1777) seguiu as diretrizes da Universidade de Alcalá (1774) e embora o curso médico não fizessem parte, naquela altura, das cátedras da universidade, foi solicitada a criação de cadeiras de Medicina e Cirurgia,

⁵³³ Ramon Aznar i Garcia, *Cánones y leyes en la Universidad de Alcalá durante el reinado de Carlos III*, Madrid, Universidad Carlos III de Madrid, 2002, (Historia de las Universidades), p. 55–57; 140.

⁵³⁴ Mariano Peset and José Luis Peset, *Gregorio Mayans y la reforma universitaria: “Idea del nuevo método que se puede practicar en la enseñanza de las universidades de España,”* Valencia, 1975, p. 184.

⁵³⁵ Diana Soto Arango, *La reforma del plan de estudios del fiscal Moreno y Escandón*, p. 49.

⁵³⁶ Francisco Aguilar Piñal, “La reforma universitaria de Olavide”.

⁵³⁷ *Metodo general de estudios por la Real Universidad de Valladolid*, Valladolid, en la oficina de Thomas de Santander, 1771, p. 31; 46; 62–65.

além de ter sido recomendada a uniformidade curricular nas universidades⁵³⁸. Mas juntamente com essas inserções ilustradas, foi igualmente proposta uma disciplina escolástica⁵³⁹.

Em Granada, propôs-se a criação de um Jardim Botânico, Museu de História Natural, Teatro Anatômico e demais unidades correspondentes, de modo bastante semelhante a outros projetos de reforma ilustrada, como o de Coimbra⁵⁴⁰. Mas os projetos não foram constituídos apenas por inovações, pois apesar da agressiva retórica Ilustrada, havia espaço para que autores como Hipócrates e Galeno convivessem nas renovadas faculdades médicas com Boerhaave, Haller, Boissier de Sauvages, bem como com Lineu, Buffon e Tournefort⁵⁴¹. Até mesmo a Universidade de Gandía, até então controlada pelos jesuítas, propôs a introdução de autores como Boerhaave⁵⁴².

Contradições que reforçam nosso interesse em fazer perceber que as reformas não foram simples processos de desenvolvimento sócio-educacional, ou mesmo da mera aplicação do Iluminismo, mas fizeram parte das disputas políticas entre Estado, Igreja e elites letradas. Tanto foi assim que houve resistência às medidas régias na Universidade de Alcalá, assim como em Sevilha, Salamanca e Valladolid⁵⁴³. Arango salientou as ressalvas à introdução de autores ilustrados nas

⁵³⁸ Justo García Sánchez, “Introdução”, in *Plan de Estudios de la Real Universidad de Oviedo, 1774. Reales Órdenes*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 2008; *Plan de estudios de la Real Universidad de Oviedo, mandado observar por los señores del Real y Supremo Consejo de Castilla en los doce de abril de mil setecientos setenta y quatro, y Reales Órdenes, en este, y otros asuntos comunicadas*, [Oviedo], En la Imprenta de Francisco Díaz Pedregal, Impresor del Principado de Asturias, y de esta Universidad, 1777.

⁵³⁹ Justo García Sánchez, “Universidad de Oviedo: Fuentes documentales y líneas de investigación”, in Luis Enrique Rodríguez-San Pedro Bézare and Juan Luis Polo Rodríguez (eds.), *Universidades hispánicas. Modelos territoriales de la Edad Moderna (II): Valencia, Valladolid, Oñate, Oviedo y Granada*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2008, p. 203; 196.

⁵⁴⁰ Inmaculada Arias de Saavedra, “La Universidad de Granada en la Época Moderna: Estudio y estado de la cuestión”, in Luis Enrique Rodríguez-San Pedro Bézare and Juan Luis Polo Rodríguez (eds.), *Universidades hispánicas. Modelos territoriales de la Edad Moderna (II): Valencia, Valladolid, Oñate, Oviedo y Granada*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2008, pp. 265–267.

⁵⁴¹ *Real provision de su Magestad, y senores del Consejo por la que se establece el numero de catedras, y el metodo de enseñanzas y estudios que ha de haver desde su publicacion en la Real Universidad de Granada*.

⁵⁴² Inmaculada Arias de Saavedra, “La reforma de los planes de estudio universitarios en España en la época de Carlos III. Balance historiográfico”, *Chronica Nova*, vol. 24, 1997, p. 16.

⁵⁴³ Ramon Aznar i Garcia, *Cánones y leyes en la Universidad de Alcalá durante el reinado de Carlos III*, pp. 108–127.

universidades de Alcalá e Salamanca⁵⁴⁴. Importa observar estas diferenças e vicissitudes na implementação de reformas académicas nas universidades de Espanha, especialmente porque este foi um conflituoso processo. Pois, como fez perceber George Addy, embora o sentimento de reforma estivesse espalhado pelos centros de ensino, a oposição ao mesmo não foi propriamente menor⁵⁴⁵.

Portanto, reiteramos não ser nosso objetivo estabelecer critérios para definir planos de estudos supostamente mais avançados, o que levaria a categorizações de nações mais ou menos desenvolvidas. Antes, importa-nos analisar estas mudanças e permanências, tendo especial atenção à dinâmica gerada pelo confronto de diferentes interesses no complexo cenário académico europeu, não descuidando de analisá-los comparativamente a Portugal. Neste sentido, as observações levantadas por investigadores da História da Universidade em Espanha é fundamental para percebermos igualmente o quanto procurou-se utilizar as reformas para, tal como em Coimbra, elevar o nível de dificuldade das faculdades e conseqüentemente – acreditavam os reformadores –, aumentar a sua qualidade.

As desarmonias entre um plano e outro, bem como as acima referidas resistências às medidas régias, passam assim a ser especialmente compreensíveis se observarmos que tais conflitos culminaram no fechamento de diversos centros de ensino académico espanhol em 1807⁵⁴⁶. Neste mesmo sentido, podemos igualmente analisar o caso das transformações na Valladolid da viragem do século, quando, embora por pouquíssimo tempo, a Junta do Protomedicato foi suprimida e os cursos

⁵⁴⁴ Diana Soto Arango, *La reforma del plan de estudios del fiscal Moreno y Escandón*, p. 45.

⁵⁴⁵ George M. Addy, "The Reforms of 1771", p. 363.

⁵⁴⁶ "Considerando o estado de degradação em que as Universidades de meus Reinos se encontram devido à falta de fundos [...] e de uniformidade e boa ordem nos regulamentos de estudos [...] resolvi que se reduza o número [de universidades] às de Salamanca, Alcalá, Valladolid, Sevilha, Granada, Valência, Zaragoza, Hueca, Cervera, Santiago e Oviedo, suprimindo as de Toledo, Osma, Oñate, Orihuela, Avila, Irache, Baeza, Osuna, Almagro, Gandía e Sigüenza; adicionando as suprimidas àqueles que permaneceram, de acordo com sua localidade e melhor proporção". Para mais, cf. *Real Cédula de S.M. y Señores del Consejo por la qual se reduce el número de las Universidades literarias del Reyno; se agregan las suprimidas á las que quedan, segun su localidade; y se manda observar en ellas el plan de Estudios aprobado para la de Salamanca, en la forma que se expresa*, Madrid, 1807.

de Medicina e Cirurgia unidos⁵⁴⁷. Mudanças que não alcançaram seus objetivos, se atentarmos para o facto de que, mesmo depois, em 1818, foi expedida uma nova ordem régia para que se executasse o plano de Salamanca de 1771 (revisado pelo de 1804)⁵⁴⁸.

Assim, embora os ilustrados tenham redigido seus anseios para a construção de um nova sociedade, as dificuldades existentes (algumas, como foi o caso das desigualdades sociais, nem sequer foram combatidas pelos primeiros reformadores) não deixaram simplesmente de existir, de modo que procedimentos costumários, como o estatuto de limpeza de sangue, continuaram presentes na vida dos académicos⁵⁴⁹. As contradições, mais que sinais de fraqueza ou atraso, alertam para a existência de marcados conflitos entre os diferentes sectores sociais, muito embora, tal como em outros contextos, fossem uníssonas as críticas à precária situação em que seus países se encontravam.

Portanto, não foi por acaso que as ideias de um Mayáns y Sicar, ou de um Pablo de Olavide, ainda que não tivessem sido de todo desconsideradas, terminaram igualmente não sendo completamente implementadas⁵⁵⁰. Ao mesmo tempo, além da questão da unicidade institucional, embora não pareça acurado atribuir exclusivamente a Pombal os louros da reforma coimbrã, que frequentemente leva seu nome como referência, não podemos deixar de notar, seguindo as indicações dos irmãos Peset, que seu poder auxiliou de forma determinante no desenrolar e efetivação da reforma da Universidade de Coimbra, apesar de todos os obstáculos que se seguiram⁵⁵¹. Dificuldades que se mostraram especialmente destacadas para outros contextos, como foi o caso dos impérios aqui debatidos.

⁵⁴⁷ Margarita Torremocha Hernández, "Intentos de reforma en la universidad de Valladolid durante el reinado de Carlos IV", in Pere Molas Ribalta (ed.), *La España de Carlos IV*, Madrid, Tabapress, 1989, pp. 266–267.

⁵⁴⁸ *Reales órdenes D.S.M. relativas al restablecimiento y ejecución del Plan de Estudios del año de 1771 dirigidas a la Universidad de Salamanca, mandadas imprimir por el Claustro pleno celebrado en 25 de noviembre de 1818*, Salamanca, en la oficina de Vallegera, impresor de la Universidad, 1818.

⁵⁴⁹ Francisco Aguilar Piñal, "La reforma universitaria de Olavide", p. 45.

⁵⁵⁰ Juan Luis Castellano, "Las nuevas ideas pedagógicas y la reforma de Olavide".

⁵⁵¹ Mariano Peset and José Luis Peset, *Gregorio Mayans y la reforma universitaria*, p. 162.

Considerações finais

Perceber o universo das universidades setecentistas, especialmente nos espaços frequentados pelos *montpellerinos*, é importante por permitir a compreensão do contexto em que estes luso-brasileiros se formaram. Enquanto parte significativa da vida ativa destes homens de colónia, o universo académico representava as primeiras e mais marcantes relações socioprofissionais que estes súditos americanos da coroa lusa passariam a vivenciar. Conexões, que para muitos deles se alargaram num futuro não muito distante, confluindo em indicações, nomeações para postos em hospitais, jardins botânicos, em viagens filosóficas ao serviço régio, e até mesmo, como se verá no capítulo quarto, na conformação de ideias contestatórias da posição social dos súditos coloniais.

Por isso, procuramos debater neste capítulo, não apenas a Universidade de Coimbra e sua reforma, mas comparar seu mundo, cheio de críticas e desejos de melhoria, com o dos principais centros de formação médica do continente europeu. A estas regiões afluíram a imensa maioria daqueles que decidiram não realizar a sua formação em Coimbra. Tais debates, que necessariamente demandam a discussão acerca do impacto da Inquisição nas escolhas destes estudantes, bem como da interferência do Estado na instituição universitária, criam a possibilidade de observar mais de perto as escolhas de um grupo de jovens que decidiu se formar pela faculdade de Medicina de Montpellier.

É claro que existem elementos pessoais e de família a serem considerados (vide capítulo 4), mas parece-nos que, ao se observar nomeadamente o aspeto académico, tantas vezes relegado em detrimento das razões políticas e religiosas, fica explicitada não apenas a centralização e a secularização universitária concomitantemente decorridas no período, mas principalmente as consequências que tais processos trouxeram para os estudantes de então.

A relativamente baixa qualidade do ensino e os altos preços, somados à carência de pessoal docente foram fatores decisivos na escolha da universidade. Vários foram aqueles que, em contexto europeu, migraram para centros de baixa qualidade de ensino, mas que, ao menos, garantiam a formação e o baixo custo.

Sabedores destas realidades, os luso-brasileiros que foram para Montpellier decidiram ir para uma instituição relativamente barata, com credenciais de qualidade e prestígio, num meio extremamente marcado pela decadência do ensino.

Por isso também pareceu-nos necessário discutir as reformas, especialmente numa abordagem comparativa e não apenas coimbrã, pois parte significativa das ideias ilustradas que estes alunos discutiram passaram-se primeiramente entre um debate académico; e outro, sendo a condição e melhoria do ensino (inclusive em relação à formação utilitária e de homens ilustrados) um dos temas mais caros do Iluminismo, nos mais diferentes impérios. É verdade que os reflexos da reforma académica criou uma realidade distante daquela que os reformadores projetaram implementar, mas nem por isso escaparam aos olhares de incerteza: enquanto Coimbra vivia sob o espectro da reforma e da continuação do trabalho “pombalino”, sabemos que a França da Universidade de Montpellier apenas debatia possibilidades, até então bastante remotas.

A fúria inquisitorial, os anseios sediciosos e os interesses pessoais certamente contribuíram, em diversos casos, para a escolha de qual universidade cursar. O estudo que se pretendeu realizar neste capítulo sugere, contudo, que foram igualmente determinantes a qualidade e o prestígio do centro de ensino, o preço, a duração do curso médico e as turbulências de uma universidade em reforma. Em outras palavras, não negamos a importância das razões políticas e religiosas, mas estas não foram as únicas razões para a internacionalização universitária, como igualmente não foram para a escolha de Montpellier.

A Medicina dos *montpellerinos*

Introdução

Desde o ano de 1773 era obrigatório na Faculdade de Medicina da Universidade de Montpellier que os alunos defendessem e imprimissem as suas teses de *Baccalauréat*, processo semelhante a um exame de graduação para os dias atuais⁵⁵². Estes textos foram praticamente todos publicados em latim⁵⁵³, sendo que nossa hipótese para explicar tal permanência se baseia justamente no “peso da tradição”, conforme tivemos a oportunidade de discutir anteriormente (capítulo anterior). Não obstante o crescente número de críticas à sua utilização, especialmente porque passou-se a considerar despropositada a utilização de uma língua complexa e de difícil acesso, este idioma ainda gozava de algum prestígio nos bancos acadêmicos. Assim, o latim continuou a ser amplamente utilizado até fins de século, apesar de ser cada vez mais frequente a sua substituição em favor do francês. Situação exemplar desta mudança lenta, a tese do “Sr. T.” (Guillaume-Jean Taillefer) sobre a influência do clima na fisiologia humana (*L'influence du climat sur l'espèce humaine, essai physiologique*, 1783) até foi publicada em vernáculo, mas era na verdade uma segunda edição traduzida do latim.

Um tal entendimento não nega a importância desta língua clássica enquanto instrumento essencial para a difusão dos saberes acerca do mundo natural, incluídos evidentemente os seres humanos; e não apenas para períodos anteriores, pois o idioma latino claramente auxiliou a disseminação de ideias durante o século XVIII. Sabe-se que, por muito tempo, a publicação de um texto em latim era fator suficientemente dignificante para garantir a entrada de seu autor no mundo seletivo e elitista da República das Letras⁵⁵⁴. Mas esta sociedade difusa⁵⁵⁵ não era imutável, de

⁵⁵² Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle*, p. 261.

⁵⁵³ É a primeira vez que o conjunto das teses destes alunos luso-brasileiros foi traduzido, mas todas foram originalmente publicadas em latim.

⁵⁵⁴ Isabelle Pantin foi quem chamou nossa atenção para este elemento específico da utilização do latim no conjunto da sociedade letrada da Europa moderna. Isabelle Pantin, “The role of translations in European scientific exchanges in the sixteenth and seventeenth centuries”, in Peter Burke and R. Po-

modo que no período analisado pode-se ver o crescimento exponencial da preferência pelo uso da língua nacional em detrimento da latina. Assim foi que faculdades recém-criadas e com menor ou nenhuma tradição acadêmica abandonaram a publicação de textos em latim para fazerem-no em vernáculo. Ao contrário do que ocorreu em Edimburgo, houve na Faculdade de Medicina da Universidade da Pensilvânia um número consideravelmente maior de teses publicadas em inglês em detrimento das editadas em latim. De igual modo, a ampla difusão da língua vernacular nas faculdades francesas após a Revolução assinala bem esta mudança de perspectiva.

Embora frequentemente de tamanho diminuto, as dissertações defendidas em Montpellier permitem perceber as preocupações teórico-práticas no seio da referida instituição setecentista. Esta reduzida extensão estava especialmente relacionada com a intenção dos textos. Dava-se preferência à argumentação oral, de modo que diversas teses foram apenas resumos, indicadores das ideias gerais que o autor discutiria a seguir. Era, portanto, um raciocínio diferente do atual, com a exposição oral a apresentar uma importância incomparável em relação à escrita da tese. Assim, importa ter presente que estes textos tinham uma intenção complementar, sendo esta a razão primeira para explicar alguns casos de dissertações tão resumidas e circunspectas.

chia Hsia (eds.), *Cultural Translation in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, p. 179.

⁵⁵⁵ Talvez o conceito que melhor explique a República de Letras seja o de *comunidades imaginadas*. A ideia tem sido cada vez mais utilizada, ao ponto inclusive de se perder seu sentido e força conceitual. Acadêmicos como Peter Burke e Robert J. Mayhew passaram a empregar o termo numa acepção mais larga, prestigiando mais a concepção genérica de Benedict Anderson e menos seu uso como instrumento de análise do nacionalismo. Apesar disso, sua utilização não nos parece totalmente apropriada, pois embora se enquadre no conjunto “imaginado” — Anderson qualifica praticamente todas as comunidades como imaginadas (p. 6) —, não se pode esquecer que seu conceito está fundamentalmente associado ao nacionalismo, enquanto que a República de Letras era uma comunidade de letrados essencialmente transnacional. Benedict Anderson, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, London; New York, Verso, 1991. Para os demais textos referidos, cf. Robert Mayhew, “Mapping Science’s Imagined Community: Geography as a Republic of Letters, 1600-1800”, *The British Journal for the History of Science*, vol. 38, n. 1, 2005; Peter Burke, “The Republic of Letters as a communication system: An essay in periodization”, *Media History*, vol. 18, n. 3–4, 2012. O texto de Burke, “A República das Letras Europeia, 1500-2000”, publicado na revista *Estudos Avançados*, parece ser uma adaptação em português ao utilizado aqui.

Procurando analisar o conjunto das teses *montpellerinas*, Hélène Berlan produziu um quadro analítico deste *corpus* documental. Cotejando-o com dicionários especializados da época, a autora dividiu-as em grandes domínios, a saber: Patologia, Fisiologia, Terapêutica, Cirurgia, Matéria Médica, Higiene, Química e, por fim, Literatura Médica⁵⁵⁶. Diante das dificuldades em se seguir tal delimitação, nomeadamente pelo facto de que uma tese poderia enquadrar-se em mais de um domínio, optamos por não proceder à integração das teses dos estudantes *montpellerinos* neste conjunto esquemático, evitando reduzir as complexidades internas destes textos. A dissertação de Vicente Gomes da Silva sobre a lepra, por exemplo, poderia tanto ser enquadrada no campo da Literatura Médica, quanto da Patologia; e a de Inácio Ferreira da Câmara sobre a substituição de mercúrio em favor de fitoterápicos poderia ser classificada, ao mesmo tempo, no domínio da Terapêutica e da Matéria Médica. Além disso, diversos destes textos permitem perceber as confusões nosológicas de então, que levava a que doenças distintas fossem classificadas como semelhantes e vice-versa⁵⁵⁷.

Importa ressaltar ainda que a análise de Berlan difere não apenas metodologicamente, mas também quanto aos objetos de análise e objetivos aqui propostos, justificando-se tal aporte justamente pelo facto de que seu trabalho abordou todo o conjunto documental da Faculdade de Medicina de Montpellier. Em nosso caso, analisaremos neste capítulo as “compreensões médicas” dos *15 de Montpellier*, observando apenas tangencialmente o quadro produzido pela autora citada. Ou seja, levaremos em consideração os grandes domínios estabelecidos por Berlan como aqueles presentes no *corpus* documental daquela faculdade médica ao examinar as teses dos alunos luso-brasileiros, mas enquadrar seus textos em tais critérios não será preocupação nossa. Para fundamentar tal decisão, basta observar o caso do trabalho defendido por Vicente Gomes da Silva sobre a lepra. Seu título

⁵⁵⁶ Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle*, p. 264.

⁵⁵⁷ Como se verá adiante, o escorbuto foi descrito por António de Oliveira Mendes como uma doença diferente do *mal de Luanda*. José António Mendes não chega a confundir, mas cria uma diferenciação bastante confusa entre a erisipela e o fleimão, chegando a afirmar que esta última podia se tornar uma “erisipela flegmonosa ou fleuma erisipelatosa”. A diferença entre ambas dar-se-ia pelas características singulares de cada uma, já que a primeira afetava a pele e a segunda poderia avançar corpo adentro. José António Mendes, *Governo de Mineiros*, pp. 2–9.

fazia referência direta à elefantíase, mas não advertia que se tratava na verdade da *elephantiasis graecorum*, outra maneira de se referir à lepra, tema real de seu texto.

Procuraremos perceber se houve e, neste caso, quais foram os pontos de contacto com as teorias médicas mais consagradas na Academia em fins de século. Em outras palavras, perceber suas ideias médicas e os embasamentos teóricos que os motivaram a conceber as doenças, as terapias e a fisiologia humana da forma como fizeram comporá parte importante de nossa discussão. No entanto, reiteramos que nosso objetivo será o de discutir as ideias apresentadas nas teses dos *montpellerinos* estudados. Ou seja, não se fará um resumo indiscriminado das filosofias médicas sobre patologias, terapêuticas e noções do corpo presentes no período. Elas serão discutidas necessariamente à medida em que estes autores nascidos na América formularem argumentos de concordância ou desentendimento de tais noções. Assim, apesar de sabermos que, de forma geral, as interpretações hipocrático-galénicas ou as readaptações de Boerhaave foram significativas para o período, estas somente serão tratadas caso haja alguma referência, ainda que indireta, à questão.

Os textos analisados serão mais precisamente as suas monografias de curso, que sobreviveram ao tempo, encontradas no *Fonds Anciens* da Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de Montpellier⁵⁵⁸. Neste universo documental há que ter em consideração que Domingos Vidal Barbosa Lage foi para Bordeaux, Eleutério José Delfim não finalizou o curso e a tese de Joaquim Inácio de Seixas Brandão oficialmente perdeu-se. Por isso, fomos obrigados a eliminá-los de nosso estudo. Além disso, não tivemos a possibilidades de analisar para o presente momento os textos de Faustino José de Azevedo e de José Joaquim Vidigal de Medeiros, por não ter sido possível encontrá-los no referido arquivo, embora tenha sido apontado que eles discutiram, respetivamente, a epilepsia e a erisipela na

⁵⁵⁸ Há teses em mais locais, mas o arquivo de Montpellier possui todas aquelas que se encontram em outros depósitos. Estes textos fazem parte dos seguintes acervos: John Carter Brown Library, Bibliothèque Nationale de France, Biblioteca Joanina – Universidade de Coimbra.

face⁵⁵⁹. Sendo assim, de um total de quinze estudantes, iremos examinar dez textos, todos originalmente escritos em latim e disponíveis em português nos Apêndices⁵⁶⁰.

Como se perceberá ao longo deste capítulo, são dissertações com temas e abordagens muito divergentes entre si. Podemos notar que, de um modo geral, as teses defendidas pelos estudantes portugueses (incluídos também os lusos nascidos no reino, que, entre outros temas, examinaram a enterite e a varíola) discutiram patologias, embora propostas terapêuticas também tenham sido feitas. No entanto, mesmo aqueles que dissertaram sobre estes campos (patologia e terapia) trataram de padecimentos diferentes de forma distinta e as duas teses que tocaram no tema das influências do calor seguiram caminhos que as distanciou substancialmente. Assim, não há uma prevalência temática neste conjunto de discussões produzidos pelos médicos luso-brasileiros, à exceção da erisipela que contou com dois trabalhos dedicados à moléstia.

Portanto, teremos a oportunidade de perceber ao decorrer deste texto que, ao menos quanto às questões exclusivamente médico-acadêmicas, não houve unidade entre os dez textos que pudemos analisar. Com isso, importa ressaltar a necessidade de se fazer a interpretação de cada uma destas teses de forma desagregada, uma vez que o elemento de uniformidade destes trabalhos foi justamente sua divisão temática e de abordagem. Há, por exemplo, estudos sobre o abuso de mercúrio e sobre a lepra, acerca da tuberculose e da inoculação da varíola, do calor na formação de doenças e uma, a mais conhecida e única traduzida até o momento, em que se discute a influência do oxigênio na economia animal.

Além da crítica interna, analisaremos estas fontes utilizando os textos citados nas teses, de forma a perceber nas dissertações dos *montpellerinos* a influência de autores que, à época, eram autoridades em seus temas. Com isso, se pretende criar condições para igualmente analisar em que medida estes alunos estavam conscientes das discussões mais recorrentes naquele momento. O presente capítulo tentará, portanto, discutir as ideias destes estudantes ainda tão desconhecidos.

⁵⁵⁹ Louis Dulieu, “Aperçu sur les relations entre l’Amérique et l’Ecole de Médecine de Montpellier”, p. 230.

⁵⁶⁰ As traduções foram realizadas por Adriano Aprigliano, a quem muito agradecemos.

Assim, procuraremos verificar, por exemplo, a existência, ou não, de relações entre a realidade tropical e a escolha dos seus temas de tese; suas eventuais inserções nas políticas imperiais; suas possíveis contribuições e inovações; ou mesmo se e de que forma a escolha do objeto de análise influenciou seus trabalhos futuros. Todavia, importa deixar claro que este enquadramento analítico não se fará presente em todos os textos, uma vez que, como acabamos de informar, seus trabalhos eram muito diversos, sendo que alguns deles apenas enunciaram aforismos sem qualquer discussão ou apreciação textual suplementar, o que impossibilita análises tão específicas nestes casos.

Reconhecemos que seria importante cotejar este conjunto de temas com os trabalhos dos alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, mas como ainda não há estudos tão completos como os de Hélène Berlan para a instituição portuguesa, não será possível realizar esta comparação com o centro coimbrão. Ou seja, não é que não tenha existido em Portugal uma política semelhante à francesa. Na nossa opinião houve⁵⁶¹, mas a questão ainda carece de uma sistematização e de discussões específicas. Em solo luso a recomendação da publicação dos melhores trabalhos foi apresentada pela coroa à Universidade em 1787 num tom especialmente enfático destinado a valorizar as capacidades dos súbditos do império em produzir conhecimento e ciência útil:

[...] A Sua Majestade é presente que nessa Universidade de Coimbra se conservam muitas e muito dignas dissertações, que nos atos grandes e exames privados se fizeram desde a nova fundação da Universidade, em todas as faculdades académicas; as quais achando-se guardadas que sejam dadas à Luz e que façam ver com crédito da Universidade que *não são só os doutores das Universidades da Alemanha os que podem encher de Luzes científicas os outros países* pelo meio da profusa multidão de Disputações que espalham [...]; e dividindo-as pelas faculdades a que toca, encarregue as Congregações delas do exame e separação daquelas que se acharem mais dignas dessa publicação [...] e depois de assim

⁵⁶¹ O catálogo de manuscritos da Universidade informa diversos documentos inéditos, produzidos pelos alunos da Faculdade de Medicina de Coimbra.

escolhidas, revistas e castigadas [debatidas] se reduzam a coleções distintas e, de cada uma faculdade, se hajam de imprimir [...]”⁵⁶².

Assim, apesar de os estudos de Hélène Berlan nos poderem servir de modelo, as nossas comparações não serão realizadas acompanhando totalmente seu trabalho. A autora desenvolveu a sua investigação para o caso específico de Montpellier, de modo que elementos significativos para a nossa tese não eram igualmente relevantes para a sua pesquisa ou vice-versa. Perceber tais diferenças não implica em procuramos salientar alguma carência em seu trabalho, antes pelo contrário. Reiteramos aqui a utilidade de sua pesquisa, realçando que as discrepâncias em nossos objetos e métodos obrigam-nos a não acatar completamente seu modelo. Por isso consideramos que a autora estudou elementos específicos ao seu universo de trabalho, quando relaciona a grande quantidade de discussões abordando doenças venéreas no centro *montpellerino* com a vida quotidiana da cidade, onde militares, estudantes e prostitutas ocupariam um lugar de preponderância⁵⁶³. Em outras palavras, para este estudo, além das questões levantas por ela, também precisamos considerar fatores como a vida nas aldeias, vilas, cidades da América.

Por meio do trabalho desta investigadora, podemos notar, por exemplo, que apesar de ser especialmente importante para as economias marítimas, o escorbuto foi um tema pouco debatido naquele centro médico. No entanto, a ausência do tema talvez possa ser explicada pelo facto de que os principais afetados fossem povos reduzidos à escravidão, militares em circunstâncias específicas ou as “gentes do mar”. A razão pela qual José Joaquim de Carvalho escolheu tratar do *mal de Luanda* extrapola as fronteiras analíticas desta investigadora. Desta forma, apesar de não discordarmos de sua análise, parece-nos que, ao menos para o caso dos estudantes luso-brasileiros, a realidade vivenciada na América – caracterizada por altos índices de pessoas infectadas por doenças venéreas⁵⁶⁴ – é especialmente

⁵⁶² *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina*, p. 17r–17v. Grifos nossos.

⁵⁶³ Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle*, p. 271.

⁵⁶⁴ Embora considerável, Santos Filho ressalta que houve exagero na identificação do “mal gálico”, como era usualmente chamada a sífilis. Lycurgo de Castro Santos Filho, “A medicina da época”, p. 3; Gilberto Freyre, *Casa grande & senzala*.

significativa para explicarmos o que teria levado os estudantes luso-brasileiros a escolher umas temáticas em detrimento de outras.

De outra parte, além de considerar as realidades locais na nossa análise, não excluiremos decisões políticas que possam igualmente ter contribuído para a escolha do tema de tese. Em outras palavras, e ainda utilizando o caso das doenças venéreas, nota-se que o estabelecimento e aumento de leitos em hospitais de Montpellier para atender a alta demanda de pacientes sífilíticos e com moléstias correlatas acabaram por criar melhores condições de ensino e de prática médica nos alunos da faculdade. Nas palavras de Berlan, esta conjetura significou “um magnífico laboratório de observações para este tipo de afeções”⁵⁶⁵. Assim, a um outro nível, notamos igualmente que a implementação de políticas de saúde pública específicas por parte da coroa lusa poderá ter influenciado a escolha de Francisco Arruda da Câmara sobre inoculação da varíola.

Quanto à inserção destas teses numa história global, como recentemente se tem proposto para a história da Medicina e das doenças⁵⁶⁶, importa referir que consideramos os possíveis distintos elementos nacionais, imperiais, globais e de “história colonial” e “neocolonial”. No entanto, ressaltamos que uma abordagem “global”, seja por integrar temáticas partilhadas por estudantes de origens diversas, ou pela interconexão de muitos destes alunos numa escala atlântica, não pode deixar de notar os diferentes motivadores locais e coloniais. Ou seja, o facto de uma doença ou terapia ser ligada a outras regiões não pode anular sua (marcante) presença regional, ainda que esta não seja conectada numa escala supranacional.

Exemplares neste sentido foram as endemias na América, os produtos naturais com aplicação farmacológica levados para a Europa e o interesse em se empregarem no serviço do império. Particularmente atentos às mazelas que influenciavam a economia da colónia americana, estes alunos estabeleceram uma relação entre as teses e as “necessidades” imperiais: os trabalhos escritos em contexto colonial, ou tendo esta zona por foco, responderam a uma demanda pelo

⁵⁶⁵ Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle*, pp. 271–272.

⁵⁶⁶ Mariola Espinosa, “Globalizing the History of Disease, Medicine, and Public Health in Latin America”, *Isis*, vol. 104, n. 4, 2013.

conhecimento das doenças e por suas consequências na economia colonial escravagista. Tomemos de exemplo o sentido patriótico e imperial de Vicente Gomes da Silva⁵⁶⁷. O facto de a enfermidade afetar as comunidades luso-brasileiras foi decisivo no seu trabalho acerca da moléstia hoje conhecida por hanseníase. Não apenas a escolha deste tema, mas a forma como seu autor procurou identificá-la e sublinhar meios de cura adaptados à realidade colonial permitem notar a relação entre o sentido de império, a vida na América e a escolha do tema de tese.

De outra parte queremos relevar que, ao integrarem o trânsito atlântico e mundial, as plantas colhidas no Novo Mundo também não foram alijadas de seu universo local. Pelo contrário, é preciso perceber que elas passaram a fazer parte das (novas) esferas imperiais, tanto no campo político quanto no da saúde, mas de modo algum deixaram de continuar a ser significativas na vida das populações que as tinham como parte de seu universo terapêutico. Assim percebemos também a crescente marcha de luso-brasileiros com destino a Coimbra (vide capítulo anterior), onde a inserção numa escala imperial chegou a alterar, na transição do século XVIII para o XIX, as ideias políticas coloniais e nacionais, embora não tenha deixado de ser fortemente motivada por interesses individuais de ascensão social. Em outras palavras, o que percebemos e procuramos enfatizar é a correlação entre estas esferas, especialmente porque as teses dos estudantes luso-americanos em Montpellier integraram, em grande medida, diferentes aspetos destes universos local, atlântico e global.

Essa nossa posição não é propriamente nova, pois já foi apontada por Ângela Domingues justamente quando a investigadora analisou as contribuições das políticas públicas de higiene, os apoios dos estados absolutistas (em escala global pouco importaria se apenas um império tomasse medidas profiláticas e, naquele momento, só o estado tinha capacidade de arregimentar esforços para investigar, divulgar sobre e combater os achaques) e a atuação das pessoas em diferentes

⁵⁶⁷ Percebemos esta realidade por meio da análise de Stephen Snelders para o caso da possessão holandesa do Suriname. Para tal, cf. Stephen Snelders, "Leprosy and slavery in Suriname: Godfried Schilling and the framing of a racial pathology in the Eighteenth Century", *Social History of Medicine*, vol. 26, n. 3, 2013.

escalas de ação⁵⁶⁸, ao que acrescentaríamos os grupos institucionalizados em academias e sociedades.

Neste sentido, a abordagem aqui realizada tem o cuidado de não transformar preocupações historiográficas contemporâneas em algo mais importante que as próprias teses destes luso-brasileiros⁵⁶⁹. Ou seja, temos intentado ressaltar as limitações historiográficas da retórica de atraso e da subsequente minoração da Ilustração Ibero-Americana, mas não podemos “internacionalizar” estes alunos sobrevalorizando seus aspetos intercontinentais e europeizados, deixando de perceber que suas teses e biografias foram profundamente devedoras duma realidade colonial luso-brasileira e imperial portuguesa de que faziam parte.

Para deixarmos ainda mais clara nossa proposta de análise, tomemos de exemplo uma enfermidade como o escorbuto, que atacou pessoas das mais diferentes origens e que arrasou ou desalentou tripulantes das mais imponentes naus. Uma história desta doença não pode ser discutida observando-se apenas um ângulo da questão. Ela certamente não se prende apenas à realidade imperial portuguesa, da mesma forma que o *mal de Luanda*, como também era conhecida, igualmente não recebeu esta denominação pela simples comercialização de bens materiais em portos d’África. Procuramos, portanto, valorizar a inter-relação destas camadas imperiais, coloniais e globais, tanto pelos aspetos intercontinentais da doença e de “sua” relação com o mercado negreiro, como também pelas propostas de cura e experiências médicas observadas pelos autores da América lusa. Esta imbricada relação não ocorre apenas com a história do escorbuto, pois está presente

⁵⁶⁸ Ângela Domingues, “The Portuguese discoveries and their influence on European medicine”, in *Workshop Plantas Medicinais e Fitoterapêuticas nos Trópicos*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2008, p. 10.

⁵⁶⁹ Mariola Espinosa percebeu diferentes esferas na historiografia das doenças, da Medicina e da Saúde Pública na América Latina. Embora não tenha apontado literalmente um hierarquia entre as abordagens nacionais, coloniais, neocoloniais e globais, sua análise termina por fazer tal distinção quando a autora conclui que a abordagem global teria potencial para contribuir para descentralizar as discussões historiográficas. Assim, se se fosse seguir plenamente a promissora visão de Espinosa, necessariamente trataríamos as teses destes alunos sob o plano do global, sobrevalorizando suas contribuições e inovações, mas deixando de perceber as motivações e eventos pouco interconectados com tal esfera de ação, o que, a nosso ver, colocaria uma agenda histórica/política acima da história destes estudantes. Para mais, cf. Mariola Espinosa, “Globalizing the History of Disease, Medicine, and Public Health in Latin America”.

nas outras teses aqui discutidas. Na nossa opinião, a erisipela, a elefantíase ou a varíola, por exemplo, não podem ser pensadas apenas no quadro das teorias médicas presentes na universidade francesa, nem tão-pouco exclusivamente baseadas na vida ao redor dos domínios coloniais. É preciso que se perceba a ligação entre ambas, ou seja, se proceda ao seu entendimento no âmbito duma intrincada rede de pessoas, de bens e produtos, próprias da relação homem-saúde-ambiente.

A erisipela e a endemia de doenças negligenciadas na América colonial

Pouco conhecida fora dos ciclos médicos, a erisipela ainda hoje obriga muitos pacientes a serem hospitalizados, mesmo sendo baixa a sua taxa de letalidade⁵⁷⁰. É uma infecção cutânea de origem bacteriana, com frequente recorrência nomeadamente devido a lesões provocadas no sistema linfático. Este fator eleva os níveis de morbidade e aumenta os riscos de uma reinfeção, podendo-se chegar a taxas como 10% em seis meses e 30% em três anos. Esta tendência, a aparecer mais de uma vez na mesma pessoa, é um complicador importante porque seguramente causa sofrimento aos malsãos e encarece o processo de tratamento, que exige ser renovado. A maioria das pessoas afetadas possuem enfermidades latentes ou apresentam condições predisponentes, como lesões, linfedema ou cancro de pele. As feridas atuam como sua principal “porta de entrada”, podendo responder por mais de 95% dos casos de contaminação. Seus sintomas mais frequentes são dor, febre e fadiga, além da sensação de queimação e calor, sendo que as pernas são as partes mais afetadas, seguidas pelos membros superiores e a face. Mas apesar de

⁵⁷⁰ Este parágrafo foi baseado nos seguintes textos: Amina Aounallah et al., “Erysipèle du membre inférieur: Étude de 400 cas”, *Our Dermatology Online / Nasza Dermatologia Online*, vol. 8, Supl. 1, 2017; Anna Bläckberg et al., “Erysipelas, a large retrospective study of aetiology and clinical presentation”, *BMC Infectious Diseases*, vol. 15, 2015; Jean-Marie Bonnetblanc and Christophe Bédane, “Erysipelas: Recognition and Management”, *American Journal of Clinical Dermatology*, vol. 4, n. 3, 2003; Christian Chartier and Edouard Grosshans, “Erysipelas: an update”, *International Journal of Dermatology*, vol. 35, n. 11, 1996; B. Eriksson et al., “Erysipelas: clinical and bacteriologic spectrum and serological aspects”, *Clinical Infectious Diseases*, vol. 23, n. 5, 1996; Malin Inghammar et al., “Recurrent erysipelas: risk factors and clinical presentation”, *BMC infectious diseases*, vol. 14, 2014; Ann-Christine Sjöblom et al., “Antibiotic prophylaxis in recurrent erysipelas”, *Infection*, vol. 21, n. 6, 1993; Resul Yilmaz and Samet Ozer, “A Rare Presentation of Familial Mediterranean fever; Acute Scrotum and Hydrocele Amyloidosis”, *Iranian Journal of Pediatrics*, vol. 20, n. 3, 2010.

comum, sua etiologia bacteriana ainda não está inteiramente estabelecida, de forma que os diagnósticos não seguem critérios uniformes e o tratamento não está completamente definido (usualmente trata-se com penicilinas G ou V ou outros β -lactâmicos), pelo que os pacientes acabam por ser tratados com uma gama de antibióticos mais ampla que a necessária.

Notar estes obstáculos confere uma ideia elementar das dificuldades com que os agentes de cura se depararam no século XVIII, sendo que diferenças consideráveis podem ser percebidas em seus escritos. Apesar de diversos autores setecentistas reportarem que as pessoas não se preocupavam muito com ela⁵⁷¹, não faltaram descrições salientando sua possível letalidade: João Cardoso de Miranda afirmou que “A erisipela [...] que vem aos membros internos [...], não sendo tratada com muito cuidado e remédios próprios, com facilidade acaba a vida do enfermo”⁵⁷²; e António Joaquim de Medeiros salientou que “frequentes vezes termina pela gangrena e morte”⁵⁷³ (Apêndice 17).

Outros, como José António Mendes, seguiram um dos tratamentos mais indicados: a sangria⁵⁷⁴. Alguns, como Philippe Fermin, preferiram prevenir a ingestão de alimentos e bebidas que pudessem causar a doença, referindo-se nominalmente ao café⁵⁷⁵. Mas parcela considerável se dedicou às terapias, como fez Léopold

⁵⁷¹ José António Mendes, *Governo de Mineiros*, p. 9.

⁵⁷² João Cardoso de Miranda, *Relaçãõ cirurgica e médica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo methodo para curar a infeçãõ escorbútica, ou mal de Loanda, e todos os seus productos, fazendo para isso manifestos dous especificos, e muy particulares remedios*, Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues, impressor do eminentissimo senhor Cardeal Patriarca, 1747, p. 28.

⁵⁷³ António Joaquim de Medeiros, “Memoria sobre a cauza das frequentes enchaçoens das pernas entre os habitantes do Rio de Janeiro, onde se apontão ao mesmo tempo os meios de as prevenir, e curar”, vol. 5.

⁵⁷⁴ José António Mendes, *Governo de Mineiros*, pp. 9–11.

⁵⁷⁵ Exemplo significativo da relação entre a alimentação e a doença pode ser visto em seu trabalho. Com uma ideia de que o café poderia provocar alterações e movimentação dos humores pelo corpo, ele afirmava que “[...] o café dissolve [...] as partes sulfurosas do sangue e causa, incontestavelmente, a dissipação das partes espirituosas; de modo que os sais acres do sangue estando em liberdade e em movimento, podem excitar muitos transtornos, tais como uma grande dissolução e uma grande acrimónia, que são, ordinariamente, seguidos por hemorragias, hemorroidas, insónias, erisipelas, ou outras doenças de pele [...]”. Além destas ideias médicas, embora não seja parte de nossa discussão aqui, importa referir o pensamento deste autor acerca do clima e da natureza americana: ele conhecia e chega a citar a obra do conde de Buffon, mas não acata suas ideias de inferioridade condicionante. Philippe Fermin, *Description générale, historique, géographique et physique de la colonie de Surinam: contenant ce qu'il y a de plus curieux & de plus remarquable, touchant sa situation, ses rivieres, ses forteresses; son gouvernement & sa police; avec les mœurs & les usages de*

Renauldin ao propor a administração de quina⁵⁷⁶. No entanto, escritores como o supracitado Cardoso de Miranda, fizeram questão de salientar que os manuais apresentavam tratamentos muito diferentes entre si, o que dificultava ainda mais a ação dos curadores⁵⁷⁷.

Além deste conjunto de ideias e abordagens, não podemos esquecer também das menções a seu poder de “migrar”: Domènec Vidal, um licenciado e professor do Real Colégio de Cirurgia de Barcelona, não foi o único que percebeu a erisipela como capaz de se apresentar de forma “ambulante”⁵⁷⁸. Este caráter movente da doença foi identificado por diferentes autores⁵⁷⁹ e era uma ideia consolidada inclusive por dicionários, como o de Samuel Johnson⁵⁸⁰.

Mas se foi tão diversa a percepção desta moléstia, importa questionarmos se existem e quais foram as semelhanças entre as ideias defendidas pelos *montpellerinos* que se dedicaram a ela. Importa também lembrar que discutimos previamente este tema no capítulo 1, enquanto exemplo de uma doença esquecida na História da Medicina, em contraste com o impacto que continuava a ter na vida da América portuguesa, em especial da cidade do Rio de Janeiro. Foram três os autores nascidos na América lusa que se dedicaram ao tema: José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, José Joaquim da Maia Barbalho e José Joaquim Vidigal de Medeiros. Lembramos que não é possível analisar a tese deste último, por não a termos encontrado no arquivo da faculdade.

Salientamos anteriormente que diversos autores afirmaram que o Rio de Janeiro apresentava endemia de erisipela. Parece-nos que foi sua forte presença naquela capital colonial que motivou estes alunos a estudarem a moléstia,

habitants naturels du país, & des Européens qui y sont établis; ainsi que des éclaircissements sur l'æconomie générale des esclaves negres, sur les plantations & leurs produits, les arbres fruitiers, les plantes médicinales, & toutes les diverses especes d'animaux qu'on trouve, &c. Enrichie des figures, & d'une carte topographique du país, vol. 2, Amsterdam, chez E. van Harrevelt, 1769, p. 53; 104, passim.

⁵⁷⁶ Léopold Joseph Renauldin, *Dissertation sur l'Erysipèle*, p. 70.

⁵⁷⁷ João Cardoso de Miranda, *Relação cirurgica e médica*, p. 29.

⁵⁷⁸ Domènec Vidal, “De la erisipela”, in *Tratado patologico teorico-practico de los tumores humorales*, Barcelona, por Carlos Gibert y Tutó, 1782, pp. 52–54.

⁵⁷⁹ Dehanne et al., “Erysipèles”, *Journal de chirurgie*, vol. 2, 1791, edited by Pierre-Joseph Desault.

⁵⁸⁰ Richard Wiseman, “Erysipelas”, in Samuel Johnson (ed.), *A dictionary of the English language: in which the words are deduced from their originals, and illustrated in their different significations by examples from the best writers*, 8th ed., London, Printed for Harrison and Co., 1799.

igualmente observada em várias regiões dos impérios francês e britânico⁵⁸¹. Procuraremos debater agora as ideias destes *montpellerinos* que escreveram sobre ela, sem deixar de ressaltar que a escolha de um tal tema por três alunos, todos oriundos da cidade fluminense, estava fortemente relacionada com a realidade tropical por eles vivenciada (endemia da doença), o que seguramente inseria seus trabalhos no universo de interesses da coroa por saberes mais precisos e propostas de ação.

Acreditamos que esta relação é um dos fatores mais salientes em relação às influências sociopolíticas na escolha dos temas de tese. Dedicar-se a discutir uma doença pouco observada, mas de significativo impacto na sociedade americana, seria como que uma apresentação às autoridades coloniais, um “cartão de visitas” certificando que aquele estudante poderia servir ao império na função de médico ou no exercício de outros cargos ligados ao controle sanitário em portos, vilas e cidades sob o domínio da coroa lusa (tais interesses profissionais serão melhor percebidos no próximo capítulo, quando discutiremos, dentre outras coisas, a escolha por Montpellier). E esta constatação foi feita pelos autores das teses luso-brasileiras quando justificavam a escolha do tema. Maia Barbalho informava que a sua pátria, o Rio de Janeiro, era “onde é talvez mais endêmica que em qualquer lugar”, enquanto que Gusmão afirmava que ela reinava “endêmica entre os brasileiros”. Em outras palavras, eles salientavam a necessidade e importância de se discutir a questão, ao mesmo tempo que, indiretamente, reafirmavam que seus trabalhos preenchiam uma importante lacuna na Medicina colonial.

Achamos importante determo-nos na terminologia empregada no período por percebermos que, tal como em relação a outras doenças que serão analisadas a seguir, ainda que o termo utilizado seja semelhante ao atual, tal não significa que os autores setecentistas debatiam sobre o que hoje se entende pela moléstia. Erisipela, ou melhor, erisipelas, poderia indicar tanto a enfermidade a que atualmente se faz

⁵⁸¹ Além das discussões em vernáculo, pode ser especialmente relevante perceber o impacto e importância da doença por meio das teses acadêmicas defendidas em “centros de excelência” (vide Cap. dois). Apenas como exemplo, podemos citar cinco trabalhos sobre o tema, todos defendidos em Edimburgo e intitulados *Dissertatio medica inauguralis de erysipelate*: Jacobus Dobbin, 1751; Lauchlin Maclean, 1755; Thomas Dale, 1775; William Gourlay, 1782; Joannes McCully, 1790.

referência, quanto as inúmeras erupções epidérmicas provocadas por outros males ou ainda uma mera reação cutânea.

Por fim, importa retomar também a breve menção que fizemos ao trabalho de Gusmão. Ao comparar um excerto de seu texto com os outros autores, como Manoel Vieira da Silva ou António Joaquim de Medeiros, que defendiam que a erisipela era pouco reportada e que não era tratada, notamos que o *montpellerino* acreditava que essa desatenção era a razão pela qual a moléstia “lhes surrupia a vida mais adiante”.

Mas ainda cabe examinar as compreensões de ambos luso-brasileiros nomeadamente em relação às características da erisipela, suas causas, tratamentos e sintomas, procurando perceber, por exemplo, se suas ideias estavam conectadas com as teorias médicas mais consagradas da altura sobre o tema ou as relações entre seus textos em Montpellier e os serviços que futuramente prestariam.

Antes de mais, importa ter presente que a tese de Gusmão aproxima-se mais de um relato de caso ou de história clínica na América portuguesa do que de uma análise ampla do tema, pelo que a discussão de seu texto não pode ser realizada nos mesmos moldes dos de Maia Barbalho. Assim, apesar de abordarem o mesmo tema e apresentarem alguns pontos de contacto, estas dissertações eram muito diferentes entre si, razão pela qual as examinaremos de forma separada.

Sua intenção era reportar a condição endémica da enfermidade, bem como explanar os modos pelos quais a erisipela era combatida na região, de forma que ele pouco avançou em outros debates, não trazendo contributos mais significativos ou inovações médicas. Embora exponha explicações para as causas da moléstia ou os seus recorrentes sintomas, o trabalho de Gusmão não possuía uma inclinação semelhante ao de seu conterrâneo (Barbalho), que apresentou diante da universidade uma análise bem acabada da doença e de suas características.

Segundo ele, a causa física da enfermidade seria a acidez da bile. Ele compreendia-a enquanto um mal cutâneo provocado por razões internas, de modo que as erupções na pele seriam mais um reflexo da moléstia do que a doença em si.

Adicionalmente, pela influência dos pensamentos hipocráticos e galénicos, o autor defende que deveriam ser igualmente consideradas a influência do clima quente e húmido, bem como da alimentação, mas em razão das características de sua tese apontadas acima, ele não chega a desenvolver a ideia.

As regiões principalmente afetadas, segundo ele, seriam o escroto e as pernas, nos homens, e o rosto e os seios, nas mulheres. Dividia-a entre verdadeira e falsa, afirmando que a primeira continha as marcas clássicas de exantema, inchaço, coloração avermelhada, ardência, coceira e propagação, mas se o doente não manifestasse todos estes indícios, o diagnóstico seria do tipo dois, a espúria.

Num dos pontos mais importantes de seu breve trabalho, distanciando-o da mera síntese realizada nas demais partes, Gusmão salientou textualmente o caráter recidivo daquela que era uma mazela carioca, embora não tenha discutido o tema. Esta percepção é especialmente interessante devido ao facto de que a relativamente elevada recorrência da doença continue a ser, ainda hoje, uma preocupação. Além disso, ele informou que a gangrena seria perigosa, apontando-a como uma das razões pelas quais os “brasileiros” acabavam mortos e advertiu sobre a possibilidade de a doença afetar o corpo como um todo.

Mas este *montpellerino* pouco se pronunciou sobre outras questões, não informando sobre as possíveis implicações de suas constatações e sequer mencionando se a compreendia contagiosa ou não. Ele sequer propôs um tratamento específico. Simplesmente informou que as frutas ácidas eram a forma de tratamento comumente aplicada pela população da América lusa.

Esta carência de discussões e análises foi por ele justificada na afirmação de que maiores detalhes seriam dados noutra oportunidade: “Eis aí as proposições que vos apresento, ilustríssimos professores, e que tenho a intenção de em breve explicar e ilustrar de modo mais claro e pormenorizado”. Ao fim, seu texto apenas ofereceu informações sobre a endemia de erisipela em sua região natal, contando com alguns dados suplementares, como por exemplo a insólita associação entre os achaques erisipelatosos e a queda de cabelo feminino nomeadamente na cidade de Lisboa:

“Nelas, caem-se-lhes os cabelos e nascem novos cabelos longos, o que se observa especialmente em Lisboa”⁵⁸². Mas pouco mais que isso foi acrescentado.

Este seu curto trabalho inicial, no entanto, influiu profundamente nas funções que posteriormente desempenhou, especialmente em relação a temas menos valorizados no meio médico: pouco tempo depois da sua formatura, Gusmão solicitou cargo no Hospital dos Lázaros de sua terra natal e, ao requerer o posto, apontou deficiências no serviço de saúde, salientando a erisipela como parte substancial do problema:

[...] acham-se todos cirurgiões, sem outra escola mais do que seguir empiricamente um ano o médico do hospital militar. As doenças de pele são frequentíssimas no Rio de Janeiro e em toda a capitania, e muitas julgadas incuráveis, como são a erisipela [...] (Apêndice 10.5).

Somado a este pedido e a utilização de conhecimentos anteriores, notamos ainda que anos mais tarde ele terminou por ser nomeado Médico Efetivo da Real Câmara (Dom João VI) e Físico-Mor do Reino (Dom Miguel I). Assim, embora sua dissertação, pela pouca discussão e profundidade, tenha se apresentado texto pouco aplicável aos interesses imperiais, a verdade é que a mesma lhe serviu para ingressar de facto no universo médico.

Tendo apontado as ideias deste *montpellerino* e discutido os pontos principais de seu trabalho e inserção socioprofissional após a obtenção do título, importa perceber se houve semelhanças entre o seu pensamento e o de Maia Barbalho. A tese deste foi, como apontamos acima, muito mais densa e completa. Ele discutiu elementos sequer mencionados por Gusmão e avançou em temas apenas aludidos por aquele, sendo que sua perspectiva acerca da erisipela foi em muito pontos semelhante aos autores apontados por nós no início deste texto. Segundo seu entendimento, a doença seria um tipo de febre exantemática, tanto que ele chegou a classificá-la de “febre erisipelatosa”, devido aos frequentes relatos dos enfermos que sofriam com a sensação de queimação e calor nas partes afetadas e com os sintomas piréticos.

⁵⁸² Esta sua comparação nos faz conjeturar a possibilidade de se tratar de outra doença, embora qualquer avanço neste sentido seja desmedido pela parca quantidade de informações.

Como sua tese procurou abordar a moléstia de uma forma mais ampla que a análise sobre a endemia feita por seu patrício, ele fundamentou seu texto no princípio galénico das razões externas, as “seis coisas não naturais”. Assentes num conjunto genérico de entendimentos ambientais, corpóreos e comportamentais, as seis *res non naturales* podem ser simplificadas no ar ou clima (1), na bebida e comida (2), no sono e vigília/insónia (3), no movimento e descanso (4), nas excreções e retenções (5) e, por fim, nas paixões da alma (6). Seguindo tais princípios, apontou diferentes explicações para cada uma das ditas *coisas*: o já supracitado ar quente e húmido, a alimentação excessivamente quente, as bebidas alcoólicas quentes e o alcoolismo costumaz, a vigília, o exercício excessivo, as evacuações, a ira ou medo, assim como a transpiração reprimida ou os banhos muito quentes ou longos.

Com uma filosofia médica como esta, que via inúmeras possibilidades de se adquirir a doença, não espanta que Maia Barbalho tenha salientando problemas mesmo defendendo sua baixa letalidade. Por isso, fez questão de precaver ela poderia matar a depender da parte afetada⁵⁸³. Eram os casos do crânio e fraturas ósseas ou das grávidas atacadas na região uterina.

Ele defendia ainda que esta enfermidade teria um poder de “migração” e afirmava que as dolorosas feridas seriam provocadas por um processo de movimentação dos humores, que como consequência poderiam ganhar a superfície epidérmica. Mas não foi o único a pensar que a erisipela era pouco ofensiva e só perigosa caso atacasse conjuntamente com outros males ou em regiões vitais, como a cabeça. Esta questão mereceu a atenção da comunidade médica e de diversos agentes de cura de então, não sendo incomum o pensamento de que ela poderia migrar da pele para o interior do corpo, o que obviamente representaria uma complicação clínica.

⁵⁸³ A atenção maior de Barbalho ao vínculo com outra moléstia era devido ao aumento das chances de mortalidade. Ele diz: “Quando se junta como os sintomas da ascite e da diuturna icterícia amarela e negra, mata prontamente o doente. Por vezes retorna, ao que seguem inflamações internas, nefrite, asma convulsiva e inúmeras outras [afeções], às quais, se ela não for novamente expulsa, sucederá, sem dúvida, a morte. Mui frequentemente acaba em [?] gangrena e esfácelo, principalmente se não for bem tratada. Os que morrem de erisipela deixam a vida com febre, o que ocorre normalmente no sétimo dia”.

Assim, embora lhe negasse um caráter contagioso, podemos notar que a possibilidade de afetar regiões fundamentais fazia com que, na visão de Maia Barbalho, ela aparecesse mais letal do que em outros autores. Além disso, outros elementos somavam-se a esta periculosidade, nomeadamente a recidiva. Para ele, o facto de a doença poder atacar por várias vezes a mesma pessoa era uma característica que seguramente a tornava mais letal: “os que são muitas vezes atacados pela erisipela, perecem enfim da erisipela”⁵⁸⁴. Sua noção de reincidência, todavia, precisa ser contextualizada, pois os modos de vida, os tratamentos ou as compreensões acerca do mal erisipelatoso propostos no século XVIII não podem ser comparados aos hodiernos, ainda que saibamos ter ele considerado as consequências da reinfeção de forma bastante semelhante a atual.

Com uma doença pouco temida pelos luso-americanos, mas em muitos casos mortífera devido a suas combinações e reincidências, não é de espantar que este *montpellerino* se tenha dedicado em apresentar diversas possibilidades terapêuticas, recomendando por isso um conjunto de remédios, desde símplices a prescrições comportamentais. Os tratamentos indicados tinham por objetivo primordial expelir o mal erisipelatoso por meio de sudoríferos, laxantes ou sangrias. Estas e as purgas eram praticamente uma pré-condição para a terapia. Já os banhos, sarjas e cataplasmas também poderiam ser procurados para intencionalmente provocar a movimentação da doença de um órgão vital para outro menos perigoso. Os diaforéticos, pelos suores provocados, eram garantia de eliminação, especialmente se acompanhados de laxativos e repouso. A alimentação deveria ser a mais leve possível, ou até nula. Como se pode perceber, sua terapêutica estava claramente relacionada com o princípios das “seis coisas não naturais”, ao mesmo tempo em que atendia as noções hipocráticas de equilíbrio corpóreo. Refira-se ainda que, ao contrário de outros autores que se dedicaram ao tema, Barbalho não fez grande uso de fitoterápicos americanos. Chega a mencionar a quina, mas não verificamos qualquer postura mais enfática em relação a sua utilização.

⁵⁸⁴ O trecho completo é o que segue: “[...] esses que dela sofrem periodicamente, ela os preserva de outros danos, mas aos mesmos algum dia enfim mata, pois, como diz Hipócrates, *os que são muitas vezes atacados pela erisipela, perecem enfim da erisipela*”. Grifos nossos.

Sobre a causa da doença, não podemos deixar de notar que o autor afirmava que não se tinha certeza sobre o que a provocava e defendia uma posição intermédia entre razões internas e externas. Um destes elementos seria a necrose. Embora não chegue a defini-la como *causa mortis*, sua preocupação em sinalizá-la como um dos sintomas mais graves desta enfermidade, permite-nos afirmar que Maia Barbalho a via como tal. Seguindo as noções médicas de Hipócrates, ele acreditava que outro agente provocador do mal seria o acúmulo de sangue no organismo, o que provocaria obstruções e uma desregulação patológica dos humores.

No entanto, ele não seguiu apenas o modelo patológico hipocrático-galénico. Este aluno luso-brasileiro notou que os “ferimentos e contusões não raro dão ocasião a esta doença”. Uma questão que convém ser ressaltada, especialmente por sabermos que as feridas atuam como sua principal “porta de entrada” (vide discussão acima). Contudo, ele não hierarquizou este elemento face aos demais.

Importa cuidarmos para não construir uma “história dos grandes nomes” com base nas inovações destes *montpellerinos*. Em outras palavras, não podemos atribuir a Maia Barbalho uma consciência que não possuía e, por consequência, eliminar todo o supracitado rol que ele apresentou de predisposições condicionantes, características da visão médica de sua época. Mesmo sendo evidente a inovação e contribuição trazida ao entendimento das causas da doença, por ter notado a relação entre as lesões e o surgimento da erisipela, não podemos desconsiderar que o autor afirmou que diversos eventos e comportamentos, para além dos aranhões, poderiam causar a doença. Como não poderia deixar de ser, há simultaneamente um avanço na percepção da enfermidade, continua a existir uma relação das teorias que defende com o universo intelectual da Medicina de seu tempo.

Convém notar também que o autor fez uso de uma *tópica* setecentista bastante difundida então: a doença enquanto justificação para o incumprimento das obrigações. Apesar de sabermos que a má saúde e a morte eram uma presença constante na vida de setecentos e que Maia Barbalho faleceu pouco depois da

publicação da tese – o que explica grande parte da questão –, não deixa de ser relevante perceber que ele fez uso de figuras retóricas para justificar-se⁵⁸⁵. Apesar de ter apresentado uma dissertação mais profunda que a de Gusmão, as suas contribuições para o entendimento da doença acabaram esquecidas, pois seu envolvimento político nos tempos de Montpellier (vide próximo capítulo) e a morte precoce inviabilizaram a utilização do seu trabalho como instrumento médico-acadêmico ao serviço imperial ou ao adiantamento do saber em saúde.

Assim, apreende-se de ambos trabalhos não apenas a clara influência dos princípios hipocrático-galénicos ou as diferentes noções de terapia e causas, mas igualmente a grande preocupação destes autores com a vida na América. Isto está claro na escolha do tema de tese: um mal que pouco se discutiu durante o século XVIII, inclusivamente nos “centros de excelência”, mas que era importante no Brasil (vide capítulo 2). O texto de Gusmão expressa a pertinência de dar a conhecer aos mestres de Montpellier uma realidade médica bastante familiar para o autor, enquanto que Maia Barbalho apresenta inovações ao entendimento da doença. Porém, nem a natureza americana, nem os conhecimentos tradicionais e fitológicos dos povos indígenas eram considerados nas terapias, o que é especialmente revelador dos seus conceitos e preconceitos enquanto erudito do seu tempo, que frequenta ambiente letrado e acadêmico e que se integra amplamente numa doutrina médica que subvaloriza as capacidades cognitivas destes grupos sociais. Ele ambicionou curar os povos, negando-lhes todavia a possibilidade de participarem nos esforços para suprimir o mal que os afligia.

O bom, o mau e o feio: debates sobre a vacinação e a inoculação da varíola na virada do século XVIII

A tese de Francisco Arruda da Câmara, tal como a de Gusmão, é exemplo claro do que foram muitos dos trabalhos apresentados em Montpellier e em outros

⁵⁸⁵ Ele afirma na conclusão de seu trabalho: “Minha intenção era tratar de todas as espécies de erisipela, mas a má saúde me impediu [...]. Por isso, se essa pequena dissertação [...] contiver algo indigno [...] que o atribuais mais à enfermidade que à ignávia [...]”.

centros médicos do século XVIII. Partidários da defesa oral, como assinalamos na introdução deste capítulo, diversas teses foram apenas resumos, indicadores das ideias gerais que o autor discutiria em sessão pública. O irmão menos conhecido de Manuel Arruda da Câmara deixou textualmente apontada essa tradição académica setecentista, de forma que seu breve texto expunha apenas uma síntese das principais ideias do tema debatido.

Além disso, não deixa de ser uma contradição notável o facto de que, apesar de quase absolutamente desconhecida (vide próximo capítulo), sua tese esteja entre as poucas que receberam alguma atenção dos historiadores contemporâneos. Seu texto foi lembrado por Dauril Alden e Joseph Miller ao apontarem que a coroa e os agentes de cura coloniais tinham interesse na terapia variólica, inserindo-o no contexto da inter-relação imperial entre as duas margens do Atlântico⁵⁸⁶.

Em contraposição à dimensão diminuta de seu texto, a varíola foi um dos objetos médicos mais debatidos ao longo do século XVIII, tanto que qualquer investigação arquivística permite notar uma infinidade de iconografias, memórias, opúsculos e tratados a respeito desta doença. A inoculação não foi exceção a estes debates⁵⁸⁷. Por si só, defender um trabalho sobre o tema exporia o senso de utilidade pública do autor.

A tese enumerava diferentes tópicos acerca da inoculação da varíola, uma forma de combater a doença que vinha ganhando adeptos na comunidade médica. Mas apesar de ter inúmeros adeptos, as opiniões sobre este método não foram unânimes, especialmente porque sua utilização passou por diferentes transformações⁵⁸⁸. Ao fim do século, com a introdução de novos procedimentos, definiu-se um pouco mais claramente o que seriam os diferentes sistemas de

⁵⁸⁶ Dauril Alden and Joseph C. Miller, “Out of Africa”.

⁵⁸⁷ Além de analisar especificamente as controvérsias acerca da inoculação, DeLacy chega a dividir a questão em facções de inoculacionistas e anti-inoculacionistas. Margaret DeLacy, “Smallpox Inoculation and the Royal Society, 1700–1723”, in *The Germ of an Idea*, New York, Palgrave Macmillan, 2016.

⁵⁸⁸ A aplicação da “varíola artificial” era usualmente feita no braço, mas chegou-se a propor que as pernas seriam a melhor região, por exemplo. Théodore Tronchin, “Inoculation”, in Denis Diderot and Jean le Rond D’Alembert (eds.), *Encyclopédie*, vol. 8, Neuchâtel, Chez Samuel Faulche, 1765.

aplicação⁵⁸⁹. Enquanto que a “varíola natural” era a doença em si, a inoculação/variolação seria o método de “transplantar a doença”⁵⁹⁰, ou seja, a inserção do patógeno vivo ou ativado numa pessoa sã. Já a vacinação (vacina antivariólica) era o modelo associado a Edward Jenner e consistia numa lógica diferente: ao invés de aplicar o patógeno no paciente, sua matéria (*cow-pox* ou varíola da vaca) era retirada do gado *vacum* e aplicada numa pessoa, que após esse processo era aproveitada para “vacinar” as demais⁵⁹¹.

Na esperança de reduzir os altos níveis de mortalidade, o poder público procurou mitigar a situação por meio de instituições dedicadas⁵⁹². Construiu hospitais destinados a combater a doença⁵⁹³; tentou fazer obrigatória a inoculação

⁵⁸⁹ Exemplo interessante desta divisão pode ser visto em Anónimo, *A comparative view of the natural small-pox, inoculated small-pox, and vaccination in their effects on individuals and society*, Philadelphia, Printed by Jane Aitken, 1803; Thomas Dimsdale, *Methodo actual de inocular as bexigas. Com experiencias que provaõ a utilidade da sua applicação ao tratamento das bexigas naturaes, e algumas observaçoens, que attestão as suas vantagens*, Porto, na Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro, 1793. Alguns dos diferentes métodos de variolação, nomeadamente o de Daniel Sutton, podem ser vistos em Darren R. Flower, “Vaccines: their place in History”, in *Bioinformatics for Vaccinology*, Chichester, Wiley-Blackwell, 2008, pp. 1–29.

⁵⁹⁰ Jacob de Castro Sarmiento, *A dissertation on the method of inoculating the small-pox with critical remarks on the several authors who have treated of this disease*, [London], Printed for T. Bickerton at the Crown in Pater-Noster-Row, 1721.

⁵⁹¹ Andrea Rusnock, “Catching cowpox: the early spread of smallpox vaccination, 1798-1810”, *Bulletin of the History of Medicine*, vol. 83, n. 1, 2009. Apesar de instrumental, é preciso ter presente que esta divisão expressa apenas parte da terminologia destes autores e não é absoluta, pois alguns poderiam chamar de variolação o que outros diziam ser inoculação. Estes conceitos estavam em formação, de forma que não foram utilizados sempre da mesma maneira.

⁵⁹² Para estes esforços e uma leitura geral, inclusive para o século XIX, cf. José Alberto Teixeira Rebelo da Silva, *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2015, pp. 267–294.

⁵⁹³ Assim, embora nos pareça que o Hospital de inoculação das Bexigas não só demande uma investigação específica, mas possa ter permeado os interesses deste autor, não cabe nesta discussão análises específicas sobre o tema por ele não o ter referido sequer indiretamente. Para um melhor conhecimento da instituição e alguns de seus membros, cf. Arquivo Nacional, *Certidão dos bacharéis médicos do Hospital Real de inoculação de bexigas, Fortunato Rafael Amado e Antonio Mendes Franco, relatando os procedimentos e resultados do uso do material contendo pus para inoculação, remetido pelo médico dr. Francisco Tavares, Primeiro Médico da Câmara Real*, 4 Abril 1798, Ministério do Reino, Negócios de Portugal, 59, pacotilha 12, fl. 6-7; Francisco Tavares, *Resultado das observações feitas no Hospital Real da inóculação das bexigas nos anos de 1796, 1797 e 1798 pelos medicos do mesmo hospital*, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1799; “Relação por ordem alfabética dos professores de medicina, e Cirurgia deste Reino de Portugal, e seus dominios, que têm attestado a excelencia da Agoa de Inglaterra da composição do Doutor Jacob de Castro Sarmiento”, in *Documentos Regios que authorizão a verdadeira Agoa de Inglaterra da composição do Doutor Jacob de Castro Sarmiento, manipulada presentemente por José Joaquim de Castro, na sua Real Fabrica, por decreto de sua Alteza Real o Principe Regente nosso Senhor, com huma Relação dos professores de medicina, e cirurgia deste Reino de Portugal, e seus Dominios, que tem attestado a dita Agoa de*

nos domínios coloniais⁵⁹⁴; estabeleceu quarentenas e isolamentos⁵⁹⁵. Mas diferentes questões se impunham, pelo que as medidas levadas a cabo pelo Estado não pacificaram as contendas sobre a melhor forma de curar uma tão mortífera moléstia. Alguns questionamentos, de ordem socioprofissional, atribuíam a inoculação ao cirurgião, por ser um procedimento cirúrgico. Outros, mais teóricos, discutiam se seria possível passar a matéria inoculada para o feto através da mãe⁵⁹⁶. Ou ainda, como fez o famoso ideólogo do *magnetismo animal* Franz Anton Mesmer, questionava a eficácia da inoculação⁵⁹⁷.

Refira-se também que, a inoculação estava perfeitamente enquadrada no contexto médico setecentista de preservação, e que, naquele momento, não existia o conceito de imunização, que só foi concebido posteriormente⁵⁹⁸. Um sentido geral de como a varíola e sua cura eram percebidas encontra-se, por exemplo, nos anúncios de venda de escravizados: várias pessoas que haviam contraído a doença eram noticiadas como se fossem perfeitamente saudáveis, como que a referir-se a um passado remoto onde o mal já não mais estaria presente⁵⁹⁹. Acreditava-se que

Inglaterra, Lisboa, Na Impressão Regia, 1809; André Lopes de Castro, *Aviso ao público a respeito da Agoa de Inglaterra*, Lisboa, Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1779, pp. 8, 17.

⁵⁹⁴ Dauril Alden and Joseph C. Miller, “Out of Africa”.

⁵⁹⁵ Para uma breve apresentação da doença em contexto colonial americano, cf. Luiz Antonio Teixeira and Flavio Coelho Edler, *História e cultura da Medicina no Brasil*, São Paulo, Aori Produções Culturais, 2012, pp. 17–20.

⁵⁹⁶ Benjamin Roberts, “A short history of three cases of women, who were inoculated for the small-pox during pregnancy”, *The London Medical journal. By a society of physicians*, vol. 5, December 1784; Robert Bland, “Account of a woman who had the small-pox during pregnancy, and who communicated the same disease to her fœtus”, *The London Medical journal. By a society of physicians*, vol. 2, September 1781.

⁵⁹⁷ Vide em especial a segunda carta: “[...] a inoculação nunca pode servir como evidência à favor ou contra a verdade das minhas afirmações, relativas aos meios de prevenir e parar esta doença”. Franz Anton Mesmer, *Lettres sur l’origine de la petite vérole*, Paris, Imp. des Sciences et Arts, 1800.

⁵⁹⁸ Anne Eriksen, “Cure or Protection? The meaning of smallpox inoculation, ca 1750–1775”, *Medical History*, vol. 57, n. 04, 2013; Tania Fernandes, “Vacina antivariólica”.

⁵⁹⁹ “[To be sold: Four healthy young negro men]”, *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 2, n. 15, 5 February 1768; “[To be sold: A strong healthy negro boy]”, *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 2, n. 15, 5 February 1768; Anónimo, “[A likely negro woman]”, *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 2, n. 15, 5 February 1768; “[To be sold]”, *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 2, n. 27, 25 July 1768. Isto ocorreu justamente num período em que a variação experimental de escravizados ainda não se fazia presente, pois em fins do século XVIII e princípios do XIX estas pessoas passaram a fazer parte de diversos experimentos para se atestar a validade do método. Para o império francês, vide o texto de Laborde, para a América inglesa vide Benjamin Franklin and George R. Minot, “XIII. Facts and observations relative to small-pox and to (variolous) inoculation”, *The Philadelphia Medical and Physical Journal*, 2 December 1805.

uma vez em contacto com a moléstia, o indivíduo não seria mais afetado. Por isso, os defensores da inserção prévia da “varíola artificial”, como D’Alembert ou um inspetor do *College* médico de Amesterdão e professor de Medicina em Genebra, contavam com o processo para abaixar o índice de mortalidade da enfermidade. Segundo eles, este método reduziria em quarenta ou cinquenta vezes a “varíola natural”⁶⁰⁰, sendo que se chegou a relatar casos em que trezentas inoculações teriam sido realizadas e nenhuma morte verificada⁶⁰¹.

Os defensores deste novo sistema arguíam em favor de um modelo que seria a solução para a grave questão que era a varíola. Dentre estes autores estava um outro *montpellerino*: Manuel Joaquim de Sousa Ferraz. Citando Boerhaave em sua tradução de Thomas Dimsdale, ele defendeu a ideia de que a “inoculação da varíola é a profilaxia mais segura e confiável”⁶⁰². Uma defesa tão expressiva como essa de Ferraz se fazia especialmente necessária, pensavam eles, devido aos debates públicos em relação aos benefícios e malefícios deste novo ator contra as bexigas⁶⁰³.

Desde princípios do século, portanto muito antes do famoso método de Edward Jenner⁶⁰⁴, teorias médicas foram propostas na esperança de erradicar a doença, mas os receios e dúvidas a respeito da inoculação fizeram com que a resistência tivesse importante impacto num debate que nem sempre foi conduzido com respeito e limitado às questões de saúde. Jacob de Castro Sarmiento⁶⁰⁵, por exemplo, ainda em princípios dos anos 1720, analisou várias concepções da doença e métodos de inoculação, mas suas ideias acabaram gerando respostas apaixonadas

⁶⁰⁰ Jean le Rond D’Alembert, “[De l’inoculation]: Sur deux mémoires de D’Alembert: l’un concernant le calcul des probabilités, l’autre l’inoculation (1761)”, in Jules Assézat and Maurice Tourneux (eds.), *Oeuvres complètes de Diderot: revues sur les éditions originales*, vol. 9, Paris, Garnier frères, 1875, p. 207.

⁶⁰¹ Théodore Tronchin, “Inoculation”, vol. 8.

⁶⁰² Manoel Joaquim de Sousa Ferraz, “Discurso preliminar do tradutor”, in *Methodo actual de inocular as bexigas. Com experiencias que provaõ a utilidade da sua applicaçõ ao tratamento das bexigas naturaes, e algumas observaçoens, que attestaõ as suas vantagens*, Porto, na Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro, 1793.

⁶⁰³ Elise Lipkowitz, “Dilemma in the 18th-century French smallpox debate”, *JAMA: Journal of the American Medical Association*, vol. 290, n. 17, 2003.

⁶⁰⁴ Edward Jenner, *An inquiry into the causes and effects of the variolae vaccinae*; Edward Jenner, “Further observations on the *variolaë vacinæ*, or cow-pox, with remarks and observations on this disease, considered as a substitute for the small-pox”, *Annals of medicine, for the year 1799*, vol. 4, 1800.

⁶⁰⁵ Jacob de Castro Sarmiento, *A dissertation on the method of inoculating the small-pox*.

mais preocupadas com o facto de ele professar a fé judaica do que com as suas conceções científicas⁶⁰⁶.

Os primeiros argumentos contrários à inoculação deitaram dúvidas sobre a validade do método. Acreditava-se que poderia ser incompatível com as leis da natureza e de Deus⁶⁰⁷. Logo, não surpreende que sermões antagónicos à inoculação também tenham sido pregados e que toda uma publicidade favorável ou contrária, feita à base de panfletos e opúsculos⁶⁰⁸, tenha ganho destaque no debate que se seguiu⁶⁰⁹.

Passada esta primeira fase de discussões e já após a publicação do trabalho de Jenner, a resistência que se fazia presente contra a variolação voltou-se para o método antivariólico. A questão central, como notou Stanley Williamson, baseava-se essencialmente na perceção do método inoculador. As pessoas, fossem pobres, nobres ou clérigos, estavam de alguma maneira familiarizadas com a varíola, uma enfermidade terrível mas conhecida. Contudo a *cow-pox*, a varíola da vaca, era uma

⁶⁰⁶ Isobel Grundy, "Medical advance and female fame: inoculation and its after-effects", *Lumen: Selected Proceedings from the Canadian Society for Eighteenth-Century Studies*, vol. 13, 1994, p. 20.

⁶⁰⁷ John Williams, *Several arguments proving that inoculating the small pox is not contained in the law of physick, either natural or Divine, and therefore unlawful*, 2nd ed., Boston, Printed and sold by J. Franklin, 1721.

⁶⁰⁸ São exemplares destes anúncios, os avisos ao público sobre o tema. Para mais, cf. Louis de Laus de Boissy, *Avis aux meres au sujet de l'inoculation, ou lettre a une dame de province, qui hésitait de faire inoculer ses enfans*, Londres, chez Des Ventes de la Doué, 1775; Daniel de La Roche, *Avis aux pères et mères sur l'inoculation de la petite vérole*, Paris, chez l'auteur, Fuchs, Croullebois, 1786; F. E. L'Haridon, *Avis aux dames françaises sur l'inoculation de leurs enfans*.

⁶⁰⁹ Charles Maitland, *A letter to the Reverend Mr. Massey, occasion'd by his late wonderful sermon against inoculation*, London, Printed for J. Roberts, 1722; Edmund Massey, *A letter to Mr. Maitland, In vindication of the Sermon against inoculation*, London, printed for W. Meadows, 1722; Samuel Brady, *Some remarks upon Dr. Wagstaffe's Letter, and Mr. Massey's Sermon against inoculating the small-pox with an account of the inoculation of several children; and some reasons for the safety and security of that practice*, London, printed for John Clark, 1722; Legard Sparham, *Reasons against the practice of inoculating the small-pox. As also a brief account of the operation of this poison, infused after this manner into a wound*, London, Printed for Benj. and Sam. Tooke, 1722; William Wagstaffe, *A letter to Dr. Freind shewing the danger and uncertainty of inoculating the small pox*, London, printed for Samuel Butler, 1722; William Douglass, *The abuses and scandals of some late pamphlets in favour of inoculation of the small pox, modestly obviated, and inoculation further consider'd in a letter to A-S- M.D. & F.R.S. in London*, Boston, Printed and sold by J. Franklin, 1722; *The new practice of inoculating the small-pox consider'd, and an humble application to the approaching parliament for the regulation of that dangerous experiment*, London, printed for T. Crouch, 1722.

doença animal e esta diferença deixava muita gente desconfortável perante a possibilidade de se inserir uma matéria bestial nalgum⁶¹⁰.

Em princípios do século XIX, um importante jornal médico de Filadélfia deu voz àqueles que consideravam os detratores da inoculação como supersticiosos⁶¹¹ e aos que propunham o fim da inoculação em favor da *vacinação*, por aquela “perpetuar a infecção variólica” ao invés de “destruir” o mal⁶¹². Havia ainda os autores reticentes às novas vagas⁶¹³.

No caso do império português, a obra de Heliodoro Carneiro é exemplo especialmente importante neste conjunto de autores reticentes à inoculação⁶¹⁴. Como fez perceber Bruno Barreiros⁶¹⁵, não apenas seu texto detratador, como as imagens publicadas no livro ampliaram substancialmente seu poder de convencimento. Além disso, refira-se mais uma vez que Carneiro não estava isolado em suas ruidosas críticas⁶¹⁶, o que pode ser verificado inclusivamente por meio das estampas utilizadas em sua obra, uma reinterpretação das gravuras presentes no

⁶¹⁰ Stanley Williamson, “The Speckled Monster”, in *The vaccination controversy the rise, reign, and fall of compulsory vaccination for smallpox*, Liverpool, Liverpool University Press, 2007, pp. 102–103.

⁶¹¹ Benjamin Franklin and George R. Minot, “XIII. Facts and observations relative to small-pox and to (variolous) inoculation”.

⁶¹² Laborde afirmou que todas as pessoas nas ilhas de França e Reunião que alguma vez tiveram em contacto com a varíola teriam sido “vacinadas”. Segundo seu relato, a chegada de uma embarcação com escravizados atacados pela doença exigiu a aplicação de uma quarentena. A ocasião era propícia para um experimento e ele mandou seis crianças vacinadas para o navio, portanto com algum contacto anterior com a moléstia, a fim de conviverem com os infectados, bem como para tratá-los. Conforme o autor, as seis crianças mantiveram-se preservadas da doença e os escravizados foram todos curados, de forma que a doença foi ali extinta. Laborde, “XI. An account of the introduction of the vaccine disease into the isles of France and Reunion”, *The Philadelphia Medical and Physical Journal*, 2 December 1805.

⁶¹³ John Birch, “XII. Facts and observations tending to disprove the efficacy of the practice of vaccination, as a preventive of small-pox”, *The Philadelphia Medical and Physical Journal*, 2 December 1805.

⁶¹⁴ Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, *Reflexoens, e observaçoens, sobre a pratica da inoculação da vaccina, e as suas funestas consequencias: feitas em Inglaterra*, Londres, Na Impresao de Mr. Cox, Filho, e Baylis, 1808.

⁶¹⁵ Bruno Paulo Fernandes Barreiros, *Concepções do corpo no Portugal do Século XVIII: sensibilidade, higiene e saúde pública*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2014, pp. 216–221.

⁶¹⁶ Debbie Lee and Tim Fulford, “The Beast Within: The Imperial Legacy of Vaccination in History and Literature”, *Literature & History*, vol. 9, n. 1, 2000. Foi também por meio deste texto que tomamos conhecimento das imagens de Rowley.

influyente livro de William Rowley, publicado poucos anos antes⁶¹⁷ (Apêndice 25). Embora não chegue a entrar no debate acerca das vantagens e inconvenientes da inoculação, sua reticência à aplicação do método permite depreender que este conjunto de questões permeou a mente dos médicos, cirurgiões e demais agentes de cura, devotados ao combate da mortal varíola.

Diferentemente de diversos autores de então, que apenas informavam a maneira de se inserir a varíola, a curta tese de Francisco Arruda da Câmara permite notar uma atenção especialmente voltada para os enfermos, seja quando condicionava a utilização da inoculação às ocasiões em que seu resultado fosse positivo (“Essa operação supõe que obtenha algum efeito [positivo] [...], pois, do contrário, é inútil [...]”), seja quando atentava para os cuidados necessários no período subsequente ao procedimento.

A preocupação deste *montpellerino* voltava-se para os cuidados com os malsãos e para a relação saúde-doença. Elementos condicionantes como idade, sexo, compleição física do inoculado e até as estações do ano⁶¹⁸ deveriam ser levados em consideração na prestação de cuidados à pessoa que se queria livrar do mal variólico. Ao dividir a inoculação num processo de duas etapas (antecedente e consequente), o estudante propunha o acompanhamento da evolução e do “quadro clínico” dos enfermos. Ele chamava a atenção de seus colegas para a necessidade de se manter a assistência após o procedimento cirúrgico: “[...] essa não é a única função a ser preenchida pelo médico, pois após a inoculação, o doente necessita ainda de máximo cuidado”.

⁶¹⁷ Referimo-nos à obra *Cow-pox Inoculation no security against small-pox infection*, 1805. As gravuras são “Cow Poxed, Ox Faced Boy” e “A girl with Cow-Pox mange, abscess and ulcers”. Para uma comparação destas imagens com as presentes na obra de Heliodoro Carneiro, vide Apêndice 25.

⁶¹⁸ A menção às estações seguia uma visão médica cara ao período e foi usualmente referida quando a questão em causa era a origem da doença. A *Encyclopédie* ou o texto de Sarmento apresentam de forma exemplar esta noção que preconizava o combate a varíola às estações do ano. Outros textos mais abrangentes, como o de Gandoger de Foigny, também referiram a questão. Jacob de Castro Sarmento, *A dissertation on the method of inoculating the small-pox*, p. 3–4, 25–26, passim; Anónimo, “Inoculation”, in Denis Diderot and Jean le Rond D’Alembert (eds.), *Encyclopédie*, vol. 8, Neuchâtel, Chez Samuel Faulche, 1765; Pierre-Louis Gandoger de Foigny, *Traité pratique de l’inoculation: dans lequel on expose les règles de conduite relatives au choix de la saison propre à cette opération; de l’âge & de la constitution du sujet à inoculer; de la préparation qui lui convient; de l’espèce de méthode qui doit être préférée; & du traitement de la maladie communiquée par l’insertion*, Nancy; Paris, Chez J. B. Hiacinthe Leclerc; Chez J. Merlin, 1768.

Sua proposta, no entanto, não era nova. Preparar previamente o indivíduo para receber a inoculação era já uma prática corrente entre os adeptos deste procedimento. Os dois verbetes dedicados ao tema na *Encyclopédie* abordaram a questão. Num deles, o já referido inspetor do *College* médico de Amesterdão e professor de Medicina em Genebra, Théodore Tronchin, lembrava os purgativos, indicava uma dieta pobre em carnes, ovos e vinho e aconselhava que se evitasse apanhar os temidos ares e friagens⁶¹⁹. No outro, anónimo, também se defendia que a constituição física do indivíduo deveria ser levada em consideração, sugerindo adaptações a depender dos casos. Recomendava que a preparação das pessoas vigorosas e sãs deveria ser com sangrias, dieta e remédios refrescantes, além de purgativos e banhos⁶²⁰.

Com todo este debate, era difícil a Arruda da Câmara manter uma postura efetivamente neutra. A posição do *montpellerino* acerca da validade da inoculação é clara: apesar de não comentar os debates que cercaram a sua validade e segurança, tem uma posição favorável, ainda que nalguns aspetos reticente. Os argumentos de que a forma de aplicação seria prejudicial chamaram a sua atenção, de modo que ele expressou textualmente a necessidade de que o sistema produzisse efeito positivo. Sugeriu também a realização de sangrias para as pessoas saudáveis que seriam inoculadas, pois, segundo seu raciocínio, enfraquecer o indivíduo facilitaria a ação da “varíola artificial”. Mas se o *inoculando* fosse de constituição frágil seria, ao contrário, preciso fortalecê-lo previamente.

Quanto aos cuidados para com a pessoa inoculada, importa notar que esta era uma preocupação que se explica sobretudo pelos índices de mortalidade, pois embora os defensores da inoculação afirmassem que estes números seriam menores que os da “varíola natural”⁶²¹, o facto é que eles continuaram significativos. Apesar de declarar que os sintomas eram “mais leves” na varíola inserida (inoculada) que na natural ou epidémica, Francisco Arruda da Câmara indicava que as febres fossem

⁶¹⁹ Théodore Tronchin, “Inoculation”, vol. 8.

⁶²⁰ Anónimo, “Inoculation”, vol. 8.

⁶²¹ Anónimo, *A comparative view of the natural small-pox, inoculated small-pox, and vaccination*; Jean le Rond D’Alembert, “[De l’inoculation]”, vol. 9, p. 207; Théodore Tronchin, “Inoculation”, vol. 8.

controladas. Mas, mais uma vez, ele não especifica a maneira de o fazer, de modo que só podemos supor que estivesse a se referir às regulares sangrias, diaforéticos e antipiréticos (antitérmicos).

Podemos constatar que não existe relação entre a sua vida após a passagem por Montpellier e a escolha do tema de tese. A dissertação deste filho de um grande senhor de terras do interior da América lusa trouxe pouca ou nenhuma inovação ou consequências práticas. Sua síntese, no entanto, parece ter refletido os pontos principais em debate, embora com nenhuma discussão.

O século XVIII testemunhou o poder avassalador de epidemias como a varíola, o que levou ao surgimento dos mais variados experimentos para aniquilar a doença. Deste conjunto de tentativas, certamente a ideia de inocular o patógeno foi a que ganhou mais adeptos ao longo desta centúria. Com adaptações e polémicas, como a modificação da inoculação para a vacinação, o método da inserção acabou por se mostrar aos setecentistas como verdadeiramente eficaz e a tese de Câmara, marcada por este contexto, permite perceber o apreço que a inoculação adquiriu especialmente nestes grupos mais elitistas de médicos e cirurgiões.

“A última morte dos males”: o escorbuto e seu impacto na economia marítima imperial

O escorbuto ou *mal de Luanda*, como também era conhecido no século XVIII, é uma doença ocasionada pela deficiência de vitamina C. O ser humano é um dos poucos animais incapazes de sintetizá-la⁶²². Esta avitaminose provoca uma “constelação de manifestações clínicas”⁶²³, não sendo raros os casos de diagnósticos incorretos ainda hoje⁶²⁴. Sua insuficiência no organismo pode acarretar desde letargia e hemorragia nas pernas até a perda de elasticidade e da dentição, além da

⁶²² Rian A. A. Wijkmans and Koen Talsma, “Modern scurvy”, *Journal of Surgical Case Reports*, vol. 2016, n. 1, 1 January 2016.

⁶²³ Olivier Fain, “Musculoskeletal manifestations of scurvy”, *Joint Bone Spine*, vol. 72, n. 2, 2005, p. 124.

⁶²⁴ Debbie Popovich et al., “Scurvy: forgotten but definitely not gone”, *Journal of Pediatric Health Care*, vol. 23, n. 6, 2009, pp. 405, 412.

reabertura de antigas feridas e fraturas⁶²⁵. Ampla parcela da comunidade médica a considera atualmente controlada, nomeadamente em países desenvolvidos⁶²⁶, mas relatos académicos contradizendo esta informação vêm aumentando⁶²⁷. Um estudo recentemente publicado ressalta que por volta de 40% dos casos de choque séptico apresentam diagnóstico positivo para a enfermidade⁶²⁸. Esta mesma pesquisa revelou que a vitamina C, por funcionar como um importante antioxidante, possui a capacidade de reduzir os efeitos negativos da sépsis, pelo que sugeriram-na como uma nova terapia para tais casos.

Num contexto de carência nutricional grave e prolongada – como era o caso dos mareantes, obrigados a sobreviver com rações diárias nutricionalmente pobres e sem acesso aos recursos naturais que teriam em terra, como batatas, frutas e legumes –, estas investigações têm o poder de revelar as eventuais complicações porque muitos indivíduos passaram, para além de deixarem-nos perceber que alguns estágios de debilidade provocados por outras doenças também podem propiciar o surgimento do escorbuto. Por isso investigadores como Stephen Bown chegaram a afirmar que, nos mares, ela matou mais que tempestades, naufrágios, guerras e todas as outras doenças somadas⁶²⁹.

O facto é que com a dependência cada vez maior das economias imperiais europeias do comércio transatlântico, não faltaram ocasiões na era moderna para que os navegantes e os escravizados que realizavam a travessia d'África para os portos da América se vissem afetados com sintomas indicativos da doença. A memória de Luiz António de Oliveira Mendes acerca das enfermidades que mais acometeram os escravizados é especialmente importante neste sentido, pois ele a

⁶²⁵ Roger Kenneth French, "Scurvy", in Kenneth F. Kiple (ed.), *The Cambridge world history of human disease*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, p. 1001; Jesse M. Olmedo et al., "Scurvy: a disease almost forgotten", *International Journal of Dermatology*, vol. 45, n. 8, 2006.

⁶²⁶ M. Levavasseur et al., "Severe scurvy: an underestimated disease", *European Journal of Clinical Nutrition*, vol. 69, n. 9, 2015.

⁶²⁷ Genevieve Gabb and Bronte Gabb, "Scurvy not rare", *Australian Family Physician*, vol. 44, n. 7, 2015; Jesse M. Olmedo et al., "Scurvy".

⁶²⁸ Paul E. Marik and Michael H. Hooper, "Doctor—your septic patients have scurvy!", *Critical Care*, vol. 22, 2018.

⁶²⁹ Stephen Bown, *Scurvy: How a Surgeon, a Mariner and a Gentleman Solved the Greatest Medical Mystery of the Age of Sail*, Chichester, Summersdale, 2003, p. 9.

analisou no contexto do comércio escravagista. Seu texto era um libelo crítico da condição a que estes povos estavam submetidos e alegava que os saberes médicos de então eram suficientes para combater este mal (“a cada uma delas chega a Medicina, [se] aplicada em tempo”), concluindo então que o problema essencial era mesmo a negligência e os maus tratados⁶³⁰.

Estes relatos, todavia, não chegaram apenas dos oceanos. Informações vindas do interior da América lusa relatavam a mortandade provocada por este achaque: “não ignoro que ela [a doença] nessas Minas mata muita gente, e as mais das vezes se não remedeia pela não conhecerem”⁶³¹. Seus sinais pouco específicos dificultavam sua identificação, especialmente se não houvesse cirurgiões e agentes de cura minimamente experientes para conseguir reconhecer os sintomas: sangramentos nas gengivas, hematomas e vermelhidões pelo corpo ou fadigas profundas. Tanto que Hujoel e Lingström apontaram que o escorbuto era o diagnóstico preferido ao menor sinal de uma periodontite⁶³². João Cardoso de Miranda, autor da obra sobre as propriedades curativas das águas de uma lagoa em Minas Gerais (Lagoa Santa), advertiu para o facto de que nem sempre os problemas na dentição (“abalando os dentes”) e as hemorragias seriam causados pelo escorbuto⁶³³.

As dificuldades em diagnosticá-lo levaram os agentes de cura a reiterar que, apesar de serem bastante conhecidos, seus sintomas, de tão diferentes e variados, eram enganadores⁶³⁴. Não é de espantar portanto que um autor anónimo em princípios do século tenha reclamado sobre o seu desconhecimento entre a

⁶³⁰ Luiz António de Oliveira Mendes, “Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d’África e o Brasil”, vol. 4, pp. 33, 38–39, 53, 60.

⁶³¹ José António Mendes, *Governo de Mineiros*, p. 85.

⁶³² Philippe P. Hujoel and Peter Lingström, “Nutrition, dental caries and periodontal disease: a narrative review”, *Journal of Clinical Periodontology*, vol. 44, n. Supplement 18, 2017, p. S82.

⁶³³ João Cardoso de Miranda, *Relação cirurgica e médica*, p. 5.

⁶³⁴ Hughes notou que diferentes doenças poderiam receber esta denominação. Para isto e para uma discussão sobre o tratamento mais utilizado na época, cf. R. Elwyn Hughes, “The rise and fall of the “antiscorbutics”: some notes on the traditional cures for “land scurvy””, *Medical History*, vol. 34, n. 1, 1990.

população em geral e até mesmo na comunidade médica, apesar de não se ignorar os sinais clássicos de perda dos dentes, hálito pútrido e lassidão⁶³⁵.

Além da carência de diagnósticos precisos, devemos lembrar que a noção de doença era outra, o que fazia com que enfermidades distintas fossem classificadas como similares. No trecho que segue se pode notar a vinculação entre um problema de pulmão e o escorbuto:

[...] se, por qualquer acidente, os pulmões de uma pessoa saudável se machucam, tornando-se ulcerados ou contaminados, isso afeta todas as Digestões e Fermentações, e conseqüentemente *induz a um escorbuto*⁶³⁶.

Este excerto permite perceber que, tal como discutimos para o caso da erisipela, doenças hoje conhecidas e amplamente diagnosticadas eram, por vezes, “confundidas” com sintomas e sequelas de outras doenças ou diagnosticadas como se fossem estes males.

Motivados por sua elevada mortalidade⁶³⁷, ainda que também preocupados em melhor defini-la, médicos e cirurgiões dedicaram-se especialmente a procurar meios de curar os enfermos. Não faltaram memórias e tratados a discorrer sobre a doença, suas causas e terapias. A mais recorrente foi a noção de que o escorbuto estava relacionado com a putrefação. O elemento de deterioração e mau odor do *mal de Luanda* chamava a atenção dos agentes de cura e raros foram os textos que não fizeram menção a uma tão peculiar característica. Qualquer alimento rançoso, podre ou mofado era considerado um potencial provocador destes efeitos nefastos, nomeadamente numa “doença pútrida” como o escorbuto. Uma clara consideração neste sentido pode ser vista em James Lind, o médico especialmente rememorado na literatura anglo-saxónica como pioneiro na descoberta clínica da relação entre a

⁶³⁵ Anónimo, *A short essay on the scurvy in which the causes and cure of that disease are briefly stated and demonstrated*, London, printed for A. Dodd, 1714.

⁶³⁶ *Ibid.*, p. 13. Grifos nossos.

⁶³⁷ Estudos em Paleopatologia tem procurado alcançar dados mais apropriados examinando cemitérios de hospitais navais. Investigações também foram realizadas em povoados ricos, por exemplo, observando-se que o escorbuto não foi privilégio de marinheiros. S. Mays, “The palaeopathology of scurvy in Europe”, *International Journal of Paleopathology*, vol. 5, 2014.

doença e a privação de vitamina C⁶³⁸. Outro exemplo pode ser visto em David MacBride, que por entender os frutos ácidos como especialmente capazes de combater a putrefação, considerava-os perfeitos para combater a dita moléstia⁶³⁹. No império luso, vem de José António Mendes o texto que melhor expressou este perreção:

As mais urgentes causas de semelhante queixa são os alimentos grosseiros, crassos e corruptos; de que se usa na maior parte dessa América dar-se aos negros [...] que se sustentam no mar de mantimentos não só grosseiros, mas muitas vezes meio podres [...]⁶⁴⁰.

Neste seguimento também enquadravam os ares, embora este elemento não pudesse, segundo critérios dos autores de então, ser utilizado para explicar as causas da doença. Textos como o de James Lind negaram que eles ocasionassem a doença, embora o tenham, ao mesmo tempo, considerado como um *fator de predisposição principal*⁶⁴¹. Ou seja, havia grande debate e indecisão envolvendo as causas desta doença. Anos antes, o membro da *Royal Medical Society* de Edimburgo e cirurgião da marinha real britânica Thomas Trotter defendia que o frio e a humidade deveriam exercerem pouco impacto na formação do mal⁶⁴². Para boa parte dos autores, o problema residia nos maus humores decorrentes das exalações pútridas das embarcações.

Alguns textos defendiam que a doença não poderia ser dissociada de sua contagiosidade. Assim foi que o influente Boerhaave acabou por ser constantemente citado por quem advogava tal opinião. O aluno de Benjamin Rush na Universidade da Pensilvânia, John Claiborne, argumentou em sua tese de doutoramento que, nalgumas circunstâncias, o escorbuto poderia ser contagioso (embora também

⁶³⁸ James Lind, *A treatise of the scurvy. In three parts. Containing an inquiry into the nature, causes, and cure, of that disease. Together with a critical and chronological view of what has been published on the subject*, 1st ed., Edinburgh, printed by Sands, Murray, and Cochran. For A. Kincaid & A. Donaldson, 1753, p. 119.

⁶³⁹ Emmanuil Magiorkinis et al., “Scurvy: Past, present and future”, *European Journal of Internal Medicine*, vol. 22, n. 2, 2011, p. 148.

⁶⁴⁰ José António Mendes, *Governo de Mineiros*, p. 85.

⁶⁴¹ James Lind, *A treatise of the scurvy*, pp. 94–97, 107–108.

⁶⁴² Thomas Trotter, *Observations on the scurvy with a review of the theories lately advanced on that disease; and the opinions of Dr Milman refuted from practice*, Edinburgh, printed for Charles Elliott; and G.G.J. and J. Robinson, London, 1786, p. 100.

apresentasse ressalvas a esta ideia). Embora considerasse que as conclusões gerais de Lind estivessem corretas⁶⁴³, Claiborne compreendia que Boerhaave igualmente tinha razão, chegando a citar um caso relatado por Trotter para defender esta posição⁶⁴⁴.

Outro ponto de discussão que recebeu ainda maior atenção foi o da relação da doença com sua carência nutricional. Antes de analisar os debates a respeito, é preciso perceber que, apesar dos diferentes entendimentos teóricos, não se chegou a definir com segurança que o escorbuto fosse causado pela carência de vitamina C. Na verdade, a separação do ácido ascórbico apenas veio a ocorrer no século XX⁶⁴⁵, uma descoberta determinante para que tantos óbitos fossem evitados e, portanto, muito distante de qualquer noção setecentista da doença e sua cura.

No século XVIII, um dos primeiros a apontar relações entre a moléstia e a deficiência digestiva foi o já citado autor anónimo do “Pequeno ensaio sobre o escorbuto”⁶⁴⁶. Em 1735, Luís Gomes Ferreira publica seu *Erário Mineral*, que incluía uma carta de João Cardoso de Miranda dando a conhecer a seus leitores a receita do remédio antiescorbútico que tinha criado. Além disso, Ferreira acrescenta informações sobre seu melhor tratamento, deixando clara sua convicção de que os vegetais eram também importantes:

Quando o escorbuto suceder no mar ou outra qualquer parte aonde não hajam as ervas para fazer o cozimento, se ajuntarão os simples da receita e se fará confeição para se dar no sobredito caldo-de-galinha [...]⁶⁴⁷.

Em sua obra, publicada pouco tempo depois, Miranda não deixou de recomendar a ingestão de chicória, almeirão, beldroega, mastruço, ruibarbo e cocleária⁶⁴⁸, ainda que atribísse sua causa sobretudo às obstruções⁶⁴⁹. Além disso,

⁶⁴³ James Lind, *A treatise of the scurvy*, pp. 78–82.

⁶⁴⁴ John Claiborne, *An inaugural essay on scurvy*, Tese de Doutorado, Philadelphia, University of Pennsylvania, 1798, pp. 14–15.

⁶⁴⁵ Stephen Bown, *Scurvy*, p. 260.

⁶⁴⁶ Anónimo, *A short essay on the scurvy*.

⁶⁴⁷ Luís Gomes Ferreira, “Erário Mineral”, p. 699.

⁶⁴⁸ João Cardoso de Miranda, *Relação cirurgica e médica*, pp. 1–26.

⁶⁴⁹ Vera Machline and Márcia Helena Mendes Ferraz, “As causas do escorbuto segundo João Cardoso de Miranda”, in *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 680.

textos de ampla circulação, como o manual de medicina de Thomas Short também sugeriam a ingestão de diferentes plantas⁶⁵⁰. Com um impacto ainda maior no universo da saúde naval, especialmente no mundo inglês, James Cook divulgou amplamente os métodos que lhe permitiram poupar diversas vidas em suas longas jornadas. Ele propalou as vantagens de se embarcar malte e de distribuí-lo pelos marujos, inclusive os que não tinham sintomas, e defendeu a utilização de antiescorbútics, como o *portable soup*, uma espécie de preparado feito de carne desidratada⁶⁵¹, frutas cítricas e chucrute. Sobre este último, ele chegou a afirmar que não era “apenas uma comida vegetal saudável, como [...] altamente antiescorbútica”⁶⁵².

Num contexto bastante diverso destes autores, Thomas Trotter defendeu a distribuição entre os escravizados de frutas da estação; sugeriu também o uso de uma dieta de produtos em conserva como cebola, repolho vermelho e pepino e, além disso, indicou que o sumo das frutas poderia ser usado para preservar suas qualidades nutricionais “tão próximo quanto possível de seu estado natural”⁶⁵³.

Por sua vez, o médico que é referência histórica como pioneiro na associação do escorbuto à falta de frutas e legumes, James Lind, não apresentou uma leitura totalmente clara em seu *A treatise of the scurvy* (1751). Embora seja constantemente lembrado por “médicos/historiadores de panteão” por ter afirmado que a verdadeira causa da doença se devia à carência alimentar⁶⁵⁴, ele asseverou que a insuficiência de vegetais não seria a única origem do mal, dividindo então duas razões, as ocasionais e as predisponentes. Lind discordava da reflexão de Johann Bachstrom, o influente autor de *Observationes circa Scorbutum* (1734), de que seria

⁶⁵⁰ Thomas Short, *Medicina Britannica: or A treatise on such physical plants, as are generally to be found in the fields or gardens in Great-Britain*, 3rd ed., Philadelphia, Re-printed, and sold by B. Franklin, and D. Hall, 1751.

⁶⁵¹ Alan Davidson and Tom Jaine, “Portable soup”, in *The Oxford Companion to Food*, 3rd ed., New York, Oxford University Press, 2014.

⁶⁵² James Cook, “The Method Taken for Preserving the Health of the Crew of His Majesty’s Ship the *Resolution* during Her Late Voyage Round the World”, *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, vol. 66, 1776, p. 403.

⁶⁵³ Thomas Trotter, *Observations on the scurvy*, pp. 97–105.

⁶⁵⁴ James Lind, *A treatise of the scurvy*, p. 115.

a carência de hortaliças frescas que ocasionava o achaque⁶⁵⁵. Para ele, embora fosse verdade que os alimentos prevenissem a moléstia (*causa ocasional*), esta relação da enfermidade com a falta de mantimentos não seria inquestionável no mar (*causas predisponentes*), posto que as provisões não eram constantes⁶⁵⁶.

Não negamos a importância do texto de James Lind, ou seu “avanço substancial na compreensão do escorbuto”⁶⁵⁷, mas para perceber a questão de forma ampla é preciso ultrapassar as barreiras da monocromia anglo-saxónica e notar que a relativa importância desta obra deve-se igualmente às leituras realizadas em diferentes línguas e países, às contribuições de outros médicos no entendimento do *mal de Luanda*⁶⁵⁸, fossem estas contemporâneas ou anteriores ao autor inglês⁶⁵⁹ e inclusivamente às suas relações sociais, já que pouco importaria a inovação e qualidade de suas ideias se elas viessem, por exemplo, de um cirurgião radicado no interior duma colónia lusa, ou seja, se não fossem debatidas no elitista cenário médico setecentista.

Procuramos enfatizar as limitações da contribuição de Lind especialmente devido à persistência dos historiadores anglo-saxónicos em não considerarem um leque mais abrangente de fontes, nomeadamente as ibéricas, para a percepção da doença, apesar de ser sabido, por exemplo, que o conhecimento hispânico acerca da

⁶⁵⁵ *Ibid.*, pp. 409–412.

⁶⁵⁶ *Ibid.*, pp. 83–93, 103, 107–108.

⁶⁵⁷ R. Elwyn Hughes, “Scurvy”, in Kenneth F. Kiple and Kriemhild Coneè Ornelas (eds.), *The Cambridge World History of Food*, vol. 1, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, p. 994.

⁶⁵⁸ Sobre isso, vide debate em torno da obra de Cardoso de Miranda. José de Aragão Espanha (pseud.), *Dialogo Critico: Interlocutores Manoel Jaques Fixi, Luiz Ozorio, e Bernardo de Vasconcellos Chyrne, Cirurgioens assistentes nesta Cidade: Apologia Critica ao Tratado do Escorbuto, ou mal de Loanda do Livro intitulado, Relação Cyrurgica, e Medica composto por João Cardoso de Miranda*, Lisboa, na Officina Novissima, 1751.

⁶⁵⁹ Caspar Wistar, por exemplo, um professor de anatomia na Universidade da Pensilvânia, ex-aluno em Edimburgo e membro da *American Philosophical Society*, apontou claramente a relação entre a deficiência alimentar e o escorbuto. Ele cita os textos de Trotter, Bachstrom e Lind, mas sua referência a este último é apenas tangencial: “Não devemos aderir à opinião de que o escorbuto é causado por uma deficiência na dieta, de vegetais recentes, ou talvez de sucos de vegetais? Esta opinião parece confirmada pelo facto de que o escorbuto foi curado por uma dieta de batatas cruas em algumas pessoas que fizeram uso do mesmo vegetal cozido sem nenhuma benefício”. Para mais, cf. Caspar Wistar, “XI. History of a case of scurvy, which occurred during the use of vegetable food”, *The Philadelphia Medical and Physical Journal*, vol. 2, Part 2, 1 February 1806.

importância das frutas cítricas poderia recuar até ao século XVI⁶⁶⁰. As já poucas referências fora do universo anglo-saxónico, em sua maioria, ou meramente mencionam a questão e desconsideram-na⁶⁶¹, ou ainda minimizam-na como fez John Naish. Este autor, embora tenha reconhecido que o saber hispânico sobre as potencialidades das frutas cítricas fosse anterior, preferiu ressaltar o facto de que os sucos delas provenientes não fizeram parte de uma política oficial de provimento dos navios⁶⁶². Assim, o facto de a produção historiográfica sobre o assunto ignorar os trabalhos escritos sobre o escorbuto em língua portuguesa faz com que ideias, como as de João Cardoso de Miranda⁶⁶³, José António Mendes, Luiz António de Oliveira Mendes e tantos outros, continuem praticamente desconhecidas⁶⁶⁴.

Passados poucos anos após a publicação do texto de Lind, John Leake escreveu uma dissertação sobre as propriedades de uma panaceia chamada *bebida dietética de Lisboa* que, para além de outras vantagens, possuía uma “qualidade saponácea” para limpar os humores pútridos e curar o escorbuto “mais confirmado”⁶⁶⁵. Para este autor, a causa era a discrasia do sangue⁶⁶⁶ e apesar de sabermos que seu texto era uma propaganda desta panaceia, não podemos negar que ele sequer mencionou o papel desempenhado pelas frutas e vegetais. Esta

⁶⁶⁰ Julián de Zulueta and Lola Higuera, “Health and navigation in the South Seas: the Spanish experience”, in J. Watt et al. (eds.), *Starving Sailors: The Influence of Nutrition Upon Naval and Maritime History*, National Maritime Museum, 1981.

⁶⁶¹ R. Elwyn Hughes, “Scurvy”, vol. 1, p. 994; R. Elwyn Hughes, “The rise and fall of the “antiscorbutics””.

⁶⁶² John M. Naish, “The Health of Mariners: Vancouver’s Achievement”, in Stephen W. Haycox et al. (eds.), *Enlightenment and Exploration in the North Pacific, 1741-1805*, Seattle, University of Washington Press, 1997, p. 81.

⁶⁶³ Júnia Ferreira Furtado, “Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial”, p. 91.

⁶⁶⁴ “Quando o escorbuto estiver ainda no seu princípio e queirais curá-lo sem os remédios descritos, o fareis assim: se tiver a língua suja e pouca vontade de comer, lhe mandeis com limão azedo e sal moído, esfregar muito bem as gengivas até lhe botarem bastante sangue [...]”. José António Mendes, *Governo de Mineiros*, p. 97.

⁶⁶⁵ John Leake, *A dissertation on the properties and efficacy of the Lisbon Diet-Drink; a medicine, for many years, successfully used in Portugal, in the cure of the venereal disease and scurvy. In which, its comparative excellence with mercury and guaiacum is considered, and the particular cases are pointed out, where it justly claims the preference to both. Together with Reflections on the improper use of mercury, and the manner of its action on the solids and fluids*, London, printed for J. Clarke, under the Royal-Exchange, Cornhill; H. S. Cox, in Paternoster-Row; and R. Dodsley, in Pall-Mall, 1757, pp. 28–29.

⁶⁶⁶ *Ibid.*, p. 24. Diferentes autores também relacionaram a cura do escorbuto com um reequilíbrio do sangue. Para mais um exemplo, cf. “[For curing the scurvy in the blood]”, *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 3, n. 46, 12 Abril 1769.

omissão é especialmente relevante, pois ele conhecia e chegou a mencionar Lind, mas preferiu não adotar a carência nutricional como uma explicação para as causas da doença⁶⁶⁷. Ainda mais enfático, David MacBride ressaltou que seu método possuía vantagens comparativas em relação ao de Lind. Em sua argumentação, o autor defendeu que a infusão de malte poderia substituir os “sumos de vegetais frescos”, apresentando a vantagem de, para além de curarem, poderem ser estocados de modo mais fácil⁶⁶⁸.

Enfatizar estes debates sobre o escorbuto entre a comunidade médica setecentista permite-nos perceber que houve um constante movimento de fluxo e refluxo de ideias quanto à relação de causalidade entre esta doença e a insuficiência de alimentos frescos. Assim, enquanto uns autores receitavam o “suco antiescorbútico”, que continha laranja e plantas⁶⁶⁹, outros reiteravam que eram os mantimentos corruptos que causavam o mal pútrido⁶⁷⁰. Em tese até poderiam incluir as limitações nutricionais como um dos fatores, mas primordialmente explicaram as causas da doença com base em desequilíbrios humorais e outras hipóteses médicas, como a perda de força vital.

Tendo salientado, após esta digressão, as principais ideias acerca desta doença e suas características e causas, é hora de debatermos a posição do autor luso-brasileiro que se dedicou a discutir este tema. José Joaquim de Carvalho, o responsável pela tese acerca desta doença, abre seu trabalho defendendo “Nação, Lei, & Liberdade”, numa orientação política que corrobora nossa análise acerca da imbricada relação entre atores locais, regionais e globais. Estas poucas palavras do autor sugeriam uma mensagem polissêmica bastante significativa, sendo de especial atenção no nosso trabalho o apoio à execução de um serviço médico público à nação

⁶⁶⁷ John Leake, *A dissertation on the properties and efficacy of the Lisbon diet-drink*, p. 24.

⁶⁶⁸ David MacBride, *An historical account of a new method of treating the scurvy, at sea containing ten cases which shew that this destructive disease may be easily and effectually cured, without the aid of fresh vegetable diet*, London; Dublin, re-printed by W.G. Jones, for Thomas Ewing, 1767. Para uma análise comparada das propostas destes autores e seu contexto, cf. especialmente capítulos 3 e 4 de Kenneth J. Carpenter, *The History of Scurvy and Vitamin C*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

⁶⁶⁹ William Coleman, “Two cases of scurvy attended with some uncommon circumstances”, *The London Medical journal. By a society of physicians*, vol. 2, August 1781.

⁶⁷⁰ José António Mendes, *Governo de Mineiros*, p. 85.

e às gentes. Tal como outros estudantes daquele período notaram⁶⁷¹, o escorbuto era uma doença totalmente atrelada ao comércio marítimo global; o que a tornava ainda mais significativa num império pluricontinental como o português.

Numa tese escrita em poucas páginas, ele foi especialmente pródigo em criticar as confusões no diagnóstico da doença. Discorreu sobre ela seguindo compreensões idiossincrásicas, pois assinalava que diferentes sintomas se manifestavam a depender do sujeito e da ocorrência de outras enfermidades, alterando suas características e identificação.

O autor apresentou um texto bastante preciso na descrição dos seus indícios. Para ele, três fases distinguiam o *mal de Luanda* de seu estágio mais brando para o mais avançado e mortífero. Nesta classificação, se perceberia já no primeiro grupo a ocorrência de sintomas semelhantes à hemorragia, astenia, infecção fúngica oral e lividez das gengivas, acompanhadas de mau hálito. No segundo, para além dos sinais anteriores, o doente sofreria também com a redução de sua capacidade de locomoção e a astenia ficaria mais grave, chegando o paciente a desmaiar. O ptialismo (salivação excessiva) e a referida fungicidade bucal não afetariam sozinhos o já extenuado doente, pois as complicações musculoesqueléticas provocariam inchaço e dores nos membros, especialmente os inferiores. Este fator levou, aliás, muitos médicos a confundirem o escorbuto com outras doenças. Não bastasse sua descrição nada suave das fases anteriores, o autor afirma que seria no terceiro e último estágio que “tudo piora”. Era um relato que refletia os assombros que a moléstia provocava. Neste momento, a doença provocaria fissuras e feridas e apodreceria tecidos; ocasionaria *febres pútridas*⁶⁷² e *coliquativas*⁶⁷³; considerável falta de ar que, por vezes, levava à morte; hemorragias intensas em diversas partes

⁶⁷¹ John Claiborne, *An inaugural essay on scurvy*, p. vii; Luiz António de Oliveira Mendes, “Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d’África e o Brasil”, vol. 4, pp. 33, 38–39, 53, 60.

⁶⁷² As causadas pela putrefação dos órgãos, ou acompanhadas de odores pútridos. Lorenzo Sanchez Nuñez, *Diccionario de fiebres esenciales: compuesto y traducido del artículo fiebres y otros varios contenidos en el Diccionario de Ciencias Medicas, que actualmente está formando en París una grande sociedad de sabios*, Madrid, Imprenta de Repullés, 1819, pp. 280–281.

⁶⁷³ Com frequentes e copiosas evacuações de humores. Francisco Rubio Setabense, *Medicina Hippocratica ó Arte de conocer y curar las enfermedades por reglas de observacion y experiencia: resumen general, facil y breve*, Madrid, En la imprenta Real de la Gazeta, 1774, pp. 338–339.

do corpo; e até mesmo tuberculose (*phthisis*). Com tantas complicações, a morte só podia vir como alívio: “à constrição e ao violento aperto do peito, ao pulso desigual e intermitente segue-se a *última morte dos males*” (grifos nossos).

Carvalho nega que a enfermidade fosse contagiosa, mas apenas refere esta posição sem discutir o assunto. Foram questões acerca das causas, dos sintomas e possíveis curas que efetivamente dominaram seu debate. Esta opinião fez-se sentir ao longo de todo o texto, nomeadamente quando disse que “as seis coisas não naturais devem ser ordenadas de modo que não sejam contrárias às causas”, deixando clara sua fundamentação galénica. Mas embora seguisse esta filosofia médica, ela não era a única presente no pensamento do autor, já que também utiliza a ideia de “força vital” – o vitalismo⁶⁷⁴ – para debater as raízes da doença. O *montpellerino* dividiu-as em dois elementos. O primeiro estaria relacionado com a natureza e compleição do indivíduo: enumera “doenças crónicas pregressas”, como hemorragia, hipocondria⁶⁷⁵, sífilis e o abuso de mercúrio (usado no tratamento da sífilis) como fatores que possibilitariam o surgimento do mal. O segundo elemento atrelava-se à razões acidentais, como exercícios, alimentação e paixões da alma. Seu curto texto, no entanto, não se aprofunda sobre estas diferenciações⁶⁷⁶.

Podemos perceber, portanto, que as dificuldades em identificar e tratar a doença levaram-no a pensar um sistema mais abrangente de valores e noções médicas, não se prendendo a numa única teoria. Tanto é assim que ele afirma que (1) a enfermidade seria gerada pelas condições do ar (“Sob a constituição húmida e fria do céu tem origem o escorbuto”), ao mesmo tempo que (2) considera a putrefação como um elemento gerador da doença. Este pensamento duplo combinava compreensões antigas e modernas. A primeira ideia foi utilizada mais frequentemente em textos anteriores à primeira metade do século XVIII e era

⁶⁷⁴ Para o vitalismo, especialmente em Montpellier, é incontornável o trabalho de Elizabeth A. Williams, *A Cultural History of Medical Vitalism in Enlightenment Montpellier*, Aldershot; Burlington, VT, Ashgate, 2003, (The History of Medicine in Context).

⁶⁷⁵ No século XVIII esta doença estava associada ao mal funcionamento do baço ou à má digestão, foi por vezes chamada de *humor negro* ou *mal humor*. Em inglês, há referências do termo *hypochondria*, mas também *spleen* (baço).

⁶⁷⁶ Em “O regime de viver: os cuidados com o corpo”, Abreu analisa diferentes aspetos da questão. Jean Luiz Neves Abreu, *Nos domínios do corpo*, chap. 5.

especialmente combatida no tempo em que ele apresentou sua tese. A posição majoritária neste período, como previamente assinalamos, definia que esta doença era provocada pelas putrefações ambientais e/ou alimentícias, ou seja, o segundo elemento de sua explicação. Especificamente sobre este ponto, ele afirmava que até mesmo não estando estragados, certos nutrientes poderiam ser prejudiciais por facilitar o desenvolvimento da enfermidade: “Dão ocasião a que ela [doença] se desenvolva, todo alimento de difícil cozimento ou de parca nutrição, cru, farinhoso, não fermentado, oleoso, salgado, defumado”.

Portanto, podemos notar que Carvalho via o escorbuto como uma moléstia de complexa identificação e raízes diversas. Dentre estas causas, todavia, importa analisar sua posição acerca do ponto mais discutido na historiografia, a saber, se a origem da doença era devida à carência alimentar. Ele apontou para a necessidade de ingestão de frutas e legumes e salientou que era “sobretudo junto com a carência de vegetais frescos e o abuso de [bebidas alcoólicas]” que a doença teria lugar. Portanto, notou não apenas a importância de uma dieta específica para evitar doença, como assinalou a sua relação com o alcoolismo. Assim, ainda que obviamente não considerasse a avitaminose como uma causa da doença, este *montpellerino* é um dos autores que percebeu o grande impacto da carência de vegetais frescos na formação do escorbuto. Ele afirma claramente que a primeira causa da moléstia estava diretamente relacionada com a deficiência nutricional.

A base de seu pensamento era o vitalismo. Ao procurar esclarecer o processo de putrefação dos órgãos, discutido acima, apresentou uma explicação teoricamente baseada na destruição ou diminuição da “força vital”. Sua visão era a de que qualquer lesão na “força vital” criaria debilidades, gerando uma menor coesão muscular e ocasionando a putrefação. Este processo poderia ser provocado por fatores diversos, como a alimentação. Assim, a deficiência nutricional, bem como a digestão precária (“trabalho parco do *chilus*”) debilitariam a fibra⁶⁷⁷, levando à “causa primeira do escorbuto” e, conseqüentemente, à decomposição.

⁶⁷⁷ Para uma discussão específica, cf. Hisao Ishizuka, *Fiber, Medicine, and Culture in the British Enlightenment*, New York, Palgrave Macmillan, 2016.

Como referimos acima, este era um pensamento novo e ainda em debate na época. Mesmo autores como Lind apresentaram explicações que se opunham frontalmente ou limitavam a ideia de que o escorbuto decorria da carência alimentar. A explicação de que o *mal de Luanda* seria provocado pelas obstruções humorais, bile ou mesmo pelos ares e alimentos corruptos continuou vigente por muitas décadas. Perceber tais visões médicas não obscurece as inovações de Carvalho, Lind e tantos médicos setecentistas responsáveis por debater as causas de uma doença que afetou profundamente as sociedades europeias imperiais. Pelo contrário, permite-nos debater suas contribuições observando justamente o contexto em que ocorreram, sem subjugarmos os avanços daquele momento a critérios hodiernos.

De outra parte, não podemos esquecer que o interesse em definir a origem das doenças era apenas uma etapa no controle e eliminação da moléstia. Procurando adequarem-se ao que entendiam ser a causa do padecimento, as mais diversas propostas terapêuticas foram feitas. Carvalho não se distanciou deste raciocínio e indicou curas atreladas ao que entendia ser a raiz do problema. Assim, como percebia que diferentes fatores poderiam afetar a “força vital” do enfermo, provocando o mal, ele apontou tratamentos distintos.

De entre estes, sobressai como essencial em sua terapêutica a ideia de que era necessário empreender, acima de tudo, o restabelecimento das forças perdidas e a eliminação do que dificultasse a cura (obstruções, produtos deteriorados ou alimentos pobres). O tratamento passava necessariamente pela ingestão de alimentos que pudessem lentamente reintegrar a saúde ao enfermo, como produtos com propriedades saponáceas que limpavam as “impurezas” e regulariam o

intestino⁶⁷⁸. Segundo ele, apresentariam tais características os “caldos de carne recém-abatida, cozida com vegetais” e as frutas da estação, sobretudo as laranjas e os limões. Como se pode perceber, este era um tratamento que de facto supria as necessidades de vitamina C, tão necessárias para eliminar a moléstia.

Para os doentes do segundo estágio, além dos já referidos caldos, vegetais e “sucos”, Carvalho indicou também o uso da quina. Mas os mais debilitados (terceira fase) acabariam por ter poucas chances de recuperação: “é rara a cura, e desesperada se não for obtida pelos [métodos] anteriores”. Para tentar diminuir minimamente o desalento provocado por este estágio da enfermidade, o *montpellerino* propôs terapias específicas para sintomas como a salivação, a diarreia ou o inchaço das gengivas. Indicava vesicatórios, clisteres, gargarejos, “bolo teriacal” (uma mistura de triaga e ópio), diascórdio, além de “ácidos minerais”, água de vida canforada (aguardente com cânfora⁶⁷⁹) e sabão branco nas “manchas escorbúlicas”, adotando a terapêutica defendida por Joseph Gervais Goguelin⁶⁸⁰.

José Joaquim de Carvalho relacionou diferentes concepções médicas com uma atenção sanitária amplamente focada na identificação da doença. Com uma tinta bastante carregada quanto aos sintomas, as causas e terapias foram na verdade o seu principal objeto de atenção. Ele não deixou de perceber que a doença estava diretamente relacionada com a economia mercantil setecentista, nomeadamente a escravista. Seu texto pode ser visto como exemplo da transição e do conflito de ideias acerca das causas do *mal de Luanda*. Mas as novidades que trouxe em relação

⁶⁷⁸ Apesar de haver receitas diferentes, nada incomum para época, o preparado era uma mistura de plantas e frutas cítricas, a que se creditava o poder de curar o escorbuto. As principais delas eram a cocleária, conhecida em inglês por *scurvy grass* (“erva-do-escorbuto”); o agrião; ou a becabunga. As bebidas estimulantes e aquelas que auxiliavam na excreção sudorífera e urinária, eram aquelas que teriam este poder de purificar, como o soro de leite misturado com sucos antiescorbúuticos. “Les sucs anti-scorbutiques”, in *Pharmacopée du Collège Royal des Médecins de Londres*, vol. 2, Paris, Chez P. Fr. Didot jeune, 1771; John Quincy, “Succi anti-scorbutici”, in *Pharmacopœia officinalis & extemporanea. Or, a Complete English dispensatory*, 12th ed., London, Printed for Thomas Longman, 1742. Para mais, cf. R. Elwyn Hughes, “The rise and fall of the “antiscorbutics””.

⁶⁷⁹ A referência mais clara sobre essa água parece-nos estar em Robert Nares, “Aqua-vitae”, in *A glossary; or collection of words, phrases, names and allusions to customs, proverbs, etc.*, vol. 1, London, John Russell Smith, 1859.

⁶⁸⁰ Autor de uma memória premiada sobre o escorbuto, além de cartas e manuscritos diversos sobre o tema, todos depositados na Société Royale de Médecine. Doutor em Medicina em Reims, médico em Montcontour (Bretagne, França) e correspondente da referida sociedade. [Esta nota está repetida nos apêndices por razões de clareza].

ao papel desempenhado pela alimentação e pelo alcoolismo não foram aproveitadas pelo império luso. Ficou de seu trabalho apenas um benefício pessoal, pois o mesmo pode ser visto como um ensaio da carreira que futuramente exerceria em Pernambuco, como médico no hospital militar ou como físico-mor da capitania (vide próximo capítulo).

O mercúrio e a preferência pelas plantas na cura das doenças venéreas

Doença das mais inquietantes para a sociedade setecentista devido à alta mortalidade e às deformidades provocadas nos que apresentavam o estágio mais avançado da doença, a sífilis venérea foi alvo de controvérsias intermináveis acerca de sua origem. Esta questão ainda hoje é objeto de debate, com a diferença que agora este ocorre utilizando-se análises moleculares e paleopatológicas⁶⁸¹.

Causada pelo *Treponema pallidum*, a lues venérea, como também ficou conhecida, é uma doença sexualmente transmissível de origem bacteriana. É atualmente dividida em três períodos. Seus primeiros sinais são chagas indolores localizadas na região genital, usualmente seguidas por um período latente (remissão apenas aparente). Após esta etapa, ela avança para a sífilis secundária, costumando-se espalhar por todo o corpo e transformando-se em grandes ferimentos. A evolução para a fase terciária não é um processo automático e pode demorar até cinquenta anos, mas quando o faz, ataca por volta de um terço dos pacientes não tratados e atinge órgãos como os nervos, cabeça e coração, gerando cegueira e até mesmo demência. Neste momento, também pode afetar os ossos, especialmente os faciais, deixando marcas evidentes que podem, por exemplo, ser identificadas em estudos paleopatológicos (Apêndice 19). Por fim, surge a morte, usualmente em decorrência do comprometimento dos sistemas circulatório e/ou nervoso⁶⁸².

⁶⁸¹ Fernando Lucas de Melo et al., "Syphilis at the Crossroad of Phylogenetics and Paleopathology", *PLoS Neglected Tropical Diseases*, vol. 4, n. 1, 2010; Brenda J. Baker et al., "The Origin and Antiquity of Syphilis: Paleopathological Diagnosis and Interpretation [and Comments and Reply]", *Current Anthropology*, vol. 29, n. 5, 1988.

⁶⁸² Estas informações podem ser encontradas em Jon Arrizabalaga, "Syphilis", in Kenneth F. Kiple (ed.), *The Cambridge world history of human disease*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993;

Ao longo do século XVIII, diversos autores apontaram a América como a gênese do mal, culpabilizando os não cristãos e não europeus e reduzindo assim a importância das explicações que, a depender dos enfrentamentos, responsabilizavam “o outro” por ter originado uma tão terrível doença⁶⁸³. Estas considerações receberam ativa contestação, especialmente por parte dos ilustrados *criollos*⁶⁸⁴.

Neste contexto político e sanitário, muitas respostas para aplacar o mal foram sugeridas e a utilização do mercúrio (sob diferentes formas) acabou construindo uma longa tradição na história da Medicina, sendo que seus benefícios eram defendidos contra os mais variados males⁶⁸⁵. Diferentes usos terapêuticos foram encontrados, sob a forma de pílulas, emplastos⁶⁸⁶, enemas, amálgamas dentárias e até como sedativos⁶⁸⁷, além de seu emprego em equipamentos, sendo o termómetro de Daniel Fahrenheit o mais conhecido. Assim, o azougue continuou a ser bastante utilizado durante o século XVIII⁶⁸⁸.

Chegou-se a difundir a utilidade do enema mercurial (*lavemens antivénériens*) como um método engenhoso, o que significava, na verdade, uma

Arthur C. Aufderheide and Conrado Rodríguez-Martín, “Venereal Syphilis”, in *The Cambridge Encyclopedia of Human Paleopathology*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011.

⁶⁸³ Sobre esse jogo de responsabilizações raciais e “nacionais” pela origem da doença, bem como as discussões historiográficas acerca dos termos sífilis, mal francês, doença venérea ou lues venérea, cf. Marie E. McAllister, “Stories of the Origin of Syphilis in Eighteenth-Century England: Science, Myth, and Prejudice”, *Eighteenth-Century Life*, vol. 24, n. 1, 2000.

⁶⁸⁴ Esta afirmação dos povos americanos, pode ser especialmente percebida nos textos de História e Filosofia Natural escritos por naturais das Américas na segunda metade do século XVIII. Discutimos estas conclusões previamente, mas parece-nos que outros exemplos e análises podem igualmente ser levantados. Rafael Dias Campos, “Envisioning a New World: Americans’ reactions to European narratives in the late eighteenth century”, *John Carter Brown Library Fellow’s Talk*, 28 June 2017, Providence.

⁶⁸⁵ Apenas para ficarmos num exemplo do século XVIII, vide os tratamentos anotados por Benjamin Rish e Michael Leib: College of Physicians of Philadelphia, *Transactions of the College of Physicians of Philadelphia*, vol. 1, Philadelphia, Printed by Thomas Dobson, 1793.

⁶⁸⁶ Francisco Tavares, *Pharmacopeia geral para o reino, e dominios de Portugal*, vol. 2, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1794, p. 196.

⁶⁸⁷ Robert James, “Sedantia”, in *Dictionnaire universel de Medecine, de Chirurgie, de Chymie, de Botanique, d’Anatomie, de Pharmacie, d’Histoire Naturelle etc.*, vol. 5, Paris, Chez Briasson, David l’aîne, Durand, 1748.

⁶⁸⁸ Note-se que além de traduzir, Manoel Joaquim Henriques de Paiva incluiu observações médicas das reações de diferentes pessoas ao tratamento com mercúrio, além de ter adicionado receitas próprias de fármacos. Joseph Jacob Plenck, *Methodo novo, e facil de applicar o mercurio nas enfermidades venereas: com huma hypothese nova da acção do mesmo mercurio nas vias salivares*, Lisboa, Na Of. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1785.

grande complicação, já que era preciso uma infinidade de cuidados para evitar os efeitos advenientes à aplicação do produto e aos procedimentos que exigiam⁶⁸⁹. Sua utilização foi tão difundida que não seria errado dizer que houve certo encantamento com suas vantagens. Em 1772, Nikolai Detlef Falck lançou um tratado acerca das doenças venéreas. Além de apresentar sua versão de como a doença teria surgido, o autor indicou o uso de mercúrio como um método profilático: “a pomada mercurial oferece outro conservante contra a infecção venérea, esfregando um pouco sobre as virilhas após o coito impuro”⁶⁹⁰. Pouco tempo depois, em 1776, o mesmo autor dedicou-se a propalar as vantagens da utilização da substância contra doenças cutâneas, escorbuto e febres. Falck chegou a confessar que nem todos os tratamentos surtiram o efeito esperado, mas tais reveses apenas teriam ocorrido devido à aplicação imprópria⁶⁹¹.

Substâncias como o solimão⁶⁹², também conhecido como sublimado corrosivo (cloreto de mercúrio II), e o calomelano⁶⁹³, chamado em inglês e francês apenas de calomel e em português como sublimado ou mercúrio doce⁶⁹⁴ (cloreto de mercúrio I), foram amplamente utilizadas no tratamento das doenças venéreas. Ainda que relutante em concordar com a aplicação do produto para todas as formas de doença venérea ou com a ideia de que seu uso implicaria uma cura garantida, notamos os estudos de John Hunter, nomeadamente quando relatou o caso de um senhor com gonorreia que teria sido curado quase que imediatamente após ser-lhe administrado uma pequena quantidade de calomelano⁶⁹⁵.

⁶⁸⁹ Jacques de Horne, “Antivénériens (Remèdes)”, in Par une société de Médecins (ed.), *Encyclopédie Méthodique. Médecine*, vol. 3, Paris, Chez Panckoucke, 1790, pp. 121–122.

⁶⁹⁰ Nikolai Detlef Falck, *A Treatise on the Venereal Disease*, London, Printed for B. Law, S. Crowder, E. and C. Dilly, B. Baldwin, G. Robinson, and T. Evan, 1774, p. 346.

⁶⁹¹ Nikolai Detlef Falck, *A Treatise on the Medical Qualities of Mercury*, London, Printed for B. Law, 1776, pp. 102–103.

⁶⁹² Francisco Tavares, *Pharmacopeia geral para o reino, e dominios de Portugal*, vol. 2; Luís Gomes Ferreira, “Erário Mineral”, p. 801.

⁶⁹³ Antonio José Souto Loureiro, *História da Medicina e das Doenças no Amazonas*, Manaus, [s.n.], 2004.

⁶⁹⁴ Rafael Bluteau, “Mercurio doce”, in *Vocabulario portuguez & latino*, vol. 5, Lisboa, Na officina de Pascoal da Sylva, 1716.

⁶⁹⁵ John Hunter, *A Treatise on the Venereal Disease*, London, Sold at No. 13, Castle-Street, 1786, p. 73. Para sua contrariedade à aplicação exclusiva do calomelano, cf. p.187-188.

Outra substância à base de hidrargírio, também muito utilizada, foi o cinábrio (cinabre), ou seja, o próprio minério (sulfeto de mercúrio II). Recomendado contra as enfermidades venéreas por “uma sociedade de homens de letras”, foi especialmente indicado sob a forma de fumigações mercuriais. Este era um processo que obtia através da queima do minério e da conseqüente liberação de seus “vapores”, a serem aplicados sobre o doente, o que produziria resultados semelhantes aos da aplicação de azougue por fricção⁶⁹⁶. Jacob de Castro Sarmiento achava-o tão seguro e suave que recomendou efusivamente sua administração “sem receio” às crianças⁶⁹⁷.

No entanto, algumas ressalvas também foram feitas. Atento aos seus usos exagerados, John Hunter recomendou uma aplicação mais criteriosa, sugerindo a adaptação da quantidade às necessidades do paciente. O enigma, porém, estava em calibrar a porção a ser utilizada e, pelo que claramente se pode perceber, não houve equilíbrio⁶⁹⁸. Sua toxicidade, por exemplo, ainda não era clara à época, mas diferentes autores notaram que a substância podia ser perigosa⁶⁹⁹. Alguns deles, como Curvo Semedo, apregoavam as suas qualidades ao mesmo tempo em que alertavam para possíveis danos⁷⁰⁰. Luís Gomes Ferreira chegou a propor terapias com o objetivo específico de aplacar os seus drásticos efeitos no corpo humano⁷⁰¹. Apesar da cautela de alguns, o uso indiscriminado do azougue manteve-se. O próprio Gomes Ferreira terminou defendendo profundamente a sua utilização, mesmo ressaltando que o uso de pílulas mercuriais poderia ser nocivo no clima das Minas Gerais:

⁶⁹⁶ Par une société de gens de lettres et al., “Cinabre”, in *Le grand vocabulaire françois*, vol. 5, Paris, Chez C. Panekoucke, 1768.

⁶⁹⁷ Jacob de Castro Sarmiento, *Materia medica physico-historico-mechanica, reyno mineral. A que se ajuntam, os principaes remedios do prezente estado da Materia medica; como sangria, sanguesugas, ventosas sarjadas, emeticos, purgantes, vesicatorios, diureticos, sudorificos, ptyalismicos, opiados, quina quina, e, em especial, as minhas agoas de Inglaterra. Como tambem, huma Dissertação latina sobre a inoculação das bexigas*, vol. Parte I, Londres, s.n., 1736, pp. 274–277.

⁶⁹⁸ Cf. especialmente cap. 3, parte VI (“General observations on the cure of the lues venerea”). John Hunter, *A Treatise on the Venereal Disease*.

⁶⁹⁹ Marieke M. A. Hendriksen, “Quicksilver Anatomy: Exploring the Lymphatic System with Mercury”, in *Elegant Anatomy: The Eighteenth-Century Leiden Anatomical Collections*, Leiden; Boston, Brill, 2014, p. 52.

⁷⁰⁰ João Curvo Semedo, *Polyanthea medicinal: noticias galenicis e chymicas*, Lisboa Occidental, na officina de Antonio Pedrozo Galram, 1727, pp. 680–681.

⁷⁰¹ Luís Gomes Ferreira, “Erário Mineral”, pp. 410–411, 668–669, 673–674.

“Qualquer destes dois remédios costumam ser suficientes para curar qualquer causa gálica, [...] pois com eles tenho curado inumeráveis enfermos [...]”⁷⁰².

Mas claro que todas estas opiniões em favor de seu uso não impediram que autores como Thomas Kirkland insistissem em ressaltar inconvenientes à sua utilização. Esse debate resultou em propostas, não muito bem sucedidas, de diminuição das altas dosagens prescritas⁷⁰³. Ao mesmo tempo, tratamentos alternativos que não empregavam a substância também passaram a ganhar destaque. Em geral estavam atrelados a novas fórmulas miraculosas que rendiam lucrativas somas, como foi o caso do ácido nítrico de William Blair ou da já referida *bebida dietética de Lisboa*: “vemos [...] que ele [mercúrio] trabalha a cura por sua gravidade e pressão mecânica, e que elimina a doença, mas com ela, os sucos nutricionais que são os próprios princípios da vida”⁷⁰⁴.

Mas estas ressalvas não alteraram o (des)cuidado que a maioria da comunidade médica tinha com o mercúrio. Assim, não foi dada atenção especial às consequências do contacto da substância com o corpo humano. A citada *Société de gens de lettres* informou que era preciso proteger o doente para que ele não respirasse o azogue. Sabiam que se por acaso o paciente inalasse este ar contaminado causar-lhe-ia um grande mal. Mas o contacto cutâneo não foi levado em consideração. É que a relativa efetividade no combate ao mal interessava mais que seus indissociáveis danos (alguns sequer reconhecidos), até porque estes efeitos negativos acabavam sendo creditados à doença em si, a um curador inábil, ao não cumprimento das recomendações médicas: “tomou o tal mercúrio e com ele deu a alma a Deus [...] tomou o dito mercúrio por voto de um médico e de um cirurgião, contra o meu, e [...] morreu”⁷⁰⁵.

De modo semelhante a Ferreira, o autor do famoso *Avis au public sur sa santé*, Samuel Auguste Tissot, deixou claro que, a depender da ocasião e do modo

⁷⁰² *Ibid.*, pp. 339–340, 387–388, 530–531, 536–539, 547–548, 741.

⁷⁰³ Segundo disse: “[...] dar pequenas doses deste remédio aumenta sua eficiência”. Thomas Kirkland, “Observations on the use and abuse of mercury in the cure of the syphilis”, *The London Medical Journal*, vol. 7, parte 1, 1786, p. 5.

⁷⁰⁴ John Leake, *A dissertation on the properties and efficacy of the Lisbon diet-drink*, pp. 59, 61–67.

⁷⁰⁵ Luís Gomes Ferreira, “Erário Mineral”, pp. 543–547.

como o cinábrio era preparado, a aplicação de unções seria preferível⁷⁰⁶; uma percepção que não implicava no afastamento por completo da utilização dos mercuriais, como se pode perceber noutros trechos da mesma obra⁷⁰⁷. Joseph-Jacques Gardanne, por sua vez, criticou a utilização do enema mercurial, mas se num primeiro momento a sua *Memória sobre a inadequação e perigo dos enemas antivenéreos* deixa transparecer a ideia de que a aplicação de azougue seria um problema, nota-se ao longo do texto que a discordância do autor estava especialmente direcionada para o distribuidor do medicamento (chamado por ele de “homem dos enemas”), para a forma como os remédios eram empregados (clisteres), assim como ao facto de que se trataria de mais um segredista. Para ele, a questão não era o mercúrio, mas a composição secreta, e por isso provavelmente falaciosa, de uma droga que “nada mais é que um mercurial com acidez excessiva”⁷⁰⁸. Até William Blair, que questionou se o mercúrio deveria ser banido em detrimento do ácido nítrico, não destronou o azougue por completo, pois acreditava que até aquele momento ainda não havia suplente eficaz⁷⁰⁹. Em outras palavras, procuravam-se emendar algumas práticas, mas a posição privilegiada do mercúrio não chegou a ser abalada nas terapêuticas destes profissionais.

Com tantas e tão diversas aplicações, não seria estranho que seu registo escrito tenha adquirido outras formas de expressão cultural, ganhando espaço em telas e gravuras. Destas, talvez a mais conhecida e debatida seja a série de pinturas satíricas de William Hogarth chamada *Marriage à la Mode*⁷¹⁰. Seu nome faz referência a um matrimónio elegante, o “casamento da época”, concebido como uma crítica aos enlacs arranjados típicos naquela sociedade de Antigo Regime, com todas as consequências que esta realidade impunha. As telas debruçam-se sobre

⁷⁰⁶ Samuel Auguste André David Tissot, *Aviso al pueblo acerca de su salud, ó Tratado de las enfermedades mas frequentes de las gentes del campo*, 5th ed., Madrid, en la imprenta de Pedro Marin, 1790, pp. 464–465.

⁷⁰⁷ *Ibid.*, pp. 484–486.

⁷⁰⁸ Joseph-Jacques Gardanne, *Memoire sur l'insuffisance et le danger des lavemens antivénériens: pour faire suite aux recherches sur les differentes manieres de traiter les maladies vénériennes*, Londres, 1770, p. 31.

⁷⁰⁹ William Blair, *Essays on the venereal disease and its concomitant affections*, London, Published by J. Johnson; Murray..., 1799, p. vi–viii, 11-12, 14.

⁷¹⁰ William Hogarth, “Marriage A-la-Mode: 3, The Inspection”, 1743, The National Gallery, NG115.

temas como a traição, avareza e luxúria⁷¹¹, a condição das famílias retratadas, os escravos ou à transmissão da sífilis à criança pelo jovem casal (*The Lady's Death*). Todavia, importa notar que de entre os elementos criticados está a libertinagem e as implicações de uma vida desregrada. Especificamente no terceiro quadro (*The Inspection*), o filho do nobre, que carregava no pescoço a marca distintiva da doença, é visto diante de um agente de cura charlatão, ironicamente chamado de M. de La Pillule, e de sua auxiliar, também luética, a mostrar-lhes as famosas pílulas antissifilíticas, criando na cena um sentido de que ele estivesse a devolver as drageias devido à pouca eficiência no tratamento do nobre mancebo.



Imagem 9: Hogarth, William, “Marriage A-la-Mode: 3, The Inspection”, 1743. Domínio público, Wikimedia Commons. The National Gallery, NG115.

O jovem nobre, para piorar sua imagem, não parecia preocupado com a sua condição sífilítica, o que se reconhece por seu sorriso descontraído.

⁷¹¹ Uma leitura sobre diferentes aspetos da série pode ser vista em Márcia Bessa Marques, “Lendo *Marriage A-La-Mode*, de William Hogarth”, in Alcinda Pinheiro de Sousa et al. (eds.), *A Palavra e a Imagem*, Lisboa, Colibri, 2007.

Durante todo o século, o mal gálico foi fortemente relacionado com práticas sexuais consideradas amorais. Seja no quadro aqui discutido, em Gardanne e em tantos outros autores, afirmava-se que uma das maneiras de o mal ser contraído era “pelo comercio impuro com uma pessoa infeccionada”⁷¹². Um problema piorado pela carência de cuidados, devido aos receios de muitos em serem apanhados com os sintomas gálicos, ou pelo comportamento desonesto dos parceiros que transmitiam o mal às desavisadas esposas: “Oh!”, dizia Inácio Ferreira da Câmara, “Quantos maridos, por tal omissão [não se submeter a exame antes de casar], não fizeram de suas mulheres e filhos miseráveis participes de seu crime”. Mas a preocupação sanitária e moral dos médicos, embora majoritária, contrastava com as práticas furtivas destes homens setecentistas, chegando ao ponto de um médico incluir mercúrio num chocolate para que o marido pudesse ingeri-lo sem que a mulher soubesse ou até a tratasse sem que ela tivesse ciência que era portadora da doença⁷¹³. Os lucros advindos desta prática adivinhavam-se enormes.

Assim, sob o domínio do *mal français* num sociedade onde a doença e os seus terríveis sintomas eram uma realidade permente, as exigências por respostas foram pressionando as revisões aos tratamentos utilizados. É claro que o azougue não passou incólume. Por isso, vê-se aumentar consideravelmente sua aplicação e, por consequência, as considerações sobre o seu uso excessivo na medicação dos luéticos, ainda que não possamos deixar de notar a continuação da sua utilização, inclusivamente durante o século XIX⁷¹⁴. Razão pela qual obras críticas ao seu uso foram relegadas ao esquecimento. Das propostas absolutamente contrárias à adoção dos mercuriais, destaca-se o trabalho do cirurgião Henry Bradley, que

⁷¹² Joseph-Jacques Gardanne, *Methodo seguro e facil de curar o galico, composto por J. J. Gardane, Doutor Regente da Faculdade de Medecina de Paris... Traduzido em vulgar para servir de suplemento ao Avizo ao Povo do Doutor Tissot, e à Doutrina das enfermidades venereas do Doutor Plenck*, Lisboa, na Offic. de Antonio Gomes, 1791.

⁷¹³ Apud Betty Rizzo, “Decorums”, in Linda Evi Merians (ed.), *The Secret Malady: Venereal Disease in Eighteenth-century Britain and France*, Lexington, University Press of Kentucky, 1996, pp. 152–153.

⁷¹⁴ Célia Lopes et al., “Syphilis and cirrhosis: a lethal combination in a XIX century individual identified from the Medical Schools Collection at the University of Coimbra (Portugal)”, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, vol. 105, n. 8, 2010; Sheila Mendonça de Souza et al., “The girl from the Church of the Sacrament: a case of congenital syphilis in XVIII century Lisbon”, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, vol. 101, 2006; Sandra Assis et al., “A possible case of acquired syphilis at the former Royal Hospital of All-Saints (RHAS) in Lisbon, Portugal (18th century): a comparative methodological approach to differential diagnosis”, *Anthropologischer Anzeiger*, vol. 72, n. 4, 2015.

apontou de forma bastante clara que não havia droga mais imprópria e que qualquer pessoa que lesse seu texto não ingeriria um tal remédio⁷¹⁵. Mas estes documentos produziram pouquíssimo impacto, se é que o fizeram, num mundo tomado pelo mal gálico e carente por soluções farmacológicas eficazes.

Foi neste contexto que as resoluções adaptadas por Inácio Ferreira da Câmara ganharam espaço nas utopias médicas dos que se queriam ver livres ou menos dependentes dos mercuriais. Assim, Câmara propunha novas modalidades de cura, elegendo as plantas em detrimento do azougue: “[...] quem pode duvidar de que são elas [plantas] o remédio mais eficaz para destruir e expulsar a lues venérea? E quem ignora que são elas o único refúgio naqueles casos em que o mercúrio ilude?”.

Como notamos, esta nova possibilidade de tratamento estava em ascensão, mas a oposição continuava a ser imensa. Ferreira da Câmara pedia ao médicos que, ao menos, refletissem acerca dos novos tratamentos: “[...] suplico que dediquem algum esforço e solércia à aplicação das plantas”, já que o tempo garantiria a qualidade das novas técnicas: “os métodos, cuja soleira a passo incerto agora toco, há de ser por vós confirmado”.

Sua tese defendia abertamente a restrição da adoção do mercúrio no tratamento da lues venérea. Para ele, o facto de não se procurarem novas terapêuticas era péssimo para a Medicina: “não sei por que razão retornaram plenamente ao mercúrio, no qual, para escárnio da Medicina, de tal maneira sossegaram que não mais tentaram nem os remédios [já] experimentados nem novos”. Assim, procurando provar a eficácia dos fitoterápicos, Ferreira da Câmara realizou um resumo comparativo dos mercuriais criados por diferentes médicos ao longo da história. Seus modelos e técnicas foram escrutinados e as suas falhas foram igualmente apontadas. Para conferir validade a seu argumento, o *montpellerino* afirmava retoricamente que não tinha por intenção de “condenar injustamente o mercúrio e elogiar hiperbolicamente as plantas”.

⁷¹⁵ Henry Bradley, *A treatise on mercury, shewing the danger of taking it crude for all manner of disorders, after the present fashion, from its nature, its manner of operating in the human body, and facts*, London, Printed for J. Roberts, 1733.

Uma das suas queixas estava no aumento do uso do mercúrio. O então estudante dizia que ele começou por ser usado apenas na cura de manchas e feridas, mas o desenvolvimento da Química havia permitido a sua aplicação em áreas até então inacessíveis ao tratamento, ou seja, o interior do corpo humano. Com um tal avanço, as mais diferentes técnicas foram criadas. Este é o seu segundo grupo de críticas: autores renomados e referência em suas áreas foram citados (e criticados), assim como drogas populares que tiveram sua eficácia questionada.

Nem mesmo os *montpellerinos* foram poupados: o valorizado professor local Henri Hagenot, filho de Marguerite Astruc e de Jean Henri Hagenot, teve sua técnica de fricções e banhos, mais conhecida como “método de Montpellier”⁷¹⁶, classificada de pernicioso, além de ver a validade da salivação (então considerada como essencial para o tratamento) questionada. Menciona também outros métodos como as pílulas antivenéreas “de Keiser”⁷¹⁷ ou os pós de Goderneau⁷¹⁸ e não raras vezes os critica quando, por exemplo, analisa os efeitos negativos dos mercuriais e recomenda uma utilização cuidadosa.

Citando um conjunto de autores reconhecidos (como Jean François Fernel, Gabriele Falloppio, Leonhart Fuchs, Pierre Paulmier, Aurélio Minadoi e David Abercromby) que em diferentes momentos teriam negado o uso dos mercuriais, ele delineou a sua perspectiva. Afirmava que havia uma valorização excessiva de suas qualidades (“[as] preparações mercuriais, todas as quais foram por seus autores levadas às estrelas”); e, comparando-o a um veneno, mencionava Juan Baptista Montano para defender a sua supressão “de todo uso na Medicina”.

Para o *montpellerino* era difícil aplicar uma terapia como essa, especialmente porque o mal gálico, quando associado com outros males, enganava até o mais experiente dos médicos. Sobretudo as escrófulas e o escorbuto iludiam os

⁷¹⁶ A técnica foi publicada na *Mémoire concernant une nouvelle méthode de traiter la vérole* (1734).

⁷¹⁷ Antoine-François de Fourcroy, “Dragées de Keyser”, in Par une société de Médecins (ed.), *Encyclopédie Méthodique. Médecine*, vol. 5, Paris, Chez Panckoucke, 1792. Tomamos conhecimento deste verbete em Micheline Louis-Courvoisier, “An 18th century controlled trial prompted by a potential shortage of hospital beds”, *Journal of the Royal Society of Medicine*, vol. 100, n. 10, 2007.

⁷¹⁸ Henri Bonnemain, “La Poudre du chevalier de Godernaux”, *Revue d’Histoire de la Pharmacie*, vol. 60, n. 213, 1972.

curadores, que não hesitavam em empregar o mercúrio, piorando o estado da moléstia e fazendo com que o doente fosse “tirado da companhia dos vivos, pois o remédio [adequado] é tardiamente preparado”. Por isso, afirmava que apenas os médicos versados em sua aplicação deveriam fazer uso do produto e reiterava de modo cacofônico uma passagem de Boerhaave que defendia que, se usado, o mercúrio deveria ser empregado “com prudência por um médico prudente”.

Jean Astruc foi especialmente citado por ter apontado a intoxicação provocada pelo mercúrio (hidrargirose) e os seus nefastos sintomas. O professor de Montpellier recomendava uma aplicação moderada, se se quisessem evitar danos. Mas também Astruc foi criticado, uma vez que estas equilibradas dosagens não trariam o sucesso devido:

[...] para que o mercúrio debele o vírus venéreo, requer-se certa quantia dele introduzida no sangue e determinado período de tempo; e como não podemos sabê-lo senão por conjetura, logo este método não é bom nem seguro. O médico confiante na virtude do mercúrio e baseado na leveza dos sintomas, julga curado o doente, enquanto a doença recrudescer e causa tragédia pior que a anterior.

O estudante afirmava de modo intenso que o mercúrio muitas vezes criava uma falsa ideia de cura. Ele lembrava ainda que outros sintomas adviriam em decorrência do mal francês. Alguns curáveis, como a gonorreia, as cristas, fístulas e úlceras, mas outros intratáveis, como os tumores, a impotência, a ferida no útero, e a queda do nariz.

Com toda esta exposição dos problemas advindos da utilização das pílulas, pomadas e dos diversos mercuriais, a solução fitoterápica defendida pelo autor parecia um mal menor diante de um remédio que mais se assemelhava a um veneno. Nesta lógica, o tratamento sem azougue não só era possível, como desejável, especialmente num mundo em que se cria que “sem mercúrio não há cura”. Considera a utilização de diferentes plantas antivenéreas apontando o

método de preparação, afastando-se da lógica dos segredistas⁷¹⁹. De entre estas plantas, estavam o guaiaco ou pau-santo, a *Lobelia syphilitica* (também conhecida por lobélia azul) e a salsaparrilha.

Utilizou-se de autores que, mais uma vez, eram considerados referência na discussão sobre a lues venérea⁷²⁰. Remédios como o famoso “Rob Antisyphilitique”⁷²¹, um xarope que não continha mercúrio e que era feito à base de frutas e vegetais (*rob*), foram elogiados e defendidos. A salsaparrilha foi elevada à condição de salvadora das tropas nas fronteiras da América hispânica⁷²², a caroba [*Jacaranda caroba*] ajudava a tratar os cancros (úlceras) e a raiz de jurubeba, já usada anteriormente pelos povos do “Brasil”, era vista por ele como uma cura confirmada contra a gonorreia⁷²³.

De um modo geral, eram plantas utilizadas para purgar, expelir ou depurar o mal venéreo, razão pela qual também deveriam ser utilizadas com alguma cautela. Ferreira da Câmara e seus colegas antimercuriais acreditavam no poder de cura vegetal. Não por coincidência, o seu uso na Medicina popular em África, no Canadá, China e Brasil foi enaltecido por ele em detrimento de soluções controversas como o mesmerismo:

⁷¹⁹ Para uma introdução sobre os remédios de segredo, cf. Hélio de Jesus Ferreira de Oliveira Pinto, *Jacob de Castro Sarmiento e o conhecimento médico e científico do século XVIII*, Tese de Doutorado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2015, pp. 61–78.

⁷²⁰ Notamos que o apanhado, feito por Manoel Gomes de Lima no século XVIII, de obras históricas que tratam do assunto, refere por diversas vezes a utilização do guaiaco. Manoel Gomes de Lima, *Memorias chronologicas e criticas para a historia da cirurgia moderna ou Noticia dos principaes progressos, revoluçoens, descobrimentos, seytas, privilegios, Academias, obras impressas, e varoens famosos da cirurgia, desde a conquista de Constantinopla pelos turcos, ate o tempo prezente*, Porto, na Of. Episc. do Capitaõ Manoel Pedroso Coimbra, 1762.

⁷²¹ Sobre o remédio, sua composição, sucesso, distribuição para as tropas e discussão académica (mencionada por Ferreira da Câmara), cf. William Renwick Riddell, “Le Rob Antisyphilitique de Boyveau-Laffecteur”, *The Public Health Journal*, vol. 15, n. 11, 1924.

⁷²² “a maior parte dos soldados que saem da capital do Brasil, *vulgo* Rio de Janeiro, para munir as nossas fronteiras com os hispânicos foi infectada pelo vírus venéreo [...] e os que não succumbem, dentro de um ano livram-se completamente da lues venérea. Essa cura não se atribui a outra coisa senão à salsaparrilha que cresce em abundância junto aos rios e às águas das fontes e que é macerada aí mesmo”.

⁷²³ “Quanto à raiz [...] atesta o ilustríssimo Gouan que é útil não só nas mesmas doenças, como também na gonorreia e na urinação de sangue [...]. Também esta prática está de pleno acordo com a dos médicos brasileiros, nossos conterrâneos que, imbuídos da antiga experiência do povo, prescrevem raízes de jurubeba [...], em decocção, para a cura da gonorreia e das obstruções do fígado”.

Talvez vos admireis, mas é digno de saber que aquela gente possui outros segredos que superam os [segredos] mesméricos [partidários do, relativo ao mesmerismo⁷²⁴]. Daí as mortes violentas e as doenças crônicas, que são impossíveis de conhecer, e são por vezes curadas apenas pelos Nigrítas [pelos negros]. A causa de tamanho mal, a plebe ignorante atribui ao sortilégio, e os médicos, vendo os sintomas horrendos e desconhecidos, ficam atónitos.

No tratamento da doença, seriam os conhecimentos tradicionais dos povos nativos de África e América que teriam a superioridade num procedimento bem administrado. Os negros (escravizados), com seus fitoterápicos e não com os encantamentos e feitiços que a “plebe ignorante” lhes atribuía, faziam preparados que curavam num curto prazo e o doente não voltava a apresentar “nem sequer os menores sintomas da lues venérea”. Mas importa notar que, para o *montpellerino*, a excelência não estava nos saberes dos negros, mas nas plantas administradas.

Além disso, suas justificações tinham um tom ambíguo de valorização e despreço pela América e pelos povos americanos. Ao mesmo tempo em que considerava as populações autóctones do Novo Mundo como ignorante e bárbaras, Inácio Ferreira da Câmara também procurou atenuar explicações, como a realizada por Jean Astruc, que imputavam a origem da doença à América. Ele acrescentava a dramática referência ao cerco de Nápoles e a justificação de que a enfermidade teria surgido em decorrência da antropofagia ali ocorrida⁷²⁵. Seu modelo explicativo procurava igualar o Velho ao Novo Mundo, comparando os efeitos que certas frutas e carnes de animais da América ou o papel desempenhado pelo canibalismo ocorrido em Nápoles teriam no surgimento da doença. Conclui, todavia, que teria sido “sobretudo no cerco de Nápoles” que a “lues venérea também teve origem”.

⁷²⁴ Mesmerismo ou magnetismo animal foi uma concepção médica desenvolvida por Franz Anton Mesmer fundamentada na ideia de que um fluido invisível cobriria os seres animados e que este possuía uma relação então desconhecida com os astros celestes. Para o referido médico, a descoberta deste princípio permitiria curar doenças até então tratadas sem sucesso. Apesar de sofrer críticas contundentes, importa notar ainda que esta teoria continuou a influenciar diversos médicos durante o século XIX. Para mais, cf. sua obra *Mémoire sur la découverte du magnétisme animal*, 1779.

⁷²⁵ Essa referência à antropofagia foi anteriormente discutida por outro aluno de Montpellier (Petrus Benoist), que questionou em seu *Quaestiones duodecim propositae pro regis professionibus vacantibus*: “A origem primeira da lues venérea é a antropofagia?”.

A plebe, dizia ele, se livrava das doenças venéreas devido a administrações fitoterápicas, como o bálsamo de copaíba. E como não poderia haver nada de errado com estes antissifilíticos vegetais, argumenta que se o tratamento não foi bem sucedido, tal dever-se-ia à complexidade da moléstia ou à inabilidade médica em sua aplicação, mas não à planta em si⁷²⁶.

Esse raciocínio se fazia mais presente devido à possibilidade de uma enfermidade abrir espaço para outras moléstias. Seguindo as concepções médicas de então, o tratamento para estes males deveria ser adaptado de maneira conjunta, de modo a que o paciente não sofresse os contratemplos de ver um remédio piorar a condição de outra doença. Propunha que em primeiro lugar se tratasse da doença mais perigosa. O escorbuto, exemplo preferido pelo autor para analisar as complicações sífilíticas, deveria ser observado se era do tipo marítimo ou terrestre. Era suposto considerar a compleição do doente e o estado da doença, para só então aplicar os “remédios a ele convenientes e depois combinados com antivenéreos”.

Portanto, a tese de Inácio Ferreira da Câmara criticava não apenas a utilização do mercúrio como tratamento de moléstias venéreas. A fragilidade dos argumentos retoricamente defendidos no princípio da tese, de que apenas queria comparar os métodos terapêuticos, fica especialmente demonstrada quando ele ressaltou a prejudicialidade e ineficácia da medicação mercurial, qualificando-a de “incômoda, falaz e perigosa”, chegando mesmo a rotulá-la de engodo, ao afirmar que ela “engana dia após dia os maiores peritos na Arte Médica”. Podemos notar claramente que este estudantes pertencia ao diminuto mas ruidoso grupo daqueles que procuraram desacreditar as vantagens do mercúrio, sugerindo soluções alternativas.

Uma vantagem apontada na utilização dos fitoterápicos era a de que inclusivamente as plebes ao redor do império luso, sem qualquer formação médica

⁷²⁶ Ele afirma: “[...] foram [as plantas] por outros impugnadas, pois empregaram-nas sem sucesso, creio eu, por causa da pertinácia, da complexidade da doença ou do método impróprio de emprego”. Em outro momento ele diz: “Não duvidamos que a salsaparrilha seja um ótimo antissifilítico, embora hoje na Europa produza resultados moderados; isso ocorre creio que por causa da ebulição. Para extrair a virtude medicamentosa dessa raiz, basta a maceração, que ou desaparece pela ebulição ou diminui, como aprendi nas preleções do ilustríssimo professor deste Ludovicée, Dr. Gouan”.

(“homens ignorantes e bárbaros, que nunca tocaram a soleira da Medicina”) podiam utilizar estes produtos. Para além de ocasionarem menos mortes que o tratamento com mercúrio, podiam ser altamente eficazes. Para ele, a doença que se queria combater não estava presa ao mundo colonial, mas a terapia proposta demandava conhecimentos especializados e a institucionalização de uma estrutura pública que fosse capaz de identificar e testar as plantas necessárias ao melhor tratamento. Foi o que ele acabou por fazer quando, de seu regresso ao domínio luso na América, passou a servir o império no Jardim Botânico da Bahia, procurando investigar as qualidades terapêuticas de plantas e enviando remessas para a corte.

Os mecânicos ganham as Luzes: Sousa Ribeiro e a Medicina livreira de fins de século

A tese de Joaquim José de Sousa Ribeiro também era uma exposição resumida das ideias centrais do autor, tal como percebemos em diversos outros trabalhos apontados na introdução deste capítulo. Por meio de sentenças médico-filosóficas apresentadas sob forma de aforismos, o *montpellerino* teve necessidade de reiterar que a Medicina era um saber útil, quando abriu seu texto a citar que “sabe não quem conhece muito, mas quem conhece o que é útil”; e também quando afirmou, em agradecimento a Deus, que esta era uma ciência útil (e quase divina!). Diferente de outros estudantes, porém, ele não culpou a dimensão reduzida de seu texto a achaques e afins, apenas se eximiu referindo que pela complexidade do tema, uma abordagem mais profunda exigiria “todo um volume”.

Apesar de ter escrito uma tese diminuta e sem grandes inovações, importa notar que a ideia que movia este *montpellerino* estava envolta num ideal de conhecimento médico e cura ampla. Enuncia um conjunto de axiomas dedicados a expor as causas e curas relacionadas com princípios específicos da filosofia mecanicista. Para ele, seria esta a teoria que melhor explicaria a origem das doenças. Em sua visão, a capacidade de integrar os diferentes elementos e observar a etiologia de modo amplo era um atributo da filosofia mecânica. Ou seja, ele adota

esta teoria por crer que ela fosse capaz de dar uma resposta terapêutica eficaz a um sem-número de doenças, sem se ater a minuciosidades e variações que demandariam explicações e diferentes métodos de cura. Por isso ele negou a atribuição das moléstias a apenas um elemento⁷²⁷, afirmando que as “seis coisas não naturais” geralmente ocorriam em conjunto. Esta não era uma ideia propriamente nova, pois anos antes António Nunes Ribeiro Sanches havia procurado dar uma visão mais ampla do corpo, criticando explicações exclusivamente baseadas nos sólidos ou nos líquidos (humores)⁷²⁸.

Por um lado, curar a maior quantidade de pessoas com a menor dificuldade era um objetivo desejável, pelo que podemos afirmar que sua perspectiva estava atenta à saúde dos povos. No entanto, a ausência de informações concretas em sua dissertação e sobre a vida pós-Montpellier não nos permite definir, por exemplo, se houve e qual teria sido o grau de comprometimento e interesse que ele teria para com a população americana.

De outra parte, não somente pelas apropriações dos conceitos iatromecânicos, mas pela defesa do experimentalismo, é perceptível que o pensamento de Joaquim José de Sousa Ribeiro estava especificamente atrelado a esta corrente médica da Ilustração. Embora refira rapidamente a questão, este *montpellerino* foi enfático ao defender que vários médicos ainda não faziam uso da reflexão, pelo que praticavam “ofuscados por trevas”. Sua ideia de razão estava associada à experiência, instrumento mais que necessário para “iluminar” as explicações e os entendimentos médicos sobre as causas das doenças.

Seguindo mais uma vez a análise de Jean Luiz Neves Abreu, importa notar que o princípio de equilíbrio humoral não chegou a ser rejeitado pelos adeptos da

⁷²⁷ Ele nomeia, por exemplo, os seguidores de *Silvii* e de Pappen como aqueles que adotariam explanações baseadas apenas numa causa. Pappen também foi citado por Lineu (*Philosophia Botanica/Elements of Botany*) como um defensor da astrologia na explicação das partes machucadas ou doentes, neste caso, nas plantas. Quanto ao primeiro, é inconclusivo se se referia a Francisci ou Jacobi Silvii, embora nos pareça que era àquele. Afirma ainda que “as afecções do ânimo são alheias aos mecânicos”.

⁷²⁸ Jean Luiz Neves Abreu, “Ilustração, experimentalismo e mecanicismo”, pp. 96–97.

teoria mecanicista, sua linguagem foi adaptada⁷²⁹. Portanto, deixava-se de pautar a explicação das doenças como se fossem causadas apenas pela ausência da harmonia dos humores, no entanto o equilíbrio continuava a ser a chave explicativa básica: “os animais se conservam sãos quando permanecem no equilíbrio apropriado; contrariamente, os extremos destroem a máquina humana”.

Sousa Ribeiro praticamente substituiu a noção hipocrático-galénica de doença em favor da “Medicina das fibras”⁷³⁰. Para ele, a função essencial do médico mecanicista seria a de “reconhecer a fibra relaxada e tensa”. Embora não especifique, parece-nos que sua noção de *fibra* consistia numa unidade elementar da matéria, do corpo. Portanto, o papel desempenhado pela tensão ou frouxidão na formação da doença era muito próximo à ideia de desequilíbrio humoral, o que, a retomar a análise de Abreu, permite perceber uma modificação, mas não o abandono absoluto daquela concepção médica.

Outro elemento que ampara nossa análise é o do emprego da lógica dos opostos. Ao afirmar no fim de seu trabalho que sustentaria oralmente que doenças eram curadas por seus contrários, o autor enfatizava uma relação já há muito estabelecida na história da Medicina entre um ser e seu antagónico. Sua tese estava totalmente permeada por esta visão, razão pela qual ele se propôs a discutir os “vícios” e seus contrários; o que na linguagem hipocrática seria genericamente explicado como os desequilíbrios: as carências e os excessos. Foi por essa razão que ele prescreveu banhos quentes (além de malváceos, gomados e alimentos viscosos) para cortar os efeitos negativos do ar frio.

Negando acatar as paixões da alma como uma razão plausível de explicação etiológica, ele comparou as cinco coisas não naturais restantes, observando o efeito que cada uma teria nos fluidos e nos sólidos. Com exemplos nem sempre muito

⁷²⁹ *Ibid.*, p. 96.

⁷³⁰ Hisao Ishizuka esclareceu que apesar de terem tido presença constante no pensamento médico setecentista, a historiografia da medicina relegou a importância das fibras a elementos específicos, atrelando-a ao pensamento de Haller, por exemplo, mas deixando de notar sua dimensão e impacto em Boerhaave e em diversos outros pensadores de então. Embora o texto esteja geograficamente localizado no universo inglês, é clara a dimensão continental da questão. Hisao Ishizuka, *Fiber, Medicine, and Culture in the British Enlightenment*.

claros, o autor procurou expor estes desequilíbrios e indicar curas particulares a cada um. Como se pode ver no pequeno quadro sintético que segue, não seria incorreto afirmar que, para além das noções filosóficas iatromecânicas, a base de seu pensamento médico era constituída pelos opostos e pelo equilíbrio entre eles.

Ar frio	Ar quente
Fome	Alimento
Movimento	Repouso
Vigília	Sono
Excreções	Retenções

Quadro 2: Representação sintética do pensamento médico de Sousa Ribeiro. Ele analisou cada um destes pontos, salientando seus efeitos inversos nos sólidos e fluidos.

Os aforismos não exemplificavam de forma substancial o tema que discorriam, mas permitiam perceber que para além das interações entre fluidos e sólidos, ele tomou de empréstimo a concepção mecanicista de saúde-doença, genericamente preconizada por Boerhaave e pelo médico e professor pietista Friedrich Hoffmann⁷³¹. Por isso, convém que deslindemos estes pontos de forma mais detalhada.

A fome foi relacionada com a constituição frágil e a diminuição de volume corpóreo. Seu contrário, era a abundância e o excesso. Assim, o “vício” na alimentação poderia gerar hemorragias nas narinas, da mesma forma que levaria a uma compleição corpulenta (“têm fibras túrgidas”). Os caldos gordos aos “doentes de fome” parecem a solução mais óbvia, mas sua receita para os excessos de alimentos não têm absoluta clareza. Segundo ele, os acres seriam a solução ideal. De toda a forma, apesar de implicar em várias possibilidades terapêuticas, o acre tinha na qualidade corrosiva seu maior emprego médico, o que nos parece ter sido o elemento justificador para a sua indicação.

⁷³¹ Para mais, cf. Roger Kenneth French, “Sickness and the soul: Stahl, Hoffmann and Sauvages on pathology”, in Andrew Cunningham and Roger Kenneth French (eds.), *The Medical Enlightenment of the Eighteenth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p. 98.

Quanto à relação movimento/repouso, a prática de exercício, para além de gerar um calor intenso nos fluidos, seria a razão pela qual os trabalhadores teriam uma constituição mais vigorosa. Já o repouso, seu inverso, teria nos melancólicos e histéricos a prova de seus efeitos, devido a vida sedentária. E tal como o exercício foi associado ao vigor, a ausência deste faria com que os sólidos ficassem tenros. As receitas empregadas neste caso também não parecem muito claras: os subácidos foram indicados para os movimentos e os amargos para o repouso, em razão de suas propriedades tónicas.

O ar frio, como havíamos mencionado acima, estava ligado à rigidez e ao vigor, enquanto que ao ar quente era atribuída a fluidez. Exemplo máximo desta relação seria a robustez dos povos do norte em contraposição aos do sul, uma visão todavia contestada por diferentes ilustrados naturais da América⁷³². Os já referidos banhos quentes e afins controlariam os problemas do ar frio, sendo que, para ele, seria o sal, por combater o glúten, o melhor resolutivo para os problemas advindos dos ares quentes: “Estas fibras e humores são curados pelos salinos, que livra do humor glutinoso, e *no Brasil costumamos temperar as carnes com sal por causa do glúten*” (grifos nossos).

A ausência de sono, por sua vez, provocaria nos fluidos um humor acre, mas este autor procurou explicar como a transformação se dava no corpo e não as consequências deste “vício”. Foi nos sólidos que Sousa Ribeiro apontou os efeitos da vigília. Segundo ele, o homem de letras que ficava acordado à noite acabava por apresentar uma constituição macilenta, pálida, cadavérica. Seu antónimo, o sono, não trazia consigo a tranquilidade, mas sim o peso da obesidade, assim provocada tanto nos fluidos, que se tornavam oleosos, quanto nos sólidos, que ficavam graxos.

Por fim, os vícios das excreções foram apontados como algo que tornaria os fluidos mais densos. Para o *montpellerino*, o sangue terminava condensado porque a eliminação desproporcionada do soro sanguíneo fazia com que o cruor restasse só,

⁷³² Rafael Dias Campos, “Envisioning a New World: Americans’ reactions to European narratives in the late eighteenth century”.

de modo que “os fluidos do corpo vivo se tornam densos”⁷³³. Nos sólidos, a explicação baseou-se num aspeto delicado para diversos partidários da filosofia médica mecanicista: a libidinosidade. Explicar de forma física este comportamento era um desafio para Ribeiro, isso ocorria porque quando das excreções em excesso os sólidos ganhavam características ardentes, fazendo com que os muito libidinosos se tornassem igualmente inflamados. Os seus opostos, as retenções, foram talvez dos elementos a que o autor apontou exemplificações mais claras. Nos fluidos, a não excreção geraria tumores e congestões na “máquina” humana, enquanto que nos sólidos faria com que se tornassem húmidos, criando-se por exemplo as hidropisias, no caso das excreções serosas⁷³⁴. A cura nestes casos era ampla: sopas, caldos aguados e as frutas da estação regulavam os desequilíbrios. Já nos sólidos, a solução era bastante clara: como criava-se humidade, o remédio era seu contrário, os secos.

Sem maiores novidades, nem grandes discussões, a tese de Sousa Ribeiro trouxe consigo uma perspetiva médica que se relacionava com disciplinas em formação num contexto de profusão da “Medicina Iluminista”. Sua conceção médica procurava dar a perceber a interligação dos fenómenos, como era o caso das retenções dos fluidos que acabavam por gerar congestões e tumores na “máquina”, abrindo assim as portas a outros problemas. Sua exposição demasiadamente generalista omitiu, no entanto, informações adicionais que permitiriam perceber, por exemplo, se as frutas da estação a que ele se referia eram frescas ou em conservas, se eram cítricas, oleaginosas ou doces. Tais impossibilidades, porém, não diminuem a importância desta obra até agora pouco ou nada conhecida; bem como sua inserção na teia das ideias mecanicistas, especialmente se considerarmos o “local” de que falava, um luso-brasileiro na Universidade de Montpellier defendendo sua proposta médica.

⁷³³ Note-se que esta é, em termos genéricos, a argumentação de Sousa Ferraz acerca dos efeitos do calor.

⁷³⁴ A hidropisia é justamente um inchaço decorrente do acúmulo de serosidade.

Exclusão social e economia colonial, a lepra e a saúde dos povos

Causada pela *Mycobacterium leprae*, uma bactéria do mesmo género que a tuberculose ou a úlcera de Buruli, a hanseníase, como hoje é conhecida a lepra, é uma infecção crónica, debilitante e desfigurante⁷³⁵. Por ocorrer predominantemente em países em desenvolvimento, onde a desigualdade e a carência de serviços de saneamento desempenham papel fundamental, é atualmente categorizada como uma Doença Tropical Negligenciada, incluindo-se num grupo de enfermidades que prevalece não apenas em zonas de pobreza e alta desigualdade, como igualmente contribui para a consolidação destes quadros⁷³⁶. Não há garantias sobre sua origem, mas investigações genómicas recentes atribuem-na aos continentes asiático e africano⁷³⁷.

Sua forma de transmissão mais conhecida ocorre entre humanos, pela respiração ou através de lesões na pele e pela inoculação (tatuagens, por exemplo), mas este paradigma tem sido questionado devido à observação de que o patógeno pode ser encontrado em outros animais (zoonose) e até mesmo no ambiente⁷³⁸. De entre seus principais sintomas estão a privação de sensibilidade, lesão e perda das extremidades como dedos e tecido nasal, desfiguramento facial e cegueira. Todavia, sinais clínicos menos característicos podem variar substancialmente de um doente a outro⁷³⁹, o que a torna de difícil identificação. Outro complicador na identificação e tratamento decorre de seu longo período de incubação, que pode variar de dois a cinco anos, chegando nalguns casos a intervalos de oito a doze anos⁷⁴⁰. Por tais

⁷³⁵ Ann G. Carmichael, "Leprosy", in Kenneth F. Kiple (ed.), *The Cambridge world history of human disease*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

⁷³⁶ Ministério da Saúde, Brasil, "Doenças negligenciadas: estratégias do Ministério da Saúde", *Revista de Saúde Pública*, vol. 44, n. 1, 2010.

⁷³⁷ Marc Monot et al., "On the Origin of Leprosy", *Science*, vol. 308, n. 5724, 2005.

⁷³⁸ Maria Luisa Bezerra de Macedo Arraes et al., "Natural environmental water sources in endemic regions of northeastern Brazil are potential reservoirs of viable *Mycobacterium leprae*", *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, vol. 112, n. 2, 2017; Martin W. Bratschi et al., "Current knowledge on *Mycobacterium leprae* transmission: a systematic literature review", *Leprosy Review*, vol. 86, n. 2, 2015.

⁷³⁹ Ann G. Carmichael, "Leprosy".

⁷⁴⁰ Amanda N. B. Fontes et al., "Genotyping of *Mycobacterium leprae* for better understanding of leprosy transmission in Fortaleza, Northeastern Brazil", *PLoS Neglected Tropical Diseases*, vol. 11, n. 12, 2017.

características, é usualmente tratada com uma combinação de antibióticos e prevenida em crianças com a vacina BCG⁷⁴¹.

Como salientamos na introdução deste capítulo, a tese de Vicente Gomes da Silva exemplifica as dificuldades de se analisar estas dissertações académicas pela capa. Embora afirmasse em seu título que discutiria a elefantíase, ele na verdade analisou a lepra, uma moléstia igualmente famosa pelos danos que causava, em especial em sua região natal⁷⁴². Assim, como o título se referia à “elefantíase dos gregos” – *elephantiasis graecorum* –, o leitor moderno seria facilmente levado em erro caso analisasse seu trabalho apenas com base nesta informação, supondo então que sua tese trataria da elefantíase.

Importa ter presente que, apesar de ser costumeiramente lembrado por ter sido referida na *Bíblia*⁷⁴³, o mal de São Lázaro foi estigmatizado e utilizado para conter moralmente diferentes povos e credos⁷⁴⁴. Muitas dermatoses eram chamadas de lepra e com ela confundidas. Diversos relatos anteriores ao século XVIII usaram o termo mas não se referiam exclusivamente a esta doença⁷⁴⁵, uma confusão terminológica que continuou ao longo da era moderna. Crítico mordaz desta indefinição, Bernardino António Gomes chamava a atenção para o pouco caso que as doenças de pele recebiam e identificava algumas expressões mal-empregadas por diversos autores, pelo que procurou traçar uma distinção:

[...] quase todos os escritores sobre doenças cutâneas tem empregado muitos termos. Em que confusão não fica [aquele que,] consultando pela primeira vez as obras [...] dos Árabes, encontra descrita com o nome de *Lepra* a enfermidade, que os Gregos tinham [...] descrita com o nome de

⁷⁴¹ Diana N. J. Lockwood and Sujai Suneetha, “Leprosy: too complex a disease for a simple elimination paradigm”, *Bulletin of the World Health Organization*, vol. 83, n. 3, 2005.

⁷⁴² Márcio Magalhães Andrade, *O princípio do mal: a ameaça leprosa no Rio de Janeiro colonial*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2005.

⁷⁴³ Richard Mead, “The leprosy”, in *Medica sacra; or, a commentary on the most remarkable diseases, mentioned in the Holy Scriptures*, London, printed for J. Brindley, 1755.

⁷⁴⁴ S. G. Browne, “Some aspects of the history of leprosy: the leprosie of yesterday”, *Proceedings of the Royal Society of Medicine*, vol. 68, n. 8, 1975.

⁷⁴⁵ Arthur C. Aufderheide and Conrado Rodríguez-Martín, “Leprosy”, in *The Cambridge Encyclopedia of Human Paleopathology*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011, pp. 147–148.

Elephantiasis, e acha depois em alguns dos mesmos Árabes o termo *Elephantiasis* designando uma diversa enfermidade?⁷⁴⁶.

Mas a nomenclatura foi somente parte do problema. Desde há muito que esta enfermidade está relacionada com a desigualdade. Se hoje é especialmente associada à pobreza, durante muito tempo a maneira de remediá-la foi a exclusão social. Vivificação plena dos morredouros discutidos anteriormente, os lazaretos foram locais utilizados no século XVIII (e não só) para afastar o que não se queria ver (vide Apêndice 10.5.2).

Mas houve aqueles a quem nenhuma assistência foi dada. Philippe Fermin⁷⁴⁷, assinalou como se costumava proceder com os lázaros do Suriname, especialmente os escravizados. No relato sobre a *boisi* (*boisie*), maneira local de se referir à “elefantíase dos gregos”, descreveu afeções cutâneas típicas como o *ring-worm* e o *kras-kras*. Além de informar que a lepra poderia durar dez, vinte ou até trinta anos, relatou como os cativos com esta moléstia eram tratados: “Uma vez que um escravo é atacado, indicamos-lhe um lugar de habitação na mata; e ele é obrigado a terminar seus dias ali, sem ter qualquer comunicação com os outros escravos [...]”⁷⁴⁸. Esta descrição é reveladora da exclusão imposta aos negros lazarentos. Considerada por Fermin e tantos outros agentes de cura como um mal incurável, a lepra implicava segregação, a única forma de proteção dos sãos contra uma “contaminação” geral.

Até mesmo aqueles que a consideravam tratável expuseram semelhantes condições de exclusão: Godefredus Wilhelmus Schilling, autor com visão mais otimista que Fermin, relata os traços da exclusão imposta aos escravizados, que eram deixados à própria sorte⁷⁴⁹. A morte parecia então o melhor remédio para

⁷⁴⁶ Bernardino António Gomes, *Ensaio dermosographico*, p. VIII. Com modificações.

⁷⁴⁷ Importa notar que Fermin adotou muitos termos empregados pelos próprios *criollos*. Nesta e em outras obras (*Description générale, historique, géographique et physique de la colonie de Surinam*), pode-se perceber que ele, diferente de outros agentes imperiais europeus, exibiu uma visão positiva dos povos americanos e inclusive chegou a falar que eles sabiam se moderar no trabalho, sem fazer apologia da filosofia do trabalho, de que tantos indígenas foram alvos. Philippe Fermin, *Traité des maladies les plus fréquentes à Surinam, et des remèdes les plus propres à les guérir: Suivi d'une Dissertation sur le fameux crapaud de Surinam, nommé Pipa, & sur sa génération en particulier, avec figures en taille-douce*, Maestricht, Chez Jacques Lekens libraire, 1764, pp. 109–128.

⁷⁴⁸ *Ibid.*, p. 127.

⁷⁴⁹ *Apud* Stephen Snelders, “Leprosy and slavery in Suriname”, p. 448.

aqueles que eram exilados em matas do interior, sem quaisquer cuidados e atenção e que não contavam sequer com soluções paliativas⁷⁵⁰.

Mas não nos parece que a marginalização imposta aos morfeicos, racializada num mundo colonial de desigualdades, se possa reduzir a uma mera questão de dominação e opressão. Sob o ponto de vista do senhor, esta exclusão escrava era uma perda de capital. Embora sujeitos a óbito por maus tratos e pelas péssimas condições dos navios desde o momento em que partiam rumo à América, não nos parece que o abandono à morte possa ser comparado às práticas de controle e punição a que foram submetidos. Nossa perspectiva em relação a este processo de marginalização absoluta é a de que os morfeicos, em especial os escravizados, foram alvo de tal ostracismo porque (a) não se conhecia cura efetiva para o mal de São Lázaro, (b) temia-se sobremaneira seu poder contagioso⁷⁵¹ e (c) porque os efeitos da doença e o seu estigma impunham medo e desejo de distanciamento. O senhor de escravizados preferia perder seu investimento a permitir a possibilidade de conspirar-se e aos demais sob seu poder (mulher, filhos e “criados”).

Não foram apenas os desfiguramentos corporais que chamaram a atenção, como também seu poder contagioso. Apesar das discussões e questionamentos a este respeito, notamos que, na dúvida, preferia-se prevenir que remediar o irrecuperável, já que a maioria dos agentes de cura acreditava que uma vez tocado pelo “veneno” da lepra, a terapia seria mais uma forma de mitigar os sintomas do que de combater o mal.

Um dos elementos mais debatidos foi uma forma de transmissão com especiais consequências morais, o sexo. Schilling, por exemplo, condenava o desejo sexual desmedido e salientava a necessidade de controle dos povos escravizados

⁷⁵⁰ Importa perceber que não procuramos universalizar este *outro* a ser excluído, os escravizados eram os alvos principais nas sociedades coloniais de século XVIII, mas isso não implica que judeus, ou povos tropicais não-brancos, não o tenham sofrido segregações semelhantes. Para um caso no século XIX de segregação racializada com base na lepra, vide o quarto capítulo do interessante estudo de Alison Bashford. *Imperial hygiene: a critical history of colonialism, nationalism and public health*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2004.

⁷⁵¹ Márcio Magalhães Andrade, *O princípio do mal*, pp. 83–90.

como meio de evitar a difusão da doença⁷⁵². O historiador Stephen Snelders procurou salientar que o médico do hospital militar de Paramaribo também não teria poupado críticas aos europeus e suas predisposições carnais. Mas o facto é que as relações sexuais reprovadas pelo médico do Suriname foram apenas as inter-raciais. Portanto, suas reprimendas morais foram feitas unicamente à medida do contacto com africanos.

Assim, exclusão e atribuição de responsabilidade moral e racial aos povos escravizados foram elementos que marcaram profundamente a inserção da lepra no mundo imperial. Combatê-la estava na ordem do dia em governos de diferentes capitais, posto que uma doença mortífera e socialmente marcante como a doença minava braços e cérebros que acabavam por ser deixados à sorte ou colocados em instituições de abrigo e à exclusão. Europeus que viveram a realidade colonial e americanos que estudaram na Europa foram os principais autores a se dedicar ao estudo do tema. Em nosso caso, esta realidade está representada na tese de Vicente Gomes da Silva.

Sua dedicatória ao patricio Manuel Arruda da Câmara é um exemplo revelador não só das relações vividas em Montpellier, mas igualmente da presença da ideia de Estado no quotidiano destes alunos. Sua bela homenagem de amizade e afeto a este estudante do curso médico francês agradecia os benefícios recebidos e rogava o amor à pátria de uma forma que relacionava o serviço público e o utilitarismo à realização máxima que um *alumni* de Montpellier poderia esperar: “serei feliz, três vezes feliz, se ainda puder ver os dias em que teus trabalhos sejam úteis à pátria”.

Não se pode deixar de notar que seu texto estava imbuído do mesmo senso de atenção à realidade colonial já percebido, por exemplo, em José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão e José Joaquim da Maia Barbalho, os autores que discutiram a erisipela. A lepra tinha uma presença constante na cidade do Rio de

⁷⁵² Stephen Snelders, “Leprosy and slavery in Suriname”, p. 446, *passim*.

Janeiro⁷⁵³ e em todo o domínio colonial luso no Novo Mundo, sobretudo se notarmos as identificações de sua presença em regiões como o Mato Grosso⁷⁵⁴.

Seguindo o modelo dos tratados médicos de então, Gomes da Silva apresentou ordenadamente a história da doença, seus sintomas e causas, e por fim as formas de transmissão e de cura. O *montpellerino* seguiu o senso comum quando atribuiu a origem do mal de São Lázaro às regiões de Ásia e África. Ela teria chegado à América portuguesa por meio de tráfico de escravizados, nomeadamente os advindos dos domínios lusos em Angola. Além disso, ele concordou com Godefredus Wilhelmus Schilling e afirmou que os povos originários da América apenas foram tocados pelo mal de São Lázaro quando ocorreu o primeiro contacto com os europeus. Mas se ambos concordam em estabelecer tais origens, importa notar que Schilling estabeleceu uma explicação fortemente atrelada a elementos raciais, enquanto que Vicente Gomes da Silva tem uma explicação diferente para a proveniência da lepra.

O contágio foi outro ponto em que o luso-brasileiro difere daquele autor. Ainda que também tenha observado questões sexuais na transmissão da doença, o *montpellerino* não emitiu considerações morais contra os negros. Afirmou que preferia esperar por novos experimentos para tomar uma posição peremptória a este respeito: “adio minha sentença para quando puder apresentar um juízo acerca desse assunto com o auxílio de observações apropriadas”.

O aluno luso-brasileiro apresentou os sintomas mais característicos do mal de São Lázaro: pele grossa e áspera, face deformada por tumores, queda capilar, mau cheiro e paralisia das mãos e pés. Procurando clarificar a identificação da doença, delimitou um conjunto de ocorrências essenciais e outras apenas possíveis. Para ela ser definida como lepra, os primeiros indícios deveriam necessariamente ocorrer, enquanto que o segundo grupo estaria dependente do condições do doente e da sua exposição a outros males.

⁷⁵³ Márcio Magalhães Andrade, *O princípio do mal*.

⁷⁵⁴ Nauk Maria de Jesus, *Saúde e doença*, pp. 29–45.

Esta classificação estava atrelada à evolução da doença, dividida em quatro fases. A morfeia avançaria de uma afeção interna (1ª fase), para expressar-se externamente e multiplicar-se (2ª fase) e depois teria seus sintomas piorados (3ª fase), chegando então ao momento em que os dedos caíam e a face ficaria horripilante, como o representado por Schilling no frontispício de sua obra (4ª fase).

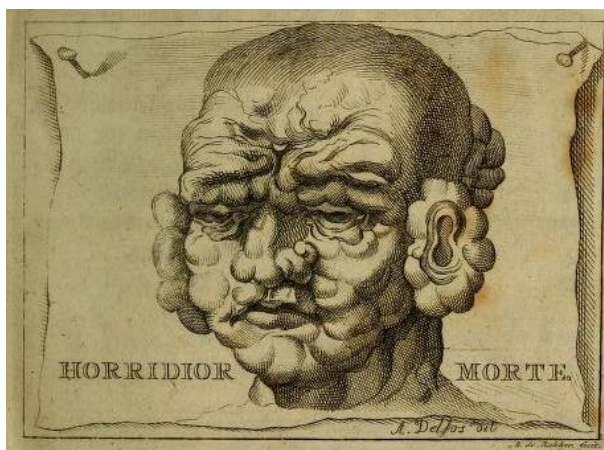


Imagem 10: Detalhe do frontispício da obra de Godefredus Wilhelmus Schilling, *De lepra commentationes* (1778).

Gomes da Silva descreveu detalhadamente cada uma destas fases, incluindo sintomas “essenciais” e “acidentais”. Na primeira, anotou as regiões abdominais como aquelas que seriam especialmente afetadas e todo um conjunto de sinais inespecíficos que, especialmente no universo médico de setecentos, poderiam ser relacionados com outras doenças. Outros, porém, pareciam bastante característicos da lepra, como a “expiração pesada e fétida”. Assim, os sintomas se manifestariam exteriormente somente após algum tempo. Com a externalização do mal (segunda fase), o “vírus” leproso avançaria para diversas partes do corpo, afetando orelhas, olhos, lábios, rosto, pernas, pelos e pele, entre outras. O inchaço e a perda de sensibilidade também começaria a ocorrer nesta fase.

O terceiro estágio da doença era um momento crucial na vida do morfeico. Acentuavam-se os sintomas anteriores e novas e piores características surgiam: seria neste instante que ocorreriam os terríveis efeitos no nariz (“corroem-se as cartilagens das narinas”). Os ossos ganhavam cáries; a perda de sensibilidade na pele atingiria seu nível máximo (“decai por completo a sensibilidade da pele”);

ocorreria hemorragia nos lábios; e todo o corpo exalaria odores fétidos: “[...] o hálito fede; as feridas fedem; os suores fedem; fede a sãnie [pus] que escorre das feridas; o sangue [...] saindo das veias, exala frequentemente um odor fétido”. Por fim, o último estágio da doença terminava por corromper as membros e por eliminar a pouca sensibilidade que ainda restava no corpo. Era a consagração de uma peça de horror em quatro atos, que se encerrava com “o mais miserável dos males, a morte”.

Estes sintomas teriam cura apenas nos primeiros momentos da doença, pois os tratamentos sugeridos por Silva somente seriam efetivos nos estágios primeiro e segundo. Sua constatação fazia sentido se se observasse a lógica interna das concepções médicas de setecentos e, principalmente, a sequência sintomática apresentada pelo autor, onde as fases três e quatro expunham um corpo afetado em diversas partes, inclusivamente com úlceras, hemorragias e corrosões. Nestas últimas, o objetivo já não era mais combater o mal, mas apenas procurar “estender-lhes a vida o máximo que pudermos”, pois a morte era garantida. O *montpellerino* conferia, portanto, uma solução a meio termo se lembrarmos que alguns autores que também vivenciaram a realidade colonial nas Américas acreditavam que a lepra não era curável, conquanto que outros a reportassem como totalmente tratável.

Seu complexo quadro terapêutico era reflexo desta visão. Para ele, a cura seria essencialmente feita por meio da eliminação do “vírus” da lepra e da prevenção das condições que fariam com que a doença surgisse e se desenvolvesse. Assim, apresentou um conjunto de seis pontos que deveriam ser seguidos: (1) dieta estrita; (2) abandono de locais impróprios; (3) realização de sangria; (4) emprego de purgantes; (5) restituição da transpiração e expulsão das matérias que continham o “veneno” leproso; e, por fim, (6) restauração do vigor corpóreo e da capacidade de reação física.

Embora o *montpellerino* os tenha apontado de forma conjunta, não seria equivocado salientar que os dois primeiros tratamentos se enquadravam no segmento da prevenção do que da terapia propriamente dita. Os alimentos como a carne, especialmente a de porco (relaciona-a com a opção judaica de não comer carne suína), deveriam ser evitados em favor dos caldos e vegetais. Mas salta à vista

a contradição do autor, que recomendou o abandono das carnes ao mesmo tempo que sugeriu a ingestão de víboras, *in natura* ou em caldos⁷⁵⁵. Outros cuidados prévios a serem tomados eram com o ambiente. Seguindo noções hipocráticas, ele recomendava que os meios extremos deveriam ser afastados: a humidade e o frio deveriam ser combatidos com fogo e o calor com a partida para locais mais amenos. Tudo em prol da manutenção de uma condição propícia para, juntamente com a alimentação, se evitar o surgimento e proliferação do mal de São Lázaro.

Nominalmente divergindo de alguns dos mais importantes professores da faculdade *montpellerina*, como Jean Astruc e Henri Fouquet, este estudante luso-brasileiro apresentou uma conceção terapêutica especialmente reveladora de como as críticas ao uso dos mercuriais passaram a ganhar espaço no universo médico-acadêmico de fins de século. Retoma assim a ideia de Inácio Ferreira da Câmara que negava o emprego de azougue num contexto de crescente predileção pelos fitoterápicos americanos e comprova a recorrência desta opção entre os alunos que saíram do América lusa para estudar em Montpellier.

Quando houver úlceras venéreas no corpo atacado de elefantíase [lepra], descartados os mercuriais que já desaproamos [...], deve-se administrar plantas antivenéreas brasileiras, [como] a *Lobelia syphilitica*, a salsaparrilha, [e] o guaiaco.

Mas apesar de sua predileção terapêutica, Silva não garantia uma resposta absoluta em relação à etiologia da doença. Sua posição ambígua fica clara quando se percebe que o *montpellerino* expressava uma deferência à autoridade. Apesar de ciente das diferentes interpretações sobre o que causava a doença, ele não fundamentou nenhuma posição favorável a algum grupo teórico. Sustentava que a lepra parecia ser uma consequência sanguínea, mas ao mesmo tempo ponderava ideias contrárias, como a do professor de Montpellier Jean Baptiste T. Baumes: “Quando afirma o ilustre professor Dr. Baumes que o sistema linfático é nesta doença afetado de modo primário e que o nervoso e o sanguíneo o são de modo secundário, não sei mais para que lado me volte”.

⁷⁵⁵ Parece-nos que as víboras entraram em sua sugestão dietética seguindo a lógica das simpatias/antipatias, pois o veneno destes ofídios combateria o “veneno” da lepra.

Segundo seus critérios, a moléstia seria provocada por um conjunto de agentes. Dividida em três grupos semi-independentes, a doença ocorreria quando o último destes fosse ativado. Se houvesse causas *predisponentes* como designava a sífilis, a varíola, o escorbuto e as febres⁷⁵⁶ bem com uma compleição frágil era mais fácil a um indivíduo adquirir a lepra.

Mas a pessoa não ficaria doente apenas por estar exposta a estas condições. Era preciso que outros elementos acentuassem os problemas provocados pelas causas *predisponentes* e produzissem, “cada um a seu modo”, o agente *imediate*. Diferentes elementos provocavam uma espécie de processo putrefaciente no corpo, seja por meio da “contínua humidade atmosférica”, que criaria uma maior dificuldade de transpiração, seja devido aos alimentos propensos a serem retidos no organismo. A alimentação ocupava uma posição tão proeminente em seu quadro etiológico que ele chegou a classificá-la como o motivo mais relevante: “Julgo que deve ser considerada sem receio a mais importante entre as causas predisponentes a plethora produzida pela ingestão imoderada de alimentos”.

Mas nem sempre um achacado por lepra sofria as consequências do pecado da gula. Os locais pantanosos, imundos, com seus vapores fétidos, somados à falta de exercício e aos abusos do sexo reuniram as condições para que uma pessoa já debilitada por outras doenças ou com compleição fraca adentrasse num estado de fragilidade onde a enfermidade se desenvolveria. Este processo conjunto (e necessário) de degradação que antecedia o surgimento da doença, parece ser a razão pela qual ocorreria a corrupção do sangue, por ele classificada como causa *imediate*.

Assim, podemos notar que as explicações deste autor sobre as causas, terapia e contágio da “elefantíase dos gregos” confluíam para reafirmar que se tratava de uma doença pútrida de difícil cura. Moléstia com graves consequências

⁷⁵⁶ Ele nomeia especificamente as intermitentes que se tinham degenerado, mas não seria de surpreender que febres podres e outras pudessem integrar este rol. Alexandre Rodrigues Ferreira afirma que esta febre não era propriamente “uma verdadeira putrefação”, mas sim “uma disposição para ela”. Alexandre Rodrigues Ferreira, in Angela Pôrto (ed.), *Enfermidades endêmicas da Capitania de Mato Grosso: a memória de Alexandre Rodrigues Ferreira*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2008, p. 58.

socioeconómicas, parece-nos que ele elegeu seu tema de tese devido à infestação de leprosos em sua cidade natal, o Rio de Janeiro. As inter-relações de sua tese com o mundo colonial, em especial quando recomenda a utilização de fitoterápicos brasileiros, são significativas do sentido de utilidade que ele dava à Medicina como elemento importante para servir o império. Após a formação, já tendo retornado para a capital carioca, sua dedicação às utilidades farmacológicas das plantas americanas permite-nos perceber como a sua terra natal e a atenção à saúde dos povos teriam influenciado em sua escolha pelo tema de tese.

Atento a uma doença com amplas consequências na vida da população e da economia colonial, Silva partiu de noções mais ou menos comuns para produzir uma visão singular da lepra. Discordando de autores que eram referência na área e de professores de sua própria faculdade, sugeriu a utilidade das plantas brasileiras comumente utilizadas contra outros achaques na cura da lepra. Sua visão do tema não foi apenas mais uma mera contribuição. Ainda assim, nada disso impediu que seu texto caísse no esquecimento de que algum dia sequer saiu.

Um imenso horizonte de curas, o tormento e o tratamento da tuberculose

A tuberculose é uma doença infectocontagiosa crônica que atualmente é tratada com uma combinação de medicamentos, nomeadamente antibióticos e inibidores enzimáticos⁷⁵⁷. Como apontamos na seção anterior, é causada por uma bactéria do gênero *Mycobacterium*. Também conhecida como bacilo de Koch, a *M. tuberculosis* pode atingir qualquer órgão do corpo, mas afeta principalmente os pulmões. Sua transmissão é essencialmente aérea, ou seja, pela fala, tosse, espirro. Sendo geralmente prevalente em zonas de maior pobreza e desigualdade

⁷⁵⁷ Derek J. Sloan et al., “Recent advances in tuberculosis: New drugs and treatment regimens”, *Current Respiratory Medicine Reviews*, vol. 9, n. 3, 2013.

socioeconómica⁷⁵⁸, tem sua incidência substancialmente aumentada em locais insalubres e aglomerados, como os presídios⁷⁵⁹.

Talvez exatamente por sua extrema mortalidade, acabou por se tornar uma enfermidade muito controvertida no período. Os mais diferentes autores, de renomados médicos a reportados charlatães, conferiram explicações sobre suas causas, tratamentos e características e não faltaram relatos de curas miraculosas. Estas contradições contribuiriam mais para dar incertezas do que para garantir um tratamento ordenado aos tísicos.

João Curvo Semedo, por exemplo, afirmava que a *phthisis* era um tipo de consumação bastante específica, resultante da ulceração no pulmão⁷⁶⁰. O médico inglês Christopher Bennet afirmava que as pessoas lânguidas, frágeis e menos dispostas às atividades físicas, geralmente descritas na literatura da época como “fleumáticas” ou “pituitosas”, eram especialmente afetadas pela doença⁷⁶¹. Benjamin Rush, por sua vez, tinha uma posição semelhante a este último. Ele acreditava que a doença, também conhecida como “consumação pulmonar”, era ocasionada pela carência de exercícios e que a atividade física e o trabalho teriam o poder de curar os doentes deste mal⁷⁶².

Conhecendo a participação que Jacinto José da Silva Quintão viria futuramente a desenvolver no jornal *O Patriota* e na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, é interessante notar que sua tese não fez referências diretas às plantas “brasileiras” ou a casos clínicos ocorridos na América lusa, tal como fizeram Inácio Ferreira da Câmara ou Vicente Gomes da Silva, por exemplo. A explicação mais direta para esta ausência num autor como Quintão apoia-se primordialmente no

⁷⁵⁸ César V. Munayco et al., “Social determinants and inequalities in tuberculosis incidence in Latin America and the Caribbean”, *Revista Panamericana de Salud Pública*, vol. 38, n. 3, 2015; Jonathan E. Suk et al., “Wealth inequality and tuberculosis elimination in Europe”, *Emerging Infectious Diseases*, vol. 15, n. 11, 2009.

⁷⁵⁹ Péricles Alves Nogueira et al., “Tuberculose e infecção latente em funcionários de diferentes tipos de unidades prisionais”, *Revista de Saúde Pública*, vol. 52, n. 13, 2018.

⁷⁶⁰ João Curvo Semedo, *Polyanthea medicinal: noticias galenicis e chymicas*, Lisboa Occidental, na officina de Antonio Pedrozo Galram, 1704, p. 289.

⁷⁶¹ Christopher Bennet, *Theatrum tabidorum, sive, Phtiseos, atrophiae, et hecticae xenodochium*, 2ª ed., Lipsiae [Leipzig], Impensis Joan. Pauli Krausii, 1760.

⁷⁶² Benjamin Rush, “Free thoughts upon the cause and cure of the pulmonary consumption”, in *Medical inquiries and observations*, Philadelphia, Printed and sold by Prichard & Hall, 1789.

facto de que seu trabalho foi publicado em 1777, época em que as Luzes já eram indiscutíveis em solo português, mas onde as referências à sua terra natal não se faziam presentes, como passaram a ser para os *montpellerinos* que se seguiram em período posterior. É de notar que ele foi o único que mencionou a origem portuguesa no frontispício da sua obra.

Sua tese foi, de entre as dez dissertações possíveis de se investigar, o mais extenso trabalho escrito por um autor luso-brasileiro em Montpellier no século XVIII. Diferente dos demais, não vinha com a habitual classificação *Pro baccalaureatus gradu consequendo*. Ao invés, a expressão “Primeira láurea apolinária” fazia referência ao galardão conseguido pela análise da tísica pulmonar, como era então conhecida a tuberculose. Para além dele, a *Pro prima Apollinari laurea consequenda* também foi conquistada por José Joaquim de Carvalho, evidenciando-se assim que aquele centro de ensino premiou alunos de outros reinos, alguns deles provenientes de regiões imperiais, neste caso específico americanas.

Sua premiada tese não seguia a organização costumeira baseada em diagnósticos, prognósticos e terapias. Antes, ele expôs um conjunto específico de sintomas, prevenção e tratamento da doença. Como parte deste processo, sobressai ao longo de todo o trabalho deste *montpellerino* a percepção de que a tísica pulmonar era uma enfermidade complexa e de difícil definição. Ela se apresentaria com sinais absolutamente distintos, dependendo da compleição física do indivíduo, das fases da doença, do facto de ser ou não hereditária e até mesmo da sua conformação com outras moléstias. Por isso ele considerava que era impossível descrevê-la de forma sucinta e exaltava o quanto se desejava uma cura segura para esta enfermidade mortal:

Quanto muitos [não] dariam para que o médico tivesse descobertas, com sinais certos e inequívocos, as leis da economia animal e conhecesse a influência e o domínio do pulmão na vida [...] e decerto, para que tivesse descoberto o verdadeiro método de cura segundo as várias circunstâncias da constituição do indivíduo e da natureza da doença, etc.

Da infinidade de sinais, Quintão considerava essencial distinguir a tísica da expetoração simples. Esta deixava o doente sem qualquer lesão, enquanto que naquela haveria ulcerações. A sensação de comichão e irritação noturna, as alterações na fala, a sede, a falta de apetite e os vômitos frequentes praticamente garantiam um diagnóstico de que se tratava da terrível moléstia. Além disso, os esputos ocupavam na época uma importância central na identificação da doença. Grossos e esbranquiçados, transparentes e acinzentados, fétidos, salgados ou mesmo adocicados eram alguns dos tipos de fleuma que se poderia reconhecer. No entanto, apesar de referir sua fonte principal de informação, Christopher Bennet⁷⁶³, importa referir que Quintão não avançou sobre o tema e salientou que, nalguns casos, sequer era possível discernir a doença pela análise dos esputos.

Seguindo sua caracterização da moléstia como algo incerto, Quintão defendeu a necessidade de se conhecerem as razões que predispunham as pessoas a ela, numa lógica de prevenção que evitaria o seu avanço: “é mais fácil reverter um mal iminente que remover o que já grassa”. Para ele, não era um patógeno específico que poderia atacar todos em quaisquer condições. Era preciso a conjunção de uma série de elementos que expunham (predispunham, dizia ele) a pessoa ao mal. E tanto pior seria quanto mais indícios fossem encontrados: “Os sinais arrolados, por sua vez, serão de melhor ou pior agouro quanto mais ou menos se acumularem”.

Assim, uma pessoa de constituição nervosa daria espaço a uma futura moléstia. Especialmente se fosse filha de pais tísicos, com tórax deformado, respiração difícil, hemorragias do pulmão (hemoptises), afeções tristes do ânimo e sedentarismo (“reduzido movimento do corpo”). Outros sinais poderiam abrir uma predisposição à doença, como o desregramento sexual.

Mas não havia uma única compleição que condicionava previamente as pessoas aos terríveis efeitos da tísica. Assim, Quintão concordou com Christopher Bennet e Benjamin Rush acerca dos efeitos do sedentarismo, mas acrescentou que

⁷⁶³ Para as partes que discutem os esputos, cf. capítulos 18 ao 24. Christopher Bennet, *Theatrum tabidorum, sive, Phtiseos, atrophiae, et hecticae xenodochium*, 2ª ed., Lipsiae [Leipzig], Impensis Joan. Pauli Krausii, 1760, pp. 54–71.

era preciso uma conjunção de fatores para que a doença tivesse lugar. Por isso sua descrição de que a “compleição amolecida sob o clima mais húmido e endurecida sob o mais seco” dava uma ideia do futuro de sofrimento que os súbditos na América lusa viriam a enfrentar se nada fosse feito.

Como se pode perceber, sua concepção de doença estava relacionada com um visão adaptada dos preceitos hipocráticos acerca dos ares, águas e lugares. Ele correlacionou estes ambientes ao organismo do indivíduo, de modo que as regiões húmidas e frias não seriam exclusivamente a causa da tuberculose. A “compleição amolecida” provocaria a doença àqueles que viviam “sob o clima mais húmido”, do mesmo modo que atacaria os de constituição “endurecida” que moravam sob clima “mais seco”.

Neste sentido, alguns cuidados seriam necessários a fim de impedir tais situações. O primeiro se relacionava com as incertezas acerca da doença. Reconhecia que era inútil procurar curar os tísicos da mesma forma, devido aos diferentes tipos de condição clínica. Esta percepção era a base do pensamento do autor e se adaptava à sua noção de pestilência, onde não havia relações diretas entre a humidade e a formação da doença. Além disso, os médicos precisavam observar certos cuidados para não desregular a economia animal de seus pacientes, razão pela qual ele dedicou uma secção específica justamente a relembrar a questão.

Sua proposta para que se conseguisse evitar a doença, seguia de perto a regência das “seis coisas não naturais”, tal como Joaquim José de Sousa Ribeiro apontou. Acompanhando este conceito médico, Quintão propôs cuidados com o ar, a alimentação, a exercitação, o sono e a excreção. Mas agora diferente de Ribeiro, ele considerou as afeções do ânimo como importantes para o eventual desenvolvimento da doença, além da intemperança sexual.

O regramento era a palavra-chave de sua política de prevenção à tísica. Ele propôs atenção ao ambiente circundante, contenção na alimentação e no consumo de bebidas alcoólicas, comedimento sexual, ponderação no sono, moderação no exercício físico. Por outro lado, como os predispostos à héctica seriam mais afeitos à melancolia, importava evitar as afeções do ânimo por meio da conversação, pela

música e pelos espetáculos de arte, sendo que o estudante luso-brasileiro recomendou que se reservasse um período do dia para tais atividades, a fim de animar o espírito daqueles que tinham propensão para a prostração.

Todos estes cuidados somente seriam benéficos se se conseguisse evitar o acúmulo de humores nos pulmões. Mas como procuramos ressaltar de sua visão médica, situações particulares exigiriam cuidados especiais, pelo que os tratamentos não surtiriam os mesmo efeitos em todos os doentes. Assim, Quintão advertia previamente que era preciso não forçar a natureza a realizar operações contranaturais: “se a natureza cuidar de sua digestão [eliminação interna dos humores], veneremos seu esforço e não [a] incitemos demasiadamente a expeli[-los]”. Por isso os expetorantes não deveriam ser aplicados “na primeira fase dos sintomas”, para que a natureza pudesse realizar sua obra.

Fármacos como os esternutatórios, que provocam excreções pelas narinas por meio do espirro (como o tabaco, por exemplo), seriam especialmente úteis. Os laxantes, vomitivos e vesicatórios eram igualmente bem vindos para fazer expelir o mal héptico; e fitoterápicos como os apoflegmatismos⁷⁶⁴, também chamados de masticatórios, foram especialmente empregados como desobstruentes para extrair a fleuma da cabeça, já que seus efeitos irritantes provocavam coriza, lacrimação, salivação e suor; embora ele não os tenha referido nominalmente.

O ato de fumigar no peito diferentes plantas e até mesmo enxofrá-lo poderia ajudar o malsão a vencer a inflexível doença, mas a verdade é que ele questionou parte deste poder curador⁷⁶⁵. De entre as diversas possibilidades de fumos curadores, o *montpellerino* destacou a combinação da quina com os remédios peitorais, pois a planta sul-americana teria o especial poder de ser ao mesmo tempo fortificante e antissética. Além disso, importa salientar também, ele recomenda os sudoríferos, vomitivos e estimulantes às pessoas com lenta economia animal (“mais

⁷⁶⁴ José Marques, *Nouveau dictionnaire des langues françoise et portugaise*, vol. 1, 3rd ed., Lisbonne, Imprimerie royale, 1775, p. 31; João Curvo Semedo, *Polyanthea medicinal*, p. 241; Francisco da Fonseca Henriques, *Medicina Lusitana, socorro Delphico, a os clamores da natureza humana...*, Amsterdam, em casa de Miguel de Diaz, 1731, pp. 291–292.

⁷⁶⁵ Ele diz: “[...] afirma Bennet que eles [vapores e fumigações] seriam os remédios mais nobres e aos quais confiaríamos unicamente nas angústias extremas, os quais, no entanto, a não ser que se tenha a razão das circunstâncias, ou são prejudiciais ou são empregados em vão”.

frias”), pois elas teriam dificuldades adicionais de exercitar os órgãos pulmonares; uma ideia que seguia preceitos dados por Christopher Bennet, ao mesmo tempo que compunha a base de sua visão na necessidade de adaptar a cura ao doente.

Percebe-se, portanto, que sua ideia fundamental era evitar a obstrução, seja por meio dos remédios indicados ou pela sangria. Esta ganhou relevância como forma de evitar as hemorragias pulmonares. Segundo seu raciocínio, se se realizasse o derramamento de sangue pelas veias, afastar-se-iam as hemoptises (expectoração cruenta). Não é de estranhar que ele tenha citado Boerhaave para dizer que a hemorragia nasal poderia ser uma boa obra da natureza, pois seria uma ação natural para eliminar o sangue em excesso. Nomeando Bennet, ele afirma que esta seria até mais eficaz que a flebotomia. Após a sangria, recomendava mais vomitórios, seguindo Richard Morton, por considerar que impediam o progresso da doença. Mas a somatória destas soluções era seguramente debilitante, o que obrigou o autor luso-brasileiro a indicar principalmente o ópio a fim de sedar o doente, já que “os sintomas terríveis não podem ser aliviados por nenhum outro medicamento”.

No entanto, ele reconhecia que o alívio criado pelos opioides era passageiro e que, uma vez aplicados, a abstinência causava reações indesejáveis: “mesmo já se observou que os doentes que ingerem opiados, ao parar com o hábito, se veem em extremas angústias e seguem para o dia supremo [morte] em ansiedades que mal se pode descrever: raramente falam, seus sentidos se tornam mais obtusos”, razão pela qual dever-se-ia receitar o ópio de forma muito parcimoniosa. Além de que este remédio poderia inclusivamente agravar a saúde do enfermo.

Esta situação se alteraria por completo se a doença progredisse para seu último estágio. A proximidade da morte como que unificava estes sintomas: “Qualquer que seja a origem do mal, são quase universais os sinais duma doença que se agrava”. Apesar de ainda haver diferenças, é notório que o termo “purulento” se tornava quase que um sinónimo do estágio em que o doente se encontrava: os espútos teriam esta constituição e a febre tomava progressivamente o aspeto pútrido por meio da contaminação do sangue igualmente “purulento”. Mau hálito e excreções fétidas e abundantes indicavam que a moléstia estava “se dirigindo para a morte” do tísico.

Neste estado grave pouco restava a fazer, pois os doentes estavam “de tal modo agravados que a economia animal fica[va] ameaçada de ruína”. Combater os suores seria em vão e até poderia originar outros males. O melhor que se poderia tentar era recuperar as forças do paciente por meio de plantas aromáticas ou da exercitação forçosa (“devem-se reduzir as cobertas, [...] ir para o ar meio frio”). Remédios adstringentes e os opiáceos provocariam perigosos efeitos para quem já apresentava uma saúde mais que debilitada. Estes sintomas eram então funestos prenúncios da “própria imagem da morte”, com sua “face pálida e morta, olhos sorridentes, narinas agudas, maçãs do rosto mais caídas, têmporas caídas e o corpo como um esqueleto”.

O pouco de esperança que ainda restava era depositada nos relatos de médicos estrangeiros que afirmavam ter curado os tísicos mais desenganados, como foi o caso do opiado de Pierre-Joseph Buchoz e da quina, recomendada por Richard Morton. Quintão não acreditava nestas respostas terapêuticas, mas referia-as pela ausência de alternativas. Exemplo claro disso eram as águas da Aquitânia, apontadas por Théophile de Bordeu e mencionadas por Quintão⁷⁶⁶ como salutares e malélicas.

Importa referir também que o *montpellerino* tinha por princípio salientar as posições de diversos autores, ainda que não seguisse efetivamente suas ideias. Assim foi que dedicou toda uma secção à dissecação de cadáveres. Mas como a doença tinha suas variações, ele considerou o procedimento como algo que não traria informações corretas ou contribuições efetivas⁷⁶⁷. Os pulmões da pessoa falecida poderiam ou não apresentar os sinais da enfermidade. Citando casos, como o relatado por Anton de Haën, ele enfatizou que, por vezes, rastros da moléstia eram encontrados nos tecidos pulmonares, mas em outras ocasiões não se descobria quaisquer vestígios no pulmão. Assim, com diversas incertezas quanto aos tubérculos pulmonares, à presença ou não de ulcerações nos pulmões, Quintão

⁷⁶⁶ Para se ver ao menos um destes casos duplos onde as tais águas poderiam contribuir ou não para a cura, pode ser interessante observar o exemplo de Eaux-Bonnes (*Observ. CXXVII*). Théophile de Bordeu, *Recherches sur les maladies chroniques, leurs rapports avec les maladies aiguës, leurs périodes, leur nature, et sur la manière dont on les traite aux eaux minérales de Barèges et des autres sources de l'Aquitaine*, vol. 1, Paris, Ruault, 1775, p. 230.

⁷⁶⁷ Não deixa de ser interessante perceber que ele não a referiu como uma arte menor e apesar disso sua posição às dissecações iam de encontro aos desejos de cirurgiões como Luís Gomes Ferreira. Sobre a questão, cf. Jean Luiz Neves Abreu, *Nos domínios do corpo*.

considerava as exumações uma solução menor no desenvolvimento da cura da enfermidade:

A dissecação dos cadáveres mostra a natureza vencida, seus salubres esforços frustrados, a verdadeira imagem do estrago produzido pela tísica. Mas para que seja empregado apto remédio, quanta coisa ainda seria necessária!

Assim, considerando visões dissonantes e reportando as diversas intercorrências da dificultosa e mortífera tísica, Quintão apresentou sua premiada tese sobre uma doença que era então uma calamidade pública. Procurando oferecer soluções terapêuticas e preventivas, o *montpellerino* associou antigas convicções a novas ideias e terminou por criar respostas inovadoras a questões ambíguas. Indiferente às diferenças sanitárias nas metrópoles e seus domínios, a tuberculose não se prendia aos trópicos, fazendo com que as contribuições deste estudante pudessem talvez ser consideradas. Mas, como parece ter sido a tópica entre estes estudantes, suas ideias médicas não chegaram a ser aproveitadas pela coroa lusa, pelo que vemo-lo futuramente a encaminhar-se para um sector mais bem visto e valorizado: a Botânica/Agricultura (vide próximo capítulo).

Sua visão da ciência enquanto um saber com utilidade essencial para a “felicidade pública” e para o progresso do império ficaria mais clara em seu texto sobre a cochoilha, publicado no *O Patriota*⁷⁶⁸; mas já no trabalho de Montpellier não podemos deixar de notar a escolha do tema de tese como algo intrinsecamente atrelado ao flagelo que foi esta moléstia.

Apesar do clima de incerteza e desesperança, ele terminou sua dissertação alertando que embora a tísica de facto fosse desconhecida, era justamente pela carência de certezas que se podiam esperar avanços em relação à cura deste terrível mal. Assim, “o médico sagaz deve fomentar no ânimo a esperança, se não houver sinais inequívocos de morte próxima”, persuadir-se nos “ofícios da Humanidade” e perceber que “o campo da Arte Médica está muito mais largamente aberto do que crê o comum dos médicos”, notando que um “imenso horizonte” ainda estava por se

⁷⁶⁸ Jacinto José da Silva Quintão, “Memória sobre a cochoilha, e o methodo de a propagar, offerecida aos lavradores Brasileiros, por hum patriota zeloso, e amante da felicidade publica”, *O Patriota*, vol. Segunda subscrição, n. 4, October 1813.

desenvolver. A cura ainda não era garantida, mas a crença nos esforços da humanidade, nas luzes do futuro da Medicina e nas maravilhas da natureza certamente garantiriam, pensava ele, uma solução terapêutica que só a esperança poderia animar.

O homem e sua cor, implicações filosófico-naturais da Química

Na ocasião da discussão acerca dos tratados médicos que elaboraram explicações para definir a cor de pele negra (capítulo 1), visões de autores como Buffon e Pierre Barrère foram analisadas em comparação à de Manuel Arruda da Câmara. Somado a isto e seguindo a proposta deste capítulo de investigar especificamente as ideias dos *montpellerinos*, abordaremos especificamente a tese deste estudante luso-brasileiro, relacionando-a com os autores citados em seu texto.

Por ser o mais conhecido dos antigos alunos da faculdade médica de Montpellier, sua tese foi a única a ser previamente traduzida⁷⁶⁹. No entanto a importância de seu argumento exige uma análise que não apenas contextualize sua dissertação, mas que igualmente se disponha a procurar investigar seu sentido interno. Apesar de não estar indiferente aos problemas sanitários vivenciados pelos súbditos portugueses d'aquém e d'além-mar, seu trabalho em Montpellier esteve mais dedicado a examinar elementos mais próximos das ideias filosófico-naturais do que em inquirir causas e terapias de doenças endêmicas ou epidêmicas de sua região ou da América lusa como um todo. Isto não reduziu seu interesse pela questão, como se vê pelas investigações que levou a cabo após a conclusão do curso médico (vide próximo capítulo), mas importa ter presente que esta tese apresenta uma discussão menos atrelada ao império, seus agentes e povos.

Apontamos sinteticamente no primeiro capítulo que este trabalho colocava em questão ideias estabelecidas acerca da cor de pele e que, em última instância, assim acreditava seu autor, também o fazia em relação à origem do Homem. Mas importa

⁷⁶⁹ Argus Vasconcelos de Almeida and Francisco de Oliveira Magalhães, “As “Disquisitiones” do naturalista Arruda da Câmara”. Uma versão em latim foi transcrita anteriormente na obra José António Gonsalves de Mello (ed.), *Manuel Arruda da Câmara*.

ainda perceber como ele alcançou tais conclusões. A experimentação permeou todo o seu trabalho, fazendo da pesquisa um mote ao ponto de a epígrafe figurar como uma ode à investigação: “Não se deve forjar ou excogitar, mas descobrir o que faz ou traz a natureza”.

Na sua percepção, a Medicina estava relacionada diretamente com a Química, sendo que o princípio filosófico dali emanado diferia das noções mais consagradas até então. Ou seja, Arruda da Câmara não seguia os princípios de G. E. Stahl acerca do flogisto e seu processo de combustão. Ao contrário, ele adotou uma química médica que preconizava a oxidação e o papel desempenhado pelo oxigénio na explicação dos fenómenos físico-químicos. Mas isto não significa que ele tenha apagado todos estes ensinamentos. Alguns dos princípios lógicos consagrados anteriormente pelos teóricos do flogisto foram reaproveitados: eles explicavam a combustão afirmando que ela ocorreria quando sua matéria inflamável fosse “libertada”. De forma semelhante, o então estudante de Montpellier afirmou que seria por meio de uma “libertação” provocada pelo calor animal (\approx temperatura corporal) que o oxigénio se transformaria em líquido; uma narrativa, neste sentido, muito próxima daquela, apesar de apresentarem noções químicas distintas.

Este *montpellerino* adotou uma interpretação extremamente contemporânea⁷⁷⁰: seguiu Lavoisier na percepção da composição e decomposição dos corpos elementares e com base nesta visão pensou a formação do ácido carbónico e de tantos outros processos químicos⁷⁷¹. Foi também com tal compreensão que criticou os seguidores da doutrina vitalista, questionando explicações universalistas que contradiziam sua noção de investigação e experimentação: “para explicar esse fenómeno [se o calor animal era o mesmo em diferentes climas], não se deve recorrer ao princípio vital como a uma âncora sagrada”.

⁷⁷⁰ A tese de Arruda da Câmara era de 1791 e o *Traité élémentaire de chimie* de Lavoisier, ainda que tenha iniciado a divulgação de sua nomenclatura anos antes, foi publicado em 1789. Para mais, cf. Ana Maria Alfonso-Goldfarb et al., “O papel das fontes para o estudo das ciências portuguesa e brasileira”, in *Actas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 1427.

⁷⁷¹ O francês disse que a Química “apresenta geralmente dois meios para determinar a natureza das partes constituintes de um corpo, a composição e a decomposição”. Antoine-Laurent de Lavoisier, *Traité élémentaire de chimie, présenté dans un ordre nouveau, et d’après les découvertes modernes [1789]*, vol. 1, 2nd ed., Paris, Chez Cuchet, 1793, p. 34, 145–147, respetivamente.

A primeira preocupação de sua tese era a de decifrar os processos fisiológicos que permitiam a economia animal manter a criatura viva. A Química era a base desta filosofia fisiológica, a condutora dos processos de transformação do ar nos pulmões que permitiam a circulação de oxigênio no sangue e a liberação de gás carbônico. Para ele, seria por meio do oxigênio combinado com o calor que se evitaria a coagulação sanguínea dentro do corpo. Por isso, acreditava que a presença de um órgão pulmonar maior em relação ao próprio corpo geraria mais oxigênio, pois devido ao maior calor animal dali propagado, maior também seria a quantidade de oxigênio produzida, o que explicaria questionamentos acerca de animais de grande porte e suas temperaturas.

Esta não era, porém, a única função desempenhada pelo calor e por este gás. Além daquelas ainda por se descobrir (“utilidades até agora de nós desconhecidas”), o oxigênio poderia se ligar aos ácidos e diversos compostos, dando base para o regular funcionamento do corpo, ou seja, formando elementos necessários para o organismo, como os ossos, por exemplo. A função do calor e do oxigênio na manutenção da economia animal, ou seja, no equilíbrio entre o corpo e o ambiente que garantiria a sobrevivência, era o objeto fulcral de sua análise (observe-se o título da tese).

No entanto, nota-se que das diversas discussões possíveis, Arruda da Câmara fez questão de travar indagações físico-químicas diretamente relacionadas com o processo de migração e adaptação de pessoas em diferentes faixas climáticas, com especial atenção à comparação de situações em temperaturas extremas⁷⁷². A verdade é que ele conseguiria continuar seguindo Lavoisier mesmo se preferisse discussões com menores implicações sociopolíticas. Não obstante, preferiu averiguar se “o calor animal permanece constantemente no mesmo grau em qualquer espécie de animais, quer vivam em atmosfera quente ou fria, e ainda em clima quente ou frio”.

Embora a única menção direta a Lavoisier seja em decorrência de outra passagem do texto, parece-nos que a questão acima é tributária de uma *Memória*

⁷⁷² Trechos exemplares neste sentido são as passagens: “se o clima ou a atmosfera for muitíssimo quente” ou “em frio intenso, [o pulmão] não consegue”. Para mais, cf. Apêndice 6.1.

sobre o calor, de 1780 ou 1783⁷⁷³. Pensamos isto porque este químico francês, juntamente Pierre-Simon Laplace, afirmou neste texto que “o calor animal era mais ou menos o mesmo em diferentes partes do corpo”⁷⁷⁴. Uma das explicações dadas para tal seria o facto de que a evaporação produzida pelo calor diminuía a temperatura, raiz mais provável da explicação dada por Arruda da Câmara quando citou o mestre francês: “[...] toda evaporação estaria acompanhada de refrigeração”.

Mas a questão essencial estava por vir: estes autores franceses terminaram o referido texto questionando justamente aquilo que o estudante luso-brasileiro se dedicou a responder: “Para completar esta teoria do calor animal”, disseram eles, “restaria explicar porque os animais, embora colocados em ambientes de temperaturas e densidades muito diferentes, sempre conservam mais ou menos o mesmo calor [...]”⁷⁷⁵. Portanto, parece-nos seguro afirmar que Arruda da Câmara procurou responder à questão do mestre e avançar em suas indagações.

Assim, apesar de aparentemente despolitizada, a primeira parte da tese de Arruda da Câmara estava imbuída de um debate efervescente. Analisar a interrogação proposta na referida memória francesa implicava questionamentos filosófico-naturais acerca do povoamento da terra, a explicação de como teria sido possível ao Homem sair de uma região e se adaptar a outras e, principalmente, qual teria sido o local de origem. Cabia então perceber este processo de adaptação que apenas as “investigações fisiológico-químicas” poderiam deslindar.

Identificar estas relações permite-nos perceber com mais clareza porque sua tese discutiu a vida em condições adversas. Ele verifica que, a princípio, o animal poderia morrer caso a perda de calor fosse grande o suficiente para o despojar de toda energia, da mesma forma que morreria se acaso o calor ambiente fosse demasiado alto ao ponto de impedir que a natureza revertesse tal desequilíbrio. A solução para o problema estaria no engenho humano e na própria obra da

⁷⁷³ Holmes aponta o ano de 1783 como a data mais provável para esta memória, ao invés de 1780. Frederic Lawrence Holmes, *Lavoisier and the Chemistry of Life: An Exploration of Scientific Creativity*, Madison, University of Wisconsin Press, 1987.

⁷⁷⁴ “[...] la chaleur animal est à peu près la même dans les différents parties du corps”. Antoine Laurent Lavoisier and Pierre-Simon Laplace, “Mémoire sur la chaleur [1780/1783]”, in *Oeuvres de Lavoisier: Mémoires de chimie et de physique*, vol. 2, Paris, Imprimerie Impériale, 1862, p. 331.

⁷⁷⁵ *Ibid.*, p. 333.

natureza⁷⁷⁶. Segundo seu pensamento, esta garantia o resfriamento nas regiões quentes por meio da evaporação, além de que o ar mais rarefeito daria condições para que menos calor fosse produzido. No frio, como o ar ficaria condensado, o animal acabaria recebendo proporcionalmente mais oxigênio, conseguindo então produzir a mesma quantidade de calor que perderia. Mas se a situação fosse mais extremada, era o engenho humano, com a invenção da indumentária, que ajudava a debelar o frio rigoroso de certos ambientes.

Este é portanto o primeiro momento em que ele ensaia uma confirmação de sua hipótese, ratificando que, apesar das condições ambientais adversas, também se poderia viver em terras não-naturais e, principalmente, que os homens eram originários das regiões tropicais.

Com isso, Arruda da Câmara se dirige ao segundo ponto de sua tese, onde serva especificamente sobre os reflexos do oxigênio na cor do Homem. Importa reiterar que já tivemos a oportunidade de discutir anteriormente que seu estudo sobre a questão diferia dos realizados até então pelos mais diversos e renomados autores. Esta reportada discrepância fazia parte da essência da questão; isto é, ele procurou perceber explicações para a cor dos homens, ao passo que os autores europeus que igualmente dissertaram sobre o assunto se preocuparam exclusivamente com a *cútis* dos negros.

Mas o primeiro ponto de sua divergência não estava baseado em nenhum aspecto da História Natural (*buffoniana* ou não). Era a Ótica, tal como uma vez instituída por Newton e adaptada por Jean-Antoine Chaptal⁷⁷⁷, que o motivava a considerar que as coisas não tinham efetivamente a cor que aparentavam ter. Para ele, esta capacidade estava intimamente relacionada com o oxigênio, que interagiria com a luz e com diversos objetos, criando ou deixando de criar as colorações que enxergamos (“[o] oxigênio, que combinado com diversos corpos, faz aparecer [...] diversas cores mais ou menos intensas”). Esta primeira noção, apesar de

⁷⁷⁶ Em outro momento ele disse: “a refrigeração dever ser como 3, 4, 5, 6, etc., se [o] calor for como 3, 4, 5, 6, etc.”.

⁷⁷⁷ Jean-Antoine Chaptal, “Des principes colorans”, in *Éléments de chimie*, vol. 3, 1st ed., Montpellier, De l’imprimerie de Jean-François Picot, 1790; Jacobus-Anselmus Dorthes, *Quaestiones medicae duodecim*, Monspeli [Montpellier], Ex typis Josephi-Francisci Tournel, 1790.

aparentemente simples (e hoje banal) conferia menos importância à pigmentação humana, na medida em que a cor negra, de um objeto ou de uma pessoa, seria apenas a consequência do seu “poder de decompor os raios de luz, absorvendo e refletindo certos deles”.

Exemplos na natureza não lhe faltavam para mostrar a influência do oxigênio na policromia dos seres, não apenas nos homens, mas nos três reinos naturais. Metais, vegetais e animais se alteravam à partir do contacto com o oxigênio e dois casos distintos o provariam: os abutres e os negros, que nasciam brancos e apenas com o tempo adquiriam a coloração que a natureza lhes tinha concedido. E não era somente Arruda da Câmara que teria conhecimento deste facto “incontestável”. Ele sustenta sua argumentação com base no senso comum (“Isso observei muitas vezes, e não o desconhece nenhum habitante da América ou da África”). Mas autores que circulavam nos principais espaços de saber da República de Letras também confirmavam: os relatos publicados nos anais da Academia Real de Ciências francesa traziam a narração de exames anatomofisiológicos conduzidos por Alexis Litré que davam como certo o papel desempenhado pelo ar na coloração da pele⁷⁷⁸.

Ele acreditava que este processo se dava em decorrência do contacto com o ar, nomeadamente com o oxigênio. A prova que garantiria veracidade à alegação de Litré decorria das diferenças de tonalidade na pele numa mesma pessoa. Segundo este autor, o prepúcio protegia a glândula peniana, evitando assim o contacto com o ar e mantendo-o branco, ao passo que as partes não protegidas quedavam pretas⁷⁷⁹. Assim, confirmava o autor da tese, “o contacto do ar é necessário à produção da cor preta”.

É interessante notar que, ao fim de seu texto, ele como que substitui a noção de calor, e o papel que este desempenharia no processo, pela luz do sol. Nossa

⁷⁷⁸ Alexis Litré, “Observation sur deux pierres trouvées dans les parois de la Vessie d’un garçon de vingt ans”, in *Histoire de l’Académie royale des sciences. Année 1702*, Paris, Chez Gabr. Martin, Jean-Bapt. Coignard, 1743. Esta era a comprovação trazida pelo estudante luso-brasileiro, mas importa referir também que, no texto do autor francês, esta era a evidência que precisamente justificava seu raciocínio de que a cor negra era em parte explicada pela ação de “um ar muito aquecido”, o que se comprovava justamente pelo facto de que os bebês mouros nasciam brancos e tinham a referida diferença de coloração nas genitais. Ou seja, o contrário do que defendia Arruda da Câmara.

⁷⁷⁹ Para mais cf. nomeadamente *Ibid.*, pp. 30–32. Importa notar que o texto é um relato em segunda pessoa, de forma que outras informações foram entremeadas às notas de Litré. Além disso, nem todas falam do mesmo assunto.

hipótese sobre esta decisão assenta na possível escolha do autor de deixar os pontos mais questionáveis para o fim ou, em outras palavras, devido à necessidade que ele teria de expor explicações fisiológicas a fim de atestar sua hipótese, para só então inserir argumentos e exemplos mais questionáveis. Se justificasse a cor negra pela mera exposição ao sol (como fez para o caso daqueles que continuamente estavam descobertos à estrela maior), ainda que numa combinação deste com calor e oxigênio, seguramente ele teria sua ideia severamente contestada.

Apenas para nos fixarmos numa das discussões filosófico-naturais da altura que seriam levantadas contra uma ideia simples como esta, pode ser interessante observar o caso do “preto albino”⁷⁸⁰. Apontar apenas o sol como a razão para a cor de pele negra não explicava porque um ser com traços negros, filho de pais igualmente pretos e nascido em regiões tórridas podia ser branco. O albinismo era de facto um mistério na época. Por isso, parece-nos que a luz solar só entrou em sua obra no final, da mesma forma que a alimentação apenas foi mencionada nas conclusões.

Mas a não desmerecer seu argumento, convém observar que ele não estava seguro quanto a este processo, de modo que apenas o mencionou, e fê-lo pontuando suas dúvidas: “[há] muitos fenómenos relativos à cor dos homens, cujas causas ainda não se podem suspeitar e que se devem reservar à posteridade”.

⁷⁸⁰ O tema foi levantados por Thomas Jefferson na sua difundida obra de História Natural que negava a ideia de inferioridade da América e também por Philippe Fermin na sua *Description générale*. Carregando uma visão extremamente positiva da região, especialmente de sua porção setentrional, Jefferson reportou (quando comentava sobre “animais indígenas”) a existência de certos negros trazidos de África que, apesar de pretos, possuíam crianças brancas chamadas albinos. Inquietação semelhante levantou Fermin, que também conhecia a obra de Buffon mas não se valeu de suas ideias de inferioridade condicionante (para tal, vide vol. 2 da obra que segue). Ele relatou conversa com uma mãe de um destes estranhos negros de pele branca, mas se eximiu de ensaiar explicações e remeteu à *Vénus physique* de Maupertuis (não referiu, mas seguramente era o capítulo “Des Nègres-blancs”), citando enfim uma passagem de Voltaire que remetia à Providência a escolha da cor dos Homens. Para mais, cf. Thomas Jefferson, *Notes on the state of Virginia*, 1st ed., Paris, 1785, p. 130; Philippe Fermin, *Description générale, historique, géographique et physique de la colonie de Surinam*, vol. 1, Amsterdam, chez E. van Harrevelt, 1769, pp. 153–155. Para uma introdução na questão da inferioridade da América, vide nosso *Envisioning a New World*.

Ao encerrar, o *montpellerino* procurou deixar claro o motivo de sua inquietação, ou seja, as “teorias da inferioridade condicionante”⁷⁸¹, nomeadamente as difundidas pelo renomado George-Louis Leclerc, conde de Buffon. Jacques-Christophe Valmont de Bomare, o outro autor citado nominalmente em sua conclusão, também defendeu os princípios da degenerescência⁷⁸². Este argumentou no seu *ilustrado* dicionário de História Natural o que o luso-brasileiro criticava: a influência do clima, da alimentação e dos costumes na produção das “variedades humanas”:

O branco parece ser a cor primitiva da natureza, que o clima, a alimentação e os costumes alteram e mudam, e que reaparece sob certas circunstâncias, mas com uma alteração tão grande que não se parece com o branco primitivo⁷⁸³.

A natureza teria feito os homens todos brancos e, perfeita como era, criado também as suas alterações, completava o naturalista francês seguindo a lógica da Cadeia do Ser e diferindo parcialmente da ideia buffoniana⁷⁸⁴. A partir de suas explicações e exemplos, Arruda da Câmara concluía então que a “cor natural dos homens não é a branca”. Para ele, apenas os persuadidos pelo eurocentrismo (os “autores europeus levados pelo amor de sua pátria”) não conseguiam ver que a natureza tinha produzido o Homem nos trópicos. Contudo, ilustrados como Lineu sabê-lo-iam⁷⁸⁵. Ciente que o *Amoenitates Academicæ* não era uma obra de Lineu,

⁷⁸¹ Pensamos este conceito como forma melhor perceber não apenas a degenerescência e as ideias de inferioridade negra em setecentos, mas diferentes justificativas racialistas que posteriormente se fizeram presentes, tanto no século XIX quanto no XX.

⁷⁸² Jacques-Christophe Valmont de Bomare, “Homme”, in *Dictionnaire raisonné universel d’histoire naturelle: contenant l’histoire des animaux, des végétaux et des minéraux, et celle des corps célestes, des météores, & des autres principaux phénomènes de la nature*, vol. 3, Paris, Chez Didot, Musier, De Hansy, Panckoucke, 1764, pp. 62–63.

⁷⁸³ *Ibid.*, p. 62. Observe também que ele reitera as sexualizadas referências às mulheres hotentote, tão bem discutidas por Londa Schiebinger em seu *Nature’s Body*.

⁷⁸⁴ Sobre a Cadeia do Ser e os negros segundo diversos autores setecentistas, inclusivamente Buffon, cf. Christian Fausto Moraes dos Santos and Rafael Dias da Silva Campos, “Apontamentos acerca da Cadeia do Ser e o lugar dos negros na filosofia natural na Europa setecentista”.

⁷⁸⁵ A passagem a que Arruda da Câmara se refere pode ser encontrada em Johannes Salberg, “Fructus esculenti [Upsaliæ, 02.06.1763]”, in Carl von Linné (ed.), *Amoenitates academicæ, seu, Dissertationes variae physicae, medicae, botanicae*, vol. 6, Holmiae [Estocolmo], Sumtu et literis direct Laurentii Salvii, 1763, p. 343. Não se pode deixar de perceber ainda que este é o mesmo volume onde Hoppius publicou seu, hoje famoso, *Anthropomorpha*, uma tese que também contrariava o pensamento de Arruda. Christianus Emmanuel Hoppius, “Anthropomorpha [Upsaliæ, 06.09.1760]”, in Carl von Linné

mas várias teses de alunos que tinham sido editadas e compiladas por ele, o que o estudante luso-brasileiro fez foi utilizar-se da autoridade do *sistemata sueco* para contrapor Buffon. Posteriormente, ele reiterou estas ideias, numa altura em que já estava a escrever obras mais utilitárias de filosofia natural⁷⁸⁶.

Assim, o mais conhecido dos *montpellerinos* terminava sua tese acerca da influência do oxigénio na economia animal, numa discussão com consequências diretas nas teorias sobre o povoamento da terra e da origem humana, nomeadamente para a população negra. Pelo que se poderia esperar, seu trabalho não foi bem recebido nos domínios portugueses e acabou por ser mais um de tantos textos redigidos por luso-brasileiros que terminaram abandonados ao esquecimento.

“À nação, à lei e ao Rei”: a definição de uma etiologia tropical e a saúde dos povos

O mineiro Manuel Joaquim de Sousa Ferraz produziu uma tese que dedicou especial atenção às regiões tropicais e à relação destes espaços com as doenças, procurando perceber as influências do calor na economia animal. Para ele, identificar os princípios geradores das enfermidades em ambientes quentes seria a melhor forma de criar soluções para doenças características da zona tórrida: “Conhecidas essas coisas, poderemos explicar facilmente as demais afeições que derivam das mesmas causas na presença de calor atmosférico e empregaremos remédios fáceis”. Sua atenção ao calor estava direcionada para os espaços coloniais, onde os cuidados deveriam ser redobrados em decorrência da maior incidência de moléstias então associadas ao clima cálido.

Além disso, não se pode deixar de notar sua atenção para com o sentido do império, caracteristicamente impregnado em seu trabalho quando apresentou a divisa “À nação, à lei e ao Rei”. Seu entendimento de serviço régio se coadunava com aquele de utilidade aos povos e continuou a fazer parte de memórias e escritos posteriores. O *montpellerino* não justificou literalmente o seu objetivo, mas a ideia

(ed.), *Amoenitates academicæ, seu, Dissertationes variae physicae, medicae, botanicae*, vol. 6, Holmiae [Estocolmo], Sumtu et literis direct Laurentii Salvii, 1763.

⁷⁸⁶ Lorelai Brilhante Kury, “No calor da pátria”, *Revista USP*, n. 72, 2007.

de que a descoberta de princípios patológicos genéricos poderiam permitir a cura de várias pessoas com doenças semelhantes ia ao encontro de uma necessidade candente naquela região, isto é, a redução das altas taxas de mortalidade da América lusa. Assim, ao invés de escolher debater sobre uma ou outra doença mortífera, o estudante mineiro procurou identificar a raiz de vários destes males tropicais, de forma a conseguir solucionar diferentes moléstias de uma única vez.

Sua dedicatória a Domingos Vandelli e Antoine Gouan, homens que para ele honravam suas respectivas pátrias e que faziam progredir a sociedade “em proveito da juventude”, também trazia esta perspectiva de dedicação ao império, aos seus governantes e povos. Como notou José Luís Cardoso, este professor de Coimbra não procurou apenas reunir informações, mas avançar estratégias e modelos para desenvolver economicamente o império⁷⁸⁷. As plantas, inclusivamente as de uso medicinal, desempenharam um importante papel no conjunto dos recursos naturais demandados, o que fez com estes dois autores se tornassem referência nos projetos imperiais de domesticação botânica. Neste sentido, Ferraz não atribuía a si a mera identificação das doenças, mas via seu trabalho como um elemento potencial para criar as condições para se estabelecerem rápidos instrumentos de combate às doenças que tanto afligiam os súbditos da coroa lusa:

[...] realizarei algo de valor e utilidade se, para cumprir o grau académico, eu empreender, esboçar e investigar algo acerca dos danos do calor atmosférico, pois [...] daí deriva-se a fonte da maior parte das afeções nas plagas meridionais e noutras, quando reina o calor.

Ele não desafiou noções médicas estabelecidas, como fez Arruda da Câmara, muito embora tenha procurado amenizar algumas das implicações de seu próprio raciocínio, como se perceberá a seguir. Adaptando sua visão e produzindo uma tese que procurava perceber a relação direta entre as doenças, os ares e as influências relacionados com o calor neste processo, ele procurou observar seus efeitos nocivos no corpo humano sem deixar de seguir as diretrizes da ideia hipocrática sobre as águas, os ares e lugares.

⁷⁸⁷ José Luís Cardoso, “From natural history to political economy: the enlightened mission of Domenico Vandelli in late eighteenth-century Portugal”, *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, vol. 34, n. 4, 2003, pp. 786–787.

Para tal, examinou diferentes aspetos desta influência e analisou elementos fisiológicos que lhe garantiam discutir os impactes da vida na América, África, Ibéria, Itália e outras regiões quentes. Assim, ainda que ambas teses analisem aspetos do calor, importa perceber, para efeitos de comparação, que seu trabalho se aproxima mais das discussões climáticas travadas por homens como Montesquieu, do que daquela da sobre a cor de pele desenvolvida por Arruda. Este menciona o calor pensando nos processos físico-químicos que permitiam alterar as condições de vida, entre eles a cor de pele, enquanto que Ferraz o fez pensando-o como um agente patológico.

Todavia, apesar de partir de uma noção etiológica hipocrática, Ferraz inicia sua tese pontuando que a “investigação das propriedades e qualidades do ar” não garantiria um diagnóstico acurado, apesar do que achavam os médicos. Sua relação com as teorias hipocráticas é interessante, na medida em que ele não as demoniza ou santifica. Assim, embora tomasse como referência as noções teóricas do “pai da Medicina”, o *montpellerino* permitia-se criticá-lo, tanto que salientou que o ar não era “a vida dos mortais”, ao mesmo tempo que defendeu que nem todas as doenças seriam provocadas pela influência do ar, como queriam os seguidores mais aguerridos do mestre maior Hipócrates.

Para ele, “o mais intenso grau de calor” sentido nas regiões tropicais estava relacionado com a maior proximidade das regiões meridionais com o sol, e com seus reflexos, junto com as exalações dos seres dos três reinos naturais (vegetais, minerais e animais) e a ausência de ventos para dissipar os vapores. Sua percepção do papel do sol na constituição do calor atmosférico estava baseada nas teorias de François Boissier de Sauvages de Lacroix (Montpellier) e Francis Home (Edimburgo). Mas ele se absteve de discutir os processos físicos que permitiam tal influência, tal como fez em relação a outros autores⁷⁸⁸.

Autores como John Arbuthnot, tantas vezes anotado por Ferraz como “Arbut.”, influenciaram diversas discussões justamente por analisar as variações do ar a

⁷⁸⁸ Dentre os autores referidos, estavam Pierre Brescon pelos estudos em epilepsia; René Antoine Ferchault de Réaumur, especialmente conhecido por suas medições; Stephen Hales por ter produzido uma fisiologia da respiração, além de outros estudos sobre o ar; John Arbuthnot por ter investigado justamente os efeitos do ar nos corpos humanos e, por fim, o célebre fisiologista Albrecht Von Haller.

dependem dos ambientes adjacentes ou das exalações provocadas pelo sol. Esta seria a constituição dos miasmas, a raiz dos ares impuros. E por isso se percebe uma correlação entre os experimentos de Arbuthnot e as teorias hipocráticas. Uma das ideias deste médico escocês era a de que os solos férteis produziram enfermidades ao receberem calor considerável, posto que tais ambientes em climas quentes seriam extremamente insalubres⁷⁸⁹.

Os relatos de viajantes estrangeiros também foram aproveitados pelo estudante *montpellerino* para confirmar suas ideias⁷⁹⁰, nomeadamente quando discordou de Haller. Ferraz chamava a atenção para as medidas preventivas tomadas por populações tropicais, afirmando que o homem não conseguia manter-se saudável em zonas muito quentes: “[...] se o calor subir acima deste último grau (como ocorre em algumas partes da África), então os homens caem em ruína mortal e aqueles que ainda vivem por algum tempo não gozam de saúde plena”.

Neste sentido pode-se notar uma diferença frontal de seu pensamento em relação ao de Arruda da Câmara. Embora o pernambucano não tenha discutido a questão nos mesmos termos, ele considerava a transpiração e a dispersão do oxigênio no ar, geradas pelo calor, como elementos que diminuiriam a temperatura corporal, permitindo assim a vida em regiões onde o calor atmosférico seria maior que o calor animal. Segundo este pensamento, a vida na zona tórrida não seria insalubre pela simples ação das altas temperaturas, até porque o homem teria surgido justamente nesta área. Já para Ferraz, a transpiração tinha um efeito reverso ao corpo, porque o suor excessivo provocaria um desequilíbrio nos humores por deixar o sangue demasiadamente espesso. Além disso, o calor abriria os poros, criando condições para que os miasmas entrassem sem obstáculos, o que fazia com que as regiões sob clima tropical fossem por excelência propensas às doenças. E como se não bastasse, os maus ares provocados pelas temperaturas elevadas exigiam maior sangue nos pulmões, a fim de completar a tarefa respiratória, o que

⁷⁸⁹ John Arbuthnot, *An essay concerning the effects of air on human bodies*, London, printed for J. Tonson in the Strand, 1733, pp. 71–72.

⁷⁹⁰ Ele disse: “Enfim, leiamos as observações daqueles que peregrinaram pelas regiões quentes e veremos com que dificuldade ali não apenas os visitantes como os próprios moradores conservam a saúde”.

por sua vez gerava uma carência em outras zonas, acarretando num doentio desequilíbrio corporal. A natureza até teria meios de evitar a prolongação desta condição malsã, mas os “primeiros danos” do calor estavam delineados.

Assim, apesar de apresentar variações que dependiam da compleição do indivíduo, do ambiente em que se encontrava e dos desequilíbrios em relação às seis coisas não naturais, o estudante mineiro via o calor como algo essencialmente nocivo ao ser humano⁷⁹¹. Não se nota em sua tese menções positivas à sua influência na economia animal, sendo que em última instância as elevadas temperaturas poderiam inclusivamente provocar putrefação e seriam a raiz da debilidade de diversos povos.

Neste sentido, importa notar que ele seguiu parcela considerável da filosofia médica setecentista, adaptando o pensamento clássico. Assim, a anterior associação positiva ao calor – relacionado na filosofia galénica como uma boa compleição –, passava a ganhar um sentido negativo, de preguiça, languidez e enfermidade⁷⁹². As implicações sociais deste sistema culminaram no desenvolvimento de justificações da suposta inferioridade africana e diversos autores associaram a superioridade europeia ao clima frio⁷⁹³.

Alguns escritores chegaram a elaborar explicações muito próximas daquela desenvolvida pelo *montpellerino*. Segundo John Tennent, por exemplo, o calor e humidade das zonas austrais provocava o enfraquecimento das fibras, pois o clima destas regiões fazia com que o sangue se coligasse elevando sua viscosidade e eventualmente estagnando-o⁷⁹⁴. Ferraz, por sua vez, considerava que o calor deixava as fibras moles e inchadas, o que se podia ver pela maior massa corporal no verão. Assim, para ele, a maior languidez, preguiça e a enfermidade igualmente ocorreriam como consequência da alta temperatura:

Essa debilidade do vigor físico e lentidão das ações são os efeitos mais certos do calor, de modo que nas plagas meridionais praticamente

⁷⁹¹ Sobre a questão vide análises anteriores neste capítulo. Lembre-se que elas eram o ar/clima, a alimentação/fome, o sono/insónia, o movimento/descanso, as excreções/retenções e ânimo, com ou sem suas afeções.

⁷⁹² Hisao Ishizuka, *Fiber, Medicine, and Culture in the British Enlightenment*, pp. 43–44.

⁷⁹³ *Ibid.*, pp. 48–51.

⁷⁹⁴ Apud *Ibid.*, pp. 50–51.

dominam de modo geral, já que os africanos, os americanos, os portugueses, os espanhóis os italianos etc., que se acham logo abaixo do meridiano, em geral amantes do ócio e da tranquilidade, são mais débeis que os habitantes do hemisfério frio, onde o aquilão contrai [as] fibras e se fortalece.

Apesar de uma afirmação tão frontalmente oposta ao raciocínio de Arruda da Câmara e outros colegas luso-brasileiros, ele procurou amenizar algumas das implicações deste seu raciocínio, como havíamos pontuado, salientando a existência de “homens diligentes e deveras vigorosos” nestas regiões, apesar de suas compleições débeis e modos de vida ociosos.

Mas se Ferraz compreendia, como já indicamos anteriormente, que a transpiração provocada pelo calor era sinónimo de obstrução e espessamento do sangue devido a evaporação dos humores, situação ainda pior se daria com a bile, que “incha durante o verão e causa infinitas doenças, muitíssimo graves”. Ele afirmava que sua concentração em decorrência de um acúmulo excessivo provocaria padecimentos como a hepatite e icterícia, febres, vômitos, cólera ou disenteria. Por isso, as doenças cutâneas, “extremamente comuns nas plagas meridionais”, seriam especialmente preocupantes. Entre elas estavam a sarna, a lepra e até mesmo as erisipelas que surgiriam endemicamente como uma consequência desta constante interferência humoral provocada pelo calor. Ele prejudicaria o sistema nervoso e incitaria “convulsões que matam sobretudo crianças e mulheres”, fazendo aumentar a ocorrência de crises histéricas e melancólicas (hipocondríacas).

Manuel Joaquim de Sousa Ferraz foi buscar na autoridade de James Lind (já analisado na tese de José Joaquim de Carvalho sobre o escorbuto) a ratificação de sua ideia de que o calor era um “agente etiológico” especialmente importante nas zona tórrida. Esta não era, todavia, uma consideração propriamente nova, pois o Inspetor Geral dos Hospitais da Marinha e das Colonias de França, Antoine Poissonnier-Desperrières, ao discutir anos antes as causas do escorbuto numa memória sobre os benefícios de uma nova alimentação para as “gentes de mar”, afirmava que a atmosfera quente e húmida de Santo Domingo nutria condições para

que doenças putrefacientes se instalassem⁷⁹⁵. Mas importa salientar que embora o tantas vezes citado John Arbuthnot tenha pensado o ambiente como um importante agente na formação das mais variadas doenças e compleições humanas⁷⁹⁶, sua percepção acerca do escorbuto era frontalmente contrária à de Ferraz, pois considerava-a como uma doença dos países frios, porque o frio impedia a eliminação através da perspiração, ocasionando a enfermidade⁷⁹⁷.

De toda forma, seu raciocínio médico definia que locais quentes e húmidos, como o Rio de Janeiro, criariam condições especiais para o surgimento da moléstia, de modo que ele identifica-a nos cariocas e nas regiões com semelhantes condições. Este foi um raciocínio amplamente utilizado por viajantes e filósofos naturais de gabinete: o calor, por si só, como Poissonnier-Desperrières resumiu a questão, era responsável na América por doenças que demandavam no Velho Mundo um maior esforço morboso⁷⁹⁸.

Circunstâncias específicas, como a disposição alcalina dos humores (alcalescência), complicavam ainda mais a situação, pois induzia o corpo a uma disposição pútrida. A alcalescência era uma condição humoral, pelo que todos possuíam-na em alguma medida. Mas, para ele, a debilidade provocada pelo desequilíbrio de algum dos elementos das seis coisas não naturais (em seu caso seria a ação do calor), faria com que os humores pendessem para um estado de putrefação: “Tal como ao longo do verão os cadáveres do animais e dos vegetais fermentam e apodrecem facilmente, os corpos humanos vivos, porém abalados por calor demasiado [...] sofrem do mesmo destino”.

⁷⁹⁵ Antoine Poissonnier-Desperrières, *Traité des fièvres de l'isle de St.-Domingue, avec un mémoire sur les avantages qu'il y auroit à changer la nourriture des gens de mer*, A Paris, De l'Imprimerie royale, 1780, p. 136. Não podemos deixar de salientar que este autor considerava que o escorbuto, e apenas este, atacaria uma pessoa necessariamente já enfraquecida por outros males. Note-se também que esta obra está inserida num volume com outro texto deste autor, mas a mesma pode ser consultada na John Carter Brown Library.

⁷⁹⁶ John Arbuthnot, *An essay concerning the effects of air on human bodies*, pp. 48–52.

⁷⁹⁷ *Ibid.*, pp. 57–58.

⁷⁹⁸ Ele afirmou: “De facto, o clima quente de Santo Domingo faz sozinho o que o grande trabalho das imoderadas fadigas, da exposição ao calor do sol no verão, do ato venéreo repetido [sexo em demasia], etc. fazem na Europa [...]”. Antoine Poissonnier-Desperrières, *Traité des fièvres de l'isle de St.-Domingue*, p. 10.

Era uma compreensão de enfermidade característica do humoralismo, e como fez questão de referir Michel-Augustin Thouret em seu texto sobre o tema na *Encyclopédie Méthodique*, a ideia foi adotada por Boerhaave, que considerava “a estagnação dos fluidos” ou “um forte calor longamente continuado” como causa de doenças⁷⁹⁹. No entanto, essa ideia começava a ser desacreditada na altura, pois o autor do verbete classificou a posição boerhaaviana como errônea.

Ferraz apresentava, portanto, uma visão humoralista num momento em que algumas das suas explicações eram criticadas. Muito embora se tenha continuado a atribuir justificações fisiológicas e ambientais para a suposta inferioridade das regiões afro-americanas ao longo do século seguinte. Sua visão de calor o levava a classificá-lo como um “agente etiológico” que fazia padecer os habitantes das zonas tórridas. Sem muitas opções terapêuticas para um mal que, de facto, estava na terra, o “supremo fundador da natureza” teria ao menos garantido algum alento nas frutas agridoces. Mas nada disso mudava os fatores que condicionariam os povos tropicais, nem mesmo os casos “extraordinários” que conseguiam se desviar da inferioridade condicionante imposta pelo clima quente.

Assim, apesar de procurar dar particular atenção às dificuldades sanitárias do mundo colonial, sua tese pouco contribuiu para a compreensão dos processos de saúde e adoecimento a que estavam sujeitos os luso-americanos. A identificação rápida que queria propor, essencial em sua visão para solucionar as condições de saúde pública de então, se mostrou na verdade pouco eficaz. O que não se alterou foi sua preocupação com os povos tropicais que um dia ele depreciou. Não que tenha deixado de dar importância ao calor, mas os seus trabalhos futuros deixam ver que sua visão se alteraria. O Brasil, que um dia sofrera com tantas doenças, essencialmente em decorrência do calor, se tornaria nos anos subsequentes um “fértil e aprazível continente”.

⁷⁹⁹ [Michel-Augustin] Thouret, “Alkaescence (Médecine pratique)”, in Par une société de Médecins (ed.), *Encyclopédie Méthodique. Médecine*, vol. 2, Paris, Chez Panckoucke, 1790.

Considerações finais

Este capítulo procurou analisar as teses produzidas pelos estudantes luso-brasileiros na Universidade de Montpellier. Intentamos realizar uma crítica interna destas fontes, não somente por ser a primeira vez que estas obras foram reunidas e traduzidas conjuntamente, mas sobretudo porque estas se tornaram praticamente ininteligíveis para as noções médicas atuais. As investigações dos textos destes *alumni*, além de poderem lançar novas luzes no entendimento médico destes estudantes e da sua época, permitem igualmente comparações mais amplas, como por exemplo, sobre os trabalhos desenvolvidos por portugueses em condições similares noutros centros europeus fora do império luso. Assim, nosso primeiro objetivo foi o de dar a conhecer suas ideias e discuti-las, de dar um sentido contextualizado às compreensões destes autores.

Como já tivemos a oportunidade de ressaltar em momentos anteriores, esperamos que esta tese, mais do que encerre a questão de suas ideias médicas e político-sociais, abra novas fronteiras de análise. Para isso, pareceu-nos fundamental procurar perceber quais as linhas de pensamento, os processos de raciocínio utilizados pelos *montpellerinos* para justificar determinadas reflexões, suas autonomias ou dependências diante do centro académico a que pertenceram e as contradições encerradas em seus textos.

Se procuramos contextualizar e compreender os universos médico-colonial e académico europeu em que estavam inseridos, seguramente não é menos importante notar quais os primeiros reflexos destas inter-relações. O que produziram estes homens saídos da América lusa que “tinham tudo”, mas que na Montpellier do século XVIII eram estudantes regulares vindos de uma América pouco louvada como a setentrional? Perceber quem foram os *15 de Montpellier* passou por entender as ideias médicas que eles defenderam. Este foi o foco principal da análise deste capítulo, menos centrado em aspectos políticos e sociais. O que não anula o facto de que as ideias médicas desenvolvidas durante os tempos de Montpellier, em muitos casos, reverberaram em escritos e ações políticas posteriores.

Como esta é a primeira discussão sobre as ideias destes médicos, optamos por realizar as análises de modo seccionado, pensando nas eventuais e prováveis leituras que se poderão fazer futuramente apenas dum autor ou dum tema. Ao mesmo tempo, esta abordagem justifica-se pois a análise de suas teses permite perceber que a sua permanência no centro francês não se deu de forma coordenada. As diferenças temporais, temáticas e teóricas destes textos não possibilitariam que as investigasse em conjunto, se tivesse apenas como denominador comum da análise o facto de terem sido escritas por autores luso-brasileiros da segunda metade do século XVIII.

Assim, os trabalhos desenvolvidos por estes estudantes salientam na verdade a ausência de uniformidade dos debates entre as elites cultas europeias sobre alguns temas médicos e filosófico-morais. É particularmente significativo que não somente as discussões, mas também as filosofias médicas em que eles basearam suas ideias tenham diferido de forma tão marcante, especialmente pelo que se poderia esperar dum pequeno grupo de pessoas oriundas dum mesmo domínio colonial – a América Portuguesa –, a estudar num mesmo centro – Montpellier e a sua universidade – e com interesses aparentemente similares – a Medicina. Montpellier figura de forma marcante na historiografia medica (não fortuitamente, é verdade) como centro do vitalismo e, contudo, não se viram tantas teses efetivamente baseadas na defesa da força vital, como inicialmente poderíamos pressupor.

Nota-se, desta forma, a difusão de um corpo de estudantes que poderia ser denominado por “grupo” devido à origem comum e a terem frequentado no mesmo século a reconhecida faculdade francesa. De toda forma, devemos salientar que estas diferenças doutrinárias não foram absolutas, pois embora suas temáticas e posições teóricas não tenham sido as mesmas, os *montpellerinos* também apresentaram ideias genericamente similares em diferentes momentos de seus textos. O ponto de contacto principal foi certamente a doutrina dos humores ou sua lógica de raciocínio transmutada em outras teorias médicas. O argumento de que se deveria usar plantas americanas, por exemplo, não esteve presente apenas em Inácio Ferreira da Câmara, (que propôs sua utilização em detrimento dos

mercuriais), mas em outros *montpellerinos*, como Vicente Gomes da Silva, que fizeram argumentações semelhantes em defesa dos fitoterápicos e seus poderes salutíferos. Estes seguiram a vida pós-Montpellier ao serviço da coroa lusa dedicando-se às plantas “brasileiras”.

A este ponto, queremos sublinhar que as dedicatórias e a qualidade dos textos também foram bastante diversas. Houve aqueles que ofertaram seus trabalhos aos pais, outros a amigos de convivência académica ou mesmo aos mestres de Montpellier e ao império luso. Duas teses foram premiadas no centro francês, a de José Joaquim de Carvalho e a de Jacinto José da Silva Quintão. Mas houve também outros, como José Joaquim da Maia Barbalho, que elaboraram textos curtos, alegando doença⁸⁰⁰. De entre os *montpellerinos*, uns, tais como Rangel de Gusmão e Gomes da Silva, estavam claramente preocupados com o que ocorria nos domínios coloniais e discutiram doenças como a erisipela e lepra; enquanto que outros, como Manuel Arruda da Câmara, embora não fossem contrários à ideia, defenderam teses menos marcadas pela defesa da saúde dos povos. Houve teses como a de Gusmão, onde pouco ou nada se acrescentou ao que já se conhecia, mas também existiram trabalhos como o de Ferreira da Câmara, que propuseram soluções terapêuticas inovadoras que começavam a ganhar legitimidade, ainda que as soluções que apontavam fossem, de modo algum, pacíficas. Alguns, como Manuel Joaquim de Sousa Ferraz, concordaram, ainda que com ressalvas, com a ideia eurocêntrica de que o calor condicionava negativamente os povos tropicais (ele depois mudaria de opinião); outros, como Arruda da Câmara, opuseram-se frontalmente a estas noções. Assim, no que diz respeito aos conceitos e preocupações médico-sanitárias, tema predominante deste capítulo, a unidade dos *montpellerinos* praticamente não existiu.

Por fim, importa evidenciarmos a carência de apoio em relação à defesa de suas ideias. Salvo casos raros em que suas teses foram parar a arquivos estrangeiros ou bibliotecas de outras faculdades francesas, seus trabalhos não ganharam

⁸⁰⁰ Maia Barbalho disse: “Minha intenção era tratar de todas as espécies de erisipela, mas a má saúde me impediu de executá-lo”.

qualquer destaque, nem mesmo nos meios acadêmicos portugueses. Foi preciso que estes homens ingressassem em academias e sociedades letradas ou que passassem a atuar em organismos ao serviço régio, como hospitais e jardins botânicos, para que tivessem suas ideias ouvidas pelas autoridades metropolitanas e coloniais (vide capítulo anterior). Alguns, como Arruda da Câmara, insistiram em defender suas posições iniciais, mas a maioria acabou deixando de lado suas contribuições e propostas de cura e/ou de como alargar as riquezas dos súbditos e da coroa lusa. Neste sentido, poderíamos mesmo dizer que, no que toca ao relativamente baixo aproveitamento dos conhecimentos destes estudantes, se o projeto ilustrado luso não acabou numa “ilusão quebrada”⁸⁰¹, talvez tenha sido uma “ilusão fendida”.

⁸⁰¹ Em referência ao clássico de Francisco Javier Puerto Sarmiento, *La ilusión quebrada: Botánica, sanidad y política científica en la España Ilustrada*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1988.

De regresso ao Império: trajetórias político-sociais dos quinze de Montpellier

Introdução

Os primórdios da atenção dada pela historiografia ao conjunto de quinze luso-americanos na secular Faculdade de Medicina da Universidade de Montpellier entre os anos de 1765 e 1794 e seus subseqüentes envolvimentos políticos remontam ao século XIX, quando a preocupação primeira era determinar “as origens republicanas do Brasil”⁸⁰². Assim, na mesma altura em que começaram a ser reconhecidos, as confusões e certezas prévias sobre os membros deste “grupo” foram igualmente iniciadas. Em 1895, Domingos Jaguaribe Filho informou a descoberta de Oscar d’Araújo de que fora José Joaquim da Maia Barbalho quem se correspondeu com Thomas Jefferson⁸⁰³. Esta era, então, uma informação nova, uma vez que seu autor era conhecido apenas pela misteriosa alcunha, Vendek. Pela importância e incerteza da questão, a confirmação da matrícula de estudantes “brasileiros” em Montpellier foi solicitada, tendo-se então obtido uma resposta negativa. Mas apesar da inconclusiva informação de que Barbalho tivesse ali estudado, Jaguaribe Filho concluiu: “não temos a menor dúvida em confirmar o facto, porque coincide a sua [Barbalho] permanência em França com a de Jefferson”⁸⁰⁴.

Assim começava uma longa jornada na procura de informações que confirmassem a preexistência de ideais republicanos entre os estudantes de medicina que estudaram em França. Sendo a Inconfidência Mineira a mais afamada

⁸⁰² Domingos Jaguaribe [Filho], “As origens republicanas do Brasil”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 1, [1895], 1913.

⁸⁰³ A obra referida trata-se de *L’idée républicaine au Brésil*, publicada anos antes, em 1893.

⁸⁰⁴ Domingos Jaguaribe [Filho], “As origens republicanas do Brasil”, p. 33.

e conhecida das sedições coloniais, seus envolvidos ocuparam lugar de destaque na idealização de um Brasil republicano e democrático⁸⁰⁵. No entanto, os demais *montpellerinos* não foram completamente postos de parte do conjunto de construções historiográficas nacionais/nacionalistas do século XIX e do começo do XX: aqueles a quem não se podia atribuir implicações na conjuração mineira foram relacionados a outros movimentos sediciosos, nomeadamente em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Não por acaso, passadas várias décadas e diferentes historiografias e contextos, a marca da imprecisão e incerteza ainda é o mote acerca dos quinze de Montpellier.

Não surpreende, portanto, que a investigação destes envolvimento foi a questão inicial deste doutoramento. Mas com o avançar da mesma, uma mais prudente decisão obrigou-nos a repensar as participações destes atores históricos em tramas revoltosos, posto que não encontramos comprovação documental para muitas das sedições a que seus nomes estão atrelados. É facto que alguns participaram ativamente, por exemplo, na Inconfidência Mineira ou na sua vertente do Rio de Janeiro, mas em outros casos, a parca documentação existente permite apenas apontar uma aproximação de ideais, mas não o envolvimento, ainda que indireto, em movimentos contrários ao poder da monarquia portuguesa. À exceção de Manoel Arruda da Câmara, que é hoje estudado especialmente por quem discute questões de ciência, os demais são pouco conhecidos e citados⁸⁰⁶. Obras e

⁸⁰⁵ Embora, não se possa descrever esta tentativa de sedição como uma movimentação republicana, uma vez que esta forma de governo não era uníssona entre os *Inconfidentes*. Roberta Stumpf, *Filhos das Minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais (1763-1792)*, São Paulo, Hucitec, 2010, pp. 192–194.

⁸⁰⁶ Sobre Arruda da Câmara, as principais investigações são a biografia e coleção documental trazida a público por José António Gonsalves de Mello, bem como as investigações referente ao mundo natural e a obra de Arruda da Câmara, nomeadamente discutidos por Lorelai Kury, Maria Rachel Fróes da Fonseca e Ermelinda Patata. José António Gonsalves de Mello (ed.), *Manuel Arruda da Câmara*; Lorelai Brilhante Kury, “No calor da pátria”; Lorelai Brilhante Kury, “Sertões adentro”; Maria Rachel Fróes da Fonseca, ““A natureza concedeu a cada país ou a cada clima seus privilégios exclusivos”: a natureza brasileira na obra de Manuel Arruda da Câmara”, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, vol. 5, n. 2, 2010; Maria Rachel Fróes da Fonseca, “Las noticias más útiles y la medicina en México y Brazil coloniales”; Maria Rachel Fróes da Fonseca, *A única ciência é a pátria: o discurso científico na construção do Brasil e do México (1770-1815)*, Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996; Ermelinda Moutinho Patata, *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*, Tese de Doutorado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

acontecimentos singulares foram por vezes discutidos, mas suas vidas e ideias ainda estão por conhecer melhor.

O “grupo” constituiu-se com homens de quatro diferentes regiões da América portuguesa, todas com significativo impacto no conjunto de interesses tanto políticos, quanto económicos da Coroa. As capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais perfazem a significativa maioria, havendo ainda dois “paraibanos” da então capitania de Pernambuco e um proveniente da Bahia. Sublinhe-se que nestas regiões se tinham constituído sociedades marcadas por uma economia rural e/ou comercial que possuíam riqueza suficiente para investir na ida de seus filhos para universidades estrangeiras, como a de Montpellier.



Quadro 3: Relação dos estudantes luso-brasileiros por capitania de origem.

Cientes dos óbices acima referidos, importa notar que estes homens se movimentaram com certa fluidez dentro do Império português. Finda a formação em França, muitos exerceram atividades fora de suas capitanias de origem e alguns estiveram também no reino a “curar de medicina”. Entre os naturais das Minas Gerais, quase todos foram para outras regiões. São em certa medida uma exceção Domingos Vidal Barbosa Lage, por sair das Minas preso e degredado para África em decorrência do envolvimento na Inconfidência Mineira, e Faustino José de Azevedo, que decidiu regressar à terra natal, Campanha do Rio Verde, ao invés de viver como médico em regiões mais abastadas como Ouro Preto ou Rio de Janeiro. Em relação aos oriundos do Rio de Janeiro, sua maioria continuou na capitania ou a manter relações ali: homens como José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão que

atuou em Portugal, nomeadamente em Lisboa, mas que igualmente o fez na capitania natal. Eleutério José Delfim, comerciante de escravos e uma das figuras mais indefinidas deste grupo, posto não ter completado sua formação médica, esteve em Goa e Moçambique, mas não se desligou totalmente da cidade em que nasceu. Além disso, é de referir que Vicente Gomes da Silva e Jacinto José da Silva Quintão tenham clinicado apenas na região.

Nome	Capitania de origem	Local de atividade
AZEVEDO, Faustino José de	Minas Gerais	Campanha da Princesa (MG)
BARBALHO, José Joaquim da Maia e	Rio de Janeiro	*
BRANDÃO, Joaquim Inácio de Seixas	Minas Gerais	Caldas da Rainha
CÂMARA, Francisco Arruda da	Pernambuco	Goiana Pará
CÂMARA, Inácio Ferreira da	Minas Gerais	Ilhéus Salvador
CÂMARA, Manoel Arruda da	Pernambuco	Nordeste Atual
CARVALHO, José Joaquim	Rio de Janeiro	Recife Rio de Janeiro
DELFIN, Eleutério José	Rio de Janeiro	Moçambique, Rio de Janeiro
FERRAZ, Manuel Joaquim de Souza	Minas Gerais	Porto Lisboa Rio de Janeiro
GUSMÃO, José Mariano Leal da Câmara Rangel de	Rio de Janeiro	Lisboa Rio de Janeiro
LAGE, Domingos Vidal Barbosa	Minas Gerais	**
MEDEIROS, José Joaquim Vidigal de	Rio de Janeiro	Lisboa
QUINTÃO, Jacinto José da Silva	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
RIBEIRO, Joaquim José de Souza	Bahia	Caraíbas
SILVA, Vicente Gomes da	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

* Morreu em Lisboa, 1788.

** Degredado para África, morreu na Ilha de Santiago (Cabo Verde) em 1793.

Quadro 4: Relação das atividades desempenhadas pelos *montpellerinos*.

Todo este trânsito permite confirmar a centralidade do Rio de Janeiro, cidade por onde passaram *montpellerinos* de diferentes capitanias, além dos próprios filhos

da terra. Uma situação bastante diferente de Minas Gerais, que por regra teve seus naturais a executar funções fora da capitania. Essa posição destacada do Rio de Janeiro pode ser constatada também para Portugal com Lisboa, Porto e Caldas da Rainha a adquirirem uma centralidade semelhante na recepção e integração de estudantes na vida política e médico-científica, mas a categoria de reino desqualifica as condições para uma comparação objetiva. Além disso, percebe-se que a escolha primeira destes estudantes foi estabelecerem-se em cidades maiores e litorâneas (independentemente de serem no reino ou não), o que em parte se pode explicar devido a reconhecerem alguma dificuldade em sustentarem-se financeiramente apenas com os dividendos da prática médica, especialmente se exercessem em zonas menos povoadas⁸⁰⁷.

A presença destes médicos em cidades como Rio de Janeiro, Lisboa, Porto, Recife e Caldas da Rainha esteve também relacionada com a atividade que exerciam: se as finanças os levaram para os maiores centros urbanos, devem igualmente ser levados em consideração, por exemplo, os ofícios em jardins botânicos ou em hospitais, uma vez que a atuação no real serviço era tanto garantia de subsistência, quanto de valorização social. Paradigmática é a personalidade de, José Joaquim de Carvalho que não parece possuir quaisquer laços pessoais em Recife, mas estabeleceu-se na região onde posteriormente fez toda sua carreira médica. Característico foi também o caso de Seixas Brandão, primeiro-médico do Hospital Termal das Caldas da Rainha que ali se fixou devido à nomeação régia.

Como a maioria do grupo de facto clinicou, este elemento dá o tom das inserções regionais destes médicos⁸⁰⁸. Dentro ou fora das suas capitanias originárias, houve, porém, os que acabaram por não exercer atividades relacionadas com a Medicina. Nesta altura, a área incluía aspetos mais abrangentes que os atuais campos da saúde. Assim, a conservação de jardins botânicos, o estudo da filosofia natural, ou mesmo a medição atmosférica também estavam atrelados ao universo

⁸⁰⁷ Cf. Cap. 1 para discussão acerca da condição dúbia dos médicos frente a sociedade setecentista, a serem ao mesmo tempo bem e mal vistos.

⁸⁰⁸ O que não anula outros fatores a ser considerados, como as motivações pessoais que, embora imponderáveis devido a carência documental, não podem ser desconsideradas.

médico. Lage foi degredado devido ao seu envolvimento com a Inconfidência Mineira, mas pela documentação existente nos ADIM podemos notar que ele não praticou antes de ser condenado e, para além disso, não solicitou a Carta de Medicina para poder atuar no Império Luso. Já Barbalho morreu em Lisboa pouco após sua formação. Assim dois dos que não atuaram na área estiveram relacionados com a Inconfidência Mineira. Fora estes, Delfim não terminou o curso e estabeleceu-se como mercador de escravizados e, por fim, Souza Ribeiro também não solicitou a supracitada Carta e encontramos-lo a viajar pelas Caraíbas, mas sem exercer atividades relacionadas com a medicina⁸⁰⁹.

Não relacionado com a Medicina	4
Não Clinicou	4
BARBALHO, José Joaquim Maia	
DELFIN, Eleutério José	
LAGE, Domingos Vidal Barbosa	
RIBEIRO, Joaquim José de Souza	
Relacionado com a Medicina	11
Clicou	9
AZEVEDO, Faustino José de	
BRANDÃO, Joaquim Inácio de Seixas	
CÂMARA, Francisco Arruda da	
CARVALHO, José Joaquim	
FERRAZ, Manuel Joaquim de Souza	
GUSMÃO, José Mariano Leal da Câmara Rangel de	
MEDEIROS, José Joaquim Vidigal de	
QUINTÃO, Jacinto José da Silva	
SILVA, Vicente Gomes da	
Não Clinicou	2
CÂMARA, Inácio Ferreira da	
CÂMARA, Manoel Arruda da	
Soma total	15

Tabela 3: A prática médica dos *montpellerinos*.

⁸⁰⁹ Não nos foi possível aceder à documentação original da viagem de Souza Ribeiro, que se encontra na Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Para análise de um tópico desta viagem, cf. João José Reis and Flávio dos Santos Gomes, “Repercussions of the Haitian Revolution in Brazil, 1791-1850”, in David Patrick Geggus and Norman Fiering (eds.), *The World of the Haitian Revolution*, Bloomington, Indiana University Press, 2009.

Portanto, temos quatro estudantes que não se aproximaram do campo médico após a passagem por Montpellier (não clinicou, nem executou atividades relacionadas). Dos onze que o fizeram, nove efetivamente clinicaram, “curaram de medicina” como se dizia, e apenas dois estiveram atrelados ao universo médico, mas sem clinicar: Manoel Arruda da Câmara e Inácio Ferreira da Câmara atuaram especialmente com a Matéria Médica, mas nunca como médicos.

Em suma, podemos assinalar a existência de alguns traços comuns entre estes homens: a efetividade do curso em Montpellier, a prática médica (uma vez que poucos se desligaram completamente da formação que tiveram), a necessidade de viver em cidades maiores e litorâneas para efetivamente sobreviver das artes de cura. Mas outros dois aspetos devem igualmente ser analisados: a política e as relações de poder na escolha de Montpellier.

As relações de poder na escolha de Montpellier

Ainda que formado em França, os estrangeiros eram impedidos, ao menos oficialmente, de ali atuarem⁸¹⁰. Mas, mesmo com a real proibição francesa de “curarem de medicina” naquelas terras e com a necessidade de obterem uma autorização régia em Portugal para poderem praticar em solo luso (a Carta de Medicina), os quinze luso-brasileiros preferiram lançar-se no mundo francês para cursar medicina. Uma vez que Coimbra foi o destino preferencial da grande maioria dos luso-brasileiros, importa perceber o porquê da escolha por Montpellier e não da referida cidade lusa ou mesmo outros reconhecidos centros de formação médica, como era o caso de Edimburgo, Leiden ou mesmo Paris.

Intentaremos discutir neste capítulo quais foram as possíveis motivações para cursarem medicina numa universidade estrangeira, assinaladamente em

⁸¹⁰ A norma em questão é oriunda do Édito de 1707 que em seu artigo 17 estabeleceu que os estrangeiros poderiam ser admitidos nos estudos médicos, mas não poderiam valer-se deles para atuar no Império francês (“Mais ne pourront les degrez par eux obtenus leur servir dans nostre Royaume” [sic.]). Para este diploma legal, utilizamos o “Annexe nº 4” In Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle*, pp. 517–526. Versão digital do mesmo pode ser encontrada no portal Gallica, da Biblioteca Nacional de França: Louis XIV (1638 – 1715), *Edit du Roy, portant Reglement pour l’étude & l’exercice de la Medecine*.

Montpellier. A explicação mais aceita para a escolha de Montpellier como local de formação por estes luso-brasileiros terá sido o apelo pelas “ideias francesas”. Mas esta é uma possibilidade que não permite a sua comprovação, pois mesmo para aqueles indubitavelmente envolvidos em sedições não há documentação que relacione a ida para Montpellier com os projetos e ideais sediciosos em que se envolveram. Exceção a esta regra é José Joaquim da Maia Barbalho, que deixou clara a sua motivação para realizar a formação em Montpellier em carta endereçada a Thomas Jefferson⁸¹¹. Mas para os demais casos não há informações que permitam definir claramente as razões pela escolha desta cidade universitária.

Ainda assim, respostas menos diretas podem ser discutidas, se quisermos estabelecer novas interconexões. Importa primeiramente notar que a França era também um país católico⁸¹²; e que, em segundo lugar, o francês (não o inglês) era a língua estrangeira aprendida na educação formal dos luso-brasileiros. Somado a isso, deve considerar-se que, o curso médico de Montpellier estava entre os mais famosos da Europa, com um jardim de plantas implementado e em funcionamento, com renomados professores e uma “corrente” de pensamento médico a emanar dali (o vitalismo⁸¹³). Montpellier recebia muito mais alunos das regiões mediterrânicas que o curso de Paris, que, apesar de também ser reconhecido, admitiu mais estudantes das zonas setentrionais da Europa⁸¹⁴. Para além disso, e em quarto, o Édito de 1707 definia que o período mínimo de formação médica em França era de 3

⁸¹¹ Esta troca de correspondências será debatida pormenorizadamente em subcapítulo a seguir.

⁸¹² Situação exemplar pode ser percebida pelo caso da Universidade de Pádua, que teve poucos alunos protestantes advindos das ilhas britânicas a graduarem-se ali, apesar da reconhecida qualidade da mesma. Laurence Brockliss, “Medicine, religious, and social mobility in Eighteenth- and early Nineteenth-Century Ireland”, in James Kelly and Fiona Clark (eds.), *Ireland and Medicine in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, London, Routledge, 2016, p. 82.

⁸¹³ Para o termo e sua inserção em Montpellier, cf. Sílvia Waisse et al., “Raízes do vitalismo francês: Bordeu e Barthez, entre Paris e Montpellier”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 18, n. 3, September 2011. Para uma percepção de como os vitalistas percebiam aspetos específicos da medicina, cf. Elizabeth A. Williams, “Sciences of appetite in the Enlightenment, 1750–1800”, *Studies in History and Philosophy of Science Part C: Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, vol. 43, n. 2, 2012.

⁸¹⁴ José Ramon Bertomeu-Sánchez and Antonio García-Belmar, “Constructing the center from the periphery: Spanish travellers to France at the time of the Chemical Revolution”, in Ana Simoes et al. (eds.), *Travels of learning: A geography of science in Europe*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 2003, p. 154.

anos⁸¹⁵, sendo que em Montpellier o curso durava em média 32 meses (os estudantes poderiam iniciar o curso numa faculdade e terminar noutra) enquanto que em Coimbra, como se sabe, o período efetivo antes da Reforma era de cinco anos, mas chegou-se a uma média de oito anos após 1772⁸¹⁶. Adicionalmente, formar-se pela Universidade de Montpellier era muito mais barato (500 livres) que pela de Paris, onde se chegava a pagar 7000 livres⁸¹⁷.

Além dessas razões, outras menos diretas podem ser elencadas. A primeira destas possibilidades refere-se ao efeito produzido pela ida dos primeiros alunos, já na segunda metade do século. Se observarmos bem, perceberemos que os *montpellerinos* estiveram quase todos ao mesmo tempo, à exceção de Seixas Brandão e Quintão que, respetivamente, estudaram ali entre 1766-1767 e 1776-1778. Os demais, independentemente do período em que ali ficaram, estiveram entre 1783-1794, concentrando-se nos anos 1787-1791, período que contou com pelo menos cinco alunos a cada ano (Anexo 2.1). Uma convivência conjunta que, somada à confluência de condições (como se verá, muitos compartilhavam interesses e se estabeleceram socialmente de forma similar), permite estabelecer suposições mais seguras acerca deste conjunto de estudantes. Assim, em outras palavras, seria interessante observar que um dos possíveis motivos para a ida a Montpellier, ao menos para alguns, tenha sido a presença anterior de “desbravadores” (Seixas Brandão e Quintão), também naturais da América lusa.

O segundo elemento deste segundo conjunto a não ser desconsiderado é justamente um dos pontos mais controvertidos sobre estes 15 de Montpellier: seus envolvimento com a Maçonaria. A dificuldade própria dos estudos sobre esta instituição e seus membros decorre da óbvia ausência documental, mas essa carência não inviabiliza a realização de uma análise que contemple a possibilidade de envolvimento por parte de alguns destes *montpellerinos* com a referida entidade. Não explícita na documentação referente a alguns destes alunos, nomeadamente os

⁸¹⁵ Louis XIV (1638 – 1715), *Edit du Roy, portant Reglement pour l'étude & l'exercice de la Medecine*.

⁸¹⁶ Junta de Providência Literária, *Estatutos da Universidade de Coimbra*. O período médio exclusivamente do curso médico era de 4 anos (vide Capítulo 2).

⁸¹⁷ Laurence Brockliss, “Before the clinic: French medical teaching in the eighteenth century”, p. 88.

oriundos de Minas Gerais e Rio de Janeiro, a Maçonaria foi um elemento integrador em diferentes sociedades de letras, ainda que não tenha necessariamente implicado em sedição ou antimonarquismo⁸¹⁸.

Neste sentido, pode ser interessante perceber que “grande parte das ideias professadas pelos seus membros no mundo luso-brasileiro pode ser identificada com o substrato libertino, irreligioso, e político heterodoxo [...]”⁸¹⁹, o que leva-nos à argumentação de Mansur Barata, que embora não tenha negado “a possibilidade de que maçons tenham participado dos movimentos sediciosos que eclodiram na virada do século XVIII para o XIX na colônia”, procurou ressaltar que “ao lado da dimensão conspirativa, também desenvolveu-se, entre os habitantes da América portuguesa [...], um comportamento transgressor, do qual o pertencimento à maçonaria era [apenas] uma das faces”⁸²⁰.

Embora não se possa denegar eventuais implicações, partilhamos as ressalvas deste investigador acerca da problemática conceitualização da maçonaria enquanto elemento quase automático na análise dos envolvimento sediciosos:

Para grande parte da historiografia, a inserção da maçonaria no espaço colonial americano foi resultado da ação dos estudantes brasileiros que foram estudar nas universidades europeias, particularmente em Coimbra e Montpellier, no final do século XVIII. [...] [Todavia, é] preciso lembrar que nem todos aqueles que foram estudar na Europa tornaram-se maçons e que ao voltarem para a América participaram de movimentos de contestação ao domínio português⁸²¹.

⁸¹⁸ Embora tenha sido este o tom de diversas investigações acerca do tema: “Numa rápida análise da historiografia, pode-se perceber que um dos principais problemas nas interpretações que se tornaram clássicas, tanto aquelas produzidas pelos próprios maçons, quanto as produzidas no interior da academia, foi o entendimento dos maçons e da maçonaria unicamente como agentes da ‘revolução’”. Alexandre Mansur Barata, *Maçonaria, sociabilidade ilustrada & independência do Brasil, 1790-1822*, p. 48; Júnia Ferreira Furtado, “República de Mazombos: sedição, maçonaria e libertinagem numa perspectiva atlântica”, in José Damião Rodrigues (ed.), *O Atlântico revolucionário: Circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*, Lisboa, CHAM, 2012, (Estudos & Documentos, 17), p. 317.

⁸¹⁹ Júnia Ferreira Furtado, “República de Mazombos”, p. 316.

⁸²⁰ Alexandre Mansur Barata, *Maçonaria, sociabilidade ilustrada & independência do Brasil, 1790-1822*, p. 51.

⁸²¹ *Ibid.*, p. 64.

O nosso ressaltar dessa perspectiva não nega, obviamente, as existências possíveis de acontecimentos não documentados: sabemos, por exemplo, da importância das academias, sociedades e grêmios secretos conformados por estudantes para o processo da Inconfidência Mineira. Mas, como se verá, a abordagem aqui proposta buscou reduzir alguns ruídos relacionados aos 15 de Montpellier e suas atividades políticas, razão pela qual discutiremos menos as eventuais participações em sociedades maçônicas e daremos maior ênfase analítica aos elementos documentais que restaram nos arquivos luso-franco-brasileiros. Ainda assim, importa salientar a efetiva participação de diversos estudantes nestes grêmios locais, o que, pelo contexto da época, não implicou necessariamente o seu envolvimento em discussões e atividades sediciosas⁸²².

Outro elemento que não pode deixar de ser levado em consideração é justamente a localização geoestratégica da referida cidade⁸²³. Montpellier, tal como o Rio de Janeiro (e seu eixo anexo: as Minas Gerais da Estrada Real) era uma zona de intenso fluxo populacional e de produtos. Razão pela qual, como se percebeu anteriormente quando nos referimos às cidades litorâneas, ocuparam posições de destaque, seja enquanto destino de eleição dos estudantes para a formação médica, seja como preferência após o retorno de Montpellier.

Neste sentido, apesar da insuficiência documental ser um entrave para asserções exatas, podemos, em contrapartida, analisar as trajetórias destes médicos após terem passado por Montpellier e procurar quais os fatores que levaram estes portugueses da América para o sul de França. Pois, se para nós o catolicismo, a língua francesa, as propinas e a duração, bem como a reputação e a localização do curso de Montpellier, foram elementos de peso considerados por eles, defendemos também que a formação em medicina era o elemento primeiro e o mais forte destas motivações, seja pela perspectiva de valorização social ou mesmo pela possibilidade financeira (ainda que restrita a determinados casos).

⁸²² Júnia Ferreira Furtado, “Libros sediciosos y libertinismo en la Capitanía de Minas Gerais (Brasil, siglo XVIII): la biblioteca del naturalista José Vieira Couto”, *Revista Complutense de Historia de América*, vol. 40, 2014.

⁸²³ Silvia Waisse et al., “Raízes do vitalismo francês”, pp. 626–627.

Salientámos anteriormente (Capítulo 1) que ser médico não garantia *per si* a sobrevivência financeira, já que a maioria da população não possuía recursos para pagar os caros tratamentos e consultas (facto que levou grande parte dos médicos para os centros urbanos mais populosos) e preferia, por razões já apontadas, uma terapêutica diferente. Neste mesmo capítulo, não se negou o *status* que o médico auferia e lutou para manter.

Foi justamente a possibilidade de ascensão social que moveu estes homens na escolha por Montpellier, posto que lhes conferia especiais relações de poder e vantagens. É verdade que nem todos conseguiram alcançar o objetivo de nobilitar-se a si e a seus familiares, de modo que importa notar primordialmente não os sucessos, mas sim as tentativas de valerem-se da formação médica para ascender socialmente. Assim, convém observar os casos em que pudemos notar, na parca documentação, suas trajetórias pessoais para analisarmos se se aproveitaram da referida condição para aplicar “estratégias” de elevação social; numa perspetiva que, percebemos depois, muito lembra a reivindicação de Maria Beatriz Nizza da Silva quando ressaltou a necessidade de se estudarem as carreiras dos *montpellerinos* após o regresso de Montpellier⁸²⁴.

Mesmo em relação a Eleutério José Delfim, que fez apenas uma inscrição em Montpellier, a escolha daquela faculdade parece denotar aspirações de uma ascensão dali resultante. Para sentar praça em Goa e depois estabelecer-se como um grande traficante de escravizados em Moçambique, Delfim terminou por contar muito com a influência de seu pai, um grande comerciante do Rio de Janeiro. Mas antes de valer-se do paterno apoio no seu estabelecimento em outros espaços imperiais portugueses, a escolha da família foi por uma alteração na ordem de valores (que acabou sendo inócua, em razão da passagem inconclusa de Delfim por Montpellier): aquele bem sucedido homem de negócios carioca colocaria a sua

⁸²⁴ Ao criticar as exageradas considerações acerca da ausência de físicos na América lusa, a autora ressaltou a necessidade de se estudar as carreiras dos *montpellerinos* após o regresso de Montpellier. Maria Beatriz Nizza da Silva, *Vida privada e quotidiano no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI*, Editorial Estampa, 1993, p. 91.

família na seara das artes liberais a partir da formação médica do filho e assim romper-se-iam os obstáculos para a ascensão social⁸²⁵.

É possível notar esforço semelhante quando observamos a trajetória dum antigo carmelita calçado, o conhecido Manoel Arruda da Câmara. Após a passagem por Coimbra entre 1786-1788 a cursar Filosofia, este filho de um grande senhor de terras e capitão-mor da vila de Pombal, no sertão da Paraíba (então capitania de Pernambuco), decidiu rumar para Montpellier a fim de abraçar a Medicina. Tão logo finalizou este curso, requisitou autorização para exercer a clínica em solo luso de modo regular, uma vez que a formação no estrangeiro era impeditiva para a prática médica no Império português, um pedido que aponta significativamente para uma primeira tentativa de viver das artes de cura. Porém, a formação em Filosofia na reformada Universidade de Coimbra e o contato pessoal com importantes nomes na corte, nomeadamente Domingos Vandelli, conferiu a este médico uma posição sem precedentes para investigar o mundo natural em sua região natal (partes do atual Nordeste brasileiro). Este facto acabou interferindo diretamente na primeira pretensão de Arruda da Câmara, terminando ele por ser o único dos cinco formados em Montpellier que solicitaram Carta de Medicina a não clinicar. De todo modo, tais eventualidades não alteraram sua intenção maior, pois o exercício naturalista ao serviço da coroa era uma honra vassalar ainda maior, completada justamente pela integração às academias e sociedades científicas. Seu irmão, o quase desconhecido Francisco Arruda da Câmara, integra essa ambição, pois foi nomeado físico-mor no Pará e ainda solicitou a ocupação de inspetor do Jardim Botânico da capitania⁸²⁶. Uma procura que não nos parece atrelar-se apenas aos elementos financeiros em

⁸²⁵ Para uma discussão específica, mas que analisa diferentes modos de ascensão social no século XVIII, cf. Roberta Stumpf, *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das Ordens militares nas Minas Setecentistas*, Tese de Doutorado, Brasília, Universidade de Brasília, 2009.

⁸²⁶ Apesar da carência documental e consequentes incertezas se ele assumiu o posto, na carta do Conde de Linhares ao Conde de Aguiar pode-se notar que Francisco Arruda da Câmara foi nomeado físico-mor do Pará e havia solicitado para ser o inspetor do Jardim Botânico paraense. Cf. Apêndice 4.2 para mais informações. Vimos a referência deste documento em Nelson Sanjad, *Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão Pará, 1796-1873*, Dissertação de Mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, pp. 96–97.

questão, mas especialmente às vantagens sociais advindas do exercício da função régia.

A criar os meios para que os filhos de comerciantes e de senhores de terras e escravizados vivessem das artes de cura e penetrassem em novas camadas sociais, a passagem por Montpellier foi um importante elemento de inserção na burocracia estatal, elemento considerável para a almejada ascensão social. Exemplo disso é Inácio Ferreira da Câmara. Saiu de Minas Gerais e estabeleceu-se na Bahia. Ali, era senhor de terra em Ilhéus, possuindo um engenho de cana de açúcar, mas não conseguia viver da prática médica e da botânica. Segundo o governador da capitania, ele instalou-se em Ilhéus justamente por não ter condições de viver em Salvador a remeter plantas e fazer as investigações necessárias⁸²⁷. Para tal, o governador solicitou uma pensão, auxílio da coroa, para que Ferreira da Câmara pudesse se dedicar à botânica. Ele terminou na função pública, encarregado do Jardim Botânico da Bahia, membro de academias e sociedades literárias e científicas e a receber quatrocentos mil réis anuais.

Montpellier foi também a mais forte razão para a ascensão da família Seixas Brandão. Após uma passagem rápida por Coimbra, este natural do Rio de Janeiro esteve três anos em Montpellier. De regresso a Portugal, foi nomeado primeiro-médico do Hospital Termal das Caldas da Rainha logo quando da reforma pombalina deste hospital, passando a receber cento e cinquenta mil réis anuais⁸²⁸. Após a nomeação em Caldas, estabeleceu ligações com personalidades políticas na cidade e com poetas na corte (chegando até a participar da famosa Arcádia Romana), tendo inclusive sua filha, Quitéria Roberts Delfina de Seixas, se casado com um desembargador, António Amado da Cunha de Vasconcelos. Após seu falecimento, esta mesma filha recebeu mercê de Dona Maria I (originariamente conferida à mãe, Maria Roberts de Seixas) que lhe outorgava uma pensão de sessenta mil réis.

⁸²⁷ FBN, *Carta Regia dirigida a D. Fernando José de Portugal, Governador da Bahia, determinando que seja dada uma pensão anual de quatrocentos mil réis ao naturalista Inacio Ferreira da Camara, para estudar Botânica e dirigir o Jardim Botânico a se erigir nessa Capitania*, 28 May 1799, II — 33, 29, 71.

⁸²⁸ Foi ordenado ainda que recebesse “ajuda de custo” de duzentos mil réis. ANTT, Joaquim Inácio de Seixas Brandão, *[Solicita a sua nomeação como Inspector Geral das Águas e Minerais do Reino]*, 1786, Ministério do Reino, Maço 776, nº 15.

Após a sua passagem por Montpellier, Jacinto José da Silva Quintão tornou-se membro da Sociedade Literária do Rio de Janeiro e publicou n' *O Patriota*, mas podemos perceber sua ascensão social de modo mais concludente pelas respostas que deu na devassa levada a cabo no Rio de Janeiro, devido ao temor de que se estivessem a discutir ideias sediciosas na Sociedade Literária: na acareação com José Bernardo da Silveira Frade, Quintão atestou previamente ser doutorado em Montpellier e, acima de tudo, viver da “arte de medicina”⁸²⁹. Além disso, na relação de Luís de Abreu Vieira e Paiva em que constava o nome das pessoas que no Rio de Janeiro receberam plantas trazidas da Ilha de França (atualmente Ilhas Maurícias), Quintão é arrolado juntamente com Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, Manoel Arruda da Câmara e os condes dos Arcos e de Anadia⁸³⁰. E foi, antes de tudo, como médico formado em Montpellier que passou ao posto de juiz-comissário da Junta do Protomedicato⁸³¹ e que na região do rio Sarapuí tornou-se senhor de terras e de escravizados, tendo inclusive relações de proximidade com o governador da capitania: a irmã deste administrador solicitou que ele auxiliasse Quintão a encontrar um escravizado que havia fugido. No pedido, ela ressalta seu ofício de médico na corte (Apêndice 14.2)⁸³².

Outro médico luso-brasileiro em que podemos notar claras estratégias de ascensão social imbricadas com a formação acadêmica, nomeadamente em Montpellier, foi Faustino José de Azevedo. Formado anteriormente em Filosofia e Direito por Coimbra, Azevedo não utilizou apenas os conhecimentos médicos para estabelecer-se no topo da sociedade natal, pois serviu-se da formação em Leis para ser juiz das sesmarias e demarcações em Campanha da Princesa. Todavia, a preeminência de Montpellier em sua promoção social é clara se observarmos que

⁸²⁹ José Pereira da Silva (ed.), *Autos da devassa: Prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*, 2nd ed., Rio de Janeiro, EdUERJ, 2002, p. 267.

⁸³⁰ Rosa Nepomuceno, *O Jardim de D. João: a aventura da aclimação das plantas asiáticas à beira da lagoa e o desenvolvimento do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que vence dois séculos de umidade, enchentes, transformações da cidade, novos padrões científicos e mantém-se exuberante, com seus cientistas e suas árvores*, 2nd ed., Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2008, p. 22.

⁸³¹ Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*, 2nd ed., Brasília, Briquet de Lemos, 2006, p. 36.

⁸³² Arquivo Público Mineiro, *Carta particular da irmã do governador pede que se prenda um escravo fugido de Jacinto José da Silva Quintão, que se acha vagamundo por esta capitania faz uma descrição física do escravo*, 20 November 1820, SG, Cx.118, Doc. 39.

cronologicamente esta solicitação não teria sido alcançável se anos antes, logo ao retornar à região natal, ele não tivesse enviado solicitação para ser médico do partido da Câmara. Ao mesmo tempo, procurou apoiar-se na sua formação estrangeira para sobreviver, fazendo visitas⁸³³ e tirando exames em nome da Junta do Protomedicato para que práticos pudessem exercer as artes de cura⁸³⁴. Ficou conhecido na sua cidade como “médico dos pobres”, originariamente um título honorífico que lhe rendeu cem mil réis por ano, mas que, com o passar dos anos, imiscuiu-se com a figura própria deste *montpellerino*. Apesar do seu envolvimento no aprisionamento ilegal de indígenas, a imagem pública de Azevedo nunca foi afetada⁸³⁵.

Manoel Joaquim de Souza Ferraz [e Mendonça] praticou Medicina no Porto e no Rio de Janeiro e foi um entusiasta da variação, mas importa notar que Bella Herson concluiu que ele não teria sido bem aceite no meio médico, pelo facto de ter enviado uma proposta de criação duma cadeira de Botânica no Rio de Janeiro⁸³⁶. No entanto, devemos observar que, antes de mais, este sócio da Academia das Ciências de Lisboa não estava a desviar-se da Medicina ao solicitar a criação de um jardim botânico e respetiva cadeira (referente à matéria médica⁸³⁷); depois, porque, como já foi apontado, para além das dificuldades de se sobreviver da prática médica, o ofício público era um elemento de diferenciação e não de rebaixamento social. Assim, divergimos frontalmente da posição de Bella Herson, pois parece-nos que tal

⁸³³ As visitas eram uma fiscalização organizada pela autoridade de saúde, com o objetivo de verificar as condições das boticas e das drogas, bem como as licenças dos próprios boticários e cirurgiões. Com a extinção da Junta, esta tarefa fiscalizadora voltou a ficar ao encargo dos cirurgiões e físicos-mores.

⁸³⁴ FBN, Faustino José de Azevedo, *Certificado feito por Faustino José de Azevedo informando que José Marcelino do Espírito Santo está apto a prestar o exame da arte da sangria e de tirar dentes, e após responder as perguntas práticas e teóricas desta estará pronto para praticá-la*, 3 April 1804, Casa dos Contos, Manuscritos, I-26,36,058; FBN, Faustino José de Azevedo, *Recibo referente ao importe da visita trienal de Medicina e Cirurgia entregue por Francisco Vellozo Carmo a Faustino José de Azevedo*, 24 August 1806, Casa dos Contos, Manuscritos, I - 10,36,003 n°039; FBN, Faustino José de Azevedo, *Exame de Luis Antonio Gonçalves Feliz declarando-o apto para exercer a arte da medicina*, 5 April 1808, Casa dos Contos, Manuscritos, I-27,22,123.

⁸³⁵ Em carta remetida ao Conde da Palma, podemos encontrar reclamações de que ele manteve indígenas em cativeiro, algo nunca informado por seus biógrafos (Apêndice 1.9).

⁸³⁶ Bella Herson, *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira*, pp. 256, 259.

⁸³⁷ O termo por ele utilizado foi “jardim médico botânico”. Além disso, pode ser interessante perceber que as memórias escritas por Souza Ferraz eram relacionadas com o campo da saúde. Para mais, cf. documentos no Apêndice 9.

pedido salienta justamente uma tentativa de distinção social⁸³⁸. Para além disso, importa assinalar que o Conde de Resende reencaminhou a dita solicitação para o Secretário de Estado de D. Maria I, Luiz Pinto de Souza Coutinho, acatando praticamente todas as questões levantadas por Ferraz e embora o projeto não tenha seguido como esperado⁸³⁹, cabe observar o esforço deste médico para integrar o serviço público, afirmando que aceitaria qualquer ordenado.

Já Vicente Gomes da Silva, outro membro da Sociedade Literária do Rio de Janeiro e correspondente da Academia das Ciências de Lisboa⁸⁴⁰, remeteu uma memória à Academia sobre a quina e descreveu diversas plantas, acabando por ser homenageado por Freire Alemão, que lhe nomeou um gênero: “Dediquei este gênero [“Vicentia”] ao Dr. Vicente Gomes da Silva, médico brasileiro, formado na Universidade de Montpellier onde foi discípulo do célebre botânico Gouan”⁸⁴¹. Silva não passou por Coimbra, mas após alcançar postos importantes no campo médico, chegou a ocupar a função de censor como “juiz de facto” no Conselho para Excessos de Liberdade de Imprensa. Sua atividade primeira, todavia, foi a prática da Medicina no Rio de Janeiro, onde chegou a ser médico da Provedoria-mor da Saúde⁸⁴², tendo sido chamado em alguns casos como “médico da saúde”, função que

⁸³⁸ Arquivo Nacional, Manoel Joaquim de Sousa Ferraz, *Carta do médico Manoel Joaquim de Souza Ferraz para o conde de Resende, D. José Luiz de Castro*, December 1795, Secretaria de Estado do Brasil, Registro da correspondência do vice reinado para a Corte, 86, fls. 263r-264v.

⁸³⁹ Arquivo Nacional, José Luiz de Castro, Conde de Resende, *Carta do Conde de Resende, D. José Luiz de Castro ao senhor Luiz Pinto de Souza, propondo o estabelecimento de um jardim botânico no Rio de Janeiro*, 12 November 1795, Secretaria de Estado do Brasil, Registro da correspondência do vice reinado para a Corte, 86, fls. 260-262.

⁸⁴⁰ Joaquim José da Costa de Macedo, *Discurso lido em 22 de janeiro de 1843 na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Na typografia da mesma Academia, 1843, p. 48.

⁸⁴¹ Francisco Freire Allemão, “Vicentia acuminata”, in *Plantas Novas do Brasil*, 1844.

⁸⁴² Criada em 28 de Julho de 1809 e instituída em 22 de Janeiro de 1810, esta Provedoria-mor era na verdade uma aplicação recente de um órgão de saúde português bastante antigo, a Provedoria-mor de Saúde do Reino, destinada ao combate de epidemias, com especial atenção para cidades portuárias devido ao fluxo constante de povos e maior concentração populacional. Tanto a Provedoria-mor de Saúde da Corte e Estado do Brasil, quanto a sua “matriz”, a Provedoria-mor do Reino, eram responsáveis pela inspeção dos produtos e pessoas que entravam pelos portos, mas ao longo dos anos ganharam outras responsabilidades e poderes, passando a fiscalizar também as áreas tocantes à polícia médica. “Alvará [Dá Regimento ao Provedor-Mor da Saúde]”, in *Legislação Informatizada. Câmara dos Deputados do Brasil*, (Publicação original: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1810, vol. 1, p. 17), 1810; “Portugal”, *Correio braziliense*, October 1812, Londres, pp. 682–689. Para uma visão resumida, cf. também Maximiano de Lemos, *História da medicina em Portugal: doutrinas e instituições*, vol. 2, Lisboa, Manoel Gomes, 1899, pp. 207–227, 392–400; Francisco Laranja

manteve pelo menos até 1827⁸⁴³. Assim, seu bem-sucedido percurso profissional, permite notar uma estratégia de ascensão social baseada primeiramente na Medicina para, à medida do possível, angariar distinções em outras áreas.

Esta é uma estratégia claramente percebível quando examinamos a trajetória de José Joaquim de Carvalho, pois este natural do Rio de Janeiro construiu o seu percurso profissional primeiramente atrelado ao campo médico, para então lançar-se à política. O contato estabelecido com Manoel Arruda da Câmara e a solicitação para uma vaga no Hospital Militar de Recife rendeu-lhe a indicação de uma cadeira de anatomia nesta instituição⁸⁴⁴, onde acabou por ser médico e, posteriormente, físico-mor da província. Nos anos seguintes continuou na função médica, contexto em que podemos notar Carvalho a valer-se do serviço público para justificar a ascensão social da sua família: ele apoiou-se no enriquecimento pessoal e no reconhecimento do ofício público para lançar-se pela província de Pernambuco ao Senado do então Brasil Imperial, tendo desde a primeira legislatura o vitalício cargo de senador (um cargo censitário que, em sua altura, exigia a posse de oitocentos mil réis de bens de raiz, uma quantia proibitiva para a imensa parcela da população). É facto que conseguimos perceber que participou da Comissão de Saúde do Senado, mas a sua trajetória profissional (nomeadamente a “migração” para a vida política) esteve muito mais atrelada com as relações de poder dali auferidas do que em relação a quaisquer outros aspetos sociais e económicos. Elementos que remetem para notar a Medicina como um elemento privilegiado de ascensão social.

O sócio da Academia das Ciências de Lisboa José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão era mais conhecido em sua época apenas por Dr. Leal de Gusmão. Natural do Rio de Janeiro, preferiu estabelecer-se em Lisboa. Logo após a formação em Montpellier, requisitou a Carta de Medicina para poder atuar em solo

de Castro Bicho, *Organização dos serviços sanitários em Portugal*, Tese de Doutoramento, Porto, Universidade do Porto, 1926, p. 34.

⁸⁴³ “Repartição da Saúde”, in *Almanach do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1817, p. 243; “Repartição da Saúde deste Império”, in *Almanach do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1826, p. 149; “Repartição da Saúde deste Império”, in *Almanach do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Imperial e Nacional, 1827, p. 173.

⁸⁴⁴ Museu Paulista, Manuel Arruda da Câmara, *Carta de Manoel Arruda da Câmara para Fr. José Mariano da Conceição Velloso*, 6 February 1799, Fundo José Bonifácio, Serviço de documentação textual e iconografia, Doc. 275.

luso. Clinicou em Lisboa e também no Rio de Janeiro, onde solicitou nomeação como médico no Hospital de Lázarus do Rio de Janeiro, tendo acesso aos mais altos postos da função pública em Saúde. Na corte, tornou-se um médico reconhecido. Atendeu diversas pessoas destacadas, como o Duque de Saldanha em 1826, doente após voltar do Algarve. Solicitou indicação para ser membro da “Junta da Saúde”⁸⁴⁵ e, em 1823, para médico da Real Câmara, quando passou a receber cem mil réis por ano. Nesta posição participou da decisão conjunta de médicos efetivos e honorários acerca da saúde desta rainha e igualmente esteve entre os examinadores da doença e controversa morte de Dom João VI. Após a morte do monarca, foi nomeado físico-mor por Dom Miguel. Além dos serviços à Monarquia, Gusmão escreveu um opúsculo a respeito da epidemia de cólera em Portugal, uma obra de divulgação que alcançou grande reconhecimento. E todas estas funções, que se iniciaram por meio do exercício da Medicina, garantiram a si e a sua família uma posição social destacada, que culminou com a outorga do título de comendador da Ordem de Cristo⁸⁴⁶.

Assim, podemos notar que onze dos quinze luso-brasileiros que passaram por Montpellier, ainda que momentaneamente, recorreram à formação universitária, nomeadamente médica, para auferir vantagens (em diferentes graus) sociais,

⁸⁴⁵ Instituída justamente depois das criações e extinções entre os físicos e cirurgiões-mores e a Junta do Protomedicato, a Junta de Saúde Pública, procurou conjugar as funções destes órgãos e da Provedoria-mor da Saúde. Houve, porém, um interstício entre o fim do Protomedicato e a efetivação da referida Junta de Saúde. Como se pode notar no Apêndice 24, Dona Maria I tentou criar, por volta de 1809 (o documento não está datado), outro órgão logo após a extinção do Protomedicato. Mas a chamada Junta da Real Mesa da Saúde, não parece ter saído do papel. Nos anos 1940, Augusto da Silva Carvalho procurou analisar a Junta da Real Mesa de Saúde em conjunto com algumas propostas de reforma do Protomedicato, tendo salientado principalmente dois pareceres do Reitor da Universidade de Coimbra, Dom Francisco Rafael de Castro. AHU, *Ofício do [governador do Reino, secretário da Marinha e Ultramar e dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Resende], para a Junta da Saúde, para que o Dr. José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, por seu merecimento, sirva como membro interino da Junta de Saúde*, 1 March 1818, Conselho Ultramarino, Reino, Cx. 161, Pasta 22; AHU, José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, *Requerimento ao rei [D. João VI] do médico honorário da Câmara Real, José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, solicitando um lugar na Junta da Saúde*, 1819, Conselho Ultramarino, Reino, Cx. 248, Pasta 17. Para mais informações, cf. Apêndice referido, ou: ANTT, *[Dona Maria I, cria a Junta da Real Mesa da Saúde]*, 1809, Ministério do Reino, mç. 469 (2ª Caixa), doc. 89. Para uma pequena informação sobre a Junta da Real Mesa da Saúde, cf. Augusto da Silva Carvalho, “Memórias da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa: Classe de Ciências*, vol. IV, 1945, p. 16.

⁸⁴⁶ Dentre seus familiares, calha destacar o neto: José Mariano Holbeche Leal de Gusmão.

económicas e políticas. Além disso, importa notar que estes exemplos não são um somar de casos particulares, dissociados duma realidade do Império Luso. De facto, medidas foram tomadas pelas mais diferentes famílias e grupos socioeconómicos a fim de alcançar a tão almejada valorização. Apesar de analisar um contexto diferente, onde as oportunidades de promoção social foram ampliadas, podemos nos valer da discussão de Roberta Stumpf para perceber as positivas implicações de se estar ao real serviço. Segundo a autora, o cumprimento de ofícios públicos era uns dos caminhos primordiais de ascensão social:

O bom vassalo continua a ser reconhecido como aquele que se guiava pelas virtudes cristãs, como a fé, a esperança, e a caridade, mas sua dignidade seria ainda mais elevada caso se mostrasse igualmente útil à monarquia. [...] esperavam-se recompensas da comunidade, que lhe atribuiria notoriedade, mas também da monarquia que concedia “prêmio”, como as mercês que poderia abrir as portas de ingresso ao estamento aristocrático⁸⁴⁷.

E mesmo no contexto distinto duma sociedade escravista, como era a luso-americana, o peso destes serviços públicos é reforçado pelo facto de que a posse de escravizados ou de bens imóveis, embora relevante, não era uma forma de estima social *per se*⁸⁴⁸. Assim, parece-nos que a participação em academias e sociedades de letras e/ou científicas; o cumprimento de serviços ao público, seja como médico clínico em hospitais ou de cabeceira (“particular”); a administração de jardins botânicos, então voltados para a medicina e a farmacopeia; ou mesmo a divulgação de ideias relacionadas com o bom governo e a saúde dos povos por meio de opúsculos, traduções e panfletos, não foram apenas ações científicas e culturais, mas também construções de uma reputação pública, simbólica, necessária para a efetivação da almejada ascensão social.

Para o caso específico dos médicos acima citados, convém perceber que a Medicina era tida por muitos como uma ciência nobre, apesar de este não ser um

⁸⁴⁷ Roberta Stumpf, *Cavaleiros do ouro*, p. 35.

⁸⁴⁸ *Ibid.*, p. 55.

pensamento consensual⁸⁴⁹. Ao mesmo tempo, a participação em academias e sociedades de letras e ciências era então uma forma de ascensão social⁸⁵⁰, como salientou também Ronald Raminelli, ao apontar que era honrosa a participação na Academia das Ciências de Lisboa: “o jogo da patronagem poderia, enfim, resultar em um futuro tranquilo ou mesmo na ascensão social, capaz de tornar um filho de mercador ou plantador de tabaco em “nobreza da terra” nas vilas e cidades do mundo colonial”⁸⁵¹.

Aqui convém expor mais pormenorizadamente que oito destes quinze homens fizeram parte de grupos de ilustrados. Divididos entre Lisboa, Montpellier, Rio de Janeiro, Paris e Roma, chegamos a casos de quatro filiações para uma mesma pessoa, embora a maioria tenha tido uma participação menos abrangente. Lisboa e Rio de Janeiro concentraram as preferências, sendo que a Academia das Ciências de Lisboa sobressaiu na escolha destes médicos acadêmicos, contando com a participação de cinco deles. Os temas médico-científicos também dominaram, especialmente pela participação nas academias médicas de Paris, de Montpellier e do Rio de Janeiro, mas também devido àquelas de cunho científico mais alargado, como a Sociedade Real das Ciências de Montpellier, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro e a de Agricultura de Paris. Na verdade, pode-se dizer que apenas a Arcádia Romana era uma agremiação não científica⁸⁵². Assim, para além das vantagens profissionais e sociais de se pertencer a um seletivo grupo de ilustrados, que contou em alguns casos com apoio do Estado (as academias e sociedades “régias”), pode-se inferir que os alunos luso-brasileiros, quando ingressaram em alguma atividade extrauniversitária, procuraram manter os laços com as ciências, em geral, e com a Medicina, em particular.

⁸⁴⁹ Cf. Márcia Moisés Ribeiro, “Nem nobre, nem mecânico: A trajetória social de um cirurgião na América portuguesa do século XVIII”, *Almanack brasileiro*, n. 2, 2005, p. 65.

⁸⁵⁰ Pedro Fernando Catarino Luís, *A Academia dos Humildes e Ignorantes (1758-1770): as letras e as luzes para o homem comum*, 2009, p. 81.

⁸⁵¹ Ronald Raminelli, “Ilustração e patronagem: estratégias de ascensão social no Império português”, *Anais de História de Além-Mar*, vol. 6, 2005, p. 300.

⁸⁵² Apesar do nome a Sociedade Literária do Rio de Janeiro não pode ser de todo excluída das questões de ciência, pois muitos destes temas foram ali discutidos, tendo a Medicina uma posição de destaque, como se pode perceber pelo discurso de José de Ataíde. Joaquim José de Ataíde, “Discurso em que se mostra o fim para que foi estabelecida a Sociedade Literária do Rio de Janeiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. XLV, Primeira Parte, 1882.

BRANDÃO, Joaquim Inácio de Seixas	1
Arcádia Romana	
CÂMARA, Inácio Ferreira da	4
Academia das Ciências de Lisboa	
Sociedade de Agricultura de Paris	
Sociedade de Medicina de Paris	
Sociedade Real das Ciências de Montpellier	
CÂMARA, Manoel Arruda da	3
Academia das Ciências de Lisboa	
Academia de Medicina de Montpellier	
Sociedade de Agricultura de Paris	
CARVALHO, José Joaquim	1
Academia de Medicina do Rio de Janeiro	
FERRAZ, Manuel Joaquim de Souza	1
Academia das Ciências de Lisboa	
GUSMÃO, José Mariano Leal da Câmara Rangel de	1
Academia das Ciências de Lisboa	
QUINTÃO, Jacinto José da Silva	1
Sociedade Literária do Rio de Janeiro	
SILVA, Vicente Gomes da	3
Academia das Ciências de Lisboa	
Academia de Medicina do Rio de Janeiro	
Sociedade Literária do Rio de Janeiro	
Total	8

Quadro 5: Os *montpellerinos* em Academias e Sociedades.

Sabemos que apenas as famílias com algumas posses tinham condições de sustentar seus filhos em universidades europeias e que o curso universitário era parte de um processo de ascensão social das elites luso-brasileiras. Para a maioria dos indivíduos provenientes do Império português, a primeira fase deste esforço deu-se em Coimbra:

[...] desde Coimbra [...] os estudantes vislumbravam cargos na administração [...]. Formados em leis, matemática ou filosofia natural [e podemos acrescentar medicina também]. [...] eles logo receberiam incumbências [...]. A formação era, portanto, o primeiro degrau na

mobilidade social, meio de acumular prestígio e de galgar postos e distinções⁸⁵³.

Além disso, a comprovar o prestígio da escola médica de Montpellier e o já citado impacto social da formação médica no quadro de valores da sociedade lusa setecentista, a escolha por uma formação naquele centro seria um aprimorar desta lógica de ascensão social, evidenciada por Raminelli. No entanto, no caso dos *montpellerinos*, Coimbra não foi excluída totalmente, uma vez que seis passaram por ali, apesar de nove deles não terem frequentado a universidade metropolitana. Mas independente do país onde se deu a formação, é premente notar que “o saber era moeda de troca para ascensão social”⁸⁵⁴.

Assim, tendo percebido o impacto social da passagem pela Universidade de Montpellier nas trajetórias destes médicos, podemos notar toda uma valorização do serviço régio, em que pesam a prática médica e a Botânica. Além disso, onze dos quinze *montpellerinos* exerceram atividades relacionadas com a Medicina (sendo que destes apenas dois não clinicaram efetivamente): as ligações e contactos que estabeleceram, e que, nalguns casos, estão documentadas, permitiram-lhes alçar voos maiores, como inspetores e diretores de jardins botânicos e hospitais, como membros de sociedades e academias, foram fatores que atraíram o interesse e o reconhecimento de todos. Mas se a ascensão social foi um importante elemento deste conjunto de ações levadas a cabo após a formação em Montpellier, não podemos perder de vista que estes cargos e mercês somente lhes foram entregues porque estavam todos atrelados à patronagem, estabelecida numa sociedade hierarquicamente organizada e executada em seus mais elevados postos por homens como Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Domingos Vandelli, ou mesmo pelos professores de Montpellier, Antoine Gouan e François Vigarous.

⁸⁵³ Ronald Raminelli, “Ilustração e patronagem”, p. 324.

⁸⁵⁴ *Ibid.*, p. 299.

Sedição ou não sedição, eis a questão

A questão mais valorizada pela historiografia que abordou os quinze de Montpellier é a presumida participação de diversos *montpellerinos* em movimentos sediciosos. Supostamente envolvidos em diferentes tramas que pugnavam pelo fim da monarquia portuguesa na América, estes homens foram marcadamente lembrados devido a alegadas participações em movimentos de secessão. Nossa intenção, todavia, não é analisar as revoltas e sedições em que teoricamente eles tomaram parte, mas suas eventuais participações nestes episódios. Assim sendo, para efeitos de melhor compreensão, realizamos subdivisões nesta secção de modo a facilitar a compreensão do debate, uma vez que se irá tratar de diferentes temas e em diferentes regiões do império português, mas mantivemos a narrativa do capítulo para que essas divisões não segmentem excessivamente relações que não eram, de todo, isoladas.

Mas, o olhar para a documentação que ainda subsiste deixa dúvidas acerca de muitos destes envolvimento. Sem dúvida que alguns foram comprovadamente partícipes da Inconfidência Mineira, mas uma afirmação semelhante em relação a outros *montpellerinos*, pode evidenciar-se como controversa ou facilmente refutável. Além disso, importa notar que, apesar das mais diversas informações, os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* (ADIM) continuam a ser a fonte essencial sobre os personagens das Minas e as suas atividades políticas. Observação semelhante é válida para os irmãos Arruda da Câmara e a alegada sociedade maçónica Areópago de Itambé, onde a documentação principal são também autos de devassa realizados com o fim de descobrir eventuais culpados e envolvimento. E caso similar ocorre ainda para os implicados na Conjuração Carioca. Assim, seguindo as preocupações de Carlo Ginzburg acerca da relação desigual entre a produção de informações em contexto inquisitorial⁸⁵⁵, não seria escusado repetir que estas são documentações de ordem jurídica, produzida num conjuntura conflituosa, por e para as autoridades coloniais, onde as falas das testemunhas e dos acusados eram

⁸⁵⁵ Carlo Ginzburg, “O inquisidor como antropólogo”.

redigidas, e em diversos casos simplificadas e/ou transformadas, pelos funcionários régios.

Sediciosos

Joaquim José da Maia Barbalho, o Vendek

De entre os que podem ser enquadrados como sediciosos, talvez José Joaquim da Maia Barbalho (ou Vendek, como assinou em carta furtiva) seja o exemplo mais significativo, nomeadamente por seu contato com Thomas Jefferson⁸⁵⁶. De facto, Barbalho se envolveu com a sonhada independência da região⁸⁵⁷, mas o que ficamos a conhecer de suas ideias continua a ser muito restrito, uma vez que não é possível definir, por exemplo, se ele era a favor da implantação de uma república apenas nas Minas ou em toda a América portuguesa. Sabemos mais de suas ideias contra o domínio português por meio das cartas endereçadas a Thomas Jefferson, nomeadamente o facto de que teria ido para a França a fim de realizar um pedido de apoio para a concretização da sublevação contra o domínio português, em outras palavras, para realizar a Inconfidência Mineira: “e para realizar esta função, que eu vim para a França”⁸⁵⁸.

Não surpreende, portanto, que o seu famoso diálogo com Thomas Jefferson seja o mais notório elemento da sua participação no referido ensaio de sedição. Conversa esta que teria sido inócua, segundo relato de Barbosa Lage, pois Jefferson teria até mesmo desdenhado de Barbalho⁸⁵⁹. Um desprezo que, enfatize-se, foi convenientemente salientado por Barbosa Lage como uma estratégia de defesa, isso

⁸⁵⁶ Convém fazer reparo à informação presente nos ADIM, e reproduzida diversas vezes, de que o professor Vigarous indicado por Barbalho para receber a carta de Jefferson era na verdade François Vigarous e não Joseph Marie Joachim Vigarous, sobrinho de François Vigarous e filho de Barthélemy Vigarous. O contexto de José Maria Joaquim Vigarous como professor é posterior às missivas de Jefferson e Barbalho: ele publicou tese para concurso de cátedra em 1790 e foi professor na *École de médecine*, portanto após o processo de fechamento e reabertura universitário (já discutido no primeiro capítulo deste trabalho). A perceber tais questões, importa assinalar adicionalmente que Barbalho dedicou sua tese a François Vigarous, e não a seu sobrinho.

⁸⁵⁷ A ideia central de transformação estava focada nas Minas Gerais e não na América portuguesa. Cf. Heloisa Starling, “Os Estudantes das Geraes”, Belo Horizonte, 2004.

⁸⁵⁸ José Joaquim da Maia Barbalho, “To Thomas Jefferson from José da Maia, 21 November 1786”, 1786, at <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-10-02-0398>.

⁸⁵⁹ *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 1, p. 213.

porque ele havia informado acerca das conversas entre Barbalho e Jefferson, tema que chamou a atenção das autoridades investigadoras e provocou diversas questões, o que, por sua vez, passou a preocupar Barbosa Lage ao ponto de ele retificar sua fala em um segundo depoimento procurando diminuir a importância do encontro e principalmente o seu comprometimento com uma “causa brasileira”⁸⁶⁰.

Sobre este tópico, parece-nos, todavia, que foram as questões comerciais que mais implicaram a não participação, mesmo que indireta, da recente república estadunidense na Inconfidência Mineira (embora nos escusemos de analisar esta questão e, conseqüentemente, o papel desempenhado por Vendek no processo): primeiro, a correspondência de personagens políticos dos Estados Unidos (EUA) de fim do século XVIII e começo do seguinte é interessante para se observar que Jefferson estava atento às mais diversas possibilidades de oposição aos diferentes poderes metropolitanos na América, ou seja, estava receptivo para eventualmente apoiar movimentos de independência⁸⁶¹.

Em segundo lugar, por meio da carta de John Adams para John Jay, podemos ver as negociações entre os Estados Unidos e Portugal em 1785⁸⁶², com os portugueses a quererem fazer comércio, mas a negar a abertura dos portos “dos Brasis”⁸⁶³. Ao mesmo tempo, devido aos conflitos com Inglaterra, uma das retaliações discutidas pelos EUA foi justamente o ataque a um entreposto de pesca de baleia localizado a Sul da América portuguesa⁸⁶⁴: era entendimento dos EUA que no ano anterior (1777) os britânicos haviam alcançado grandes lucros com a pesca da baleia na região próxima ao rio da Prata. Haviam anotado as distâncias latitudinal

⁸⁶⁰ *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 2, pp. 93–94; *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 5, 2nd ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982, p. 396.

⁸⁶¹ Na mesma carta que Jefferson comenta sobre Barbalho, endereçada ao Secretário de Estado John Jay, pode-se perceber que ele estava igualmente a estabelecer relações com um jovem da América hispânica, atual México. Segundo o próprio Jefferson, ele estava mais cauteloso com este “mexicano” do que com o “brasileiro”. Thomas Jefferson, “From Thomas Jefferson to John Jay, 4 May 1787”, 1787.

⁸⁶² Para uma discussão específica deste contexto e das negociações para a ratificação do tratado entre Portugal e os Estados Unidos, cf. Jorge Manuel Martins Ribeiro, *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, Tese de Doutorado, Porto, Universidade do Porto, 1997, pp. 317–324.

⁸⁶³ John Adams, “John Adams to John Jay, 5 Nov. 1785”, 1785.

⁸⁶⁴ Benjamin Franklin et al., “The Commissioners to the President of the Congress, 7 November 1778”, 1778.

e longitudinal, sabiam o período que seria realizada a embarcação das baleias e a quantidade aproximada de navios usados para a referida pesca, principalmente porque muitos empregados ali eram naturais daquela porção da antiga América inglesa. Cruzando estas informações, concluíam que “para a destruição ou captura de um pesqueiro tão inteiramente sem defesa [...], uma simples fragata ou corsário de vinte e quatro ou até vinte canhões seria mais que suficiente”⁸⁶⁵. A atração maior deste tipo de carga estava nos ossos e óleo (muito valiosos, segundo os próprios), além do facto de que contavam que pelo menos quatrocentos e cinquenta bons marinheiros seriam tomados dos ingleses. Referem-se aos ingleses, pois seriam estes a operar aquela pesca, ainda que o entreposto fosse português. Convém lembrar que a informação enviada ao Congresso afirmava que todos os oficiais e que a maioria dos marinheiros eram estadunidenses.

Além do contexto apontado acima, importa ponderar a observação de David Armitage em relação à posição dos EUA em não reconhecer a Independência do Haiti (segunda república da América), por medo de que este ato incitasse novas revoltas escravas nos Estados Unidos⁸⁶⁶. Esta não legitimação nos leva a interrogar se este também não foi um motivo para a negação de apoio aos sediciosos das Minas Gerais. Todavia, devemos apontar que esta nossa hipótese, amparada nas discussões de Armitage, esbarra no facto de que não encontramos referências à escravidão nas cartas trocadas por Jefferson e o então Secretário de Estado John Jay. O que não descarta a possibilidade de que o temor de um “novo Haiti” tenha também freado uma maior aproximação do Congresso dos Estados Unidos com os inconfidentes.

De todo modo, é o próprio Jefferson que informa a importância portuguesa para os interesses da recente república estadunidense. Ele escreveu de Paris em Agosto de 1785, portanto pouco mais de um ano antes da conversa com Barbalho: “[...] Não seria prudente enviar um ministro a Portugal? Nosso comércio com este

⁸⁶⁵ *Ibid.*

⁸⁶⁶ David Armitage, “The Contagion of Sovereignty: Declarations of Independence since 1776”, *South African Historical Journal*, vol. 52, n. 1, 2005, p. 11.

país é muito importante, talvez mais do que qualquer outro país da Europa [...]”⁸⁶⁷. E continua, agora a direcionar sua atenção ao Brasil:

É possível também que eles [portugueses] possam permitir que nossos navios baleeiros se reabasteçam/restabeleçam no Brasil ou deem algumas outras indulgências na América [portuguesa]. O carácter apático do embaixador deles aqui dá um aspeto muito desanimador para um tratado neste campo. Eu falei recentemente com ele sobre o assunto e ele se comprometeu a obter uma resposta de sua corte⁸⁶⁸.

Em outras palavras, não era vantajoso (mesmo na possibilidade de uma eventual vitória) o rompimento de um acordo comercial que privilegiava a recente república estadunidense, ainda mais em detrimento das expectativas de uma independência que, inclusivamente, podia trazer para o sul do continente americano as repercussões de uma revolta popular (à semelhança do Haiti) considerada desastrosa pelas elites governantes tanto dos EUA, quanto de Portugal.

A finalizar esta contextualização das conversações de Barbalho, cabe por fim notar que não foi Jefferson quem se prontificou a negar as solicitações de Barbalho, como por vezes se afirma: ao receber, por meio do Secretário de Estado John Jay, as informações de Jefferson sobre seu encontro em Nîmes, o Congresso dos EUA arquivou a matéria sem dar qualquer resposta. Isso reforça nossa hipótese de ter sido o elemento económico o fator primordial para a negação da república recém-independente. Além disso, o editor dos *The Papers of Thomas Jefferson* (informatizados na coleção *Founders Online*), Julian P. Boyd, notou que a urgência de Jefferson para que as informações do encontro com Barbalho fossem prontamente remetidas a John Jay ou ao Congresso, diz muito sobre o efeito positivo que este encontro provocou no então embaixador; sendo que toda esta demanda teria terminado em desilusão, caso estivesse ele à espera de que o Congresso fosse ficar tentado com o dito relato de uma revolução no América portuguesa⁸⁶⁹. Por fim, a nossa leitura é corroborada pela investigação de Kenneth Maxwell, que notou ter a

⁸⁶⁷ Thomas Jefferson, “From Thomas Jefferson to James Monroe, 28 August 1785”, 1785.

⁸⁶⁸ *Ibid.*

⁸⁶⁹ Thomas Jefferson, “From Thomas Jefferson to William Short, 4 May 1787”, 1787.

recusa ocorrido devido ao fato de os estadunidenses não poderem entrar numa guerra e de terem um lucrativo contrato com Portugal⁸⁷⁰.

Ao notar este contexto, podemos assinalar que as razões para a negação da ajuda a Barbalho e aos sediciosos que ele representava – escrita em código, mas descodificada nos *The Papers of Thomas Jefferson* – encontram-se na própria correspondência de Jefferson. Com isso, ponderamos, fica mais clara uma das principais relações entre o sedicioso das Minas e a recente república da América do Norte. Este facto auxilia a compreender também o *locus* de Barbalho, que deixa de ser apenas um estudante desacreditado por Jefferson e passa a ser um elemento bem visto por este, embora pouco interessante para a geopolítica da recente república independente. Sabemos da atuação intensa e direta de Barbalho na Conjuração Mineira, mas se as suas ideias acerca da intentada sedição são pouco conhecidas, ao menos podemos precisar melhor a sua atuação e impacto na mesma.

Domingos Vidal Barbosa Lage

O outro *montpellerino* seguramente envolvido na referida conjuração foi Domingos Vidal Barbosa Lage. Ao voltar para Minas Gerais, Barbosa Lage não se dedicou à Medicina e continuou a viver da atividade rural⁸⁷¹. Foi por meio dele e de seu primo, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, que o encontro de Jefferson com Barbalho passou a ser efetivamente investigado pelas autoridades metropolitanas na capitania mineira. E, curiosamente, foi também ele um dos mensageiros deste encontro⁸⁷². Ciente das complicações possíveis, Barbosa Lage recuou, apresentando uma versão mais depreciativa do encontro libertário entre Jefferson e seu colega, ao mesmo tempo em que também procurou defender-se, reivindicando que um

⁸⁷⁰ Kenneth Maxwell, *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal (1750-1808)*, 5th ed., São Paulo, Paz e Terra, 2001, p. 101.

⁸⁷¹ Ressalte-se que ele se inscreveu apenas uma vez em Montpellier, no trimestre de Novembro de 1785, tendo se transferido para Bordeaux, donde não se sabe exatamente se terminou o curso, pois o Arquivo desta Faculdade de Medicina não possui a maior parte das teses históricas ali defendidas, nem o registo de inscrições de seus antigos alunos, de modo que toda esta informação provém de Montpellier.

⁸⁷² Júnia Ferreira Furtado, “República de Mazombos”, pp. 300–308; Kenneth Maxwell, *Naked tropics: Essays on empire and other rogues*, New York; London, Routledge, 2003, p. 110.

terceiro aluno de Montpellier, José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, havia sido informado por ele dos acontecimentos, ou seja, poderia testemunhar em seu favor⁸⁷³. Esta estratégia de defesa trouxe ainda mais desconfianças sobre os *montpellerinos* e consolidou as suspeitas (posteriormente compartilhada por boa parte da historiografia) de que muitos dos que ali foram estudar tinham anseios sediciosos.

Também não lhe surtiu o efeito esperado a estratégia de ataque logo após a acareação com o primo F. A. de Oliveira Lopes: sua carta-denúncia enviada para o Governador era acusatória, dizendo que seus denunciantes sabiam de conluios de diversas pessoas (inclusive com detalhes, como o sinal que fariam para o levante: “Tal dia é o meu batizado”). Ao que podemos concluir que, tal como Barbalho, é certa a participação de Barbosa Lage na conjuração, mas ainda sabemos pouco sobre o que efetivamente pensava acerca do movimento. Em relação este assunto, fazemos nossas as palavras de André Figueiredo Rodrigues ao defender a necessidade de se disponibilizar integralmente esta documentação, bem como sua observância de que alguns documentos deste processo estão perdidos, nomeadamente os bens apreendidos de Barbosa Lage, os chamados “sequestros de bens”⁸⁷⁴.

Francisco Arruda da Câmara

Mas se não existem dúvidas acerca do comprometimento de Barbalho e Barbosa Lage na Inconfidência Mineira, o mesmo não pode ser dito para os irmãos Arruda Câmara. Como se verá, o envolvimento destes irmãos com a implementação da República é talvez o mais lembrado deste conjunto de luso-brasileiros. A que fiquem claras nossas ideias, o famoso Manoel Arruda da Câmara não parece ter sido sedicioso, mas seu irmão participou sim em alguns, embora não todos os

⁸⁷³ *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 2, p. 94.

⁸⁷⁴ André Figueiredo Rodrigues, “As múltiplas faces da Devassa”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 46, n. 1, 2010.

movimentos contrários ao governo português (a subsecção seguinte discute especificamente a exceção a esta regra).

A começar pelo quase incógnito Francisco Arruda da Câmara, é preciso reiterar que sua vida é conhecida quase exclusivamente devido às suas mencionadas ligações com os movimentos de 1801, 1817 e 1824, mas especialmente por ser irmão de Manoel Arruda da Câmara. Assim foi que Karl Friedrich Philipp von Martius citou-o, para dizer que os desenhos da flora pernambucana de Manoel Arruda da Câmara (*Centúrias dos novos géneros e espécies de plantas de Pernambuco*), ainda estavam nas suas mãos⁸⁷⁵. Francisco Arruda da Câmara era homónimo de seu pai e avô, de modo que pelo menos três gerações da família possuíam o mesmo nome. Entretanto, por meio de diversas sesmarias solicitadas e conferidas, podemos identificar que o pai dos *montpellerinos* tornou-se capitão-mor da vila de Pombal, no interior da Paraíba, um senhor de terras envolvido em diversas disputas de poder na região⁸⁷⁶, que conjuntamente com estes dois filhos e o próprio pai conseguiu somar doze sesmarias na Paraíba⁸⁷⁷.

⁸⁷⁵ Há que uma versão em inglês com trechos da obra: William Jackson Hooker, *The Journal of Botany: Containing figures and descriptions of such plants as recommend themselves by their novelty, rarity, or history, or by the uses to which they are applied in the arts, in medicine, and in domestic œconomy; together with occasional botanical notices and information*, vol. 4, London, Longman, Orme & Co., and William Pamplin, 1842, p. 11; Karl Friedrich Philipp von Martius, *Herbarium florae Brasiliensis: plantae Brasilienses exsiccatae, quas denominatas, partim diagnosi aut observationibus instructas botanophilis*, Monachii [Munique], 1837, p. 14.

⁸⁷⁶ Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes, *No íntimo do sertão: poder político, cultura e transgressão na capitania da Paraíba (1750 -1800)*, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2013; Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes, “No íntimo do sertão: poder político, transgressão e usos das justiças na capitania da Paraíba (1750-1800)”, *XXVII Simpósio Nacional de História*, 22 July 2013, Natal.

⁸⁷⁷ Conforme se pode perceber cronologicamente pelas transcrições de Lyra Tavares, a primeira sesmaria da família foi solicitada por Francisco Arruda da Câmara, o avô, em 1735, já no sertão da Paraíba. Ainda no mesmo ano, ele recebeu outra sesmaria e em 1741 solicitou uma terceira, para “evitar contendas com algum ambicioso”. Sua quarta sesmaria viria ainda neste ano de 1741, de modo a aumentar, segundo o próprio, pasto para seu gado vacum. No ano seguinte, o pedido fora amparado na criação de gado vacum e cavalariço, mas também na plantação de lavouras. Seu filho, o pai dos irmãos Arruda da Câmara, solicitou a primeira sesmaria em 1777, já enquanto Capitão-mor e morador na vila de Pombal. No mesmo ano, Manoel Arruda da Câmara, declarava-se morador de Pombal, filho do capitão-mor Francisco Arruda da Câmara e requeria para si uma sesmaria na “ribeira do Piancó”. No ano seguinte, 1778, foi a vez de seu irmão, Francisco, solicitar três léguas de terra no sertão de Piancó (zona localizada no sertão paraibano, muito próxima de Pombal). Em 1781, o capitão-mor Francisco Arruda da Câmara voltou a solicitar mais uma sesmaria, anexa a terras suas no mesmo sertão de Piancó e em 1783, justificou mais um pedido com base em ser “contador dos dízimos do gado”. A última das quatro sesmarias de Francisco Arruda da Câmara foi em 1788. Por fim,

Apesar de ser hoje pouco conhecido, podemos notar por meio da representação do desembargador João Osório de Castro Sousa Falcão que Francisco Arruda da Câmara foi figura de destaque em sua região. Ao acusá-lo e ao irmão, Sousa Falcão denotava uma maior notoriedade para Francisco do que para Manoel: “*um Manoel Arruda da Câmara e o seu irmão, o Doutor Médico Francisco Arruda da Câmara*”⁸⁷⁸. Mas ainda que sejam poucos os conhecimentos hodiernos sobre este *montpellerino*, o seu retorno à América portuguesa permitiu que recolhêssemos um escasso conjunto de documentos que, todavia, permitirão, como se verá, reiterar que a motivação primeira deste *montpellerino* estivesse mesmo atrelada muito mais à ascensão social que a sedições, muito embora tenha atuado nos movimentos de 1817 e 1824, razão pela qual o classificamos como sedicioso.

Para chegar ao Languedoc, Francisco solicitou um passaporte em 1786, saindo de Recife com destino a Lisboa⁸⁷⁹, sendo esta e a sua sesmaria as únicas informações que dele temos sobre sua vida anterior a Montpellier. Francisco ficou em na cidade francesa de 1787 a 1790, período em que estiveram ao seu lado por pelo menos três anos José Mariano L. C. Rangel de Gusmão, Vicente Gomes da Silva, José Joaquim Carvalho e Manuel Joaquim de Souza Ferraz.

Embora não saibamos exatamente para onde foi quando retornou para a América portuguesa, muito provavelmente regressou à sua região natal, pois ainda que não tenha sido mencionado na devassa de 1801, o foi na de 1817, referido pelo já citado desembargador, que afirmou em duas ocasiões que ele era médico em Goiana. Osório Falcão acusou-o (e ao irmão) na carta acima aludida e o registou

em 1808, Manoel Arruda da Câmara solicita sua segunda sesmaria, a alegar que seu falecido pai havia ocupado uma terra devoluta (não povoada), mas que não a pode solicitar por sesmaria, de modo que Arruda da Câmara, por herança, havia ficado com aquela posse e então pedia uma sesmaria alegando ampliá-la. As informações estão todas referenciadas seguindo a cronologia citada: João de Lyra Tavares, *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*, vol. 1 [1909], Parahyba, Imprensa Official, 1910, pp. 144–145, 146, 163, 164, 167, 367, 368, 373, 397–398, 400, 437, 504–505. Encontramos estas informações primeiramente por meio da plataforma *Sesmarias do Império Luso-Brasileiro*, organizada por Carmen Alveal, Carlos de Almeida Bacellar, Rafael Chambouleyron e Ana Médici, disponível em <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>.

⁸⁷⁸ “Revolução de 1817”, in *Documentos Históricos*, vol. 104, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional - Divisão de obras raras e publicações, 1954, p. 156. Grifos nossos.

⁸⁷⁹ Maria Beatriz Nizza da Silva, *A cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à independência do Brasil*, Editorial Estampa, 1999, p. 26.

como um dos presos por ter sido “testemunha de ouvida⁸⁸⁰, de tratar da rebelião, há muitos anos. Influído. Laço dos rebeldes, acudir aos rebates e exortar o povo ao partido rebelde. Falador. Escrever cartas sediciosas”⁸⁸¹.

Mas se Francisco era acusado pelo desembargador por estar influenciado pelas ideias republicanas e ser incitador dos rebeldes, houve implicados no movimento que o citaram como um contrarrevolucionário. Bernardo Luiz Ferreira Portugal, deão da Sé de Olinda, justamente para se defender das acusações de que se alinhara com os revoltosos, apesar de inúmeros exemplos em contrário⁸⁸², alegava que:

[...] reconhecendo que dentro da vila do Recife e Olinda era impossível fazer-se contrarrevolução por estar a tropa toda ali concentrada, falou a José Joaquim e ao Doutor Francisco de Arruda, moradores em Goiana, para a promoverem naquela vila⁸⁸³.

O reverendo não somente o citou, como seus advogados listaram-no como testemunha⁸⁸⁴. Descreveram uma heroica história e salientaram os perigos de o sacerdote ter escrito “a diversas pessoas, Arruda e Nunes, para contrarrevolucionarem”⁸⁸⁵. Seus advogados concluíram a defesa do reverendo exaltando-o como um fiel vassalo que enviou propostas contrárias ao movimento libertador para pessoas na vila de Goiana, dentre outras, Francisco Arruda da

⁸⁸⁰ Para mais, cf. Marcelo Dias Lyra Júnior, *Arranjar a memória que ofereço por defesa: cultura política e jurídica nos discursos de defesa dos rebeldes pernambucanos de 1817*, Dissertação de Mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 132.

⁸⁸¹ “Revolução de 1817”, in *Documentos Históricos*, vol. 103, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional - Divisão de obras raras e publicações, 1954, pp. 109–112; José Osório de Castro Souza Falcão Falcão, “Relação dos presos desde o dia 6 de Fevereiro do corrente ano, com a observação de suas culpas segundo a minha lembrança, que entreguei ao Juiz da Alçada no dia 22 de Abril [Recife, 30.04.1818]”, in *Documentos Históricos*, vol. 104, 1954, p. 165.

⁸⁸² As argumentações de Ferreira Portugal surtiram efeito, mas não deixaram de gerar descontentamento, pois o desembargador José Albano Fragoso criticou a recomendação de que os documentos apresentados poder-lhe-iam ser favoráveis, pois segundo ele “a brevidade [lhes] fazia inúteis”. “Revolução de 1817”, in *Documentos Históricos*, vol. 102, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional - Divisão de obras raras e publicações, 1953, p. 88.

⁸⁸³ “Contestando a devassa e procedimento sumário diz o réu, o Reverendo Deão, Bernardo Luiz Ferreira Portugal, por esta e pela melhor forma de direito”, in *Documentos Históricos*, vol. 105, 1954, p. 170.

⁸⁸⁴ Francisco Pires da Franca and António Luiz de Brito Aragão Vasconcelos, “[Defesa de Bernardo Luiz Ferreira Portugal, Deão da Sé de Olinda]”, in *Documentos Históricos*, vol. 105, 1954, p. 177.

⁸⁸⁵ *Ibid.*, p. 182.

Câmara, considerado como um recetor perfeito no combate aos revoltosos de Dezassete⁸⁸⁶. Assim, o importante reverendo de Olinda reiterava a informação de que Francisco Arruda da Câmara morava em Goiana na altura da revolta de 1817 e, adicionalmente, reputava-o como um aliado contra os revoltosos. Uma argumentação dúbia, já que Francisco fora preso, conquanto seu envolvimento tenha sido parcial, de forma que não foi pronunciado réu para a cadeia da Bahia⁸⁸⁷.

Além disso, pode reforçar esta informação de que Francisco era médico em Goiana em 1817, por meio de uma carta enviada em 1802 pela Câmara da vila (Apêndice 4.3). Nela, são endossadas queixas contra o importante Bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, membro da Junta Governativa de Pernambuco, e a Francisco Arruda da Câmara. Numa retórica que implicava o abuso de poder à distância do poder real – “Infelizes povos são os que vivem longe da vista de seus soberanos”⁸⁸⁸ –, os camaristas afirmavam que Azeredo Coutinho beneficiava seu protegido, Francisco Arruda da Câmara, intercedendo por ele na escolha de quem remataria a venda das carnes frescas, de modo a desrespeitar as determinações régias que permitiam que as câmaras definissem os termos destas licitações, e reclamavam dos vexames públicos submetidos por Francisco Arruda da Câmara.

Assim, de uma parte, mesmo não podendo definir exatamente onde esteve após o regresso à América portuguesa (entre 1790 e 1802), sabemos que além de possuir uma sesmaria no interior, Francisco efetivamente fazia uso da sua terra e animais, uma vez que rematara os direitos da venda de carnes frescas para toda a capitania, gerando grande descontentamento por parte dos camaristas da vila. De outra parte, se podemos definir suas atividades (médico e produtor rural),

⁸⁸⁶ *Ibid.*, p. 192.

⁸⁸⁷ “Relação dos réus presos existentes na cadeia da Bahia”, in *Documentos Históricos*, vol. 106, 1954.

⁸⁸⁸ AHU, *Carta da Câmara de Goiana, ao príncipe regente [D. João], queixando-se dos procedimentos do Bispo de Pernambuco, D. José da Cunha Azeredo Coutinho, a respeito da arrematação das carnes frescas, única para toda capitania, beneficiando seu protegido Francisco de Arruda Câmara, e se opondo às determinações régias que permite que as câmaras determinem os termos destas arrematações, Goiana, 10 de Julho de 1802, 10 July 1802, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Cx. 235, D. 15871.*

localização (sertão de Piancó e Goiana) e o seu envolvimento na sedição de 1817, importava saber o que fez entre 1802 e 1817.

Para tanto, pode ser essencial analisar a carta enviada em 1810 por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho ao Governador do Pará José Narciso de Magalhães de Meneses (único documento deste período a referi-lo diretamente). O texto tratava das nomeações dos irmãos Arruda da Câmara para cargos nos jardins botânicos do Pará e de Pernambuco e permite perceber claramente que Francisco Arruda da Câmara havia sido nomeado físico-mor da capitania do Pará e solicitava o posto de inspetor do mais importante Jardim Botânico da América portuguesa (Pará)⁸⁸⁹. Importa notar, porém, que o documento parece apontar Francisco a viver no Pará e não em Pernambuco (ao menos para a data de 26 de Abril de 1810), pois ao referir-se a Arruda da Câmara afirma: “[...] vou recomendar a Vossa Excelência o outro Arruda [Manoel], que se acha em Pernambuco”⁸⁹⁰ (Apêndice 4.2). De todo modo, devemos fazer nossas as ressalvas de Nelson Sanjad, que não encontrou documentação a corroborar que ele realmente assumiu ambos postos⁸⁹¹.

De todo modo, e se de facto ocupou estes ofícios, Francisco Arruda da Câmara não o fez por muito tempo, pois em 1817 estava em Pernambuco, como vimos. Pouco após a Revolução Pernambucana, o *montpellerino* continuou a envolver-se em atividades políticas, estas, porém, menos sediciosas: foi eleito para as Cortes de Lisboa pela província da Paraíba (Junta da Paraíba do Norte) em 26 de Agosto de 1821⁸⁹² e pelo ofício de Abril do ano seguinte sabemos que ele se achava “já em Pernambuco [pronto] para partir”⁸⁹³, o que acabou por não se concretizar, pois não compareceu e foi substituído pelo padre José da Costa Cirne⁸⁹⁴. Não sabemos o que o teria motivado a desistir, mas esta não foi sua única renúncia:

⁸⁸⁹ Rosa Nepomuceno, *O Jardim de D. João*, p. 26.

⁸⁹⁰ “Aviso do Conde de Linhares ao Conde de Aguiar sobre as nomeações dos irmãos Arruda Câmara para cargos no Jardim Botânico do Pará e de Pernambuco [26.4.1810]”, in *Flora Fluminensis*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1961, p. 278.

⁸⁹¹ Nelson Sanjad, *Nos Jardins de São José*, pp. 96–97.

⁸⁹² Assembleia da República (ed.), “Diários das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa”, n. 6, 4 February 1822, p. 80.

⁸⁹³ Assembleia da República (ed.), “Diários das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa”, n. 69, 29 April 1822, p. 994.

⁸⁹⁴ “Representantes do Brasil nas cortes de Lisboa em 1821”, *O Paiz*, 31 November 1927, p. 2.

apesar de eleito em 1823 para a Assembleia Constituinte do Brasil (aquela que Dom Pedro I, IV de Portugal, iria fechar), Francisco também não tomou assento⁸⁹⁵. Solicitado a comparecer à mesma em 6 de Setembro daquele ano⁸⁹⁶, instado que ou fosse ou apresentasse as devidas escusas pela ausência⁸⁹⁷, seu suplente acabou sendo oficializado em 23 de Outubro de 1823.

De todo modo, sua omissão não foi por mero desinteresse político, pois ele se envolveu no movimento de 1817 e tomou partido em 1824, na insurreição que ficou conhecida como Confederação do Equador, tendo inclusive sido condenado à morte pela Comissão Militar, embora tivesse fugido⁸⁹⁸. A não conjecturar sobre suas ideias, posto não haver informações neste sentido, salientamos que o grau de seu envolvimento político com diferentes sedições aumentou com o passar dos anos e, por isso, apontamos anteriormente que sua motivação primeira também tenha sido a ascensão social. Mas, nomeadamente por sua participação na Confederação do Equador, Francisco Arruda da Câmara pode ser claramente listado como um sedicioso, do mesmo modo que os acima referidos inconfidentes mineiros.

Sem sedição

Os Arruda da Câmara e a sedição que não foi

Mas, se agora conhecemos a participação do irmão Francisco em diferentes levantes, importa notar que o primeiro e um dos mais lembrados deles não contou com a participação de nenhum dos Arruda da Câmara. Como se perceberá para o

⁸⁹⁵ Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (ed.), *Annaes do Parlamento Brasileiro: Assembléa Constituinte, 1823*, vol. 1, Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artistico, 1823, p. VI.

⁸⁹⁶ Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (ed.), *Annaes do Parlamento Brasileiro: Assembléa Constituinte, 1823*, vol. 5, Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artistico, 1823, p. 46.

⁸⁹⁷ Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (ed.), *Annaes do Parlamento Brasileiro: Assembléa Constituinte, 1823*, vol. 6, Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artistico, 1823, p. 131.

⁸⁹⁸ “Sessão de 15 de Junho de 1826, N° 29”, in *Diario da Camara dos Deputados a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Na Imprensa Imperial e Nacional, 1826, p. 406. É interessante perceber que em sua época, Manoel Pedrosa declinou da possibilidade de Francisco Arruda da Câmara ter participado da Confederação do Equador, devido ao que considerava uma carência de informações sobre a questão. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, “Estudantes brasileiros na Faculdade de Medicina de Montpellier no fim do século XVIII”, p. 55. Pedrosa cita ainda uma carta de Francisco para a Junta Provisional de Governo da Paraíba do Norte a 20 de Outubro de 1821, todavia, não a encontramos em nossas investigações. *Ibid.*, p. 54.

caso da Conjuração Carioca, o facto é que o movimento de 1801 que ora se analisará não pode ser caracterizado como tal. Além disso, a participação deles no mesmo é dúbia: a primeira e uma das mais importantes dificuldades é que embora Manoel Arruda da Câmara seja hoje conhecido pelos historiadores, e muito particularmente pelos historiadores das Ciências e Medicina, deve reconhecer-se que há ainda poucas informações sobre seu irmão Francisco, de uma tal maneira que até Rubens Borba de Moraes e Palmira Almeida pouco informam sobre ele⁸⁹⁹. Desconhecimento que não impediu que os irmãos fossem apontados em termos quase teleológicos como os pilares de uma defesa pela liberdade que, surgida com eles nos idos anos de 1801, teria estabelecido as bases para as subsequentes insurreições de 1817 e 1824 na região pernambucana.

Na origem da questão encontra-se a loja maçónica Areópago de Itambé, uma sociedade supostamente formada na vila de mesmo nome, localizada justamente a meio termo entre a Paraíba e Pernambuco. No entanto, após anos de repetidas descrições da fundação desta sociedade pelos irmãos Arruda da Câmara (com a ajuda dos “irmãos Suassuna” Francisco de Paula, Luís Francisco de Paula e José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e do padre João Ribeiro Pessoa, dentre outros), investigações recentes têm problematizado o tema, especialmente devido à carência documental que o assola. Assim, antes de adentrarmos nesta questão, que é essencial para a definição das implicações políticas destes irmãos, importa discutir as argumentações utilizadas em favor da ideia de que ambos teriam sido sediciosos.

Partícipe do movimento de 1817, tendo inclusive sido preso e interrogado, Francisco Muniz Tavares escreveu anos depois uma espécie de memória histórica daquele evento. Foi ele um dos primeiros a apontar a participação dos irmãos Arruda da Câmara. Em sua *História da revolução de Pernambuco*, o autor afirma que

⁸⁹⁹ Moraes afirmou que nem Innocêncio nem Sacramento Blake falaram dele, mas apenas acrescenta que era irmão do Manoel Arruda da Câmara. Rubens Borba de Moraes, *Bibliographia brasiliiana: livros raros sobre o Brasil publicados desde 1504 até 1900 e obras de autores brasileiros do período colonial*, vol. 1, São Paulo, EdUSP, 2010, p. 185; Palmira Moraes Rocha de Almeida, *Dicionário de Autores no Brasil Colonial*, 2nd ed., Lisboa, Colibri, 2010, p. 146.

Manoel Arruda da Câmara era “um exaltado partidário das ideias francesas”⁹⁰⁰ e que foram estes irmãos, juntamente com os irmãos Suassuna, que atuaram no Areópago⁹⁰¹.

O irmão menos conhecido do hoje célebre Arruda da Câmara, Francisco, foi citado laudatoriamente pelo padre Joaquim Dias Martins como sendo um de seus *Mártires Pernambucanos*. A sua alegada participação na fundação da sociedade maçônica Areópago de Itambé é um dos elementos quase exclusivos de informação biográfica sobre Francisco: Dias Martins o menciona em seu grupo de seletos precisamente por considerá-lo partícipe indispensável em prol da liberdade⁹⁰². Outro exemplo dado neste sentido, o memorialista Rocha Pombo citou-o precisamente por ter sido um dentre os condenados pela participação no movimento de 1824, que acabou não sendo executado porque estava ausente (fugiu)⁹⁰³.

Até mesmo investigações que se propuseram mais críticas, terminaram por abraçar a ideia de que ambos tomaram parte efetiva na defesa das ideias libertárias. O investigador Teobaldo Machado, por exemplo, procurou contrapor uma ideia consolidada de que teria sido a “aristocracia rural dominante” quem efetivou os movimentos liberais de 1817 e 1824, tendo salientado a participação dos setores médios da sociedade nestas insurreições⁹⁰⁴. No entanto, Machado não questionou a repetida noção de que os Arruda da Câmara foram essenciais para os projetos de sedição que se seguiram:

Ao raiar do século XIX, Goiana era templo do culto à liberdade. Nos conciliábulos das academias, os irmãos Arruda Câmara, Dr. Francisco e Dr. Manoel, concebiam e propagavam as ideias liberais e incentivavam um movimento pela emancipação brasileira do jugo português. *Os*

⁹⁰⁰ Francisco Muniz Tavares, *História da revolução de Pernambuco em 1817*, 3rd ed., Recife, Imprensa industrial, 1917, p. 45.

⁹⁰¹ *Ibid.*, p. 73 Note-se entretanto que logo antes deste trecho (*Ibid.*, p. 71), o mesmo autor foi menos enfático quando disse que “se julga” que teria sido Manoel Arruda da Câmara a criar o Areópago.

⁹⁰² Joaquim Dias Martins, *Os mártires pernambucanos: vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*, Typ. de F. C. de Lemos e Silva, 1853, pp. 110–111.

⁹⁰³ José Francisco da Rocha Pombo, *História do Brasil (Ilustrada)*, vol. 8, Rio de Janeiro, Benjamin de Aguilá, 1905, p. 66.

⁹⁰⁴ Teobaldo José Machado, *As insurreições liberais em Goiana, 1817-1824*, Recife, Fundarpe, 1990, chap. 2.

*ensinamentos dos dois irmãos iriam, mais tarde, se concretizar, na eclosão da Insurreição de 1817*⁹⁰⁵.

Mas esta noção de que as defesas mais firmes “pela liberdade” teriam sido formadas por meio das academias apareceu muito antes de Teobaldo Machado, tendo sido o ponto primeiro da tese de Muniz Tavares acerca do papel desempenhado pelo Areópago: “as ideias republicanas no Brasil são [...] o resultado direto das suas sociedades secretas, algumas delas disfarçadas com o nome de *academias*”⁹⁰⁶. De modo semelhante, Reynaldo Pessoa definia o Areópago como foco dos movimentos liberais que o sucederam: “O malogro da mal definida Conspiração de 1801 ocasionou o fechamento do Areópago. Entretanto, os frutos da ‘semente’ da liberdade se fizeram sentir posteriormente [...]”⁹⁰⁷.

Anos antes, Mário Mello escreveu um texto fortemente apologético sobre a maçonaria e a revolução de 1817 e ao comentar sobre o Areópago creditou aos irmãos Arruda da Câmara um papel singular na formação do ideário liberal que fundamentou os movimentos de 1817 e 1824⁹⁰⁸. E até Caio Prado Júnior e José Murilo de Carvalho foram levados pelos encantos da história sobre esta sociedade: na sua *Formação do Brasil Contemporâneo*, ao pontuar a importância da maçonaria para a política brasileira, Prado Júnior fixou a formação do Areópago como que fundado em 1796 por Manoel Arruda da Câmara⁹⁰⁹. Já José Murilo de Carvalho, ao construir a sua tese do papel unificador da Universidade de Coimbra para a formação política do que viria a ser o Brasil, enfatizava o caráter mais libertário daqueles formados em França ou Inglaterra, o que levou-o a somar a este grupo Manoel Arruda da Câmara enquanto alguém que dirigiu o Areópago e seu irmão

⁹⁰⁵ *Ibid.*, p. 40. Grifos nossos.

⁹⁰⁶ Francisco Muniz Tavares, *História da revolução de Pernambuco*, p. 70. Grifo nosso.

⁹⁰⁷ Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, “O “testamento” político de Arruda Câmara”, *Revista de História*, n. 94, 2º Trimestre, 1973, pp. 489–490.

⁹⁰⁸ Mário Mello, “A Maçonaria e a Revolução republicana de 1817”, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. 15, n. 79, March 1910, p. 7.

⁹⁰⁹ Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*, 3rd ed., São Paulo, Brasiliense, 1948, p. 370. Foi Pessoa (*Ibid.*) quem nos chamou a atenção para esta referência.

Francisco como um médico e padre que se teria tornado “o mestre dos revolucionários de 1817 e 1824”⁹¹⁰.

Mas embora pesem tantas menções ao Areópago, não há documentos sobre esta sociedade de cunho maçônico, que teria sido formada nomeadamente pelos irmãos Arruda da Câmara e Suassuna. Dentre as poucas referências a alguma documentação acerca do Areópago, Maximiano Lopes Machado destacou um arquivo de Francisco de Paula Montenegro⁹¹¹, mas esta documentação foi seriamente questionada por José António Gonsalves de Mello, que levantou suspeitas sobre a mesma e chegou inclusive a acusar Lopes Machado de falsificação⁹¹². Uma situação que remonta à informação dada por Mario Behring e repassada por Clóvis Melo – além da carência documental e das acusações de fraude, cobrem a história do Areópago de desconfianças a notícia, no mínimo estranha, de que os arquivos sobre o Areópago que estavam na “Biblioteca Pública do Rio de Janeiro” foram para o Arquivo Público de São Petersburgo⁹¹³. Apesar de nossas insistentes tentativas, não obtivemos sucesso em desvelar esse novelo que, a este ponto, soa nada crível. Assim, mantemos a suspeição de Gonsalves de Mello, pois dessa suposta documentação nada foi encontrado.

Assim, embora a relação entre o movimento de 1817 e o de 1801 tenha sido feita por seus próprios atores no decurso das investigações da Revolução Pernambucana (1817)⁹¹⁴, a historiografia acompanhou *grosso modo* esta tendência, a realizar uma interpretação teleológica de cunho nacionalista, onde estes movimentos culminariam na Independência do Brasil, posto que identificados como

⁹¹⁰ José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: A elite política imperial*, Rio de Janeiro, Campus, 1980, pp. 69–70.

⁹¹¹ Maximiano Lopes Machado, “Introdução”, in *História da revolução de Pernambuco em 1817*, 3rd ed., Recife, Imprensa industrial, 1917, p. XXIV.

⁹¹² José António Gonsalves de Mello (ed.), *Manuel Arruda da Câmara*.

⁹¹³ Eurico Jorge Campelo Cabral, *O liberalismo em Pernambuco: as metamorfoses políticas de uma época (1800 – 1825)*, Dissertação de Mestrado, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2008, pp. 105–106.

⁹¹⁴ Guilherme Pereira das Neves, “A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais?”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 33, 1999, p. 441.

base para a explicação do conflito colônia-metrópole⁹¹⁵. O exemplo mais significativo desta sorte de interpretações pode ser percebido por meio da Introdução feita por José Honório Rodrigues, quando da publicação da devassa de 1801. Apesar de ter notado incongruências no processo e afirmado que o que se acusava “era pouco e só se faz crer na existência de uma conspiração intelectual, um movimento de divulgação de ideias”⁹¹⁶, Rodrigues não se viu impedido de defender a Inconfidência dos Suassunas enquanto um “elo na cadeia da conspiração *nacional* contra o domínio colonial”⁹¹⁷.

Os outros pontos que sustentam a reflexão de muitos investigadores sobre o envolvimento dos Arruda da Câmara com as defesas liberais baseiam-se essencialmente em duas cartas. A primeira, um dos documentos mais importantes que eventualmente poderia servir para atestar o grau de envolvimento dos irmãos Suassuna e seus aliados, teria sido irregularmente retirada dos autos por um dito escrivão Fonseca que, em troca, ganhara quatrocentos mil réis⁹¹⁸. Foi o que afirmou o desembargador escrivão João Osório de Castro Sousa Falcão em missiva enviada para Tomás António de Vila Nova Portugal em 17 de Março de 1818⁹¹⁹, no curso da devassa de 1817 e passados muitos anos do fim da devassa a que estava supostamente relacionada (1801).

Esta documento de Osório Falcão foi citado por Mário Mello ao exaltar que os Suassuna só teriam sido soltos porque o dito escrivão Fonseca “deu cabo” da missiva que os incriminaria⁹²⁰; uma informação igualmente salientada por Maximiano Lopes Machado⁹²¹; Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro⁹²² e partilhada em diversas investigações sobre o tema.

⁹¹⁵ *Ibid.*, pp. 445, 458; Breno Gontijo Andrade, “A carta de amor extraviada ou sobre a conspiração epistolar desencontrada: indagações sobre a existência da suposta Conspiração dos Suassuna ocorrida no memorável ano de 1801”, *Sæculum – Revista de História*, n. 28, 2013, p. 309.

⁹¹⁶ José Honório Rodrigues, “Explicação: A Inconfidência de 1801”, in *Documentos Históricos*, vol. 110, 1955, p. 8.

⁹¹⁷ *Ibid.*, p. 14. Grifo nosso.

⁹¹⁸ José Honório Rodrigues salientou que Fonseca era o denunciante (José da Fonseca Silva e Sampaio) e não o escrivão, in: *Ibid.*, p. 7.

⁹¹⁹ “Revolução de 1817”, vol. 103, pp. 109–112.

⁹²⁰ Mário Mello, “A Maçonaria e a Revolução republicana de 1817”, pp. 6–7.

⁹²¹ Maximiano Lopes Machado, “Introdução”, pp. XXII–XXIII.

Todavia, sobre estes alegados testemunhos furtivamente retirados do processo, importa considerar as discussões levantadas por Guilherme Pereira das Neves, nomeadamente sua perceção de que as cartas (aquelas que efetivamente não se perderam) não permitem concluir intenções rebeldes. Ele é textual:

Nenhuma dessas cartas, por conseguinte, sugere intenções sediciosas. Ou indivíduos potencialmente revolucionários. Muito pelo contrário, elas revelam os irmãos Suassunas perfeitamente integrados ao mundo de convenções sociais e culturais de sua época, tratando de dívidas, partilhas e negócios; buscando empenhos para distinguirem-se; cortejando os grandes, de onde fluíam as posições e colocações, que lhes permitiriam avançar os interesses de sua casa⁹²³.

A considerar esta compreensão, importa salientar que estes documentos não apenas refutam atribuições de propósitos revolucionários, mas que também a averiguação de bens e papéis dos Suassuna nada revelou que os pudesse comprometer com ideários insurrecionais⁹²⁴. Uma perceção salientada por José Honório Rodrigues em sua explicação da devassa de 1801⁹²⁵ e por ele enfatizada à medida que notou que o nome de Arruda da Câmara não fora apontado por Dias Martins no rol dos envolvidos em 1801, mas somente ao Areópago de Itambé⁹²⁶. Adicionalmente, a investigação de Neves não apenas analisou a correspondência de Manoel Arruda da Câmara e Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, em que o *montpellerino* termina sempre a exaltar seu protetor⁹²⁷. Sua pesquisa evidencia a necessidade de se observar a devassa de 1801 percebendo sua lógica interna, em

⁹²² Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, *Estudos históricos*, vol. 2, Rio de Janeiro, B.-L. Garnier, 1876, pp. 14–15. Em sua análise da Revolução de 1817, o cónego J. C. Pinheiro argumentava que a formação das lojas maçónicas havia se dado muito em decorrência do estado de coisas (violência, falta de ordem, bem como as “ideias francesas”) então presente.

⁹²³ Guilherme Pereira das Neves, “A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco”, p. 466.

⁹²⁴ “Devassa de 1801 em Pernambuco”, in *Documentos Históricos*, vol. 110, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional - Divisão de obras raras e publicações, 1955, p. 164; embora dois dos irmãos Suassuna tenham posteriormente se envolvido na Revolução Pernambucana. Breno Gontijo Andrade, “Os filhos pagam pelos pais: (in)fiéis vassallos e outros termos utilizados na devassa sobre a suposta conspiração dos Suassuna de 1801”, *Opsis*, vol. 11, n. 2, 2011, pp. 250–251.

⁹²⁵ José Honório Rodrigues, “Explicação”, vol. 110, p. 11.

⁹²⁶ *Ibid.*, p. 7.

⁹²⁷ Guilherme Pereira das Neves, “A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco”, p. 449.

que estava pressuposta uma conspiração e, por conseguinte, quaisquer elementos duvidosos seriam considerados sediciosos⁹²⁸.

Já a segunda missiva é ainda mais direta acerca dos irmãos Arruda da Câmara. Seria um testamento deixado por Manoel Arruda da Câmara ao padre João Ribeiro, seu aluno e um dos cabeças do soçobrado movimento republicano de 1817. Mas as dúvidas quanto a este documento são igualmente veementes, pois esta mensagem só existe por meio de uma cópia e por este motivo foi posta em suspeição. Em verdade, nem todos admitiram piamente a existência da mesma, já que até Muniz Tavares vacilou diante de sua veracidade. Ao comentar sobre as supostas ideias de Arruda da Câmara pela libertação dos escravizados, ele afirma: “*se esta carta é autêntica*, Arruda Câmara foi um precursor do mais veemente abolicionismo”⁹²⁹. José Antônio Gonsalves de Mello também foi crítico quanto a esta prova, mas antes de Guilherme Pereira das Neves ter enfatizado suas dúvidas acerca da veracidade deste documento nunca visto (embora transcrito por diversos autores), investigadores habituaram-se a acatá-lo enquanto autêntico e desconsideraram este específico receio de Muniz Tavares (“se autêntica”).

Com toda essa sorte de afirmações, não foi por acaso que há um conjunto de obras que descreveram os Arruda da Câmara como os criadores do Areópago de Itambé e a defender ativamente ideias republicanas, especialmente o famoso irmão Manoel, apesar da inexistente documentação. Obras que não ficaram restritas ao universo acadêmico e que desde começos do século XX assinalaram nos manuais didáticos que os atores do movimento de 1801 eram os antecedentes daquele de 1817⁹³⁰.

Levantamos, pois, sérias ressalvas ao caráter sedicioso do movimento de 1801 e, principalmente, à participação dos Arruda Câmara no mesmo (a incluir-se aqui o dito Areópago). Mas não queremos cair numa negação absoluta e como nos

⁹²⁸ *Ibid.*, p. 461.

⁹²⁹ Francisco Muniz Tavares, *História da revolução de Pernambuco*, p. 116. Grifos nossos.

⁹³⁰ Manuel Tavares Cavalcanti, *Epítome de historia da Parahiba: para uso das escolas primarias*, Parahyba, Imprensa Official, 1914, pp. 75–76; Antonio Alexandre Borges dos Reis, *História do Brasil: curso dos gymnasios e lyceus*, vol. 2ª Parte – Século XIX, 2nd ed., Bahia, 1915, pp. 33–34.

interessa definir se Manoel Arruda da Câmara poderia ser classificados como sediciosos ou não, cabe ainda analisar a documentação que efetivamente existe acerca dele, de modo a sinalizar se houve participação e quais foram as eventuais implicações nestes levantes ou na formulação de ideais insurgentes.

Manoel Arruda da Câmara

Diferente de Francisco, Manoel Arruda da Câmara morreu em 1810 e não viveu na altura das revoltas de 1817 e 1824, de modo que não podemos definir sua participação nestes movimentos sediciosos. Em relação àquele de 1801, já discutimos anteriormente que apesar de frequentemente apontado como um dos fundadores do Areópago de Itambé e o suposto autor de uma carta-testamento que definiria suas ideias políticas, não há documentação que suporte ambas afirmações.

Na devassa de 1817, Arruda da Câmara foi citado pelo Ouvidor da vila de Goiana, João António Roiz de Carvalho, quando este se defendia da acusação de ter ajudado a rebelião. O Ouvidor terminou por fornecer importantes informações a respeito do desaparecimento da obra do famoso *montpellerino*, pois os bens de Arruda da Câmara teriam sido penhorados quando de sua morte para pagar uma dívida de dois contos com a Fazenda Régia. Ao salientar que não possuía nada que levantasse suspeitas contra si, Carvalho afirmou que dentre seus livros confiscados existiriam dois impressos que foram de Arruda da Câmara que “deviam aparecer” no rol de obras defesas⁹³¹; mas como não conseguimos encontrar a lista dos bens sequestrados por Roiz de Carvalho, fica impraticável sabermos quais seriam estes livros proibidos que Arruda da Câmara possuía, uma vez que não eram vetadas apenas as obras da “nefasta filosofia francesa” (a proibição à obra de Dutens, como se verá a seguir, é exemplar).

Mas, importa notar também que o Ouvidor procurou salientar que talvez o Governador de Pernambuco usasse destas obras para incriminá-lo. Elas foram-lhe entregues pelo testamenteiro de Arruda da Câmara e Roiz de Carvalho estabeleceu

⁹³¹ Para uma leitura específica, cf. Luiz Carlos Villalta, *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura*.

uma linha de defesa onde procurou evidenciar que sua acusação seria uma ação política, por ele se opor aos desmandos do Governador e seus aliados⁹³².

Arruda da Câmara foi o mais ativo dos estudantes lusos de Montpellier, com diversas publicações e manuscritos. Assim como outros *montpellerinos*, era defensor de transformações em sua sociedade, mas quaisquer atribuições de sedição a ele podem ser desproporcionadas. Encarregado por Dom Rodrigo de Souza Coutinho de viajar pelo interior de Pernambuco a recolher e anotar informações de história natural úteis para a coroa, sua documentação permite notar uma forte influência do ideal das Luzes, mas em nenhum de seus textos pode-se perceber motivações mais radicais.

Na altura de sua morte, por exemplo, Arruda da Câmara estava mais envolvido com a produção de sua Flora Pernambucana (conhecida por *Centúrias dos novos géneros e espécies de plantas de Pernambuco*) do que com transformações políticas que negavam o carácter luso dos americanos que viviam naquelas terras e a possessão portuguesa em si daquela América⁹³³. Tal como diversos outros ilustrados luso-brasileiros de fins de setecentos, percebe-se no conjunto de sua produção a ideia de aplicação útil das ciências em prol da coroa e dos povos que habitavam aquelas terras, mas não intenções sediciosas. Como bem apontou Lorelai Kury:

[...] é possível que Câmara tenha partilhado ideais republicanos com seus companheiros ou desejasse reformas profundas para sua pátria [mas] os documentos que indicam filiações políticas consideradas radicais para a época não são comprovadamente de Câmara. Seus escritos científicos

⁹³² “Revolução de 1817”, in *Documentos Históricos*, vol. 101, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional - Divisão de obras raras e publicações, 1953, p. 248.

⁹³³ Para Tollenare e Koster, a Flora Pernambucana de Arruda da Câmara foi um projeto inviabilizado devido o falecimento do autor. O padre João Ribeiro, segundo relatara Tollenare, teria tentado finalizar esta obra, mas seu ativo envolvimento na insurreição de 1817, e subsequente morte, também impediram que a obra viesse a público. Ao fim, Joaquim de Almeida Pinto compilou o que restou desta documentação de Arruda da Câmara em uma obra sua, o *Dicionário de Botânica Brasileira*, fazendo desta uma coautoria póstuma de Arruda da Câmara. Louis François de Tollenare, *Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*, vol. 2, Paris, Presse Universitaire de France; Fondation Calouste Gulbenkian, 1972, p. 521; Henry Koster, *Travels in Brazil*, London, Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1816, p. 49.

demonstram, de todo modo, familiaridade com temas filosóficos do Iluminismo contestador⁹³⁴.

Neste sentido, é interessante notar que tanto o viajante inglês Henry Koster, quanto o comerciante francês Louis François de Tollenare conferiram à obra de Manoel Arruda da Câmara credibilidade científica, tendo Koster chegado inclusive a traduzir partes que considerou interessantes de sua obra⁹³⁵. Mas nenhum deles relacionou-o, ainda que superficialmente, com ideias políticas mais radicais. Em suas cartas, para além de terminar sempre a expressar sua subserviência a seu protetor direto, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho⁹³⁶, o que não era raro no seio de uma sociedade hierarquizada como a de então, a correspondência vária de Arruda da Câmara não se apresenta de forma diferente, mesmo quando as missivas foram endereçadas a atores menos estabelecidos na burocracia imperial portuguesa (embora não menos importantes), como Domingos Vandelli e Frei José Mariano da Conceição Velloso.

Em sua carta de 2 de Junho de 1799 para frei Veloso, por exemplo, Arruda da Câmara afirmava taxativamente: “se a morte me surpreender antes que eu complete a história natural do meu país, a levarei atravessada na garganta”. Ao fim da missiva, tal como se colocava obrigado diante do importante ministro, dispunha-se para frei Veloso como um “amigo certo e obrigadíssimo”⁹³⁷. Condição semelhante pode ser

⁹³⁴ Lorelai Brilhante Kury, “Sertões adentro”, p. 183.

⁹³⁵ Henry Koster, *Travels in Brazil*, p. 475–501 (Appendix).

⁹³⁶ AHU, Manuel Arruda da Câmara, *Ofício de Manoel Arruda da Câmara ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre os motivos que impediram a rápida avaliação dos solos e lugares adequados para as minas de salitre na capitania de Pernambuco*, 28 August 1797, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 198, Doc. 13605; AHU, Manuel Arruda da Câmara, *Ofício de Manoel Arruda da Câmara ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as descobertas de minas de salitre na capitania de Pernambuco, a colheita feita de amostras minerais e vegetais e o envio destas para o Reino*, 9 October 1798, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 204, Doc. 13950; AHU, Manuel Arruda da Câmara, *Ofício do [naturalista] Manuel de Arruda Câmara, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando dos produtos naturais que encontrou nos sertões da Paraíba e Ceará e que, tão logo, enviará ao Reino*, 31 July 1799, Conselho Ultramarino, Paraíba, Caixa 35, Doc. 2509.

⁹³⁷ Manuel Arruda da Câmara, “Carta de Manoel Arruda da Câmara para Fr. José Mariano da Conceição Velloso”.

encontrada na carta endereçada a Vandelli (11 de Dezembro de 1797), onde dizia que era o seu “discípulo o mais obrigado”⁹³⁸.

Assim, importa salientar o carácter questionável do envolvimento deste naturalista na defesa de ideias sediciosas, de forma que, uma vez mais, defendemos a sua classificação de “não sedicioso”. Por mais que se perceba a influência do ideal das Luzes em sua obra e que tenha participado em discussões contestatárias, este *montpellerino* não parece ter-se preocupado com atividades políticas radicais e deste modo foi percebido por diversos altos funcionários do império luso⁹³⁹; semelhante apreciação não se aplica a seu irmão: Francisco viveu por mais tempo que Manoel e vivenciou ativamente os movimentos liberais pernambucanos.

⁹³⁸ Manuel Arruda da Câmara, “Museu Bocage, Carta de Manuel Arruda da Câmara para Vandelli, Pirauhá (Pernambuco), 11-XII-1797”, in *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808), and the Role of Lisbon in the Intellectual-Scientific Community of the Late Eighteenth Century*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

⁹³⁹ AHU, *Ofício (3ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a ordem dada a Manoel de Arruda da Câmara para examinar as nitreiras naturais e a possibilidade de se tirar grandes quantidades de salitres*, 29 March 1797, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 197, Doc. 13510; AHU, *Ofício (3ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a ordem recebida para mandar Manoel de Arruda da Câmara fazer visita a todas as minas de cobres e salitres daquela capitania*, 12 July 1797, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 197, Doc. 13577; AHU, *Ofício (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a busca de minas de salitre existentes naquela capitania através de Manoel de Arruda Câmara*, 21 August 1797, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 198, Doc. 13600; AHU, *Ofício (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o encarregado para descobrir minas de salitre, Manoel de Arruda Câmara, já ter se encaminhado para o sertão da dita capitania*, 10 January 1798, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 200, Doc. 13684; AHU, *Ofício (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o cumprimento da ordem para auxiliar em tudo o que for preciso a Manoel de Arruda Câmara*, 9 February 1799, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 206, Doc. 14043; AHU, *Ofício (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre se verificar a existência de árvores e plantas naquela capitania que possam servir para fazer papel, encarregando para tal trabalho aos naturalistas frei José da Costa, mestre de filosofia do seminário de Olinda, e Manoel de Arruda Câmara*, 25 October 1799, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 211, Doc. 14321; AHU, *Ofício do [governador da Paraíba], Fernando Delgado Freire de Castilho, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que incumbiu ao naturalista Manuel de Arruda Câmara fazer uma indagação sobre os diferentes tipos de linhos encontrados na capitania*, 31 May 1801, Conselho Ultramarino, Paraíba, Caixa 37, Doc. 2689.

Eleutério José Delfim

Mas, além de Manoel Arruda da Câmara, diversos estudantes que passaram por aquela faculdade acabaram por não se envolver com ideias e movimentos de independência. Ainda assim, muitos foram e continuam a ser arrolados como sediciosos. Eleutério José Delfim, o *negreiro* nascido no Rio de Janeiro que realizou apenas uma inscrição na Faculdade de Medicina de Montpellier, em Novembro de 1788, foi dado por muitos investigadores como interveniente da Inconfidência Mineira.

Apesar das sucessivas referências neste sentido, não nos parece que tenha sido este o caso. Se é que Delfim esposou afeições pelos ideais da revolta mineira, não os pôs em prática. Estabelecido em Goa em 1792, onde sentara praça na Casa da Índia, seguiu posteriormente para Moçambique⁹⁴⁰. Foi então que se consolidou como traficante de escravizados para o Brasil, “pelo menos desde 1797 até 1805”⁹⁴¹, sendo que em 1801 estava entre os poucos “comerciantes” capazes de movimentar uma armação⁹⁴².

Dentre os autores que o citaram de modo relacionado à Inconfidência Mineira com um peso maior às referências cruzadas do que à documentação propriamente dita, pode ser interessante especialmente observar obras como a de Tarquínio de Oliveira, que procurou fazer o que chamou de “correção cronológica”, afirmando que teria sido Delfim a ajudar na correspondência com Jefferson. Segundo este autor, ele teria se inscrito em Montpellier “talvez apenas o tempo necessário para o cumprimento da missão”⁹⁴³, o que, como se percebe, não foi a explicação a mais rigorosa de Oliveira. Para os editores dos ADIM, também teria sido Delfim o presumido emissário dos comerciantes cariocas que enviaram “credenciais” a José Joaquim da Maia Barbalho para que ele fizesse a conexão entre a maçonaria

⁹⁴⁰ Para uma visão da evolução da carreira militar de Delfim em Moçambique, cf. Adeldo Gonçalves, *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 363.

⁹⁴¹ José Capela, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*, Porto, Afrontamento, 2002, p. 146.

⁹⁴² *Ibid.*, p. 141.

⁹⁴³ Tarquínio José Barbosa de Oliveira, “Secretismo e Inconfidência”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 324, 1979, p. 352.

francesa e Thomas Jefferson⁹⁴⁴. No mesmo sentido, Dilip Loundo e Michel Misse defenderam que Delfim teria participado das negociações para o encontro com Thomas Jefferson⁹⁴⁵; Adelto Gonçalves afirmou que o *montpellerino* manteve trato com comerciantes maçons em prol do contato entre Vendek e o embaixador Thomas Jefferson⁹⁴⁶; e, baseado em Gonçalves, Alberto da Costa e Silva também afirmou que Delfim esteve envolvido na Inconfidência Mineira: “Adelto Gonçalves [...] nos conta como [...] um outro contemporâneo [de Tomás António Gonzaga], que, embora participante das conspirações pela independência, escapou da rede repressora lusitana”⁹⁴⁷. Mas o eminente “africanista” não apenas consentiu com a análise de Gonçalves, Costa e Silva procurou ele mesmo discutir os dilemas entre a suposta participação de Delfim na Inconfidência Mineira e a sua vida de *negreiro*, salientando as contradições entre a defesa de ideais ilustrados e a escravidão:

É possível que não passasse pela mente de Eleutério José Delfim que o comércio a que se entregara contrariava inteiramente as suas convicções de republicano, liberal e maçom, pois, ao que parece, a liberdade, a igualdade e a fraternidade não incluíam, então, os africanos⁹⁴⁸.

Antes de mais, não podemos deixar de referir que os negros, de facto, não estavam incluídos nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Ao menos não para significativa parcela dos ilustrados e letrados. Na verdade, a contraposição entre liberdade e escravidão não fazia parte do universo mental destes homens, especialmente porque, para eles, os negros seriam parte de uma subespécie, qualquer coisa próxima e semelhante, mas não humana⁹⁴⁹; condição que refuta, segundo nos parece, a raiz da ideia de Costa e Silva de que as convicções iluministas seriam por excelência contrárias ao julgo escravista. Por mais que nos desagrade

⁹⁴⁴ *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 10, 2nd ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1983, p. 326.

⁹⁴⁵ Dilip Loundo and Michel Misse, *Diálogos tropicais: Brasil e Índia*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2003, p. 196.

⁹⁴⁶ Adelto Gonçalves, *Gonzaga*, pp. 360–364, 453.

⁹⁴⁷ Alberto da Costa e Silva, “Sobre Tomás António Gonzaga”, in *Das mãos do oleiro: Aproximações*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2014.

⁹⁴⁸ *Ibid.*

⁹⁴⁹ Para este tema, cf. Christian Fausto Moraes dos Santos and Rafael Dias da Silva Campos, “Apontamentos acerca da Cadeia do Ser e o lugar dos negros na filosofia natural na Europa setecentista”.

hodiernamente, não havia para aqueles homens contradição alguma em escravizar um “sub-humano” e defender diferentes liberdades civis e políticas.

De outra parte, agora a retomar nossa discussão primordial, importa notar que apesar de tantas referências sobre seu alegado envolvimento, Delfim matriculou-se na Universidade de Montpellier em 1788, e não em 1786⁹⁵⁰, portanto, anos após a passagem de Barbalho e de Barbosa Lage por aquela Universidade. Baseado num registo de que Delfim embarcara rumo a Lisboa no dia 08/07/1788, Gonçalves afirma que Delfim provavelmente havia retornado para o Rio de Janeiro⁹⁵¹, no entanto, pela data de sua primeira e única inscrição, esta viagem parece explicar-se como a de ida para Montpellier e não de regresso desta Universidade.

Não bastasse a curta passagem de Delfim por Montpellier, por nós entendida, como notamos na secção anterior, pela possibilidade de ascensão social, defendemos a hipótese de que Delfim procurou sobremaneira assegurar para si uma vida tranquila, para não dizer abastada, tendo assim decidido abandonar o longo, custoso e encomiástico processo de formação universitária, juntamente com seu necessário serviço régio após a formação, para dedicar-se a uma atividade altamente rentável. Aurélio Rocha notou que devido a liberalização do comércio com outros portos portugueses, mercadores da América lusa estabeleceram gradualmente circuitos comerciais que elevaram os níveis de interferência económica e social desempenhados pelos naturais da América portuguesa. De entre eles, o autor notou que Delfim e João da Silva Guedes⁹⁵², ambos comerciantes e *negreiros*, eram “figura

⁹⁵⁰ Para mais, cf. ficha de inscrição do mesmo no FA/BUM, Cotas S52 e S53. Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle*, p. 1384 (Anexos).

⁹⁵¹ Adelto Gonçalves, “D. João VI revisitado”, *Pravda.Ru*, 15 February 2008.

⁹⁵² Era um dos principais da Ilha de Moçambique e “[...] sua condição de branco e europeu lhe facilitou o acesso a um dos cargos mais procurados na estrutura administrativa portuguesa [...]”. Foi *negreiro*, um dos maiores produtores rurais na Ilha de Moçambique, armador e também Secretário Geral da Alfândega, o que, como observou Maria Bastião, lhe colocava “em contacto direto com armadores e negreiros”. Não foi por acaso, portanto, que “João da Silva Guedes começou a comprar e vender escravos, contudo, sem abandonar seu posto”. Quando deixou o cargo, Guedes solicitou, e conseguiu, que seu filho, Vicente Guedes da Silva e Sousa, fosse colocado no posto de escrivão maior da Alfândega. Tal como o pai, ele acumulou o cargo público e a função no infame comércio. Maria Bastião, “Les Silva Guedes sur l’île de Mozambique: transmigration et processus d’intégration pendant la transition du xviii au xixe siècle”, *Diasporas: Circulations, migrations, histoire*, n. 25, 1

de peso na sociedade da Ilha de Moçambique”⁹⁵³; uma posição que acompanha a explicação de José Capela de que os armadores começavam seu infame comércio com pequenas quantidades de escravizados: “caso típico de Moçambique de oficiais [...] se tornarem negreiros, atraídos pela envergadura do negócio e facilidade de lucros que proporcionava”⁹⁵⁴.

José Capela notou Delfim a comercializar em diferentes regiões, como Inhambane, Quelimane, Seicheles, Ilhas Maurícias e Madastra, regiões que correspondem hoje a territórios e províncias de Moçambique, Zambézia, Seicheles, Maurícia e Índia⁹⁵⁵. Delfim chegou a ser proprietário de duas terras em Moçambique: uma em “Chão no recinto insular (“ponta da Ilha”) (1803)” e outra em “Machamba em Ampapa (1802)”⁹⁵⁶, ano em que produziu 1500 alqueires de mandioca⁹⁵⁷.

Portanto, a se seguir as informações biográficas de Delfim, a presumida contradição (não percebida na altura justamente pela visão que se tinha sobre os negros) entre o ideal das Luzes e a escravidão, não se aplica a este “*montpellerino* de ocasião”; que, filho de comerciante, notou os altos lucros do tráfico escravagista e abraçou o infame comércio em detrimento de ascensões sociais atreladas à formação académica ou transformações políticas baseadas em ideais liberais. Apesar de ter sido relacionado com a Inconfidência Mineira em algumas análises historiográficas, não há evidências que suportem que Delfim tenha de facto se envolvido no ensaio de sedição mineiro.

September 2015, translated by Jean-Pierre Léger; José Capela, *Dicionário de Negreiros em Moçambique, 1750-1897*, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007, pp. 31–32.

⁹⁵³ Aurélio Rocha, “Diaspora e memória, encontro de culturas”, in Adriana Pereira Campos (ed.), *Trabalho forçado africano: experiências coloniais comparadas*, Porto, Campo das Letras, 2006, p. 559.

⁹⁵⁴ José Capela, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*, p. 147. A discussão de Capela exemplificava Carlos José Gueze, mas aplica-se igualmente para Delfim.

⁹⁵⁵ José Capela, *Dicionário de Negreiros em Moçambique, 1750-1897*, pp. 62–63, 70–71, 84, 88.

⁹⁵⁶ Maria Paula Pereira Bastião, *Entre a Ilha e a Terra. Processos de construção do continente fronteiriço à Ilha de Moçambique (1763 - c. 1802)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2013, p. 123.

⁹⁵⁷ José Capela, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*, p. 146.

José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão

Já salientamos que vários luso-brasileiros foram e continuam a ser apontados como sediciosos e procuramos mostrar também que as fontes não permitem definições tão veementes para a maioria dos *montpellerinos*. Se José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, por exemplo, foi citado por seu colega Barbosa Lage e até ressaltado por este como o elo de esclarecimento e confirmação final do encontro de Barbalho e Jefferson⁹⁵⁸, o facto é que, percorrendo a documentação da Inconfidência Mineira (designadamente os ADIM), seu envolvimento não passou disso⁹⁵⁹. A própria referência de Barbosa Lage corrobora esta perspetiva, uma vez que Gusmão foi relacionado aos acontecimentos apenas enquanto sujeito ciente do encontro de Vendek e Thomas Jefferson, mas não como um ator nos mesmos eventos⁹⁶⁰. Além disso, ele acabou por não ser ouvido na Devassa por estar em Lisboa⁹⁶¹; uma desistência que permite perceber um menor interesse dos “investigadores” pela participação de Gusmão na sedição mineira.

Adicionalmente, a vida de Gusmão (ver secção anterior) também corrobora essa asserção, uma vez que a documentação a ele referida o aponta a relacionar-se mais com a saúde do que com quaisquer elementos políticos. Sua formação em Direito Canónico pela Universidade de Toulouse e em Filosofia pela de Estrasburgo⁹⁶², conjuntamente com a solicitação para curar em solo luso logo após formado em Montpellier⁹⁶³, além do ingresso como membro correspondente na Academia das Ciências de Lisboa⁹⁶⁴, apontam seus interesses para outra direção que

⁹⁵⁸ *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 5, p. 396.

⁹⁵⁹ *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 4, 2nd ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1981, pp. 145–146.

⁹⁶⁰ Importa notar que em segundo depoimento, em 21 de Junho de 1790, quando da acareação com Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Barbosa Lage afirmou mais uma vez que havia contado a história de Barbalho a Gusmão, acrescentando que o havia feito em França e que ambos o conheciam por extravagante e que se riam das suas ideias. *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 5, pp. 395–397.

⁹⁶¹ *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 4, p. 255.

⁹⁶² ANTT, [José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão] *Carta de Medicina*, 12 July 1791, Chancelaria Régia, D. Maria I, Livro 23, f. 351r-351v.

⁹⁶³ Cf. *Carta de Medicina*, Apêndice 10.2.

⁹⁶⁴ Joaquim José da Costa de Macedo, “Discurso recitado na sessão publica de 15 de Maio de 1838 pelo secretário perpetuo Joaquim José da Costa de Macedo”, in *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. 12, Parte II, Lisboa, Na typografia da mesma Academia, 1839, p. XXX; Academia das Ciências de Lisboa (ed.), “Lista dos sócios da Academia Real das Sciencias, pela ordem

não a política. Médico de importantes personagens da corte, e posteriormente da própria realeza, a biografia de Leal de Gusmão insere-se no amplo quadro dos trajetos de vida de vassallos sedentos por oferecer seus serviços públicos e auferir mercês, mas em momento algum este *montpellerino* aparece a orquestrar ou discutir medidas de rompimento com Lisboa. Em 22 de Agosto de 1796, por exemplo, Gusmão solicitou a nomeação para ser médico no hospital de lázaros do Rio de Janeiro, bem como lente de cirurgia no dito lazareto (Apêndice 10.5.1). Seu pedido vinha acompanhado de uma *Notícia* acerca da precária situação do hospital e de seus pacientes, numa observação que rememora as recentes transformações em prol de uma saúde “humanizada” (Apêndice 15.5.2). Além disso, seu plano propunha soluções para estas e outras situações sem aumentar os custos para o real erário:

O administrador [do hospital] pode ser tirado da classe de muitos homens ricos, que estimam mais as honras, do que o dinheiro, e que ambicionam o servir o cargo, se a ele forem anexas algumas dignidades, e graduações, ainda mais do que grandes ordenados (Apêndice 10.5.2)⁹⁶⁵.

O pedido, todavia, não foi adiante⁹⁶⁶, provavelmente devido ao facto de que dentre suas sugestões, Gusmão solicitou a abertura de uma cadeira de Medicina, o que era contrário às determinações régias quanto à exclusividade da formação em Coimbra e à proibição de aulas deste tipo na América. Mas além desta moção, o *montpellerino* solicitou anos depois, em diferentes ocasiões⁹⁶⁷, o ingresso na Junta de Saúde e trabalhou na publicação de suas mais conhecidas obras: o *Aviso ao público*⁹⁶⁸ e seu *Aditamento*⁹⁶⁹ (Apêndices 10.3 – 10.4). Como se pode perceber,

da antiguidade nas suas respectivas classes, em 20 d’Agosto de 1834”, in *Boletim da segunda classe: Actas e pareceres. Estudos, documentos e noticias (1916-1917)*, vol. 11, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, p. 696.

⁹⁶⁵ AHU, José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, *Requerimento do lente de cirurgia José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão à rainha [D. Maria I], solicitando sua nomeação no cargo de médico no hospital de Lázaros do Rio de Janeiro, com as condições descritas no plano que envia*, 22 August 1796, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, Avulsos, Caixa 158, Doc. 11936.

⁹⁶⁶ Nireu Oliveira Cavalcanti, *O Rio de Janeiro setecentista*, p. 199.

⁹⁶⁷ *Ofício do [governador do Reino, secretário da Marinha e Ultramar e dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Resende], para a Junta da Saúde, para que o Dr. José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, por seu merecimento, sirva como membro interino da Junta de Saúde*; José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, “Requerimento ao rei [D. João VI] do médico honorário da Câmara Real, José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, solicitando um lugar na Junta da Saúde”.

⁹⁶⁸ José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, *Aviso ao publico*.

Gusmão dedicou-se à atividade em saúde (não importando aqui os benefícios eventualmente auferidos por este serviço), era reconhecido por suas habilidades ao ponto de Adriano Balbi classificá-lo como um hábil prático e teórico⁹⁷⁰, no entanto, a menção de Barbosa Lage colocando-o enquanto uma possível testemunha marcou-o no rol de sediciosos.

Um dos primeiros e mais destacados historiadores a analisar Gusmão enquanto participante ativo na Inconfidência Mineira, Carlos Rizzini, destacou-o como um dos três “revolucionários”⁹⁷¹ e foi, *grosso modo*, seguido por Pedrosa, que também afirma que os três *montpellerinos* “sonharam com uma revolução em prol da independência do Brasil. [Mas] Não consta que houvesse sido molestado por essa veleidade de moço”⁹⁷². Lycurgo Santos Filho, por sua vez, também colocou-o, juntamente com Barbosa Lage e Barbalho, no grupo dos que teriam “trabalhado em prol da independência”⁹⁷³. Nos anos recentes, autores como Bella Herson, citaram justamente essas passagens sem problematizar os meandros e as versões dos depoimentos de Barbosa Lage, continuando-se assim a listar Gusmão enquanto um sedicioso⁹⁷⁴. Não é impossível, nem improvável, que este estudante tenha de facto atuado nestes eventos, mas a ausência de elementos que corroborem nesta posição, (com exceção do depoimento de Barbosa Lage), leva-nos a identificar Gusmão como um não sedicioso; isto, apesar de inúmeras referências historiográficas em contrário.

⁹⁶⁹ José Mariano Leal da Camara Rangel de Gusmão, *Additamento ao aviso ao publico sobre o uso dos balsamos, ou elixires, ou tambem dos oleos*, Lisboa, Impressão Régia, 1833.

⁹⁷⁰ Adriano Balbi, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve: comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les Portugais des deux hémisphères*, vol. 2, Paris, Rey et Gravier, 1822, p. LXV.

⁹⁷¹ Carlos Rizzini, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957, p. 103.

⁹⁷² Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, “Estudantes brasileiros na Faculdade de Medicina de Montpellier no fim do século XVIII”, p. 51.

⁹⁷³ Lycurgo de Castro Santos Filho, *História geral da medicina brasileira*, vol. 2, 1a reimp., São Paulo, Hucitec, 1991, p. 385.

⁹⁷⁴ Bella Herson, *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira*, p. 240.

Vicente Gomes da Silva & Jacinto José da Silva Quintão

Uma ressalva que precisa ser igualmente feita para os associados à Conjuração Carioca. Dois estudantes de Montpellier aqui analisados estiveram diretamente envolvidos neste processo: Jacinto José da Silva Quintão e Vicente Gomes da Silva. Um terceiro, Manoel Arruda da Câmara, era sócio correspondente da sociedade científica investigada pelas autoridades portuguesas, e, portanto, não foi relacionado ao processo⁹⁷⁵. No entanto, a questão do envolvimento destes *montpellerinos* é precedida pela condição própria do que foi a chamada Conjuração ou Inconfidência Carioca. A não reduzir sua importância na ordem de ideias e no conjunto de oposições ao poder imperial na América portuguesa, importa notar, todavia, que o processo de devassa e prisão decorridos nesta Conjuração foi mais uma ação da coroa (temerosa de que a agitação da Inconfidência Mineira tivesse se alargado até a importante capital) do que propriamente um movimento político-social autónomo.

Apesar de se reconhecer que as ideias liberais eram discutidas na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, os autos da devassa, documentação primeira destes eventos, não deixam transparecer projetos de rutura ou idealizações de poder alternativos ao Império monárquico português. Em verdade, após alguns implicados terem enfrentado anos de prisão, a coroa ordenou (por intermédio de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho⁹⁷⁶) que o vice-rei Conde de Resende os considerasse culpados e remetesse o processo para Lisboa ou então os libertasse, de sorte que este requisitou um parecer ao desembargador António Diniz da Cruz e Silva que, depois de anos a conduzir diversas acareações e colher testemunhos, concluiu:

[...] é preciso notar que contra nenhum dos mesmos presos se diz, ou prova, que eles entrassem no projeto de conspiração, sendo toda a culpa que se lhes imputa, e que contra alguns se prova, a de sustentarem em

⁹⁷⁵ Maria Rachel Fróes da Fonseca, “O associativismo científico no Brasil (1771-1829) e a promoção das ciências e da felicidade da nação”, in Vera Lucia Bottrel Tostes (ed.), *Anais do Seminário Internacional D. João VI, um rei aclamado na América*, Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2000, p. 132.

⁹⁷⁶ Lorelai Brilhante Kury and Oswaldo Munteal Filho, “Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro”, *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, vol. 8, n. 1/2, 1995, p. 112.

conversações, ou particulares ou públicas: que o governo das repúblicas deve ser preferido ao das monarquias, que os reis são uns tiranos opressores dos vassallos [...]⁹⁷⁷.

Este elemento distintivo é essencial para não classificarmos como sediciosos os envolvidos nesta assim chamada Conjuração, pois a mera defesa e difusão de ideias liberais num grupo fechado não permite uma categorização tão marcadamente definida pela rutura político-institucional. Era possível defender ideias liberais, mesmo as de vertente francesa, e não pôr em prática seus aspetos de secessão. A existência desta dualidade não contraditória nos permite definir Jacinto José da Silva Quintão e Vicente Gomes da Silva como não sediciosos.

Ressaltamos esta questão, posto que com o processo de devassa desencadeado pelo Vice-Rei Conde de Resende, Quintão foi preso e teve seus bens apreendidos ou sequestrados, como então se dizia. Ainda assim, o desembargador Cruz e Silva defendeu que Quintão deveria ser libertado por falta de provas, como apontado anteriormente. Já Vicente Gomes da Silva praticamente não figurou nos autos, não tendo sido processado nem preso.

Quintão foi figura de destaque no cenário intelectual carioca de então, mas não apenas pela participação na Sociedade Literária do Rio de Janeiro; bem relacionado, era cunhado e sócio de Manoel Inácio da Silva Alvarenga e, devemos lembrar, juiz-comissário da Junta do Protomedicato. Sua memória sobre a cochonilha, publicada no periódico *O Patriota*, foi bastante divulgada e ajudou a render-lhe prestígio e ascensão social (discutidos no subcapítulo anterior). Quintão vivia da prática médica e, conforme salientou Rubens Borba de Moraes, sua biblioteca só possuía um livro sedicioso⁹⁷⁸, mas a partir das discussões em história do livro e da leitura, deveríamos rephrasear esta última afirmação, pois é sabido que as práticas de leitura então em voga eram também coletivas, de modo que é possível que ele tivesse apenas um livro defeso, mas tido contato com diversos outros.

⁹⁷⁷ António Diniz da Cruz e Silva, “Documentos relativos a prisão de M. I. da Silva Alvarenga, Marianno J. Pereira da Fonseca e outros, por ordem do conde de Rezende [1797]”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 28, Primeira Parte, 1865, p. 157.

⁹⁷⁸ Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*, p. 36.

O facto é que seus pertences foram devassados devido às suspeitas levantadas pelo delator José Bernardo Silveira Frade. Como eram muitos os papéis a serem examinados, o Conde de Resende atribuiu agentes para conferi-los, incumbindo de tal função ao desembargador Francisco Álvares de Andrade e ao intendente geral do ouro Caetano Pinto de Vasconcelos Montenegro. No primeiro auto, o único livro tido por suspeito foi *De l'église du Pape*⁹⁷⁹. Além da referida obra, três cartas foram arroladas no segundo auto destas averiguações e o juiz ordenou que se fizesse um registo em separado de toda a documentação “para a todo o tempo constar do seu número e qualidade”⁹⁸⁰; embora, estranhamente, esse inventário não tenha sido encontrado nos referidos autos.

O motivo da apreensão do livro de Louis Dutens (1730-1812) – um reverendo que ao mesmo tempo era poeta, viajante e editor de obras de Leibniz – não foi por qualquer conteúdo sedicioso e sim pelo facto de a obra “conter matérias menos ortodoxas à religião católica”⁹⁸¹. A leitura permite confirmar esta asserção, na medida em que a obra não era em si um libelo anticatólico, mas continha ideias que se desviavam da ortodoxia; muito embora saibamos que na prática cotidiana esta também não era seguida⁹⁸². Ocorre que a filosofia religiosa de Dutens não era vista pela Igreja Católica como benéfica, pois o autor defendia visões relacionadas com a formação anglicana, nomeadamente os aspetos deístas. Além disso, a sua visão teológica apologista, embora procurasse salientar bases materiais e explicações racionais para os fenómenos bíblicos, terminava por desafiar as explicações estabelecidas pela Igreja em Portugal e em seus domínios além-mar. Esta era uma ideia comum entre diversos letrados, que continuavam a defender a primazia da obra divina, mas viam-na pelos filtros da Ilustração; uma visão que aliava novos princípios filosóficos a uma teologia consolidada e pouco aberta, como se pode notar na correspondência de Quintão com o médico Manoel José Novais de Almeida,

⁹⁷⁹ Louis Dutens, *De l'église du Pape, de quelques points de controverse, et des moyens de réunion entre toutes les Eglises Chrétiennes*, Genève, Chez Barthelemi Chyrol, 1781.

⁹⁸⁰ José Pereira da Silva (ed.), *Autos da devassa*, pp. 179–180.

⁹⁸¹ *Ibid.*, p. 177.

⁹⁸² Convém lembrar aqui a discussão de Júnia Furtado acerca da heterodoxia e libertinagem em grupos de letrados de fins do século XVIII. Júnia Ferreira Furtado, “República de Mazombos”.

que expressa: “o meu coração, nunca o tive melhor nem mais humano do que hoje: ele é tolerante, ama igualmente todos os homens, sejam eles de que seita forem, *mas homem sem religião não quero por amigo*”⁹⁸³.

Em outras palavras, classificar Quintão como sedicioso seria atribuir-lhe intenção não percebida na documentação, pois embora tenha sido preso, seus livros foram examinados e classificados pelo desembargador e pelo intendente geral do ouro como pertencentes à Medicina e História (a salientar mais uma vez que era suposto haver nos autos um inventário de seus pertences). Tendo sido objecto de suspeita apenas a referida obra de Dutens, não seria diligente imputar uma qualificação que a documentação aponta apenas para a discussão de ideias, mas não para arranjos práticos.

Neste sentido, importa lembrar que, para além do livro apreendido, três cartas foram igualmente confiscadas pelas autoridades coloniais, posto que tidas por suspeitas. Pairaram dúvidas sobre a primeira e terceira destas correspondências. Sobre a primeira, registre-se que o texto discute temas conhecidos dos interlocutores, mas estranho aos julgadores. A referência “que é mais seguro, por não conhecermos quem será o francês” parece ter sido o fator que inquietou os encarregados de examinar os documentos de Quintão, mas a carta pouco diz por seu conteúdo em si⁹⁸⁴.

Antes de mais, convém observar que cronologicamente a terceira carta (1791) é anterior à segunda (1792). Se sobre a segunda não se traçou suspeições, posto ter discutido assuntos ordinários, devemos salientar que a leitura conjunta de seu conteúdo com a terceira missiva, permite perceber que um dos temas centrais da discussão entre Quintão e seu autor, o médico Manoel José Novais de Almeida, era o desejo do *montpellerino* em ser juiz-comissário da Junta do Protomedicato e para tal solicitava o auxílio de Almeida, bem como a reforma da própria Junta.

Sobre a reforma da Junta, além do pedido de Quintão mencionado acima, Almeida discutia uma nova regra que alterava a antiguidade da prática médica,

⁹⁸³ José Pereira da Silva (ed.), *Autos da devassa*, p. 183. Grifos nossos.

⁹⁸⁴ *Ibid.*, p. 180.

contabilizada para os formados no exterior pela data de examinação em solo luso e não mais pela data da graduação: “a antiguidade nos médicos exóticos deve [...] contar-se desde a data da carta do seu exame feito cá entre a lusa gente, e não da data das cartas de graduação da universidade onde se formou”⁹⁸⁵.

Mas, conjuntamente com a referida reforma da Junta, a política foi o outro grande tema de debate das cartas. Como evidenciou Kenneth Maxwell⁹⁸⁶, Novais de Almeida falava euforicamente na carta de 1791 sobre os eventos de Santo Domingo:

Mas isto há de suceder no ano de 2440, tempo em que os direitos do homem e do *cidadão* hão de ser respeitados, ouvidos, atendidos e bem despachados, cada um segundo seu merecimento; há de ser naqueles tempos em que todo o novo hemisfério se há de dividir todo, em duas repúblicas, uma compreenderá todo o norte, outro todo o meio dia. Queira Deus que isto suceda sem efusão de sangue; eu já dormirei no Senhor⁹⁸⁷.

Seu autor defendia o ideal republicano, contrapondo-lhe os valores basilares da monarquia lusa, em que as desigualdades eram inerentes aos diferentes estratos sociais. Sua utopia, como notou Villalta, “não contrapunha reinóis a americanos, mas sim os diversos grupos que constituíam a sociedade luso-brasileira nos dois hemisférios”⁹⁸⁸. Era uma visão de mundo que ganhava cada vez mais defensores e assustava diferentes coroas ao redor da Europa. Mas não tardou muito para outros temores virem ao de cima: as transformações sociais decorridas na ilha de Santo Domingo encheram de receio não só os senhores de escravos, mas também muitos dos mais fervorosos prosélitos das novas ideias “vindas de França”.

Não por acaso, Novais de Almeida mudaria de posição na carta de 1792, surpreendido com as transformações levadas pela independência da segunda república americana. Nesta missiva, pediu que Quintão se mantivesse neutro, pois estava temeroso “a respeito das Américas” (principalmente a francesa), que

⁹⁸⁵ *Ibid.*, p. 183.

⁹⁸⁶ Kenneth Maxwell, *A devassa da devassa*, p. 251.

⁹⁸⁷ José Pereira da Silva (ed.), *Autos da devassa*, p. 184. Grifo nosso.

⁹⁸⁸ Luiz Carlos Villalta, *1789-1808: o Império luso-brasileiro e os Brasis*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 71.

segundo ele “me trazem à lembrança o que pode um dia suceder às nossas”⁹⁸⁹. Maxwell apontou que a inquietação do colega de Quintão (e ele não estava só nestas ideias) fora direcionada para os escravizados, pois via a escravidão como um problema em si e os cativos como “inimigos internos”⁹⁹⁰; numa perspectiva, salientada por Renato Janine Ribeiro, em que o escravizado era descrito como o problema básico da sociedade luso-americana: “longe de ser a vítima da exploração e de uma dominação que nega sua própria humanidade, é [visto como] um agente de dissolução dos costumes”⁹⁹¹.

Novais de Almeida é claro em recomendar que Quintão vendesse os escravizados que possuía e adotasse a mão de obra livre e liberta, uma proposição que também atemorizava as autoridades imperiais. Mas sua justificação cristã (“não parece bem aos olhos da boa filosofia, que hajam cristãos cativos”) escamoteia a questão política, apenas mencionada: “tereis menos inimigos”⁹⁹². Não se consegue perceber efetivamente quem seriam estes inimigos: os escravizados que passavam a tomar consciência de sua condição e poderiam repetir os eventos do Haiti, os defensores do fim da escravidão, os já libertos, todos estes, outros? Mas se não sabemos ao certo a quem se refere Novais de Almeida, devemos salientar uma dualidade que não foi vista como problemática pelo médico formado em Montpellier: de um lado, a defesa ideal de uma sociedade livre e, de outro, a opressão escravagista.

Neste sentido, é apropriado ressaltar a condição de Quintão: senhor de terras e escravizados, o médico de Montpellier chegou a “denunciar” quilombos na sua região e anunciar prêmios pela captura de escravizados seus que haviam fugido⁹⁹³. A simpatia pelas discussões encetadas na Sociedade Literária do Rio de Janeiro e sua presença constante nestas reuniões de ciências e artes liberais (que lhe renderam a prisão e o sequestro de bens) apontam para a sua consideração com as vertentes

⁹⁸⁹ José Pereira da Silva (ed.), *Autos da devassa*, p. 181.

⁹⁹⁰ Kenneth Maxwell, *A devassa da devassa*, pp. 251–253.

⁹⁹¹ Renato Janine Ribeiro, “Prefácio”, in *No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade, 1992, (Biblioteca Carioca, 22), p. 10.

⁹⁹² José Pereira da Silva (ed.), *Autos da devassa*, pp. 181–182.

⁹⁹³ Cf. subcapítulo anterior; Flávio dos Santos Gomes, ““Para Matar a Hidra”: Uma história de quilombolas no recôncavo da Guanabara - Séc. XIX”, *Textos de História*, vol. 2, n. 3, 1994, p. 8.

mais transformadoras dos ideais ilustrados, mas eram apreços que não conflitavam com sua percepção acerca da escravidão e da condição dos negros.

Em verdade, sua visão social e das “sciencias” não consagrava os negros enquanto partícipes. Fundamentava-se numa integração com o desenvolvimento de políticas públicas que visassem o bem-comum, um pensamento que tinha a Ilustração por base; e que justamente neste sentido, inferiorizava a condição dos escravizados⁹⁹⁴. Para ele, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro tinha uma função mais ampla, por isso que:

[...] ali não só se tratava de Filosofia, Matemática, Astronomia, modos de facilitar o trabalho do Agricultor, fazendo-lhe conhecer a qualidade do terreno para não ser infrutuosa a sua lavoura, como se tratava da saúde pública entre os Médicos, e Cirurgiões peritos [...] ⁹⁹⁵.

Como notou Maria Rachel Fróes da Fonseca, era a “promoção da felicidade pública”⁹⁹⁶. Uma compreensão utilitarista, que procurava criar as condições do progresso e beneficiar a população, mas que, como ressaltamos, negava aos escravizados os benefícios destes melhoramentos. As Luzes não eram, afinal, para toda a gente.

Ainda segundo Fonseca, essa preocupação universalista e progressista do saber fundamentou sua trajetória “identificando-o como um ‘patriota zeloso’”⁹⁹⁷; expressão utilizada pelo próprio Quintão ao assinar sua memória publicada no *Patriota* (“por um patriota zeloso, e amante da felicidade pública”). Uma percepção sobre a “pátria”, que acabou por causar alguma confusão conceitual em alguns investigadores e, mais notadamente, permitiu uma assimilação entre as suas propostas e aquela dos futuros argumentos em favor da independência do Brasil. Embora seu conceito de pátria não implicasse as futuras defesas “patrióticas” – num

⁹⁹⁴ Para uma análise dos fundamentos “científicos” desta inferiorização, cf. Christian Fausto Moraes dos Santos and Rafael Dias da Silva Campos, “Apontamentos acerca da Cadeia do Ser e o lugar dos negros na filosofia natural na Europa setecentista”.

⁹⁹⁵ Jacinto José da Silva Quintão, “Memória sobre a cochoilha”, p. 13.

⁹⁹⁶ Maria Rachel Fróes da Fonseca, “Luzes das ciências na corte americana: Observações sobre o periódico ‘O Patriota’”, *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 31, 1999, p. 99.

⁹⁹⁷ *Ibid.*, p. 100.

sentido nacional/nacionalista, como já se discutiu anteriormente⁹⁹⁸ – não são desconsideráveis as análises, como bem observou Sérgio Barra⁹⁹⁹, que todavia relacionam seu pensamento como uma incipiente nacionalidade¹⁰⁰⁰, ou com o republicanismo; numa conceitualização teleológica, que pressupõe a ascendência destas ideias enquanto libertadora do “julgo português”.

Sua crítica acerca do que se falava sobre a América era parte de todo um conjunto de ilustrados ao redor do continente americano que se “rebelaram” contra uma ciência de fins de século fortemente eurocêntrica e que terminou por produzir uma visão distinta daquela comumente publicada na Europa em que a natureza e os habitantes do Novo Mundo seriam inferiores¹⁰⁰¹. Mas ainda que estivesse imbuído na modificação da sociedade que cotidianamente vivenciava, que procurasse – tal como diversos ilustrados portugueses nascidos na América – não apenas o desenvolvimento económico de sua pátria, mas igualmente a transformação da visão “eurocêntrica” sobre a mesma, portanto atento à realidade médico-social, Quintão não se envolveu com a implementação de um novo governo. Antes pelo contrário, a sua visão da Ilustração, salientada acima, não o levou a defender transformações políticas efetivas como o fim do controle português, ou a mudança do sistema monárquico; e menos ainda em relação àquelas que implicassem o fim

⁹⁹⁸ Lorelai Brilhante Kury (ed.), *Iluminismo e Império no Brasil*.

⁹⁹⁹ Sérgio Hamilton da Silva Barra, *Ilustração e Memória: A Impressão Régia do Rio de Janeiro e o projeto do novo Império português*, Tese de Doutorado, São Paulo, PUC-RJ, 2012, pp. 76–78.

¹⁰⁰⁰ Maria Rachel Fróes da Fonseca, “La construcción de la patria por el discurso científico: México y Brasil (1770-1830)”, *Secuencia*, n. 45, 1999, p. 18; Maria Rachel Fróes da Fonseca, “Luzes das ciências na corte americana”, p. 101.

¹⁰⁰¹ Sobre a visão de inferioridade da América, a obra de Antonello Gerbi ainda é incontornável. Para uma discussão que rejeita o modelo dicotômico colônia-metrópole e debate estas questões levando em consideração a formação de uma “história do Novo Mundo”, cf. a *Como se escreve a história do Novo Mundo* de Jorge Cañizares-Esguerra. Numa análise mais específica, convém observar que discordâncias às ideias de inferioridade do Conde de Buffon e, principalmente, de Corneille De Pauw podem ser encontradas em outros ilustrados americanos. Francisco José de Caldas, por exemplo, concordava com Buffon acerca da influência do clima e chegou mesmo assinalar traços de inferioridade a respeito dos habitantes das zonas mais quentes, como a região costeira, mas ao discutir sobre aqueles das cordilheiras andinas, ele se opôs a De Pauw e concluiu ressaltando as diferenças topográficas da zona andina. Mauricio Nieto Olarte, *Orden natural y orden social: ciencia y política en el Semanario del Nuevo Reyno de Granada*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2007, pp. 237–243. Antonello Gerbi, *La disputa del Nuevo Mundo: historia de una polémica, 1750-1900*, Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1960; Jorge Cañizares-Esguerra, *How to write the history of the New World: histories, epistemologies, and identities in the eighteenth-century Atlantic world*, Stanford, Calif., Stanford University Press, 2001.

das relações sociais desiguais encetadas pela escravidão. De modo que não o classificamos como sedicioso.

Quanto a Vicente Gomes da Silva, embora seu envolvimento com a Sociedade Literária do Rio de Janeiro não seja desconsiderável, nomeadamente pelas relações pessoais e profissionais que travou no seio deste grupo, a atribuição de algum carácter sedicioso é ainda mais injustificada. Soma-se sobremaneira a este respeito o facto de o delator José Bernardo Silveira Frade ter afirmado que ele não estava presente na ocasião em que teria havido uma defesa da república. É de salientar que, segundo o próprio Silveira Frade, esta argumentação ter-se-ia dado apenas no plano das ideias, não tendo havido sugestões de tomada de poder e implementação efetiva do sistema republicano, mas sim uma valoração da república e uma crítica à monarquia¹⁰⁰². Silva era próximo de Manoel Inácio da Silva Alvarenga, mas nem a confissão da relação de amizade entre ambos parece ter comprometido este médico¹⁰⁰³, provavelmente pelo facto de que os depoentes que o citaram terem informado que ele frequentava em menor grau as reuniões da dita Sociedade.

Silva também praticava Medicina no Rio de Janeiro. Antes de ter composto o corpo médico do Recolhimento das Órfãs da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro ¹⁰⁰⁴, ou o Hospital Militar e Imperial na função de “médico extraordinário”¹⁰⁰⁵, além das posições citadas na secção anterior, foi relatado diversas vezes no processo da Conjuração Carioca como “professor de medicina”. Além de seus diferentes trabalhos em saúde, Silva atestou a água de Inglaterra de José Joaquim de Castro, juntamente com Quintão, José Joaquim de Carvalho, José Pinto de Azeredo e outros¹⁰⁰⁶. Ademais, ocupou-se sobremaneira das questões botânicas, especialmente aquelas com finalidades médicas. Foi descritor de diversas

¹⁰⁰² José Pereira da Silva (ed.), *Autos da devassa*, p. 85.

¹⁰⁰³ *Ibid.*, p. 200.

¹⁰⁰⁴ “Administradores do Recolhimento das Órfãs [da Santa Casa da Misericórdia]”, in *Almanach do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1826, p. 157.

¹⁰⁰⁵ “Hospital Militar e Imperial”, in *Almanach do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1824, p. 248.

¹⁰⁰⁶ “Relação por ordem alfabética dos professores de medicina, e Cirurgia deste Reino de Portugal, e seus dominios, que têm attestado a excelencia da Agoa de Inglaterra da composição do Doutor Jacob de Castro Sarmiento”, p. 10.

plantas (sendo um dos autores mais referenciados num dicionário apócrifo¹⁰⁰⁷), estabeleceu relações profissionais com Manoel Arruda da Câmara¹⁰⁰⁸ e enviou uma memória sobre a quina para a Academia de Ciências de Lisboa, que não a avaliou e por isso mesmo não a publicou¹⁰⁰⁹ (Apêndice 11.2).

Conquanto Francisco Adolfo Varnhagen tenha afirmado que os principais sócios daquela Sociedade Literária tivessem sido todos presos (João Marques Pinto, o médico Quintão, Mariano Pereira da Fonseca e Vicente Gomes da Silva¹⁰¹⁰) e que, com maior destaque, Manuel Pedrosa tenha seguido posteriormente esta linha a informar que Vicente Gomes da Silva também teria sido preso no curso da devassa¹⁰¹¹, nos afigura necessário contrapor esta informação, principalmente por ela continuar a ser difundida em trabalhos recentes¹⁰¹².

Salientamos anteriormente que, além de ser membro da Sociedade Literária do Rio de Janeiro e sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, Silva passou também a integrar, num contexto posterior, a Academia de Medicina do Rio de Janeiro¹⁰¹³. Formado no mesmo ano que Manoel Arruda da Câmara, dedicou-lhe sua tese sob a divisa “*medicinæ studioso baccalaureo*”, mas a sua participação ativa em sociedades de letras e ciências não lhe parece ter produzido uma propensão por discussões e proposições sediciosas, pois não encontramos nos autos da devassa do Rio de Janeiro ou no parecer do desembargador António Diniz da Cruz e Silva, a informação de que Silva teria sido preso ou mesmo participado em debates do género¹⁰¹⁴.

¹⁰⁰⁷ Heloisa Maria Bertol Domingues and Nadja Paraense dos Santos (eds.), *A Química e o Dicionário Anônimo de Botânica*; Nadja Paraense dos Santos et al., “Um documento apócrifo da ciência brasileira do século XIX”, in *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005.

¹⁰⁰⁸ Maria Rachel Fróes da Fonseca, “Luzes das ciências na corte americana”, p. 87.

¹⁰⁰⁹ Vera Regina Beltrão Marques, *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*, Campinas, Editora da Unicamp, 1999, p. 134.

¹⁰¹⁰ Francisco Adolfo Varnhagen, *Historia geral do Brazil: antes da sua separação e independencia de Portugal*, vol. 2, 2nd ed., Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1877, p. 1051.

¹⁰¹¹ Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, “Estudantes brasileiros na Faculdade de Medicina de Montpellier no fim do século XVIII”, p. 53.

¹⁰¹² Bella Herson, *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira*, p. 248.

¹⁰¹³ “Lista dos Membros que actualmente compõe a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro”, *Astrea*, 1 May 1830, 562, Rio de Janeiro, p. 2666.

¹⁰¹⁴ A principal documentação para tal afirmação encontra-se nos próprios autos, nomeadamente as citações aos encarcerados ou arguidos do processo. Ver especialmente neste sentido as referências

Em seus escritos, embora transpareçam preocupações “patrióticas”, no sentido já discutido anteriormente¹⁰¹⁵, não é possível detetar traços de motivações que o envolvam em classificações sediciosas. Assim, se as diferentes funções médicas exercidas, se as suas memórias e as diversas academias de que participou lhe conferem um estatuto de atenção social e uma relação com os ideais das Luzes, a sua função como “juiz de facto” no Conselho para Excessos de Liberdade de Imprensa¹⁰¹⁶, e a não defesa de ideias propriamente sediciosas, mais contrapõem essa perspetiva do que afirmam uma posição ativa na defesa de transformações políticas profundas. Elementos que, pelo contexto de então, não limitaram acusações, especialmente porque, como observou Afonso dos Santos:

O espectro da conjuração de Minas Gerais estava presente, em vários níveis, na consciência dos críticos do sistema e nas suspeitas dos administradores e encarregados da Justiça Colonial; mas também passava a ser um artificioso instrumento nas mãos do vice-rei que agora administrava também o medo, alimentando o horror às ideias revolucionárias, de um lado, e intimidando os seus opositores e inimigos por outro¹⁰¹⁷.

A somar-se ao seu parco envolvimento na Conjuração Carioca (que, como já apontamos, não foi uma sedição como o termo poderia prever), as atividades de Silva terminam, portanto, por contestar que também ele estivesse implicado na formulação ideal de uma nova sociedade.

aos depoimentos e acareações dos presos, em que não consta o nome de Vicente Gomes da Silva: José Pereira da Silva (ed.), *Autos da devassa*. Na investigação levanta por Nireu Cavalcanti sobre o Rio de Janeiro, há um quadro dos membros da Sociedade Literária que acabaram presos, sendo que mais uma vez não consta o de Silva. Importa reparar, porém, que há um pequeno deslize do autor ao assinalar que Jacinto José da Silva [Quintão] era natural de Guimarães, pois esta informação é referente ao pai de Quintão. Nireu Oliveira Cavalcanti, *O Rio de Janeiro setecentista*, p. 234. Para o parecer do desembargador Cruz e Silva, cf. António Diniz da Cruz e Silva, “Documentos relativos a prisão de M. I. da Silva Alvarenga, Marianno J. Pereira da Fonseca e outros”.

¹⁰¹⁵ Lorelai Brilhante Kury (ed.), *Iluminismo e Império no Brasil*.

¹⁰¹⁶ “Conselho de jurados para excessos da liberdade de imprensa”, in *Almanach do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1825, p. 151; “Conselho de jurados para excessos da liberdade de imprensa”, in *Almanach do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1826, p. 107; Ovidio Saraiva de Carvalho, *Accusacao feita no conselho dos juizes de facto contra Rafael Vacca e sustentada por Joao Francisco Madureira Pará*, Rio de Janeiro, Typographia da Astréa, 1829, p. 16.

¹⁰¹⁷ Afonso Carlos Marques dos Santos, *No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade, 1992, (Biblioteca Carioca, 22), pp. 50–51.

Mas, se dúvidas agora pairam sobre a participação destes *montpellerinos*, acerca dos demais luso-brasileiros discutidos a seguir nunca houve a mesma idealização memorialista que os apontasse como parte integrante da formação de um Brasil independente. Essa ausência de menções a estes estudantes se deu por duas razões principais, primeiro porque alguns foram claramente contrários a vários movimentos dissidentes, mas também porque sempre houve pouquíssima informação biográfica a respeito deles.

José Joaquim de Carvalho

Deste conjunto, pode ser importante perceber a trajetória de José Joaquim de Carvalho. Este *montpellerino* também chegou a viver na região de Recife, mas esteve ainda mais distante do que Arruda da Câmara de quaisquer envolvimento sediciosos. Embora natural do Rio de Janeiro, Carvalho foi para a região recifense logo após ter se formado, ocasião em que foi denunciado ao Santo Ofício¹⁰¹⁸.

Embora a relação entre Carvalho e Arruda da Câmara não seja clara, sabemos que estudaram juntos entre os anos 1788-1790 e que foi indicado por este (2 de Julho de 1799) para assumir a “regência de uma cadeira de anatomia, e curativo do Hospital Real” (Apêndice 6.4)¹⁰¹⁹. Ele acabou por fazer toda sua carreira na região. Foi nomeado para o Hospital Militar após ter solicitado a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho a posição de físico-mor daquela instituição (24 de Julho de 1799¹⁰²⁰), tendo

¹⁰¹⁸ ANTT, *Processo de José Joaquim de Carvalho*, 23 September 1794, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 5863.

¹⁰¹⁹ Manuel Arruda da Câmara, “Carta de Manoel Arruda da Câmara para Fr. José Mariano da Conceição Velloso”.

¹⁰²⁰ AHU, *Ofício (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o requerimento do doutor em medicina, José Joaquim de Carvalho, em que expressa a necessidade de se ter um físico-mor para cuidar do hospital militar e instruir os cirurgiões daquela capitania*, 31 July 1799, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 209, Doc. 14197; AHU, *Ofício (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando seu parecer a respeito do requerimento do médico José Joaquim de Carvalho, em que pede a criação do posto de físico-mor para tropa da dita capitania*, 18 July 1800, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 218, Doc. 14777.

sido posteriormente designado para a ocupação de físico-mor da tropa de linha e de físico-mor da capitania¹⁰²¹ (Apêndices 7.3–7.7).

Foi justamente por meio destes empregos que Carvalho avaliou a condição de saúde de presos políticos da revolução de 1817, emitindo parecer, em 30 de Setembro de 1818, sobre quatro destes indivíduos, incluindo o discípulo de Arruda da Câmara, o padre João Ribeiro Pessoa¹⁰²². Ainda sobre esta revolução, importa notar que Carvalho foi citado por Francisco Xavier de Oliveira como sendo uma dentre as pessoas que conhecia e se dava “com mais particular amizade” com José Francisco de Paula e seus irmãos (os irmãos Suassuna)¹⁰²³. Por esta razão, ultimou por testemunhar neste processo: confirmou conhecer José Francisco de Paula, ter porém um relacionamento maior com este do que com seus irmãos, salientou ter passado a estabelecer um relacionamento apenas formal com os Suassuna e negou ter algum conhecimento de que estes irmãos “conversassem ou auxiliassem ideias sediciosas ou revolucionárias a favor da liberdade”, alegando ter ouvido apenas que a prisão de José Francisco de Paula talvez estivesse relacionada com o Santo Ofício¹⁰²⁴. Pelas características já discutidas anteriormente, a Devassa de 1801 não avançou nas denúncias de crimes de sedição e Carvalho tão pouco foi indiciado.

Mas seu empenhamento político mais diretamente relacionado com sedições, ocorreu no curso do processo judicial da Revolução de 1824, quando Carvalho testemunhou contra frei Caneca e outros. Nesta ocasião, ele confirmou ser

¹⁰²¹ AHU, *Atestado do bacharel em medicina e físico-mor da capitania de Pernambuco, José Joaquim de Carvalho, atestando que o capitão da Quarta Companhia do Regimento de Artilharia, Francisco de Albuquerque e Melo, precisa retornar à Corte para cuidar de sua saúde*, 12 July 1800, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 236, Doc. 15892; AHU, *Carta (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao príncipe regente [D. João], sobre o cumprimento da ordem régia que determina a criação do posto de físico-mor da capitania de Pernambuco e a nomeação de José Joaquim de Carvalho*, 10 July 1802, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 235, Doc. 15877; AHU, *Ofício (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], encaminhando o requerimento do físico-mor da Tropa de Linha, [José Joaquim de Carvalho], que pede para ser graduado com o posto de coronel no Corpo militar a que pertence, informando que o dito físico é muito hábil no exercício de sua profissão e cumpre os seus deveres públicos e particulares com toda honra e inteligência, zelo e exatidão*, 13 January 1806, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 258, Doc. 17324.

¹⁰²² “Revolução de 1817”, in *Documentos Históricos*, vol. 105, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional - Divisão de obras raras e publicações, 1954, p. 40.

¹⁰²³ “Devassa de 1801 em Pernambuco”, vol. 110, pp. 57–58.

¹⁰²⁴ *Ibid.*, pp. 65–66.

o frade o redator do jornal *Typhis*, afirmando que “sendo o principal fim de tais escritos o dirigir a opinião pública, este o fazia certamente de um modo subversivo da ordem pública”¹⁰²⁵. Para Carvalho, ele era o cabeça do movimento, “o diretor de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que de por si nada era capaz de fazer”¹⁰²⁶. Carvalho, portanto, possuía uma ideia absolutamente contrária às propostas republicanas defendidas na revolução de 1824.

Após anos a servir a coroa em Pernambuco como físico-mor da capitania e depois, em 1821, no Rio de Janeiro, onde foi escolhido por D. João VI como médico honorário da corte, Carvalho foi eleito para o cargo vitalício de senador, então já sob um Brasil independente. Sua atividade política não foi desprezível, mas igualmente não se destacou no cenário político do Brasil imperial.

Anos antes, em 1805, esteve envolvido com questões sobre a “vacina”¹⁰²⁷. Como membro da Comissão de Saúde Pública, indicou a limpeza das ruas, o estabelecimento de um maior distanciamento dos matadouros da cidade e a vigilância das carnes a serem vendidas. Participou da elaboração da proposta de um plano de nivelamento do Rio de Janeiro para que fossem eliminadas as águas estagnadas. Em 1827 foi eleito segundo secretário da Mesa Diretora, ano em que Manoel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá foi nomeado senador. Mas em 1832 apareceram sinais de debilidade física, tendo ele não comparecido na sessão por se encontrar doente, acabando por falecer em 1837.

Carvalho, portanto, também não esteve envolvido com ideais e planos sediciosos, antes pelo contrário. Como já se começa a perceber, entre o conjunto de estudantes de Montpellier vários foram os que passaram por aqueles tormentosos anos sem, contudo, se influenciarem pelas ideias de uma maior transformação política, em que o fim da monarquia absoluta, a implantação da república, ou mesmo a independência do Brasil seriam os principais objetivos. A vida na Europa

¹⁰²⁵ Joaquim do Amor Divino Caneca, in Evaldo Cabral de Mello (ed.), *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, São Paulo, Editora 34, 2001, pp. 618–619.

¹⁰²⁶ *Ibid.*, p. 619.

¹⁰²⁷ “Officio de José Joaquim de Carvalho, dat. de Olinda a 18 de Dezembro de 1805, sobre objectos relativos á vaccina”, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 9, n. 1, 1881.

certamente foi “corrosiva” para diversas pessoas oriundas da América, mas não para todos.

José Joaquim Vidigal de Medeiros

Em suma, entre os quinze estudantes lusos nascidos na América que passaram por Montpellier, ao menos onze – uma vez que o envolvimento de Joaquim José de Souza Ribeiro é impreciso¹⁰²⁸ –, não tomaram parte de ideias revolucionárias. Apesar de as informações biográficas sobre o carioca José Joaquim Vidigal de Medeiros serem restritas, sabemos que não frequentou a Universidade de Coimbra e que foi o último aluno doutor antes de a Universidade de Montpellier ser fechada durante a Revolução Francesa¹⁰²⁹. Medeiros entrou em Montpellier em 1791, formou-se em 1794¹⁰³⁰ e foi testemunha, em 1796, da “leitura” (exames obrigatórios decorridos no Desembargo do Paço) do bacharel Manoel Moreira de Figueiredo¹⁰³¹. Segundo Almeida, teria sido eleito em Lisboa para o posto de comissário da freguesia de São Paulo¹⁰³². Era médico clínico em Lisboa, pelo menos desde 1805¹⁰³³, e em 1817 emitiu parecer acerca do estado de saúde de um Primeiro-Tenente da Marinha e comandante do navio Castor, José Joaquim Teixeira

¹⁰²⁸ Natural de Salvador (Bahia), era filho de Manuel de Souza Ribeiro, marceneiro e alferes. É talvez o menos conhecido do grupo de alunos: sabemos apenas que cursou direito em Coimbra. Ribeiro inscreveu-se de duas maneiras, com o nome completo, mas também como “A SOUSA-RIBEIRO, Joseph”, sendo que sobre esta inscrição não há informações. Ou seja, Ribeiro provavelmente iniciou por escrever apenas como JSR, mas acabou fazendo uma nova anotação na folha de inscrições adotando o nome completo. Para mais, cf. nota 809, p. 273.

¹⁰²⁹ Patrick Ferté, “Vidigal de Medeiros Josephus Joachim”, in *Base de données sur les étudiants étrangers en France à l’époque moderne*, Toulouse, Université de Toulouse - CUFR Champollion, 2013.

¹⁰³⁰ Parece-nos, todavia, que a data mais correta do doutoramento seria 29 Nivôse do Ano II (18 de Janeiro de 1794) e não “Ano III”, uma vez que ele terminou o Baccalauréat em 13 de Junho de 1793 e a sua tese foi publicada no mesmo ano. Rubens Borba de Moraes, *Bibliographia brasiliana: livros raros sobre o Brasil publicados desde 1504 até 1900 e obras de autores brasileiros do período colonial*, vol. 2, São Paulo, EdUSP, 2010, pp. 64–65. Louis Dulieu afirma, no entanto, que ele bacharelou em 13 de Junho de 1793, licenciou-se a 28 Nivôse ano III e se doutorou a 29 do Nivôse seguinte. Louis Dulieu, “La vie médicale et chirurgicale à Montpellier, du 12 août 1792 au 14 frimaire an III”, *Revue d’histoire des sciences et de leurs applications*, vol. 8, n. 2, 1955, pp. 159–160; Louis Dulieu, “Aperçu sur les relations entre l’Amérique et l’Ecole de Médecine de Montpellier”, p. 230.

¹⁰³¹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ed.), *Anais do IV Congresso de História Nacional*, vol. 11, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950, p. 325.

¹⁰³² Palmira Morais Rocha de Almeida, *Dicionário de Autores no Brasil Colonial*, p. 346.

¹⁰³³ *Almanach do anno de 1805*, Lisboa, na Imprensa Regia, 1805, p. 397.

(Apêndice 13.1)¹⁰³⁴. Todavia, apesar de não desconsiderarmos o quase absoluto silêncio documental sobre este *montpellerino*, não existem evidências de que Medeiros esposasse ideais revolucionários.

Joaquim Inácio de Seixas Brandão

Preocupação semelhante com questões políticas de cunho mais radical ocorreu com Joaquim Inácio de Seixas Brandão, outro médico que viveu em Portugal e que se afastou completamente de discussões sediciosas. Primeiro aluno deste grupo de luso-brasileiros a ir para Montpellier, Seixas Brandão, como salientamos na primeira parte deste capítulo, valeu-se sobremaneira do ofício médico enquanto um elemento de ascensão social, somado a um percurso literário, no entanto não foi percebida nenhuma afinidade com ideias contestatórias. Embora Olavo Bilac o tenha classificado como um poeta medíocre¹⁰³⁵, a contestar a classificação de Joaquim Norberto de Souza e Silva de que Seixas Brandão se assinalou “na carreira literária com composições insígnies”¹⁰³⁶, importa notar que suas relações pessoais deram-se mais marcadamente com literatos, do que com pessoas envolvidas em tramas libertárias: poetas de grupos diferentes¹⁰³⁷, como o árcade romano e ultramarino Basílio da Gama (Apêndice 3.1)¹⁰³⁸, ou o árcade lusitano Nicolau Tolentino de Almeida (Apêndice 3.6)¹⁰³⁹. Relações pessoais não desinteressadas, se percebermos, como fez notar Ivan Teixeira, que muita da poesia de então foi produzida com base

¹⁰³⁴ Arquivo Histórico Militar, *Processo relativo a visita de inspecção ao navio português “Castor”, proveniente do Brasil, trazendo a bordo tabaco e ouro*, 4 September 1817, Divisões, Assuntos Militares Gerais, Diversos, Caixa n. 21.

¹⁰³⁵ Olavo Bilac and Guimaraens Passos, *Tratado de versificação (A poesia no Brasil – A métrica – Generos litterarios)*, 4th ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1921, p. 16.

¹⁰³⁶ Joaquim Norberto de Souza e Silva, *Modulações poéticas: precedidas de um bosquejo da história da poesia brasileira*, Rio de Janeiro, Typographia Franceza, 1841, pp. 32–33.

¹⁰³⁷ Sobre o tema, cf. Carlos Versiani dos Anjos, *O movimento arcádico no Brasil setecentista: significado político e cultural da Arcádia Ultramarina*, Tese de Doutorado, Belo Horizonte, UFMG, 2015, p. 173 et seqq.

¹⁰³⁸ Joaquim Inácio de Seixas Brandão, “Soneto”, in *O Uruguay: poema*, Nova Ed., Rio de Janeiro, na Impressão Regia, 1811.

¹⁰³⁹ Seixas Brandão era médico de Tolentino de Almeida e recebeu uma carta-poema, em décima, em que este informa que não cumpriria naquela tarde suas recomendações médicas, pois tinha um aniversário para festejar e, portanto, chegaria tarde à casa. Nicolau Tolentino de Almeida, *Obras completas de Nicolau Tolentino de Almeida: com alguns inéditos e um ensaio biographico-critico por José de Torres; illustradas por Nogueira da Silva*, Lisboa, Editores Castro, Irmão & Cia, 1861, p. 295.

na “poética do encômio alegórico e inteiramente orientad[a] para a exaltação da política pombalina [...]”¹⁰⁴⁰, ainda que não nos pareça que a “epopeia brasílica”, mormente encontrada em *O Uruguay*, fosse apenas uma “espécie de metonímia portuguesa da Ilustração europeia”¹⁰⁴¹, especialmente se observarmos as dinâmicas sociopolíticas no Império português, já debatidas por diferentes autores, a salientar a discussão levantada por Laura de Mello e Souza, apenas para ficarmos em um exemplo¹⁰⁴².

Mas, independente da natureza destas poesias no contexto ilustrado luso, importa notar que Seixas Brandão viria a ser um dos publicistas da política pombalina, juntamente com Basílio da Gama e outros¹⁰⁴³. Para Teixeira, os dois sonetos publicados como apêndice no final de *O Uruguay* não tinham como objetivo apenas celebrar o poema do amigo (Basílio da Gama): “Destinavam-se igualmente a apoiar o tom polêmico com que, ficcionalmente, defendia as ideias e a ação do Conde de Oeiras contra os jesuítas”¹⁰⁴⁴.

Mas se era pouco viável uma atribuição sediciosa a Seixas Brandão, o mesmo não valeu para a sua poesia, e a de seus colegas, em relação ao nacionalismo. Motes que anteriormente ressaltavam os valores de Portugal e de mecenas lusos, e

¹⁰⁴⁰ Ivan Teixeira, *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, p. 17.

¹⁰⁴¹ *Ibid.*, p. 16.

¹⁰⁴² As especificidades da vida na América não permitiam a simples assimilação e reprodução de aspectos culturais europeus. Apontamos o trabalho de Mello e Souza ao invés de discussões dedicadas ao universo cultural, pois esta autora apresentou uma abordagem múltipla, procurando salientar sobremaneira que a análise da administração na América portuguesa não pode ser destituída de sua componente política, assim como, pensamos, não se pode separar as questões médicas das suas relações políticas, do mesmo modo que as relações socioculturais, expressas em poemas encomiásticos, não podem ser relegadas à categorias metonímicas, qualquer coisa inferior à “original” Ilustração europeia. Para além das discussões propriamente político-administrativas (“o mundo das colônias não pode ser visto predominantemente pela ótica da norma”, onde “o mando estava fadado a ser temporizador”, numa perspectiva em que a “administração só podia ser entendida à luz da política”, de modo que a separação de ambas “condenava o observador à apreensão mecânica e funcionalista do fenômeno, impondo perda de seu sentido dialético”), fica do texto desta autora a ideia de que “O olhar emanado pela periferia fecunda o centro e o transforma, e a recíproca é verdadeira. [...] Para o reinol, escravos nas ruas de Lisboa incomodam muito mais que nos engenhos do Nordeste, enquanto para habitantes da colônia um mau governador de capitania é menos tolerado que um rei incapaz a andar em círculos no palácio de Sintra”. Laura de Mello e Souza, *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 56, 31, 460 [respetivamente; com pequenas alterações].

¹⁰⁴³ Ivan Teixeira, *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, p. 19.

¹⁰⁴⁴ *Ibid.*, p. 410.

reiteravam a sua condição de vassalos fiéis, foram reinterpretados numa perspetiva que supervalorizou as contradições e desigualdades ao redor do Império:

Como que sequestrado do Neoclassicismo pelos românticos, *O Uruguay* foi lido e muitas vezes editado pelo prisma da sensibilidade do Oitocentos, profundamente marcada pelo sentimento nacionalista e pelo repúdio aos temas e formas que lembrassem os vínculos políticos do Brasil com Portugal¹⁰⁴⁵.

Assim, todo um conjunto de obras, que não referenciam desagrados contra a coroa ou os agentes do Império, foi reclassificado de modo a realçar uma versão crítica do Império luso, não contida nos textos originais¹⁰⁴⁶. Portanto, se a sua obra não foi vista como sediciosa, foi claramente considerada, e de modo extemporâneo, como uma das matrizes de um nacionalismo nascente.

Mas, como notou Carlos Versiani, Seixas Brandão não sinalizou intenções de retornar para a América. O poeta encomiástico e membro da Arcádia Romana sob o pseudónimo de Driásio Erimanteu atribuída, em sua *Ode a um arcade de Roma, que ia estabelecer uma arcádia no Brasil*¹⁰⁴⁷, a Basílio da Gama “a missão a ele conferida [...] de se fundar na América portuguesa uma Academia filiada à Arcádia de Roma”¹⁰⁴⁸. Academia que, defende Versiani, estabeleceu-se mais como um movimento que “procurou participar da construção ideal de uma *República das Letras*”¹⁰⁴⁹. Não por acaso, importa-nos sobremaneira perceber a inserção e contexto da Arcádia Ultramarina, justamente porque Seixas Brandão esteve totalmente imerso no grupo de poetas árcades que vivia em Portugal. E igualmente porque a relação encetada por eles, como mais uma vez fez perceber Carlos Versiani, ultrapassava “a mera amizade pessoal de conterrâneos, pois revelaria também uma verdadeira articulação literária, integrada, no tempo e no espaço”, o

¹⁰⁴⁵ *Ibid.*, p. 521.

¹⁰⁴⁶ Além das poesias informadas (Apêndices 3.1–3.5), Seixas Brandão traduziu a peça *Zaïre* de Voltaire e também teria traduzido o poema da *Declamation* de Bernard, bem como trabalhado conjuntamente com Pedegache e Quitta na tragédia de *Megare*. Adriano Balbi, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*, vol. 2, p. CCXIX.

¹⁰⁴⁷ BPMP, Joaquim Inácio de Seixas Brandão, *Ode a um arcade de Roma que ia estabelecer uma nova Arcádia no Brasil*, Manuscrito n.º 1189.

¹⁰⁴⁸ Carlos Versiani dos Anjos, *O movimento arcádico no Brasil setecentista*, p. 70.

¹⁰⁴⁹ *Ibid.*, p. 93.

que conformou o movimento arcádico ultramarino¹⁰⁵⁰. Em outras palavras, desde muito antes de adentrar em Montpellier¹⁰⁵¹, Seixas Brandão participou de academias e sociedades de letras, circulou entre elas, era parte destes grupos, mas não há elementos que o enquadrem enquanto partidário de vertentes minimamente sectárias da Ilustração lusa.

Inácio Ferreira Câmara

Integração sociopolítica e cultural que lhe rendeu, a si e a seus familiares, uma posição relativamente destacada e que justificam o pouco interesse em interagir com propostas de rompimento. Uma situação igualmente verificada no seio das ações de outros *montpellerinos*, como foi o caso de Inácio Ferreira da Câmara Bettencourt¹⁰⁵². Este sobrinho do importante desembargador João Ferreira Bettencourt e Sá (portanto, parente de Manoel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá, intendente geral das minas e diamantes), ficou em Montpellier de entre Novembro de 1782 a Agosto de 1783 e embora não tenha frequentado a Universidade de Coimbra, passou pela Universidade d'Orange pouco antes de ir para Montpellier¹⁰⁵³.

¹⁰⁵⁰ *Ibid.*, p. 131.

¹⁰⁵¹ Ele ingressou na Arcádia Romana em 1763 e fez sua primeira inscrição em Montpellier no trimestre de Maio de 1766. Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle*, p. 4236 (Anexos); Carlos Versiani dos Anjos, *O movimento arcádico no Brasil setecentista*.

¹⁰⁵² Em diversos documentos podemos notar que seu nome completo era Inácio Ferreira da Câmara Bettencourt. Seu registo na Universidade de Montpellier, porém, vem como “Domingos Inácio Ferreira da Câmara”. Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle*, p. 1877 (Anexos).

¹⁰⁵³ A Université d'Orange estava relacionada a um passado protestante, enquanto que Montpellier e, principalmente, Avignon eram historicamente afeitas ao catolicismo. Foi um centro de formação que, segundo Patrick Ferté, atraiu sobremaneira a atenção daqueles que queriam uma formação rápida, barata e menos “burocrática”. Orange se notabilizou pelas críticas devido a emissão de certificados falsos, o que, como notou Hélène Berlan, não escapou aos olhos dos próprios contemporâneos. Numa passagem esclarecedora das facilidades representadas pela formação em Orange, Jean-Emmanuel Gilibert, autor de uma obra-referência sobre a pouco conhecida universidade afirmou: “[...] Você será examinado, é verdade, mas como tudo será frente-à-frente, você jamais será exposto a voltar à sua pátria sem ter recebido umas belas cartas bem fechadas que atestam a todo o mundo que você é um prodígio de erudição medicinal”. Segundo Hélène Berlan, muitos alunos fizeram o percurso médico de Orange para Montpellier, e isso não foi por acaso: a universidade era mal-afamada e realmente poucos foram os que ali se licenciaram/doutoraram, mas ela se tornou atrativa justamente pela menor exigência e por ser um meio de encurtar o percurso acadêmico. Exemplar neste sentido, podemos notar que ao solicitar auxílio financeiro para a Biblioteca de Grenoble, os diretores da mesma justificaram o pedido salientando a ausência de uma universidade na cidade, afirmando que a mais próxima, a Universidade d'Orange, era apenas um simulacro de universidade. Ainda assim, embora esta universidade possuísse uma má reputação, não deixa de ser interessante

Natural de Minas Gerais, Ferreira da Câmara estabeleceu-se na Bahia a viver como naturalista, tendo chegado ao posto de inspetor/diretor do Jardim Botânico daquela capitania (Apêndices 5.2 – 5.15).

Para além da documentação que o aponta, enquanto diretor do Jardim Botânico da Bahia, a remeter produtos naturais para Lisboa, é notória a crítica de Inácio Accioli de Cerqueira e Silva de que a construção do horto não teria seguido adiante porque Ferreira da Câmara teria discordado do local onde se iria implementar o Jardim¹⁰⁵⁴. Mas o *montpellerino* não somente foi destacado para aquela instituição por seus conhecimentos e relações pessoais. Era membro correspondente de diferentes academias de ciências e sociedades científicas: a Academia das Ciências de Lisboa¹⁰⁵⁵, e também a Société Royale des Sciences de Montpellier, a Société Royal de Medecine e a Société Royale d’Agriculture, de Paris¹⁰⁵⁶. Ferreira da Câmara possuía relações com o Abade Correia da Serra e estava inserido no amplo projeto imperial de se construir uma história natural da América¹⁰⁵⁷, com claros interesses utilitários, em que a botânica médica era um dos mais importantes domínios¹⁰⁵⁸. Era, na expressão de Rodrigo Osório Pereira, um “funcionário-naturalista”, e como notou este investigador, atuou no “avanço da

notar que o reconhecido fundador do Royal College of Physicians, Hans Sloane, formou-se ali em 1683. Cf. respectivamente, Patrick Ferté, “L’université d’Avignon, à la fois française et étrangère, et ses rivaux”, p. 476; Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle*, pp. 365–368; Joëlle Rochas, *Muséum de Grenoble: une histoire naturelle*, Grenoble, Editions du Muséum de Grenoble, 2008, p. 34; “Sir Hans Sloane (1660-1753) Founder of the British Museum”, *JAMA: The Journal of the American Medical Association*, vol. 207, n. 5, 1969.

¹⁰⁵⁴ Rodrigo Osório Pereira, *O império botânico: as políticas portuguesas para a flora da bahia atlântica colonial (1768-1808)*, Tese de Doutorado, Belo Horizonte, UFMG, 2013, p. 144–146; 301 et seq.; Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias históricas, e políticas de provincia da Bahia*, vol. 1, Bahia, Typ. do Correio mercantil, de Précourt, 1835, pp. 267–271.

¹⁰⁵⁵ Custódio Gomes de Villas-Boas (ed.), “Lista das pessoas de que se compõe a Academia Real das Sciencias; em Janeiro de 1791”, in *Ephemerides nauticas, ou Diario astronomico para o anno de 1792*, Lisboa, Na Officina da mesma Academia Real, 1791, p. 145.

¹⁰⁵⁶ Société Royale d’Agriculture de Paris, *Mémoires d’agriculture, d’économie rurale et domestique*, vol. Trimestre d’été, Paris, Chez Cuchet, 1788, p. XXX.

¹⁰⁵⁷ Ângela Domingues, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais”.

¹⁰⁵⁸ Darcy Damasceno, “Introdução [a Francisco Antonio de Sampaio. “História dos reinos vegetal, animal e mineral do Brasil, pertencente à medicina”]”, *Anais da Biblioteca Nacional*, n. 89, 1969, pp. 6–7.

Botânica”¹⁰⁵⁹ enquanto uma política de estado¹⁰⁶⁰ (Apêndice 5. 15.1). Assim, tal como Seixas Brandão, este *montpellerino* esteve muito mais ocupado em suas atividades médicas e científicas, do que em discussões e tentativas de implementação de ideias ilustradas que fossem radicalmente transformadoras da sociedade colonial lusa de fins de setecentos e princípios de oitocentos¹⁰⁶¹.

Essa não partidarização por propostas radicais, certamente não implica que estes *montpellerinos* negassem os princípios das Luzes ou os elementos menos radicais de certas ideias políticas que, em última instância, podiam negar princípios e valores consolidados no Império. Muitas das propostas feitas por eles, eminentemente imiscuídas na ânsia de um serviço público que fosse efetivamente útil aos povos (sem perder de vista os interesses de ascensão pessoal e familiar, obviamente), tinham por base ideais ilustrados reformistas, e mesmo que vários destes estudantes tivessem retornado ao Império luso sem se envolverem em qualquer movimento político contestatório, pode-se perceber os ideais das Luzes em suas propostas.

Faustino José de Azevedo

Até os que terminaram por regressar aos recantos de onde eram naturais, como foi o caso de Faustino José de Azevedo, apresentaram moções que ensejam tal contexto. Apesar de ter sido o penúltimo aluno luso-brasileiro formado antes de o curso ser fechado durante a Revolução Francesa, Azevedo, que passou por Montpellier entre os anos 1791 – 1793, nunca se envolveu com ideias sediciosas. Após se ter formado em Medicina em Montpellier (e em Direito por Coimbra), clinicou em sua vila natal, Campanha da Princesa, e, como afirmámos anteriormente, também empregou sua formação em Leis para ascender sociopoliticamente. Mas importa-nos neste momento apontar para os elementos que atestam seu não-

¹⁰⁵⁹ Rodrigo Osório Pereira, *A ciência na colonial comarca de Ilhéus: uma análise dos estudos botânicos dos funcionários naturalistas da região (1772-1808)*, Dissertação de Mestrado, Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009, p. 44.

¹⁰⁶⁰ Rodrigo Osório Pereira, *O império botânico*, p. 261.

¹⁰⁶¹ Custódio Gomes de Villas-Boas (ed.), “Lista das pessoas de que se compõe a Academia Real das Sciencias; em Janeiro de 1791”, p. 145.

envolvimento com as Luzes radicais. Ao retornar para sua região de origem, foi logo reconhecida a sua formação pela elite local, nomeadamente os camaristas, e em pouco tempo este filho de um considerável senhor de terras, João António de Azevedo, recebeu, em 1801, o já citado título de “médico dos pobres”¹⁰⁶². Em 17 de Outubro deste mesmo ano, a câmara da então chamada Campanha da Princesa nomeou-o médico do partido da câmara. No ano seguinte, Azevedo pediu a confirmação de sua nomeação para esse posto¹⁰⁶³ e em 1803 o ouvidor de sua comarca enviou informações a fim de confirmar a sua nomeação¹⁰⁶⁴.

Não sabemos quando entrou para a Junta do Protomedicato, mas nos anos seguintes, entre 1804 e 1808, Azevedo examinou e licenciou pessoas não formadas¹⁰⁶⁵, além de ter realizado visitas trienais na função de delegado (“fiscal”) da Junta do Protomedicato¹⁰⁶⁶. Porém, em 1808 perdeu este posto e foi solicitado pelos físicos-mores José Correia Picanço e Manoel Vieira da Silva que repassasse os emolumentos para um cirurgião-mor de Vila Rica (Apêndices 1.3.1 e 1.3.2)¹⁰⁶⁷. Foi indicado pelo desembargador José Bernardo de Figueiredo para ser encarregado de

¹⁰⁶² “Dr. Faustino José de Azevedo”, *Almanach do Municipio da Campanha*, 1900, 1, Campanha, p. 100.

¹⁰⁶³ AHU, Faustino José de Azevedo, *Requerimento de Faustino José de Azevedo, pedindo a confirmação da nomeação para médico do partido da Câmara da Vila da Campanha da Princesa*, 22 May 1802, Conselho Ultramarino, Minas Gerais, Cx. 163, Doc. 18.

¹⁰⁶⁴ AHU, António Luis Pereira da Cunha, *Carta de António Luis Pereira da Cunha, desembargador e ouvidor-geral da Comarca do Rio das Mortes, informando o Rei sobre as pretensões do médico Faustino José de Azevedo, do cirurgião Francisco José de Matos e de em se verem confirmados nos respectivos officios*, 20 September 1803, Conselho Ultramarino, Minas Gerais, Cx. 168, Doc. 22.

¹⁰⁶⁵ Faustino José de Azevedo, “Certificado feito por Faustino José de Azevedo informando que José Marcelino do Espírito Santo está apto a prestar o exame da arte da sangria e de tirar dentes...”; Faustino José de Azevedo, “Exame de Luis Antonio Gonçalves Feliz declarando-o apto para exercer a arte da medicina”.

¹⁰⁶⁶ Estas visitas eram realizadas pelos delegados da Junta que fiscalizavam as condições das boticas e os serviços de saúde e coletavam os valores que a Junta podia requisitar, sendo que uma parcela era atribuída ao delegado. Faustino José de Azevedo, “Recibo referente ao importe da visita trienal de Medicina e Cirurgia entregue por Francisco Velozo Carmo a Faustino José de Azevedo”.

¹⁰⁶⁷ FBN, José Correia Picanço, [*Provisão régia ordenando a Faustino José de Azevedo que entregue todos os emolumentos pertinentes à Real Junta do Proto-Medicato ao cirurgião-mor do Regimento de Cavalaria de Vila Rica, Florêncio Francisco dos Santos Franco, que foi provido na função de Comissário e Delegado da repartição de Cirurgia da capitania de Minas Gerais*], 31 August 1808, Casa dos Contos, Manuscritos, I-26,19,042 n°001; FBN, Manoel Vieira da Silva, *Alvará regio determinando que Faustino Jose de Azevedo passe todos os anulamentos pertencentes a repartição de medicina a Florencio Francisco dos Santos Franco*, 31 August 1808, Casa dos Contos, Manuscritos, I-27,22,134.

extrair e exportar salitre para a Real Fábrica de Pólvora¹⁰⁶⁸ (Apêndice 1.4), e para ser, anos depois, integrante do grupo de pessoas responsáveis por “evitar o prosseguimento da ruína” das Caldas (localizadas na atual Poços de Caldas, nome que remetia para a então vila portuguesa de Caldas da Rainha), através da apresentação duma planta do terreno e plano da obra que fosse “necessária para banhos regulares”¹⁰⁶⁹. Assim, após formado em Montpellier e de regresso à América, Azevedo clinicou e atuou em diferentes funções e ofícios, solicitou os mais diferentes pedidos¹⁰⁷⁰, mas nunca se envolveu em discussões políticas que o aproximasse de uma Ilustração radical e contestadora do *status quo* vigente.

Manoel Joaquim de Souza Ferraz

Igualmente inserido neste contexto científico-cultural pouco ou nada sedicioso, Manuel Joaquim de Souza Ferraz frequentou a Universidade de Coimbra entre os anos de 1786 e 1787¹⁰⁷¹, período em que também lá estiveram Joaquim

¹⁰⁶⁸ Arquivo Público Mineiro, José Bernardo de Figueiredo, *Informação de serviço do Dr José Bernardo de Figueiredo, sobre ter o capitão-mor da vila de São João Del-Rei servido de ouvidor durante o seu impedimento, cumprindo todas as ordens quanto à extração e exportação do salitre para a corte, recomendando o nome de Faustino José de Azevedo*, 29 December 1813, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial), SG, Cx. 89, Doc. 45.

¹⁰⁶⁹ “Diário do Conselho do Governo da Provincia de Minas Geraes”, n. 4, 1825, p. 20.

¹⁰⁷⁰ “Relação chronologica dos concessionarios de sesmarias em Minas Geraes”, in *Revista do Archivo Público Mineiro*, Anno V, Fasciculos I e II., Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1900, p. 446; “Abastecimento d’Água Potável”, *Almanach do Municipio da Campanha*, 1900, 1, Campanha, p. 93; “Primeiras administrações electivas em Minas Gerais”, in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Anno I, Fasciculo 2º., Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1896, pp. 99, 105, 116; “Memorias Municipais (—V— Camara da Campanha)”, in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Anno I, Fasciculo 3º., Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1896, p. 585; Arquivo Público Mineiro, Faustino José de Azevedo, *Requerimento do Dr. Faustino José de Azevedo referente à uma carta de sesmaria das terras devolutas situadas no sertão da Paraíba, barra dos rios Paraibuna e Paraíba abaixo, termo de Barbacena*, 18 September 1816, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial), SG, Cx. 99, Doc. 65; Pedro Sanches de Lemos (ed.), “Auto de Posse da Sesmaria de Poços de Caldas” In *As águas thermaes de Poços de Caldas*, *Revista do Archivo Público Mineiro*, vol. 8, n. 3–4, December 1903, pp. 654–655; Arquivo Público Mineiro, *Carta dos officias da câmara da campanha da princesa ao governador dom Manuel de Portugal e castro sobre a averiguação do requerimento do doutor Faustino José de Azevedo em que expoem ser bacharel em filosofia e por isso apto a ocupar o officio de juiz das sesmarias*, 3 December 1814, CC - Casa dos Contos, Cx. 91, Rolo 529.

¹⁰⁷¹ Seu registo na Universidade de Coimbra como filho de Francisco Vieira de Souza Ferraz está acrescido do nome “e Mendonça”, o que não ocorre em textos de sua autoria, mas tratam-se do mesmo autor. “Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil”, *Brasilia [Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros]*, vol. 4, Suplemento, 1949, pp. 337, 340; Arquivo da

José de Souza Ribeiro, Faustino José de Azevedo e Manoel Arruda da Câmara. Durante seus anos em Montpellier, muitos outros foram seus colegas (Anexo 2.1). Sua biografia não é absolutamente desconhecida, embora haja muitas informações conflitantes. Souza Ferraz participou ativamente da República das Letras: foi membro da Academia das Ciências de Lisboa¹⁰⁷², escreveu e publicou memórias sobre temas médicos, mas nada que permitisse qualquer relação com ideais separatistas; o que justifica a ausência de qualquer referência na historiografia, inclusive aquela nacionalista, que apontasse a sua passagem por Montpellier com movimentos sediciosos. Ferraz e tantos outros *montpellerinos*, estiveram na hora e no lugar de conturbadas transformações ideológicas e políticas. Mas, como importa enfatizar neste momento, apesar de todos os debates de então não se percebe o seu envolvimento em discussões políticas e, ainda menos, sediciosas. Assim, cremos ter amplamente mostrado como essa convivência não significou uma concepção pró-separatista em todos eles, muito embora este tivesse sido inegavelmente o caminho escolhido por alguns.

Impreciso

Joaquim José de Souza Ribeiro

Por fim, apesar da carência de informações, importa não deixar de apontar o caso específico de Souza Ribeiro. Este é talvez o mais desconhecido de todos os estudantes luso-brasileiros que frequentaram o curso médico de Montpellier, pois não há indicações de que tenha atuado de qualquer forma no campo médico-sanitário ou outros serviços. Além disso, sabemos apenas que havia cursado Direito em Coimbra. Mas o ponto mais importante e que demanda maior atenção é o facto de que o padre baiano Joaquim de Souza Ribeiro discutido por Flávio Gomes e João

Universidade de Coimbra, *Manuel Joaquim de Sousa Ferraz e Mendonça*, Índice de alunos da Universidade de Coimbra.

¹⁰⁷² Não encontramos informações de sua participação na academia de Montpellier, mas pela informação do Conde de Rezende a Luiz Pinto de Souza Coutinho, é provável que também fosse correspondente naquela academia (Apêndice 9.7). José Luiz de Castro, Conde de Resende, “Carta do Conde de Resende, D. José Luiz de Castro ao senhor Luiz Pinto de Souza, propondo o estabelecimento de um jardim botânico no Rio de Janeiro”.

José Reis parece mesmo ser o médico *montpellerino*. Todavia, ainda é preciso definir se o Ribeiro que esteve em Santo Domingo justamente no processo de rutura sem precedentes pelo qual passava a ilha (Revolução Haitiana) era efetivamente o soteropolitano Joaquim José de Souza Ribeiro e, não menos importante, se ele esteve em França e no Haiti propositadamente, ou se foi apenas uma coincidência; o que, à primeira vista, não parece ser o caso.

Finalizamos assim esta análise dos 15 de Montpellier, mas não apenas com a grande lacuna de Souza Ribeiro. Acreditamos que ainda pode haver documentos, especialmente nos arquivos regionais, que ajudem a perceber melhor a participação destes *montpellerinos* em movimentos sediciosos. Os hiatos aqui preenchidos, acreditamos, são mesmo apenas o começo destas histórias, menos nacionalistas é verdade, mas não menos interessante. Quem sabe estes documentos ainda por descobrir (falamos dos que realmente podem existir, não daqueles nunca vistos embora sempre citados) não apontem o caminho destes lusos para sedições que, com a documentação até aqui disponível, defendemos não ter existido?

Considerações finais

A investigação que esteve na base deste capítulo alterou a ideia inicial deste doutoramento. O aporte inicial da pesquisa iniciou-se na senda de considerações que agora foram contestadas ao longo deste capítulo. Perspetivas que, errónea ou infundadamente, atribuíam um tom de sedição e rebelião aos *montpellerinos*. Com este capítulo procurámos comprovar documentalmente que eles não se envolveram em ações subversivas, sediciosas e contrárias ao poder emanado de Lisboa.

A análise documental que aqui fizemos mostra como a leitura integrada da requisição da Carta de Medicina, a consideração sobre uma formação anterior obtida em Coimbra ou noutra universidade, a filiação (sempre que possível), são alguns dos fatores que permitem afirmar inequivocamente que a escolha e ida destes estudantes para Montpellier não estavam necessariamente relacionadas com um exclusivo interesse sedicioso. Este re-olhar permitiu-nos considerar a formação médica naquela universidade como um importante elemento para a ascensão social

de muitos destes alunos. Sem, contudo, descuidar as suas eventuais implicações em movimentos contestatórios.

Deste modo, ao longo deste capítulo analisámos diferentes aspetos com o objetivo de perceber os interesses dos estudantes portugueses nascidos na América, bem como as inserções destes luso-brasileiros no serviço público, na formulação de ideias contestatórias, ou mesma na efetiva participação em movimentos sediciosos. Didaticamente os classificamos como sediciosos e não sediciosos ou impreciso, para o caso específico de Joaquim José de Souza Ribeiro.

Procuramos, portanto, fazer um ponto de situação da produção historiográfica até agora produzida sobre este conjunto de estudantes, para a partir de aí verificar o seu envolvimento em ideais de sublevação. Assim, esta investigação permite afirmar com segurança que, embora haja traços comuns entre estes indivíduos (influência do ideal das Luzes, expectativa de ascensão social e de benefícios com o real serviço), a maioria não esteve envolvida em atos sediciosos contra o rei ou o Império. Isto permite reformular questões comumente aceites pela historiografia e termina por ser uma novidade apresentada nesta tese.

Como não poderia deixar de ser, as discussões em História da Medicina, nomeadamente seus textos sobre doenças consideradas mortíferas e problemas de “saúde pública”, foram essenciais para percebermos os interesses e as motivações por detrás de ações realizadas por estes *montpellerinos*. A Medicina Iluminista e a hierarquia no campo médico (as disputas entre médicos, cirurgiões e curadores populares) foram percebidas conjuntamente com as estratégias de ascensão social, onde terminamos por concluir que o maior interesse destes luso-brasileiros não era o fim do controle português.

Por fim, importa ressaltar que o nosso objetivo foi realizar uma abordagem dos 15 de Montpellier distanciada dos ideais e análises nacionais e nacionalistas que marcaram muitas das abordagens sobre estes estudantes. Os autores do século XIX e princípios do XX precisam ser lidos e interpretados de acordo com os objetivos políticos e ideológicos a que a sua produção historiográfica estava atrelada, uma vez que, na maioria dos casos, não eram apenas meros comentadores desinteressados

de um passado que consideravam glorioso. Informações incorretas, incompletas e, nalguns casos, contraditórias, repetidas por estes autores, obrigaram-nos a optar pela construção de estudos biográficos individuais com o objetivo de validar informações que geralmente eram aceites sem contestação. Consideramos que o estudo biográfico destes lusos da América foi uma ferramenta necessária para percebermos se e em que medida este conjunto de indivíduos se interessou e se envolveu de facto em transformações políticas mais profundas.

As fontes disponíveis até ao momento não permitem definir, de forma clara e sistemática, a totalidade das motivações destes indivíduos que foram estudar para Montpellier. As trajetórias analisadas levam-nos a inferir, primeiro que tudo, claras ambições de ascensão e consolidação social que são comuns ao grupo. Num caso, o de Vendek, sabemos a motivação pessoal. No caso dos demais *montpellerinos* até aqui tidos como comprovadamente sediciosos, pelo contrário, não conseguimos definir com clareza se a ida para França foi essencialmente motivada por ideais revolucionários, embora não nos pareça ser o caso. O percurso destes indivíduos por Montpellier tornou-os, na maior parte dos casos, mais liberais, mas os seus trajetos de vida pautaram-se por uma acomodação política.

Acima de tudo, a sua passagem por Montpellier significou um mecanismo de ascensão social destes indivíduos e de suas famílias na sociedade colonial. Garantiu-lhes uma participação nas estruturas institucionais de governação da colónia (jardins botânicos, Protomedicato) e assegurou-lhes o acesso a sociedades e academias científicas e literárias com repercussão internacional (Academia de Ciências de Lisboa, etc.). O facto é que a maioria viveu das artes de cura e usou o seu percurso formativo e a sua passagem por Montpellier como um elemento que queriam ver valorizado nas suas pretensões quando pediam recompensas, mercês, benefícios e proteções. Os 15 de Montpellier, afinal, não foram tão sediciosos quanto se pensava.

Conclusão

O Brasil adquiriu significativa centralidade no império português ao longo do século XVIII, mas isso não ocorreu somente em decorrência do ouro das Minas Gerais. Essa posição que a América portuguesa passou a ocupar foi parte de todo um processo de difusão de saberes que se propunham úteis à coroa, um conjunto de práticas pensadas em Lisboa e desenvolvidas por súbditos de todo o império. Os lusoamericanos (os favorecidos, embora não só os das camadas economicamente privilegiadas: cor de pele, credo e gênero eram significativos na escolha destes membros) ocuparam um espaço diverso daquele que lhes era devido anteriormente, pois passaram a compor uma importante peça na engrenagem do desenvolvimento português. Um império movido, beneficiado por e a favorecer seus súditos: esse era o lema das transformações levadas a cabo em fins do governo de Dom João V, maximizadas durante a administração de Dom José I e findas/abortadas com a Revolução Liberal.

Claro está que este ideal não foi cumprido em sua totalidade, sendo que diversos grupos sequer foram incluídos. Mas deste conjunto de vassallos, uma quantidade não desprezível de luso-brasileiros pôs-se ao mar em busca de alternativas para a vida na América. Dos que partiram, as preocupações estavam em casa, na família, nas finanças, mas também na vida política que se desenvolvia na metrópole e suas colônias, realidade essa que muitos, ainda jovens quando da viagem de ida, passaram a observar atentamente e analisar no cotidiano de Coimbra e de Montpellier.

Os alunos que foram para o sul de França fizeram parte de uma exceção à regra, já que a imensa maioria foi para a universidade portuguesa. Por outro lado, eles atuaram em conjunto com este grande contingente de migrantes de seu próprio império e ambos acabaram influenciando sob as mais diversas maneiras na realidade sociopolítica portuguesa de fins de século, ao ponto de historiadores analisarem estes grupos por meio de “gerações”, posto que em conjunto teriam promovido e atuado nas mais variadas transformações da realidade imperial.

Algumas destas viagens com vistas a modernizar-se e dinamizar-se foram obtemperadas e outras efetivamente promovidas pela Coroa e foi neste processo de “agentes públicos” a serviço da realeza lusa que estavam inseridos os médicos *montpellerinos*, foco desta tese: distantes do Império, posto que em França, mas próximos de seus compatriotas, devido ao contexto em que estavam inseridos, nomeadamente às ideias que compartilhavam e ao processo de formação e inserção na burocracia lusa, estes uma-vez-alunos se tornaram agentes de estado em diferentes postos de comando médico-sanitário, atuando na direção clínica de hospitais militares e civis e na prática médica no interior da América lusa. Alguns chegaram inclusivamente a ocupar cargos no reino, seja como físicos-mores ou diretores hospitalares e outros atuaram nos campos da História e/ou da Filosofia Natural viajando pelos sertões da América lusa.

O que procuramos estudar nesta tese, portanto, foi justamente as trajetórias destes homens, notabilizando as interrelações entre as ideias e as ações que cada um destes estudantes acabou por efetivar ao longo de seus processos de formação. Assim, discutimos o universo académico que os cercou em Coimbra e Montpellier, as contradições das realidades colonial e imperial franco-portuguesa (ambas fortemente inseridas num escravismo mercantilista), suas propostas médicas e sóciopolíticas, assim como seus envolvimento junto a tais propostas.

Por isso procuramos trazer uma visão de conjunto acerca destes tão díspares estudantes. Sublinhamos a necessidade de se perceber elementos como a condição colonial (sua realidade desigual e doenças específicas) e as contradições do contexto médico-académico em favor da adoção de uma Medicina Iluminista, para se perceber propriamente quem foram, porque escolheram Montpellier em detrimento de Coimbra ou outro centro médico e qual o envolvimento destes alunos no mundo revolto das sedições e separatismos. Sobre esta questão em especial, importa notar que acabamos por rever a ideia de que a independência tenha ocupado uma posição privilegiada na escolha deste alunos. Nalguns casos isto se fez verdadeiro, de modo que pudemos notar a ida para França como parte de um projeto político, mas foi

possível concluir que a maioria destes 15 de Montpellier tinham mais motivações profissionais, económicas e religiosas do que “ideológicas” ou políticas.

Partimos numa viagem pela análise do Iluminismo em solo luso, onde discutimos conceitos e propusmos uma revisão daqueles com sentidos diversos. Atracamos na Medicina setecentista, porto-pouco-seguro para aqueles que realmente necessitavam de cuidados intensivos, especialmente escravizados e pobres. Mas “apesar dos pesares”, vislumbramos diversas transformações e propostas interessadas em melhorar a vida na América. Nem sempre vindouras, é verdade, suas ideias defendidas em Montpellier não foram ouvidas pela coroa, algumas memórias redigidas posteriormente igualmente acabaram relegadas, de forma que apenas uma pequena parcela de suas conceções e ações foram consideradas e levadas a cabo pela monarquia lusa.

Assim, adentramos ao pantanoso terreno das teses académicas e comparamos as transformações/reformas decorridas em fins deste século de Luzes procurando perceber o contexto em que estes alunos estavam inseridos, bem como as influências que estas propostas exerceram nestes homens. Discutimos separadamente as teses destes luso-brasileiros, tendo notabilizado uma grande diferença de interesses, ideias e conceções médicas, mas também de preocupações socioeconómicas. Por fim, vencido o tenebroso pântano médico, com os alunos já formados, deparamo-nos num campo de batalha em que ideias ilustradas se queriam libertadoras das amarras coloniais, mesmo sendo algumas delas justamente aquelas que haviam levado estes homens a tais projetos, nomeadamente a formação de um império desenvolvido, capaz de melhor aproveitar braços e mentes da mesma forma que consequeria em relação aos recursos ambientais. Assim desenhou-se nossa rota, numa interdependência entre ações e ideias pessoais, conjuntamente com projetos levados a cabo pela coroa, como a promoção pública dos estudos e a tentativa de valorização destes recém-formados, mas com consequências contraditórias, tanto na esfera médica quanto na política.

Com documentos, como os sequestros de bens ou teses perdidas, é factível que informações e interpretações futuras possam vir a trazer novas luzes sobre estes

ilustrados desconhecidos. Algumas semelhanças porém puderam ser percebidas, para além da formação naquela cidade francesa e suas consequências quanto à formação acadêmica. Suas preocupações e ações foram diversas, mas nota-se que a maioria discutiu problemas sanitários comuns das populações menos favorecidas; respeitando-se os limites setecentistas, pois os escravizados não compuseram parte dos interesses, salvo na categoria comercial. Terapêuticas baseadas em produtos tropicais foram indicadas em detrimento de fármacos europeus e ações públicas para dirimir entraves de saúde na América foram igualmente propostas. Ao mesmo tempo, notamos que estes alunos procuraram ascender socioeconomicamente, fazendo da formação em França um elemento essencial para a obtenção das graças desejadas, de forma que eles não estiveram tão distantes de interesses mais mundanos, quanto uma vez se julgou. Por fim, percebemos que os 15 de Montpellier não formaram aquele grupo de sediciosos frequentemente referido na historiografia. Este tema pouco interessou a maioria destes alunos, seja durante a formação ou após a obtenção do diploma médico. Contudo, estes estudantes e futuros agentes à serviço da coroa não deixaram de apresentar ideias que estrapolaram as fronteiras de pensamento Ilustrado que a monarquia lusa procurou limitar.

Eles completaram um grupo diverso, por vezes até mesmo contraditório (uns foram sediciosos outros denunciaram sedições, por exemplo). Mas em sua maioria terminaram por se enquadrarem em redes de saber Ilustrado e, principalmente, no processo monárquico de formação e cooptação de novos quadros. Ao fim, “nem tanto ao mar, nem tanto à terra”, os *montpellerinos* não se juntaram com vistas a derrubar o império luso, como tampouco deixaram descobertos os povos sob dominação portuguesa na América.

Bibliografia

Fontes primárias

Iconografias e documentos imagéticos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

“Carta de cirurgião de Luís Rosado, natural de Pavia”, 1779, ANTT, Cartas de sangrador, nº 3 (CRS - Cartas de Sangrador 1777/1780).

The Ashmolean Museum of Art and Archaeology

Master, Candlelight, “A Physician with a Urine Sample”, ca. 1620–1640, © *Ashmolean Museum*, University of Oxford, WA1942.18.

The National Gallery, London

Hogarth, William, “Marriage A-la-Mode: 3, The Inspection”, 1743, *The National Gallery*, NG115, Room 35.

National Library of Australia

Earle, Augustus, *Extracting a jigger, scene in the Brazils*, ca. 1822, National Library of Australia, an2822660, nla.obj-134510008.

Royal College of Physicians and Surgeons of Glasgow

“William Beatty’s Surgical Kit”, c. 1805, *Royal College of Physicians and Surgeons of Glasgow*. <https://heritage.rcpsg.ac.uk/items/show/54>.

Wellcome Collection

Hall, Thomas P., "Oliver Goldsmith's medical advice rejected by his patient in favour of the advice of the apothecary", 1856, *Wellcome Collection*, Wellcome Library no. 45655i. <http://wellcomeimages.org/indexplus/image/V0017894.html>.

Imagens obtidas online

Archive.org

Schilling, Gottfried Wilhelm, *De lepra commentationes*, Lugduni Batavorum, Apud Sam. et Joan. Luchtmans, 1778. <https://archive.org/details/ggschillingiidel00schi>.

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Debret, Jean Baptiste, "Boutique de barbiers", in *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, vol. 2, Paris, Firmin Didot Frères, 1835. <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3690>.

Bibliothèque numérique Medic@

De la Faye, "Observations sur les becs de lièvre venus de naissance, Où l'on expose les moyens de corriger cette espèce de difformité" [planche 2], *Bibliothèque numérique Medic@*, cota 90135. <http://www.biusante.parisdescartes.fr/histmed/medica/page?90135x01&p=652>.

Google books

Bell, Benjamin, *A System of Surgery*, vol. 4, 1786 [Plate LVII]; vol. 5, 6^a ed., 1796 [Plate XLIV]. <https://books.google.com.br/books?id=Odf-LKHxtBgC>; <https://books.google.com.br/books?id=wBwUAAAAQAAJ>.

Manuscritas

Academia das Sciencias de Lisboa

Medeiros, António Joaquim de, "Memoria sobre a cauza das frequentes enchaçoens das pernas entre os habitantes do Rio de Janeiro, onde se apontão ao mesmo tempo os meios de as prevenir, e curar", in *Memorias de Fizica offercidas à Academia*

R[éal] das Sciencias que não forão julgadas poder entrar nas suas colleçoens, vol. 5, [S.l.], [S.d.]. Manuscritos Série Azul, Códice 377, Memória 23, fls. 194-208.

Arquivo Histórico Militar

Processo relativo a visita de inspecção ao navio português “Castor”, proveniente do Brasil, trazendo a bordo tabaco e ouro, 4 de Setembro de 1817, Divisões, Assuntos Militares Gerais, Diversos, Caixa n. 21.

Arquivo Histórico Ultramarino

Conselho Ultramarino, Brasil

Azevedo, Faustino José de, *Requerimento de Faustino José de Azevedo, pedindo a confirmação da nomeação para médico do partido da Câmara da Vila da Campanha da Princesa*, 22 de Maio de 1802, Conselho Ultramarino, Minas Gerais, Caixa 163, Doc. 18. http://resgate.bn.br/docreader/011_MG/81633.

Câmara, Manuel Arruda da, *Ofício de Manoel Arruda da Câmara ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as descobertas de minas de salitre na capitania de Pernambuco, a colheita feita de amostras minerais e vegetais e o envio destas para o Reino*, 9 de Outubro de 1798, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 204, Doc. 13950. http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/135891.

Câmara, Manuel Arruda da, *Ofício de Manoel Arruda da Câmara ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre os motivos que impediram a rápida avaliação dos solos e lugares adequados para as minas de salitre na capitania de Pernambuco*, 28 de Agosto de 1797, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 198, Doc. 13605. http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/132288.

Câmara, Manuel Arruda da, *Ofício do [naturalista] Manuel de Arruda Câmara, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando dos produtos naturais que encontrou nos sertões da Paraíba e Ceará e que, tão logo, enviará ao Reino*, 31 July 1799, Conselho Ultramarino, Paraíba, Caixa 35, Doc. 2509. http://resgate.bn.br/docreader/014_PB/22646.

Cunha, António Luis Pereira da, *Carta de António Luis Pereira da Cunha, desembargador e ouvidor-geral da Comarca do Rio das Mortes, informando o Rei sobre as pretensões do médico Faustino José de Azevedo, do cirurgião Francisco José de Matos e de em se verem confirmados nos respectivos officios*, 20 de Setembro de 1803, Conselho Ultramarino, Minas Gerais, Cx. 168, Doc. 22. http://resgate.bn.br/docreader/011_MG/84160.

Gusmão, José Mariano Leal da Câmara Rangel de, *Requerimento do lente de cirurgia José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão à rainha [D. Maria I], solicitando sua nomeação no cargo de médico no hospital de Lázarus do Rio de Janeiro, com as condições descritas no plano que envia*, 22 de Agosto de 1796, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, Avulsos, Caixa 158, Doc. 11936. http://resgate.bn.br/docreader/017_RJ_AV/94441.

Atestado do bacharel em medicina e físico-mor da capitania de Pernambuco, José Joaquim de Carvalho, atestando que o capitão da Quarta Companhia do Regimento de Artilharia, Francisco de Albuquerque e Melo, precisa retornar à Corte para cuidar de sua saúde, 12 July 1800, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 236, Doc. 15892. http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/157139.

Carta (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao príncipe regente [D. João], sobre o cumprimento da ordem régia que determina a criação do posto de físico-mor da capitania de Pernambuco e a nomeação de José Joaquim de Carvalho, 10 July 1802, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 235, Doc. 15877. http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/156962.

Carta da Câmara de Goiana, ao príncipe regente [D. João], queixando-se dos procedimentos do Bispo de Pernambuco, D. José da Cunha Azeredo Coutinho, a respeito da arrematação das carnes frescas, única para toda capitania, beneficiando seu protegido Francisco de Arruda Câmara, e se opondo às determinações régias que permite que as câmaras determinem os termos destas arrematações, Goiana, 10 de Julho de 1802, 10 July 1802, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Cx. 235, D. 15871. http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/156688.

Ofício (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando seu parecer a respeito do requerimento do médico José Joaquim de Carvalho, em que pede a criação do posto de físico-mor para tropa da dita capitania, 18 July 1800, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 218, Doc. 14777. http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/145109.

Ofício (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o cumprimento da ordem para auxiliar em tudo o que for preciso a Manoel de Arruda Câmara, 9

February 1799, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 206, Doc. 14043.
http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/136977.

Ofício (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o requerimento do doutor em medicina, José Joaquim de Carvalho, em que expressa a necessidade de se ter um físico-mor para cuidar do hospital militar e instruir os cirurgiões daquela capitania, 31 July 1799, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 209, Doc. 14197.
http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/139160.

Ofício (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre se verificar a existência de árvores e plantas naquela capitania que possam servir para fazer papel, encarregando para tal trabalho aos naturalistas frei José da Costa, mestre de filosofia do seminário de Olinda, e Manoel de Arruda Câmara, 25 de Outubro de 1799, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 211, Doc. 14321.
http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/140192.

Ofício (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], encaminhando o requerimento do físico-mor da Tropa de Linha, [José Joaquim de Carvalho], que pede para ser graduado com o posto de coronel no Corpo militar a que pertence, informando que o dito físico é muito hábil no exercício de sua profissão e cumpre os seus deveres públicos e particulares com toda honra e inteligência, zelo e exatidão, 13 de Janeiro de 1806, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 258, Doc. 17324.
http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/171671.

Ofício (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a busca de minas de salitre existentes naquela capitania através de Manoel de Arruda Câmara, 21 de Agosto de 1797, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 198, Doc. 13600.
http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/132217.

Ofício (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o encarregado para descobrir minas de salitre, Manoel de Arruda Câmara, já ter se encaminhado para o sertão da dita capitania, 10 de Janeiro de 1798, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 200, Doc. 13684.
http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/133187.

Ofício (3ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a ordem dada a Manoel de Arruda da Câmara para examinar as nitreiras naturais e a

possibilidade de se tirar grandes quantidades de salitres, 29 de Março de 1797, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 197, Doc. 13510. http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/131528.

Ofício (3ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a ordem recebida para mandar Manoel de Arruda da Câmara fazer visita a todas as minas de cobres e salitres daquela capitania, 12 July 1797, Conselho Ultramarino, Pernambuco, Caixa 197, Doc. 13577. http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/131982.

Ofício do [governador da Paraíba], Fernando Delgado Freire de Castilho, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que incumbiu ao naturalista Manuel de Arruda Câmara fazer uma indagação sobre os diferentes tipos de linhos encontrados na capitania, 31 de Maio de 1801, Conselho Ultramarino, Paraíba, Caixa 37, Doc. 2689. http://resgate.bn.br/docreader/014_PB/24328.

Conselho Ultramarino, Reino

Gusmão, José Mariano Leal da Câmara Rangel de, *Requerimento ao rei [D. João VI] do médico honorário da Câmara Real, José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, solicitando um lugar na Junta da Saúde*, 1819, Conselho Ultramarino, Reino, Cx. 248, Pasta 17.

Ofício do [governador do Reino, secretário da Marinha e Ultramar e dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Resende], para a Junta da Saúde, para que o Dr. José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, por seu merecimento, sirva como membro interino da Junta de Saúde, 1 de Março de 1818, Conselho Ultramarino, Reino, Cx. 161, Pasta 22.

Arquivo Nacional

Secretaria de Estado do Brasil

Castro, Conde de Resende, José Luiz de, *Carta do Conde de Resende, D. José Luiz de Castro ao senhor Luiz Pinto de Souza, propondo o estabelecimento de um jardim botânico no Rio de Janeiro*, 12 de Novembro de 1795, Secretaria de Estado do Brasil, Registro da correspondência do vice reinado para a Corte, 86, fls. 260-262.

Ferraz, Manoel Joaquim de Souza, *Carta do médico Manoel Joaquim de Souza Ferraz para o conde de Resende, D. José Luiz de Castro*, Dezembro de 1795, Secretaria de Estado do Brasil, Registro da correspondência do vice reinado para a Corte, 86, fls. 263r-264v.

Ministério do Reino

Certidão dos bacharéis médicos do Hospital Real de inoculação de bexigas, Fortunato Rafael Amado e Antonio Mendes Franco, relatando os procedimentos e resultados do uso do material contendo pus para inoculação, remetido pelo médico Dr. Francisco Tavares, Primeiro Médico da Câmara Real, 4 de Abril de 1798, Ministério do Reino, Negócios de Portugal, 59, pacotilha 12, fl. 6-7.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria Régia

[*Jacinto José da Silva Quintão*] *Carta de Medicina*, 17 de Março de 1784, Chancelaria Régia, D. Maria I, Livro 23, fl. 131v-132r.

[*José Joaquim de Carvalho*] *Carta de Medicina*, 24 de Setembro de 1792, Chancelaria Régia, D. Maria I, Livro 41, fls. 197v-198r.

[*José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão*] *Carta de Medicina*, 12 de Julho de 1791, Chancelaria Régia, D. Maria I, Livro 23, fls. 351r-351v.

[*Manoel Arruda da Câmara*] *Carta de Medicina*, 25 de Abril de 1792, Chancelaria Régia, D. Maria I, Livro 41, fl. 277v.

[*Manoel Joaquim de Sousa Ferraz*] *Carta de Medicina*, 25 de Abril de 1792, Chancelaria Régia, D. Maria I, Livro 41, fl. 227r.

Ministério do Reino

Brandão, Joaquim Inácio de Seixas, [*Solicita a sua nomeação como Inspector Geral das Águas e Minerais do Reino*], 1786, Ministério do Reino, Maço 776, nº 15. <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=5839234>.

[Dona Maria I, cria a Junta da Real Mesa da Saúde], 1809, Ministério do Reino, mç. 469 (2ª Caixa), doc. 89.

Real Mesa Censória

“Edital de 10 de Julho de 1769”, 1769, Real Mesa Censória, Cx 1.

Registo Geral de Mercês

[José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão] Médico Efetivo da Real Câmara. ANTT, Registo Geral de Mercês, D. João VI, Liv. 22, f. 26v-27r.

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa

Processo de Hipólito José da Costa, 29 de Janeiro de 1803, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 17981.

Processo de José Joaquim de Carvalho, 23 de Setembro de 1794, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 5863.

Arquivo Público Mineiro

Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial)

Azevedo, Faustino José de, *Requerimento do Dr. Faustino José de Azevedo referente à uma carta de sesmaria das terras devolutas situadas no sertão da Paraíba, barra dos rios Paraibuna e Paraíba abaixo, termo de Barbacena*, 18 de Setembro de 1816, SG, Cx. 99, Doc. 65.

Figueiredo, José Bernardo de, *Informação de serviço do Dr José Bernardo de Figueiredo, sobre ter o capitão-mor da vila de São João Del-Rei servido de ouvidor durante o seu impedimento, cumprindo todas as ordens quanto à extração e exportação do salitre para a corte, recomendando o nome de Faustino José de Azevedo*, 29 December 1813, SG, Cx. 89, Doc. 45.

Carta particular da irmã do governador pede que se prenda um escravo fugido de Jacinto José da Silva Quintão, que se acha vagamundo por esta capitania faz uma descrição física do escravo, 20 November 1820, SG, Cx. 118, Doc. 39.

Casa dos Contos

Carta dos officias da câmara da campanha da princesa ao governador dom Manuel de Portugal e castro sobre a averiguação do requerimento do doutor Faustino José de Azevedo em que expoem ser bacharel em filosofia e por isso apto a ocupar o ofício de juiz das sesmarias, 3 December 1814, Cx. 91, Rolo 529.

Arquivo da Universidade de Coimbra

Actas das Congregações da Faculdade de Medicina, 1786, Vol. 1, AUC- IV- 1ºD- 3- 1- 82.

Índice de alunos da Universidade de Coimbra. <http://pesquisa.auc.uc.pt/>.

Biblioteca Pública Municipal do Porto

Brandão, Joaquim Inácio de Seixas, Ode a um arcade de Roma que ia estabelecer uma nova Arcádia no Brasil, Manuscrito nº 1189.

Fundação Biblioteca Nacional

Manuscritos, Casa dos Contos

Azevedo, Faustino José de, Certificado feito por Faustino José de Azevedo informando que José Marcelino do Espírito Santo está apto a prestar o exame da arte da sangria e de tirar dentes, e após responder as perguntas práticas e teóricas desta estará pronto para praticá-la, 3 de Abril de 1804, I-26,36,058. http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=76836.

Azevedo, Faustino José de, Exame de Luis Antonio Gonçalves Feliz declarando-o apto para exercer a arte da medicina, 5 de Abril de 1808, I-27,22,123. http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=78243.

Azevedo, Faustino José de, Recibo referente ao importe da visita trienal de Medicina e Cirurgia entregue por Francisco Velozo Carmo a Faustino José de Azevedo, 24 de Agosto de 1806, I - 10,36,003 nº 039.

http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=71413.

Picanço, José Correia, *[Provisão régia ordenando a Faustino José de Azevedo que entregue todos os emolumentos pertinentes à Real Junta do Proto-Medicato ao cirurgião-mor do Regimento de Cavalaria de Vila Rica, Florêncio Francisco dos Santos Franco, que foi provido na função de Comissário e Delegado da repartição de Cirurgia da capitania de Minas Gerais]*, 31 de Agosto de 1808, I-26,19,042 nº 001. http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=79885.

Silva, Manoel Vieira da, *Alvará regio determinando que Faustino Jose de Azevedo passe todos os anulamentos pertencentes a repartição de medicina a Florencio Francisco dos Santos Franco*, 31 de Agosto de 1808, I-27,22,134. http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=78254.

Manuscritos, Bahia

Carta Regia dirigida a D. Fernando José de Portugal, Governador da Bahia, determinando que seja dada uma pensão anual de quatrocentos mil réis ao naturalista Inacio Ferreira da Camara, para estudar Botânica e dirigir o Jardim Botânico a se erigir nessa Capitania, 28 de Maio de 1799, II-33,29,71. http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=83166.

Museu Paulista

Fundo José Bonifácio

Câmara, Manuel Arruda da, *Carta de Manoel Arruda da Câmara para Fr. José Mariano da Conceição Velloso*, 6 February 1799, Fundo José Bonifácio, Serviço de documentação textual e iconografia, Doc. 275. <http://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/581/ficha/>.

Cartas manuscritas, disponíveis online

Adams, John, "John Adams to John Jay, 5 Nov. 1785", 1785. <http://founders.archives.gov/documents/Adams/99-01-02-0360>.

Barbalho, José Joaquim da Maia e, "To Thomas Jefferson from José da Maia, 2 October 1786", 1786. <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-10-02-0293>.

Barbalho, José Joaquim da Maia e, "To Thomas Jefferson from José da Maia, 5 January 1787", 1787. <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-11-02-0013>.

Barbalho, José Joaquim da Maia e, "To Thomas Jefferson from José da Maia, 21 November 1786", 1786. <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-10-02-0398>.

Franklin, Benjamin; Lee, Arthur; Adams, John; First Joint Commission at Paris, "The Commissioners to the President of the Congress, 7 November 1778", 1778. <http://founders.archives.gov/documents/Adams/06-07-02-0129>.

Humphreys, David, "To George Washington from David Humphreys, 31 January 1794", 1794. <http://founders.archives.gov/documents/Washington/05-15-02-0123>.

Jefferson, Thomas, "From Thomas Jefferson to James Monroe, 28 August 1785", 1785. <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-08-02-0345>.

Jefferson, Thomas, "From Thomas Jefferson to John Adams, 27 November 1785", 1785. <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-09-02-0051>.

Jefferson, Thomas, "From Thomas Jefferson to John Jay, 4 May 1787", 1787. <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-11-02-0322>.

Jefferson, Thomas, "From Thomas Jefferson to José da Maia, 19 March 1787", 1787. <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-11-02-0228>.

Jefferson, Thomas, "From Thomas Jefferson to José da Maia, 26 December 1786", 1786. <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-10-02-0492>.

Jefferson, Thomas, "From Thomas Jefferson to William Short, 4 May 1787", 1787. <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-11-02-0324>.

Jefferson, Thomas, "To George Washington from Thomas Jefferson, 22 July 1790", 1790. <http://founders.archives.gov/documents/Washington/05-06-02-0050>.

Washington, George, "From George Washington to Maria I of Portugal, 11 March 1794", 1794. <http://founders.archives.gov/documents/Washington/05-15-02-0278>.

Impressas

Alvarenga, Manuel Inácio da Silva, *O desertor: Poema heroi-comico*, Coimbra, Na Real Officina de Universidade, 1774.

Anónimo, “Alvará [Dá Regimento ao Provedor-Mor da Saúde]”, in *Legislação Informatizada. Câmara dos Deputados do Brasil*, (Publicação original: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1810, vol. 1, p. 17), 1810.

Anónimo, “Aviso do Conde de Linhares ao Conde de Aguiar sobre as nomeações dos irmãos Arruda Câmara para cargos no Jardim Botânico do Pará e de Pernambuco [26.4.1810]”, in *Flora Fluminensis*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1961, p. 278.

Anónimo, “Inoculation”, in Denis Diderot and Jean le Rond D’Alembert (eds.), *Encyclopédie*, vol. 8, Neuchâtel, Chez Samuel Faulche, 1765, pp. 755–769.

Anónimo, “Les sucs anti-scorbutiques”, in *Pharmacopée du Collège Royal del Médecins de Londres*, vol. 2, Paris, Chez P. Fr. Didot jeune, 1771, pp. 28–32.

Anónimo, “Relação por ordem alfabética dos professores de medicina, e Cirurgia deste Reino de Portugal, e seus dominios, que têm attestado a excelencia da Agoa de Inglaterra da composição do Doutor Jacob de Castro Sarmento”, in *Documentos Regios que authorizão a verdadeira Agoa de Inglaterra da composição do Doutor Jacob de Castro Sarmento, manipulada presentemente por José Joaquim de Castro, na sua Real Fabrica, por decreto de sua Alteza Real o Principe Regente nosso Senhor, com huma Relação dos professores de medicina, e cirurgia deste Reino de Portugal, e seus Dominios, que tem attestado a dita Agoa de Inglaterra*, Lisboa, Na Impressão Regia, 1809, pp. 1–17.

Anónimo, *A comparative view of the natural small-pox, inoculated small-pox, and vaccination in their effects on individuals and society*, Philadelphia, Printed by Jane Aitken, 1803.

Anónimo, *A short essay on the scurvy in which the causes and cure of that disease are briefly stated and demonstrated*, London, printed for A. Dodd, 1714.

Anónimo, *Metodo general de estudios por la Real Universidad de Valladolid*, Valladolid, en la oficina de Thomas de Santander, 1771.

Anónimo, *Plan de estudios de la Real Universidad de Oviedo, mandado obserbar por los señores del Real y Supremo Consejo de Castilla en los doce de abril de mil setecientos setenta y quatro, y Reales Órdenes, en este, y otros asuntos comunicadas*, [Oviedo], En la Imprenta de Francisco Díaz Pedregal, Impresor del Principado de Asturias, y de esta Universidad, 1777.

Anónimo, *Plan de estudios de la Universidad de Salamanca, aprobado por el Consejo*, Madrid, En la Imprenta de Don Antonio de Sancha, 1772.

Anónimo, *Real Cédula de S.M. y Señores del Consejo por la qual se reduce el número de las Universidades literarias del Reyno; se agregan las suprimidas á las que quedan, segun su localidad; y se manda observar en ellas el plan de Estudios aprobado para la de Salamanca, en la forma que se expresa*, Madrid, 1807.

Anónimo, *Real provision de su Magestad, y senores del Consejo por la que se establece el numero de catedras, y el metodo de ensenanzas y estudios que ha de haver desde su publicacion en la Real Universidad de Granada*, Madrid, En la imprenta de Blas Roman, 1776.

Anónimo, *Reales órdenes D.S.M. relativas al restablecimiento y execución del Plan de Estudios del año de 1771 dirigidas a la Universidad de Salamanca, mandadas imprimir por el Claustro pleno celebrado en 25 de noviembre de 1818*, Salamanca, en la oficina de Vallejera, impresor de la Universidad, 1818.

Anónimo, *The new practice of inoculating the small-pox consider'd, and an humble application to the approaching parliament for the regulation of that dangerous experiment*, London, printed for T. Crouch, 1722.

Arbuthnot, John, *An essay concerning the effects of air on human bodies*, London, printed for J. Tonson in the Strand, 1733.

Argis, Boucher d'; Mallet; La Virotte; Alembert, Jean Le Rond d', "Docteur", in Diderot and Jean Le Rond d'Alembert (eds.), *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*, vol. 5, Paris, Chez Briasson; David; Le Breton; Durand, 1755, pp. 4–9.

Assembleia da República (ed.), "Diários das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa", n. 6, 4 February 1822, pp. 74–85.

Assembleia da República (ed.), "Diários das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa", n. 69, 29 de Abril de 1822, pp. 993–1011.

Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, vol. 1, 2nd ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1976.

Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, vol. 10, 2nd ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1983.

Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, vol. 2, 2nd ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1978.

Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, vol. 4, 2nd ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1981.

Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, vol. 5, 2nd ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982.

Azeredo, José Pinto de, *Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola [1799]*, Lisboa, Colibri, 2013.

Balbi, Adriano, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve: comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences*,

des lettres et des beaux-arts parmi les Portugais des deux hémisphères, vol. 2, Paris, Rey et Gravier, 1822.

Barrère, Pierre, *Dissertation sur la cause physique de la couleur des nègres, de la qualité de leurs cheveux, et de la dégénération de l'un et de l'autre*, Paris, chez Pierre-Guillaume Simon, 1741.

Bell, Benjamin, "Of the Hare-Lip", in *A system of surgery*, vol. 4, 6th ed., Edinburgh, Printed for Bell & Bradfute, 1796, pp. 454–481.

Bell, Benjamin, *A System of Surgery*, vol. 4, Edinburgh, Printed for Charles Elliot, 1786.

Bilac, Olavo; Passos, Guimaraens, *Tratado de versificação (A poesia no Brasil – A metrica – Generos litterarios)*, 4th ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1921.

Blair, William, *Essays on the venereal disease and its concomitant affections*, London, Published by J. Johnson; Murray..., 1799.

Bluteau, Rafael, "Mercurio doce", in *Vocabulario portuguez, e latino*, vol. 5, Lisboa, Na officina de Pascoal da Sylva, 1716, pp. 434–435.

Boerhaave, Hermann, *Aphorismos de cirugia*, vol. 1, Madrid, En la Imprenta de Pedro Marin, 1774.

Boissy, Louis de Laus de, *Avis aux meres au sujet de l'inoculation, ou lettre a une dame de province, qui hésitait de faire inoculer ses enfans*, Londres, chez Des Ventes de la Doué, 1775.

Bordeu, Théophile de, *Recherches sur les maladies chroniques, leurs rapports avec les maladies aiguës, leurs périodes, leur nature, et sur la manière dont on les traite aux eaux minérales de Barèges et des autres sources de l'Aquitaine*, vol. 1, Paris, Ruault, 1775.

Bradley, Henry, *A treatise on mercury, shewing the danger of taking it crude for all manner of disorders, after the present fashion, from its nature, its manner of operating in the human body, and facts*, London, Printed for J. Roberts, 1733.

Brady, Samuel, *Some remarks upon Dr. Wagstaffe's Letter, and Mr. Massey's Sermon against inoculating the small-pox with an account of the inoculation of several children; and some reasons for the safety and security of that practice*, London, printed for John Clark, 1722.

Brandão, Joaquim Inácio de Seixas, "Catalogo das plantas, que nesta primavera de 1780 observámos no sitio dos banhos das Caldas da Rainha, e sua immediação", in *Memorias dos annos de 1775, a 1780 para servirem de historia á analysi, e virtudes das agoas thermaes da villa das Caldas da Rainha*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1781.

Brandão, Joaquim Inácio de Seixas, “Soneto”, in *O Uruguay: poema*, Nova Ed., Rio de Janeiro, na Impressão Regia, 1811, p. 89.

Buffon, Georges Louis Leclerc, Conde de, “Sur la couleur des Nègres”, in *Histoire naturelle générale et particulière : avec la description du Cabinet du Roy*, vol. Suplemento, Tomo 4, Paris, De l’Imprimerie Royale, 1777, pp. 502–505.

Buffon, Georges Louis Leclerc, Conde de, “Variétés dans l’espèce humaine”, in *Histoire naturelle générale et particulière : avec la description du Cabinet du Roy*, vol. 3, Paris, De l’Imprimerie Royale, 1749, pp. 371–530.

Bureau, James, *An essay on the erysipelas, or that disorder commonly called St. Anthony’s fire*, London, Printed for J. Johnson, No 72, St. Paul’s Church Yard, 1777.

Câmara, Manuel Arruda da, “Museu Bocage, Carta de Manuel Arruda da Câmara para Vandelli, Pirauhá (Pernambuco), 11-XII-1797”, in *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808), and the Role of Lisbon in the Intellectual-Scientific Community of the Late Eighteenth Century*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983, p. 173.

Câmara, Manuel Arruda da, *Disquisitiones quædam physiologico-chemicæ de influentia oxygenii in œconomia animali, principue in calore et colore hominum*, Monspelii [Montpellier], Apud Joannem Martel, 1791.

Caradeuc de La Chalotais, Louis-René de, *Essai d’éducation nationale ou Plan d’études pour la jeunesse*, Genève, Chez Cl. & Ant. Philibert, 1763.

Carneiro, Heliodoro Jacinto de Araújo, *Reflexoens, e observaçoens, sobre a pratica da inoculação da vaccina, e as suas funestas consequencias: feitas em Inglaterra*, Londres, Na Impresao de Mr. Cox, Filho, e Baylis, 1808.

Carpentier, *Nouveau plan d’éducation pour former des hommes instruits et des citoyens utiles*, Paris, Chez l’auteur, 1775.

Carvalho, Ovidio Saraiva de, *Accusacao feita no conselho dos juizes de facto contra Rafael Vacca e sustentada por Joao Francisco Madureira Pará*, Rio de Janeiro, Typographia da Astréa, 1829.

Castro, André Lopes de, *Aviso ao público a respeito da Agoa de Inglaterra*, Lisboa, Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1779.

Castro, José Joaquim de, *Aviso ao público [acerca do fabrico da Agua de Inglaterra]*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, [18??].

Chaptal, Jean-Antoine, “Des principes colorans”, in *Éléments de chimie*, vol. 3, 3 vols., 1st ed., Montpellier, De l’imprimerie de Jean-François Picot, 1790, pp. 135–153.

Claiborne, John, *An inaugural essay on scurvy*, Tese de Doutorado, Philadelphia, University of Pennsylvania, 1798.

Constâncio, Francisco Solano, *An appeal to the gentlemen studying medicine at the University of Edinburgh*, 2nd ed., London, Printed for Mudie and Murray ... and J. Callow, 1797.

Crevier, Jean-Baptiste-Louis, *De l'éducation publique*, Amsterdam, 1762.

D'Alembert, Jean le Rond, “[De l'inoculation]: Sur deux mémoires de D'Alembert: l'un concernant le calcul des probabilités, l'autre l'inoculation (1761)”, in Jules Assézat and Maurice Tourneux (eds.), *Oeuvres complètes de Diderot: revues sur les éditions originales*, vol. 9, 20 vols., Paris, Garnier frères, 1875, pp. 192–212.

Dazille, Jean Barthélemy, *Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir*, Lisboa, Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

Dazille, Jean Barthélemy, *Observations sur les maladies des negres: leurs causes, leurs traitemens et les moyens de les prévenir*, Paris, Didot le jeune, 1776.

Debret, Jean Baptiste, “Boutique de barbiers”, in *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, vol. 2, 3 vols., Paris, Firmin Didot Frères, 1835.

Debret, Jean Baptiste, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, vol. 2, 3 vols., Paris, Firmin Didot Frères, 1835.

Devienne, Jean Baptiste d'Agneaux, *Plan d'éducation, et les moyens de l'exécuter*, 2nd ed., Londres, 1775.

Diderot, Denis, “Plan d'une Université pour le gouvernement de Russie: ou d'une éducation publique dans toutes les sciences”, in Jules Assézat and Maurice Tourneux (eds.), *Oeuvres complètes de Diderot: revues sur les éditions originales*, vol. 3, 20 vols., Paris, Garnier frères, 1875, pp. 409–546.

Dimsdale, Thomas, *Methodo actual de inocular as bexigas. Com experiencias que provaõ a utilidade da sua applicaçã ao tratamento das bexigas naturaes, e algumas observaçoens, que atestaõ as suas vantagens*, Porto, na Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro, 1793.

Dionis, Pierre, *Cours d'operations de chirurgie, démontrées au Jardin royal*, 5th ed., Paris, De l'Imprimerie de La Veuve de Charles-Maurice d'Houry, 1757.

Dom José I, *Alvará de 20 de Abril de 1775 [Estabelece a reforma Pombalina do Regimento do Hospital]*, 20 de Abril de 1775, Museu do Hospital e das Caldas, MHC/HDL/A01-XII.

Dorsey, John Syng, "Of the Mal-formations: Of hare-lip", in *Elements of surgery: for the use of students*, vol. 2, 2nd ed., Philadelphia, Published by Edward & Richard Parker and Benjamin Warner, 1818, pp. 432–435.

Dorsey, John Syng, *Elements of surgery: for the use of students*, vol. 1, 2nd ed., Philadelphia, Published by Edward & Richard Parker and Benjamin Warner, 1818.

Dorthe, Jacobus-Anselmus, *Quaestiones medicae duodecim*, Monspelii [Montpellier], Ex typis Josephi-Francisci Tournel, 1790.

Douglass, William, *The abuses and scandals of some late pamphlets in favour of inoculation of the small pox, modestly obviated, and inoculation further consider'd in a letter to A- S- M.D. & F.R.S. in London*, Boston, Printed and sold by J. Franklin, 1722.

Dr. Collins, *Practical rules for the management and medical treatment of negro slaves, in the sugar colonies*, London, Printed by J. Barfield, Wardour Street, printer to His Royal Highness the Prince of Wales, for Vernor and Hood, in the Poultry, 1803.

Dupont, *Avis au public sur la vaccine*, Bordeaux, Imp. Lawalle jeune, 1815.

Dutens, Louis, *De l'église du Pape, de quelques points de controverse, et des moyens de réunion entre toutes les Eglises Chrétiennes*, Genève, Chez Barthelemi Chyrol, 1781.

Espanha (pseud.), José de Aragão, *Dialogo Critico: Interlocutores Manoel Jaques Fixi, Luiz Ozorio, e Bernardo de Vasconcellos Chyrne, Cirurgioens assistentes nesta Cidade: Apologia Critica ao Tratado do Escorbuto, ou mal de Loanda do Livro intitulado, Relação Cyrurgica, e Medica composto por Joaõ Cardoso de Miranda*, Lisboa, na Officina Novissima, 1751.

Estatutos da Real Academia Medico-Portopolitana, Porto, 1749.

Estatutos da Uniuersidade de Coimbra: confirmados por el Rey nosso Snor Dom loao o 4º em o anno de 1653, Coimbra, na officina de Thome Carvalho, 1654.

Falck, Nikolai Detlef, *A Treatise on the Medical Qualities of Mercury*, London, Printed for B. Law, 1776.

Falck, Nikolai Detlef, *A Treatise on the Venereal Disease*, London, Printed for B. Law, S. Crowder, E. and C. Dilly, B. Baldwin, G. Robinson, and T. Evan, 1774.

Félice, Fortuné Barthélemy de; Diderot, Denis, *Encyclopedie ou dictionnaire universel raisonne des connoissances humaines mis en ordre par M. De Felice*, vol. 32, 1774.

Fermin, Philippe, *Description générale, historique, géographique et physique de la colonie de Surinam: contenant ce qu'il y a de plus curieux & de plus remarquable, touchant sa situation, ses rivieres, ses forteresses; son gouvernement & sa police; avec les mœurs & les usages de habitants naturels du país, & des Européens qui y*

sont établis; ainsi que des éclaircissements sur l'œconomie générale des esclaves negres, sur les plantations & leurs produits, les arbres fruitiers, les plantes médicinales, & toutes les diverses especes d'animaux qu'on trouve, &c. Enrichie des figures, & d'une carte topographique du país, 2 vols., Amsterdam, chez E. van Harrevelt, 1769.

Fermin, Philippe, *Traité des maladies les plus fréquentes à Surinam, et des remedes les plus propres à les guérir: Suivi d'une Dissertation sur le fameux crapaud de Surinam, nommé Pipa, & sur sa génération en particulier, avec figures en taille-douce*, Maestricht, Chez Jacques Lekens libraire, 1764.

Ferraz, Manoel Joaquim de Souza, "Discurso preliminar do tradutor", in *Methodo actual de inocular as bexigas. Com experiencias que provaõ a utilidade da sua applicaçõ ao tratamento das bexigas naturaes, e algumas observaçoens, que attestaõ as suas vantagens*, Porto, na Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro, 1793.

Ferreira, Alexandre Rodrigues, in Angela Pôrto (ed.), *Enfermidades endêmicas da Capitania de Mato Grosso: a memória de Alexandre Rodrigues Ferreira*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2008.

Ferreira, Luís Gomes, "Erário Mineral", in Júnia Ferreira Furtado (ed.), Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2002.

Fleury, Nicolas Marie de, *Projet d'une école gratuite de sciences pour toutes les provinces du royaume où tous les citoyens, de quelque ordre qu'ils soient, trouveroient les secours de l'éducation*, 1761.

Fourcroy, Antoine-François de, "Dragées de Keyser", in Par une société de Médecins (ed.), *Encyclopédie Méthodique. Médecine*, vol. 5, Paris, Chez Panckoucke, 1792, p. 530.

Fourcroy, Antoine-François de, *Rapport et projet de décret sur l'établissement d'une école centrale de Santé à Paris, fait à la Convention Nationale, au nom des Comités de Salut Public et d'Instruction Publique*, Paris, L'Imprimerie nationale, 1794.

Fourcroy, Antoine-François de, *Rapport et projet de décret sur l'enseignement libre des sciences & des arts*, Paris, De l'Imprimerie nationale, 1793.

Fourcroy, Antoine, "Décret portant qu'il sera établi à Paris, à Montpellier et à Strasbourg, des écoles destinées à former des officiers de santé", in Jean Baptiste Duvergier (ed.), *Collection complète des lois, décrets, ordonnances, réglemens, avis du conseil d'État*, vol. 7, Paris, Chez A. Guyot et Scribe, 1834.

Franco, Francisco de Mello, *Reino da estupidez: poema*, Paris, Na officina de A. Bobée, 1818.

Gandoger de Foigny, Pierre-Louis, *Traité pratique de l'inoculation: dans lequel on expose les règles de conduite relatives au choix de la saison propre à cette opération;*

de l'âge & de la constitution du sujet à inoculer; de la préparation qui lui convient; de l'espèce de méthode qui doit être préférée; & du traitement de la maladie communiquée par l'insertion, Nancy; Paris, Chez J. B. Hiacinthe Leclerc; Chez J. Merlin, 1768.

Gardanne, Joseph-Jacques, *Memoire sur l'insuffisance et le danger des lavemens antivénériens: pour faire suite aux recherches sur les différentes manieres de traiter les maladies vénériennes*, Londres, 1770.

Gardanne, Joseph-Jacques, *Methodo seguro e facil de curar o galico, composto por J. J. Gardane, Doutor Regente da Faculdade de Medecina de Paris... Traduzido em vulgar para servir de suplemento ao Avizo ao Povo do Doutor Tissot, e à Doutrina das enfermidades venereas do Doutor Plenck*, Lisboa, na Offic. de Antonio Gomes, 1791.

Gomes, Bernardino António, *Ensaio dermosographico ou Succinta e systematica descripção das doenças cutaneas, conforme os principios e observações dos doutores Willan, e Bateman, com indicação dos respectivos remedios aconselhados por estes celebres authores, e alguns outros*, Lisboa, Na typografia da mesma Academia, 1820.

Guillemeau, Jacques, *Operations on the cheek and for harelip, and instruments*, Dordrecht, I. Canin, 1597.

Guillotín, Joseph Ignace, *Projet de décret sur l'enseignement et l'exercice de l'art de guérir: présenté au nom du Comité de salubrité*, Paris, De l'Imprimerie nationale, 1791.

Gusmão, José Mariano Leal da Camara Rangel de, *Additamento ao aviso ao publico sobre o uso dos balsamos, ou elixires, ou tambem dos oleos*, Lisboa, Impressão Régia, 1833.

Gusmão, José Mariano Leal da Câmara Rangel de, *Aviso ao publico ou resumo das verdades mais interessantes que elle deve conhecer ácerca da epidemia que actualmente grassa em Portugal*, Lisboa, Impressão Régia, 1833.

Gusmão, José Mariano Leal da Câmara Rangel de, *Propositiones non-nullae circa erysipelas endemicè apud Brasiliensis Regnans*, Monspeli [Montpellier], Ex typis Josephi-Francisci Tournel, 1790.

Guyton de Morveau, Louis-Bernard, *Mémoire sur l'éducation publique: avec le prospectus d'un collège*, 1764.

Henriques, Francisco da Fonseca, *Medicina Lusitana, soccorro Delphico, a os clamores da natureza humana...*, Amsterdam, em casa de Miguel de Diaz, 1731.

Hooker, William Jackson, *The Journal of Botany: Containing figures and descriptions of such plants as recommend themselves by their novelty, rarity, or history, or by the uses to which they are applied in the arts, in medicine, and in domestic œconomy;*

together with occasional botanical notices and information, vol. 4, London, Longman, Orme & Co., and William Pamplin, 1842.

Hoppius, Christianus Emmanuel, "Anthropomorpha [Upsaliæ, 06.09.1760]", in Carl von Linné (ed.), *Amoenitates academicæ, seu, Dissertationes variae physicae, medicae, botanicae*, vol. 6, Holmiae [Estocolmo], Sumtu et literis direct Laurentii Salvii, 1763, pp. 63–76.

Horne, Jacques de, "Antivénériens (Remèdes)", in Par une société de Médecins (ed.), *Encyclopédie Méthodique. Médecine*, vol. 3, Paris, Chez Panckoucke, 1790, pp. 104–133.

Hunter, John, *A Treatise on the Venereal Disease*, London, Sold at No. 13, Castle-Street, 1786.

James, Robert, "Sedantia", in *Dictionnaire universel de Medecine, de Chirurgie, de Chymie, de Botanique, d'Anatomie, de Pharmacie, d'Histoire Naturelle etc.*, vol. 5, Paris, Chez Briasson, David l'aîne, Durand, 1748, pp. 1457–1460.

Jefferson, Thomas, *Notes on the state of Virginia*, 1st ed., Paris, 1785.

Jenner, Edward, *An inquiry into the causes and effects of the variolæ vacinæ, a disease discovered in some of the western counties of England, particularly Gloucestershire, and know by the name of the Cow Pox*, London, Printed for the author, 1798.

Junta de Providência Literária, *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 3 vols., Lisboa, Regia Officina Typografica, 1772.

Koster, Henry, *Travels in Brazil*, London, Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1816.

L'Haridon, F. E., *Avis aux dames françaises sur l'inoculation de leurs enfants*, Paris, Gabon, 1801.

La Condamine, Charles-Marie de, *Lettre critique sur l'éducation*, Paris, Prault père, 1751.

La Roche, Daniel de, *Avis aux pères et mères sur l'inoculation de la petite vérole*, Paris, chez l'auteur, Fuchs, Croullebois, 1786.

Latta, James, "Of erysipelas", in *A Practical System of Surgery*, vol. 1, 3 vols., Edinburgh, G. Mudie, J. Elder, A. Guthrie, and J. & J. Fairbairn, J. Murray, and Ogilvie & Spiere, London, 1793, pp. 124–138.

Lavoisier, Antoine Laurent; Laplace, Pierre-Simon, "Mémoire sur la chaleur [1780/1783]", in *Oeuvres de Lavoisier: Mémoires de chimie et de physique*, vol. 2, Paris, Imprimerie Impériale, 1862, pp. 283–333.

Lavoisier, Antoine-Laurent de, *Traité élémentaire de chimie, présenté dans un ordre nouveau, et d'après les découvertes modernes* [1789], vol. 1, 2nd ed., Paris, Chez Cuchet, 1793.

Leake, John, *A dissertation on the properties and efficacy of the Lisbon Diet-Drink; a medicine, for many years, successfully used in Portugal, in the cure of the venereal disease and scurvy. In which, its comparative excellence with mercury and guaiacum is considered, and the particular cases are pointed out, where it justly claims the preference to both. Together with Reflections on the improper use of mercury, and the manner of its action on the solids and fluids*, London, printed for J. Clarke, under the Royal-Exchange, Cornhill; H. S. Cox, in Paternoster-Row; and R. Dodsley, in Pall-Mall, 1757.

Leitão, Manoel José, *Tratado completo de anatomia, e cirurgia con hum rezumo da historia de anatomia, e cirurgia, seus progressos, e estado della em Portugal*, vol. IV, Lisboa, na Offic. da Academia Real das Scienc., 1788.

Lemercier de La Rivière, Pierre-Paul, *De l'instruction publique; ou Considérations morales et politiques sur la nécessité, la nature et la source de cette instruction. Ouvrage demandé pour le Roi de Suède*, Stockholm, Didot l'Ainé [Paris], 1775.

Lemos, Dom Francisco de, *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra desde o principio da nova reforma até o mez de Setembro de 1777*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894.

Lépine, "Tableau des Maladies vues à Aix par le docteur Lépine, en 1787", in *Recueil des actes de la société de santé de Lyon: depuis l'an premier jusqu'à l'an neuf de la République, ou mémoires et observations sur divers objets de chirurgie, de médecine et d'histoire naturelle*, vol. 2, Lyon, Chez Reymann et Cie, 1801, pp. 246–247.

Lima, Manoel Gomes de, *Memorias chronologicas e criticas para a historia da cirurgia moderna ou Noticia dos principaes progressos, revoluçoens, descobrimentos, seytas, privilegios, Academias, obras impressas, e varoens famosos da cirurgia, desde a conquista de Constantinopla pelos turcos, ate o tempo prezente*, Porto, na Of. Episc. do Capitaõ Manoel Pedroso Coimbra, 1762.

Lind, James, *A treatise of the scurvy. In three parts. Containing an inquiry into the nature, causes, and cure, of that disease. Together with a critical and chronological view of what has been published on the subject*, 1st ed., Edinburgh, printed by Sands, Murray, and Cochran. For A. Kincaid & A. Donaldson, 1753.

Louis XIV (1638 – 1715), *Edit du Roy, portant Reglement pour l'étude & l'exercice de la Medecine: Donné à Marly, au mois de Mars 1707. Registré en Parlement le 18 Mars 1707*, Paris, chez la veuve François Muguet, et Hubert Muguet, 1707.

MacBride, David, *An historical account of a new method of treating the scurvy, at sea containing ten cases which shew that this destructive disease may be easily and*

effectually cured, without the aid of fresh vegetable diet, London; Dublin, re-printed by W.G. Jones, for Thomas Ewing, 1767.

Macedo, Joaquim José da Costa de, *Discurso lido em 22 de janeiro de 1843 na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Na typografia da mesma Academia, 1843.

Maitland, Charles, *A letter to the Reverend Mr. Massey, occasion'd by his late wonderful sermon against inoculation*, London, Printed for J. Roberts, 1722.

Marques, José, *Nouveau dictionnaire des langues françoise et portugaise*, vol. 1, 3rd ed., Lisbonne, Imprimerie royale, 1775.

Martins, Joaquim Dias, *Os mártires pernambucanos: victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*, Typ. de F C. de Lemos e Silva, 1853.

Martius, Karl Friedrich Philipp von, *Herbarium florae Brasiliensis: plantae Brasilienses exsiccatae, quas denominatas, partim diagnosi aut observationibus instructas botanophilis*, Monachii [Munich], 1837.

Massey, Edmund, *A letter to Mr. Maitland, In vindication of the Sermon against inoculation*, London, printed for W. Meadows, 1722.

Mathias, *De l'enseignement public*, Paris, Couturier, 1776.

Mayáns y Siscar, Gregorio, *El mundo engañado de los falsos medicos*, Valencia, Con licencia, em Val. por Ant[onio] Bordazar, 1729.

Mead, Richard, "The leprosy", in *Medica sacra; or, a commentary on the most remarkable diseases, mentioned in the Holy Scriptures*, London, printed for J. Brindley, 1755, pp. 12–27.

Mendes, José António, *Governo de Mineiros mui necessario para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez, e mais legoas, padecendo por esta cauza os seus domesticos e escravos queixas, que pela dilaçam dos remedios se fazem incuraveis, e as mais das vezes mortaes: offerecido ao Senhor Coronel Antonio Soares Brandaõ, cirurgia da Camera de sua magestade*, Lisboa, Offic. de António Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Meza Censoria, 1770.

Mesmer, Franz Anton, *Lettres sur l'origine de la petite vérole*, Paris, Imp. des Sciences et Arts, 1800.

Mettrie, Julien O. de La, *La faculté vengée, comédie en 3 actes*, Paris, Quillau, 1747.

Mettrie, Julien O. de La, *Ouvrage de Pénélope, ou Machiavel en Médecine*, vol. 2, 3 vols., Genève, Chez les hér. de Cramer & P. Philibert, 1748.

Miranda, João Cardoso de, *Relação cirurgica, e médica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo methodo para curar a infecção escorbútica, ou mal de Loanda, e todos os seus productos, fazendo para isso manifestos dous especificos, e muy particulares remedios*, Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues, impressor do eminentissimo senhor Cardeal Patriarca, 1747.

Nares, Robert, "Aqua-vitae", in *A glossary; or collection of words, phrases, names and allusions to customs, proverbs, etc.*, vol. 1, London, John Russell Smith, 1859, p. 30.

Northcote, William, *The Marine Practice of Physic and Surgery: Including that in the Hot Countries, Particulary Useful to All who Visit the East and West Indies, Or the Coast of Africa, to which is Added Pharmacopoeia Marina*, vol. 1, 2 vols., London, W. and J. Richardson, 1770.

Nuñez, Lorenzo Sanchez, *Diccionario de fiebres esenciales: compuesto y traducido del artículo fiebres y otros varios contenidos en el Diccionario de Ciencias Medicas, que actualmente está formando en París una grande sociedad de sabios*, Madrid, Imprenta de Repullés, 1819.

Olavide, Pablo de, "Su progresso en el reinado de Cárlos III: Real cédula de erección de la Universidad de Sevilla, siendo asistente Olavide", in Pedro de Urquinaona (ed.), *La España bajo el poder arbitrario de la Congregacion Apostólica*, 2nd ed., Paris, Librería Europea de Baudry, 1833, pp. 145–175.

Par une société de gens de lettres; Chamfort, Sébastien-Roch-Nicolas de; Guyot, Pierre-Jean-Jacques-Guillaume, "Cinabre", in *Le grand vocabulaire françois*, vol. 5, Paris, Chez C. Panekoucke, 1768, pp. 592–593.

Perez Calama, José, *Apendice al Plan de estudios para la Real Universidad de Quito... Parte Segunda*, Quito, En la Imprenta de Raymundo de Salazar, 1791.

Perez Calama, José, *Bosquejo del modo facil; sólido, util, y agradable con que conviene establecer las sabinas, o conclusiones en la Real Universidad; y en los Colegios de San Luis y San Fernando...*, Quito, Imprenta de Raymundo de Salazar, 1791.

Perez Calama, José, *Plan de estudios de la Real Universidad de Santo Tomas de Quito*, Quito, [En la Imprenta de Raymundo de Salazar], 1791.

Perez Calama, José, *Tercera parte del plan de estudios de la R[ea]l Universidad de Quito*, Quito, En la Imprenta de Raymundo de Salazar, 1792.

[Pesselier, Charles-Etienne], *Lettres sur l'éducation*, Paris, J.-B. Bauche, 1762.

Pinheiro, Joaquim Caetano Fernandes, *Estudos históricos*, vol. 2, 2 vols., Rio de Janeiro, B.-L. Garnier, 1876.

Plenck, Joseph Jacob, *Methodo novo, e facil de applicar o mercurio nas enfermidades venereas: com huma hypothese nova da acção do mesmo mercurio nas vias salivares*, Lisboa, Na Of. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1785.

Poissonnier-Desperrières, Antoine, *Traité des fièvres de l'isle de St.-Domingue, avec un mémoire sur les avantages qu'il y auroit à changer la nourriture des gens de mer*, A Paris, De l'Imprimerie royale, 1780.

Proença, Martinho de Mendonça de Pina e, *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

Quincy, John, "Succi anti-scorbutici", in *Pharmacopœia officinalis & extemporanea. Or, a Complete English dispensatory*, 12th ed., London, Printed for Thomas Longman, 1742, pp. 593–594.

Renauldin, Léopold Joseph, *Dissertation sur l'Erysipèle*, Paris, Chez Gabon, 1802.

Rush, Benjamin, "Free thoughts upon the cause and cure of the pulmonary consumption", in *Medical inquiries and observations*, Philadelphia, Printed and sold by Prichard & Hall, 1789, pp. 137–149.

Salberg, Johannes, "Fructus esculenti [Upsaliæ, 02.06.1763]", in Carl von Linné (ed.), *Amoenitates academicæ, seu, Dissertationes variae physicae, medicae, botanicae*, vol. 6, Holmiae [Estocolmo], Sumtu et literis direct Laurentii Salvii, 1763, pp. 342–364.

Sanches, António Nunes Ribeiro, *Cartas sobre a educação da mocidade [1760]*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, (Biblioteca do século XVIII, 2).

Sanches, António Nunes Ribeiro, *Método para aprender a estudar Medicina, illustrado com os apontamentos para estabelecerse huma universidade real naqual deviam aprender-se as sciencias humanas de que necessita o estado civil e politico [1763]*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2003.

Sanches, António Nunes Ribeiro, *Tratado da conservaçam da saude dos povos: obra util, e igualmente necessaria aos magistrados, capitaens generaes, capitaens de mar, e guerra, prelados, abbadessas, medicos, e paysdefamilias...*, Lisboa, Na officina de Joseph Filippe, 1757.

Sarmiento, Jacob de Castro, *A dissertation on the method of inoculating the small-pox with critical remarks on the several authors who have treated of this disease*, [London], Printed for T. Bickerton at the Crown in Pater-Noster-Row, 1721.

Sarmiento, Jacob de Castro, *Materia medica physico-historico-mechanica, reyno mineral. A que se ajuntam, os principaes remedios do presente estado da Materia medica; como sangria, sanguesugas, ventosas sarjadas, emeticos, purgantes, vesicatorios, diureticos, sudorificos, ptyalismicos, opiados, quina quina, e, em*

especial, as minhas agoas de Inglaterra. Como tambem, huma Dissertaçam latina sobre a inoculaçam das bexigas, vol. Parte I, Londres, s.n., 1736.

Semedo, João Curvo, *Polyanthea medicinal: noticias galenicis e chymicas*, Lisboa Occidental, na officina de Antonio Pedrozo Galram, 1727.

Semedo, João Curvo, *Polyanthea medicinal: noticias galenicis e chymicas*, Lisboa Occidental, na officina de Antonio Pedrozo Galram, 1704.

Setabense, Francisco Rubio, *Medicina Hippocratica ó Arte de conocer y curar las enfermedades por reglas de observacion y experiencia: resumen general, facil y breve*, Madrid, En la imprenta Real de la Gazeta, 1774.

Shannon, R., *Practical observations on the operation and effects of certain medicines, in the prevention and cure of diseases to which Europeans are subject in hot climates, and in these kingdoms; particularly those of the liver, flux, and yellow fever: applicable also to the prevention and cure of the scurvy. Written in a familiar style. Recommended to the perusal of every person going to sea, and residing abroad. To which are added, plain directions for private use in the absence of a Physician; and Observations on the diseases and diet of Negroes*, London, printed for the author; and sold by Vernor and Hood, Birch Lane, Cornhill, 1794.

Short, Thomas, *Medicina Britannica: or A treatise on such physical plants, as are generally to be found in the fields or gardens in Great-Britain*, 3rd ed., Philadelphia, Re-printed, and sold by B. Franklin, and D. Hall, 1751.

Silva [1º Barão de Alvaíazere], Manoel Vieira da, *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1808.

Silva, Inácio Accioli de Cerqueira e, *Memórias históricas, e políticas de provincia da Bahia*, vol. 1, Bahia, Typ. do Correio mercantil, de Précourt, 1835.

Silva, Joaquim Norberto de Souza e, *Modulaçoens poeticas: precedidas de um bosquejo da historia da poesia brasileira*, Rio de Janeiro, Typographia Franceza, 1841.

Smith, Adam, *An inquiry into the nature and causes of the Wealth of Nations*, vol. 3, 3 vols., Edinburgh, Stirling and Slade, 1819.

Smith, Baxter Perry, *The History of Dartmouth College*, Boston; Cambridge, Houghton, Osgood and Company; The University Press, 1878.

Société de Médecine de Bordeaux, *Avis de la Société de Médecine de Bordeaux sur la vaccine*, Bordeaux, Lawalle jeune, 1807.

Sousa, Sebastião Leite de Faria e, *Luz de comadres ou parteyras: breve tratado de como se deve acodir aos partos perigozos, e o que devem fazer as mulheres pejadas*

para terem bons partos, e o que devem fazer as mulheres peçadas para terem bons partos, e como se haõ de tratar, e pensar as crianças. E como haõ de curar a madre quando sahe fóra, ou aboca, Lisboa, na officina de Pedro Ferreyra, 1725.

Sparham, Legard, *Reasons against the practice of inoculating the small-pox. As also a brief account of the operation of this poison, infused after this manner into a wound*, London, Printed for Benj. and Sam. Tooke, 1722.

Sue [le Jeune], Pierre, *Dictionnaire Portatif Chirurgie, ou Tome III du Dictionnaire de Santé*, vol. 3, 3rd ed., Rouen, Chez la veuve de Pierre du Mesnil, 1788.

Tavares, Francisco, *Pharmacopeia geral para o reino, e dominios de Portugal*, vol. 2, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1794.

Tavares, Francisco, *Resultado das observações feitas no Hospital Real da inóculacão das bexigas nos anos de 1796, 1797 e 1798 pelos medicos do mesmo hospital*, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1799.

Thouret, [Michel-Augustin], “Alkalescence (Médecine pratique)”, in Par une société de Médecins (ed.), *Encyclopédie Méthodique. Médecine*, vol. 2, Paris, Chez Panckoucke, 1790, pp. 3–7.

Tissot, Samuel Auguste André David, *Avis au peuple sur sa santé*, Lausanne, De l’Imprimerie de J. Zimmerli aux dépends de François Grasset, 1761.

Tissot, Samuel Auguste André David, *Aviso al pueblo acerca de su salud, ó Tratado de las enfermedades mas frequentes de las gentes del campo*, 5th ed., Madrid, en la imprenta de Pedro Marin, 1790.

Tissot, Samuel Auguste André David, *Aviso ao povo ácerca da sua saúde [...] accrescentado com notas, illustrações, e hum tratado das enfermidades mais frequentes, tanto internas, como externas, de que não tratou Mr. Tissot na referida obra por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, medico*, vol. 1, Lisboa, na Offic. de Filippe da Silva e Azevedo, 1786.

Tissot, Samuel Auguste André David, *Aviso ao povo ácerca da sua saude ou Tratado das enfermidades mais frequentes, tanto internas, como externas, de que não tratou Monsieur Tissot no seu Aviso ao Povo*, vol. 3, Lisboa, Officina Morazziana, 1787.

Tollenare, Louis François de, *Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*, vol. 2, 3 vols., Paris, Presse Universitaire de France; Fondation Calouste Gulbenkian, 1972.

Tronchin, Théodore, “Inoculation”, in Denis Diderot and Jean le Rond D’Alembert (eds.), *Encyclopédie*, vol. 8, Neuchâtel, Chez Samuel Faulche, 1765, pp. 769–771.

Trotter, Thomas, *Observations on the scurvy with a review of the theories lately advanced on that disease; and the opinions of Dr Milman refuted from practice*, Edinburgh, printed for Charles Elliott; and G.G.J. and J. Robinson, London, 1786.

Valmont de Bomare, Jacques-Christophe, "Homme", in *Dictionnaire raisonné universel d'histoire naturelle: contenant l'histoire des animaux, des végétaux et des minéraux, et celle des corps célestes, des météores, & des autres principaux phénomènes de la nature*, vol. 3, Paris, Chez Didot, Musier, De Hansy, Panckoucke, 1764, pp. 27–80.

Vandelli, Domingos, "Memória sobre a Faculdade Filosófica da Universidade de Coimbra [1791?]", in José Vicente Serrão (ed.), *Aritmética política, economia e finanças, 1770-1804*, Lisboa, Banco de Portugal, 1994, (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 8), pp. 101–106.

Vandelli, Domingos, "Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, e depois nos seus domínios [1796]", in José Vicente Serrão (ed.), *Aritmética política, economia e finanças, 1770-1804*, Lisboa, Banco de Portugal, 1994, (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 8), pp. 21–23.

Verney, Luís António, *Verdadeiro metodo de estudar: para ser util à Republica, e à Igreja proporcionado ao estilo, e necesidade de Portugal*, vol. 2, 2 vols., Valensa [Nápoles], Na oficina de Antonio Balle [Genaro e Vincenzo Muzio], 1746.

Vicq-d'Azyr, Félix, *Nouveau plan de constitution pour la médecine en France*, Paris, 1790.

Vidal, Domènec, "De la erisipela", in *Tratado patologico teorico-practico de los tumores humorales*, Barcelona, por Carlos Gibert y Tutó, 1782, pp. 51–57.

Villas-Boas, Custódio Gomes de (ed.), "Lista das pessoas de que se compõe a Academia Real das Sciencias; em Janeiro de 1791", in *Ephemerides nauticas, ou Diario astronomico para o anno de 1792*, Lisboa, Na Officina da mesma Academia Real, 1791.

Villava, Victoriano de, *Apuntes para un reforma de España, sin trastorno del gobierno monarquico, ni la religion*, Buenos Aires, Imprenta de Alvarez, 1822.

Villaverde, Francisco, "Del labio leporino, ó pico de liebre", in *Operaciones de cirugia: según la más selecta doctrina de antiguos, y modernos, dispuestas para uso de los Reales Colegios*, vol. 2, Madrid, por la viuda de Ibarra, hijos y compañía, 1788, pp. 87–93.

Wagstaffe, William, *A letter to Dr. Freind shewing the danger and uncertainty of inoculating the small pox*, London, printed for Samuel Butler, 1722.

Walsh, Robert, *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, vol. 1, 2 vols., London, Frederick Westley and A. H. Davis, 1830.

Williams, John, *Several arguments proving that inoculating the small pox is not contained in the law of physick, either natural or Divine, and therefore unlawful*, 2nd ed., Boston, Printed and sold by J. Franklin, 1721.

Wiseman, Richard, "Erysipelas", in Samuel Johnson (ed.), *A dictionary of the English language: in which the words are deduced from their originals, and illustrated in their different significations by examples from the best writers. To which are prefixed, a history of the language, and an English grammar*, 8th ed., London, Printed for Harrison and Co., 1799, p. [719].

Periódicas

Academia das Ciências de Lisboa (ed.), "Lista dos sócios da Academia Real das Sciencias, pela ordem da antiguidade nas suas respectivas classes, em 20 d'Agosto de 1834", in *Boletim da segunda classe: Actas e pareceres. Estudos, documentos e noticias (1916-1917)*, vol. 11, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918.

Allemão, Francisco Freire, "Vicentia acuminata", in *Plantas Novas do Brasil*, 1844.

Almanach do anno de 1805, Lisboa, na Impressão Regia, 1805.

Almeida, Nicolau Tolentino de, *Obras completas de Nicolau Tolentino de Almeida: com alguns ineditos e um ensaio biographico-critico por José de Torres; illustradas por Nogueira da Silva*, Lisboa, Editores Castro, Irmão & Cia, 1861.

Anónimo, "[A likely negro woman]", *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 2, n. 15, 5 de Fevereiro de 1768 – 5 de Setembro de 1768, p. 115. John Carter Brown Library, 1-SIZE DC .P412c.

Anónimo, "[College of Philadelphia, Aug. 14, 1769]", *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 3, n. 30, 14 de Agosto de 1769 – 21 de Agosto de 1769, p. 249. John Carter Brown Library, 1-SIZE DC .P412c.

Anónimo, "[College of Philadelphia, October 10, 1768]", *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 2, n. 38, 12 de Outubro de 1768 – 17 de Outubro de 1768, p. 322. John Carter Brown Library, 1-SIZE DC .P412c.

Anónimo, "[Courses of lectures in all the different branches of Medicine]", *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 2, n. 27, 8 de Janeiro de 1768 – 8 de Agosto de 1768, p. 219. John Carter Brown Library, 1-SIZE DC .P412c.

Anónimo, "[For curing the scurvy in the blood]", *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 3, n. 46, 12 de Abril de 1769 – 12 de Novembro de 1769, p. 380. John Carter Brown Library, 1-SIZE DC .P412c.

Anónimo, “[Philadelphia]”, *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 2, n. 22, 20 de Junho de 1768 – 27 de Junho de 1768, p. 174. John Carter Brown Library, 1-SIZE DC .P412c.

Anónimo, “[To be sold: A strong healthy negro boy]”, *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 2, n. 15, 5 de Fevereiro de 1768 – 05 de Setembro de 1768, p. 114. John Carter Brown Library, 1-SIZE DC .P412c.

Anónimo, “[To be sold: Four healthy young negro men]”, *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 2, n. 15, 5 de Fevereiro de 1768 – 05 de Setembro de 1768, p. 115. John Carter Brown Library, 1-SIZE DC .P412c.

Anónimo, “[To be sold]”, *The Pennsylvania chronicle, and universal advertiser*, vol. 2, n. 27, 25 de Julho de 1768 – 1 de Agosto de 1768, p. 213. John Carter Brown Library, 1-SIZE DC .P412c.

Anónimo, “Administradores do Recolhimento das Órfãs [da Santa Casa da Misericórdia]”, in *Almanach do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1826, pp. 153–159.

Anónimo, “An address to the inhabitants of this province”, *The Independent Reflector*, n. 22, 26 de Abril de 1753, pp. 87–90.

Anónimo, “Conselho de jurados para excessos da liberdade de imprensa”, in *Almanach do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1825, pp. 147–151.

Anónimo, “Conselho de jurados para excessos da liberdade de imprensa”, in *Almanach do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1826, pp. 105–107.

Anónimo, “Constitution de l’année 1780, observée à Paris à l’hospice S. Sulpice [Mémoire lu à la séance publique de la Faculté de médecine, tenue dans les écoles extérieures de Sorbonne, le 28 décembre 1780]”, *Journal de médecine, de chirurgie et de pharmacie*, vol. 66, Janeiro de 1786, pp. 15–42.

Anónimo, “Contestando a devassa e procedimento sumário diz o réu, o Reverendo Deão, Bernardo Luiz Ferreira Portugal, por esta e pela melhor forma de direito”, in *Documentos Históricos*, vol. 105, 1954, pp. 160–176.

Anónimo, “Devassa de 1801 em Pernambuco”, in *Documentos Históricos*, vol. 110, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional - Divisão de obras raras e publicações, 1955.

Anónimo, “Diario do Conselho do Governo da Provincia de Minas Geraes”, n. 4, 1825.

Anónimo, “Hospital Militar e Imperial”, in *Almanach do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1824, pp. 247–252.

Anónimo, “Lista dos Membros que actualmente compõe a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro”, *Astrea*, 1 de Maio de 1830, 562, Rio de Janeiro.

Anónimo, “Maladies qui ont régné à Paris pendant le mois de Janvier 1764”, *Journal de Médecine, Chirurgie, Pharmacie*, vol. 20, Janeiro de 1764, p. 278.

Anónimo, “Maladies qui ont régné à Paris pendant le mois de Juin 1786”, *Journal de Médecine, Chirurgie, Pharmacie*, vol. 68, July 1786, pp. 312–315.

Anónimo, “Memorias Municipais (—V— Camara da Campanha)”, in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Anno I, Fasciculo 3º., Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1896, pp. 457–647.

Anónimo, “Portugal”, *Correio braziliense*, Outubro de 1812, Londres, pp. 682–689.

Anónimo, “Primeiras administrações electivas em Minas Gerais”, in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Anno I, Fasciculo 2º, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1896, pp. 97–117.

Anónimo, “Relação chronologica dos concessionarios de sesmarias em Minas Geraes”, in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Anno V, Fasciculos I e II., Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1900, pp. 317–473.

Anónimo, “Relação dos réus presos existentes na cadeia da Bahia”, in *Documentos Históricos*, vol. 106, 1954, pp. 133–245.

Anónimo, “Repartição da Saúde deste Império”, in *Almanach do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1826, pp. 149–150.

Anónimo, “Repartição da Saúde deste Império”, in *Almanach do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Imperial e Nacional, 1827, pp. 173–174.

Anónimo, “Repartição da Saúde”, in *Almanach do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1817, pp. 243–244.

Anónimo, “Revolução de 1817”, in *Documentos Históricos*, vol. 101, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional - Divisão de obras raras e publicações, 1953.

Anónimo, “Revolução de 1817”, in *Documentos Históricos*, vol. 102, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional - Divisão de obras raras e publicações, 1953.

Anónimo, “Revolução de 1817”, in *Documentos Históricos*, vol. 103, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional - Divisão de obras raras e publicações, 1954.

Anónimo, “Revolução de 1817”, in *Documentos Históricos*, vol. 104, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional - Divisão de obras raras e publicações, 1954.

Anónimo, “Revolução de 1817”, in *Documentos Históricos*, vol. 105, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional - Divisão de obras raras e publicações, 1954.

Anónimo, “Sessão de 15 de Junho de 1826, N^o 29”, in *Diario da Camara dos Deputados a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Na Imprensa Imperial e Nacional, 1826, pp. 397–411.

Anónimo, “The advantages of education, with the necessity of instituting grammar schools for the instruction of youth, preparatory to their admission into our intended College”, *The Independent Reflector*, n. 50, 8 November 1753, pp. 200–203.

Anónimo, “University of Pennsylvania”, *The Philadelphia Medical and Physical Journal*, vol. 2, Part 2, 3 February 1806, pp. 199–204.

Ataíde, Joaquim José de, “Discurso em que se mostra o fim para que foi estabelecida a Sociedade Literária do Rio de Janeiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. XLV, Primeira Parte, 1882, pp. 69–76.

Barros, José Joaquim Soares de, “Memória sobre os hospitais do Reino”, in *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. 4, Lisboa, Na Officina da Academia Real das Sciencias, 1812, pp. 128–142.

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (ed.), *Annaes do Parlamento Brasileiro: Assembléa Constituinte, 1823*, vol. 1, Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1823.

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (ed.), *Annaes do Parlamento Brasileiro: Assembléa Constituinte, 1823*, vol. 5, Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1823.

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (ed.), *Annaes do Parlamento Brasileiro: Assembléa Constituinte, 1823*, vol. 6, Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1823.

Birch, John, “XII. Facts and observations tending to disprove the efficacy of the practice of vaccination, as a preventive of small-pox”, *The Philadelphia Medical and Physical Journal*, 2 December 1805, pp. 78–82.

Bland, Robert, “Account of a woman who had the small-pox during pregnancy, and who communicated the same disease to her fætus”, *The London Medical journal. By a society of physicians*, vol. 2, Setembro de 1781, pp. 204–205.

Bridault, Ami-Félix, “Précis de la constitutions médicale observée à la Rochelle, sous-préfecture du Departement de la Charente inférieure, pendant le cours de l’an XIII-1805”, *Annales de la Société de médecine-pratique de Montpellier*, vol. 9, 1807, pp. 5–37.

Bromfeild, William, “Chirurgical observations and cases”, in Society of Physicians in Edinburgh (ed.), *Medical and Philosophical Commentaries by a Society of Physicians in Edinburgh*, vol. 1, parte 1, 2nd ed., London, Murray, 1774, pp. 345–365.

Câmara da Cidade do Rio de Janeiro, “No anno de 1789 se propoz por Acordo da Camara desta Cidade a vários Medicos, hum Programma que tinha por objecto os quesitos seguintes”, *O Patriota*, n. 1, Janeiro de 1813, pp. 58–59.

Carvalho, José Joaquim de, “Officio de José Joaquim de Carvalho, dat. de Olinda a 18 de Dezembro de 1805, sobre objectos relativos á vaccina”, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 9, n. 1, 1881.

Coleman, William, “Two cases of scurvy attended with some uncommon circumstances”, *The London Medical journal. By a society of physicians*, vol. 2, Agosto de 1781, pp. 117–122.

College of Physicians of Philadelphia, *Transactions of the College of Physicians of Philadelphia*, vol. 1, Philadelphia, Printed by Thomas Dobson, 1793.

Cook, James, “The Method Taken for Preserving the Health of the Crew of His Majesty’s Ship the *Resolution* during Her Late Voyage Round the World”, *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, vol. 66, 1776, pp. 402–406.

Cotte, R. P., “Observations météorologiques: rédigées par le R. P. Cotte, Associé régnicole, Anné 1786”, in *Histoire de la Société Royale de Médecine, Anné 1786: avec les Mémoires de médecine et de physique médicale, tirés des registres de cette société*, Paris, Chez Théophile Barrois le jeune, 1790, p. 81–86 [“Tables météorologiques” não paginadas].

De la Faye, “Observations sur les becs de lièvre venus de naissance, Où l’on expose les moyens de corriger cette espèce de difformité”, in *Mémoires de l’Académie royale de chirurgie*, vol. 1, Paris, Chez Charles Osmont, 1743, pp. 605–618.

Dehanne; Simonneau; Chorin; Gignoux; Vergès; Bouillaud; Boulet; Devers; Hernu, “Erysipèles”, *Journal de chirurgie*, vol. 2, 1791, pp. 13–36.

Dupré, L. A. L., “Maladies populaires observées dans la Commune du Bourg-lès-Valence, pendant les mois de Fructidor et Vendémiaire Ans XIII et XIV (Septembre et Octobre 1805)”, *Annales de la Société de médecine-pratique de Montpellier*, vol. 9, 1807, pp. 81–108.

Dussaussoy, André, “Suites des Observations médico-chirurgicales de M. Dussausoi, chirurgien en chef de l’Hôtel-Dieu de Lyon”, *Journal de médecine, de chirurgie et de pharmacie*, vol. 69, Outubro de 1786, pp. 3–50.

Falção, José Osório de Castro Souza, “Relação dos presos desde o dia 6 de Fevereiro do corrente ano, com a observação de suas culpas segundo a minha lembrança, que entreguei ao Juiz da Alçada no dia 22 de Abril [Recife, 30.04.1818]”, in *Documentos Históricos*, vol. 104, 1954, pp. 159–168.

Franca, Francisco Pires da; Vasconcelos, António Luiz de Brito Aragão, “[Defesa de Bernardo Luiz Ferreira Portugal, Deão da Sé de Olinda]”, in *Documentos Históricos*, vol. 105, 1954, pp. 176–200.

Franklin, Benjamin; Minot, George R., “XIII. Facts and observations relative to small-pox and to (variolous) inoculation”, *The Philadelphia Medical and Physical Journal*, 2 December 1805, pp. 82–83.

Gomes, Bernardino António, “Resposta que deu o Doutor Bernardino Antonio Gomes ao Programma da Camara desta Cidade, que vem no N^o 1^o pag. 58”, *O Patriota*, n. 2, February 1813, pp. 56–63.

Jenner, Edward, “Further observations on the *variolæ vacinæ*, or cow-pox, with remarks and observations on this disease, considered as a substitute for the small-pox”, *Annals of medicine, for the year 1799*, vol. 4, 1800, pp. 23–32.

Kirkland, Thomas, “Observations on the use and abuse of mercury in the cure of the syphilis”, *The London Medical Journal*, vol. 7, parte 1, 1786, pp. 1–7.

Laborde, “XI. An account of the introduction of the vaccine disease into the isles of France and Reunion”, *The Philadelphia Medical and Physical Journal*, 2 December 1805, pp. 71–75.

Littré, Alexis, “Observation sur deux pierres trouvées dans les parois de la Vessie d’un garçon de vingt ans”, in *Histoire de l’Académie royale des sciences. Année 1702*, Paris, Chez Gabr. Martin, Jean-Bapt. Coignard, 1743, pp. 26–32.

Macedo, Joaquim José da Costa de, “Discurso recitado na sessão publica de 15 de Maio de 1838 pelo secretário perpetuo Joaquim José da Costa de Macedo”, in *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. 12, Parte II, Lisboa, Na typografia da mesma Academia, 1839, pp. V–XXXI.

Marreiros, Manuel Joaquim de, “Resposta que deu o Doutor Manuel Joaquim de Marreiros, aos quesitos precedentes”, *O Patriota*, n. 1, Janeiro de 1813, pp. 60–67.

Medeiros, António Joaquim de, “Resposta, que ao Programma da Camara anunciado no N^o 1^o pag. 58., deu o Doutor Antonio Joaquim de Medeiros”, *O Patriota*, n. 3, Março de 1813, pp. 3–15.

Mendes, Luiz António de Oliveira, “Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d’África e o Brasil”, in *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa...*, vol. 4, Lisboa, Na Officina da Academia Real das Sciencias, 1812, pp. 1–64.

Quintão, Jacinto José da Silva, “Memória sobre a cochonilha, e o methodo de a propagar, offerecida aos lavradores Brasileiros, por hum patriota zeloso, e amante da felicidade publica”, *O Patriota*, vol. Segunda subscrição, n. 4, Outubro de 1813, pp. 11–19.

Roberts, Benjamin, “A short history of three cases of women, who were inoculated for the small-pox during pregnancy”, *The London Medical journal. By a society of physicians*, vol. 5, December 1784, pp. 399–401.

Silva, António Diniz da Cruz e, “Documentos relativos a prisão de M. I. da Silva Alvarenga, Marianno J. Pereira da Fonseca e outros, por ordem do conde de Rezende [1797]”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 28, Primeira Parte, 1865, pp. 157–161.

Société Royale d’Agriculture de Paris, *Mémoires d’agriculture, d’économie rurale et domestique*, vol. Trimestre d’été, Paris, Chez Cuchet, 1788.

Velpeau, Alfred, “Note sur l’emploi des caustiques, comme moyen d’arrêter l’éruption varioleuse”, *Archives générales de médecine: journal complémentaire des sciences médicales*, vol. 8, n. 3, Maio de 1825, pp. 427–436.

Wistar, Caspar, “XI. History of a case of scurvy, which occurred during the use of vegetable food”, *The Philadelphia Medical and Physical Journal*, vol. 2, Part 2, 1 February 1806, pp. 56–59.

Bases de dados

Ferté, Patrick, in *Base de données sur les étudiants étrangers en France à l’époque moderne*, Toulouse, Université de Toulouse - CUFR Champollion, 2013.

Campos, Rafael Dias, “[Database] Medical students at the University of Coimbra (18th century)”, *Mendeley Data*, 2017.

Literatura secundária

Abreu, Jean Luiz Neves, “A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das “luzes” e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 14, n. 3, 2007, pp. 761–778.

Abreu, Jean Luiz Neves, “Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII”, *Topoi*, vol. 8, n. 15, 2007, pp. 80–104.

Abreu, Jean Luiz Neves, *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*, Edição em Epub., Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2011.

Abreu, Jean Luiz Neves, *O corpo, a doença e a saúde: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*, Tese de Doutorado, Belo Horizonte, UFMG, 2006.

Abreu, Laurinda, "Tensions between the *Físico-Mor* and the University of Coimbra: The Accreditation of Medical Practitioners in Ancien-Regime Portugal", *Social History of Medicine*, 2017, pp. 1–27.

Adams, Jane M., *The mixed economy for medical services in Herefordshire c. 1770 - c. 1850*, Tese de Doutorado, Coventry, University of Warwick, 2003.

Adams, Stephen, "Cleft lip abortions '10 times as common as reported'", *The Telegraph*, 3 February 2013, London.

Addams, Jane, *Twenty years at Hull-house, with autobiographical notes*, New York, The Macmillan Company, 1911.

Addy, George M., "The Reforms of 1771: First Steps in the Salamancan Enlightenment", *The Hispanic American Historical Review*, vol. 41, n. 3, 1961, pp. 339–366.

Alden, Dauril; Miller, Joseph C., "Out of Africa: The Slave Trade and the Transmission of Smallpox to Brazil, 1560-1831", *The Journal of Interdisciplinary History*, vol. 18, n. 2, 1 de Outubro de 1987, pp. 195–224.

Alfonso-Goldfarb, Ana Maria; Goldfarb, José Luiz; Ferraz, Márcia Helena Mendes, "O papel das fontes para o estudo das ciências portuguesa e brasileira", in *Actas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 1417–1431.

Almeida, Argus Vasconcelos de; Magalhães, Francisco de Oliveira, "As "Disquisitiones" do naturalista Arruda da Câmara (1752-1811) e as relações entre a Química e a Fisiologia no final do Século das Luzes", *Química Nova*, vol. 20, n. 4, 1997, pp. 445–451.

Almeida, Palmira Morais Rocha de, *Dicionário de Autores no Brasil Colonial*, 2nd ed., Lisboa, Colibri, 2010.

Alves, Hélio Osvaldo, "Wondering about Wonders: Paine, Constâncio and The Age of Reason, 1794–97", in Michael T. Davis (ed.), *Radicalism and revolution in Britain, 1775-1848: essays in honour of Malcolm I. Thomis*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2000, pp. 84–95.

Anderson, Benedict, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, London; New York, Verso, 1991.

Andrade, Breno Gontijo, "A carta de amor extraviada ou sobre a conspiração epistolar desencontrada: indagações sobre a existência da suposta Conspiração dos Suassuna ocorrida no memorável ano de 1801", *Sæculum – Revista de História*, n. 28, 2013, pp. 295–310.

Andrade, Breno Gontijo, “Os filhos pagam pelos pais: (in)fiéis vassallos e outros termos utilizados na devassa sobre a suposta conspiração dos Suassuna de 1801”, *Opsis*, vol. 11, n. 2, 2011, pp. 239–252.

Andrade, Márcio Magalhães, *O princípio do mal: a ameaça leprosa no Rio de Janeiro colonial*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2005.

Anjos, Carlos Versiani dos, *O movimento arcádico no Brasil setecentista: significado político e cultural da Arcádia Ultramarina*, Tese de Doutorado, Belo Horizonte, UFMG, 2015.

Anónimo, “Abastecimento d’Água Potável”, *Almanach do Municipio da Campanha*, 1900, 1, Campanha, pp. 93–96.

Anónimo, “Dr. Faustino José de Azevedo”, *Almanach do Municipio da Campanha*, 1900, 1, Campanha, pp. 99–101.

Anónimo, “Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil”, *Brasília [Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros]*, vol. 4, Suplemento, 1949.

Anónimo, “Representantes do Brasil nas cortes de Lisboa em 1821”, *O Paiz*, 31 November 1927.

Anónimo, “Sir Hans Sloane (1660-1753) Founder of the British Museum”, *JAMA: The Journal of the American Medical Association*, vol. 207, n. 5, 1969, p. 943.

Anónimo, *A History of Columbia University, 1754-1904*, New York, The Columbia University Press, 1904.

Aounallah, Amina; Lahouel, Ines; Belkahla, Marouen; Korbi, Mouna; Mbazaa, Amel; Saidi, Wafa; et al., “Erysipèle du membre inférieur: Étude de 400 cas”, *Our Dermatology Online / Nasza Dermatologia Online*, vol. 8, Supl. 1, 2017, pp. 15–19.

Apel, Thomas, *Feverish bodies, enlightened minds: science and the yellow fever controversy in the Early American Republic*, Tese de Doutorado, Washington DC, Georgetown University, 2012.

Arango, Diana Soto, *La reforma del plan de estudios del fiscal Moreno y Escandón 1774-1779*, Bogotá, Universidad del Rosario, 2004.

Araújo, Ana Cristina, “Ilustración y reforma de la teología en Portugal en el siglo XVIII”, *Cuadernos Dieciochistas*, vol. 2, 2001, pp. 261–279.

Araújo, Maria Benedita de, “Os médicos portugueses e a Inquisição de Évora”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 4, 5 vols, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 271–280.

Araújo, Maria Benedita de, *A medicina popular e a magia no Sul de Portugal: contribuição para o estudo das correntes mentais e espirituais (fins do séc. XVII a meados do séc. XVIII)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1988.

Armitage, David, "The Contagion of Sovereignty: Declarations of Independence since 1776", *South African Historical Journal*, vol. 52, n. 1, 2005, pp. 1–18.

Arraes, Maria Luisa Bezerra de Macedo; Holanda, Máisa Viana de; Lima, Luana Nepomuceno Gondim Costa; Sabadia, José Antônio Beltrão; Duarte, Cynthia Romariz; Almeida, Rosa Livia Freitas; Kendall, Carl; Kerr, Ligia Regina Sansigolo; Frota, Cristiane Cunha, "Natural environmental water sources in endemic regions of northeastern Brazil are potential reservoirs of viable *Mycobacterium leprae*", *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, vol. 112, n. 2, 2017, pp. 805–811.

Arrizabalaga, Jon, "Syphilis", in Kenneth F. Kiple (ed.), *The Cambridge world history of human disease*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, pp. 1025–1033.

Aschheim, Kathryn, "Belles-Lettres and the University: Diderot's *Plan d'une université ou d'une éducation publique dans toutes les sciences*", *Yale French Studies*, n. 77, 1990, pp. 61–75.

Assis, Sandra; Casimiro, Sílvia; Alves Cardoso, Francisca, "A possible case of acquired syphilis at the former Royal Hospital of All-Saints (RHAS) in Lisbon, Portugal (18th century): a comparative methodological approach to differential diagnosis", *Anthropologischer Anzeiger*, vol. 72, n. 4, 2015, pp. 427–449.

Aufderheide, Arthur C.; Rodríguez-Martín, Conrado, "Leprosy", in *The Cambridge Encyclopedia of Human Paleopathology*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011, pp. 141–154.

Aufderheide, Arthur C.; Rodríguez-Martín, Conrado, "Venereal Syphilis", in *The Cambridge Encyclopedia of Human Paleopathology*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011, pp. 157–164.

Aznar i Garcia, Ramon, *Cánones y leyes en la Universidad de Alcalá durante el reinado de Carlos III*, Madrid, Universidad Carlos III de Madrid, 2002.

Baker, Brenda J.; Armelagos, George J.; Becker, Marshall Joseph; Brothwell, Don; Drusini, Andrea; Geise, Marie Clabeaux; et al., "The Origin and Antiquity of Syphilis: Paleopathological Diagnosis and Interpretation [and Comments and Reply]", *Current Anthropology*, vol. 29, n. 5, 1988, pp. 703–737.

Bakhtin, Mikhail Mikhailovich, "Introdução: Apresentação do problema", in *A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, São Paulo, Hucitec, 1987, pp. 1–50.

Barata, Alexandre Mansur, *Maçonaria, sociabilidade ilustrada & independência do Brasil, 1790-1822*, São Paulo, Annablume, 2006.

Barra, Sérgio Hamilton da Silva, *Ilustração e Memória: A Impressão Régia do Rio de Janeiro e o projeto do novo Império português*, Tese de Doutorado, São Paulo, PUC-RJ, 2012.

Barreiros, Bruno, “Regime, higiene e saúde pública em Portugal no século XVIII”, in Adelino Cardoso (ed.), *Medicina, Cultura e Sociedade*, Lisboa, Edições Húmus, 2011, (Cadernos de Cultura, 3), pp. 27–51.

Barreiros, Bruno, *Concepções do corpo no Portugal do Século XVIII: sensibilidade, higiene e saúde pública*, Tese de Doutorado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2014.

Bashford, Alison, *Imperial hygiene: a critical history of colonialism, nationalism and public health*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2004.

Bastião, Maria Paula Pereira, *Entre a Ilha e a Terra. Processos de construção do continente fronteiro à Ilha de Moçambique (1763 - c. 1802)*, Tese de Doutorado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2013.

Bastião, Maria, “Les Silva Guedes sur l’île de Mozambique: transmigration et processus d’intégration pendant la transition du xviii^e au xix^e siècle”, *Diasporas: Circulations, migrations, histoire*, n. 25, 1 de Setembro de 2015, pp. 91–103.

Bastos, Cristiana, “Of objects, networks, politics and poetics: the Royal Academy of Sciences of Lisbon in the context of the Enlightenment”, in Ana Delicado (ed.), *Associations and other groups in Science: an historical and contemporary perspective*, Newcastle, Cambridge Scholars Publishing, 2013, pp. 10–29.

Battin, Jacques, “Montesquieu malvoyant, puis aveugle”, in *Médecins et malades célèbres*, 2nd ed., Paris, Éd. Glyphe, 2012, pp. 331–337.

Beales, Derek, “Review of *Settecento riformatore*. Vol V: *L’Italia dei lumi, 1764-1790*, Tome 1, by Franco Venturi”, *The English Historical Review*, vol. 104, n. 413, 1 de Outubro de 1989, pp. 989–990.

Bebiano, Natália, “Mathematical Horizons: Light and Darkness in Portugal in the 18th Century”, *Historia Mathematica*, vol. 23, n. 3, Agosto de 1996, pp. 239–245.

Berlan, Hélène, *Faire sa médecine aux XVIII^e siècle: Recrutement et devenir professionnel des étudiants montpelliérains (1707-1789)*, Montpellier, Presses Universitaires de la Méditerranée, 2013.

Bertomeu-Sánchez, José Ramon; García-Belmar, Antonio, “Constructing the center from the periphery: Spanish travellers to France at the time of the Chemical Revolution”, in Ana Simoes, Ana Carneiro and Maria Paula Diogo (eds.), *Travels of learning: A geography of science in Europe*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 2003.

Bicho, Francisco Laranja de Castro, *Organização dos serviços sanitários em Portugal*, Tese de Doutoramento, Porto, Universidade do Porto, 1926.

Bingham, John, "MPs: Abortions being carried out for cleft palates", *The Telegraph*, 17 July 2013, London.

Birn, Anne-Emanuelle, "Public Health and Medicine in Latin America", in Mark Jackson (ed.), *The Oxford handbook of the history of medicine*, Oxford, Oxford University Press, 2011, pp. 243–265.

Bläckberg, Anna; Trel, Kristina; Rasmussen, Magnus, "Erysipelas, a large retrospective study of aetiology and clinical presentation", *BMC Infectious Diseases*, vol. 15, 2015.

Bonnemain, Henri, "La Poudre du chevalier de Godernaux", *Revue d'Histoire de la Pharmacie*, vol. 60, n. 213, 1972, pp. 81–91.

Bonner, Thomas Neville, *Becoming a Physician: Medical Education in Britain, France, Germany, and the United States, 1750-1945*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2000.

Bonnetblanc, Jean-Marie; Bédane, Christophe, "Erysipelas: Recognition and Management", *American Journal of Clinical Dermatology*, vol. 4, n. 3, 2003, pp. 157–163.

Bossy, Jean, "A propos de la these de Bridault", *Meridiens*, n. 45–46, 1979, pp. 31–51.

Bown, Stephen, *Scurvy: How a Surgeon, a Mariner and a Gentleman Solved the Greatest Medical Mystery of the Age of Sail*, Chichester, Summersdale, 2003.

Braga, Teófilo, *Filinto Elysio e os dissidentes da Arcadia*, Porto, Chardron; Lello & Irmão, 1901.

Bratschi, Martin W.; Steinmann, Peter; Wickenden, Anna; Gillis, Thomas P., "Current knowledge on *Mycobacterium leprae* transmission: a systematic literature review", *Leprosy Review*, vol. 86, n. 2, 2015, pp. 142–155.

Brnardić, Teodora Shek, "Exchange and commerce: intercultural communication in the age of Enlightenment", *European Review of History: Revue européenne d'histoire*, vol. 16, n. 1, February 2009, pp. 79–99.

Brnardić, Teodora Shek, "The Enlightenment in Eastern Europe: Between regional typology and particular micro-history", *European Review of History: Revue Européenne d'Histoire*, vol. 13, n. 3, Setembro de 2006, pp. 411–435.

Brockliss, Laurence, "Before the clinic: French medical teaching in the eighteenth century", in Caroline Hannaway and Ann La Berge (eds.), *Constructing Paris Medicine*, Amsterdam, Rodopi, 1998, (Clio Medica, 50), pp. 71–115.

Brockliss, Laurence, "Corporatisme, Église et État: l'Université de Paris, c. 1200-1968", *Histoire de l'éducation*, vol. 77, n. 1, 1998, pp. 35–45.

Brockliss, Laurence, "Le contenu de l'enseignement et la diffusion des idées nouvelles", in Jacques Verger (ed.), *Histoire des universités en France*, Toulouse, Editions Privat, 1986, pp. 199–253.

Brockliss, Laurence, "Medical Education and Centres of Excellence in Eighteenth-Century Europe: Towards an Identification", in Ole Peter Grell, Dr Andrew Cunningham and Jon Arrizabalaga (eds.), *Centres of Medical Excellence? Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2010, pp. 17–46.

Brockliss, Laurence, "Medicine, religion and social mobility in Eighteenth- and Early Nineteenth-Century Ireland", in James Kelly and Fiona Clark (eds.), *Ireland and medicine in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2010, (History of Medicine in Context), pp. 73–108.

Brockliss, Laurence, "Medicine, religious, and social mobility in Eighteenth- and early Nineteenth-Century Ireland", in James Kelly and Fiona Clark (eds.), *Ireland and Medicine in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, London, Routledge, 2016, pp. 73–108.

Brockliss, Laurence; Cardwell, John; Moss, Michael, "The naval surgeon during the French Wars", in *Nelson's surgeon: William Beatty, naval medicine, and the battle of Trafalgar*, Oxford, Oxford University Press, 2005, pp. 1–34.

Broman, Thomas, "The Habermasian public sphere and 'science in the Enlightenment'", *History of Science*, vol. 36, n. 112, 1998, pp. 123–149.

Browne, S. G., "Some aspects of the history of leprosy: the leprosie of yesterday", *Proceedings of the Royal Society of Medicine*, vol. 68, n. 8, 1975, pp. 485–493.

Bruel, Andrée, "Quelques Idées de Diderot sur L'éducation: le Plan d'une Université pour le Gouvernement de Russie", *The French Review*, vol. 5, n. 6, 1932, pp. 485–493.

Burke, Peter, "The Republic of Letters as a communication system: An essay in periodization", *Media History*, vol. 18, n. 3–4, 2012, pp. 395–407.

Butterwick, Richard, "Introduction", in *Poland's Last King and English Culture: Stanislaw August Poniatowski, 1732-1798*, Oxford, Oxford University Press, 1998, pp. 1–14.

Büttner, Johannes, “The programme devised in 1791 by Fourcroy for the establishment of clinical laboratories”, *Tractrix: Yearbook for the History of Science, Medicine, Technology and Mathematics*, n. 4, 1992, pp. 39–48.

Bynum, William F., *History of medicine: A very short introduction*, Oxford, Oxford University Press, 2008.

Byrne, Joseph P. (ed.), *Encyclopedia of pestilence, pandemics, and plagues*, vol. 1 (A-M), Westport, CT, Greenwood Press, 2008.

Cabral, Eurico Jorge Campelo, *O liberalismo em Pernambuco: as metamorfoses políticas de uma época (1800 – 1825)*, Dissertação de Mestrado, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2008.

Caetano, Mónica; Isabel Amorim, “Erisipela”, *Acta Medica Portuguesa*, n. 18, 2005, pp. 385–394.

Campos, Rafael Dias da Silva, “O internacionalismo da medicina portuguesa: teses de luso-brasileiros em Montpellier”, in Maria de Fátima Nunes, Ângela Salgueiro, Maria Fernanda Rollo and Quintino Lopes (eds.), *Internacionalização da Ciência: Internacionalismo Científico*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2014.

Campos, Rafael Dias da Silva, “*Que de autor basta eu...*”: *O Mundo Natural nos Diálogos Geográficos de José Barbosa de Sá*, Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2012.

Campos, Rafael Dias, “Envisioning a New World: Americans’ reactions to European narratives in the late eighteenth century”, *John Carter Brown Library Fellow’s Talk*, 28 June 2017, Providence.

Candido, Antonio, *Iniciación a la literatura brasileña*, Ciudad de Mexico, Editora da Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 2005.

Caneca, Joaquim do Amor Divino, in Evaldo Cabral de Mello (ed.), *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, São Paulo, Editora 34, 2001.

Cañizares-Esguerra, Jorge, *How to write the history of the New World: histories, epistemologies, and identities in the eighteenth-century Atlantic world*, Stanford, Calif., Stanford University Press, 2001.

Capela, José, *Dicionário de Negreiros em Moçambique, 1750-1897*, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007.

Capela, José, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*, Porto, Afrontamento, 2002.

Caradonna, Jeremy L., “Appendix F: Prize Contests Offered by Academies, Scholarly Societies, and Agricultural Societies in Continental France from 1670 to 1794”, in *The*

Enlightenment in Practice: Academic Prize Contests and Intellectual Culture in France, 1670–1794, Ithaca, NY, Cornell University Press, 2012, pp. 335–515.

Cardoso, José Luís, “Água, iluminação e esgotos em Lisboa nos finais do século XVIII”, *Análise Social*, vol. 35, n. 156, 2000, pp. 495–509.

Cardoso, José Luís, “From natural history to political economy: the enlightened mission of Domenico Vandelli in late eighteenth-century Portugal”, *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, vol. 34, n. 4, 2003, pp. 781–803.

Carey, Daniel; Festa, Lynn, “Introduction: some answers to the question: ‘What is Postcolonial Enlightenment?’”, in Daniel Carey and Lynn Festa (eds.), *The Postcolonial Enlightenment: Eighteenth-Century Colonialisms and Postcolonial Theory*, Oxford, Oxford University Press, 2009, pp. 1–33.

Carmichael, Ann G., “Leprosy”, in Kenneth F. Kiple (ed.), *The Cambridge world history of human disease*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, pp. 834–839.

Carneiro, Ana; Simões, Ana, “Enlightenment Science in Portugal: The *Estrangeirados* and their Communication Networks”, *Social Studies of Science*, vol. 30, n. 4, 8 De Janeiro de 2000, pp. 591–619.

Carneiro, Marinha, *Ajudar a nascer: parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (séculos XV – XX)*, Tese de Doutoramento, Porto, Universidade do Porto, 2003.

Carpenter, Kenneth J., *The History of Scurvy and Vitamin C*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

Carvalho Júnior, Eduardo Teixeira de, “Verney e a questão do iluminismo em Portugal”, in Andréa Doré and Antonio Cesar de Almeida Santos (eds.), *Temas setecentistas: governos e populações no Império português*, Curitiba, UFPR-SCHLA, 2009, pp. 289–305.

Carvalho Júnior, Eduardo Teixeira de, *Verney e a questão do iluminismo em Portugal*, Dissertação de Mestrado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2005.

Carvalho, Augusto da Silva, “Memórias da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa: Classe de Ciências*, vol. IV, 1945, pp. 7–294.

Carvalho, Flávio Rey de, *Um iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra de 1772*, Dissertação de Mestrado, Brasília, Universidade de Brasília, 2007.

Carvalho, José Matos; Rodrigues, Lúcia Lima; Craig, Russell, “Early cost accounting practices and private ownership: The Silk Factory Company of Portugal, 1745-1747”, *Accounting Historians Journal*, vol. 34, n. 1, June 2007, pp. 57–89.

Carvalho, José Murilo de, *A construção da ordem: A elite política imperial*, Rio de Janeiro, Campus, 1980.

Castellano, Juan Luis, “Las nuevas ideas pedagógicas y la reforma de Olavide”, *Chronica Nova*, vol. 12, 1981, pp. 67–89.

Castro, Zília Osório de, “A reforma de D. Francisco de Bragança”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 1, 5 vols., Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 111–121.

Cavalcanti, Manuel Tavares, *Epítome de historia da Parahyba: para uso das escolas primarias*, Parahyba, Imprensa Official, 1914.

Cavalcanti, Nireu Oliveira, *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

Ceríaco, Luís, “Sobre um ‘Monstro bicorpóreo Eborense do século XVIII’”, *Midas*, n. 2, 2013.

Ceríaco, Luís; Brigola, João Carlos Pires; Oliveira, Paulo de, “Os monstros ainda “existem”? Os monstros de Vandelli e o percurso das colecções de história natural do século XVIII”, in *Actas do Congresso Luso-brasileiro de História das Ciências*, Coimbra, 2011, pp. 991–1005. <http://www.uc.pt/ruas/links/ceriaco>.

Cerman, Ivo, “Introduction: The Enlightenment in Bohemia”, in Ivo Cerman, Rita Krueger and Susan Reynolds (eds.), *The Enlightenment in Bohemia: Religion, Morality and Multiculturalism*, Oxford, Voltaire Foundation, 2011, (Studies on Voltaire & the Eighteenth Century, 7), p. 352.

César, Flore, “Territoire et pratique de collections: Montpellier au XVIIIe siècle”, *Liame*, n. 26, 2016.

Chalmers, Albert J.; Archibald, R. G., “Two early Eighteenth Century treatises on tropical medicine”, *Proceedings of the Royal Society of Medicine*, vol. 7, section of the history of medicine, 1914, pp. 98–106.

Chambers, David Wade; Gillespie, Richard, “Locality in the History of Science: Colonial Science, Technoscience, and Indigenous Knowledge”, *Osiris*, vol. 15, 2000, pp. 221–240.

Chambers, Liam, “Medicine and Miracles in the Late Seventeenth Century: Bernard Connor’s *Evangelium Medici* (1697)”, in James Kelly and Fiona Clark (eds.), *Ireland and Medicine in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2010, (History of Medicine in Context), pp. 53–72.

Chartier, Christian; Grosshans, Edouard, “Erysipelas: an update”, *International Journal of Dermatology*, vol. 35, n. 11, 1996, pp. 779–781.

Chevallier, Pierre; Groperrin, Bernard; Maillet, J., “Les grands projets relatifs à l’Instruction publique”, in *L’Enseignement français de la Révolution à nos jours*, Paris, Mouton, 1968, pp. 23–31.

Chirot, Daniel, “Review of *The Modern World-System II. Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750* by Immanuel Wallerstein”, *Journal of Social History*, vol. 15, n. 3, Abril de 1982, pp. 561–565.

Churchill, Wendy D., “The medical practice of the sexed body: Women, men, and disease in Britain, circa 1600–1740”, *Social History of Medicine*, vol. 18, n. 1, Abril de 2005, pp. 3–22.

Clause, Georges, “L’Université de Reims et la Révolution”, in Maurice Gresset and François Lassus (eds.), *Institutions et vie universitaires dans l’Europe d’hier et d’aujourd’hui (Actes du colloque de l’Association interuniversitaire de l’Est – Besançon, 27-28 septembre 1991)*, Besançon; Paris, Université de Besançon, 1992, pp. 83–104.

Coelho, Ricardo Ribeiro, *O universo social das artes de curar: um estudo sobre as medicinas e a saúde na cidade de Mariana (século XVIII)*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2012.

Correia, Clara Pinto, *O ovário de Eva: ovo e esperma e preformação*, Lisboa, Relógio d’Água, 1998.

Costa, Palmira Fontes da, *O corpo insólito: dissertações sobre monstros no Portugal do século XVIII*, Porto, Porto Editora, 2005.

Costigan, Lúcia Helena, “Domingos Caldas Barbosa (1740-1800): A precursor of Afro-Brazilian literature”, *Research in African Literatures*, vol. 38, n. 1, 2007, pp. 172–180.

Crawford, Matthew James, *Empire’s experts: the politics of knowledge in Spain’s royal monopoly of quina (1751-1808)*, Tese de Doutorado, San Diego, University of California, 2009.

Cruz, Ana Lucia Rocha Barbalho da, *Verdades por mim vistas e observadas Oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*, Tese de Doutorado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2004.

Cruz, Ana Lúcia Rocha Barbalho; Pereira, Magnus Roberto de Mello, “Ciência, identidade e cotidiano: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 9, 2009, pp. 205–228.

Cunha, Rodrigo Rocha da, *Entre moléstias e feitiços: o cotidiano e a repressão religiosa contra os curandeiros na Capitania do Grão Pará (1750 – 1800)*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2013.

Curto, Diogo Ramada (ed.), *A Casa Literária do Arco do Cego: bicentenário, (1799-1801): “sem livros não há instrução,”* Lisboa, Biblioteca Nacional, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1999.

Damasceno, Darcy, “Introdução [a Francisco Antonio de Sampaio. “História dos reinos vegetal, animal e mineral do Brasil, pertencente à medicina”]”, *Anais da Biblioteca Nacional*, n. 89, 1969, pp. 5–8.

Damis, Christine, “Le philosophe connu pour sa peau noire: Anton Wilhelm Amo”, *Rue Descartes*, n. 36, 2002, pp. 115–127.

Darnton, Robert, *Os dentes falsos de George Washington*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

Davidson, Alan; Jaine, Tom, “Portable soup”, in *The Oxford Companion to Food*, 3rd ed., New York, Oxford University Press, 2014.

Dawson, Deidre; Morère, Pierre (eds.), *Scotland and France in the Enlightenment*, Lewisburg, Bucknell University Press, 2004.

Del Priore, Mary, “Mulheres de açúcar: vida cotidiana de senhoras de engenho e trabalhadoras da cana no Rio de Janeiro, entre a Colônia e o Império”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 169, n. 438, Março de 2008, pp. 57–90.

DeLacy, Margaret, “Smallpox Inoculation and the Royal Society, 1700–1723”, in *The Germ of an Idea*, New York, Palgrave Macmillan, 2016, pp. 127–145.

Dias, José Pedro de Sousa, *A água de Inglaterra: paludismo e terapêutica em Portugal no século XVIII*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2012.

Dias, José Pedro de Sousa, *Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista*, Tese de Doutorado, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1991.

Dias, José Pedro Sousa, “Até que as Luzes os separem: Hipócrates e Galeno na literatura médico-farmacêutica portuguesa dos séculos XVII e XVIII”, in Inês de Ornellas Castro and Vanda Anastácio (eds.), *Revisitar os Saberes. Referências Clássicas na Cultura Portuguesa do Renascimento à Época Moderna*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos — FLUL; Instituto de Estudos de Literatura Tradicional — FCSH, 2010, pp. 77–88.

Dinet-Lecomte, Marie-Claude, “Des Bénédictines à l’hôpital de Fécamp au XVIIIe siècle: une desserte atypique?”, in Yannick Marec (ed.), *Accueillir ou soigner?: l’hôpital et ses alternatives du Moyen Âge à nos jours*, Mont-Saint-Aignan, Publications des Universités de Rouen et du Havre, 2007, pp. 141–151.

Diogo, Maria Paula; Carneiro, Ana; Simões, Ana, “The Portuguese naturalist Correia da Serra (1751–1823) and his impact on early nineteenth-century botany”, *Journal of the History of Biology*, vol. 34, n. 2, 1 June 2001, pp. 353–393.

Dios, Ángel Marcos de, “A transferência de escolares entre Salamanca e Coimbra”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 3, 5 vols., Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 155–164.

Doberentz, E.; Albaloooshi, Y.; Schyma, C.; Madea, B., “Unbehandeltes Erysipel”, *Rechtsmedizin*, vol. 21, n. 4, 2011, pp. 308–312.

Dobson, Mary J., *Contours of Death and Disease in Early Modern England*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

Dolan, Brian, “The enlightenment”, in Peter N. Stearns (ed.), *Encyclopedia of European social history*, vol. 1, Detroit, Charles Scribner’s Sons, 2001, pp. 179–192.

Domingues, Ângela, “For the relief of Man’s state or the advancement of national interests? A percepção da natureza brasileira ao serviço das nações e da humanidade nos escritos dos viajantes do século XVIII”, *Diálogos*, vol. 14, n. 2, 2010, pp. 249–271.

Domingues, Ângela, “Na confluência da política, da diplomacia e da ciência: a fronteira na Amazônia colonial”, in *Seminário Permanente de História do Brasil*, Lisboa, 2013.

Domingues, Ângela, “Notícias do Brasil colonial: a imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra)”, *Varia História*, vol. 22, n. 35, 2006, pp. 150–174.

Domingues, Ângela, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 8, n. Suplemento, 2001, pp. 823–838.

Domingues, Ângela, “The Portuguese discoveries and their influence on European medicine”, in *Workshop Plantas Medicinais e Fitoterapêuticas nos Trópicos*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2008, pp. 1–14.

Domingues, Ângela, “Um Governador ilustrado: Francisco de Sousa Coutinho, Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão”, in *Monarcas, ministros e cientistas: mecanismos de poder, governação e informação no Brasil colonial*, Lisboa, CHAM, 2012, pp. 77–90.

Domingues, Heloisa Maria Bertol; Santos, Nadja Paraense dos (eds.), *A Química e o Dicionário Anônimo de Botânica*, Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, [s.d.].

Donatelli, Marisa Carneiro de Oliveira Franco, “Filosofia e medicina em La Mettrie”, *Scientiae Studia*, vol. 11, n. 4, 2013, pp. 841–871.

Dudgeon, J. A., “Development of Smallpox Vaccine in England in the Eighteenth and Nineteenth Centuries”, *The British Medical Journal*, vol. 1, n. 5342, 25 de Maio de 1963, pp. 1367–1372.

Dulieu, Louis, “Aperçu sur les relations entre l’Amérique et l’Ecole de Médecine de Montpellier: les thèses médicales montpelliéraines imprimées aux XVIIe, XVIIIe et XIXe siècles”, *Revue d’histoire des sciences*, vol. 29, n. 3, 1976, pp. 223–242.

Dulieu, Louis, “La vie médicale et chirurgicale à Montpellier, du 12 août 1792 au 14 frimaire an III”, *Revue d’histoire des sciences et de leurs applications*, vol. 8, n. 2, 1955, pp. 146–169.

Edler, Flávio Coelho, “A saúde no Rio de Janeiro de Dom João”, *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 26, n. 7, July 2010, pp. 1464–1464.

Edler, Flavio Coelho, *Boticas & farmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2006.

Elias, Norbert, *O Processo Civilizador*, vol. 2, 2 vols., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

Emerson, Roger L., “Surgical and Medical Chairs”, in *Academic Patronage in the Scottish Enlightenment: Glasgow, Edinburgh and St Andrews Universities*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2008, pp. 273–324.

Emerson, Roger L., *Essays on David Hume Medical Men and the Scottish Enlightenment: Industry Knowledge and Humanity*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2009.

Eriksen, Anne, “Cure or Protection? The meaning of smallpox inoculation, ca 1750–1775”, *Medical History*, vol. 57, n. 04, 2013, pp. 516–536.

Eriksson, B.; Jorup-Rönström, C.; Karkkonen, K.; Sjöblom, A. C.; Holm, S. E., “Erysipelas: clinical and bacteriologic spectrum and serological aspects”, *Clinical Infectious Diseases*, vol. 23, n. 5, 1996, pp. 1091–1098.

Espinosa, Mariola, “Globalizing the History of Disease, Medicine, and Public Health in Latin America”, *Isis*, vol. 104, n. 4, 2013, pp. 798–806.

Eugênio, Alisson, “Ilustração, escravidão e as condições de saúde dos escravos no Novo Mundo”, *Varia História*, vol. 25, n. 41, 2009, pp. 227–244.

Fain, Olivier, “Musculoskeletal manifestations of scurvy”, *Joint Bone Spine*, vol. 72, n. 2, 2005, pp. 124–128.

Falcon, Francisco José Calazans, “Ilustração e Revolução em Portugal e na América Portuguesa”, in Francisco Ribeiro da Silva (ed.), *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 521–526.

Falcon, Francisco José Calazans, “Luzes e revolução na colónia: a importância da Universidade da pós-reforma pombalina”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 5, 5 vols., Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 105–115.

Farelo, Mário Sérgio, “On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment”, in Ole Peter Grell, Dr Andrew Cunningham and Jon Arrizabalaga (eds.), *Centres of Medical Excellence? Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2010, pp. 127–147.

Fernandes, Tania, “Vacina antivariólica: seu primeiro século no Brasil (da vacina jenneriana à animal)”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 6, n. 1, 1999, pp. 29–51.

Fernández-Guerrero, Inés María; Fernández-Guerrero, Cristina; Fernández-Cano, Antonio, “A pioneering on medical education: The seminal text of J.P. Frank’s *De medicis peregrinationibus* – Medical travels (1792)”, *Educación Médica*, vol. 17, n. 1, 2016, pp. 29–34.

Ferreira, Breno Ferraz Leal, *Contra todos os inimigos. Luís Antonio Verney: historiografia e método crítico (1736-1750)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2009.

Ferreira, Maria Clara Caldas Soares, *Arquiconfraria do cordão de São Francisco em Mariana: trajetória, devoção e arte (c. 1760-1840)*, Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2013.

Ferté, Patrick, “L’université d’Avignon, à la fois française et étrangère, et ses rivales (Aix-en-Provence, Besançon, Orange, Valence)”, *Annales du Midi: revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale*, vol. 121, n. 268, 2009, pp. 459–478.

Filgueiras, Carlos, “Havia alguma ciência no Brasil setecentista”, *Química nova*, vol. 21, n. 3, 1998, pp. 351–353.

Finger, Stanley, “Benjamin Franklin’s enlightened medicine”, in *Doctor Franklin’s medicine*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2006.

Fiori, Marlon M.; Santos, Christian Fausto Moraes dos; Campos, Rafael Dias da Silva, “Doenças e parasitos tropicais na expansão interior do Império colonial português na América: o caso das monções”, *Revista Territórios & Fronteiras*, vol. 7, n. 1, 2014, pp. 165–182.

Fitzpatrick, James E., "Bacterial infections", in James E. Fitzpatrick and Joseph G. Morelli (eds.), *Dermatology Secrets Plus*, 4th ed., Philadelphia, Elsevier, 2011.

Fleck, Ludwik, *La Génesis y el desarrollo de un hecho científico: introducción a la teoría del estilo de pensamiento y del colectivo de pensamiento*, Madrid, Alianza Editorial, 1986.

Flower, Darren R., "Vaccines: their place in History", in *Bioinformatics for Vaccinology*, Chichester, England, Wiley-Blackwell, 2008, pp. 1–54.

Fonseca, Fernando Taveira da, "A dimensão pedagógica da Reforma de 1772: alguns aspectos", in Ana Cristina Araújo (ed.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000, pp. 43–68.

Fonseca, Fernando Taveira da, "*Scientiae thesaurus mirabilis*: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850)", *Revista Portuguesa de História*, vol. 33, n. 2, 2009, pp. 527–559.

Fonseca, Fernando Taveira da, "The social and cultural roles of the University of Coimbra (1537-1820). Some considerations", *e-Journal of Portuguese History*, vol. 5, n. 1, 2007, pp. 1–21.

Fonseca, Fernando Taveira da, *A Universidade de Coimbra (1700-1771) (Estudo Social e Económico)*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1995.

Fonseca, Maria Rachel Fróes da, "'A natureza concedeu a cada país ou a cada clima seus privilégios exclusivos': a natureza brasileira na obra de Manuel Arruda da Câmara", *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, vol. 5, n. 2, 2010, pp. 243–252.

Fonseca, Maria Rachel Fróes da, "La construcción de la patria por el discurso científico: México y Brasil (1770-1830)", *Secuencia*, n. 45, 1999, pp. 5–26.

Fonseca, Maria Rachel Fróes da, "Las noticias más útiles y la medicina en México y Brasil coloniales: José Ignacio Bartolache y Manuel Arruda da Câmara", *Montalbán*, vol. 36, 2003, pp. 27–44.

Fonseca, Maria Rachel Fróes da, "Luzes das ciências na corte americana: Observações sobre o periódico 'O Patriota'", *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 31, 1999, pp. 81–104.

Fonseca, Maria Rachel Fróes da, "O associativismo científico no Brasil (1771-1829) e a promoção das ciências e da felicidade da nação", in Vera Lucia Bottrel Tostes (ed.), *Anais do Seminário Internacional D. João VI, um rei aclamado na América*, Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2000, pp. 123–139.

Fonseca, Maria Rachel Fróes da, *A única ciência é a pátria: o discurso científico na construção do Brasil e do México (1770-1815)*, Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996.

Fonseca, Rafael de Lima; Abreu, Jean Luiz Neves, “O Iluminismo híbrido de Antônio Ribeiro Sanches”, in *Anais do XVIII Encontro Regional Anpuh-MG*, Mariana, EdUFOP, 2012.

Fontes, Amanda N. B.; Lima, Luana N. G. C.; Mota, Rosa M. S.; Almeida, Rosa L. F.; Pontes, Maria A.; Gonçalves, Heitor de S.; et al., “Genotyping of *Mycobacterium leprae* for better understanding of leprosy transmission in Fortaleza, Northeastern Brazil”, *PLoS Neglected Tropical Diseases*, vol. 11, n. 12, 2017, p. e0006117.

Foucault, Michel, “A prosa do mundo”, in *As palavras e as coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas*, 8th ed., São Paulo, Martins Fontes, 1999, pp. 23–61.

French, Roger Kenneth, “Scurvy”, in Kenneth F. Kiple (ed.), *The Cambridge world history of human disease*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, pp. 1000–1005.

French, Roger Kenneth, “Sickness and the soul: Stahl, Hoffmann and Sauvages on pathology”, in Andrew Cunningham and Roger Kenneth French (eds.), *The Medical Enlightenment of the Eighteenth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp. 88–110.

Freyre, Gilberto, *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, Lisboa, Livros do Brasil, 1983.

Freyre, Gilberto, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, 1ª Edição Digital [Epub]., São Paulo, Global, 2012.

Furtado, Júnia Ferreira, “Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 2005, pp. 88–105.

Furtado, Júnia Ferreira, “Enlightenment Science and Iconoclasm: The Brazilian Naturalist José Vieira Couto”, *Osiris*, vol. 25, n. 1, Janeiro de 2010, pp. 189–212.

Furtado, Júnia Ferreira, “Libros sediciosos y libertinismo en la Capitanía de Minas Gerais (Brasil, siglo XVIII): la biblioteca del naturalista José Vieira Couto”, *Revista Complutense de Historia de América*, vol. 40, 2014, pp. 113–136.

Furtado, Júnia Ferreira, “República de Mazombos: sedição, maçonaria e libertinagem numa perspectiva atlântica”, in José Damião Rodrigues (ed.), *O Atlântico revolucionário: Circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*, Lisboa, CHAM, 2012, (Estudos & Documentos, 17), pp. 291–321.

Furtado, Júnia Ferreira, *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptista Bourguignon d'Anville na construção da cartografia do Brasil*, Belo Horizonte, EdUFMG, 2012.

Gabb, Genevieve; Gabb, Bronte, "Scurvy not rare", *Australian Family Physician*, vol. 44, n. 7, 2015, pp. 438–440.

Gagliardo, John G., "Enlightened Despotism as an epoch of European History", in *Enlightened Despotism*, Arlington Heights, Harlan Davidson, 1986, pp. 86–102.

Gagliardo, John G., *Enlightened Despotism*, Arlington Heights, Harlan Davidson, 1986.

Galera, Andrés, "Los borbones y el proyecto ilustrado de la Universidad de Nápoles", in *Doctores y escolares: II Congreso internacional de historia de las Universidades Hispánicas*, vol. 1, Valencia, Universitat de València, 1998, pp. 155–168.

Galloway, J. H., "Agricultural Reform and the Enlightenment in Late Colonial Brazil", *Agricultural History*, vol. 53, n. 4, Outubro de 1979, pp. 763–779.

Garnot, Benoît, *Les Villes en France aux XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles*, Paris, Ophrys, 1989.

Garrard, Graeme, "The Enlightenment and Its Enemies", *American Behavioral Scientist*, vol. 49, n. 5, 2006, pp. 664–680.

Gascoigne, John, *Cambridge in the age of the Enlightenment: science, religion, and politics from the restoration to the French Revolution*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

Gavroglu, Kostas; Patiniotis, Manolis; Papanelopoulou, Faidra; Simões, Ana; Carneiro, Ana; Diogo, Maria Paula; Sánchez, José Ramón Bertomeu; Belmar, Antonio García; Nieto-Galan, Agustí, "Science and technology in the European periphery: Some historiographical reflections", *History of Science*, vol. 46, n. 2, 2008, pp. 153–176.

Gélis, Jacques, "L'accouchement au XVIIIe siècle: Pratiques traditionnelles et contrôle médical", *Ethnologie française*, vol. 6, n. 3/4, 1976 (nouvelle serie), pp. 325–340.

Gentilcore, David, "Was There a "Popular Medicine" in Early Modern Europe?", *Folklore*, vol. 115, n. 2, Agosto de 2004.

Gerbi, Antonello, *La disputa del Nuevo Mundo: historia de una polémica, 1750-1900*, Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1960.

Ginzburg, Carlo, "O inquisidor como antropólogo", *Revista Brasileira de História*, vol. 1, n. 21, 1991 1990, pp. 9–20.

Ginzburg, Carlo, “Prefácio à edição italiana”, in *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, Edição de Bolso., São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 11–26.

Gomes, Flávio dos Santos, “‘Para Matar a Hidra’: Uma história de quilombolas no recôncavo da Guanabara - Séc. XIX”, *Textos de História*, vol. 2, n. 3, 1994, pp. 1–31.

Gomes, Joaquim Ferreira, *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*, Coimbra, Almedina, 1982.

Gonçalves, Adelto, “D. João VI revisitado”, *Pravda.Ru*, 15 February 2008.

Gonçalves, Adelto, *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

Goodman, David, “The Scientific Revolution in Spain and Portugal”, in Roy Porter and Mikuláš Teich (eds.), *The Scientific Revolution in National Context*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992, pp. 158–177.

Grafe, Regina, *Distant tyranny markets, power, and backwardness in Spain, 1650-1800*, Princeton, Princeton University Press, 2012.

Grafe, Regina; Irigoin, Alejandra, “A stakeholder empire: the political economy of Spanish imperial rule in America”, *The Economic History Review*, vol. 65, n. 2, 2012, pp. 609–651.

Graham, Richard, “Introduction: Contrasting societies: Britain and Brazil”, in *Britain and the Onset of Modernization in Brazil 1850-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1972, (Cambridge Latin American Studies), pp. 1–22.

Green, Vivian, “The University and the Nation”, in John Prest (ed.), *The Illustrated History of Oxford University*, Oxford, Oxford University Press, 1993, pp. 39–83.

Grevet, René, “La réforme des études en France au siècle des Lumières”, *Revue Historique*, vol. 297, n. 1, 1997, pp. 85–123.

Grevet, René, “Réforme éducative et politique parlementaire en France (1753–1783)”, *Parliaments, Estates and Representation*, vol. 25, n. 1, 2005, pp. 67–79.

Grundy, Isobel, “Medical advance and female fame: inoculation and its after-effects”, *Lumen: Selected Proceedings from the Canadian Society for Eighteenth-Century Studies*, vol. 13, 1994, pp. 13–42.

Guedes, Paulo Henrique Marques de Queiroz, “No íntimo do sertão: poder político, transgressão e usos das justiças na capitania da Paraíba (1750-1800)”, *XXVII Simpósio Nacional de História*, 22 July 2013, Natal, pp. 1–12.

Guedes, Paulo Henrique Marques de Queiroz, *No íntimo do sertão: poder político, cultura e transgressão na capitania da Paraíba (1750 -1800)*, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

Hallett, Christine, "The Attempt to Understand Puerperal Fever in the Eighteenth and Early Nineteenth Centuries: The Influence of Inflammation Theory", *Medical History*, vol. 49, n. 01, Janeiro de 2005, pp. 1–28.

Hampson, Norman, "The Enlightenment in France", in Roy Porter and Mikuláš Teich (eds.), *Enlightenment in the National Context*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981, pp. 41–53.

Hankins, Thomas L., *Jean d’Alembert: science and the Enlightenment*, Oxford, Clarendon Press, 1970.

Haycock, David Boyd; Archer, Sally (eds.), *Health and Medicine at Sea, 1700-1900*, Woodbridge, Boydell Press, 2009.

Hendriksen, Marieke M. A., "Quicksilver Anatomy: Exploring the Lymphatic System with Mercury", in *Elegant Anatomy: The Eighteenth-Century Leiden Anatomical Collections*, Leiden; Boston, Brill, 2014, pp. 35–74.

Hernández, Margarita Torremocha, "Intentos de reforma en la universidad de Valladolid durante el reinado de Carlos IV", in Pere Molas Ribalta (ed.), *La España de Carlos IV*, Madrid, Tabapress, 1989, pp. 253–269.

Herson, Bella, *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira, 1500-1850*, São Paulo, EdUSP, 1996.

Hobsbawm, Eric, "The Making of a 'Bourgeois Revolution'", *Social Research*, vol. 56, n. 1, Abril de 1989, pp. 5–31.

Hobsbawm, Eric, *The age of revolution, 1789-1848*, New York, Vintage Books, 1996.

Holmes, Frederic Lawrence, *Lavoisier and the Chemistry of Life: An Exploration of Scientific Creativity*, Madison, University of Wisconsin Press, 1987.

Hubert, François; Block, Christian; Cauna, Jacques de, *Bordeaux au XVIIIe siècle: le commerce atlantique et l’esclavage [Bordeaux in the 18th century: trans-Atlantic trading and slavery]*, Bordeaux, Le Festin, 2010.

Hughes, R. Elwyn, "Scurvy", in Kenneth F. Kiple and Kriemhild Coneè Ornelas (eds.), *The Cambridge World History of Food*, vol. 1, 2 vols., Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 988–1000.

Hughes, R. Elwyn, "The rise and fall of the 'antiscorbutics': some notes on the traditional cures for 'land scurvy'", *Medical History*, vol. 34, n. 1, 1990, pp. 52–64.

Hujoel, Philippe P.; Lingström, Peter, "Nutrition, dental caries and periodontal disease: a narrative review", *Journal of Clinical Periodontology*, vol. 44, n. Supplement 18, 2017, pp. S79–S84.

Humphrey, David Churchill, *From King's College to Columbia, 1746-1800*, New York, Columbia University Press, 1976.

Inghammar, Malin; Rasmussen, Magnus; Linder, Adam, "Recurrent erysipelas: risk factors and clinical presentation", *BMC infectious diseases*, vol. 14, 2014, p. 270.

Ingrao, Charles, "The Problem of "Enlightened Absolutism" and the German States", *The Journal of Modern History*, vol. 58, n. Supplement: Politics and Society in the Holy Roman Empire, 1500-1806, December 1986, pp. S161–S180.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ed.), *Anais do IV Congresso de História Nacional*, vol. 11, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.

Ishizuka, Hisao, *Fiber, Medicine, and Culture in the British Enlightenment*, New York, Palgrave Macmillan, 2016.

Israel, Jonathan I., *Radical Enlightenment: Philosophy and the Making of Modernity 1650-1750*, Oxford, Oxford University Press, 2001.

Iznaga, Diana; Vidal, Yolanda, "Apuntes para la historia de la Sociedad Económica de Amigos del País de La Habana durante la época colonial", *Revista de la Biblioteca Nacional José Martí [Cuba]*, n. 1, 1981, pp. 153–173.

Jaguaribe [Filho], Domingos, "As origens republicanas do Brasil", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 1, [1895], 1913.

Jesus, Nauk Maria de, *Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727 – 1808)*, Dissertação de Mestrado, Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, 2001.

Julia, Dominique, "Une réforme impossible: Le changement de cursus dans la France du 18ème siècle", *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 47, n. 1, 1983, pp. 53–76.

Julia, Dominique; Revel, Jacques, "Les étudiants et leurs études dans la France moderne", in Dominique Julia and Jacques Revel (eds.), *Les universités européennes du XVIe au XVIIIe siècle: histoire sociale des populations étudiantes*, vol. 2, France, 2 vols., Paris, Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1989, pp. 25–486.

Kelly, James, "'Bleeding, vomiting and purging': The Medical Response to Ill-health in Eighteenth-century Ireland", in Catherine Cox and Maria Luddy (eds.), *Cultures of care in Irish medical history, 1750-1970*, Basingstoke, Hampshire, Palgrave Macmillan, 2010, pp. 13–33.

Kelly, James; Clark, Fiona (eds.), "Introduction", in *Ireland and Medicine in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2010, (History of Medicine in Context), pp. 1–15.

Kiple, Kenneth F., "The History of Disease", in Roy Porter (ed.), *The Cambridge Illustrated History of Medicine*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001, pp. 16–51.

Knoeff, Rina, "Herman Boerhaave at Leiden: *Communis Europae praeceptor*", in Ole Peter Grell, Dr Andrew Cunningham and Jon Arrizabalaga (eds.), *Centres of Medical Excellence? Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2010, pp. 269–286.

Kocka, Jürgen, "Core, Periphery, and Civil Society", in Peter Hanns Reill and Balázs A. Szelényi (eds.), *Cores, Peripheries, and Globalization: Essays in Honor of Ivan T. Berend*, Budapest, Central European University Press, 2011, pp. 97–112.

Konstantinidou, Katerina; Mantadakis, Elpis; Falagas, Matthew E.; Sardi, Thalia; Samonis, George, "Venetian Rule and Control of Plague Epidemics on the Ionian Islands during 17th and 18th Centuries", *Emerging Infectious Diseases*, vol. 15, n. 1, 2009, pp. 39–43.

Kury, Lorelai Brilhante (ed.), *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007.

Kury, Lorelai Brilhante, "Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)", *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 11, n. suplemento 1, 2004, pp. 109–129.

Kury, Lorelai Brilhante, "Manuel Arruda da Câmara: a república das letras nos sertões", in *Sertões adentro: Viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*, Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Estúdio, 2012, pp. 160–203.

Kury, Lorelai Brilhante, "No calor da pátria", *Revista USP*, n. 72, 2007, pp. 80–89.

Kury, Lorelai Brilhante; Munteal Filho, Oswaldo, "Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro", *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, vol. 8, n. 1/2, 1995, pp. 105–122.

Lafont-Couturier, Hélène; Grandazzi, Josette; Paty, Cécile (eds.), *Regards sur les Antilles: collection Marcel Chatillon*, Bordeaux, Musée d'Aquitaine, 1999.

Latour, Bruno, *A esperança de pandora: Ensaio sobre a relidade dos estudos científicos*, Bauri, Edusc, 2001.

Lavillat, Bernard, "L'Université de Besançon au XVIIIe Siècle (1691-1793)", in Maurice Gresset and François Lassus (eds.), *Institutions et vie universitaires dans l'Europe d'hier et d'aujourd'hui (Actes du colloque de l'Association interuniversitaire de l'Est –*

Besançon, 27-28 septembre 1991), Besançon, Université de Besançon, 1992, pp. 59–74.

Lee, Debbie; Fulford, Tim, “The Beast Within: The Imperial Legacy of Vaccination in History and Literature”, *Literature & History*, vol. 9, n. 1, 2000, pp. 1–23.

Lefebvre, G., “Le despotisme éclairé”, *Annales historiques de la Révolution française*, vol. 21, n. 114, Abril de 1949, pp. 97–115.

Lemos, Maximiano de, *História da medicina em Portugal: doutrinas e instituições*, Lisboa, Dom Quixote; Ordem dos Médicos, 1991 [Lisboa, Manoel Gomes, 1899].

Lemos, Pedro Sanches de (ed.), “‘Auto de Posse da Sesmaria de Poços de Caldas’ In As águas thermaes de Poços de Caldas”, *Revista do Archivo Público Mineiro*, vol. 8, n. 3–4, December 1903, pp. 653–852.

Levavasseur, M.; Becquart, C.; Pape, E.; Pigeyre, M.; Rousseaux, J.; Staumont-Sallé, D.; Delaporte, E., “Severe scurvy: an underestimated disease”, *European Journal of Clinical Nutrition*, vol. 69, n. 9, 2015, pp. 1076–1077.

Levy, Daniel, “Erysipelas”, in David Zieve, David R. Eltz, Stephanie Slon and Nissi Wang (eds.), *MedlinePlus Medical Encyclopedia*, Bethesda, U.S. Department of Health and Human Services; National Institutes of Health.

Liendo Tagle, Fernando, *Pablo de Olavide y la nueva planta de los estudios*, Madrid, Universidad Carlos III de Madrid, 2016, (Historia de las Universidades, 38).

Lilly, William Samuel, *Chapter in European history: with an introductory dialogue on the philosophy of history*, vol. 2, 2 vols., London, Chapman & Hall, 1886.

Lindemann, Mary, *Medicine and Society in Early Modern Europe*, 2nd ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2010.

Lipkowitz, Elise, “Dilemma in the 18th-century French smallpox debate”, *JAMA: Journal of the American Medical Association*, vol. 290, n. 17, 2003, pp. 2329–2330.

Lock, Stephen; Last, John M.; Dunea, George (eds.), “Education – History”, in *The Oxford Illustrated Companion to Medicine*, Oxford, Oxford University Press, 2001, pp. 254–257.

Lockwood, Diana N. J.; Suneetha, Sujai, “Leprosy: too complex a disease for a simple elimination paradigm”, *Bulletin of the World Health Organization*, vol. 83, n. 3, 2005, pp. 230–235.

Lonie, Iain M., “Hippocrates the iatromechanist”, *Medical History*, vol. 25, n. 02, Abril de 1981, pp. 113–150.

Lopes, Célia; Powell, Mary Lucas; Santos, Ana Luísa, “Syphilis and cirrhosis: a lethal combination in a XIX century individual identified from the Medical Schools Collection at the University of Coimbra (Portugal)”, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, vol. 105, n. 8, 2010, pp. 1050–1053.

Lopes, Maria Antónia, “Intervenção directa da Coroa nas instituições de protecção social”, in *Protecção social em Portugal na idade moderna: guia de estudo e investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 130–142.

Lopes, Maria Antónia, *Protecção social em Portugal na Idade Moderna: guia de estudo e investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

Lopes, Maria Margaret, “‘Raras petrificações’: registros e considerações sobre os fósseis na América Portuguesa”, in *Actas do Congresso Internacional Atlântico do Antigo Regime: poderes e sociedade*, Lisboa, 2005, pp. 1–17.

Louis-Courvoisier, Micheline, “An 18th century controlled trial prompted by a potential shortage of hospital beds”, *Journal of the Royal Society of Medicine*, vol. 100, n. 10, 2007, pp. 481–482.

Loundo, Dilip; Misse, Michel, *Diálogos tropicais: Brasil e Índia*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2003.

Loureiro, Antonio José Souto, *História da Medicina e das Doenças no Amazonas*, Manaus, [s.n.], 2004.

Lousada, Maria Alexandre, “Sociabilidades mundanas em Lisboa: Partidas e Assembleias, c. 1760-1834”, *Penélope: revista de história e ciências sociais*, n. 19–20, 1998, pp. 129–160.

Luís, Pedro Fernando Catarino, *A Academia dos Humildes e Ignorantes (1758-1770): as letras e as luzes para o homem comum*, 2009.

Lyra Júnior, Marcelo Dias, *Arranjar a memória que ofereço por defesa: cultura política e jurídica nos discursos de defesa dos rebeldes pernambucanos de 1817*, Dissertação de Mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2012.

Macedo, Jorge Borges de, *Estrangeirados: um conceito a rever*, Lisboa, Edições do Templo, 1979.

Machado, Maximiano Lopes, “Introdução”, in *História da revolução de Pernambuco em 1817*, 3rd ed., Recife, Imprensa industrial, 1917, pp. XI–LXXIII.

Machado, Teobaldo José, *As insurreições liberais em Goiana, 1817-1824*, Recife, Fundarpe, 1990.

Machline, Vera; Ferraz, Márcia Helena Mendes, “As causas do escorbuto segundo João Cardoso de Miranda”, in *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 675–682.

Macintyre, I.M.C., “Scientific surgeon of the Enlightenment or ‘plagiarist in everything’: a reappraisal of Benjamin Bell (1749–1806)”, *The Journal of the Royal College of Physicians of Edinburgh*, vol. 41, n. 2, 2011, pp. 174–181.

Madden, Deborah, “Introduction: Primitive Physic Explain’d in an Easy and Natural Method”, in *Cheap, Safe and Natural Medicine: Religion, Medicine and Culture in John Wesley’s Primitive Physic*, Amsterdam, Rodopi, 2007, (Clio Medica/The Wellcome Series in the History of Medicine, 83), pp. 11–30.

Magiorkinis, Emmanuil; Beloukas, Apostolos; Diamantis, Aristidis, “Scurvy: Past, present and future”, *European Journal of Internal Medicine*, vol. 22, n. 2, 2011, pp. 147–152.

Marik, Paul E.; Hooper, Michael H., “Doctor—your septic patients have scurvy!”, *Critical Care*, vol. 22, 2018, p. 23.

Marques, Márcia Bessa, “Lendo *Marriage A-La-Mode*, de William Hogarth”, in Alcinda Pinheiro de Sousa, Alda Correia and Teresa de Ataíde Malafaia (eds.), *A Palavra e a Imagem*, Lisboa, Colibri, 2007, pp. 147–161.

Marques, Vera Regina Beltrão, *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*, Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

Marquese, Rafael de Bivar, “A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 16, n. 4, December 2009, pp. 855–880.

Martínez Pestana, Paola, “«Des hommes noirs et non pas des nègres»: Piel y raza en el siglo XVIII”, *Asclepio*, vol. 63, n. 1, June 2011, pp. 39–64.

Martins, Diana da Silva; Silva, Liliane Faria da; Lancetta, Carla Ferreira Farias, “Health education: the role of the nurse in improving quality of life the of carriers of cleft lip and palate”, *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online*, vol. 4, n. 1, 2012, pp. 2740–2747.

Matos, Felipe, “A circulação dos livros da Tipografia do Arco do Cego em Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis, século XVIII)”, in Andréa Doré and Antonio Cesar de Almeida Santos (eds.), *Temas setecentistas: governos e populações no Império português*, Curitiba, UFPR, 2009, pp. 307–318.

Maxwell-Stuart, Peter, “Witchcraft and magic in eighteenth-century Scotland”, in Owen Davies and William de Blécourt (eds.), *Beyond the Witch Trials: Witchcraft and*

Magic in Enlightenment Europe, Manchester, Manchester University Press, 2004, pp. 81–99.

Maxwell, Kenneth, *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal (1750-1808)*, 5th ed., São Paulo, Paz e Terra, 2001.

Maxwell, Kenneth, *Naked tropics: Essays on empire and other rogues*, New York; London, Routledge, 2003.

Mayhew, Robert, “Mapping Science’s Imagined Community: Geography as a Republic of Letters, 1600-1800”, *The British Journal for the History of Science*, vol. 38, n. 1, 2005, pp. 73–92.

Mays, S., “The palaeopathology of scurvy in Europe”, *International Journal of Paleopathology*, vol. 5, 2014, pp. 55–62.

McAllister, Marie E., “Stories of the Origin of Syphilis in Eighteenth-Century England: Science, Myth, and Prejudice”, *Eighteenth-Century Life*, vol. 24, n. 1, 2000, pp. 22–44.

McCandless, Peter, *Slavery, Disease, and Suffering in the Southern Lowcountry*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011.

Mello, José António Gonsalves de (ed.), *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas, c.1752-1811*, Recife, Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

Mello, Mário, “A Maçonaria e a Revolução republicana de 1817”, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. 15, n. 79, Março de 1910, pp. 1–60.

Melo, Fernando Lucas de; Mello, Joana Carvalho Moreira de; Fraga, Ana Maria; Nunes, Kelly; Eggers, Sabine, “Syphilis at the Crossroad of Phylogenetics and Paleopathology”, *PLoS Neglected Tropical Diseases*, vol. 4, n. 1, 2010, p. e575 [1-11].

Melton, James Van Horn, *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

Mendes, Isabel Maria Ribeiro, “Notícias da Universidade de Coimbra no epistolário de frei Joaquim de Guadalupe dirigido a frei Manuel do Cenáculo”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade”*, vol. 3, 5 vols., Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 129–136.

Mendoza, Celina A. Lértora, “Un Testimonio del Pensamiento Político Ilustrado Criollo: Manuel Moreno”, *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, vol. 16, n. 23, 2014, pp. 79–96.

- Meyer, Jean, *Le despotisme éclairé*, Paris, PUF, 1991.
- Minard, Philippe, “La « réforme » en France et en Angleterre au XVIIIe siècle: sens et fortunes d’un mot d’ordre”, *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, vol. 56, n. 4 bis, 1 De Janeiro de 2009, pp. 5–13.
- Ministério da Saúde, Brasil, “Doenças negligenciadas: estratégias do Ministério da Saúde”, *Revista de Saúde Pública*, vol. 44, n. 1, 2010, pp. 200–202.
- Miranda, Tiago C. P. dos Reis, “‘Estrangeirados’: A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII”, *Revista de História*, n. 123–124, 1990 1991, pp. 35–70.
- Monot, Marc; Honoré, Nadine; Garnier, Thierry; Araoz, Romulo; Coppée, Jean-Yves; Lacroix, Céline; et al., “On the Origin of Leprosy”, *Science*, vol. 308, n. 5724, 2005, pp. 1040–1042.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, “Maxwell, Kenneth. *Pombal, Paradox of the Enlightenment*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995”, *e-Journal of Portuguese History*, vol. 11, n. 1, 2013, pp. 110–119.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, “Pombal’s Government: Between Seventh-Century Valido and Enlightened Models”, in Gabriel Paquette (ed.), *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2009, pp. 321–338.
- Monteiro, Ofélia P., “Sobre uma versão desconhecida de *O Reino da Estupidez*”, *Revista de História das Ideias*, vol. 4, n. II, 1982, pp. 199–253.
- Moraes, Rubens Borba de, *Bibliographia brasiliana: livros raros sobre o Brasil publicados desde 1504 até 1900 e obras de autores brasileiros do período colonial*, 2 vols., São Paulo, EdUSP, 2010.
- Moraes, Rubens Borba de, *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*, 2nd ed., Brasília, Briquet de Lemos, 2006.
- Morales, A. Alvarez de, “La reforma de la enseñanza en España y Portugal en la Ilustración: semejanzas y diferencias”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 1, 5 vols., Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 225–232.
- Morales, Antonio Álvarez de, *La ilustración y la reforma de la Universidad en la España del siglo XVIII*, 3rd ed., Madrid, Ediciones Pegaso, 1985.
- Morel, Marco, “Pátrias polissêmicas: República das Letras e imprensa na crise do Império português na América”, in Lorelai Brilhante Kury (ed.), *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007, pp. 15–39.

Morrison, Heather, *Pursuing Enlightenment in Vienna, 1781-1790*, Tese de Doutoramento, Louisiana State University, 2005.

Mota, Luis Carlos Martins de Almeida, “A *Minuta para o Regimento da livraria da Universidade de Coimbra* de António Ribeiro dos Santos: algumas notas para o seu enquadramento histórico-cultural”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade”*, vol. 2, 5 vols., Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 197–228.

Munayco, César V.; Mújica, Oscar J.; León, Francisco X.; Granado, Mirtha del; Espinal, Marcos A., “Social determinants and inequalities in tuberculosis incidence in Latin America and the Caribbean”, *Revista Panamericana de Salud Pública*, vol. 38, n. 3, 2015, pp. 177–185.

Muniz Tavares, Francisco, *História da revolução de Pernambuco em 1817*, 3rd ed., Recife, Imprensa industrial, 1917.

Muthu, Sankar, *Enlightenment against Empire*, Princeton, Princeton University Press, 2003.

Naish, John M., “The Health of Mariners: Vancouver’s Achievement”, in Stephen W. Haycox, James K. Barnett and Caedmon Liburd (eds.), *Enlightenment and Exploration in the North Pacific, 1741-1805*, Seattle, University of Washington Press, 1997, pp. 79–87.

Nava, Pedro, *Capítulos da história da medicina no Brasil*, Cotia, SP/Londrina, Ateliê Editorial/Eduel, 2004.

Neira, Manuel Martínez; Pérez, Enrique Villalba, “Control regio y visitas universitarias: la reforma de la Universidad de Alcalá”, in *Doctores y escolares: II Congreso internacional de historia de las Universidades Hispánicas*, vol. 2, Valencia, Universitat de València, 1998, pp. 49–59.

Nepomuceno, Rosa, *O Jardim de D. João: a aventura da aclimação das plantas asiáticas à beira da lagoa e o desenvolvimento do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que vence dois séculos de umidade, enchentes, transformações da cidade, novos padrões científicos e mantém-se exuberante, com seus cientistas e suas árvores*, 2nd ed., Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2008.

Neves, Guilherme Pereira das, “A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais?”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 33, 1999, pp. 439–481.

Niklaus, Robert, “Le *Plan d’une université* de Diderot et le plan d’instruction publique de Condorcet mis en regard”, *Diderot Studies*, vol. 24, 1991, pp. 105–119.

Nogueira, André Luís Lima, “Doenças de feitiço: as Minas setecentistas e o imaginário das doenças”, *Varia História*, vol. 28, n. 47, June 2012, pp. 259–278.

Nogueira, André, “Universos coloniais e “enfermidades dos negros” pelos cirurgiões régios Dazille e Vieira de Carvalho”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 19, n. Suplemento 1, 2012, pp. 179–196.

Nogueira, Péricles Alves; Abrahão, Regina Maura Cabral de Melo; Galesi, Vera Maria Neder; López, Rossana Verónica Mendoza, “Tuberculose e infecção latente em funcionários de diferentes tipos de unidades prisionais”, *Revista de Saúde Pública*, vol. 52, n. 13, 2018, pp. 1–12.

O’Neal, John C., “Auenbrugger, Corvisart, and the Perception of Disease”, *Eighteenth-Century Studies*, vol. 31, n. 4, 1998, pp. 473–489.

Olarte, Mauricio Nieto, *Orden natural y orden social: ciencia y política en el Semanario del Nuevo Reyno de Granada*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2007.

Olarte, Mauricio Nieto, *Remedios para el imperio: historia natural y la apropiación del Nuevo Mundo*, 2nd ed., Bogotá, Ediciones Uniandes, 2006.

Oliveira, Tarquínio José Barbosa de, “Secretismo e Inconfidência”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 324, 1979, pp. 336–356.

Olmedo, Jesse M.; Yiannias, James A.; Windgassen, Elizabeth B.; Gornet, Michael K., “Scurvy: a disease almost forgotten”, *International Journal of Dermatology*, vol. 45, n. 8, 2006, pp. 909–913.

Osborne, Thomas, “Introduction: of *enlightenment*”, in *Aspects of Enlightenment: Social Theory and the Ethics of Truth*, Rowman & Littlefield, 1998, pp. 1–16.

Outram, Dorinda, “The Enlightenment our contemporary”, in William Clark, Jan Golinski and Simon Schaffer (eds.), *The Sciences in Enlightened Europe*, University of Chicago Press, 1999, pp. 32–40.

Pacheco, António Fernando Bento, *De Todos-os-Santos a São José: textos e contextos do espirital grande de Lisboa*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008.

Pádua, José Augusto, *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1768-1888)*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

Pagden, Anthony, *The Enlightenment, and why it still matters*, New York, Random House, 2013.

Paiva, José Pedro, *Bruxaria e superstição: num país sem «caça às bruxas», 1600-1774*, 2nd ed., Lisboa, Notícias Editorial, 2002.

Paiva, José Pedro; Lopes, Maria Antónia, “Introdução”, in *Portugaliae monumenta misericordiarum: Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834*, vol. 7, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2008, pp. 7–36.

Paniagua, Lauren Medeiros; Collares, Marcus Vinícius Martins; Costa, Sady Selaimenda, “Estudo comparativo de três técnicas de palatoplastia em pacientes com fissura labiopalatina por meio das avaliações perceptivo-auditiva e instrumental”, *International Archives of Otorhinolaryngology*, vol. 14, n. 1, 2010, pp. 18–31.

Pantin, Isabelle, “The role of translations in European scientific exchanges in the sixteenth and seventeenth centuries”, in Peter Burke and R. Po-chia Hsia (eds.), *Cultural Translation in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, pp. 163–179.

Paquette, Gabriel B. (ed.), *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2009.

Paquette, Gabriel, “Political economy, local knowledge and the reform of the Portuguese empire in the Enlightenment”, in Jesús Astigarraga and Javier Usoz (eds.), *L'économie politique et la sphère publique dans le débat des Lumières*, Madrid, Casa de Velázquez, 2013, pp. 245–258.

Pataca, Ermelinda Moutinho, *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*, Tese de Doutorado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

Pedrosa, Manuel Xavier de Vasconcelos, “Estudantes brasileiros na Faculdade de Medicina de Montpellier no fim do século XVIII”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 243, 1959, pp. 35–71.

Pereira, José Esteves, “António Ribeiro dos Santos e a reforma pombalina da Universidade”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 1, 5 vols., Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 215–223.

Pereira, Magnus Roberto de Mello; Cruz, Ana Lúcia Rocha Barbalho da, “Ciência e Memória: aspectos da reforma da Universidade de Coimbra de 1772”, *Revista de História Regional*, vol. 14, n. 1, 2009, pp. 7–48.

Pereira, Rodrigo Osório, *A ciência na colonial comarca de Ilhéus: uma análise dos estudos botânicos dos funcionários naturalistas da região (1772-1808)*, Dissertação de Mestrado, Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

Pereira, Rodrigo Osório, *O império botânico: as políticas portuguesas para a flora da bahia atlântica colonial (1768-1808)*, Tese de Doutorado, Belo Horizonte, UFMG, 2013.

Peset, José Luis, "Enlightenment and Renovation in the Spanish University", in Mordechai Feingold (ed.), *Universities and science in the early modern period*, Dordrecht, Springer, 2006, (Archimedes. New Studies in the History and Philosophy of Science and Technology), pp. 231–239.

Peset, Mariano; Peset, José Luis, *Gregorio Mayans y la reforma universitaria: "Idea del nuevo método que se puede practicar en la enseñanza de las universidades de España,"* Valencia, 1975.

Pessoa, Reynaldo Xavier Carneiro, "O "testamento" político de Arruda Câmara", *Revista de História*, n. 94, 2º Trimestre, 1973, pp. 487–499.

Picard, Emmanuelle, "Recovering the History of the French University", *Studium: Revue d'Histoire des Sciences et des Universités*, vol. 5, n. 3, 2012.

Pimenta, Tânia Salgado, "Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX", *Caderno Cedes*, vol. 23, n. 59, Abril de 2003, pp. 91–102.

Piñal, Francisco Aguilar, "La reforma universitaria de Olavide", *Cuadernos Dieciochistas*, n. 4, 2003, pp. 31–46.

Piñal, Francisco Aguilar, "The project of Olavide", in *History of the University of Seville*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1992, pp. 91–98.

Pinto, Hélio de Jesus Ferreira de Oliveira, *Jacob de Castro Sarmiento e o conhecimento médico e científico do século XVIII*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2015.

Pita, João Rui, "Medicina, cirurgia e arte farmacêutica na reforma pombalina da Universidade de Coimbra", in Ana Cristina Araújo (ed.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 2nd ed., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 141–178.

Pita, João Rui, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*, Coimbra, Minerva, 1996.

Ponteil, Félix, "L'éducation nationale à la veille de 1789", in *Histoire de l'enseignement en France: les grandes étapes, 1789-1964*, Paris, Sirey, 1966, pp. 9–47.

Ponteil, Félix, "Projets révolutionnaires et premières réalisations, 1789-1800", in *Histoire de l'enseignement en France: les grandes étapes, 1789-1964*, Paris, Sirey, 1966, pp. 51–92.

Popovich, Debbie; McAlhany, Allison; Adewumi, Abimbola O.; Barnes, Marilyn McKim, "Scurvy: forgotten but definitely not gone", *Journal of Pediatric Health Care*, vol. 23, n. 6, 2009, pp. 405–415.

Porter, Roy (ed.), *The Cambridge Illustrated History of Medicine*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

Porter, Roy; Teich, Mikuláš (eds.), *Enlightenment in the National Context*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

Prado Júnior, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*, 3rd ed., São Paulo, Brasiliense, 1948.

Prado, Maria Liga Coelho, “Universidades e Sociedades na América Latina Colonial”, in Philomena Gebran and Maria Tereza Torbio (eds.), *América Latina: Cultura, Estado e Sociedade*, vol. 1, Rio de Janeiro, Anphlac, 1994, pp. 117–130.

Prata, Manuel Alberto, “A Universidade e a sociedade portuguesa na 2ª metade do século XVIII”, in Ana Cristina Araújo (ed.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 2nd ed., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 319–346.

Pruneri, Fabio; Bianchi, Angelo, “School reforms and university transformations and their function in Italy from the eighteenth to the nineteenth centuries”, *History of Education*, vol. 39, n. 1, 2010, pp. 115–136.

Raminelli, Ronald, “Ilustração e patronagem: estratégias de ascensão social no Império português”, *Anais de História de Além-Mar*, vol. 6, 2005, pp. 297–326.

Rèche, Albert, *Mille ans de médecine et de pharmacie à Bordeaux*, Bordeaux, Mollat, 2012.

Reis, Antonio Alexandre Borges dos, *História do Brasil: curso dos gymnasios e lyceus*, vol. 2ª Parte – Século XIX, 2nd ed., Bahia, 1915.

Reis, João José; Gomes, Flávio dos Santos, “Repercussions of the Haitian Revolution in Brazil, 1791-1850”, in David Patrick Geggus and Norman Fiering (eds.), *The World of the Haitian Revolution*, Bloomington, Indiana University Press, 2009, pp. 284–314.

Ribeiro, Jorge Manuel Martins, *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, Tese de Doutorado, Porto, Universidade do Porto, 1997.

Ribeiro, Márcia Moisés, “Nem nobre, nem mecânico: A trajetória social de um cirurgião na América portuguesa do século XVIII”, *Almanack brasileiro*, n. 2, 2005, pp. 64–75.

Ribeiro, Márcia Moisés, *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*, São Paulo, Hucitec, 1997.

Ribeiro, Renato Janine, “Prefácio”, in *No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade, 1992, (Biblioteca Carioca, 22).

Richard B. Sheridan, *Doctors and slaves: a medical and demographic history of slavery in the British West Indies, 1680-1834*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

Riddell, William Renwick, “Le Rob Antisyphilitique de Boyveau-Laffeteur”, *The Public Health Journal*, vol. 15, n. 11, 1924, pp. 491–496.

Rieder, Philip; Louis-Courvoisier, Micheline, “Enlightened physicians: setting out on an elite academic career in the second half of the Eighteenth Century”, *Bulletin of the History of Medicine*, vol. 84, n. 4, 2010, pp. 578–606.

Rizzini, Carlos, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957.

Rizzo, Betty, “Decorums”, in Linda Evi Merians (ed.), *The Secret Malady: Venereal Disease in Eighteenth-century Britain and France*, Lexington, University Press of Kentucky, 1996, pp. 149–167.

Roach, John, “The Cambridge Colleges, Seven Hundred Years of Growth”, *Paedagogica Europaea*, vol. 3, 1967, pp. 229–248.

Robertson, John, “Franco Venturi’s Enlightenment”, *Past & Present*, n. 137, November 1992, pp. 183–206.

Rocha Pombo, José Francisco da, *Historia do Brazil (Ilustrada)*, vol. 8, Rio de Janeiro, Benjamin de Aguilá, 1905.

Rocha, Aurélio, “Diaspora e memória, encontro de culturas”, in Adriana Pereira Campos (ed.), *Trabalho forçado africano: experiências coloniais comparadas*, Porto, Campo das Letras, 2006, pp. 541–571.

Rochas, Joëlle, *Muséum de Grenoble: une histoire naturelle*, Grenoble, Editions du Muséum de Grenoble, 2008.

Rodrigues, André Figueiredo, “As múltiplas faces da Devassa”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 46, n. 1, 2010, pp. 37–49.

Rodrigues, Claudia, *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1997.

Rodrigues, José Honório, “Explicação: A Inconfidência de 1801”, in *Documentos Históricos*, vol. 110, 1955, pp. 3–14.

Rosenberg, Charles E., “The book in the sickroom: A tradition of print and practice”, in Charles E. Rosenberg and William H. Helfand (eds.), *“Every Man His Own Doctor”: Popular Medicine in Early America*, Philadelphia, Library Company of Philadelphia, 1998, pp. 1–21.

Rossi, Paolo, *Clavis universalis: el arte de la memoria y la lógica combinatoria de Lulio a Leibniz*, 2nd ed., Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1989.

Rudwick, Martin J. S., *Bursting the Limits of Time: The Reconstruction of Geohistory in the Age of Revolution*, Chicago, University of Chicago Press, 2005.

Rusnock, Andrea, "Catching cowpox: the early spread of smallpox vaccination, 1798-1810", *Bulletin of the History of Medicine*, vol. 83, n. 1, 2009, pp. 17–36.

Russell-Wood, A. J. R., "Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808", *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 36, 1998, pp. 187–250.

Rutkow, Ira M., *The History of Surgery in the United States, 1775-1900*, vol. 2, San Francisco, Norman Publishing, 1992.

Sá, Magali Romero, "A "peste branca" nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização", *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. 11, n. 4, 2008, pp. 818–826.

Sá, Victor de, "Apresentação", in Victor de Sá (ed.), *Ribeiro Sanches: "Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se" e outros textos*, 2a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980, pp. 9–48.

Saakwa-Mante, Norris, "Western medicine and racial constitutions: surgeon John Atkins' theory of polygenism and sleepy distemper in the 1730s", in Bernard Harris and Waltraud Ernst (eds.), *Race, Science and Medicine, 1700-1960*, London, Routledge, 1999, pp. 29–57.

Saavedra, Inmaculada Arias de, "La reforma de los planes de estudio universitarios en España en la época de Carlos III. Balance historiográfico", *Chronica Nova*, vol. 24, 1997, pp. 7–34.

Saavedra, Inmaculada Arias de, "La Universidad de Granada en la Época Moderna: Estudio y estado de la cuestión", in Luis Enrique Rodríguez-San Pedro Bézares and Juan Luis Polo Rodríguez (eds.), *Universidades hispánicas. Modelos territoriales de la Edad Moderna (II): Valencia, Valladolid, Oñate, Oviedo y Granada*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2008, pp. 237–268.

Safford, Philip L.; Safford, Elizabeth J., *A History of Childhood and Disability*, New York, Teachers College Press [Columbia University], 1996.

Sage-Pranchère, Nathalie, "Étude comparée de deux projets de cours d'accouchement à la fin du XVIII e siècle", *Histoire, Économie et Société*, vol. 28, n. 2, June 2009, pp. 37–58.

Sahlins, Marshall, "What is Anthropological Enlightenment? Some Lessons of the Twentieth Century", *Annual Review of Anthropology*, vol. 28, Janeiro de 1999, pp. i–xxiii.

Salmoral, Manuel Lucena, “Una universidad mayor que nunca tuvo estatutos: Santo Tomás de Quito. Funcionó con unas constituciones provisionales sin aprobación real y afrontó tres reformas estatutarias que jamás entraron en vigor”, *Actas de las IV y V Jornadas sobre la presencia universitaria española en América (1990-1991)*, 1998, Alcalá, pp. 99–115.

Sánchez, Bárbara Yadira García, “La Educación Colonial en la Nueva Granada: entre lo doméstico y lo público”, *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, vol. 7, 2005, pp. 219–240.

Sánchez, Justo García, “Introdução”, in *Plan de Estudios de la Real Universidad de Oviedo, 1774. Reales Órdenes*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 2008, pp. 13–47.

Sánchez, Justo García, “Universidad de Oviedo: Fuentes documentales y líneas de investigación”, in Luis Enrique Rodríguez-San Pedro Bézares and Juan Luis Polo Rodríguez (eds.), *Universidades hispánicas. Modelos territoriales de la Edad Moderna (II): Valencia, Valladolid, Oñate, Oviedo y Granada*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2008, pp. 163–225.

Sanjad, Nelson, *Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão Pará, 1796-1873*, Dissertação de Mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

Santoni-Rugiu, Paolo, “Cleft Lip and Palate”, in *A History of Plastic Surgery*, Berlin, Springer, 2007, pp. 213–250.

Santos Filho, Lycurgo de Castro, “A medicina da época”, *Separata da Imprensa Médica*, 21 de Abril de 1957.

Santos Filho, Lycurgo de Castro, *História geral da medicina brasileira*, São Paulo, Hucitec, 1977.

Santos Filho, Lycurgo de Castro, *Pequena História da Medicina Brasileira*, São Paulo, DESA; EdUSP, 1966.

Santos, Afonso Carlos Marques dos, “Da Universidade reformada ao brasil colonial: duas trajetórias iluministas”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 5, 5 vols., Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 117–132.

Santos, Afonso Carlos Marques dos, *No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade, 1992, (Biblioteca Carioca, 22).

Santos, Christian Fausto Moraes dos; Campos, Rafael Dias da Silva, “Apontamentos acerca da Cadeia do Ser e o lugar dos negros na filosofia natural na Europa setecentista”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 21, n. 4, 2014, pp. 1215–1234.

Santos, Christian Fausto Moraes dos; Campos, Rafael Dias da Silva; Moraes, Eulália Maria Aparecida de, “Da calcografia do Arco do Cego: divulgação e uso das ciências no século XVIII”, in Christian Fausto Moraes dos Santos (ed.), *História das ideias: viajantes, naturalistas e ciências na modernidade*, Maringá, Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2010, pp. 101–117.

Santos, Christian Fausto Moraes dos; Palma, Monique; Campos, Rafael Dias da Silva, “O cirurgião, o físico e as quebras: tratamento e cura de fraturas ósseas em dois manuais de medicina do século XVIII”, *Antíteses*, vol. 6, n. 12, 2013, pp. 239–268.

Santos, J. J. Carvalhão, “Rotina e renovação na Faculdade de Medicina: as oposições de 1739”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade,”* vol. 1, 5 vols., Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 131–150.

Santos, Nadja Paraense dos; Domingues, Heloisa Maria Bertol; Lopes, Elaine Andrade, “Um documento apócrifo da ciência brasileira do século XIX”, in *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005, pp. 1–8. <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0782.pdf>.

Sarmiento, Francisco Javier Puerto, *La ilusión quebrada: Botánica, sanidad y política científica en la España Ilustrada*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1988.

Saviani, Dermeval, “As idéias pedagógicas do despotismo esclarecido (1759-1827)”, in *História das idéias pedagógicas no Brasil*, 2nd ed., Campinas, Autores Associados, 2008, pp. 77–114.

Schiebinger, Londa, *Nature’s Body: Gender in the Making of Modern Science*, 2nd ed., New Brunswick, Rutgers University Press, 2004.

Schmidt, James, *What is Enlightenment?: Eighteenth-Century Answers and Twentieth-Century Questions*, Berkeley, University of California Press, 1996, (Philosophical traditions, 7).

Schoblach, Jochen, “Monarch”, in Michel Delon (ed.), *Encyclopedia of the Enlightenment*, New York, Routledge, 2013.

Science Museum, “Measurement”, in *Brought to Life: Exploring the History of Medicine*, London, accessed 22 De Janeiro de 2014. http://www.sciencemuseum.org.uk/broughttolife/themes/~link.aspx?_id=05D62CFD86CB415DB867904695931CFA&_z=z.

Searby, Peter, “Medicine”, in *A History of the University of Cambridge*, vol. 3 (1750–1870), 3 vols., Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 193–202.

Searby, Peter, “The universities of the British Isles”, in *A History of the University of Cambridge*, vol. 3 (1750–1870), 3 vols., Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 193–202.

Sérgio, António, “O reino cadaveroso ou problema da cultura em Portugal”, in *Ensaio*, vol. II, 2nd ed., Lisboa, Sá da Costa, 1976, pp. 25–61.

Shaw, Michael Crozier, “European travellers and the enlightenment consensus on Spain in eighteenth-century Europe”, *Dieciocho: Hispanic Enlightenment*, vol. 31, n. 1, 2008.

Silva, Alberto da Costa e, “Sobre Tomás Antônio Gonzaga”, in *Das mãos do oleiro: Aproximações*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2014.

Silva, César Agenor Fernandes da, *O Correio Braziliense e seu projeto de civilização (1808-1822)*, Dissertação de Mestrado, Franca, Unesp, 2006.

Silva, Cintia Magali da; Locks, Arno; Carcereri, Daniela Lemos; Silva, Denise Guerreiro Vieira da, “A escola na promoção da saúde de crianças com fissura labiopalatal”, *Texto & Contexto Enfermagem*, vol. 22, n. 4, 2013, pp. 1041–1048.

Silva, José Alberto Teixeira Rebelo da, *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*, Tese de Doutorado, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2015.

Silva, José Pereira da (ed.), *Autos da devassa: Prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*, 2nd ed., Rio de Janeiro, EdUERJ, 2002.

Silva, Manoel Vieira da, *A saúde pública no Rio de Dom João*, Rio de Janeiro, Senac, 2008.

Silva, Maria Beatriz Nizza da, “Livros e formação profissional na Corte do Rio de Janeiro”, *Anais de História de Além-Mar*, n. XII, 2011, pp. 319–332.

Silva, Maria Beatriz Nizza da, *A cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à independência do Brasil*, Editorial Estampa, 1999.

Silva, Maria Beatriz Nizza da, *Vida privada e cotidiano no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI*, Editorial Estampa, 1993.

Silveira, João Luiz Gurgel Calvet; Weise, Carla Mayara, “Social Perceptions of Mothers of Children with Cleft Lip/Palate Breast-Feeding”, *Brazilian Research in Pediatric Dentistry and Integrated Clinic*, vol. 8, n. 2, 2008, pp. 215–221.

Simões, Ana; Diogo, Maria Paula; Carneiro, Ana, *Cidadão do mundo: uma biografia científica do Abade Correia da Serra*, Porto, Porto Editora, 2006.

Sjöblom, Ann-Christine; Eriksson, B.; Jorup-Rönström, Christina; Karkkonen, K.; Linqvist, M., “Antibiotic prophylaxis in recurrent erysipelas”, *Infection*, vol. 21, n. 6, 1993, pp. 390–393.

Sloan, Kim; Burnett, Andrew (eds.), *Enlightenment: discovering the world in the eighteenth century*, London, British Museum Press, 2003.

Snelders, Stephen, “Leprosy and slavery in Suriname: Godfried Schilling and the framing of a racial pathology in the Eighteenth Century”, *Social History of Medicine*, vol. 26, n. 3, 2013, pp. 432–450.

Soares, Luís Carlos, *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2007.

Soares, Márcio de Sousa, “Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 8, n. 2, 2001, pp. 407–438.

Sommerville, C. John, *The Secularization of Early Modern England: From Religious Culture to Religious Faith*, Oxford, Oxford University Press, 1992.

Sousa, Armando Tavares de, *Curso de História da Medicina: das origens aos fins do século XVI*, 2nd ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

Sousa, Maria Leonor Machado de, *“The Ghost” e Francisco Solano Constâncio*, 1st ed., Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978.

Souza, Laura de Mello e, *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

Souza, Sheila Mendonça de; Codinha, Sonia; Cunha, Eugénia, “The girl from the Church of the Sacrament: a case of congenital syphilis in XVIII century Lisbon”, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, vol. 101, 2006, pp. 119–128.

Spary, E. C., “The performance of surgery in Enlightenment France”, *Endeavour*, vol. 23, n. 4, December 1999, pp. 180–183.

Starling, Heloisa, “Os Estudantes das Geraes”, Belo Horizonte, 2004, pp. 1–4. <https://www.ufmg.br/eleicoes2005/02-ronaldo-heloisa/estudantes-geraes.pdf>.

Staum, Martin S., *Cabanis: Enlightenment and Medical Philosophy in the French Revolution*, Princeton, Princeton University Press, 1980.

Stolberg, Michael, “The Decline of Uroscopy in Early Modern Learned Medicine (1500-1650)”, *Early Science & Medicine*, vol. 12, n. 3, Agosto de 2007, pp. 313–336.

Stumpf, Roberta, *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das Ordens militares nas Minas Setecentistas*, Tese de Doutorado, Brasília, Universidade de Brasília, 2009.

Stumpf, Roberta, *Filhos das Minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais (1763-1792)*, São Paulo, Hucitec, 2010.

Suk, Jonathan E.; Manissero, Davide; Büscher, Guido; Semenza, Jan C., “Wealth inequality and tuberculosis elimination in Europe”, *Emerging Infectious Diseases*, vol. 15, n. 11, 2009, pp. 1812–1814.

Suratteau, Jean-René, “Cosmopolitisme et patriotisme au Siècle des Lumières”, *Annales Historiques de la Révolution Française*, vol. 55e Année, n. 253, Setembro de 1983, pp. 364–389.

Szabo, Franz A. J., *Kaunitz and Enlightened Absolutism 1753-1780*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

Tausiet, María, “From illusion to disenchantment: Feijoo versus the “falsely possessed” in eighteenth-century Spain”, in Owen Davies and William de Blécourt (eds.), *Beyond the Witch Trials: Witchcraft and Magic in Enlightenment Europe*, Manchester, Manchester University Press, 2004, pp. 45–60.

Tavares, João de Lyra, *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*, vol. 1 [1909], Parahyba, Imprensa Oficial, 1910.

Teixeira, Ivan, *Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*, São Paulo, EdUSP, 1999.

Teixeira, Luiz Antonio; Edler, Flavio Coelho, *História e cultura da Medicina no Brasil*, São Paulo, Aori Produções Culturais, 2012.

Teyssiere, Daniel, “Aux origines de la médecine sociale et de la politique de la santé publique: l’*Avis au peuple sur sa santé* de Tissot”, *Mots*, vol. 26, n. 1, 1991, pp. 47–64.

Thomas, Keith, *Man and the Natural World: Changing Attitudes in England 1500-1800*, London, Penguin, 1991.

Toledo-Pereyra, Luis H., “America’s First English-Speaking Medical Schools”, *Journal of Investigative Surgery*, vol. 17, n. 1, 2004, pp. 3–7.

Trencsényi, Balázs; Kopeček, Michal (eds.), *Discourses of collective identity in Central and Southeast Europe (1770-1945): texts and commentaries*, Budapest; New York, Central European University Press, 2006.

Trobat, Pilar García, “La universidad de Gandía: ¿Fuga académica?”, in *Doctores y escolares: II Congreso internacional de historia de las Universidades Hispánicas*, vol. 1, Valencia, Universitat de València, 1998, pp. 183–194.

Ujvari, Stefan Cunha, *A história e suas epidemias: a convivência do homem com os microorganismos*, 2nd ed., Rio de Janeiro, Senac, 2003.

Valadares, Virginia Maria Trindade, “A Maçonaria moderna nas malhas do Santo Ofício no império português no setecentos”, *Revista de História Regional*, vol. 19, n. 2, 2014.

Varnhagen, Francisco Adolfo, *Historia geral do Brazil: antes da sua separação e independencia de Portugal*, vol. 2, 2 vols., 2nd ed., Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1877.

Venturi, Franco, “Church and Reform in Enlightenment Italy: The Sixties of the Eighteenth Century”, *The Journal of Modern History*, vol. 48, n. 2, 1 June 1976, pp. 215–232.

Venturi, Franco, *Italy and the Enlightenment: Studies in a Cosmopolitan Century*, London, Longman, 1972.

Vess, David M., “The collapse and revival of medical education in France: a consequence of revolution and war, 1789-1795”, *History of Education Quarterly*, vol. 7, n. 1, 1967, pp. 71–92.

Viana, Kelly Cristina Benjamim, *Mágicos doutores: a arte médica entre a magia e a ciência na Minas Gerais setecentistas (1735-1770)*, Dissertação de Mestrado, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2008.

Villalta, Luiz Carlos, *1789-1808: o Império luso-brasileiro e os Brasis*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

Villalta, Luiz Carlos, *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: Usos do livro na América portuguesa*, Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

Waisse, Silvia; Amaral, Maria Thereza Cera Galvão do; Alfonso-Goldfarb, Ana M., “Raízes do vitalismo francês: Bordeu e Barthez, entre Paris e Montpellier”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 18, n. 3, Setembro de 2011, pp. 625–640.

Walker, Timothy, “The role and practices of the *curandeiro* and *saludador* in early modern Portuguese society”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 11, n. suppl. 1, 2004, pp. 223–237.

Walker, Timothy, “The Role of Licensed Physicians and Surgeons in the Inquisition and at Court During The Reign of João V”, *Mediterranean Studies*, vol. 9, 2000, pp. 143–169.

Walker, Timothy, *Doctors, Folk Medicine and the Inquisition: The Repression of Magical Healing in Portugal During the Enlightenment*, Brill, 2005.

Wallerstein, Immanuel, “The French Revolution as a World-Historical Event”, *Social Research*, vol. 56, n. 1, Abril de 1989, pp. 33–52.

Weis, Eberhard, "Enlightenment and Absolutism in the Holy Roman Empire: Thoughts on Enlightened Absolutism in Germany", *The Journal of Modern History*, vol. 58, n. Supplement: Politics and Society in the Holy Roman Empire, 1500-1806, December 1986, pp. S181–S197.

Wellman, Kathleen Anne, *La Mettrie: medicine, philosophy, and enlightenment*, Durham, Duke University Press, 1992.

Wijkmans, Rian A. A.; Talsma, Koen, "Modern scurvy", *Journal of Surgical Case Reports*, vol. 2016, n. 1, 2016.

Williams, Elizabeth A., "Medical education in eighteenth-century Montpellier", in Ole Peter Grell, Dr Andrew Cunningham and Jon Arrizabalaga (eds.), *Centres of Medical Excellence? Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, Farnham; Burlington, VT, Ashgate, 2010, pp. 247–267.

Williams, Elizabeth A., "Sciences of appetite in the Enlightenment, 1750–1800", *Studies in History and Philosophy of Science Part C: Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, vol. 43, n. 2, 2012, pp. 392–404.

Williams, Elizabeth A., *A Cultural History of Medical Vitalism in Enlightenment Montpellier*, Aldershot; Burlington, VT, Ashgate, 2003, (The History of Medicine in Context).

Williamson, Stanley, "The Speckled Monster", in *The vaccination controversy the rise, reign, and fall of compulsory vaccination for smallpox*, Liverpool, Liverpool University Press, 2007, pp. 98–106.

Wilson, Peter, "Enlightened Absolutism", in *Absolutism in Central Europe*, Routledge, 2002, pp. 108–120.

Withers, Charles W. J., "The Enlightenment in National Context", in *Placing the Enlightenment: Thinking Geographically about the Age of Reason*, Chicago, University of Chicago Press, 2008, pp. 25–41.

Wolff, Larry, *Inventing Eastern Europe: the map of civilization on the mind of the Enlightenment*, Stanford, Stanford University Press, 1994.

Yilmaz, Resul; Ozer, Samet, "A Rare Presentation of Familial Mediterranean fever; Acute Scrotum and Hydrocele Amyloidosis", *Iranian Journal of Pediatrics*, vol. 20, n. 3, 2010, pp. 367–369.

Zeller, Olivier, *La Ville Moderne: XVIe-XVIIIe siècle*, Paris, Éd. du Seuil, 2012.

Zulueta, Julián de; Higuera, Lola, "Health and navigation in the South Seas: the Spanish experience", in J. Watt, E. J. Freeman and William F. Bynum (eds.), *Starving Sailors: The Influence of Nutrition Upon Naval and Maritime History*, National Maritime Museum, 1981.